



**Informações:**  
**Francielle (Sec. de Assistente Social)**  
**(49) 9977-5688**

**Que a gente entenda que não dá para abraçar o mundo.  
Mas dá para abraçar algumas pessoas e fazer a diferença.**  
**Clarissa Corrêa**



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1999

Quinta-feira - 19 de Maio de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	4	Guaramirim.....	234	Pinheiro Preto.....	342
Anchieta.....	5	Guarujá do Sul.....	237	Planalto Alegre.....	343
Antônio Carlos.....	7	Herval d'Oeste.....	239	Pomerode.....	344
Arabutã.....	9	Ibiam.....	240	Ponte Serrada.....	345
Ascurra.....	10	Ilhota.....	242	Porto Belo.....	351
Balneário Piçarras.....	16	Imbituba.....	244	Porto União.....	352
Balneário Rincão.....	17	Indaial.....	248	Pouso Redondo.....	358
Barra Bonita.....	19	Ipumirim.....	251	Rio das Antas.....	362
Benedito Novo.....	20	Iratí.....	253	Rio do Sul.....	363
Biguaçu.....	21	Irineópolis.....	254	Rio Fortuna.....	369
Blumenau.....	33	Itá.....	255	Santa Rosa do Sul.....	370
Bom Jesus do Oeste.....	45	Itaiópolis.....	256	Santa Terezinha do Progresso.....	372
Bom Retiro.....	48	Itapoá.....	257	Santiago do Sul.....	374
Botuvera.....	50	Ituporanga.....	258	São Bento do Sul.....	375
Braço do Trombudo.....	54	Jaraguá do Sul.....	259	São João do Oeste.....	384
Brunópolis.....	55	Joaçaba.....	262	São João do Sul.....	385
Brusque.....	56	Lages.....	271	São José.....	386
Caçador.....	62	Laguna.....	273	São Lourenço do Oeste.....	397
Camboriú.....	69	Lauro Muller.....	274	São Miguel da Boa Vista.....	404
Campo Alegre.....	102	Leoberto Leal.....	282	São Miguel do Oeste.....	408
Campos Novos.....	105	Luzerna.....	283	São Pedro de Alcântara.....	409
Canelinha.....	106	Mafra.....	289	Schroeder.....	411
Canoinhas.....	107	Maracajá.....	291	Seara.....	429
Capinzal.....	114	Maravilha.....	295	Serra Alta.....	430
Catanduvas.....	116	Marema.....	297	Siderópolis.....	455
Cocal do Sul.....	126	Massaranduba.....	298	Sombrio.....	456
Concórdia.....	136	Meleiro.....	300	Sul Brasil.....	457
Cordilheira Alta.....	137	Modelo.....	303	Timbé do Sul.....	458
Coronel Freitas.....	138	Mondaí.....	306	Timbó.....	459
Coronel Martins.....	169	Monte Carlo.....	307	Três Barras.....	467
Correia Pinto.....	172	Navegantes.....	308	Treze Tilias.....	468
Corupá.....	178	Nova Trento.....	315	Trombudo Central.....	469
Curitibanos.....	179	Novo Horizonte.....	318	Tunápolis.....	470
Ermo.....	180	Ouro.....	319	União do Oeste.....	471
Faxinal dos Guedes.....	181	Ouro Verde.....	322	Urussanga.....	536
Flor do Sertão.....	182	Paial.....	323	Vargem Bonita.....	537
Forquilha.....	193	Palhoça.....	324	Vidal Ramos.....	538
Fraiburgo.....	194	Palmitos.....	325	Videira.....	539
Galvão.....	198	Papanduva.....	326	Vitor Meireles.....	541
Garopaba.....	200	Paraíso.....	330	Xanxerê.....	542
Garuva.....	204	Passo de Torres.....	332	Xavantina.....	544
Gaspar.....	206	Paulo Lopes.....	335	Xaxim.....	550
Governador Celso Ramos.....	214	Penha.....	339		
Guaraciaba.....	233	Petrolândia.....	340		

### Associações

AMAI.....	557
-----------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1999

Quinta-feira - 19 de Maio de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Consórcios

ARIS .....	558
CIMCATARINA.....	558
CIS Nordeste .....	560
CIS/AMMVI.....	563
CIS/AMURES.....	629
CITMAR.....	629
CODEPLAN.....	631
Consórcio CISAMA.....	631
CPIMMOC .....	632

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 130/2016

PORTARIA Nº 130/2016 – DE 18 DE MAIO DE 2016

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determina que o veículo Línea placa MLS 6087, usado no Gabinete do Prefeito ficará à disposição da Secretaria de Saúde e Promoção Social dia 19 de maio de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Saúde e Promoção Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de maio de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal



# Anchieta

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 088/2016, de 11 de maio de 2016.**

DECRETO Nº. 088/2016, de 11 de maio de 2016.

FIXA DATA, LOCAL E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, A SER REALIZADA NESTE MUNICÍPIO PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso III, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixada a data de 25 de maio do corrente exercício financeiro, na Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, localizada na Rua Vereador Geraldo Garlet nº 01, cidade de Anchieta, Centro, Estado de Santa Catarina, com início às 15 horas, para realização da Audiência Pública, referida no artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 e no artigo 166, parágrafo 1º da Constituição Federal, mais especificamente no que tange ao 1º. Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2016.

Art. 2º Fica fixada a mesma data para a divulgação dos dados relativos ao 3º Quadrimestre de 2015 do Fundo Municipal de Saúde, conforme §4º do artigo 36 da Lei Complementar 141/2012.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta, em 11 de maio de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.  
Em 11 de maio de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

**DECRETO Nº. 089/2016, de 11 de maio de 2016.**

DECRETO Nº. 089/2016, de 11 de maio de 2016.

	DECRETA PONTO FACULTATIVO EM TODAS AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	--

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial em seus arts. 84, I, IV, XVI e,

**DECRETA:**

Art. 1º - Em virtude do feriado do dia 26 de maio de 2016 (Corpus Christi), fica estabelecido ponto facultativo em todo o município no dia 27 (sexta-feira) do corrente mês.

Art. 2º Os serviços emergenciais na área de Saúde Pública serão atendidos no Hospital Municipal Anchietaense, pelos profissionais em regime de plantão.

Parágrafo único. Cabe a Diretora Administrativa do Hospital Municipal Anchietaense adotar as medidas para a organização do atendimento de plantão de que trata este artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,

Em 11 de maio de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.  
Em 11 de maio de 2016.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

**DECRETO Nº. 090/2016, de 11 de maio de 2016.**

DECRETO Nº. 090/2016, de 11 de maio de 2016.

	COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	---

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criada a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, de caráter permanente, que tem por finalidade monitorar, acompanhar e avaliar a implementação das metas do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º A Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

a) Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:  
Leonita de Souza

b) Membro da Equipe Técnica de Monitoramento:  
Ana Paula Milan

c) Dirigente das Escolas Municipais:  
Márcia Câmara (titular)

d) Conselho do Transporte Escolar:  
Ivanete Maria Gubert (suplente)

e) Dirigentes das Escolas de Educação Especial:  
Vera Lúcia Junges (titular)

f) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:  
Ana Paula Sikorski (suplente)

g) Dirigentes das Escolas Estaduais:  
Juliana Pressotto (titular)

h) ASANUN – Associação de Universitários:  
Mônica Schaeffer (suplente)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 11 de maio de 2016.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi  
publicado nesta data e na forma da Lei.  
Em 11 de maio de 2016.

Eduardo Scholtze  
Secretário de Administração e Gestão

### **MINUTA CREDENCIAMENTO 002\_2016**

EDITAL DE CHAMAMENTO DE CREDENCIAMENTO N°002/2016

O Município de Anchieta - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir do dia 23 de MAIO de 2016, as 08:00 horas, o processo de credenciamento de pessoas jurídicas na área de saúde para prestação de serviços em consultas especializados, com objetivo de credenciar empresas prestadoras de serviços de consultas medicas na área de saúde nas seguintes especialidades: (Ortopedia, Vascular, Neurologista, Gastroenterologista, Pediatria, Dermatologista, Pneumologia, Urologista, Ginecologista, Cardiologista, Otorrinolaringologista, Oftalmologista e Psiquiatria), para atendimento a pacientes do Município de Anchieta, em consultórios ou estabelecimentos de saúde. Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Anchieta – SC., sita na Avenida Anchieta, 838, no setor de compras e licitação, no horário das 07:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:30 hrs às 17:30 hrs, de segunda a sexta-feira. Anchieta – SC, 18 de maio 2016.

MAGLI GISELE ROSCETE – Ordenadora de Despesas do FMS

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2016 - TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016** AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 043/2016; Modalidade: Tomada de Preço nº 001/2016; Tipo: Empreitada Por Menor Preço Global; Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para construção da creche "Projeto Padrão Tipo 2", através do Convênio Nº 5543/2013, firmado entre o Ministério da Educação - Governo Federal - Programa Proinfância e o Município de Antônio Carlos/SC, com área construída de 890,33 m², a ser construída na Rua H, Centro, de Antônio Carlos/SC, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexa, parte integrante deste edital.. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 20 de junho de 2016 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 18 de maio de 2016.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016** AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 044/2016; Modalidade: Tomada de Preço nº 02/2016; Tipo: Empreitada Por Menor Preço Global; Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para pavimentação dos passeios públicos, da Rua Daniel Petry, no Centro do Município de Antônio Carlos/SC, com a extensão de 1.000,00 m², com recurso do Governo do Estado/Fundo Social, proposta de transferência nº 16635 - programa de transferência/2016 - 005098 - construção de passeios públicos, firmado entre Governo do Estado/Fundo Social e o Município de Antônio Carlos S/C, por intermédio do Banco do Brasil S/A, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexa, parte integrante deste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 06 de junho de 2016 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 18 de maio de 2016.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 073/2016** EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 073/2016; Origem: Processo de Licitação nº 32/2016 - Concorrência Pública nº 02/2016; Contratante: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, com fornecimento de material e mão de obra especializada para a execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Leopoldo Freiberg, na localidade Louro, Município de Antônio Carlos/SC, com extensão de 440,00 metros, compreendido pelo: trecho 04 (km 1+830 a km 2+270), de acordo com contrato de operação de crédito firmado entre Agência de Fomento de Santa Catarina S/A (BADESC) e o Município de Antônio Carlos, Programa Badesc Cidades. Valor: R\$ 308.846,53 (Trezentos e Oito Mil e Oitocentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Três Centavos). Prazo: 18/05/2016- 15/09/2016.

Antônio Carlos, 18 de maio de 2016.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2014** EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 117/2014; Contratante: Prefeitura Municipal De Antônio Carlos/SC. Contratada: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, prorrogar o prazo e reajustar o presente contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do Município de Antônio Carlos, tais como: mecânica, elétrica, hidráulico, ar condicionado, torno e solda, balanceamento, alinhamento e geometria, lataria, pintura e estofamento - Processo licitatório nº. 061/2014 - Pregão Presencial 040/2014". Prazo Aditado: 12 (doze) meses. Novo vencimento: 14 de maio de 2017. Valor: Fica reajustado o valor do presente contrato, diante da aplicação de índice oficial do Governo para medição das metas inflacionárias - INPC (9,83%), restando como novo valor para o LOTE I - R\$ 92,80 (noventa e dois reais e oitenta centavos), e para o LOTE II - R\$ 92,80 (noventa e dois reais e oitenta centavos), perfazendo um total de R\$ 139.218,08 (cento e trinta e nove mil duzentos e dezoito reais e oito centavos).

Antônio Carlos, 18 de maio de 2016.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

**TERCEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

TERCEIRA RETIFICAÇÃO  
DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O Senhor Antônio Paulo Remor, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, juntamente com a comissão responsável e o Instituto Barriga Verde torna público a terceira retificação do Edital de Concurso Público nº 001/2016, em atenção a determinação judicial contida nos autos n. 0300937-14.2016.8.24.007 da 2ª Vara Civil da Comarca de Biguaçu, conforme segue:

1. Retifica-se, do anexo I, o quadro de vagas dos cargos de Agente Comunitário de Saúde, ressaltando as vagas de Cadastro de Reserva e nº de Vagas, que passa a vigorar da seguinte forma:

CARGO	Nº Vagas	CADASTRO DE RESERVA	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa inscrição
1. Agente Comunitário de Saúde (área I) Canudos/Centro	02	05	40h/s	R\$ 1.014,00	Residir no bairro Canudos ou Centro de Antônio Carlos/SC, desde a data da publicação do edital do concurso público; Conclusão, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; Conclusão do ensino fundamental.	Escrita/Objetiva	R\$ 50,00
2. Agente Comunitário de Saúde (área II) Egito, Santa Maria, Braço do Norte, Louro, Usina ou Santa Bárbara	03	02	40h/s	R\$ 1.014,00	Residir no bairro Egito, Santa Maria, Braço do Norte, Louro, Usina ou Santa Bárbara de Antônio Carlos/SC, desde a data da publicação do edital do concurso público; Conclusão, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; Conclusão do ensino fundamental.	Escrita/Objetiva	R\$ 50,00
3. Agente Comunitário de Saúde (área III) Rachadel, Alto Rio Farias, Rio Farias, Faxinal, Vila Doze ou Guiomar	03	03	40h/s	R\$ 1.014,00	Residir em algum dos seguintes bairros: Rachadel, Alto Rio Farias, Rio Farias, Faxinal, Vila Doze ou Guiomar em Antônio Carlos/SC, desde a data da publicação do edital do concurso público; Conclusão, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; Conclusão do ensino fundamental.	Escrita/Objetiva	R\$ 50,00

2. Os demais itens do edital, permanecem inalterados.

ANTÔNIO CARLOS, 12 de maio de 2016.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

# Arabutã

## PREFEITURA

### CONTRATO ACT 058/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 058/2016

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e CLAITON BRINCKMANN, inscrito no CPF/MF sob o nº. 034.711.179-38, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário, mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento da vaga para o cargo de Professora de Educação Física, na vaga vinculada da professora Erika de Oliveira, que está em afastada em virtude de atestado médico, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 007/2015 e em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 18 de maio de 2016 até 13 de setembro de 2016;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.401,00(um mil quatrocentos e um reais) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Professor Ensino Superior II;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – E.E.I. C.M;
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 18 de maio de 2016.

Claiton Rodrigo Brinckmann  
Contratada

Jackson Luiz Patzlaff  
Prefeito

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi  
CPF/MF nº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier  
CPF/MF nº. 009.112.609-60

# Ascurra

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO - RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR CARGO

EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

#### RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR CARGO

017 - PSICOLOGO	
ALINE INES HENDGES	1259-9
ALINE STRINGARI	1657-8
ANA FLAVIA DIAS	1453-2
ANA PAULA KLAUMANN	1559-8
ANGELA MARIA DOS SANTOS VENERAL	1205-0
BIANCA ROSENFELDER	1218-1
CESAR CINI	1261-0
CLEUSA FURLAN DE OLIVEIRA	1234-3
CRISLAINE ROZA	1618-7
CRISTIANE LORENZI	1344-7
CRISTIANE LUMI NAKAZAWA	1530-0
DAIANE ANTUNES SOUZA	1271-8
DIANA SCHMIDT	1404-4
DIONE SCHATTENBERG	1169-0
DOUGLAS DA CUNHA ROCHA	1656-0
FELIPE FERREIRA DE JESUS	1187-8
FERNANDA GRACA DE GASPER	1677-2
FERNANDO ANTONIO PORTELA JAEPELT	1509-1
FERNANDO CERCENA LEVENTI	1379-0
FREDY RICHARD EICHSTAEDT	1196-7
GUSTAVO ANGELI	1673-0
HUMBERTO DOUGLAS ALVES	1333-1
JAMILA KARINE BUSNELLO	1365-0
JANAINA BUSARELLO	1291-2
JANAINA TAPPARO BRAIER	1452-4
JAQUELINE BIANCA GOMES	1496-6
JESSICA CESCO	1620-9
JUCIMARA SEIFERT	1655-1
JULIANO RIBEIRO MARQUES	1347-1
KETELYN LUNELLI SCHUH	1594-6
LEILA PATRICIA CIPRIANI	1668-3
LEONIR TROSCKI	1659-4
LETICIA CRISTINA SCHENATTO	1676-4
LETICIA DE AMORIM CINI	1230-0
LILIAN MAZUREK MEYER	1428-1
LILIANE PINTO DA SILVA	1183-5
LORENCIO GILMAR URNAU	1297-1
MARCIANA MARIA GALDINO DA SILVA	1299-8
MARCIO CORREA DOS SANTOS	1675-6

MONICA SARAH SALOMON	1481-8
NATALY SCHROEDER BRUNNQUELL	1475-3
OLDEMAR NUNES	1487-7
PAOLA CAROLINE DA SILVA	1665-9
RAFAELA SCHULZE	1546-6
REGIANE PAULA TEIXEIRA SUMENSARI	1202-5
ROBIANA TEREZA LOCH PASQUALI	1679-9
SABRINA RAMOS MAURER	1283-1
SANDRA DA CUNHA ALVES	1149-5
TALYA PEDRON ALVES	1378-1
TANIA MARISA JANSEN DE CORDOVA	1515-6
THAIS NILES DE LIMA	1498-2
VANESSA POLASTRI	1367-6
VENERANDA SENES DO CARMO	1320-0
036 - PROCURADOR	
ADRIANA STRENNER	1181-9
ALEXANDRE FISTAROL	1457-5
AMAURI ALVARO LANDMANN JUNIOR	1574-1
ANA CAROLINE GAMBORGHI VALLIM LEHMANN	1358-7
ANDERSON CORREA DE NEGREDO	1214-9
ANDERSON DENIS PERIN	1166-5
ANDERSON ELI RODRIGUES	1247-5
ANDRESSA LUIZA REBLIN ZONTA	1254-8
ARI DE ARAUJO MARQUES	1596-2
CARLA BEATRIZ JUNG SCHLOSSER	1366-8
CASSIO GABOARDI LUCAS	1257-2
CLEVERSON CARVALHO CARNEIRO	1589-0
DIEGO LUNARDI	1538-5
ELISABETH MAIER	1644-6
ENRIKE LUBAWSKY	1186-0
FERNANDA RADEL MARTINS	1231-9
FERNANDA TESSAROLO ESPINDOLA	1690-0
FRANCIELI CAROLINE PINHEIRO	1270-0
FRANCISCO ANTONIO HEINZEN	1171-1
GIANNA THALITA GIRARDI	1276-9
GILBERT DA SILVA	1252-1
GILIANI COELHO NUNES	1178-9
GLADIMIR MURER JUNIOR	1410-9
GLAUBER LUIZ DE SOUZA	1631-4
JEAN CARLOS PONTES SCHULZE	1235-1
JERUSA SCHAUFFLER LEHMKUHL	1180-0
JONATAN BRAGA RIBEIRO	1570-9
JOSEANE EMANUELA BLAESE FLORIANO	1193-2
JULIA FERNANDA PERINI	1192-4



KARINA ADAMI	1150-9
KARINA KRAUSS	1282-3
KAROLINE YHASMINI KLOCK	1399-4
LISIANE PERINI FIEBES	1595-4
LIVIA SOLANA PFUETZENREITER DE LIMA TEIXEIRA	1528-8
LUISE PETRY	1305-6
LUIZ FERNANDO OLIVEIRA	1532-6
LUIZ HENRIQUE DUTRA MOLINO	1313-7
MANOELA BUENO CONINCK	1170-3
MARIANA SANTANNA THIESEN	1681-0
MICHEL LUIS DA COSTA	1199-1
MICHELI LUCI TILLMANN	1693-4
MIRACI SEVERO VIEIRA	1161-4
MORGANA MACHADO	1268-8
PATRICIA OIIVEIRA	1540-7
PAULO ROBERTO DOS SANTOS PRATES JUNIOR	1519-9
RAFAEL PEDRO MARIOTTO	1408-7
RAFAELA SCHNEIDER DA SILVA	1409-5
REGIANE MITIE TEZUKA YAMAZAKI	1314-5
RODRIGO DE PAULA STADLER	1533-4
RODRIGO RIBEIRO MELO	1658-6
RODRIGO VELTER	1518-0
ROGERIO DE SOUZA CHEDID	1345-5
SHEILA GONCALVES FLORENTINO MIRANDA	1697-7
SIDNEI CARDOSO	1331-5
SUSANA SOUZA OLIVEIRA DA SILVA	1188-6
TARCISIO OECKSLER	1182-7
THADEU BADALOTTI	1541-5
THAIS EBERT POLEZA	1695-0
TIAGO MURILO DE SOUZA	1155-0
039 - ANALISTA FINANCEIRO	
ALEXANDRA SHIRATA TOSTA	1575-0
ALEXANDRE WILLIAN ZOMER	1696-9
BRUNA POSSAMAI	1645-4
BRUNO CESAR BONETTI	1303-0
CLEYTON RICARDO SAIS	1647-0
CRISTIANO DOS SANTOS	1319-6
DAIANA LUCIANI	1172-0
DANIEL HIAGO MORESCO	1629-2
DANIEL SANTANA	1375-7
DANIELE VOIGT	1280-7
DIEGO EGIDIO CONZATI	1256-4
EDMARA DE SOUZA CARVALHO	1342-0
EDUARDO FELIPE REZENA COSME	1607-1
ERICH ANTHONY PROCHNOW	1210-6
EVERTON ZERMIANI	1157-6
GUILHERME BASSANI	1159-2
JORGE LUIZ DE BARCELOS	1439-7
JOSEMARA GRIPPA	1269-6

JULIANA FISTAROL	1692-6
MAICON ZICO POFFO	1451-6
MARCELO BARCELAR BASTOS	1569-5
MICHELE VANESSA ALVES URNAU	1298-0
MIRIAN MONTEIRO DE SOUZA TORRES	1407-9
MONICA CECHELERO	1348-0
NEIDE MARIA DE SOUZA RAMIRES	1664-0
NYCHOLAS VAHLDICK	1306-4
PATRICIA CORREIA DE AMORIM	1432-0
PATRICIA DE OLIVEIRA	1471-0
PRISCILLA MENDES CASSIANO	1295-5
RAFAEL ANTONIO DE MELLO	1578-4
RICARDO BAGGIO	1190-8
ROBERTO CARDOSO STRUVE	1427-3
ROSANA SILVA DE OLIVEIRA	1610-1
SABINE HELOISE TILLMANN	1184-3
SILVIA IMME	1329-3
SOLANGE MARIA LOURENCO	1194-0
THIAGO ANTONIO FUCHT	1228-9
THIAGO PEGORETTI MOSER	1459-1
TIAGO BAGATTOLI PEREIRA	1396-0
VALDINEI WEISS	1582-2
VALQUIRIA DOMBROSKI	1290-4
WILSON ROBERTO MIRANDA CARDOSO	1343-9
043 - MEDICO PEDIATRA	
MARCEU FLORES PINTO	1568-7
057 - TECNICO EM ENFERMAGEM	
ANA PAULA SESTARI	1334-0
CATIA CRISTINA KROEGER	1523-7
ELAINE HEINZSCHUEDLER	1552-0
ITIENE IOLANDA MARTINI	1312-9
LUIZ FERNANDO DE MENEZES MARTINS	1567-9
072 - ATENDENTE DE EDUC INFANTIL	
ALINE AKEMY TANAKA	1158-4
AMANDA TAUANA SOFKA	1397-8
ANA DOS SANTOS MOREIRA SILVA	1175-4
ANA KAROLINA DALFOVO	1374-9
ANA PATRICIA BADALOTTI	1245-9
ANGELICA MORETTO	1678-0
ARIELE DUTRAS DE OLIVEIRA WEISS	1423-0
ARLETE TEREZA MACHADO	1241-6
CAROLAINÉ CONSTANTE	1316-1
CRISTIANE FOSSA STALOGH	1581-4
DENISE BISSONI	1606-3
DORACI DE NOVAIS CUÇO	1623-3
ELLIN GARCIA SOARES	1249-1
FRANCINE THAIS PATRICIO	1388-9

IVANGELA CLAUDINO FLAIT	1384-6
JAQUELINE DIAS	1542-3
JULIA GRASIELA DA SILVA	1179-7
LEILA JUCARA MARTINS TOBIAS	1563-6
MARIA FERNANDA PAZELLO CHICON MARTIN	1336-6
MARISE PIAZERA NEVES MOREIRA	1332-3
MARISETE MADEIRA	1440-0
MARY SANDRA HOEPERS KRETZER	1420-6
MONICA CRISTIANE DEMARCH	1353-6
PATRICIA FARIAS DE SOUZA	1507-5
PATRICIA PAULA KARDAUKE	1168-1
PRISCILA MACHADO	1211-4
ROBERTA MARGARIDA ULLER	1526-1
SABRINA BISSONI	1648-9
SILVANIA FAUST BONACOLSI	1370-6
SIMONE CARNIEL	1493-1
TALITA VIVIANI MANFRINI	1443-5
VANESSA APARECIDA DA SILVA	1373-0
VERA LUCIA TAMIOSSO MOELLMANN	1224-6
074 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
ADRIANA MACHADO	1383-8
ARACI BUNDE	1414-1
BARBARA ALEXANDRE RODRIGUES CAMPOS LORENZI	1560-1
BERNARDETE BASSANI	1605-5
CRISTIANA RAMOS PINHO	1217-3
DIANA APARECIDA WOLFF	1240-8
ELVIRA KLABUNDE POFFO	1566-0
IVONETE LUZIA VENTURA DEGRACIA	1275-0
JACIANE RODRIGUES DO NASCIMENTO	1284-0
JACQUELINE NALZIRA DA SILVA TOMELIN	1189-4
JADIANE RODRIGUES DO NASCIMENTO	1285-8
JENNYFER DAIANI CABRAL	1544-0
JOSE DENIVAL DE JESUS	1400-1
LUZIA BORGES DE CHAVES	1534-2
MARA REJANE HEUER	1564-4
MARIA DE SOUZA	1281-5
MARLISA KOPSCH CATTONI	1473-7
MAYCKA APARECIDA CAETANO	1576-8
MERI LUCI MORI	1422-2
ROSANE DE FATIMA CEZAR	1277-7
SANDRA MARI POSSELT	1545-8
TAIRINE SILVANO	1207-6
VANESSA GONCALVES	1597-0
ZELAIDE DA SILVA BUNDE	1489-3
075 - AUXILIAR DE EDUCACAO	
DANUBIA MABA	1480-0
DIOGO DE OLIVEIRA BROD	1669-1
ERICA CARINE PICKLER	1500-8

JOICE GRIMM	1477-0
MARLENE DE OLIVEIRA VOIGT	1450-8
QUEZIA DIAS RODOLFO	1255-6
SAMARA FONSECA	1394-3
SONIA DOMINGOS DOS SANTOS VIEIRA	1628-4
VANESSA CAMPOS KUHN	1492-3
082 - OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	
ADOLFO STEINHAUSER	1321-8
ANDERSOM NASCIMENTO DE OLIVEIRA	1174-6
ANDRE STORTTI	1258-0
ANTONIO FAGUNDES	1387-0
CARLOS DA ROSA	1185-1
CLAUDINEI ANDRE TAIS	1233-5
CLEVERSON BATISTA DA SILVA	1176-2
EDERSON ROWEDER	1418-4
EDSON CARVALHO VIEIRA	1391-9
EVERSON FRANCISCO CARVALHO VIEIRA	1630-6
FABIO RODRIGUES	1601-2
GILSON FRANZEM	1318-8
JAIR ALVES VELHO	1649-7
JEAN CARLOS GONCALVES	1382-0
JEFFERSON LUIZ NUNES	1355-2
JEFFERSON PEREIRA CESAR	1322-6
JEVERSON RIBAS	1603-9
JOAO PAULO FLORIANO DA COSTA	1572-5
JOEL ANTONIO DE OLIVEIRA	1461-3
JONATAS MOSER	1640-3
JONATHAS DJILLYGUER BORDIN	1482-6
LEONARDO SCHINADER	1389-7
MARCOS AURELIO DE MENEZES	1381-1
MAVI MARCIEL FIAMONCINI	1219-0
NILTON DA CRUZ	1465-6
RAFAEL DJONATAN VENANCIO	1604-7
RENATO MIRANDA PERES	1226-2
RUI GIUILHERME RAZINI	1206-8
VALDEMIRO DE SOUZA	1376-5
084 - AGENTE OPERACIONAL	
CANCIO JUAREZ LORENZI	1386-2
CLAUDINEI NUNES DE MELLO	1203-3
EVARISTO ANTONIO VENANSIO	1520-2
IVO CECELERO	1222-0
JULIANO PAQUER	1421-4
LEONARDO ANTONIO DE SOUZA	1279-3
086 - OFICIAL DE MANUT E CONSERVACAO	
ADILSON STREY	1441-9
CLAUDINEI MACHADO	1221-1
CLEITON STEINHAUSER	1438-9



DECASSIO SERPA	1650-0
ELGUISON DOMINGOS DOS SANTOS	1398-6
GENUARES FERREIRA	1627-6
GERSON HUMBERTO DA ROSA	1454-0
GILMAR FERRARI	1543-1
WENDEL DE ALBUQUERQUE	1200-9
100 - PROFESSOR I	
ADRIANA DE FATIMA BUENO	1330-7
ADULCE MARIA MOSER	1266-1
ANDREZA GENTILA FILIPINI	1401-0
GISELE HOPPE DA CUNHA	1339-0
MARIA ODETE CORREIA POSSAMAI	1162-2
VANESSA CAMPOS KUHN	1491-5
VANESSA DOS SANTOS MACHADO VIEIRA	1586-5
102 - PROFESSOR II	
ADAYHANE APARECIDA PIMENTEL PEREIRA	1248-3
ADRIANA DOS SANTOS	1637-3
ANDREIA FERETTI SCHMITZ	1337-4
CHARLINE DAIANA DE LIMA	1686-1
DANIELA PRADE	1272-6
EDILAINE FERNANDES TOBIAS	1267-0
ELIANE LERCILIA PEREIRA FURTADO	1699-3
ELISANGELA MAHLSTEDT KLUG FABICHASKI	1413-3
FABIANE MOSER	1288-2
FERNANDA CRISTINA BEGALKE RADDATZ	1307-2
GIOVANA THIARA POFFO	1462-1
GUSTAVO ADOLFO STANKE GONCALVES GOMES	1580-6
IRES COSTA	1626-8
IVETE MARIA MATTIUZZI SAIS	1151-7
JOANITA MARCHEVSKY	1377-3
JULITE ANDREONI TAMBOSI	1327-7
LILIAN CORDULA MACHADO	1551-2
LILIANE GOMES ROCHA	1324-2
LUCI MARIA DE OLIVEIRA	1346-3
MARIA CAROLINA BILK	1430-3
MELISSA MANDEL	1371-4
NILVA MARIA MIGUEL	1416-8
PATRICIA PAHL MORBACH	1663-2
REGINA APARECIDA GOMES	1662-4
ROSLEINE BASSANI TOMIO	1593-8
SANDRA MARIA DIAS ZIMATH	1406-0
SILVIA ROSITA POFFO MOSER	1251-3
SIMONE POLI FERRARI	1425-7
VANIA PESSOTTI DIAS	1634-9
104 - ORIENTADOR PEDAGOGICO	
CRISTIANE FLORIANO CHAVES	1424-9
KARLA MAISA PEDROSO	1579-2

MARIA DE NAZARE PINHEIRO SERRAO	1456-7
NESIA ALVES THEISS	1602-0
RENATA MARIA MILDEMBERGER	1617-9
SOLANGE OLIANO VILHALVA DE CAMPOS	1591-1
SOLANGE VELWOCK DE FRANCA	1238-6

Ascurra, 16 maio de 2016.

--	--

MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL Nº 001/2016 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – CADASTRO DE RESERVA - RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR CARGO**

EDITAL Nº 001/2016 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – CADASTRO DE RESERVA

#### RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR CARGO

072 - ATENDENTE DE EDUC INFANTIL	
ALINE DOS SANTOS MACHADO	1392-7
ANA PATRICIA BADALOTTI	1243-2
MARISE PIAZERA NEVES MOREIRA	1262-9
MARY SANDRA HOEPERS KRETZER	1419-2
SANDRA MARIA DIAS ZIMATH	1405-2
TALITA VIVIANI MANFRINI	1263-7
VANESSA APARECIDA DA SILVA	1372-2
074 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	
JADIANE RODRIGUES DO NASCIMENTO	1286-6
JOSIVALDO DA EXALTACAO REIS	1164-9
MARA REJANE HEUER	1565-2
MARIA JUCILENA DE OLIVEIRA	1467-2
ROSA CORADINI KUBIACK	1278-5
TEREZINHA FAUSTINO MOSER	1635-7
075 - AUXILIAR DE EDUCACAO	
ADULCE MARIA MOSER	1265-3
DANUBIA MABA	1479-6
ELOISE ZIMATH	1225-4
082 - OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	
EDERSON ROWEDER	1220-3
JEFFERSON LUIZ NUNES	1356-0
JONATAS MOSER	1638-1
LEONARDO SCHINADER	1390-0
MARCOS AURELIO DE MENEZES	1380-3
084 - AGENTE OPERACIONAL	
CLAUDINEI NUNES DE MELLO	1204-1
IVO CECHELERO	1223-8

RICHARD ADRIANO MELLO KERSCHNER	1352-8
085 - GUARDA PATRIMONIO PUBLICO	
CLEBER RIBEIRO DE JESUS	1165-7
ELIANE DE FATIMA MARIANO	1562-8
IACRI JORGE MICHEL	1293-9
PEDRO DA SILVEIRA	1212-2
RODRIGO CONSTANTINO	1577-6
086 - OFICIAL MANUT CONSERVACAO	
WENDEL DE ALBUQUERQUE	1201-7
100 - PROFESSOR I	
MARIA ANGELITA BERRI MOSER	1244-0
102 - PROFESSOR II	
ADAYHANE APARECIDA PIMENTEL PEREIRA	1191-6
ADRIANA DOS SANTOS	1636-5
CHARLINE DAIANA DE LIMA	1684-5
ELISANGELA MAHLSTEDT KLUG FABICHASKI	1411-7
FABIANE MOSER	1289-0
GIOVANA THIARA POFFO	1460-5
JULITE ANDREONI TAMBOSI	1323-4
LILIANE GOMES ROCHA	1325-0
SILVIA ROSITA POFFO MOSER	1250-5
SIMONE POLI FERRARI	1357-9
VANIA PESSOTTI DIAS	1633-0
103 - PROFESSOR II	
BARBARA ALESSANDRA PINTARELLI	1301-3
CINARA MACHADO	1402-8
EDILAINÉ FERNANDES TOBIAS	1229-7
IRES COSTA	1237-8
JOSE NANTAN PEREIRA CRISPIM	1468-0
LILIAN CORDULA MACHADO	1550-4
MARIA CAROLINA BILK	1429-0
MELISSA MANDEL	1369-2
REGINA APARECIDA GOMES	1661-6
SOLANGE VELWOCK DE FRANCA	1236-0

Ascurra, 16 de maio de 2016.

--	--

MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

## EDITAL Nº 02/2016 DE CONCURSO PÚBLICO (EMPREGO PÚBLICO) - RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR CARGO

EDITAL Nº 02/2016 DE CONCURSO PÚBLICO (EMPREGO PÚBLICO)

### RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR CARGO

079 - ENFERMEIRO PSF	
ALINE MOTA DOS SANTOS	1707-8
AMANDA CRISTINA MAYER MARTINS	1708-6
ANA LUISA PEDRON BONA	1723-0
ANA RITA OBREGON MARTINS	1710-8
ARQUIMINO DA ROCHA NEVES	1702-7
BRUNA BERTELLI FAVERO	1712-4
BRUNA COELHO	1713-2
CLENI FLORES PILAR	1720-5
DANIELA GRACIOSA SALVADOR	1704-3
DANIELA NOTARI DE OLIVEIRA	1734-5
DJONATAN CESAR CORREA	1732-9
ELISANGELA SANTOS DOS ANJOS	1701-9
GRACIELA KELLER	1735-3
JAMES ANDREAS VETSCH	1703-5
JANIA INEZ ULER	1730-2
JOAO RICARDO PALHANO	1714-0
JULIANA BARTH	1722-1
KATIA SUELEN PERINI	1729-9
LUANA FURTADO DELFES	1736-1
MILENA CAMILA MOSER	1706-0
RAFAEL MEYER	1700-0
ROSANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA	1721-3
THEAN CARLOS MOSER	1726-4

Ascurra, 16 de maio de 2016.

--	--

MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 83/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 83/2016 ref. Pregão Presencial n. 44/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: MM Comércio de Equipamentos LTDA - EPP

CNPJ n. 15.275.465/0001-22

Objeto: O contrato tem como objeto o fornecimento de interfone (com instalação) e carrinhos de bebe, que serão aplicados nos CEIs e Escolas Municipais.

Valor total do contrato: R\$ 7.200,00

Vigência: 31/12/2016

Ascurra, 19 de maio de 2016.

Moacir Polidoro  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.  
84/2016**

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 84/2016 ref. Pregão Presencial n. 44/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Gilmar Sani - ME

CNPJ n. 14.588.459/0001-62

Objeto: O contrato tem como objeto o fornecimento de um carro térmico, uma cômoda de madeira e traveseiros, que serão aplicados nos CEIs e Escolas Municipais.

Valor total do contrato: R\$ 3.661,50

Vigência: 31/12/2016

Ascurra, 19 de maio de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

**CONTRATO 09/2016 FMT**

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 009/2016-FMT

Dispensa de Licitação nº 001/2016-PFMT

Contrato: 09/2016 - FMT

O presente Processo Licitatório tem por objeto a contratação do SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC - SEBRAE, para realizar a revisão do Plano Municipal de Turismo, palestras abertas a todos as empresas do seguimento turístico, consultoria especializada individual limitada a empresas e fomentar a realização de um festival gastronômico no município.

O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2016

O valor da contribuição será de R\$ 63.300,00 (SESSENTA E TRES MIL E TREZENTOS REAIS)

Balneário Piçarras/SC, 13 de MAIO de 2016. Susan Corrêa - Secretaria de Turismo.

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO 02 - PONTO CERTO - RETIFICAÇÃO

Onde se lê ...

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato Nº. 146/PMBR/2014.

Leia se ...

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 146/PMBR/2014. OBJETO: O ACRÉSCIMO DOS SERVIÇOS, das Obras de construção de Uma Escola com 12 (doze) Salas de Aula (PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO – 12 SALAS – ARQUITETANDO UMA ESCOLA PARA O FUTURO), Padrão FNDE, com área de 3.057,01m², localizado no Bairro Zona Sul no Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 10/02/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Reinaldo Valdir Cardoso.

### EXTRATO DE CONTRATO - FMS

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 035/FMS/2016; METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Equipamentos Hospitalares, Odontológicos, Móveis para Escritório e Eletrodomésticos, para uso das Unidades ESF da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/FMS/2016. No valor global de: R\$ 108,75 (Cento e oito reais e setenta e cinco centavos). ASSINATURA: 04/05/2016; VIGÊNCIA: 31/12/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Sandro Fabio Girardi.

### EXTRATO DE CONTRATO - FMS (RETIFICAÇÃO)

#### EXTRATO DE CONTRATO - RETIFICAÇÃO

Onde se lê ...

CONTRATO Nº. 065/PMBR/2016;

Leia se ...

CONTRATO Nº. 034/FMS/2016; MARIA HELENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Equipamentos Hospitalares, Odontológicos, Móveis para Escritório e Eletrodomésticos, para uso das Unidades ESF da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/FMS/2016. No valor global de R\$ 12.959,25 (Doze mil novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 04/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Cleber Karklin Nascimento.

### EXTRATO DE CONTRATO - PMBR (RETIFICAÇÃO)

#### EXTRATO DE CONTRATO - RETIFICAÇÃO

CONTRATO Nº. 015/PMBR/2016; COOPERATIVA DA AGRICULTURA E PESCA FAMILIAR DE IÇARA - COOPAFI; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino e Centro de Convivência do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Dispensa de Licitação Nº. 014/PMBR/2016. No valor global de R\$ 131.357,24 (Cento e trinta e um mil trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e quatro centavos). VIGENCIA: 31/12/2016;

Onde se lê ...

ASSINATURA: 27/01/2016;

Leia se ...

ASSINATURA: 29/01/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. José Manoel Rabelo.

CONTRATO Nº. 016/PMBR/2016; MANOEL CONSTANTE VARGAS; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino e Centro de Convivência do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Dispensa de Licitação Nº. 014/PMBR/2016. No valor global de R\$ 19.242,00 (Dezenove mil duzentos e quarenta e dois reais). VIGENCIA: 31/12/2016;

Onde se lê ...

ASSINATURA: 27/01/2016;

Leia se ...

ASSINATURA: 29/01/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Manoel Constante Vargas.

**SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO****AVISO DE PREGAO013/SAMAE/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/SAMAE/2016

Tipo: MENOR PREÇO

Data e horário da sessão de abertura: 02 de junho de 2016 as 14hrs

Protocolo até o dia 02 de junho de 2016 às 13:50min

Local: Samae de Balneário Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, locação de um caminhão e pá carregadeira para retirada de entulhos, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão SC 2016. durante o ano de 2016.Fone/Fax: (48) 3468- 7800 email:licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão 18 de maio de 2016.

RENATA DAROS TORRES

PREGOEIRA

**AVISO DE PREGAO014/SAMAE/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/SAMAE/2016

Tipo: MENOR PREÇO

Data e horário da sessão de abertura: 02 de junho de 2016 as 15hrs

Protocolo até o dia 02 de junho de 2016 às 14:50min

Local: Samae de Balneário Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças da Frota, pertencente ao Samae de Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2016..Fone/Fax: (48) 3468- 7800 email:licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão 18 de maio de 2016.

RENATA DAROS TORRES

PREGOEIRA

**Barra Bonita****PREFEITURA****DECRETO Nº 854/2016. PROCEDE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ATÉ A IMPORTÂNCIA DE R\$ 49.949,52 (QUARENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, PARA A EXECUÇÃO DO CONVÊNIO CONFORME PROPOSTA S**

DECRETO Nº 854/2016.

Procede a abertura de créditos adicionais suplementares até a importância de R\$ 49.949,52 (Quarenta e Nove Mil, Novecentos e Quarenta e Nove Reais e Cinquenta e Dois Centavos) no orçamento da Prefeitura Municipal de Barra Bonita, para a execução do convênio conforme proposta Sigef 16168 e contém outras providências.

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeita Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 757/2016, de 24 de fevereiro de 2016:

Art. 1º - Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 746/2015, mais precisamente no que tange ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Barra Bonita, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$. 49.949,52 (Quarenta e Nove Mil, Novecentos e Quarenta e Nove Reais e Cinquenta e Dois Centavos), nas dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRET.MUNIC.DE VIAÇÃO OBRAS E SER. URBANOS

UNID/ORÇ: 07.001 - VIAÇÃO E OBRAS

PROJ/ATIV: 026.782.0031.2017 – MANUT. DAS ATIV. DA UNID. VIAÇÃO E OBRAS

CAT.ECON.: 339000000000 – Aplicações Diretas - Custeio

FONTE/REC: 012400 – Transf. de Convênios Outros ..... R\$. 49.949,52

Total ..... R\$. 49.949,52

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$. 49.949,52 (Quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), na receita abaixo especificada:

RECEITA: 17000000000000 – Transferências de Capital

17600000000000 – Transferências de Convênios

17620000000000 - Transferências Convênios dos Estados e suas Entidades

17629900000000 - Outras Transferências de Convênios dos Estados

17629900010001 - Outras Transferências de Convênios dos Estados

FONTE/REC: 012400 – Transf. de Convênios Outros ..... R\$. 49.949,52

Total ..... R\$. 49.949,52

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 18 de maio de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### 2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2016

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA AS MÁQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

EMPRESA FORNECEDORA: TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 01, 03 e 04, totalizando a quantia de R\$ 14.614,00 (quatorze mil e seiscentos e quatorze reais).

EMPRESA FORNECEDORA: JULIO SILVESTRI FILHO

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 02, 05 e 06, totalizando a quantia de R\$ 27.276,00 (vinte e sete mil e duzentos e setenta e seis reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 05/02/2016 a 05/02/2017.

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 05/02/2016

Jean Michel Grundmann - Prefeito

### 2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº. 8/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL/INSTITUCIONAL, E, JORNAL(IS) DE FORMATO TABLOIDE COM CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL, DE MATÉRIAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EMPRESA FORNECEDORA: EDITORA JORNAL DO MÉDIO VALE

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 03, 04 e 05 totalizando a quantia de R\$ 80.240,00 (oitenta mil e duzentos e quarenta reais).

EMPRESA FORNECEDORA: RAITER EDITORA E EVENTOS LTDA ME

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 01 e 02, totalizando a quantia de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 18/02/2016 a 18/02/2017

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 19/02/2016

Jean Michel Grundmann - Prefeito



**Biguaçu****PREFEITURA****DECRETO Nº 071/2016**

DECRETO Nº 071/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.

Aprova o desdobramento das metas fiscais, físicas e financeiras do exercício de 2016 em metas quadrimestrais.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º, §4º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento das metas fiscais, físicas e financeiras para o exercício de 2016 em metas quadrimestrais, na forma estabelecida no anexo I deste Decreto.

Art. 2º As metas quadrimestrais serão objeto de demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Biguaçu até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, mediante chamamento público, registro de presença e da ata em livro próprio e remessa desses documentos ao Tribunal de Contas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**DECRETO Nº 071/2016 - ANEXO**

R\$ 1.000,00

ANEXO I DO DECRETO Nº 071 /2016				
DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS PARA 2016 EM METAS QUADRIMESTRAIS – Art. 9º, §4º da LRF				
METAS FISCAIS	QUADRIMESTRE			TOTAL
	PRIMEIRO	SEGUNDO	TERCEIRO	
Receita Total ( I )	61.348,0	58.303,0	111.173,0	230.824,0
Receita Financeira ( II )	2.548,0	2.374,0	22.790,0	27.712,0
Receita não Financeira (III = I – II)	58.800,0	55.929,0	88.383,0	203.112,0
Despesa Total (IV)	52.178,0	62.093,0	116.553	230.824,0
Despesa Financeira (V)	402,0	918,0	1.746,0	3.066,0
Despesa não Financeira (VI = IV – V)	51.776,0	61.175,0	114.807,0	227.758,0
Resultado Primário (VII = III – VI)	7.024,0	-5.246,0	-26.424,0	-24.646,0
Resultado Nominal (VIII)	-4.781,4	-2.432,8	7.436,9	14.651,1
Montante da Dívida Consolidada Líquida (IX)	-5.763,6	-8.196,4	15.633,3	27.968,2

**Memória de Cálculo:**

I – A Receita Total de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo do desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação de cada uma das Unidades Gestoras;

II – A Receita Financeira de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo do desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação de cada uma das Unidades Gestoras;

III – A Receita não Financeira de cada quadrimestre é apurada pela operação: Receita Total – Receita Financeira;

IV – A Despesa Total de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso de cada uma das Unidades Gestoras;

V – A Despesa Financeira de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso de cada uma das Unidades Gestoras;

VI – A Despesa não Financeira de cada quadrimestre é apurada pela operação: Despesa Total – Despesa Financeira;

VII – O Resultado Primário de cada quadrimestre é apurado pela operação: Receita não Financeira – Despesa não Financeira;

VIII – O Resultado Nominal (RN) é apurado pelas operações: Dívida Fiscal Líquida (DFL) do quadrimestre anterior – Dívida Fiscal Líquida (DFL) do quadrimestre de referência. Onde,  $DFL = Dívida Consolidada Líquida (DCL) + Receitas de Privatizações - Passivos Reconhecidos$ , conforme abaixo:

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	LDO 2015 "a"	QUADRIMESTRES DE 2016		
		1º (b)	2º (c)	3º (d)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.392,9	16.008,9	15.108,9	32.708,9
DEDUÇÕES (II)	10.068,0	14.668,5	16.391,7	10.319,6
Ativo Disponível	16.278,5	19.038,0	19.381,0	12.273,2
Haveres Financeiros	1.153,5	1.153,5	1.153,5	1.153,5
(-) Restos a Pagar Processados	7.364,0	5.523,0	4.142,8	3.107,1
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I – II)	6.324,9	1.340,4	-1.282,8	22.389,3
Receitas de Privatizações (IV)	0,0	0,0	0,0	0,0
Passivos Reconhecidos (V)	7.307,1	7.104,0	6.913,6	6.756,0
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	-982,2	-5.763,6	-8.196,4	15.633,3
RESULTADO NOMINAL QUADRIMESTRAL		b – a	c – b	d – c
		-4.718,4	-2.432,8	7.436,9
Resultado Nominal Anual 2016 (d - a) = 15.633,3 - (-)982,2 = 14.651,1				

Memória:

1. O Ativo Disponível em "b" e "c", foi extraído da Programação financeira para 2016, somando o saldo de caixa de todas as Unidades Gestoras no início do mês de maio e setembro, respectivamente, excluindo os recursos do RPPS.

2. A Dívida Consolidada em "b" e "c" foi calculada tomando por base a DC de 2015, R\$ 16.392,9, mais os empréstimos programados para tomar em cada quadrimestre, menos as amortizações fixadas para cada quadrimestre.

Biguaçu, 30 de abril de 2016.

Ramon Wollinger PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIO DE FAZENDA	Priscila Raimundo Pinheiro CONTADORA CRC/SC-028726/O-6
---------------------------------------	-----------------------	---

## DECRETO Nº 072/2016

DECRETO Nº 072/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigações relativas ao fornecimento de merenda escolar.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, a dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação nos últimos meses em razão do cenário político e econômico que vive o Brasil e também da dificuldade de reduzir ou suspender serviços considerados essenciais;

Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 60 dias no pagamento das obrigações assumidas;

Considerando, que a Prefeitura vive um processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos;

Considerando, que o fornecimento dos alimentos é essencial para confecção da merenda escolar;

Considerando, que os contratados formalizaram suas dificuldades de manter o fornecimento com esse atraso no pagamento através do processo 4048/2016;

Considerando, que o fornecimento de merenda escolar não pode ser interrompido, sob pena de prejudicar tão importante programa;

Considerando, a manifestação favorável da Procuradoria Geral do Município de Biguaçu,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Fazenda, através do serviço de tesouraria, autorizada a efetuar o pagamento das obrigações vencidas até esta dada, relativo ao fornecimento de merenda escolar pelas empresas: GIZELE REGINA DA SILVA, CNPJ Nº 13.839.796/0001-12 e SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS E ALIMENTOS, CNPJ nº 09.196.745/0001-42, quebrando assim, a ordem cronológica de vencimento das faturas, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**DECRETO Nº 073/2016**

DECRETO Nº 073/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigações relativas a prestação de serviços médicos.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, a dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação nos últimos meses em razão do cenário político e econômico que vive o Brasil e também da dificuldade de reduzir ou suspender serviços considerados essenciais;

Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 90 dias no pagamento das obrigações assumidas;

Considerando, que a Prefeitura vive um processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos;

Considerando, que os serviços médicos em infectologia é essencial à sociedade;

Considerando, que o contratado formalizou suas dificuldades de manter os serviços com esse atraso no pagamento através do processo 3781/2016;

Considerando, que esses serviços não podem ser interrompidos, sob pena de prejudicar o tratamento de pacientes;

Considerando, a manifestação favorável da Procuradoria Geral do Município de Biguaçu,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Saúde, através do serviço de tesouraria, autorizada a efetuar o pagamento das obrigações vencidas até o mês de março de 2016, relativo à prestação de serviços médicos pela empresa: ALV SERVIÇOS MÉDICOS, CNPJ Nº 07.849.709/0001-05, quebrando assim, a ordem cronológica de vencimento das faturas, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**PORTARIA Nº 1441/2016**

PORTARIA nº 1441 de 18 de maio de 2016.

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;

ADILSON MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução;

AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;

ALINE TELLES DE MORAES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador do Bolsa Família;

ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão;

ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;

ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;

ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão, da Secretaria Municipal da Fazenda;

ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;

ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;

ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;

BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;

CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito da Secretaria de Transportes;

CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Rodovia Costal;

CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;

CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão;

CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;

CLAUDEMIR AIRES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte;

CLAUDIA BREHM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador da Casa Lar;

CRISTIANO ALMEIDA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Técnico em Topografia;

CRISTINA DE LARA PRAZERES BROERING, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Vigilância Social;

DAIANA COSTA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Rodovia Costal;

DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;

DEISE REGIS DE MIRANDA KONS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Apoio à Educação;

DIEGO BUSATO PIMENTEL, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;

DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;

EDERSON LUIZ SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo;

EDSON FARIA DE ANDRADE, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico do Ensino Fundamental;

EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;

EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;

EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão;

ELISIANE APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;

ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;

EMERSON EVERALDO SOARES, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Patrimônio;

EMERSON JOSE PETRI, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Gabinete;

FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);

FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;

FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;

FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);

FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;

FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);

FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;

GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;

GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão;

GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);

GUSTAVO FELIPE BORBA AMORIM, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Convênios;  
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
HYGOR MACHADO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JOAO DJALMA DE CARVALHO FRANÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Núcleo de Transportes;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;  
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;  
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
LAURO LUIZ DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Ensino Fundamental;  
LEANDRO ROGERIO PIRES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;  
LEDIO GERHARDT, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Orçamento Participativo;  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;  
LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;  
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;  
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Temporário de Professor II;  
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura;  
NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
ORILDO NELSON LAURENTINO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Operações Internas;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Temporário de Calceteiro;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
PAOLA REIS PACHECO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;  
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceteiro;  
PEDRO JOAQUIM CARDOSO, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PERI CESCONETTO WARTTMANN, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
RAMON DUARTE, ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
REGINALDO FOGAÇA ALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,  
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
ROGÉRIO GARCIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária;  
RONEI JOSÉ DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
ROSINEI JOSE CUNHA, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;  
SAUL DE MELO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Transporte;  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;  
VERONICA BARBARA BERNZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.



Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 1415/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1442/2016**

PORTARIA nº 1442 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCILEIA MARTA NAZARIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/04/2016 a 10/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/04/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1443/2016**

PORTARIA nº 1443 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PRISCILA BERNARDO DO ESPIRITO SANTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/04/2016 a 08/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/04/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1444/2016**

PORTARIA nº 1444 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARISA ANTUNES DE SA PLOENCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/05/2016 a 09/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1445/2016**

PORTARIA nº 1445 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELAINE ILMA FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/05/2016 a 01/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1446/2016**

PORTARIA nº 1446 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KARINA HOFFANN HEINZEN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/05/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1447/2016**

PORTARIA nº 1447 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE MARIA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (INGLES), com jornada de 10 horas semanais, acrescidas de 02 (duas) aulas excedentes na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/04/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/04/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1448/2016**

PORTARIA nº 1448 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DIMITRI BERGMANN VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/05/2016 a 05/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1449/2016**

PORTARIA nº 1449 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA CLAUDIA MULLER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/04/2016 a 01/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/04/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1450/2016**

PORTARIA nº 1450 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA RONCHI VITORINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/04/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/04/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 1451/2016**

PORTARIA nº 1451 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SILVIA MARA DEODATO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/05/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1452/2016**

PORTARIA nº 1452 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRA REGINA COSTA DA ROCHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/04/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/04/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1453/2016**

PORTARIA nº 1453 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISIELE ARCENO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional

Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/05/2016 a 22/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1454/2016**

PORTARIA nº 1454 de 18 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDO CRISPIM DE MOURA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/04/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/04/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1455/2016**

PORTARIA nº 1455 de 18 de maio de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCIA MARINA VIDAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 06/05/2016 a 03/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1456/2016**

PORTARIA nº 1456 de 18 de maio de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISABELLE DA SILVA FONSECA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 05/05/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1457/2016**

PORTARIA nº 1457 de 18 de maio de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), THAYSE TEIXEIRA WESSLER, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 03/05/2016 a 10/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1458/2016**

PORTARIA nº 1458 de 18 de maio de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LOURENA APARECIDA RIBEIRO MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 03/05/2016 a 01/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1459/2016**

PORTARIA nº 1459 de 18 de maio de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANA MARIA CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 09/05/2016 a 01/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1460/2016**

PORTARIA nº 1460 de 18 de maio de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAQUEL MARIA RODRIGUES CONSTANCIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 16/05/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1461/2016**

PORTARIA nº 1461 de 18 de maio de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA ESTELA LAGUNA JACQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 14/05/2016 a 12/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1462/2016**

PORTARIA nº 1462 de 18 de maio de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABRICIA ANDREZA AMORIM HOFFMANN, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 27/04/2016 a 18/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/04/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1463/2016**

PORTARIA nº 1463 de 18 de maio de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA ALEXANDRE SOUZA DA COSTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 12/05/2016 a 08/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1464/2016**

PORTARIA nº 1464 de 18 de maio de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RUBENS HOFFMANN MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 06/05/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2016.

Biguaçu, 18 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.280/2016

LEI Nº 8.280, DE 16 DE MAIO DE 2016.

INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DO BRAILLE", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal do Braille, a ser realizada, anualmente, na semana em que se incluir o dia 8 de abril.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.281/2016

LEI Nº 8.281, DE 16 DE MAIO DE 2016.

INSTITUI O DIA DO "BLU OLD VINTAGE CARS", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia do Blu Old Vintage Cars, a ser realizado, mensalmente, no primeiro domingo de cada mês.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.282/2016

LEI Nº 8.282, DE 16 DE MAIO DE 2016.

INSTITUI O "DIA DO ABRAÇO", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia do Abraço, a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.283/2016

LEI Nº 8.283, DE 16 DE MAIO DE 2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO SÍTIO DONA LÚCIA".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação Sítio Dona Lúcia, CNPJ nº 23.588.017/0001-07, com sede e foro jurídico no município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.284/2016

LEI Nº 8.284, DE 18 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR CESSÃO GRATUITA DE USO DE EQUIPAMENTOS AO ESTADO DE SANTA CATARINA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADOS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NO EEB. CEL PEDRO CHRISTIANO FEDDERSEN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar, em favor do Estado de Santa Catarina, por prazo indeterminado, cessão gratuita de uso dos seguintes equipamentos:

I – 01 (um) digitalizador scanner Freedom Scientific - tombamento nº 112652;

II – 01 (uma) impressora PP braille Index Braille - Tombamento nº 112653;

III – 01 (uma) máquina de escrever braille Perkins Brailler – Tombamento nº 112654.

Parágrafo único. Os equipamentos deverão ser utilizados exclusivamente no atendimento educacional especializado de alunos com deficiência visual matriculados na EEB Cel. Pedro Christiano Feddersen.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal



**LEI Nº 8.286/2016**

LEI 8.286, DE 18 DE MAIO DE 2016.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI N. 8.251, DE 09 DE MARÇO DE 2016, QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei n. 8.251, de 09 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do parágrafo único:

"Art. 2º [...]

[...]

III – encargos estabelecidos pelo agente financeiro, cujo montante será uma composição de dois subcréditos: o primeiro relativo ao financiamento de 50% do valor do projeto, com taxa de juros igual a 8,00% a.a. acima da TJLP; e o segundo relativo ao financiamento de até 40% do valor do projeto, com taxa de juros igual a 6,60% a.a. acima da SELIC.

Parágrafo único. A composição a que alude o inciso III deste artigo será em função do percentual máximo de participação do valor do financiamento em relação ao valor do projeto, que atualmente é de 90%."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.050/2016**

LEI COMPLEMENTAR N. 1.050, DE 18 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CEDER SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE PSICÓLOGO AO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NA COMARCA DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Poder Judiciário de Santa Catarina, em caráter excepcional, um servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, integrante do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, que constitui o Anexo I-E da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, para o exercício de suas funções na Comarca de Blumenau.

Parágrafo único. A cessão de que trata o caput se dará com ônus ao erário municipal, pelo período de doze meses, prorrogável por igual período, mediante convênio entre o Município e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.965/2016**

DECRETO Nº10.965, DE 13 DE MAIO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DESTINADO AO PROLONGAMENTO DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS um IMÓVEL, PERTENCENTE A ROSELI ROSA FROTSCHER situado na rua PAULO PISKE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação o terreno pertencente a Roseli Rosa Frotscher, inscrito no cadastro técnico municipal sob nº4-1-21-0014-0010, matriculado no 2º ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº5.242, no bairro Velha, contendo 637,50m², fazendo frente em três linhas, sendo a primeira de 14,50m, a segunda de 9,00m e a terceira de 7,50m, todas com o lado ímpar do virador da Rua Paulo Piske, fundos em 20,40m, com terras de Augusto Chiminelli (reg. nº 2.639, fl. 196, livro 3-A) e com terras do Espólio de Jacinta Dell Antônia (transc. nº974, fl. 199, livro 3), extremado pelo lado direito em 28,00m com terras de Edith Chicatto e pelo lado esquerdo em 21,00 com terras de Lote Bernhardt Chrzan (mat. 5.243), edificado com uma casa de alvenaria com 110,81m², a qual recebeu o nº65.

Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo é destinado ao prolongamento da Rua Humberto de Campos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.966/2016**

DECRETO Nº10.966, DE 13 DE MAIO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DESTINADO AO PROLONGAMENTO DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS um IMÓVEL, PERTENCENTE A VILSON JULIO ROSA situado na rua GUSTAVO BUDAG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação o terreno pertencente a Vilson Julio Rosa, inscrito no cadastro técnico municipal sob nº4-1-20-0007-0611, matriculado no 2º ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob o nº45.774, no bairro Velha, contendo 3.029,60m², fazendo frente três linhas, sendo a primeira, a partir do lado direito, em 17,25m com o lado ímpar da Rua Gustavo Budag, a segunda em 13,18m com a curva de concordância formada pelas ruas Gustavo Budag e a Via Projetada nº7, fundos em 42,62m com terras da Sociedade Desportiva Vasto Verde (mat. 3.974); extremado pelo lado direito em 91,59m, sendo, a partir da frente, em 25,00m com terras de Shogun Informática Ltda. EPP e em 66,59m com terras de Sociedade Desportiva Vasto Verde e pelo lado esquerdo em 66,82m com terras do Município de Blumenau, sem benfeitorias.

Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo é destinado ao prolongamento da Rua Humberto de Campos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 10.968/2016**

DECRETO Nº 10.968, DE 13 DE MAIO DE 2016.

ANTECIPA O TÉRMINO DO EXPEDIENTE NO DIA 12 DE JULHO DE 2016 NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 59, VII, e 75, I, "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, em conformidade com o disposto no art. 24, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007,

CONSIDERANDO que, nos termos do contrato celebrado com o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, o Município de Blumenau será sede da ETAPA DA CIDADE no dia 12 de julho de 2016 para a realização do evento denominado revezamento da Tócha Olímpica Rio 2016;

CONSIDERANDO o compromisso assumido pelo Município de prover todo o apoio e infraestrutura necessários ao planejamento, organização e realização da "Celebração da Cidade", em conformidade com as condições e especificações contratuais e as constantes do Guia de Planejamento da Cidade (GPC);

CONSIDERANDO a necessidade de verificação de instalações e visitação de espaços públicos pela Segurança Nacional;

CONSIDERANDO que se impõe para tal desiderato a liberação dos servidores públicos municipais a partir das 12h do dia do evento, o que lhes possibilitará, inclusive, participar das celebrações públicas,

DECRETA:

Art. 1º O expediente nas repartições públicas municipais no dia 12 de julho de 2016 será antecipadamente encerrado às 12h (doze horas).

Art. 2º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços realizados em regime de plantão e aos considerados essenciais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 10.970/2016**

DECRETO Nº 10.970, DE 17 DE MAIO DE 2016.

DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO o falecimento do Maestro e Ex-Secretário de Turismo e Cultura de Blumenau, Sr. Frank Otto Mathias Graf, ocorrido no dia 17 de maio de 2016 aos 73 anos de idade, o qual entristece e enluta a nossa comunidade;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados pelo finado, onde dedicou sua vida profissional à Cultura e à Arte de nossa Cidade, especialmente na área musical, sendo inclusive o fundador da Orquestra da Furb;

DECRETA:

Artigo único - Em homenagem à memória do Sr. Frank Otto Mathias Graf, fica declarado luto oficial de três (3) dias no Município de Blumenau.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 19.695/2016**

PORTARIA Nº 19.695, DE 05 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 23, inciso III, combinado com o art. 32 da Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com os Memorandos SEMUS nº 461 e 462, de 13 de abril de 2016, resolve:

CONCEDER gratificação especial pela participação no Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, conforme artigo 32 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, aos servidores públicos municipais que indica:

ARQUIMINO DA ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretária Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 24 de fevereiro de 2016;

ELENICE VERCKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretária Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 02 de maio de 2016;

LITSSU DE MELO MARCELINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretária Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 02 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

PUBLICAR POR INCORREÇÃO

### **PORTARIA Nº 19.711/2016**

PORTARIA Nº 19.711, DE 10 DE MAIO DE 2016.

PRORROGA A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMIR IZIDORO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR, DA EBM WILHELM THEODOR SCHURMANN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar n. 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando n. 195, de 06/05/2016, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

PRORROGAR a designação do servidor público municipal VALMIR IZIDORO, matrícula nº 202533, ocupante do cargo de provimento

efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Secretário Escolar da EBM "Wilhelm Theodor Schurmann", até a data de 29/07/2016, devido a prorrogação do período de licença prêmio da servidora Tânia Miriam Stange, titular da função.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.715/2016**

PORTARIA Nº 19.715, DE 12 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA NILVANA CAMPOS GONÇALVES PARA PRESIDIR O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA, PARA O BIÊNIO 2016/2018.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º, da Lei Complementar nº 515, de 18/03/2005 e de acordo com a indicação constante da lista tríplice contida no Ofício nº 064, de 26/04/2016, resolve:

NOMEAR

NILVANA CAMPOS GONÇALVES, representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para presidir o Conselho Deliberativo da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, para o biênio 2016/2018, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 515, de 18/03/2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.716/2016**

PORTARIA Nº 19.716, DE 11 DE MAIO DE 2016.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA - SAD Nº 005/2015, QUE TRAMITOU PERANTE A 2ª CPASD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, o art. 246, da Lei Complementar n. 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos da SAD nº 005/2015, resolve:

DETERMINAR

o arquivamento da Sindicância Administrativa – SAD nº 05/2015, instaurada pela Portaria nº 19.004, de 10/08/15, para apurar denúncia efetuada na Ouvidoria SUS do Município, sobre supostas irregularidades ocorridas no ESF Ângelo de Caetano II, que tramitou perante a 2ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, em consonância com o Relatório Final que concluiu não ficar demonstrado nos autos indícios de culpa que pudessem dar ensejo à abertura de processo administrativo disciplinar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.718/2016**

PORTARIA Nº 19.718, DE 11 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA MARCELO DOS SANTOS LONGEN PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento na alínea "c", do inciso II, do art. 4º da Lei Complementar nº 437, de 22/12/2003, e conforme Memorando 81/16 - SEDECI, de 25/04/2016, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de maio de 2016, para exercer a função de Auxiliar de Controle Interno, no âmbito da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, com as atribuições constantes no art. 1º, "c", da Lei Complementar nº 754, de 29 de abril de 2010:

MARCELO DOS SANTOS LONGEN, matrícula nº 189669, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Procuradoria-Geral do Município, em substituição a ARLI VEIGA, designada pela Portaria nº 17.430, de 09 de dezembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.719/2016**

PORTARIA N. 19.719, DE 13 DE MAIO DE 2016.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ENVOLVENDO SERVIDORES LOTADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, combinado com os artigos 209 e 210 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e conforme solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Saúde, por meio do Memorando SGTS n. 101/2016, de 24/02/2016, resolve:

DETERMINAR

a abertura de Sindicância Administrativa a ser conduzida pela Terceira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias n. 15.146, 31/10/2011, n. 15.578, de 02/04/2012 e n. 18.495, de 02/03/2015, para apurar supostas irregularidades relacionadas com o pagamento de adicionais, acúmulo indevido de funções e definição e cumprimento de jornadas de trabalho, envolvendo servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o que consta dos documentos acostados ao Memorando SGTS n. 101/2016, de 24/02/2016, encaminhado pela Secretária Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 19.720/2016**

PORTARIA Nº 19.720, DE 13 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANA ROBERTA VOLLES A AFASTAR-SE DO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR, JUNTO À EEB EMÍLIO BAUMGART.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento nos artigos 21 e 22, caput, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, resolve:

AUTORIZAR, sem ônus para o Município, a servidora pública municipal a JULIANA ROBERTA VOLLES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a afastar-se do exercício do cargo, a contar de 04 de janeiro de 2016, para o exercício do cargo em comissão de Diretor, junto à EEB Emílio Baumgart, de conformidade com o Processo Administrativo nº 2016/04/3835.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.721/2016**

PORTARIA Nº 19.721, DE 13 DE MAIO DE 2016.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA - SAD Nº 04/2015, QUE TRAMITOU PERANTE A 3ª CPASD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, o art. 246, da Lei Complementar n. 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos da SAD nº 004/2015, resolve:

DETERMINAR o arquivamento da Sindicância Administrativa – SAD nº 04/2015, instaurada pela Portaria nº 18.663, de 16/04/15, para apurar supostas irregularidades ocorridas no ESF Ângelo de Caetano, no que diz respeito ao atendimento à menor B.E.F., que tramitou perante a 3ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, em consonância com o Relatório Final que concluiu não existirem evidências que comprovem que há responsabilidade de qualquer servidor no atendimento a menor, com observância à sugestão da Comissão contida no relatório final.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.722/2016**

PORTARIA Nº 19.722, DE 13 DE MAIO DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL J.S.L.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e 209 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e conforme solicitação efetuada pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. Ronaldo Rogério Wandall, por meio do Memorando SEDEAD nº 313/16, de 22/03/2016, resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar, a ser conduzido pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias nºs 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 18.830, de 08/06/2015, para apurar a responsabilidade do servidor público municipal J.S.L., matrícula nº 230161, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Administração, junto ao Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor - SESOSP, de acordo com o relato anexado ao Memorando nº 313/2016, de 22/03/2016, encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração, e denúncia de nº 2016/2898, efetuada junto à Ouvidoria do Município, por infringir, em tese, os arts. 176, III (manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e de cidadão), V (tratar com urbanidade os demais servidores e o público em geral) da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.723/2016**

PORTARIA Nº 19.723, DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

CAMILE LAIS ROCHA, do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 02 de maio de 2016, conforme Processo Administrativo nº 4078/05/2016;

ROSECLERI DE SOUZA, do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 29 de abril de 2016, conforme Processo Administrativo nº 4101/05/2016;

SILVANA JANUARIO JORGE, do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 03 de maio de 2016, conforme Processo Administrativo nº 4133/05/2016;

ROSANA APARECIDA DOS SANTOS ESPINDULA, do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 28 de abril de 2016, conforme Processo Administrativo nº 4015/04/2016;

ANELIZE BAUMGARTNER DE OLIVEIRA, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 09 de maio de 2016, conforme Processo Administrativo nº 4284/05/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.724/2016**

PORTARIA Nº 19.724, DE 16 DE MAIO DE 2016.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DOS SEGUINTE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

ALTERAR, o percentual de gratificação de condução dos seguintes servidores públicos municipais:

OZEIAS MORAES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, concedida pela Portaria nº 14.737/2011, para GC de 30% (trinta por cento);

MICHELE DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, concedida pela Portaria nº 15.154/2011, para GC de 30% (trinta por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.725/2016**

PORTARIA Nº 19.725, DE 16 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA RAIMUNDO DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HERONDINA HELENA DA SILVA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 194/2016, de 06/05/2016, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR,

a contar de 26 de abril de 2016, a servidora pública municipal ADRIANA RAIMUNDO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretária Escolar do Centro de Educação Infantil "Herondina Helena da Silva", concedendo-lhe a gratificação de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.726/2016**

PORTARIA N. 19.726, DE 16 DE MAIO DE 2016.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL I.D.P.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e artigos 25 e

209, da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo solicitação efetuada pela Diretora de Pessoal, através do Memorando n.º SEDEAD n.566/2016, de 28/04/2016, resolve:

DETERMINAR

a abertura de Processo Administrativo Disciplinar a ser conduzido pela Segunda Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias n. 13.865, de 08/06/2010 e n. 15.326, de 18/01/2012 e n. 16.748, de 06/03/2013, a fim de apurar a responsabilidade disciplinar da servidora pública municipal I.D.P., matrícula nº 20020-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por abandono de cargo público, pois desde a data de 29 de junho de 2015 não comparece ao serviço público, conforme consta do seu Registro Funcional, e de acordo com os documentos acostados ao Memorando n.º SEDEAD n.566/2016, de 28/04/2016, encaminhado pela Diretora de Pessoal, infringindo assim, em tese, o artigo 177, XXIV (abandonar o cargo), combinado com o art. 204, da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2015.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.727/2016**

PORTARIA Nº 19.727, DE 16 DE MAIO DE 2016.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, das seguintes funções gratificadas de confiança:

MICHELE KAROLINE BENVENUTTI GOUVEIA, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Cotação, FGC-30%, designada pela Portaria nº 19.570, de 01/04/2016, no dia 01 de maio de 2016;

MARIA BERNADETE LOMBARDI MOREIRA, Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Implantação, FGC-60%, designada pela Portaria nº 19.307, de 08/12/2015, no dia 01 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 80/2016 - SEFAZ**

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 80/2016

CONTRIBUINTE : CENTRO INTEGRADO DE TERAPIAS NATURAIS ROSENSTEIN LTDA

ENDEREÇO: RUA GUSTAVO BUDAG 227/02 - VELHA

Nº INSCRIÇÃO: 84.794 CNPJ: 10.308.238/0001-32

Processo Fiscal : 2015/775

Sócios: MAIANA ROSENSTEIN / LISIA MARIS HENSEL

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:								
Base de Cálculo	9.635,00							
Imposto a Reco-lher	192,70							
Atualização Mone-tária	60,70							
Juros de Mora	106,23							
Multa p/ infração	126,70							
Total Geral	486,33							486,33

**DESCRIÇÃO DOS FATOS**

1) Período Fiscal: 2012/05, 2012/07, 2012/08, 2012/10, 2012/11, 2013/08

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de Serviço eletrônicas (NOTABLU) 034 A 044

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Prestou serviços de ACUPUNTURA, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

3.2) Após a intimação nº 3436/2015 não ser cumprida em virtude da não localização dos sócios responsáveis pela empresa no local constante no alvará de localização, foi lavrada a Notificação Fiscal nº 80/2016 no valor de R\$ 486,33 referente ao período de 2012/05, 2012/07, 2012/08, 2012/10, 2012/11, 2013/08. A referida notificação será publicada através de EDITAL no Boletim Oficial do Município. 0

3.3) Deixou de recolher o ISSQN devido no período considerado, conforme anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, infringindo a legislação tributária municipal:

A partir de janeiro/2008, artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

**4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO**

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

1 - Soma dos valores referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas. 034 A 044

**5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR**

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 2% (Art. 276 LC 632/2007).

5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

1) Atualização monetária:

- A partir de 2010 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9085/2009

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9313/2010

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4) Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

Blumenau(SC) 15/03/2016

Adriana Paula da Silva

AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA

21553-8

Ano 2012	Receita Faturamento Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado		
Meses										
Maio	1.860,00	37,20	0,00	37,20	49,10	11,90	22,59	71,69		
Julho	1.290,00	25,80	0,00	25,80	34,06	8,26	14,98	49,04		
Agosto	1.880,00	37,60	0,00	37,60	49,63	12,03	21,34	70,97		
Outubro	2.005,00	40,10	0,00	40,10	52,93	12,83	21,70	74,63		
Novembro	1.950,00	39,00	0,00	39,00	51,48	12,48	20,59	72,07		
Total	8.985,00	179,70	0,00	179,70	237,21	57,51	101,21	338,41		
Ano 2013	Receita Faturamento Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado		
Meses										
Agosto	650,00	13,00	0,00	13,00	16,20	3,20	5,02	21,22		
Total	650,00	13,00	0,00	13,00	16,20	3,20	5,02	21,22		

## NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 77/2016

CONTRIBUINTE : SUELI DE LOURDES SILVA ALVES-ME

ENDEREÇO: RUA GENERAL OSORIO 4639 AGUA VERDE

Nº INSCRIÇÃO: 98.642 CNPJ: 05.306.546/0001-99

Processo Fiscal : 2015/913

Sócios: SUELI DE LOURDES SILVA ALVES

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:							
Base de Cálculo	2.015,40						
Imposto a Recolher	100,77						
Atualização Monetária	32,25						
Juros de Mora	51,88						
Multa p/ infração	66,51						
Total Geral	251,40						
DESCRIÇÃO DOS FATOS							

1) Período Fiscal: 2012/12

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de Serviço eletrônicas (NOTABLU) 001 A 004

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Prestou serviços de TINTURA E LAVANDERIA, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 14.10 – Tinturaria e lavanderia.

3.2) Após a intimação nº 3494/2015 não ser cumprida em virtude da não localização dos sócios responsáveis pela empresa no local constante no alvará de localização, foi lavrada a Notificação Fiscal nº 77/2016 no valor de R\$ 251,4 referente ao período de 2012/12. A referida notificação será publicada através de EDITAL no Boletim Oficial do Município.

3.3) Deixou de recolher o ISSQN devido no período considerado, conforme anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, infringindo a legislação tributária municipal:

A partir de janeiro/2008, artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

1 - Soma dos valores referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas. 001 A 004

5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 5% (Art. 276 LC 632/2007).

5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

1) Atualização monetária:

- A partir de 2010 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9085/2009

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9313/2010

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011



- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012
- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013
- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4) Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

Blumenau(SC) 15/03/2016

Adriana Paula da Silva  
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA  
21553-8

	TERMO DE FISCALIZAÇÃO							
	MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO							
ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº:				77/2016				
Ano 2012	Receita Fatura- mento Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atua- lizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Meses								
Dezembro	2.015,40	100,77	0,00	100,77	133,02	32,25	51,88	184,89
Total	2.015,40	100,77	0,00	100,77	133,02	32,25	51,88	184,89

#### NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 85/2016

CONTRIBUINTE : VIA BRASIL TREINAMENTOS EIRELI -ME

ENDEREÇO: RUA FREDERICO JENSEN 822 - LOJA TERREA 2/B - ITROUPAVAZINHA

Nº INSCRIÇÃO: 89.793 CNPJ: 07.482.877/0001-05

Processo Fiscal : 2015/918

Sócios: JULIO CESAR TIMM DE ALMEIDA

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

	DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:		
	Base de Cálculo	29.638,67	
	Imposto a Recolher	889,16	
	Atualização Monetária	87,70	
	Juros de Mora	56,65	
	Multa p/ infração	488,43	
	Total Geral	1.521,95	

#### DESCRIÇÃO DOS FATOS

1) Período Fiscal: 2015/07, 2015/08, 2015/11, 2015/12 E 2016/02

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de Serviço eletrônicas (NOTABLU) 025 A 032

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Prestou serviços de ASSESSORIA E CONSULTORIA, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

3.2) Após a intimação nº 3499/2015 não ser cumprida em virtude da não localização dos sócios responsáveis pela empresa no local constante no alvará de localização, foi lavrada a Notificação Fiscal nº 85/2016 no valor de R\$ 1521,95 referente ao período de 2015/07, 2015/08, 2015/11, 2015/12 E 2016/02. A referida notificação será publicada através de EDITAL no Boletim Oficial do Município.

3.3) Deixou de recolher o ISSQN devido no período considerado, conforme anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, infringindo a legislação tributária municipal:

A partir de janeiro/2008, artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

#### 4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

1 - Soma dos valores referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas. 025 A 032

#### 5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 3% (Art. 276 LC 632/2007).

5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

1) Atualização monetária:

- A partir de 2010 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9085/2009

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9313/2010

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4) Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

Blumenau(SC) 21/03/2016

Adriana Paula da Silva

AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA

21553-8

Ano 2015	Receita Faturamento Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Meses								
Julho	5.000,00	150,00	0,00	150,00	166,46	16,46	13,32	179,78
Agosto	14.638,67	439,16	0,00	439,16	487,36	48,20	34,11	521,47
Novembro	4.000,00	120,00	0,00	120,00	133,17	13,17	5,33	138,50
Dezembro	3.000,00	90,00	0,00	90,00	99,88	9,88	3,00	102,87
Total	26.638,67	799,16	0,00	799,16	886,86	87,70	55,75	942,62

## RESOLUÇÃO CMDCA Nº 15/2016

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 15/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003 e,

CONSIDERANDO:

- o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/90;
- a Lei Federal nº 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE;
- a Resolução nº 171/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que estabelece critérios para elaboração do Plano Decenal.
- a deliberação do CMDCA, em Plenária Ordinária realizada em 18 de fevereiro de 2016, conforme consta na Ata CMDCA nº 01/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal dos Direitos Humanos da Criança e Adolescente de abrangência decenal, sendo Titular e Suplente respectivamente, conforme segue:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Titular - Carolinne Kistenmacher Vieira;

Suplente - Nilvana Campos Gonçalves.

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular - Rosana Clarice C. Wenderlich

Suplente - Rosane Manske

III - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular - Jaéte Catarina Eismann Panoch

Suplente - Mônica Raso da Silva

IV - Representantes da Fundação Cultural de Blumenau

Titular - Denízia Régis

Suplente - Marlene T. Casas Anuseck

V - Representantes da Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Titular - Maria Elisabeth P. Godoz

Suplente - Ângela Rezende

VI - Representantes da Fundação Municipal de Desportos

Titular - Marcos Roberto Gomes

Suplente - César Augusto Augustin

VII - Representantes do Fórum Municipal Permanente das Entidades Não Governamentais de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Titular - Darci Holler Pereira

Suplente - Maria de Lourdes Sabel

VIII - Representantes da Associação dos CONSEGS de Blumenau

Titular - Walter Salvador

Suplente - Ronaldo Pereira

IX - Representantes dos Conselhos Tutelares

Titular - Gilberto Alba Parisoto

Suplente - Vivian Persuhn Gielow

X - Representantes da Câmara Mirim

Titular - Ariane Daniele de Liz de Freitas

Suplente - João Vitor Schwaemlle

XI - Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Titular - Anelize Termann Schlosser

Suplente - Givanildo Trindade

XII - Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular - Simone J. Bretzke Probst

Suplente - Gicéle Maria Cervi

XIII - Representantes do Conselho Municipal de Saúde

Titular - Nívea M. Klein Keunecke

Suplente - Edna de Moraes Batista

XIV - Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social

Titular - Vanessa Raquel Cardoso

Suplente - Erica Lídia Schmitt

XV - Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência

Titular - Márcia Anita Coelho

XVI - Representantes da Gerência Regional de Educação.

Titular - Ivanilde Tielmann

Suplente - Rosimeri Pinheiro

XVII - Representantes da Conferência Regional dos direitos humanos de crianças e adolescentes - escolas municipais.

Titular - Isadora Rohling



Suplente – Fernanda Sâmara Dias Vaz

XVIII – Representantes da Conferencia Regional dos direitos humanos de crianças e adolescentes – escolas estaduais.

Titular - Giuliana Madalena Anzini

Suplente – Raniel Garcia

§ 1º - A Comissão poderá, no intuito de qualificar os debates e encaminhamentos, convidar profissionais e especialistas na temática para participarem de suas reuniões.

§ 2º - Representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e de outras instituições públicas poderão participar da Comissão Intersetorial na condição de convidados em caráter permanente, com direito a voz e voto.

Art. 2º. A Comissão Intersetorial será coordenada pelos representantes do CMDCA integrantes dessa Comissão.

Art. 3º. A Comissão Intersetorial tem a incumbência de elaborar o Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, que será submetido à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 4º. A Comissão contará com apoio técnico e administrativo da equipe de assessoria da Gerência de Apoio aos Conselhos da SEMUDES.

Art. 5º. Os membros da Comissão Intersetorial não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 6º. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 04 de abril de 2016.

MARCELO ALTHOFF

Coordenador Geral do Conselho Municipal  
dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA  
Gestão 2015 - 2017

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016**

MODALIDADE: Pregão Presencial TIPO: Menor Preço Global por lote.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de combustível (gasolina comum e etanol), conforme anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 31/05/2016 HORÁRIO: 10:00 horas.

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau.

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55 – Blumenau/SC.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 – Material de Consumo.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 13 horas às 19 horas, de 2ª a 6ª feira, através do telefone (47) 3231-1500 ou no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>.

Blumenau, 17 de maio de 2016.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4882/2016

DECRETO Nº 4882/16 DE 18 DE MAIO DE 2016.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 987/15 de 28.10.2015 (LDO), 988/15 de 28.10.2015 (LOA) e 1011/16 de 18.05.2016.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no valor de R\$ 43.500,00 (Quarenta e três mil e quinhentos reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.02 – Departamento de Finanças, Tributação e Contabilidade.

Proj/Ativ.: 0412900102.011 – Manutenção do de Tributação e Fiscalização.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (248).

Valor R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1230600152.016 – Manutenção da Merenda Escolar.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (323).

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.050 – Apoio a Manutenção de APAES.

Elemento: 3350 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (961).

Valor R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem.

Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Estradas e Rodagem.

Proj/Ativ.: 2678200262.029 – Manutenção do Parque Rodoviário Municipal.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1070).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100331.031 – Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1101).

Valor R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1648200531.051 – Construção E Infra Estrutura de Unidades Habitacionais..

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1207).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no valor de R\$ 43.500,00 (Quarenta e três mil e quinhentos reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200042.008 – Apoio Financeiro a Entidades Municipais.

Elemento: 3350 – Aplicações Diretas (114).

Valor R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200032.003 – Manutenção das Atividades de Administração Geral.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (105).

Valor R\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm por conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 18 de maio de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 4881/16 DE 18 DE MAIO DE 2016. APROVA DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 4881/16 DE 18 DE MAIO DE 2016.

APROVA DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VII, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 868/13, de 03 de Abril de 2013.

DECRETA

Art.1º. Fica pelo presente Decreto aprovado o DESDOBRO DO LOTE URBANO Nº. 222, DA QUADRA Nº. 26, com a área de 1.000,00 m², (um mil metros quadrados), com uma edificação unifamiliar em alvenaria coberta com telhas de barro com área de 70,00 m², situado na Rua La Salle esquina com a Avenida 29 de Novembro, centro, na cidade e município de Bom Jesus do Oeste/SC, de propriedade de Valmei José Bruinsma e Ediane Francisco da Silva Bruinsma.

#### Lotes Formados com o Desdobro

1- Lote Urbano nº. 222-A, com área de 500,00 m² com uma edificação unifamiliar em alvenaria coberta com telhas de barro com área de 70,00 m², que ficará remanescente a Valmei José Bruinsma e Ediane Francisco da Silva Bruinsma, confrontando:

Ao Norte: com o Lote Urbano nº 223, de propriedade de Emma Sehnem, na extensão de 25,00 metros;

Ao Sul: com a Rua La Salle, na extensão de 25,00 metros;

Ao Leste: com a Rua 29 de Novembro, na extensão de 20,00 metros;

Ao Oeste: com o Lote Urbano nº 222-B, que será adquirido pelo Sr. Osmar Gromann, na extensão de 20,00 metros.

2- Lote Urbano nº. 222-B, situado na Rua La Salle, centro, na cidade e município de Bom Jesus do Oeste/SC, com área de 500,00 m², sem benfeitorias, que será adquirido pelo Sr. Osmar Gromann, confrontando:

Ao Norte: com o Lote Urbano nº 223, de propriedade de Emma Sehnem, na extensão de 25,00 metros;

Ao Sul: com a Rua La Salle, na extensão de 25,00 metros;

Ao Leste: com o Lote Urbano nº 222-A que ficará remanescente a Valmei Bruinsma e Ediane Francisco da Silva Bruinsma, na extensão de 20 metros;

Ao Oeste: com parte do Lote Urbano nº 221 de propriedade de Delmir Bruxel, Derli Bruxel e Ivanete Budke na extensão de 20,00 m.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),  
18 de Maio de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## LEI MUNICIPAL Nº. 1011/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1011/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica, Leis nº 987/15 de 28 de outubro de 2015 (LDO) e 988/15 de 28 de outubro de 2015 (LOA), FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretária Municipal de

Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no valor de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.02 – Departamento de Finanças, Tributação e Contabilidade.

Proj/Ativ.: 0412900102.011 – Manutenção do departamento de Tributação e Fiscalização.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (248).

Valor R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.  
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1230600152.016 – Manutenção da Merenda Escolar.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (323).

Valor R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.050 – Apoio a Manutenção de APAES.

Elemento: 3350 – Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (961).

Valor R\$ 1.000,00 (mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem.

Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Estradas e Rodagem.

Proj/Ativ.: 2678200262.029 – Manutenção do Parque Rodoviário Municipal.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1070).

Valor R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100331.031 – Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1101).

Valor R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1648200531.051 – Construção e Infra Estrutura de Unidades Habitacionais.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1207).

Valor R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art.2º. Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro da presente Lei, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no valor de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200042.008 – Apoio Financeiro a Entidades Municipais.

Elemento: 3350 – Aplicações Diretas (114).

Valor R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200032.003 – Manutenção das Atividades de Administração Geral.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (105).

Valor R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art.3º. As despesas decorrentes da realização da presente Lei correm por conta do orçamento municipal.

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art.5º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Bom Jesus do Oeste, aos 18 de maio de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 2310.16 - L. AUMENTO VENCIMENTO CÂMARA

Lei Nº 2310/16 de 17.05.16

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO, Á TÍTULO DE REVISÃO GERAL ANUAL.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica concedida reposição salarial de 9,83%, (nove vírgula oitenta e três por cento) nos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo Municipal, a título de recomposição das perdas salariais, acumuladas no período de abril/2015 a abri 1/2016, com base no INPC acumulado no período.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 17 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 2311.16 - L. NOME PRAÇA

Lei Nº 2311/16 de 17.05.16

DENOMINA PRAÇA E RUA NO CENTRO DA CIDADE DE BOM RETIRO.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada PRAÇA DOM DANIEL HOSTIN o logradouro constituído pelas áreas adjacentes a Igreja Matriz, situado entre a Av. 24 de Outubro e a Rua 14 de Janeiro.

Art. 2º. Fica denominada a via pública existente no referido logradouro como RUA DOM DANIEL HOSTIN, a qual têm início na Av. 24 de outubro e término na Rua 14 de Janeiro, contendo a extensão total de 62 metros.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 17 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 485.05.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CESAR A. FAUSTINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 485/16 de 17.05.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 08 (oito) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 17 de maio com término no dia 24 de maio de 2016, ao funcionário Cesar Antonio Faustino, ocupante do cargo de Motorista - Padrão 1 – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

### 486.05.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 486/16 de 17.05.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2016, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda



**487.05.16 - P. LIC. MOT. P. FAM. PATRICIA CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 487/16 de 17.05.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 17 de maio de 2016, a funcionária Patrícia da Cruz, ocupante do cargo de Farmacêutica - Padrão 1 – Nível 12, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. Adm. Fazenda

**488.05.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA L. HERARDT**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 488/16 de 17.05.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 16 de maio de 2016, a funcionária Maria de Lourdes Herardt, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. Adm. Fazenda

**489.05.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PATRICIA I. FLORIANI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 489/16 de 17.05.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico

apresentado 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 09 de maio com término no dia 15 de maio de 2016, a funcionária Patrícia Iracema Floriani, ocupante do cargo de Fisioterapeuta - Padrão 1 – Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. Adm. Fazenda

**490.05.16 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE ELI T. P. HEMCKMAIER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 490/16 de 17.05.16

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 31 de agosto de 2016, a funcionária a funcionária Eli Terezinha Perroni Hemckmaier, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. Adm. Fazenda

**491.05.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DALISE B. VAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 491/16 de 18.05.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 17 de maio de 2016, a funcionária Dalise Buratto Vaz, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
18 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. Adm. Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.894/2016

DECRETO Nº 1.894/2016

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1.332/2016 de 18 de maio de 2016.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 745.055,00 (Setecentos e quarenta e cinco mil reais e cinquenta e cinco reais) conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-025-1.1	Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(236)	Receita de impostos e Transf. Educação ..... R\$ 44.825,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.02	Divisão de Projetos e Estudos
15-122-0130-2.38	Manutenção do Setor de Projetos e Estudos
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(257)	Recursos Ordinários ..... R\$ 50.700,00
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(259)	Recursos Ordinários ..... R\$ 36.430,00
26-782-0125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.63(166)	Recursos Ordinários ..... R\$ 291.700,00
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.64(163)	Recursos Ordinários ..... R\$ 130.000,00
06.03	Divisão de Saneamento
17-512-0110-2.23	Manutenção, Operação e Implantação de Redes Comunitárias de Água
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.64(320)	Recursos Ordinários ..... R\$ 70.000,00
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(23)	Recursos Ordinários ..... R\$ 21.400,00
10.00	Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.02	Divisão de Cultura
13-392-060-2.46	Realização da Festa Bergamasca
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(109)	Recursos Ordinários ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

02.00	Gabinete do Prefeito
02.01	Gabinete do Prefeito
04-12.-005-2.2	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito e Assessoria Geral
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(249)	Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00
03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Divisão de Finanças
04-122-195-2.49	Manutenção da Serviços Administrativos Gerais
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(250)	Recursos Ordinários ..... R\$ 18.000,00
04-123-010-2.8	Manutenção da Secretaria Geral e Fazenda, Contabilidade, Tesouraria e CI
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(98)	Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00
05.00	Secretaria de Assistência Social e Habitação
05.01	Fundo de Assistência Social
14-422-0100-2.55	Manutenção da Casa da Cidadania



3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(17)	Recursos Ordinários .....	R\$ 23.400,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
15-451-120-1.5	Obras de Infra Estrutura Urbana e Complementares	
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.63(152)	Recursos Ordinários .....	R\$ 291.700,00
26-782-0125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00 (251)	Recursos Ordinários .....	R\$ 54.825,00
08.00	Secretaria de Agricultura	
08.01	Divisão de Agricultura	
20-606-155.2.43	Assistencia e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00 (39)	-Recursos Ordinários .....	R\$ 30.700,00
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.64(42)	Recursos Ordinários .....	R\$ 100.000,00
20-606-155.2.59	Manutenção e Funcionamento do Matadouro Municipal	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00 (43)	-Recursos Ordinários .....	R\$ 16.430,00
10.00	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude	
10.02	Divisão de Cultura	
13-392-060-2.46	Realização da Festa Bergamasca	
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(110)	Recursos Ordinários .....	R\$ 100.000,00
10.03	Divisão de Esportes	
27-812-070-2.21	Apoio e Incentivo ao Esporte Amador do Município	
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.00 (256)	-Recursos Ordinários .....	R\$ 50.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 18/05/2016.

Botuverá, 18 de maio de 2016.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

## LEI Nº 1.332/2016

LEI Nº 1.332/2016

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a câmara de Vereadores aprovou e ou sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 745.055,00 (Setecentos e quarenta e cinco mil reais e cinquenta e cinco reais) conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação	
04.01	Divisão de Educação	
12-361-025-1.1	Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais	
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.01(236)	Receita de impostos e Transf. Educação .....	R\$ 44.825,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
06.02	Divisão de Projetos e Estudos	
15-122-0130-2.38	Manutenção do Setor de Projetos e Estudos	
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(257)	Recursos Ordinários .....	R\$ 50.700,00
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(259)	Recursos Ordinários .....	R\$ 36.430,00
26-782-0125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos	
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	

0.1.63(166)	Recursos Ordinários .....	R\$ 291.700,00
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.64(163)	Recursos Ordinários .....	R\$ 130.000,00
06.03	Divisão de Saneamento	
17-512-0110-2.23	Manutenção, Operação e Implantação de Redes Comunitárias de Água	
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.64(320)	Recursos Ordinários .....	R\$ 70.000,00
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(23)	Recursos Ordinários .....	R\$ 21.400,00
10.00	Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude	
10.02	Divisão de Cultura	
13-392-060-2.46	Realização da Festa Bergamasca	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(109)	Recursos Ordinários .....	R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º desta Lei, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

02.00	Gabinete do Prefeito	
02.01	Gabinete do Prefeito	
04-12.-005-2.2	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito e Assessoria Geral	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(249)	Recursos Ordinários .....	R\$ 50.000,00
03.00	Secretaria de Administração e Finanças	
03.01	Divisão de Finanças	
04-122-195-2.49	Manutenção da Serviços Administrativos Gerais	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(250)	Recursos Ordinários .....	R\$ 18.000,00
04-123-010-2.8	Manutenção da Secretaria Geral e Fazenda, Contabilidade, Tesouraria e CI	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(98)	Recursos Ordinários .....	R\$ 10.000,00
05.00	Secretaria de Assistência Social e Habitação	
05.01	Fundo de Assistência Social	
14-422-0100-2.55	Manutenção da Casa da Cidadania	
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(17)	Recursos Ordinários .....	R\$ 23.400,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
15-451-120-1.5	Obras de Infra Estrutura Urbana e Complementares	
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.63(152)	Recursos Ordinários .....	R\$ 291.700,00
26-782-0125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00 (251)	Recursos Ordinários .....	R\$ 54.825,00
08.00	Secretaria de Agricultura	
08.01	Divisão de Agricultura	
20-606-155.2.43	Assistência e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00 (39)	-Recursos Ordinários .....	R\$ 30.700,00
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.64(42)	Recursos Ordinários .....	R\$ 100.000,00
20-606-155.2.59	Manutenção e Funcionamento do Matadouro Municipal	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00 (43)	-Recursos Ordinários .....	R\$ 16.430,00
10.00	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude	
10.02	Divisão de Cultura	
13-392-060-2.46	Realização da Festa Bergamasca	
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.1.00(110)	Recursos Ordinários .....	R\$ 100.000,00
10.03	Divisão de Esportes	
27-812-070-2.21	Apoio e Incentivo ao Esporte Amador do Município	
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.00 (256)	-Recursos Ordinários .....	R\$ 50.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 18/05/2016.

Botuverá, 18 de maio de 2016.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 066/2016**

PORTARIA Nº 066/2016

“Nomeia Membros da equipe local/técnica do PAR - programa de Ações Articuladas”.

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Nomear os seguintes membros para formar a equipe local/técnica do PAR - programa de Ações Articuladas.

Rogério Comandolli

Ana Cláudia Victorino

Marilene Maurício Assini

Art 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 12 de maio de 2016.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 070/2016**

PORTARIA Nº 070/2016

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Das Outras Providências”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1197//2013 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 01/2015;

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). DENILSON CARESIA, brasileiro, para o cargo temporário de Operador de Maquinas e Equipamentos, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Agricultura do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação gerando efeito retroativo 16/05/2016.

Botuverá (SC), 18 de Maio de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 050/2016

DECRETO Nº 050/2016

Homologa a Resolução nº 002/2016 de 10/05/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social.

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

#### DECRETA:

Art.1º Fica homologada a Resolução nº 002/2016 de 10/05/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social, que fica determinado, com base na Ata nº 003/2016 de 10/05/2016, do Conselho Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo/SC e na Portaria nº 113, de 10/12/2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, devolução dos recursos do Piso Básico Variável II, referentes ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no valor de R\$ 24.787,25 (vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos), bem como seus rendimentos até a data de efetivação do processo.

Art. 2º Os recursos referidos nesta resolução serão devolvidos pelo fato do município não ter pactuado o reordenamento do serviço, conforme legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 18 de maio de 2016.

Romildo Teske  
Prefeito Municipal

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social.  
Braço do Trombudo – SC

Resolução nº 002/2016. 10/05/2016.  
Determina devolução de recursos.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo – CMAS, no uso de suas atribuições legais e permanentes, que lhe conferem a Lei nº 0727/2012, de 16/10/2012.

#### Resolve:

Art.1º - Fica determinado, com base na Ata nº 003/2016 de 10/05/2016, do Conselho Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo/SC e na Portaria nº 113, de 10/12/2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, devolução dos recursos do Piso Básico Variável II, referentes ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no valor de R\$ 24.787,25 (vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos), bem como seus rendimentos até a data de efetivação do processo.

Art.2º - Os recursos referidos nesta resolução serão devolvidos pelo fato do município não ter pactuado o reordenamento do serviço, conforme legislação vigente.

Art.3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, 10 de maio de 2016.

Márcia Lourenço Paterno  
Presidente do CMAS – BT

### PORTARIA 070/2016

PORTARIA Nº 070/2016

Romildo Teske, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Denilson Joenck ocupante do cargo de Fiscal Sanitário, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 01.04.2016 á 01.06.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.04.2016.

Braço do Trombudo, em 18 de maio de 2016.

Romildo Teske  
Prefeito Municipal

# Brunópolis

## PREFEITURA

### **EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA LRF**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA L.R.F.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições e na forma da legislação vigente, e de acordo com o disposto no artigo 9º § 4º e 48 da LC nº 101/00 – LRF, CONVOCA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, para participar da Audiência Pública para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 1º Quadrimestre do ano de 2016, a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, situada a AV. Palmares, centro – Brunópolis, com início a partir das 10hs do dia 24 de maio do ano de 2016, com a seguinte ordem do dia:

I – Avaliação e Demonstração do cumprimento de Metas Fiscais do 1º Quadrimestre do Exercício de 2016;

II – Demonstração da Execução Orçamentária do 1º Quadrimestre de 2016.

Brunópolis, em 09 de maio de 2016.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

# Brusque

## PREFEITURA

### ATA DE ANALISE DE PROPOSTAS PL 016/2016 SAMAE

ATA DE ANALISE DE PROPOSTAS PL 016/2016

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às 15:00 (quinze) horas, no escritório do SAMAE de Brusque, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, sob a presidência da Sra. Silviane Studnicka, estando presentes os membros Sr. Anauri Schäfer e Sr. Jean Wons Fernandes, para julgamento das propostas reativas ao Processo Licitatório no. 016/2016, modalidade de Tomada de Preços. Após análise da proposta pelo Diretor do SAMAE, Sr. Marcio Cardoso, o qual considerou que os itens ofertados atendem as características técnicas solicitadas pelo instrumento convocatório a Comissão analisou a mesma e deliberou por: a) desclassificar a proposta apresentada pela empresa EMEC brasil Comercio de Bombas e Equipamentos LTDA EPP, no tocante aos itens 01, 03, 08, 11, 12 e 20, pelo fato que esses itens apresentaram valores superiores aos orçados constantes do edital; b) considerar vencedora a empresa EMEC brasil Comercio de Bombas e Equipamentos LTDA EPP, para os itens 02, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22 e 23; com um valor global de R\$ 102.150,00 (Cento e Dois Mil e Cento e Cinquenta Reais). O critério para a classificação das propostas foi o de menor preço, após verificada a sua compatibilidade com o preço máximo estabelecido. Assim sendo e tendo em vista que os preceitos legais foram rigorosamente obedecidos e os procedimentos editálicos observados, propomos que, após o decurso dos prazos recursais, o Processo Licitatório seja homologado e a empresa considerada vencedora seja adjudicada, no valor respectivo. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão, e demais pessoas presentes.

Silviane Studnicka	- Presidente	
Anauri Schäfer	- Membro	
Jean Wons Fernandes	- Membro	

### ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA PL 007/2016 SAMAE

Brusque, 17 de maio de 2016.

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA PL 007/2016

Em face ao recebimento por parte da Comissão Permanente de Licitações da ata de julgamento dos quesitos por parte da Subcomissão Técnica. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque/SC, torna público que fará realizar no dia 30 de maio de 2016, às 08:30 horas, na Rua Doutor Penido, 297, neste Município, sessão pública para apuração do resultado geral das Propostas Técnicas relativas ao processo Licitatorio 007/2016, com os seguintes procedimentos:

- abertura dos invólucros com a via identificada do Plano de Comunicação Publicitária;
- cotejo entre as vias identificadas e não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, para identificação de sua autoria;
- elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada Proposta Técnica;
- proclamação do resultado do julgamento geral da Proposta Técnica.

Publique-se

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO DE PORTARIA INTERNA Nº 002, DE 12 MAIO DE 2016 IBPLAN

EXTRATO DE PORTARIA INTERNA nº 002, DE 12 MAIO DE 2016. Substitui membro do Grupo de Acompanhamento da GPU, regulamentada pelo Decreto nº 7.765/16. O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO BRUSQUENSE DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 7º do Decreto nº 7.765/16, RESOLVE: Art. 1º Substituir SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA, Auxiliar Administrativo, inscrita sob a matrícula n. 5878, nomeada pela Portaria Interna n. 001/2016 – IBPLAN, pela Servidora NADINE CESTARI SUAVI, Agente Administrativa, inscrita sob a matrícula n. 4127838. Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Brusque, 12 de maio de 2016. JULIANO MONTIBELLER, Diretor Presidente.

### EXTRATO DO CONTRATO 043/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 043/2016

ESPÉCIE: aquisição e instalação de ar condicionado MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 017/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.0512.0301.3339.3999000.0020000; 80.002.2293.0017.0512.0301.3339.5234000.0020000 e 80.001.2291.0004.0122.0300.3339.3999000.0020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 17/05/2016; VALOR: R\$ 17.249,00. CONTRATADA: Refrigeração Bastiani Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 17 de maio de 2016.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 025/2016 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 025/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 025/2016, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de bermudas, calças e camisas que compõem o uniforme dos servidores do SAMAE da Área Técnica. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 07 de junho de 2016, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br) Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE – Brusque



**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 026/2016 SAMAE**

PROCESSO LICITATÓRIO 026/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 026/2016, na modalidade de Pregão Presencial, para execução de muro de arrimo em concreto armado. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 08 de junho de 2016, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

(equipamentos de proteção coletiva) para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 09/06/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 17/05/2016

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2016**

PREGÃO nº 043/2016

Processo Licitatório nº 051/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais elétricos (cintas para postes, armações secundárias, conjuntos grampos, arruelas/parafusos/porcas, selas, suportes, reles, chaves automáticas, bases para relê, conectores, lâmpadas, reatores, dutos flexíveis, eletrodutos de PVC, luvas para eletrodutos, curvas, cabos de aço, tomadas, interruptores, receptáculos, tampas, pinos isoladores, disjuntores, contadores de potência, fitas isolantes, caixas de luz, etc) para iluminação pública.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 07/06/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 17/05/2016

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 - FUMREBOM**

PREGÃO nº 001/2016 - FUMREBOM

Processo Licitatório nº 001/2016 - FUMREBOM

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros (FUMREBOM), com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de veículo tipo "furgão" e a transformação deste em ambulância para a 3ª Companhia de Bombeiros Militar (Brusque).

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 08/06/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 17/05/2016

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016 - FME**

PREGÃO nº 004/2016 - FME

Processo Licitatório nº 004/2016 - FME

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através da Fundação Municipal de Esportes (FME), com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de alimentação, com o fornecimento de refeições em eventos esportivos conforme o calendário da Fundação.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 10/06/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 17/05/2016

DELMAR A. TONDOLO

Superintendente

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2016**

PREGÃO nº 044/2016

Processo Licitatório nº 054/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de tintas (acrílica a base de cal) para pintura de meio fio e atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 02/06/2016, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 17/05/2016

RUBIO SILVA STEINGRABER

Secretário de Obras e Serviços Públicos

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016**

PREGÃO nº 042/2016

Processo Licitatório nº 050/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de EPI's (equipamentos de proteção individual) e EPC's

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2016**

PREGÃO nº 045/2016

Processo Licitatório nº 055/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de baterias veiculares para a Administração.



Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/06/2016, às 08h30min.  
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 17/05/2016

CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretário de Orçamento e Gestão

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2016**

PREGÃO nº 046/2016  
Processo Licitatório nº 056/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de madeiras (vigas/estacas/pranchas/barrotes/tábuas/sarrafos de eucalipto/cambará/itaúba/pinus) para a Administração.  
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 02/06/2016, às 08h30min.  
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 17/05/2016

CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretário de Orçamento e Gestão

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2016**

PREGÃO nº 047/2016  
Processo Licitatório nº 057/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de água mineral para a Administração.  
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 08/06/2016, às 14h00min.  
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 17/05/2016

CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretário de Orçamento e Gestão

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2016**

PREGÃO nº 049/2016  
Processo Licitatório nº 059/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de artefatos de cimento (blocos, calhas, grelhas, lajotas, tubos, meio fio, mурão, etc) para a Administração.  
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/06/2016, às 08h30min.  
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 17/05/2016

CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretário de Orçamento e Gestão

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2016**

PREGÃO nº 052/2016  
Processo Licitatório nº 062/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais elétricos (quadros de distribuição, caixas para medidores, dutos flexíveis, eletrodutos de PVC, canaletas, luvas p/ eletrodutos, curvas, abraçadeiras, adaptadores, tampas, condutores, cabeçotes de alumínio, arruelas/buchas, conectores, interruptores, tomadas, plugs, etc) para a Administração.  
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 06/06/2016, às 08h30min.  
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 17/05/2016

CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretário de Orçamento e Gestão

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016FMS**

PREGÃO nº 001/2016 - FUMREBOM  
Processo Licitatório nº 001/2016 - FUMREBOM

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros (FUMREBOM), com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de veículo tipo "furgão" e a transformação deste em ambulância para a 3ª Companhia de Bombeiros Militar (Brusque).  
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 08/06/2016, às 08h30min.  
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 17/05/2016

CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretário de Orçamento e Gestão

#### **PORTARIA Nº 10.867, DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 10.867, DE 12 DE MAIO DE 2016.  
Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Jorge Pereira para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/05/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.868, DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 10.868, DE 12 DE MAIO DE 2016.  
Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Nildo Raiser para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/05/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.869, DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 10.869, DE 12 DE MAIO DE 2016.  
Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo III-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Paulina Coelho Harle para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Fundação Cultural de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/05/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.870, DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 10.870, DE 12 DE MAIO DE 2016.  
Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo III-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Lidiane Suavi para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Fundação Cultural de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.871, DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 10.871, DE 12 DE MAIO DE 2016.  
Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Ana Marilu Dunka para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/05/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.872, DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 10.872, DE 12 DE MAIO DE 2016.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Ivanete Pestum Raupp para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.873 DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 10.873 DE 12 DE MAIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Tiago Coradini do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Comunicação Social, a partir de 30 de abril de 2016

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/04/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.874 DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 10.874 DE 12 DE MAIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Ronaldo Oliveira dos Santos do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 09 de maio de 2016

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/05/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.875 DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 10.875 DE 12 DE MAIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Walter Roberto Silva do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Fundação Cultural de Brusque, a partir de 12 de maio de 2016

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/05/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.876, DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA nº 10.876, DE 12 DE MAIO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo III-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Tiago Coradini para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Comunicação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

LEÔNIDAS PEREIRA  
Chefe de Gabinete

### **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE MAIO DE 2016 LEGISLATIVO**

Resolução Nº 1, de 17 de maio de 2016

Autoriza a participação de Servidor no Curso "Certificação de rede wireless em equipamentos Ubiquiti da linha UniFi".

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Jean Daniel dos Santos Pirola, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Servidor Público André Luiz Cervi, no Curso "Certificação de Rede wireless em equipamentos Ubiquiti da linha WiFi, nos dias 21 e 22 de maio, em Curitiba/PR.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução Administrativa correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de Maio de 2016.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

# Caçador

## PREFEITURA

### ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS CHAMADA PÚBLICA – Nº 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
AV. SANTA CATARINA, 195  
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS Chamada Pública – Nº 01/2016

Outros – Chamada Pública – Nº 01/2016

Reuniram-se no dia 16/05/2016 às 14:10, na Prefeitura Municipal de Caçador/SC, a Comissão de Licitação, designada pelo(a) Decreto nº 6.780/2016 para realização de processos licitatórios na modalidade de Chamada Pública, para tratar do Edital OUT01/2016 destinado a CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENTIDADES FILANTRÓPICAS. Aberta a sessão pela Sra. Presidente da Comissão de Licitação constatou-se a presença das seguintes Cooperativas: COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR – COOPER MALUCA e COOPERATIVA DE PEQUENOS AGICULTORES DE VIDEIRA E IOMERE - COPAVIDI. Após passou-se a verificação do ENVELOPE Nº 01 "DOCUMENTAÇÃO". A COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR – COOPER MALUCA deixou de apresentar a Declaração prevista no inciso VIII do item 5.5.1 do edital, desta forma terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresenta-la. A COOPERATIVA DE PEQUENOS AGICULTORES DE VIDEIRA E IOMERE – COPAVIDI apresentou a documentação conforme exigido no edital, sendo desta forma habilitada. Posteriormente passou-se a análise das propostas por critérios de seleção dos beneficiários, priorizando o grupo de projetos de fornecedores locais, neste caso sendo a COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR – COOPER MALUCA. A proposta de preço apresentada pela 1ª colocada ficou de acordo com os valores previsto em edital, sendo então declarada vencedora do certame. A Presidente da Comissão de Licitações procedeu à leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, sendo esta assinada pelos presentes.

KARINA DO NASCIMENTO ZARDO  
Presidente

MARINEZ STEFAN DE MELLO  
Membro

ANTONIO CARLOS CASTILHO  
Membro

COOPERATIVA DE PEQUENOS AGICULTORES DE VIDEIRA E IOMERE – COPAVIDI

COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR – COOPER MALUCA

### LEI Nº 3.301

LEI Nº 3.301, de 18 de maio de 2016.

Autoriza a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.774.643/0001-43, com sede a Rua João Remílio Rigo, nº 296, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), a serem repassados em 06 (seis) parcelas mensais, sendo as cinco primeiras no valor de R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) e a última no valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), após a aprovação desta Lei.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas advindas da manutenção de serviços de atenção à criança e ao adolescente, através de acolhimento institucional na modalidade Casa Lar, na forma constante do Plano de trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.193 Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos ..... R\$ 35.000,00

8.244.5.2.194 - Bloco de Gestão Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos ..... R\$ 81.000,00

Total ..... R\$ 116.000,00

Art. 3º A ACEIAS prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de maio de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE



**CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS.**

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Santa Catarina, 195 - Caçador - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Gilberto Amaro Comazzetto, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, neste ato representado pela Secretária, Sra. BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS, brasileira, assistente social, residente e domiciliada nesta cidade de Caçador, SC, e, do outro lado a ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ/MF nº 04.774.643/0001-43, com sede na Rua João Remílio Rigo, 296, nesta cidade de Caçador - SC, representada neste ato por seu Presidente Dr. NEOBERTO GERALDO BALESTRIN, com CPF nº 533.550.249-53, acordam o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas advindas da manutenção do Projeto Casa Lar, na forma constante dos Planos de trabalho propostos pela ACEIAS de Caçador, integrante do presente convênio.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à ACEIAS o valor de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), a serem repassados em 06 (seis) parcelas mensais, sendo as cinco primeiras no valor de R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) e a última no valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), após a aprovação desta Lei.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

I - Os recursos serão aplicados nos programas mantidos pela conveniada, conforme Plano de Trabalho em anexo;  
II - Os saldos de recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança no Banco do Brasil, se a previsão de uso for superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão for inferior a um mês.

Parágrafo único. As receitas oriundas das aplicações referidas no caput desta cláusula serão computadas a crédito do convênio e aplicadas obrigatoriamente em seu objeto, estando sujeitas às mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos transferidos.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE**

A ACEIAS obriga-se a:

I - cumprir Plano de Trabalho e demais documentos;  
II - possuir conta específica, preferencialmente na Caixa Econômica Federal, para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio, conforme Cláusula Terceira deste Termo;  
III - executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;  
IV - aplicar os recursos recebidos do MUNICÍPIO, e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;  
V - não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;  
VI - não firmar convênios ou contratos com empresas ou entidades em situação de débito, mora, inadimplência ou irregular para com o Estado ou Município;  
VII - promover as aquisições e/ou contratações através de ampla

consulta de preços e condições mais vantajosas, aplicando, quando for o caso, o procedimento análogo previsto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações;

VIII - arcar com qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrente da execução deste convênio;

IX - restituir ao Governo do Município de Caçador o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive, dos rendimentos da aplicação financeira, na conta nº 2-7, agência nº 0572, Caixa Econômica Federal, na data da conclusão ou rescisão do Convênio;  
X - solicitar, quando necessária, a prorrogação de vigência do convênio original no mínimo 30 (trinta) dias antes do término com a devida justificativa;

XI - manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do convênio, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas, do gestor do órgão concedente, relativa ao exercício da concessão;

XII - atender, no que couber, as exigências da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - providenciar a publicação deste convênio no Diário Oficial dos Municípios como condição de eficácia;

II - transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

III - acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos e entidades;

IV - analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

a) quando não for executado o objeto da avença, inclusive o Plano de Metas;

b) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

c) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

Parágrafo único. Nos casos elencados no caput e alíneas, o conveniente deverá restituir ao MUNICÍPIO o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, sob pena de instauração do processo de tomada de contas especial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A Conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser prestadas em consonância com a Resolução TC 016/94.

Parágrafo único - Não poderão ser pagas com recursos deste convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxas de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O presente convênio terá vigência por seis meses, a contar da data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios.

**CLAUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS**

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência



prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto do prazo para Prestação de Contas.

Parágrafo único. É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caçador.

E, por estarem de acordo, assinam o presente convênio em duas vias de igual teor.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

Neoberto Geraldo Balestrin,  
PRESIDENTE DA ACEIAS.

Beatriz Ribeiro dos Santos,  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
CPF nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

### LEI Nº 3.302

LEI Nº 3.302, de 18 de maio de 2016.

Autoriza a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.774.643/0001-43, com sede a Rua João Remílio Rigo, nº 296, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), a serem repassados em 06 (seis) parcelas mensais, sendo as cinco primeiras no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada e a última no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), após a aprovação desta Lei.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas advindas da manutenção de serviços de atenção à criança e ao adolescente, através do serviço de acolhimento em Família Acolhedora, na forma constante do Plano de trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.193 Bloco de Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos ..... R\$ 35.000,00  
8.244.5.2.194 Bloco de Gestão Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social  
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos ..... R\$ 31.000,00  
Total... .....  
..... R\$ 66.000,00

Art. 3º A ACEIAS prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do Controle Interno do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de maio de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Santa Catarina, 195 - Caçador - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Gilberto Amaro Comazzetto, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, neste ato representado pela Secretária, Sra. BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS, brasileira, assistente social, residente e domiciliada nesta cidade de Caçador, SC, e, do outro lado a ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ/MF nº 04.774.643/0001-43, com sede na Rua João Remílio Rigo, 296, nesta cidade de Caçador - SC, representada neste ato por seu Presidente Dr. NEOBERTO GERALDO BALESTRIN, com CPF nº 533.550.249-53, acordam o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas advindas da manutenção do Projeto Casa Lar, na forma constante dos Planos de trabalho propostos pela ACEIAS de Caçador, integrante do presente convênio.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

CLÁUSULA SEGUNDA - Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à ACEIAS o valor de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), a serem repassados em 06 (seis) parcelas mensais, sendo as cinco primeiras no valor de R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) e a última no valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), após a aprovação desta Lei.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

I - Os recursos serão aplicados nos programas mantidos pela conveniada, conforme Plano de Trabalho em anexo;

II - Os saldos de recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança no Banco do Brasil, se a previsão de uso for superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão for inferior a um mês.

Parágrafo único. As receitas oriundas das aplicações referidas no caput desta cláusula serão computadas a crédito do convênio e aplicadas obrigatoriamente em seu objeto, estando sujeitas às mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

A ACEIAS obriga-se a:

- I - cumprir Plano de Trabalho e demais documentos;
- II - possuir conta específica, preferencialmente na Caixa Econômica Federal, para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio, conforme Cláusula Terceira deste Termo;
- III - executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;
- IV - aplicar os recursos recebidos do MUNICÍPIO, e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;
- V - não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- VI - não firmar convênios ou contratos com empresas ou entidades em situação de débito, mora, inadimplência ou irregular para com o Estado ou Município;
- VII - promover as aquisições e/ou contratações através de ampla consulta de preços e condições mais vantajosas, aplicando, quando for o caso, o procedimento análogo previsto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações;
- VIII - arcar com qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrente da execução deste convênio;
- IX - restituir ao Governo do Município de Caçador o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive, dos rendimentos da aplicação financeira, na conta nº 2-7, agência nº 0572, Caixa Econômica Federal, na data da conclusão ou rescisão do Convênio;
- X - solicitar, quando necessária, a prorrogação de vigência do convênio original no mínimo 30 (trinta) dias antes do término com a devida justificativa;
- XI - manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do convênio, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas, do gestor do órgão concedente, relativa ao exercício da concessão;
- XII - atender, no que couber, as exigências da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- I - providenciar a publicação deste convênio no Diário Oficial dos Municípios como condição de eficácia;
- II - transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;
- III - acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos e entidades;
- IV - analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexequível, ou ainda:

- a) quando não for executado o objeto da avença, inclusive o Plano de Metas;
- b) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

c) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

Parágrafo único. Nos casos elencados no caput e alíneas, o conveniente deverá restituir ao MUNICÍPIO o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, sob pena de instauração do processo de tomada de contas especial.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser prestadas em consonância com a Resolução TC 016/94.

Parágrafo único - Não poderão ser pagas com recursos deste convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxas de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência por seis meses, a contar da data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios.

#### CLAUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto do prazo para Prestação de Contas.

Parágrafo único. É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caçador.

E, por estarem de acordo, assinam o presente convênio em duas vias de igual teor.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

Neoberto Geraldo Balestrin,  
PRESIDENTE DA ACEIAS.

Beatriz Ribeiro dos Santos,  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### TESTEMUNHAS:

1ª  
CPF nº :

2ª  
CPF nº :

#### LEI Nº 3.303

LEI Nº 3.303, de 18 de maio de 2016.

Suplementa e anula dotações do Orçamento do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 404.808,97 (quatrocentos e quatro mil, oitocentos e oito reais e noventa e sete centavos) da seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente

do Município de Caçador:

**5 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**8.244.5.2.191 - Bloco da Proteção Social Básica**

3.1.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 98.000,00

3.1.91.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 12.000,00

Subtotal .....  
..... R\$ 110.000,00

**8.244.5.2.192 - Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade**

3.1.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 36.000,00

3.1.91.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 9.000,00

3.3.50.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 47.000,00

Subtotal .....  
..... R\$ 92.000,00

**8.244.5.2.193 - Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

3.1.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100,00

3.1.91.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100,00

3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 65.643,00

3.3.50.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Subtotal .....  
..... R\$ 115.843,00

**8.244.5.2.195 - Bloco da Gestão do SUAS**

3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.328,35

4.4.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.885,56

3.3.90.00.00.3386 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 151,87

4.4.90.00.00.3386 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 227,81

Subtotal .....  
..... R\$ 7.593,59

**8.244.5.2.196 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único**

3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 46.194,73

4.4.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.796,48

3.3.90.00.00.3385 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.587,45

4.4.90.00.00.3385 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 793,72

Subtotal .....  
..... R\$ 79.372,38

Total .....  
..... R\$ 404.808,97

Art. 2º Ficam anuladas as modalidades de aplicação a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

**05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**8.244.5.2.191 - Bloco da Proteção Social Básica**

3.3.90.00.00.0055 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 79.372,38

3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 110.000,00

Subtotal .....  
..... R\$ 189.372,38

**8.244.5.2.192 - Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade**

3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 172.200,00

4.4.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 35.643,00

Subtotal .....  
..... R\$ 207.843,00

**8.244.5.2.194 - Bloco da Gestão Municipal**

3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.613,55

4.4.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.980,04

Subtotal .....  
..... R\$ 7.593,59

Total .....  
..... R\$ 404.808,97

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de maio de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**RESOLUÇÃO Nº 06 - CMAS**

Resolução 006/2016 de 29 de abril de 2016.

Dispõe sobre "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2015 Serviços/Programas, Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social- IGD-SUAS, Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família- IGD-PBF".

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, nos Artigos. 1º e 4º, e em consonância com a Lei federal nº 8.742/93 e suas alterações;

Considerando os documentos apresentados pela Contadoria Geral da Prefeitura Municipal de Caçador e Secretaria Municipal de Assistência Social, denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2015" Serviços/Programas e Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social- IGD-SUAS, Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família- IGD-PBF.

Considerando as Atas nº 260 e 261 da qual aprova as atas da comissão de finanças do CMAS referente as contas correntes do Fundo Municipal de Assistência Social do ano de 2015.

Considerando a Ata nº 264 a qual aprova por unanimidade os documentos apresentados pela Contadoria Geral da Prefeitura Municipal de Caçador e Secretaria Municipal de Assistência Social, denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2015".

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o documento denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira 2015 - Serviços/Programas, Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social- IGD-SUAS, Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família- IGD-PBF".

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 29 de abril de 2016.

Arlete Torrezan  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 07 - CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 007/2016, de 29 de abril de 2016.

Dispõe sobre a aprovação na alteração do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, exercício 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em Assembleia Geral realizada dia 29 de abril de 2016,

Considerando a Portaria 113/2015, de 10 de dezembro de 2015 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS que regulamenta o cofinanciamento federal, na modalidade fundo a fundo, dos serviços e do aprimoramento da gestão por meio de Blocos de Financiamento da assistência social, bem como dos Programas e Projetos socioassistenciais.

Considerando a explanação realizada pelo Contador Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Jonatas Elton Bechauser e pela Secretária Municipal de Assistência Social, Beatriz Ribeiro dos Santos.

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º Aprovar a alteração no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS, exercício 2016 que passará a ser definido em blocos da seguinte forma:

1. Bloco de Construção do CRAS;
2. Bloco de Proteção Social Básica;
3. Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade;
4. Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;
5. Bloco de Gestão Municipal (recursos próprios);
6. Bloco de Gestão do SUAS e
7. Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.

Artigo 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 29 de abril de 2016.

Arlete Torrezan

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 08 - CMAS**

Resolução 008/2016 de 29 de abril de 2016.

Dispõe sobre o cancelamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de 15 a 17 anos da Fundação Projeto Pescar – Unidade Frameport no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, em reunião ordinária realizada no dia 29 de abril de 2016, às 13h30min, nas dependências da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei do Conselho Municipal de Assistência Social nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011 e suas alterações, considerando:

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/ LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, e suas alterações que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Considerando a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador nº 47/2014, que dispõe sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC e dá as providências;

Considerando a solicitação da entidade através do Ofício FPP nº 62/2016 de Porto Alegre, 08 de abril de 2016.

#### **Resolve:**

Art. 1º. Cancelar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de 15 a 17 anos da Fundação Projeto Pescar – Unidade Frameport no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 29 de abril de 2016.

Arlete Torrezan

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 18/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 18/2016

A Comissão Especial de Pregão, da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 09/2016, de 03/02/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 02/06/2016, às 14:00 horas, no endereço, RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139, Caçador-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 14/2016-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado, podendo ser solicitada cópia digital pelo e-mail [licitacao@camaracacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@camaracacador.sc.gov.br).

Objeto da Licitação:

Processo Licitatório para a aquisição de automóvel destinado ao uso oficial da Câmara Municipal, conforme especificações e quantitativos constantes no Edital e anexos.

Caçador, 18 de maio de 2016.

Ricardo Pelegrinello

Presidente da Câmara Municipal de Caçador



# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 055/2016 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 055/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 042/2016 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SAIBRO BRITADO, DESTINADO AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, PARA COLOCAÇÃO EM PÁTIOS MUNICIPAIS, PASSEIOS PÚBLICOS E PRAÇAS PÚBLICAS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 18/05/2017

1ª Publicação.

### PR 010/2016 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2016-FMAS- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE AGÊNCIA DE TURISMO PARA O FORNECIMENTO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS, DESTINADAS AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, DEVIDAMENTE CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELO SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, A FIM DE PROPORCIONAR O RETORNO DOS MESMOS ÀS CIDADES DE ORIGEM. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 03 (Três) de Junho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 18 de maio de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal



**ANEXOS RFG - 1º QUADRIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	80.107.349,98	0,00
Pessoal Ativo	78.000.576,29	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	2.105.411,64	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.362,05	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.113.346,41	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.007.934,77	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.105.411,64	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>76.994.003,57</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	142.961.535,22	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>76.994.003,57</b>	<b>53,86</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	77.199.229,02	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	73.339.267,57	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	69.479.306,12	48,60

FONTE:

Camboriú, 17/05/2016

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>2.219.475,44</b>	<b>2.382.458,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.219.475,44	2.382.458,39	0,00	0,00
Interna	2.219.475,44	2.382.458,39	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>12.608.245,19</b>	<b>23.046.757,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.568.217,52	26.570.933,53	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	959.972,33	3.524.176,53	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-10.388.769,75</b>	<b>-20.664.298,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>143.718.647,80</b>	<b>142.961.535,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,54%	1,67%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,23%	-14,45%		0,00%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>172.462.377,36</b>	<b>171.553.842,26</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>155.216.139,62</b>	<b>154.398.458,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>2.219.475,44</b>	<b>2.382.458,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	2.219.475,44	2.382.458,39	0,00	0,00
Interna	2.219.475,44	2.382.458,39	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	622.431,45	410.696,24	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.427.673,01	33.178.729,39	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>32.727.265,87</b>	<b>36.869.296,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.400,73	10.130,42	0,00	0,00
Investimentos	32.722.865,14	36.859.166,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>88.880,58</b>	<b>127.470,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>-32.727.265,87</b>	<b>-36.869.296,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Camboriú, 17/05/2016

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

FONTE:

**MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL DE 2016**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>143.718.647,80</b>	<b>142.961.535,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>31.618.102,52</b>	<b>31.451.537,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>28.456.292,26</b>	<b>28.306.383,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

Camboriú, 17/05/2016

\_\_\_\_\_  
 Luzia Lourdes Coppi Mathias  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 Sérgio Luiz Venâncio  
 Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
 Renata Pereira  
 Contadora - CRC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
 Kaia Helen Testoni  
 Controladoria

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>419.720,16</b>	<b>419.720,16</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	419.720,16	419.720,16
Interna	419.720,16	419.720,16
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	419.720,16	419.720,16
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>1.011.949,63</b>	<b>1.011.949,63</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	1.011.949,63	1.011.949,63
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>142.961.535,22</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>419.720,16</b>	<b>0,29</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>22.873.845,64</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>20.586.461,07</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>10.007.307,47</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>1.431.669,79</b>	<b>1,00</b>

FONTE:

Camboriú, 17/05/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni  
Controladoria

**MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**Até o 1º Quadrimestre de 2016**

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	142.961.535,22	
<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	76.994.003,57	53,86
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	77.199.229,02	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	73.339.267,57	51,30
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	-20.664.298,61	-14,45
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	171.553.842,26	120,00
<b>GARANTIA DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	31.451.537,75	22,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Externas e Internas	419.720,16	0,29
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	22.873.845,64	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	10.007.307,47	7,00
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total	30.044.392,63	19.354.569,46

FONTE:

Camboriú, 17/05/2016

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria



## ANEXOS RREO - 2º BIMESTRE 2016

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, incisos "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	157.844.700,00	157.844.700,00	25.610.680,21	16,23	54.933.793,78	102.910.906,22	
RECEITA TRIBUTÁRIA	153.705.200,00	153.705.200,00	23.849.953,51	15,52	52.824.587,01	100.880.612,99	
IMPOSTOS	31.816.000,00	31.816.000,00	5.718.964,77	17,98	14.155.810,62	17.660.189,38	
TAXAS	19.070.000,00	19.070.000,00	3.743.451,30	19,63	10.602.602,22	8.467.397,78	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	12.736.000,00	12.736.000,00	1.971.058,27	15,48	3.546.523,06	9.189.476,94	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	4.455,20	44,55	6.685,34	3.314,66	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.664.700,00	4.664.700,00	1.049.791,33	22,51	2.174.247,61	2.490.452,39	
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	2.074.700,00	2.074.700,00	584.882,32	28,19	1.264.001,32	810.698,68	
RECEITA PATRIMONIAL	2.590.000,00	2.590.000,00	464.909,01	17,95	910.246,29	1.679.753,71	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.384.000,00	1.384.000,00	1.397.433,14	100,97	2.535.376,99	-1.151.376,99	
RECEITA DE SERVIÇOS	1.384.000,00	1.384.000,00	1.397.433,14	100,97	2.535.376,99	-1.151.376,99	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.901.000,00	10.901.000,00	247.706,48	2,27	1.328.567,96	9.572.432,04	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	98.671.800,00	98.671.800,00	14.331.806,02	14,52	30.395.381,98	68.276.418,02	
TRANSF. DE PESSOAS	98.378.300,00	98.378.300,00	14.108.939,68	14,34	30.090.944,42	68.287.355,58	
TRANSF. DE CONV.	0,00	0,00	2.866,34	0,00	2.891,88	-2.891,88	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	293.500,00	293.500,00	220.000,00	74,96	301.545,68	-8.045,68	
MULTAS E JUROS DE MORA	6.267.700,00	6.267.700,00	1.104.251,77	17,62	2.235.201,85	4.032.498,15	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	996.000,00	996.000,00	80.490,59	8,08	176.159,49	819.840,51	
RECEITA DA DIVIDAATIVA	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	
RECEITAS DIVERSAS	4.970.000,00	4.970.000,00	901.662,71	18,14	1.924.759,81	3.045.240,19	
RECEITAS DE CAPITAL	257.700,00	257.700,00	122.088,47	47,38	134.282,55	123.417,45	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.139.500,00	4.139.500,00	1.760.726,70	42,53	2.109.206,77	2.030.293,23	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.000.000,00	3.000.000,00	1.431.669,79	47,72	1.431.669,79	1.568.330,21	
ALIENAÇÃO DE BENS	3.000.000,00	3.000.000,00	1.431.669,79	47,72	1.431.669,79	1.568.330,21	
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.138.500,00	1.138.500,00	329.056,91	28,90	677.536,98	460.963,02	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.138.500,00	1.138.500,00	329.056,91	28,90	677.536,98	460.963,02	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.255.300,00	5.255.300,00	797.566,77	15,18	1.723.638,12	3.531.661,88	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	163.100.000,00	163.100.000,00	26.408.246,98	16,19	56.657.431,90	106.442.568,10	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)			
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)										
	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		163.100.000,00	163.100.000,00	26.408.246,98	16,19	56.657.431,90	34,74			
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—	—			
TOTAL (VII) = (V + VI)		163.100.000,00	163.100.000,00	26.408.246,98	16,19	56.657.431,90	34,74			
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		—	3.049,014,82	—	—	910.251,84	—			
Superávit Financeiro		—	3.049,014,82	—	—	910.251,84	—			
Reabertura de Créditos Adicionais		—	0,00	—	—	0,00	—			
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	(d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	(e)	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	(j)
					No Bimestre					
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	157.844.700,00	168.289.471,00	20.746.709,52	68.337.310,28	99.952.160,72	18.820.712,27	38.026.433,60	130.263.037,40	34.639.379,81
	DESPESAS CORRENTES	141.080.100,00	145.732.871,00	18.683.711,19	60.217.507,69	85.515.363,31	16.494.560,50	35.265.740,24	110.467.130,76	32.410.225,75
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	82.994.600,00	82.994.600,00	8.788.752,75	22.027.419,68	60.967.180,32	8.808.540,82	21.984.710,81	61.009.889,19	20.695.140,66
	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	18.793,55	35.653,45	64.346,55	19.223,16	30.887,72	69.112,28	30.887,72
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.985.500,00	62.638.271,00	9.876.164,89	38.154.434,56	24.483.836,44	7.666.796,52	13.250.141,71	49.388.129,29	11.684.197,37
	DESPESAS DE CAPITAL	12.628.600,00	18.420.600,00	2.062.998,33	8.119.802,59	10.300.797,41	2.326.151,77	2.760.693,36	15.659.906,64	2.229.154,06
	INVESTIMENTOS	11.928.600,00	17.720.600,00	2.062.998,33	7.419.802,59	10.300.797,41	2.189.788,71	2.499.190,42	15.221.409,58	1.967.651,12
	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	700.000,00	700.000,00	0,00	700.000,00	0,00	136.363,06	261.502,94	438.497,06	261.502,94
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.136.000,00	4.136.000,00	0,00	0,00	4.136.000,00	0,00	0,00	4.136.000,00	0,00
	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.136.000,00	4.136.000,00	0,00	0,00	4.136.000,00	0,00	0,00	4.136.000,00	0,00
	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.255.300,00	5.641.543,82	396.699,28	1.324.214,17	4.317.329,65	397.985,12	1.324.214,17	4.317.329,65	1.322.682,37

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>5.255.300,00</b>	<b>5.641.543,82</b>	<b>396.699,28</b>	<b>1.324.214,17</b>	<b>4.317.329,65</b>	<b>397.985,12</b>	<b>1.324.214,17</b>	<b>4.317.329,65</b>	<b>1.322.682,37</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>163.100.000,00</b>	<b>173.931.014,82</b>	<b>21.143.408,80</b>	<b>69.661.524,45</b>	<b>104.269.490,37</b>	<b>19.218.697,39</b>	<b>39.350.647,77</b>	<b>134.580.367,05</b>	<b>35.962.062,18</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>163.100.000,00</b>	<b>173.931.014,82</b>	<b>21.143.408,80</b>	<b>69.661.524,45</b>	<b>104.269.490,37</b>	<b>19.218.697,39</b>	<b>39.350.647,77</b>	<b>134.580.367,05</b>	<b>35.962.062,18</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.306.784,13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>163.100.000,00</b>	<b>173.931.014,82</b>	<b>21.143.408,80</b>	<b>69.661.524,45</b>	<b>-</b>	<b>19.218.697,39</b>	<b>56.657.431,90</b>	<b>-</b>	<b>35.962.062,18</b>

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	(a - c)
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(a - c)
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>5.255.300,00</b>	<b>5.255.300,00</b>	<b>797.566,77</b>	<b>15,18</b>	<b>1.723.638,12</b>	<b>3.531.661,88</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>5.255.300,00</b>	<b>5.255.300,00</b>	<b>797.566,77</b>	<b>15,18</b>	<b>1.723.638,12</b>	<b>3.531.661,88</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.946.300,00	4.946.300,00	797.566,77	16,12	1.723.638,12	3.222.661,88
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.946.300,00	4.946.300,00	797.566,77	16,12	1.723.638,12	3.222.661,88
RECEITA DE SERVIÇOS	309.000,00	309.000,00	0,00	0,00	0,00	309.000,00

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>5.255.300,00</b>	<b>5.641.543,82</b>	<b>396.699,28</b>	<b>1.324.214,17</b>	<b>4.317.329,65</b>	<b>397.985,12</b>	<b>1.324.214,17</b>	<b>4.317.329,65</b>	<b>1.322.682,37</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.946.300,00	5.377.543,82	397.985,12	1.324.000,01	4.053.543,81	397.985,12	1.324.000,01	4.053.543,81	1.322.468,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	309.000,00	264.000,00	-1.285,84	214,16	263.785,84	0,00	214,16	263.785,84	214,16

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	5.255.300,00	5.641.543,82	396.699,28	1.324.214,17	4.317.329,65	397.985,12	1.324.214,17	4.317.329,65	1.322.682,37

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 4.096.666,86

Camboriú, 17/05/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias

Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio

Secretário de Finanças

Renata Pereira

Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni

Controladoria

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1.00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	23.033.000,00	23.033.000,00	12.189.245,60	52,92		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.800.000,00	7.800.000,00	6.846.480,22	87,78		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	6.500.000,00	6.500.000,00	1.847.959,98	28,43		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.300.000,00	4.300.000,00	1.411.868,00	32,83		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	470.000,00	470.000,00	496.294,02	105,59		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	33.000,00	33.000,00	29,44	0,09		
Dívida Ativa dos Impostos	3.870.000,00	3.870.000,00	1.585.693,21	40,97		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	60.000,00	60.000,00	920,73	1,53		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	47.026.000,00	47.026.000,00	14.450.606,99	30,73		
Cota-Parte FPM	30.000.000,00	30.000.000,00	8.853.730,01	29,51		
Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	2.537,96	21,15		
Cota-Parte IPVA	5.300.000,00	5.300.000,00	1.721.773,54	32,49		
Cota-Parte ICMS	11.500.000,00	11.500.000,00	3.800.935,67	33,05		
Cota-Parte IPLExportação	160.000,00	160.000,00	56.447,81	35,28		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	54.000,00	54.000,00	15.182,00	28,11		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	54.000,00	54.000,00	15.182,00	28,11		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	70.059.000,00	70.059.000,00	26.639.852,59	38,02		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União Provenientes dos Estados Provenientes DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
			3.735.685,97	35,34		
			3.404.922,51	36,05		
			330.763,46	29,41		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00		
		10.569.500,00	3.735.685,97	35,34		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
			10.232.046,58	38,86	6.527.816,87	24,79
	26.330.100,00	10.232.046,58	38,86	6.527.816,87	24,79	
	15.823.100,00	4.314.956,64	27,27	4.292.570,84	27,13	
	9.587.000,00	5.917.089,94	56,32	2.235.246,03	21,27	
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos	962.700,00	1.412.700,00	68,95		473.672,80	
			974.005,16	68,95	473.672,80	33,53
			974.005,16	68,95	473.672,80	33,53

Continua 1/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		962.700,00	1.412.700,00	974.005,16	68,95	473.672,80	33,53
Investimentos		962.700,00	1.412.700,00	974.005,16	68,95	473.672,80	33,53
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		26.372.800,00	27.742.800,00	11.206.051,74	40,39	7.001.489,67	25,24
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (h)	% (h/vf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/vg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		10.569.500,00	11.939.500,00	5.017.332,59	44,77	2.223.171,75	31,75
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		10.569.500,00	11.939.500,00	5.017.332,59	44,77	2.223.171,75	31,75
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		10.569.500,00	11.939.500,00	5.017.332,59	44,77	2.223.171,75	31,75
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)		15.803.300,00	15.803.300,00	6.188.719,15	55,23	4.778.317,92	68,25
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5							17,94
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL IV(i) - (15 x IIIB)/100³							782.340,03



Continuação 3/3

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2015	0,00	0,00	79.516,10	-79.516,10		0,00
TOTAL	0,00	0,00	79.516,10	-79.516,10		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO						
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
-	-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (I/Total I)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	22.883.800,00 2.649.000,00 840.000,00	23.333.800,00 3.569.000,00 840.000,00	8.765.061,70 1.867.438,96 573.551,08	78,22 16,66 5,12	6.210.930,84 559.587,60 230.971,23	88,71 7,99 3,30
	26.372.800,00	27.742.800,00	11.206.051,74	100,00	7.001.489,67	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

Camboriú, 17/05/2016

Município de Camboriú - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	163.100.000,00	
Previsão Atualizada		—	163.100.000,00	
Receitas Realizadas		26.408.246,98	56.657.431,90	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	910.251,84	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	163.100.000,00	
Créditos Adicionais		—	10.831.014,82	
Dotação Atualizada		—	173.931.014,82	
Despesas Empenhadas		21.143.408,80	69.661.524,45	
Despesas Liquidadas		19.218.697,39	39.350.647,77	
Superavit Orçamentário		—	17.306.784,13	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		21.143.408,80	69.661.524,45	
Despesas Liquidadas		19.218.697,39	39.350.647,77	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			142.961.535,22	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	4.843.940,30	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	747.273,44	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	4.096.666,86	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-1.600.000,00	-13.664.114,45	854,01
Resultado Primário		-3.585.000,00	13.632.128,01	-380,25
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.512.073,01	6.723,80	2.382.567,92	3.122.781,29
EXECUTIVO	3.255.131,55	123,80	1.900.082,77	1.354.924,98
LEGISLATIVO	151.094,31	0,00	101.616,78	49.477,53
EXECUTIVO	2.105.847,15	6.600,00	380.868,37	1.718.378,78
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	959.972,33	0,00	954.488,37	5.483,96
EXECUTIVO	499.289,89	0,00	494.326,65	4.963,24
LEGISLATIVO	23.365,55	0,00	23.188,00	177,55
EXECUTIVO	437.316,89	0,00	436.973,72	343,17
TOTAL:	6.472.045,34	6.723,80	3.337.056,29	3.128.265,25
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.330.809,77	25%	8,75
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		8.483.343,96	60%	65,60
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.431.669,79	1.568.330,21	

Continua 1/2

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14				R\$ 1,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida				2.760.693,36	15.659.906,64
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores	Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	1.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Limite Constitucional Anual	
				Valor apurado até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no Exercício
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde				4.778.317,92	15,00
Liquidadas				0,00	17,94
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	157.844.700,00	168.289.471,00	20.746.709,52	68.337.310,28	98,10	18.820.712,27	38.026.433,60	130.263.037,40
Legislativa	4.760.000,00	4.760.000,00	663.744,34	1.446.635,80	2,08	662.470,65	1.261.858,60	3.498.141,40
Ação Legislativa	4.760.000,00	4.760.000,00	663.744,34	1.446.635,80	2,08	662.470,65	1.261.858,60	3.498.141,40
Judiciária	1.885.000,00	1.926.000,00	55.760,07	363.822,21	0,52	73.606,75	361.182,15	1.564.817,85
Ação Judiciária	1.401.000,00	1.401.000,00	0,00	230.769,69	0,33	586,68	228.129,63	1.172.870,37
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	485.000,00	525.000,00	55.760,07	133.052,52	0,19	73.020,07	133.052,52	391.947,48
Administração	13.704.000,00	17.509.000,00	1.764.073,75	9.199.467,01	13,21	1.762.062,94	3.397.845,82	14.111.154,18
Administração Geral	11.146.000,00	14.951.000,00	1.201.357,72	8.376.239,65	12,02	1.425.772,79	2.843.098,11	12.107.901,89
Administração Financeira	1.865.000,00	1.865.000,00	522.211,23	706.012,37	1,01	255.517,35	437.754,69	1.427.245,31
Administração e Fiscalização	248.000,00	248.000,00	21.135,24	47.121,14	0,07	21.135,24	47.121,14	200.878,86
Normalização Social	445.000,00	445.000,00	19.369,56	70.093,85	0,10	59.637,56	69.871,88	375.128,12
Comunicação Social	1.594.500,00	1.844.500,00	455.948,27	733.946,92	1,05	239.261,59	338.062,03	1.506.437,97
Segurança Pública	687.500,00	937.500,00	238.467,63	388.597,61	0,56	118.436,71	152.858,79	784.641,21
Policimento	907.000,00	907.000,00	217.480,64	345.349,31	0,50	120.824,88	185.203,24	721.796,76
Defesa Civil	5.828.000,00	6.083.271,00	431.443,80	3.167.616,29	4,55	868.923,78	1.524.593,11	4.558.677,89
Assistência Social	1.175.000,00	1.175.000,00	-912,00	958.180,20	1,38	184.912,27	286.330,57	888.669,43
Assistência à Criança e ao Adolescente	4.653.000,00	4.908.271,00	432.355,80	2.209.436,09	3,17	684.011,51	1.238.262,54	3.670.008,46
Assistência Comunitária	3.374.000,00	3.374.000,00	400.530,27	828.980,29	1,19	389.709,37	747.273,44	2.626.726,56
Previdência Social	28.262.800,00	29.632.800,00	400.530,27	828.980,29	1,19	389.709,37	747.273,44	2.626.726,56
Previdência do Regime Estatutário	22.573.800,00	23.023.800,00	5.466.007,70	12.590.753,08	18,07	3.332.336,60	7.037.320,09	22.595.479,91
Saúde	2.649.000,00	3.569.000,00	3.071.867,78	8.704.825,71	12,50	2.849.765,38	6.150.694,85	16.873.105,15
Atenção Básica	840.000,00	840.000,00	1.483.438,09	1.867.438,96	2,68	274.634,83	559.587,60	3.009.412,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.200.000,00	2.200.000,00	453.110,03	573.551,08	0,82	111.869,98	230.971,23	609.028,77
Vigilância Epidemiológica	51.880.000,00	52.378.000,00	457.591,80	1.444.937,33	2,07	96.066,41	96.066,41	2.103.933,59
Alimentação e Nutrição	32.987.000,00	33.387.000,00	4.724.117,23	14.750.266,95	21,17	4.636.734,08	12.125.235,01	40.252.764,99
Educação	18.802.000,00	18.900.000,00	1.473.749,60	4.562.855,49	6,55	3.037.365,58	7.826.456,78	25.560.543,22
Educação Infantil	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	1.594.396,94	4.281.806,67	14.618.193,33
Educação de Jovens e Adultos	80.000,00	80.000,00	0,00	16.971,56	0,02	0,00	0,00	11.000,00
Educação Especial	1.055.500,00	1.055.500,00	437.537,25	644.806,02	0,93	4.971,56	16.971,56	63.028,44
Cultura	1.055.500,00	1.055.500,00	437.537,25	644.806,02	0,93	421.959,50	566.213,13	489.286,87
Diffusão Cultural	16.406.500,00	19.692.500,00	4.541.574,61	10.999.158,12	15,79	3.281.455,85	4.586.066,11	15.106.433,89
Urbanismo	15.255.500,00	18.542.000,00	4.351.600,03	10.625.018,12	15,25	3.137.197,57	4.316.018,97	14.225.981,03
Infra-Estrutura Urbana	1.150.500,00	1.150.500,00	189.974,58	374.140,00	0,54	144.258,28	270.047,14	880.452,86
Serviços Urbanos								

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habituação	157.844.700,00	168.289.471,00	20.746.709,52	68.337.310,28	98,10	18.820.712,27	38.026.433,60	130.263.037,40
Habituação Urbana	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Saneamento	17.782.000,00	17.782.000,00	255.351,84	7.873.206,30	11,30	1.573.336,35	3.435.552,19	14.346.447,81
Saneamento Básico Urbano	17.782.000,00	17.782.000,00	255.351,84	7.873.206,30	11,30	1.573.336,35	3.435.552,19	14.346.447,81
Gestão Ambiental	676.500,00	1.356.500,00	83.310,95	802.391,61	1,15	102.840,59	173.294,81	1.183.205,19
Preservação e Conservação Ambiental	676.500,00	1.356.500,00	83.310,95	802.391,61	1,15	102.840,59	173.294,81	1.183.205,19
Agricultura	1.380.000,00	1.380.000,00	220.490,69	521.568,08	0,75	208.157,91	409.121,85	970.878,15
Extensão Rural	1.380.000,00	1.380.000,00	220.490,69	521.568,08	0,75	208.157,91	409.121,85	970.878,15
Comércio e Serviços	1.217.900,00	1.437.900,00	835.521,79	965.797,95	1,39	528.139,66	576.659,56	861.240,44
Turismo	1.217.900,00	1.437.900,00	835.521,79	965.797,95	1,39	528.139,66	576.659,56	861.240,44
Desporto e Lazer	1.497.500,00	1.537.500,00	392.503,41	1.113.440,20	1,60	311.846,72	669.560,51	867.939,49
Desporto Comunitário	1.497.500,00	1.537.500,00	392.503,41	1.113.440,20	1,60	311.846,72	669.560,51	867.939,49
Encargos Especiais	2.400.000,00	2.400.000,00	18.793,55	2.335.653,45	3,35	427.869,53	816.595,19	1.583.404,81
Serviço da Dívida Interna	800.000,00	800.000,00	18.793,55	735.653,45	1,06	155.586,22	292.390,66	507.609,34
Outros Encargos Especiais	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00	2,30	272.283,71	524.204,53	1.075.795,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.136.000,00	4.136.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.136.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	5.255.300,00	5.641.543,82	396.699,28	1.324.214,17	1,90	397.985,12	1.324.214,17	4.317.329,65
Ação Legislativa	40.000,00	40.000,00	1.530,31	6.209,66	0,01	2.816,15	6.209,66	33.790,34
Judiciária	3.500,00	3.500,00	189,46	568,38	0,00	189,46	568,38	2.931,62
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	3.500,00	3.500,00	189,46	568,38	0,00	189,46	568,38	2.931,62
Administração	165.300,00	160.300,00	9.012,46	27.069,72	0,04	9.012,46	27.069,72	133.230,28
Administração Geral	120.300,00	115.300,00	5.752,43	17.144,54	0,02	5.752,43	17.144,54	98.155,46
Administração Financeira	42.000,00	42.000,00	3.096,34	9.441,35	0,01	3.096,34	9.441,35	32.558,65
Normalização e Fiscalização	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Comunicação Social	2.500,00	2.500,00	163,69	483,83	0,00	163,69	483,83	2.016,17
Segurança Pública	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Defesa Civil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Assistência Social	82.000,00	82.000,00	5.889,10	16.970,77	0,02	5.889,10	16.970,77	65.029,23
Assistência Comunitária	82.000,00	82.000,00	5.889,10	16.970,77	0,02	5.889,10	16.970,77	65.029,23
Previdência Social	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Previdência do Regime Estatutário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

Continuação 2/3



Continuação 33

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Saúde	5.255.300,00	5.641.543,82	396.699,28	1.324.214,17	1,90	397.985,12	1.324.214,17	4.317.329,65
Atenção Básica	310.000,00	310.000,00	19.649,88	60.235,99	0,09	19.649,88	60.235,99	249.764,01
Educação	310.000,00	310.000,00	19.649,88	60.235,99	0,09	19.649,88	60.235,99	249.764,01
Ensino Fundamental	4.392.000,00	4.823.243,82	345.731,94	1.171.189,41	1,68	345.731,94	1.171.189,41	3.652.054,41
Educação Infantil	2.385.000,00	2.816.243,82	185.791,65	662.502,20	0,95	185.791,65	662.502,20	2.153.741,62
Cultura	2.007.000,00	2.007.000,00	159.940,29	508.687,21	0,73	159.940,29	508.687,21	1.498.312,79
Divulgação Cultural	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Urbanismo	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Infra-Estrutura Urbana	143.000,00	143.000,00	11.131,50	32.974,42	0,05	11.131,50	32.974,42	110.025,58
Serviços Urbanos	120.000,00	120.000,00	9.582,49	27.593,57	0,04	9.582,49	27.593,57	92.406,43
Saneamento	23.000,00	23.000,00	1.549,01	5.380,85	0,01	1.549,01	5.380,85	17.619,15
Saneamento Básico Urbano	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
Gestão Ambiental	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	22.000,00	22.000,00	1.065,69	2.378,93	0,00	1.065,69	2.378,93	19.621,07
Agricultura	22.000,00	22.000,00	1.065,69	2.378,93	0,00	1.065,69	2.378,93	19.621,07
Extensão Rural	23.000,00	23.000,00	1.810,41	5.029,12	0,01	1.810,41	5.029,12	17.970,88
Comércio e Serviços	23.000,00	23.000,00	1.810,41	5.029,12	0,01	1.810,41	5.029,12	17.970,88
Turismo	9.500,00	9.500,00	688,53	1.587,77	0,00	688,53	1.587,77	7.912,23
Desporto e Lazer	9.500,00	9.500,00	688,53	1.587,77	0,00	688,53	1.587,77	7.912,23
Desporto Comunitário	41.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	163.100.000,00	173.931.014,82	21.143.408,80	69.661.524,45	100,00	19.218.697,39	39.350.647,77	134.580.367,05

FONTE:

Camboriú, 17/05/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Veriâncio  
Secretário de Finanças

Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

Kailia Helen Tesioni  
Controladora

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**Município de Camboriú - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MAIO/2015 A ABRIL/2016**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Mar/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>12.385.374,59</b>	<b>12.282.677,51</b>	<b>12.282.677,51</b>	<b>11.975.846,48</b>	<b>11.889.692,59</b>	<b>11.813.007,80</b>	<b>12.238.680,25</b>	<b>13.906.263,65</b>	<b>13.141.220,06</b>	<b>17.393.363,78</b>	<b>12.227.722,75</b>	<b>12.952.411,73</b>	<b>155.128.069,97</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.216.097,74	2.312.980,00	2.297.672,57	1.942.002,85	2.017.686,53	1.953.985,33	2.104.188,07	2.236.973,17	2.063.463,11	6.370.380,74	2.976.291,03	2.743.567,74	31.006.980,85
IPTU	335.185,13	306.408,98	220.959,96	140.985,22	126.811,29	103.725,76	83.112,76	353.549,51	447.146,32	4.887.800,13	1.002.774,39	708.759,38	8.271.070,57
IRPJ	27.094,23	146.350,62	144.562,98	149.418,55	146.782,27	146.896,42	144.628,35	353.549,51	452.958,58	150.218,14	144.313,14	156.503,16	1.758.345,63
I.S.S.	390.881,07	338.912,56	379.651,87	420.145,30	393.180,46	397.108,10	370.042,95	442.275,32	339.300,59	300.533,64	397.988,99	374.094,78	4.510.165,62
I.T.B.I.	532.507,60	785.156,98	589.220,00	667.130,01	628.168,83	628.168,83	841.510,23	662.515,72	494.106,98	394.783,64	516.520,89	440.546,57	7.081.123,35
Outras Receitas Tributárias	910.459,71	756.150,86	752.879,76	644.487,78	754.764,51	677.598,19	664.594,10	761.131,37	740.847,64	837.047,29	911.713,62	1.063.799,85	9.475.275,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	465.267,94	502.194,23	494.047,26	467.374,11	497.799,72	481.353,61	483.538,08	778.833,73	595.336,02	619.116,26	530.247,92	528.543,41	6.364.655,29
RECEITA PATRIMONIAL	594.494,36	354.059,90	402.367,67	317.534,66	380.766,62	445.282,61	394.445,65	-119.804,75	609.908,89	528.034,96	515.172,39	882.260,75	5.284.523,71
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	846.540,94	901.584,94	944.734,10	843.813,37	836.470,37	846.788,06	925.302,72	897.680,41	768.243,55	312.517,93	178.173,90	71.532,58	8.271.862,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8488.806,74	7.930.148,90	7.703.175,03	7.764.796,89	7.396.398,02	7.474.103,77	7.807.869,89	8.944.175,07	8.644.791,39	8.976.762,30	7.329.633,15	8.333.383,84	96.396.448,60
Cota-Parte do FPM	2.562.785,29	2.229.883,03	1.651.158,46	1.931.145,28	1.610.007,83	1.832.465,73	2.068.986,36	3.498.519,55	2.280.791,39	2.600.183,94	1.716.106,38	2.043.846,30	26.238.671,54
Cota-Parte do ICMS	857.756,81	822.003,75	829.632,91	797.144,42	832.011,99	862.061,15	865.454,79	844.879,22	1.088.029,57	899.123,40	899.228,61	924.554,09	10.512.063,61
Cota-Parte do IPVA	540.636,50	563.025,29	585.122,27	540.177,23	526.247,35	428.490,80	355.760,09	302.460,28	285.577,24	407.315,04	512.080,19	516.801,07	5.572.863,35
Cota-Parte do ITR	481,44	832,24	203,56	157.479,26	639,96	9.454,95	1.407,38	3.473,53	693,99	76,50	709,42	1.056,15	176.238,98
Outras Transferências Correntes	1.234.338,71	1.213.370,73	1.667.900,17	1.306.741,14	1.516.418,26	1.253.185,09	1.263.068,66	1.153.703,64	1.515.713,25	1.660.534,24	1.145.982,11	1.649.002,42	16.381.968,42
Transferências da LC 61/199	13.553,34	12.911,48	11.894,09	12.656,85	12.619,92	12.898,43	13.336,96	13.169,05	17.105,44	13.210,57	12.897,69	13.234,11	159.455,55
Transferências da LC 87/1996	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.795,50	3.795,50	3.795,50	3.795,50	43.886,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.246.663,54	3.094.894,27	2.953.472,56	3.035.965,59	2.895.334,60	3.072.001,81	3.024.257,94	3.124.381,68	3.473.057,72	3.174.521,11	3.034.833,25	3.181.282,20	37.310.453,27
DEDUÇÕES (II)	1.072.273,92	1.015.885,65	905.927,41	979.904,52	888.293,49	920.761,18	962.531,02	1.276.805,03	1.023.100,25	1.215.969,09	923.012,48	992.060,81	12.166.534,75
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	274.713,54	289.491,06	289.554,65	291.466,66	291.270,70	290.997,62	290.824,58	567.471,81	291.901,87	387.217,13	293.449,15	291.433,17	3.948.171,74
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	787.560,48	726.394,59	616.372,76	688.437,86	597.022,79	629.783,56	681.703,44	709.333,22	731.196,38	828.751,96	629.593,33	700.617,64	8.216.743,01
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>11.822.355,05</b>	<b>11.369.488,94</b>	<b>11.386.750,10</b>	<b>10.995.941,96</b>	<b>11.011.399,10</b>	<b>10.892.246,62</b>	<b>11.296.329,23</b>	<b>12.632.458,62</b>	<b>12.118.119,81</b>	<b>16.177.394,69</b>	<b>11.304.710,27</b>	<b>11.960.350,92</b>	<b>142.961.535,22</b>

FONTE:  
Camboriú, 17/05/2016

Sérgio Luiz Veríssimo  
Secretário de Finanças

Renata Pereira  
Contadora - CRC 0280700-6

Kátia Helen Testoni  
Controladora

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	2.464.700,00	2.464.700,00	3.120.302,18	1.807.879,63	
Recarga de Contribuições dos Segurados	2.464.700,00	2.464.700,00	3.120.302,18	1.807.879,63	
Pessoal Civil	2.074.700,00	2.074.700,00	1.264.001,32	769.526,08	
Ativo	2.074.700,00	2.074.700,00	1.264.001,32	769.526,08	
Inativo	0,00	0,00	0,00	176,51	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga Patrimonial	370.000,00	370.000,00	1.856.300,86	1.038.353,55	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	370.000,00	370.000,00	1.856.300,86	1.038.353,55	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.946.300,00	4.946.300,00	1.723.638,12	1.049.113,06	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>7.411.000,00</b>	<b>7.411.000,00</b>	<b>4.843.940,30</b>	<b>2.856.992,69</b>	
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
ADMINISTRAÇÃO	3.374.000,00	3.374.000,00	684.605,75	602.592,76	
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	108.458,28	26.445,29	
Despesas de Capital	0,00	0,00	108.063,28	26.050,29	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	20.000,00	20.000,00	395,00	395,00	
	3.354.000,00	3.354.000,00	576.147,47	576.147,47	

Continua 1/4

Município de Camboriú - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	719.773,33	576.147,47	719.773,33	576.147,47
Aposentadorias	0,00	0,00	605.026,41	492.185,42	605.026,41	492.185,42
Pensões	0,00	0,00	114.746,92	83.962,05	114.746,92	83.962,05
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.354.000,00	3.354.000,00	109.206,96	0,00	27.500,11	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.354.000,00	3.354.000,00	109.206,96	0,00	27.500,11	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.375.000,00	3.375.000,00	828.980,29	684.605,75	747.273,44	602.592,76
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	4.036.000,00	4.036.000,00	-	-	4.096.666,86	2.254.399,93
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						88.480,60
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						88.480,60
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						88.480,60
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						4.036.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
		2016	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015			
Caixa		0,00				0,00
Continua 2/4						

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	10.130,42 36.859.166,00 0,00		2.643,15 26.716.797,16 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Bancos Conta Movimento	4.946.300,00	4.946.300,00	1.723.638,12	1.049.113,06
Investimentos	4.946.300,00	4.946.300,00	1.723.638,12	1.049.113,06
Outros Bens e Direitos	4.946.300,00	4.946.300,00	1.723.638,12	1.049.113,06
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>4.946.300,00</b>	<b>4.946.300,00</b>	<b>1.723.638,12</b>	<b>1.049.113,06</b>
RECEITAS CORRENTES (MII)				
Recarga de Contribuições Patronais	4.946.300,00	4.946.300,00	1.723.638,12	1.049.113,06
Pessoal Civil	4.946.300,00	4.946.300,00	1.723.638,12	1.049.113,06
Ativo	4.946.300,00	4.946.300,00	1.723.638,12	1.049.113,06
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.946.300,00</b>	<b>4.946.300,00</b>	<b>1.723.638,12</b>	<b>1.049.113,06</b>
<b>(XI) = (VIII + IX + X)</b>				

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS						
ADMINISTRAÇÃO (XII)						
Despesas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Camboriú, 17/05/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias	Sérgio Luiz Vanâncio	Renata Pereira	Kaita Helen Testoni
Prefeita Municipal	Secretário de Finanças	Contadora - CRC 028070/O-6	Controladoria



Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.219.475,44	2.099.530,90	2.382.458,39
DEDUÇÕES (II)	12.608.245,19	21.580.053,58	26.435.342,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.568.217,52	22.073.018,00	26.570.933,53
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	959.972,33	492.964,42	135.590,94
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-10.388.769,75	-19.480.522,68	-24.052.884,20
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-10.388.769,75</b>	<b>-19.480.522,68</b>	<b>-24.052.884,20</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-4.572.361,52</b>	<b>-13.664.114,45</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-1.600.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	32.727.265,87	34.839.306,09	36.869.296,42
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.400,73	5.212,32	10.130,42
Investimentos	32.722.865,14	34.834.093,77	36.859.166,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-32.727.265,87	-34.839.306,09	-36.869.296,42
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-32.727.265,87</b>	<b>-34.839.306,09</b>	<b>-36.869.296,42</b>

FONTE:

Camboriú, 17/05/2016

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
Kaíta Helen Testoni  
Controladoria

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>157.576.500,00</b>	<b>52.012.848,14</b>	<b>52.442.344,31</b>
Receita Tributária	31.816.000,00	14.155.810,62	14.570.383,91
I.P.T.U.	7.800.000,00	6.846.480,22	6.649.990,31
I.S.S.	4.300.000,00	1.411.868,00	1.412.143,90
I.T.B.I.	6.500.000,00	1.847.959,98	2.276.943,83
I.R.R.F.	470.000,00	496.294,02	81.067,13
Outras Receitas Tributárias	12.746.000,00	3.553.208,40	4.150.238,74
Receita de Contribuição	9.611.000,00	3.897.885,73	2.712.165,46
Receitas Previdenciárias	7.021.000,00	2.987.639,44	1.818.639,14
Outras Contribuições	2.590.000,00	910.246,29	893.526,32
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.384.000,00	2.535.376,99	1.770.026,09
(-) Aplicações Financeiras	1.384.000,00	2.535.376,99	1.770.026,09
Transferências Correntes	98.671.800,00	30.395.381,98	29.377.673,67
F.P.M.	24.000.000,00	7.082.984,14	7.410.636,58
I.P.V.A	4.240.000,00	1.377.408,39	1.217.888,64
I.C.M.S.	9.200.000,00	3.040.748,92	2.825.999,35
Convênios	293.500,00	301.545,68	123.845,77
Outras Transferências Correntes	60.938.300,00	18.592.694,85	17.799.303,33
Demais Receitas Correntes	17.477.700,00	3.563.769,81	5.782.121,27
Dívida Ativa	4.970.000,00	1.924.759,81	1.644.006,14
Diversas Receitas Correntes	12.507.700,00	1.639.010,00	4.138.115,13
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>4.139.500,00</b>	<b>2.109.206,77</b>	<b>177.146,11</b>
Operações de Crédito (III)	3.000.000,00	1.431.669,79	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.138.500,00	677.536,98	177.146,11
Convênios	1.138.500,00	677.536,98	177.146,11
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>1.138.500,00</b>	<b>677.536,98</b>	<b>177.146,11</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>158.715.000,00</b>	<b>52.690.385,12</b>	<b>52.619.490,42</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>151.374.414,82</b>	<b>61.541.721,86</b>	<b>60.963.079,60</b>	<b>36.589.954,41</b>	<b>37.697.135,64</b>
Pessoal e Encargos Sociais	88.372.143,82	23.351.419,69	23.492.009,15	23.308.710,82	23.434.228,93
Juros e Encargos da Dívida (IX)	100.000,00	35.653,45	28.376,24	30.887,72	23.900,12
Outras Despesas Correntes	62.902.271,00	38.154.648,72	37.442.694,21	13.250.355,87	14.239.006,59
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>151.274.414,82</b>	<b>61.506.068,41</b>	<b>60.934.703,36</b>	<b>36.559.066,69</b>	<b>37.673.235,52</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>18.420.600,00</b>	<b>8.119.802,59</b>	<b>8.693.774,77</b>	<b>2.760.693,36</b>	<b>3.471.279,49</b>
Investimentos	17.720.600,00	7.419.802,59	8.095.070,18	2.499.190,42	2.891.773,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	700.000,00	700.000,00	598.704,59	261.502,94	579.505,94
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>17.720.600,00</b>	<b>7.419.802,59</b>	<b>8.095.070,18</b>	<b>2.499.190,42</b>	<b>2.891.773,55</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>4.136.000,00</b>	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>173.131.014,82</b>	<b>68.925.871,00</b>	<b>69.029.773,54</b>	<b>39.058.257,11</b>	<b>40.565.009,07</b>

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-14.416.014,82</b>	<b>-16.235.485,88</b>	<b>-16.410.283,12</b>	<b>13.632.128,01</b>	<b>12.054.481,35</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>910.251,84</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	910.251,84	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-3.585.000,00</b>

Camboriú, 17/05/2016

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
Kaíta Helen Testoni  
Controladoria

**Município de Camboriú - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016 BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015								
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	39.448,93	522.477,89	556.442,86	-	5.483,96	2.105.847,15	2.512.674,90	2.382.587,92	6.723,80	3.122.781,29	3.128.265,25			
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	39.271,38	499.289,89	533.254,86	0,00	5.306,41	2.105.847,15	2.409.962,42	2.280.951,14	6.723,80	3.073.303,76	3.078.610,17			
	INSTITUTO DE PREVISÃO PÚBLICA - CAMBI	0,00	0,00	108.028,66	0,00	132,00	756.127,45	1.166.583,44	1.096.200,31	123,80	1.600.404,52	1.600.536,52			
	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.400,00	41.285,25	0,00	43.114,75	43.114,75			
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA - CAMBORIÚ	0,00	108.160,66	108.028,66	0,00	132,00	756.127,45	1.125.308,19	1.064.915,06	123,80	1.557.289,77	1.567.421,77			
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE CAMBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.174,97	6.206,97	0,00	22.968,00	22.968,00			
	FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CAM	0,00	6.846,00	6.800,00	0,00	46,00	0,00	29.174,97	6.206,97	0,00	22.968,00	22.968,00			
	FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CAM	0,00	6.846,00	6.800,00	0,00	46,00	0,00	16.443,24	2.556,20	2.556,20	13.887,04	13.933,04			
	FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	9.145,18	9.145,18	0,00	0,00	0,00	20.717,90	169,90	0,00	1.948,00	1.948,00			
	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	0,00	9.145,18	9.145,18	0,00	0,00	0,00	20.717,90	169,90	0,00	1.948,00	1.948,00			
	FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	25.500,39	25.500,39	0,00	0,00	0,00	20.717,90	169,90	0,00	1.948,00	1.948,00			
	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIAS	0,00	25.500,39	25.500,39	0,00	0,00	0,00	41.701,91	32.914,01	32.914,01	6.600,00	8.787,90			
	FUNDO MUN. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESC CAI	0,00	19.296,08	19.296,08	0,00	0,00	0,00	41.701,91	32.914,01	32.914,01	6.600,00	8.787,90			
	FUNDO MUNICIPAL DOS DIR DA CRIANÇA E ADOL	0,00	19.296,08	19.296,08	0,00	0,00	0,00	2.214,99	2.214,00	2.214,00	0,00	0,99	0,99		
	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	128.594,18	123.888,94	0,00	4.685,24	0,00	810.257,28	886,748,70	849.863,50	0,00	1.272.851,84	1.277.547,08		
	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	19.462,88	19.462,88	0,00	4.685,24	0,00	810.257,28	886,748,70	849.863,50	0,00	1.272.851,84	1.277.547,08		
	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	19.462,88	19.462,88	0,00	0,00	0,00	30.235,80	0,00	0,00	0,00	30.235,80	30.235,80		
	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	0,00	19.462,88	19.462,88	0,00	0,00	0,00	30.235,80	0,00	0,00	0,00	30.235,80	30.235,80		
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	39.271,38	182.284,52	221.122,73	0,00	433,17	0,00	425,84	297.758,20	288.026,25	0,00	122.319,67	122.752,84		
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	39.271,38	182.284,52	221.122,73	0,00	433,17	0,00	425,84	297.758,20	288.026,25	0,00	122.319,67	122.752,84		
	LEGISLATIVO		177,55	23.188,00	23.188,00	0,00	177,55	0,00	102.712,48	101.616,78	0,00	49.477,53	49.665,08		
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		177,55	23.188,00	23.188,00	0,00	177,55	0,00	102.712,48	101.616,78	0,00	49.477,53	49.665,08			
	EXECUTIVO	0,00	398.045,51	398.045,51	-	-	0,00	0,00	0,00	-	-	-			
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	19.029,71	19.029,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	19.029,71	19.029,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE CAMBI	0,00	646,19	646,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	646,19	646,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	1.558,17	1.558,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	0,00	1.558,17	1.558,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	5.241,62	5.241,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIAS	0,00	5.241,62	5.241,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	352.010,73	352.010,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	352.010,73	352.010,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	990,70	990,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	0,00	990,70	990,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	990,70	990,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	18.628,39	18.628,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	18.628,39	18.628,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015						
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	398.045,51	398.045,51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
EXECUTIVO		0,00	398.045,51	398.045,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIÚ		0,00	18.628,39	18.628,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	18.628,39	18.628,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):		38.448,93	920.523,40	954.488,37	0,00	5.483,96	2.105.847,15	3.406.225,86	2.512.674,90	2.382.567,92	6.723,80	3.122.781,29	3.128.265,25	
PONTE:														

FONTE:

Camboriú, 17/05/2016

Luiza Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Verãnio  
Secretário de Finanças

Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

Katia Helen Testoni  
Controladora

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	23.033.000,00	23.033.000,00	12.189.245,60	52,92
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	11.472.000,00	11.472.000,00	8.294.372,29	72,30
1.1.1- IPTU	7.800.000,00	7.800.000,00	6.848.285,06	87,80
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	22.000,00	22.000,00	14,04	0,06
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.600.000,00	3.600.000,00	1.447.067,81	40,20
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	780,22	1,56
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(1.804,84)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.501.000,00	6.501.000,00	1.847.959,98	28,43
1.2.1- ITBI	6.500.000,00	6.500.000,00	1.891.759,98	29,10
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(43.800,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.590.000,00	4.590.000,00	1.550.619,31	33,78
1.3.1- ISS	4.300.000,00	4.300.000,00	1.411.868,00	32,83
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	15,40	0,15
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	270.000,00	270.000,00	138.595,40	51,33
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	140,51	1,41
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	470.000,00	470.000,00	496.294,02	105,59
1.4.1- IRRF	470.000,00	470.000,00	496.294,02	105,59
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	47.026.000,00	47.026.000,00	14.450.606,99	30,73
2.1- Cota-Parte FPM	30.000.000,00	30.000.000,00	8.853.730,01	29,51
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	30.000.000,00	30.000.000,00	8.853.730,01	29,51
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.500.000,00	11.500.000,00	3.800.935,67	33,05
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	54.000,00	54.000,00	15.182,00	28,11
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	160.000,00	160.000,00	56.447,81	35,28
2.5- Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	2.537,96	21,15
2.6- Cota-Parte IPVA	5.300.000,00	5.300.000,00	1.721.773,54	32,49
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>70.059.000,00</b>	<b>70.059.000,00</b>	<b>26.639.852,59</b>	<b>38,02</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	55.000,00	55.000,00	140.381,72	255,24
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	6.068.000,00	6.068.000,00	1.908.126,95	31,45
5.1- Transferências do Salário-Educação	4.950.000,00	4.950.000,00	1.567.311,33	31,66
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.500,00	3.500,00	5.460,00	156,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.098.000,00	1.098.000,00	325.841,00	29,68
5.4- Transferências Diretas - PNATE	16.500,00	16.500,00	9.514,62	57,66
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	162.000,00	162.000,00	291.374,42	179,86
6.1- Transferências de Convênios	162.000,00	162.000,00	291.374,42	179,86
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>6.285.000,00</b>	<b>6.285.000,00</b>	<b>2.339.883,09</b>	<b>37,23</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	9.405.200,00	9.405.200,00	2.890.131,31	30,73
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	6.000.000,00	6.000.000,00	1.770.745,87	29,51
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.300.000,00	2.300.000,00	760.186,75	33,05
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	10.800,00	10.800,00	3.036,40	28,11
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	32.000,00	32.000,00	11.289,57	35,28
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.400,00	2.400,00	507,57	21,15
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.060.000,00	1.060.000,00	344.365,15	32,49
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	43.000.000,00	43.000.000,00	12.932.129,51	30,07
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	42.950.000,00	42.950.000,00	12.863.674,28	29,95
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.000,00	50.000,00	68.455,23	136,91
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>33.544.800,00</b>	<b>33.544.800,00</b>	<b>9.973.542,97</b>	<b>29,73</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				



MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	35.260.000,00	35.260.000,00	8.483.343,96	24,06	8.483.343,96	24,06
13.1- Com Educação Infantil	15.990.000,00	15.990.000,00	3.848.491,92	24,07	3.848.491,92	24,07
13.2- Com Ensino Fundamental	19.270.000,00	19.270.000,00	4.634.852,04	24,05	4.634.852,04	24,05
14- OUTRAS DESPESAS	7.740.000,00	7.740.000,00	1.964.614,43	25,38	1.964.614,43	25,38
14.1- Com Educação Infantil	1.660.000,00	1.660.000,00	367.833,27	22,16	367.833,27	22,16
14.2- Com Ensino Fundamental	6.080.000,00	6.080.000,00	1.596.781,16	26,26	1.596.781,16	26,26
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	43.000.000,00	43.000.000,00	10.447.958,39	24,30	10.447.958,39	24,30
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					10.447.958,39	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					65,60	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					15,19	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					19,21	

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 <sup>2</sup>					431.243,82	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	17.514.750,00	17.514.750,00	6.658.963,15	38,02		

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	18.807.000,00	18.807.000,00	4.484.361,77	23,84	4.483.981,77	23,84
23.1- Creche	9.403.500,00	9.403.500,00	2.242.180,89	23,84	2.241.990,89	23,84
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.825.000,00	8.825.000,00	2.108.162,60	23,89	2.108.162,60	23,89
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	578.500,00	578.500,00	134.018,29	23,17	133.828,29	23,13
23.2- Pré-escola	9.403.500,00	9.403.500,00	2.242.180,88	23,84	2.241.990,88	23,84
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.825.000,00	8.825.000,00	2.108.162,59	23,89	2.108.162,59	23,89
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	578.500,00	578.500,00	134.018,29	23,17	133.828,29	23,13
24- ENSINO FUNDAMENTAL	32.269.000,00	32.269.000,00	9.088.662,73	28,10	7.888.826,20	24,45
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	25.350.000,00	25.350.000,00	6.231.633,20	24,58	6.231.633,20	24,58
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.919.000,00	6.919.000,00	2.837.029,53	41,00	1.657.193,00	23,95
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	51.076.000,00	51.076.000,00	13.553.024,50	26,54	12.372.807,97	24,22

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					9.973.542,97	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					68.455,23	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					10.041.998,20	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.330.809,77	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE <sup>5</sup> ((38) / (3) x 100) %					8,75	

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	5.000.000,00	5.400.000,00	1.924.868,64	35,65	611.420,33	11,32
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.285.000,00	1.814.243,82	1.439.582,15	79,35	408.262,53	22,50
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.285.000,00	7.214.243,82	3.364.450,79	46,64	1.019.682,86	14,13
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	57.361.000,00	58.290.243,82	16.917.475,29	29,02	13.392.490,83	22,98

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		987.021,30	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		12.863.674,28	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		11.282.477,10	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		10.880.451,25	0,00
49.2 Restos a Pagar		402.025,85	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		68.455,23	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		2.636.673,71	0,00

Camboriú, 17/05/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni  
Controladoria

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATUAL 66/2016

ADITIVO CONTRATUAL Nº 66/2016

Considerando a necessidade de aquisição complementar de itens do Contrato 23/2015, estimam-se os gastos para o exercício 2016 e prevê a reserva orçamentária.

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO INFANTIL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ: 79.719.613/0001-33), as partes acordam o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS REFERENTE COMPLEMENTAÇÃO

Aquisição complementar de materiais para o primeiro bimestre de 2016 (em decorrência a prorrogação do Contrato nº 23/2015):

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	20	KIT	KIT ALUNO - PRÉ I E PRÉ II: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livro didático anual com ilustrações de qualidade de no mínimo 60 páginas; Caderno de atividades de Linguagem Escrita ilustrado, colorido no mínimo 60 páginas; Caderno de atividades de Matemática; ilustrado, colorido no mínimo 60 páginas; Jogo de cartas do alfabeto; destacáveis nas dimensões aproximadas de no mínimo 26cm x 17 cm com folhas superior 115 gramas coloridos e ilustrados; Material de Apoio; Caixa para acondicionamento e transporte dos materiais personalizadas com logomarca da empresa contendo todas as informações do kit.	164,02	4.567,85
VALOR TOTAL				R\$ 4.567,85	

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício 2016:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.805	Manter e Coordenar as Atividades Específicas da Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 23/2015 permanecem inalteradas e em vigor. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 18 de maio de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	ACEDRIANA VICENTE SANDI Editora Positivo Ltda CONTRATADA
---	--

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016 FMS

Processo Licitatório nº 19/2016 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezessete dias do mês de maio de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual prestação de serviços de borracharia para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa AUTO POSTO JK LTDA, CNPJ: 76.856.822/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 19/2016 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro

de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTI-MADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTI-MADO (R\$)
01	100	Serviço	Montagem de pneu veículo leve	10,00	1.000,00
02	100	Serviço	Conserto de pneu veículo leve	12,00	1.200,00
03	100	Serviço	Troca de pneu veículo leve	10,00	1.000,00
04	150	Serviço	Balanceamento automóvel	15,00	2.250,00
VALOR TOTAL				R\$ 5.450,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ  
Pregoeira

AUTO POSTO JK LTDA  
Representante legal

### **CONVOCAÇÃO Nº 057/2016**

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016  
CONVOCAÇÃO Nº 057/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CHARLINE DE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob nº 064.609.699-06, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 20 de maio de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 18 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 058/2016**

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016  
CONVOCAÇÃO Nº 058/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SONIA BERNADO CORDEIRO, inscrita no CPF/MF sob nº 029.467.379-26, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR IV, na Função de PROFESSORA DE INGLÊS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 20 de maio de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 18 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 9.774 DE 18 DE MAIO DE 2016****GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.774 DE 18 DE MAIO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 31.900,00 (trinta e um mil, novecentos reais), nas seguintes Dotações do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.	
07.02 -	Serviços de Desenvolvimento Econômico.	
20.606.0025.2.051 -	Pessoal de Desenvolvimento Econômico.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339046.00.896 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 1.900,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos.	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radiopatrulha.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 30.000,00
	Total	R\$ 31.900,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.		
07.02 -	Serviços de Desenvolvimento Econômico.		
20.606.0025.2.051 -	Pessoal de Desenvolvimento Econômico.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
310000.00.896 -	Pessoal Encargos Sociais		
319000.00.896 -	Aplicações Diretas		
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 1.900,00	
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos.		
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radiopatrulha.		
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 30.000,00	
	Total	R\$ 31.900,00	

**GABINETE DO PREFEITO**

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
18 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 24/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 56/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 03 de junho de 2016 às 15 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço Por Lote – Lote Único, tendo como objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS EM LOCAIS DE PARADA DE ÔNIBUS, CONFORME MEMORIAL E PROJETO EM ANEXO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 19 de maio de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### AVISO PP 24/2016 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES, PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA USO DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA) DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS - SC - SAÚDE

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 01/06/2016 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES E MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA USO DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA) DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS - SC. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.campos-novos.sc.gov.br](http://www.campos-novos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h30min às 17h30min horas diariamente.

Campos Novos, 18 de abril de 2016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

## SAMAE - Campos Novos

### EXT PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016 - SAMAE

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

#### AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos – SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 25/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2016, tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

2-OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTES A SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS PARA AS RETROESCAVADEIRAS PERTENCENTES A COORDENADORIA TÉCNICA DO SAMAE.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: 14h00min do dia 02/06/2016, para.

Recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos

Interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua:

Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das

09h00min às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites

[www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE



# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 11/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 11/2016

MODALIDADE: Chamada Pública nº 01/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, credenciar pessoas jurídicas prestadoras de serviços, para realizar consultas e exames especializados de média e alta complexidade, visando atender os habitantes do Município de Canelinha, de acordo com a tabela unificada de procedimentos do SUS do Ministério da Saúde, conforme itens relacionados no anexo I deste edital e através de Termo de Adesão ao incentivo Estadual para ações de média e alta complexidade, Lei nº 16.159 de 07 de novembro de 2.013 e Deliberação 534. . PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: de 19 de maio de 2016 à 31 de dezembro de 2016. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 18 de maio de 2016. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

### RESULTADO JULGAMENTO TP 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

RESULTADO JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2016

O MUNICÍPIO DE CANELINHA – SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha – SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 03/2016, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para drenagem e pavimentação do 7º trecho da rua Leonel Marcelino Pereira, da estaca 06 a estaca 13+1,645 metros, em lajota sextavada de concreto, medindo 25x25x8, e meio fio de concreto medindo 12x30, Bairro Índia, Canelinha/SC, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, classificando-se vencedora a proposta da empresa Franna Indústria e Serviços LTDA - ME, no valor de R\$ 78.902,65 (Setenta e oito mil e novecentos e dois reais e sessenta e cinco centavos). Canelinha, 18 de maio de 2016. Antônio da Silva - Prefeito do Município

### RESULTADO JULGAMENTO TP 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

RESULTADO JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2016

O MUNICÍPIO DE CANELINHA – SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha – SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 04/2016, , a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para pavimentação asfáltica das ruas e avenidas centrais do Município, da estaca 30=PP até a estaca 122+10,00metros. O trecho compreende parte da rua João Vicente de Souza (estaca 30 até estaca 38+11,50metros), toda a extensão da Avenida Cantório Florentino da Silva (estaca 38+11,50 até estaca 90) e parte da avenida Joaquim José de Santana (estaca 90 até a estaca 122+10,00metros), conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, classificando-se vencedora a proposta da empresa Múltiplos Serviços e Obras LTDA - EPP, no valor de R\$ 987.519,87 (Novecentos e oitenta e sete mil e quinhentos e dezenove reais e oitenta e sete centavos). Canelinha, 18 de maio de 2016. Antônio da Silva - Prefeito do Município

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-01/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-01/2016  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-01/2016, referente ao contrato n.º PMC 01/2016. Data do Aditivo: 01/03/2016. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 200 HORAS RETROSCAVADEIRA E DE 100.00 M³/KILOMETRO RODADO DE CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE. Contratada: CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP. CNPJ: 09.314.237/0001-11. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 4.625,00 (quatro mil seiscentos e vinte e cinco reais), conforme Comunicação Interna n.º 094/2016. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) passará a ser R\$ 69.625,00 (sessenta e nove mil seiscentos e vinte e cinco reais). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 159/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 98/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-02/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-02/2016  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-02/2016, referente ao contrato n.º PMC 02/2016. Data do Aditivo: 31/03/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA RENEAU CUBAS, COM EXTENSÃO TOTAL DE 840,00 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: DERPA USINA DE ASFALTO LTDA - EPP. CNPJ: 10.752.454/0001-72. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 206.195,27 (duzentos e seis mil cento e noventa e cinco reais e vinte e sete centavos), sendo 28.619,90 referente a mão de obra e R\$ 177.575,37 referente a material, conforme C.I. n.º 100/2016 da Secretaria Municipal de Planejamento. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 211/2015. TOMADA DE PREÇO Nº PMC 36/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-04/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-04/2016  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-04/2016, referente ao contrato n.º PMC 04/2016. Data do Aditivo: 22/01/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE 100 HRS DE SERVIÇOS DE MÁQUINA MOTONIVELADORA, PESO MÍNIMO DE 14 TON, EQUIPADA COM LÂMINA DESLIZANTE COM LARGURA MÍNIMA DE 3600 MM, ESCARIFICADOR TRASEIRO, POTÊNCIA DO MOTOR DE NO MÍNIMO 185 HP, ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2009; PARA SECRETARIA DE OBRAS. Contratada: CS ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ: 07.133.586/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO): Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais) para o objeto descrito, conforme autorizado na C.I. 15/GABINETE/2016. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 17.400,00 (dezessete mil quatrocentos reais) passará a ser R\$ 21.750,00 (vinte e um mil setecentos e cinquenta reais). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 08/2016. Dispensa de Licitação N.º PMC 10/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-11/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-11/2016  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-11/2016, referente ao contrato n.º PMC 11/2016. Data do Aditivo: 06/04/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL, CONFORME O TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I DO EDITAL. Contratada: GERALDO GALESKI. CNPJ: 17.228.253/0001-10. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica ACRESCIDO ao presente contrato valor de R\$ 5.593,75 (cinco mil quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), portanto o valor contratado que era R\$ 25.625,00 (vinte e cinco mil seiscentos e vinte e cinco reais) passa a ser R\$ 31.218,75 (trinta e um mil duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 239/2015. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 10/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-177/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-177/2015  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-177/2015, referente ao contrato n.º PMC 177/2015. Data do Aditivo: 02/03/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRADES E PORTÕES, A SEREM INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA 22ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CANOINHAS. Contratada: MAURI METKA RODRIGUES & CIA LTDA - ME. CNPJ: 07.265.451/0001-08. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO): Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 2.408,53 (dois mil quatrocentos e oito reais e cinquenta e quatro centavos) Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 17.400,00 (dezessete mil quatrocentos reais) passará a ser R\$ 19.908,53 (dezenove mil novecentos e oito reais e cinquenta e três centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 210/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 129/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-18/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-18/2016  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-18/2016, referente ao contrato n.º PMC 18/2016. Data do Aditivo: 24/02/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: LEDIR GREIM. CNPJ: 17.330.972/0001-47. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO). Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme solicitação nº 15/2016 enviada pela Secretaria da Educação. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 39.270,00 (trinta e nove mil duzentos e setenta reais) passará a ser R\$ 41.770,00 (quarenta e um mil setecentos e setenta reais). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 239/2015. CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 10/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-195/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-195/2015  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-195/2015, referente ao contrato n.º PMC 195/2015. Data do Aditivo: 05/02/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

DE 140,76 M² DE FORRO DE PVC, A SEREM INSTALADOS NO PRÉDIO DO CONSELHO TUTELAR DE CANOINHAS. Contratada: FERNANDO SIMAO MARON EIRELI ME. CNPJ: 17.496.421/0001-58. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO). Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 200,80 (duzentos reais e oitenta centavos), conforme Comunicação Interna n.º 32/2016, da Secretaria de Planejamento. Portanto o valor de presente contrato que era de R\$ 4.890,00 (quatro mil oitocentos e noventa reais), passará a ser R\$ 5.090,80 (cinco mil noventa reais e oitenta centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 225/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 138/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-211/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-211/2015  
SUPRESSÃO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-211/2015, referente ao contrato n.º PMC 211/2015. Data do Aditivo: 06/04/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DE 45 ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS LOCALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO E NO DISTRITO DE MARCILIO DIAS, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA ME. CNPJ: 86.721.008/0001-62. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica SUPRIMIDO o valor de R\$ 5.349,89 (cinco mil trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos), conforme C.I. nº 92/2016 da Secretaria Municipal de Planejamento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 67.467,38 (sessenta e sete mil quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), passará a ser de R\$ 62.117,49 (sessenta e dois mil cento e dezessete reais e quarenta e nove centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 217/2015. TOMADA DE PREÇO Nº PMC 37/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-25/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-25/2016  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-25/2016, referente ao contrato n.º PMC 25/2016. Data do Aditivo: 04/04/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO PROFISSIONAL REGULARMENTE MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DOS BENS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratado: ULISSES DONIZETE RAMOS. CPF: 102.471.938.36. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE

ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS. Parágrafo Segundo - O prazo de vigência do contrato, que era até 18/04/2016, passará a ser 18/05/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 30/2016. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 02/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-32/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-32/2016  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-32/2016, referente ao contrato n.º PMC 32/2016. Data do Aditivo: 05/04/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DE RUFOS NO PRÉDIO DA PREFEITURA DE CANOINHAS. Contratada: KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA ME. CNPJ: 09.079.981/0001-89. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta reais). Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais), passará a ser de R\$ 8.600,00 (oito mil seiscentos reais). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 113/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 69/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 11-04/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 11-04/2011  
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 11-04/2011, referente ao contrato n.º PMC 04/2011. Data do Aditivo: 19/01/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRIVADA ATRAVÉS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO EM ESCOLAS E OUTRAS INSTALAÇÕES DA PREFEITURA. Contratada: INVIOÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA. CNPJ: 95.832.986/001-72. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. PARÁGRAFO SEGUNDO da CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO e CLAUSULA OITAVA

Fica, através do presente termo aditivo acrescido ao contrato, o valor de R\$ 4.767,18 (quatro mil setecentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos). CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E REAJUSTE: Parágrafo Terceiro – A vigência do presente Contrato que era até 19/01/2016, passará a ser até 18/04/2016. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 227.330,77 (duzentos e vinte e sete mil trezentos e trinta reais e setenta e sete centavos), passará a ser de R\$ 232.097,95 (duzentos e trinta e dois mil noventa e sete reais e noventa e cinco centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 146/2010. TOMADA DE PREÇO Nº PMC 25/2010. Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-116/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-116/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-116/2014, referente ao contrato n.º PMC 116/2014. Data do Aditivo: 14/04/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA COM ÁREA DE 772,40M², NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ALZIRINHA SILVA CORRÊA - RUA LOACYR MUNIZ RIBAS, BAIRRO ÁGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratada: ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. CNPJ: 02.091.041/0001-66. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato que tinha sua vigência até 29/04/2016, passará a ter a vigência até 30/12/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 131/2014. TOMADA DE PREÇO Nº PMC 14/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-137/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-137/2014  
SUPRESSÃO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-137/2014, referente ao contrato n.º PMC 137/2014. Data do Aditivo: 28/04/2016. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DO C.E.I RUTH ROCHA, LOCALIZADO NA RUA ADÃO TISKA, BAIRRO INDUSTRIAL I, NESTA CIDADE DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratada: ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA. CNPJ: 14.365.450/0001-92. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica SUPRIMIDO do presente contrato o valor de R\$ 66.549,38 (sessenta e seis mil quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos) solicitação nº 158/2016 da Secretaria Municipal de Planejamento. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 167/2014. TOMADA DE PREÇO Nº PMC 20/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-211/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-211/2015  
SUPRESSÃO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-211/2015, referente ao contrato n.º PMC 211/2015.



Data do Aditivo: 06/04/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DE 45 ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS LOCALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO E NO DISTRITO DE MARCÍLIO DIAS, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA ME. CNPJ: 86.721.008/0001-62. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica SUPRIMIDO o valor de R\$ 5.349,89 (cinco mil trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos), conforme C.I. nº 92/2016 da Secretaria Municipal de Planejamento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 67.467,38 (sessenta e sete mil quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), passará a ser de R\$ 62.117,49 (sessenta e dois mil cento e dezessete reais e quarenta e nove centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 217/2015. TOMADA DE PREÇO Nº PMC 37/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-25/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-25/2016  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-25/2016, referente ao contrato n.º PMC 25/2016. Data do Aditivo: 24/04/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO PROFISSIONAL REGULARMENTE MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DOS BENS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratado: ULISSES DONIZETE RAMOS. CPF: 102.471.938.36. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O valor contratado que era R\$ 5.247,50 (cinco mil duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) passa a ser R\$ 13.764,40 (treze mil setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 30/2016. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 02/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-27/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-27/2015  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-27/2015, referente ao contrato n.º PMC 27/2015. Data do Aditivo: 25/04/2016. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA COZINHA COMUNITÁRIA. Contratada: INECOM EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA ME. CNPJ: 07.359.407/0001-59. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato que tinha sua vigência até 29/04/2015, passará a ter a vigência até 29/06/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 35/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC

20/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-29/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-29/2015  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-29/2015, referente ao contrato n.º PMC 29/2015. Data do Aditivo: 25/04/2016. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA COZINHA COMUNITÁRIA. Contratada: ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA -EPP. CNPJ: 12.581.380/0001-84. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato que tinha sua vigência até 29/04/2015, passará a ter a vigência até 29/06/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 35/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 20/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-30/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-30/2015  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-30/2015, referente ao contrato n.º PMC 30/2015. Data do Aditivo: 25/04/2016. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA COZINHA COMUNITÁRIA. Contratada: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA- ME. CNPJ: 09.053.748/0001-27. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato que tinha sua vigência até 29/04/2015, passará a ter a vigência até 29/06/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 35/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 20/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-40/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-40/2015  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-40/2015, referente ao contrato n.º PMC 40/2015. Data do Aditivo: 26/04/2016. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS. Contratada: GISIANE MATILDE VIEIRA ME. CNPJ: 10.790.021/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato que tinha sua vigência até 29/04/2016, passará a ter a vigência até 31/12/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 26/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC

14/2015.  
Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-47/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-47/2015  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-47/2015, referente ao contrato n.º PMC 47/2015. Data do Aditivo: 25/04/2016. Objeto Contratado: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AFONSO KOHLER, SENDO, TRECHO 1 COM EXTENSÃO DE 197,12 METROS COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. CNPJ: 81.099.277/0001-15. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato que tinha sua vigência até 29/04/2016, passará a ter a vigência até 29/06/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 47/2015. TOMADA DE PREÇO Nº PMC 12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-68/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-68/2015  
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-68/2015, referente ao contrato n.º PMC 68/2015. Data do Aditivo: 18/02/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Contratada: GENTE SEGURADORA S.A. CNPJ: 90.180.605/0001-02. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Ficam acrescidos no objeto contratado 01 (um) veículo Automotor, ao valor de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais). CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS: Parágrafo Primeiro - As apólices de seguro referente aos veículos citados acima, terão vigência das 24h00min do dia 19/02/2016 às 24h00min do dia 19/05/2016. Parágrafo Segundo - O Contrato com a empresa vencedora terá vigência até 30/06/2016. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 38.694,00 (trinta e oito mil seiscentos e noventa e quatro reais) passará a ser de R\$ 39.134,00 (trinta e nove mil cento e trinta e quatro reais). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 79/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 48/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 3-07/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-07/2014  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito

à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-07/2014, referente ao contrato n.º PMC 07/2014. Data do Aditivo: 02/02/2016. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE ESTAGIÁRIOS JUNTO A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO. Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE CNPJ: 04.610.564/0001-81. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Fica ACRESCIDO no contrato, através do presente termo aditivo o valor R\$ 3.732,00 (três mil setecentos e trinta e dois reais) em razão do acréscimo de 20 (vinte) estagiários, ao valor unitário de R\$ R\$ 15,55 (quinze reais e cinquenta e cinco centavos). O valor do presente contrato que era de R\$ 42.390,72 (quarenta e dois mil trezentos e noventa reais e setenta e dois centavos), passará a ser de R\$ 46.122,72 (quarenta e seis mil cento e cento e dois reais e setenta e dois centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 171/2013. TOMADA DE PREÇO Nº PMC 35/2013.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 4-65/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-65/2014  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-65/2014, referente ao contrato n.º PMC 65/2014. Data do Aditivo: 15/01/2016. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS HILDA OSTROSK, JOÃO ALLAGE, KURT MENDES, LAZÁRO BASTOS, LOURENÇO ROLANDO MALUCELLI, VIRGILIO TREVISANI, OTÁVIO TABALIPA, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Contratada: VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA- ME. CNPJ: 03.393.652/0001-21. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 330.175,87 (trezentos e trinta mil cento e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 73/2014. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 09/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 5-130/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 5-130/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-130/2014, referente ao contrato n.º PMC 130/2014. Data do Aditivo: 26/02/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONCLUSÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA THEODORO HUMENHUK COM EXTENSÃO DE 1.086,91 METROS COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

Contratada: VOLTAPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA- ME. CNPJ: 03.393.652/0001-21. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: O prazo do presente contrato que era até 29/02/2016, passará a ser até 27/05/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 139/2014. TOMADA DE PREÇO Nº PMC 16/2014. Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

## **RESOLUÇÃO 01/2016 - COMDE**

RESOLUÇÃO 01/2016

Prorroga o período de Inscrições para o Fórum de Eleição das Entidades da Sociedade Civil do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA –COMDE, através de sua presidente, Srta. Denise Cardoso, no uso de suas atribuições legais, torna público que:

CONSIDERANDO a deliberação da Comissão de Organização do Fórum de Eleição.

RESOLVE

Art.1º - Prorrogar o período de inscrições para o Fórum de Eleição das entidades da Sociedade Civil do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência até 30 de maio de 2016.

Art.2º - Realizar o Fórum de Eleição das Entidades da Sociedade Civil no dia 31 de maio de 2016 na sede do Centro de Integração Empresa Escola –CIEE, Rua Rolando Malucelli nº104, próximo a CASAN, das 13 horas e trinta minutos às 17 horas.

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 17 de Maio de 2016.

Denise Cardoso

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

## **RETIFICAÇÃO DA DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DA DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n. 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas/SC, na Rua Felipe Schmidt n. 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais que através do Processo Administrativo n. 24/2015, rescindiu o pactuado através do Processo de Licitação n. 26/2016, Pregão Presencial n. 14/2015, com a Empresa Maria Helena Comércio de Móveis Eireli - ME, inscrita no CNPJ sob o n. 80.121.858/0001-43, com sede estabelecida a Rua Célio Weber, n. 965, bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC, e aplicou sanção consistente no impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 1 (um) ano com a sanção de multa prevista no item 17.2.3. "b" do mesmo edital de licitação, sendo no montante equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da aquisição. O inteiro teor da decisão esta disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.



PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 59/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	83/2016	Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:	15.700,00
Licitação.....:	59/2016 - PR				
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL				
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE TACHÕES BI LATERAIS BRANCO OU AMARELO OU VERMELHO (COR A DEFINIR NO ATO DA COMPRA), 250 X 150 X 50 MM, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.				

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	13026	-	TACHOES BI DIRECIONAIS BRANCO OU AMARELO 25X15X50CM	-	Unidade: UN		
9642	SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA ME	Sinaltec	1.000,000	0,0000	15,7000	15.700,00	Venceu	1 *****
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Sinal City	1.000,000	0,0000	15,8000	15.800,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em	.....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI	-	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS	-	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA	-	EQUIPE DE APOIO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK	-	SUPLENTE PREGOEIRO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO	-	28.754/SC
VANESSA LANGER	-	CRC/SC 028524/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### PORTARIA 489/2016

PORTARIA Nº 489, DE 12 DE ABRIL DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 12/2016 da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 173/2015, que concedeu FC – 1 à servidora Josimara Poggere, matrícula nº 312509/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de abril de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de abril de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 490/2016

PORTARIA Nº 490, DE 13 DE ABRIL DE 2016

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, conforme memorando encaminhado pela Secretaria da Educação, sob o nº 12/2016, a servidora Marinês Pereira Schu, matrícula nº 324329/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, da Escola Municipal Belisário Pena para a Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 13 de abril a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 13 de abril de 2016.

Capinzal - SC, em 13 de abril de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 491/2016

PORTARIA Nº 491, DE 13 DE ABRIL DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 12/2016 da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 149A/2016, que concedeu FC – 1 à servidora Jociane Morosini Andreoni, matrícula nº 323357/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de abril de 2016.

Capinzal - SC, em 13 de abril de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 492/2016

PORTARIA Nº 492, DE 13 DE ABRIL DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 12/2016 da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito de parte das portarias nº 371/2016 e 138/2016, que concederam FC – 1 à servidora Gabriela Surdi, matrícula nº 328880/01.

Art. 2º A servidora continua à disposição da Secretaria da Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 13 de abril de 2016.

Capinzal - SC, em 13 de abril de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 493/2016**

PORTARIA Nº 493, DE 13 DE ABRIL DE 2016

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor e memorando nº 12/2016 da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Jociane Morosini Andreoni, matrícula nº 323357/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para as aulas de apoio pedagógico da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de abril de 2016

Capinzal – SC, em 13 de abril de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

# Catanduvas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.164 DE 17 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 2.164/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO ESPECIAL NA MODALIDADE 45000000 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.531/16 de 17 de maio de 2016 e Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 186.000,00 (Cento e oitenta e seis mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	452	SERVIÇOS URBANOS		
		Construção de Garagens para Maquinas e Depósitos		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) – Recursos Próprios	R\$	80.000,00

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES		
	782	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS		
		Conservação e Reparos de Bens Móveis e Imóveis		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES(3390)– Recursos Próprios	R\$	106.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionada no artigo primeiro, fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, na modalidade Despesas de Capital, no elemento 45.90.61.00, no orçamento vigente da Prefeitura.

ÓRGÃO	09	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL		
UNID. ORÇ.	0901	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL		
	482	HABITAÇÃO URBANA		
		Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4590)– Recursos Próprios	R\$	186.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 17 de maio de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN                      DAVI PECINATO  
Prefeita Municipal                                      Resp. pela Secretaria de Administração.

Registrado e Publico por esta Secretaria em 17/05/2016.

### EDITAL Nº 0004/2016 DE CHAMADA PÚBLICA

EDITAL Nº 004, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Estabelece normas para a chamada pública e credenciamento, destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde.

Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no disposto na Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, com alterações da Lei nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012,

Considerando a decisão judicial determinado ao Município de Catanduvas para reassumir integralmente a gestão do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria da Saúde, especificamente para preenchimento de vaga de enfermeiro no Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

Considerando a existência de vaga no quadro funcional municipal e não disponibilizada em processo seletivo tampouco em concurso público;

Torna público os procedimentos para a chamada pública destinada ao provimento de vaga temporária para o cargo constante do inciso 1.2 deste edital

#### 1. DA DATA E DAS VAGAS

0.1 A Chamada Pública realizar-se-á no dia 23 de maio (segunda - feira), das 14h às 16h, no Setor de Recursos Humanos, sito à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, Prefeitura Municipal.

#### 1.2 Das vagas:

SECRETARIA DA SAÚDE	
Enfermeiro (a)	40 horas

#### 2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- a) RG, CPF;
- b) Diploma do curso de Enfermagem e registro no COREN de Santa Catarina;
- c) Comprovante de tempo de serviço na área de atuação;
- d) Experiência comprovada em currículo na área hospitalar (urgência e emergência).

#### 3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação: experiência comprovada em currículo na área hospitalar e, persistindo a igualdade, o de maior idade.

3.4 A análise da classificação será realizada pelo Setor de Recursos Humanos conjuntamente com a Assessoria Jurídica do Município.

Catanduvas, 18 de maio de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

### LEI Nº 2.529/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016

LEI Nº 2.529, de 17 de maio de 2016.

“DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E OS PROCEDIMENTOS PARA ACESSO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, VEGETAL E BEBIDAS; CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL; DESTINA OS VALORES DE TAXAS, MULTAS QUE FOREM RELACIONADOS AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Esta Lei fixa normas de inspeção e de fiscalização sanitária, no Município de Catanduvas, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal, cria o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural; Destina os valores de taxas, multas que forem relacionados ao Serviço de Inspeção Municipal ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, e dá outras providências.

Parágrafo único. Esta Lei está em conformidade as Leis Federais nº 7.889/1989, nº 9.712/1998 e nº 11.326/ 2006 e ao Decreto Federal nº 5.741/2006, que constituiu e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e suas alterações; Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990; Legislações provenientes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Legislações pertinentes do Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO; e Normativas do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.

Art. 2º Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural – FMDR, com o objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos oriundos da produção dos produtos de origem animal, vegetal, bebidas e outras taxas, recursos ou multas, para a manutenção, melhoria, capacitações, cursos, educação sanitária, defesa agropecuária e ações sociais de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

§ 1º Constituirão recursos do Fundo Municipal de desenvolvimento rural:

- I – dotações orçamentárias municipais a ele destinadas;
- II – créditos adicionais suplementares a ele destinados;

III – produto de multas impostas por infração à legislação municipal de produtos de origem animal, vegetal e bebidas;  
IV – recursos oriundos do Governo Estadual e Federal;  
V – doações de pessoas físicas e jurídicas;  
VI – doações de entidades públicas e/ou privadas, nacionais e internacionais;  
VII – recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios e convênios;  
VIII – rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;  
IX – indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais;  
X – outras receitas eventuais.

§ 2º As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

§ 3º Os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

§ 4º Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com esta Lei, com a Política Municipal.

§ 5º O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR será administrado pela Secretaria de Infraestrutura, responsável pela gestão da agricultura no Município, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR.

§ 6º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades.

Art. 3º A inspeção sanitária de alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final e será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Catanduvas.

Art. 4º Caberá ao Serviço de Inspeção do Município de Catanduvas, dentro de sua jurisdição, a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal, e auxílio à defesa sanitária agropecuária.

§ 1º A Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Catanduvas atuará em parceria com os demais municípios através do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC, em cooperação técnica com o Estado de Santa Catarina e a União para facilitar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção, fiscalização e defesa sanitária, em consonância ao SUASA.

§ 2º A coordenação do Serviço de Inspeção Municipal deve ser de responsabilidade de médico veterinário oficial.

§ 3º O Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC é o responsável pela adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI de municípios e pelos estabelecimentos que quiserem aderir ao Sistema.

§ 4º O Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC atuará na coordenação, auditoria e supervisão dos Serviços de Inspeção Municipal, atuando também como um colaborador aos Serviços, quando houver necessidade.

Art. 5º Estão sujeitos à inspeção prevista nesta Lei:

I - Carnes e seus derivados;  
II - Leite e seus derivados;  
III - Mel e seus derivados;  
IV - Ovos e seus derivados;  
V - Pescado e seus derivados;  
VI - Frutas, hortaliças e seus subprodutos;  
VII - Cereais e seus subprodutos;  
VIII - Bebidas; e  
IX - Outros produtos de origem animal e vegetal.

§ 1º A inspeção e fiscalização sanitária se dará:

I - nos estabelecimentos que recebem matérias-primas, produtos, sub-produtos e seus derivados, de origem animal e vegetal para beneficiamento ou industrialização, com o objetivo de obtenção de alimentos para comercialização, excluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares;  
II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

§ 2º A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

I – A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais. Entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou



provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

II – Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica. Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§ 3º A inspeção sanitária é um serviço oficial, devendo ser executada por funcionário público concursado e devidamente habilitado para a área afim, do quadro da Secretaria de Infraestrutura do Município de Catanduvas.

§ 4º Os servidores públicos concursados designados para integrar a equipe responsável pela inspeção e fiscalização sanitária terão suas funções estabelecidas na forma do regulamento desta Lei, por Instruções Normativas do CPIMMOC e da legislação Estadual e Federal vigentes, em consonância com as atribuições da categoria profissional estabelecidas pelo Conselho de Classe.

Art. 6º - Nos casos de emergência em que ocorra risco a saúde ou ao abastecimento público, o Município Catanduvas contratará Médico Veterinário, nos termos do Artigo 37 inciso IX da Constituição Federal para, atender o serviço de inspeção prévia e de fiscalização, por tempo não superior a seis (06) meses.

Parágrafo único. A contratação será autorizada pelo Prefeito Municipal que fixará a remuneração do contratado em nível compatível com o mercado de trabalho e dentro do recurso orçamentário disponível, salvo se o cargo estiver previsto no quadro de funcionários do Município.

Art. 7º Os princípios a serem seguidos na presente Lei são:

I – Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente;

II – Ter o foco de atuação a qualidade sanitária dos produtos finais;

III – Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação do governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnicas e científicas nos sistemas de inspeção;

IV – Auxiliar na defesa sanitária animal e vegetal, notificando possíveis focos de doenças de importância à saúde pública, ao órgão oficial competente;

V – Promover o bem-estar animal.

Art. 8º Para registro ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM o estabelecimento deverá apresentar requerimento dirigido ao responsável da Secretaria de Infraestrutura, solicitando a inspeção e atendendo a toda documentação exigida pelo processo de registro.

§ 1º Os estabelecimentos já existentes para se adequarem a esta Lei, deverão apresentar os respectivos projetos para aprovação do registro no SIM.

§ 2º Deverá ser submetido à aprovação do SIM todo e qualquer projeto visando à construção, instalação, reforma ou ampliação do estabelecimento.

§ 3º O Serviço de Inspeção Municipal começará a atuar no estabelecimento após a conclusão das obras e instalação dos equipamentos.

§ 4º Estabelecimentos que migrarem do Serviço de Inspeção Estadual ou Federal para o Serviço de Inspeção Municipal seguirão os mesmos processos de obtenção do SIM.

§ 5º O estabelecimento só estará oficialmente no Serviço de Inspeção Municipal após a publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 9º As instalações do estabelecimento processador de alimentos obedecerão preceitos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação, e sua especificação será estabelecida pela regulamentação desta lei e do CPIMMOC.

Art. 10. O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo o estabelecimento agroindustrial de pequeno porte.

Parágrafo único. Entende-se por estabelecimento agroindustrial de pequeno porte, o estabelecimento de agricultores familiares ou de produtor rural, de forma individual ou coletiva, com área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados (250m²), dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carne e seus derivados, processamento de pescado e seus derivados, processamento de leite e seus derivados, processamento de ovos e seus derivados, processamento de produtos das abelhas e seus derivados, frutas, hortaliças e seus subprodutos, cereais e seus subprodutos e outros produtos de origem animal e vegetal.

Art. 11. A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos deverão seguir padrões de sanidade e fabricação definidos em regulamento, portarias, instruções normativas, manuais e normas federais, estaduais ou municipais.

Art. 12. A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário de produtos alimentícios de origem animal e vegetal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Vigilância Sanitária do Município de Catanduvas, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares e se dará em consonância ao estabelecido na Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/1990.

Art. 13. Todas as ações da inspeção e da fiscalização sanitária serão executadas visando a segurança alimentar e a educação sanitária, buscando o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral, no cumprimento de normas e

regulamentos estabelecidos pelo Serviço de Inspeção, pela Vigilância Sanitária do Município e pelo CPIMMOC em consonância com a legislação vigente.

§ 1º Para tanto, buscar-se-á a cooperação com as demais instâncias do SUASA, instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade entre a inspeção e fiscalização sanitária.

Art. 14. A segurança alimentar e nutricional abrange a produção, o processamento e a industrialização, a comercialização, a distribuição, o consumo de alimento seguro, a utilização biológica dos alimentos – incluindo-se a água e as sementes – e sua relação holística com o desenvolvimento humano, a informação e a biodiversidade.

Art. 15. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR será a instância de discussão, sugestão e aprovação do Plano Municipal de Inspeção, de Projetos e outros assuntos ligados ao serviço de inspeção sanitária.

Art. 16. Será criado um sistema de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção sanitária, gerando registros auditáveis.

Parágrafo único. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura a alimentação e manutenção do sistema de informações sobre a inspeção sanitária do município.

Art. 17. Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Infraestrutura, constantes no Orçamento do Município e ou no contrato de rateio do CPIMMOC, da cobrança de tarifas pelos serviços prestados junto aos estabelecimentos assistidos e de recursos das demais instâncias do SUASA.

§ 1º Os recursos arrecadados pelo Serviço de Inspeção Municipal serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e utilizados especificamente para as ações e projetos voltados à inspeção sanitária.

§ 2º As tarifas pelos serviços de inspeção municipal passam a vigorar de acordo com o anexo único da presente Lei.

§ 3º Os valores das tarifas poderão ser reajustados através de decreto do executivo municipal.

Art. 18. Fica estabelecida pela presente Lei a tabela de cobrança de tarifas pelos serviços de inspeção e fiscalização do Município de Catanduvas.

Parágrafo único. Ficam isentos do pagamento das tarifas pelos serviços de inspeção e fiscalização produtos oriundos de projetos sociais e de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte.

Art. 19. Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de instrumentos legais baixados pela Secretaria de Infraestrutura, após debatido no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e pelo Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.

Art. 20. As infrações às normas previstas nesta Lei e Decreto próprio serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo de natureza cível e penal cabível:

I – Advertência quando o infrator for primário ou não tiver agido de má fé;

II – Multa de meio a quatro salários mínimos aos infratores da presente Lei e em dobro quando da reincidência. Os valores arrecadados serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e utilizados especificamente para as ações e projetos voltados à inspeção sanitária.

III – Apreensão ou inutilização de matéria-prima, ingredientes e produtos elaborados – quando não se apresentarem dentro dos padrões higiênico-sanitários, físico-químicos e microbiológicos adequados à sua finalidade ou quando forem adulterados;

IV – Suspensão das atividades do estabelecimento quando causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, ou no caso de o proprietário dificultar a ação fiscalizadora;

V – Interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na falsificação, adulteração ou fraude de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas, sendo que:

VI – Incluem-se entre as infrações previstas nesta Lei:

a) Atos que procurem embaraçar as ações dos servidores do SIM/SISBI, no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos da fiscalização;

b) Desacato, suborno ou simples tentativa;

c) Informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, qualidade e procedência da matéria prima, dos produtos e insumos;

d) Qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse ao SIM ou SIM/SISBI.

§ 1º A interdição de que trata o inciso V poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção;

§ 2º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos seis meses será cancelado o respectivo registro.

Art. 21. As multas previstas no artigo 19 poderão ser agravadas até o grau máximo (até 100 vezes o valor da multa) nos casos de: artifício ardil, simulação, desacato, embarço, ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator, os meios a seu alcance para cumprir a lei ou; o os casos em que o volume da produção do infrator faça prever que a punição será ineficaz.

§ 1º As multas a que se refere a presente Lei serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por Lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais.

§ 2º Auto de infração deve ser lavrado pelo médico veterinário responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 22. As penalidades serão impostas pelo SIM, cabendo recurso à Secretaria de Infraestrutura na forma regulamentar, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 23. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 17 de maio de 2016.

Gisa Aparecida Giacomini  
Prefeita

Davi Pecinato  
Resp. Secretaria de Administração e Finanças Registrada e publicada nesta data.

“ANEXO ÚNICO”

Tarifas do Serviço de Inspeção Municipal

1 – FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA PRODUÇÃO DE:	UNIDADE	VALOR
Bovinos: Para abate	Cabeça	R\$ 1,50
Suínos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
Ovinos e Caprinos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
Aves: Para abate	Cabeça	R\$ 0,05
Peixes: Para abate	Cabeço	R\$ 0,05
Coelhos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,10
Animais exóticos (javali, ema, outros): Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
2– FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE SUBPRODUTOS:	UNIDADE	VALOR
Carnes e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
Leite e seus derivados	Centena de litros	R\$ 0,50
Mel e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
Ovos e seus derivados	Centena	R\$ 0,50
Pescado e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
3 – EMISSÃO DO TÍTULO DE REGISTRO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	Estabelecimento	R\$ 100,00

4 – TAXA ANUAL DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (TAL)	Estabelecimento	R\$ 50,00
---	-----------------	-----------

**LEI Nº 2.530/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016**

LEI Nº 2.530, de 17 de maio de 2016.

“AUTORIZA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvass/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à aquisição de bem imóvel localizado na área urbana ou de abrangência urbana, próximo a redes de esgoto, energia elétrica, longe de banhados e nascentes, no Município de Catanduvass/SC, com área não inferior a 30.000,00m² (trinta mil metros quadrados), por meio de processo de licitação na modalidade de concorrência.

Art. 2º O valor a ser pago pela aquisição do imóvel previsto no artigo anterior desta Lei não superará o valor de R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).

Art. 3º O imóvel a ser adquirido de que trata a presente Lei, será utilizado para moradia de interesse social, o qual a renda per capita familiar não poderá ser superior a 2 (dois) salários mínimos.

Art. 4º A aquisição do imóvel descrito no art. 1º desta Lei será efetuada mediante regular processo licitatório em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo único. O Município de Catanduvass/SC procederá todos os atos necessários para transferência do terreno junto ao Registro de Imóveis, arcando com as despesas respectivas de transferência.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 17 de maio de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças Registrada e publicada nesta data.

**LEI Nº 2.531/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016**

LEI Nº 2.531/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016.

“AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO ESPECIAL NA MODALIDADE 45000000 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA.”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvass SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 186.000,00 (Cento e oitenta e seis mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	452	SERVIÇOS URBANOS		
		Construção de Garagens para Maquinas e Depósitos		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) – Recursos Próprios	R\$	80.000,00

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES		
	782	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS		
		Conservação e Reparos de Bens Móveis e Imóveis		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES(3390)– Recursos Próprios	R\$	106.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionada no artigo primeiro, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, na modalidade Despesas de Capital, no elemento 45.90.61.00, no orçamento vigente da Prefeitura.

ÓRGÃO	09	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL		
UNID. ORÇ.	0901	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL		
	482	HABITAÇÃO URBANA		
		Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4590)– Recursos Próprios	R\$	186.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 17 de maio de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN                      DAVI PECINATO  
Prefeita Municipal                                  Resp. pela Secretaria de Administração.

Registrada e Publica por esta Secretaria em 17/05/2016.

### **LEI Nº 2.532/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016**

LEI Nº 2.532, de 18 de maio de 2016.

“AUTORIZA AQUISIÇÃO DE UM APARELHO BIOMÉTRICO PARA DOAÇÃO AO FÓRUM DA COMARCA DE CATANDUVAS – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à aquisição de um aparelho biométrico, com compra direta, pelo menor orçamento, mediante dispensa de licitação.

Art. 2º O aparelho biométrico adquirido será para doação ao Fórum da Comarca de Catanduvas – SC, com fim de controlar a presença/frequência dos apenados desta Comarca, que cumprem pena em regime aberto, livramento condicional, suspensão condicional da pena e suspensão condicional do processo.

Art. 3º A aquisição do imóvel descrito no art. 1º desta Lei será efetuada mediante dispensa de licitação em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo único. O Município de Catanduvas/SC procederá todos os atos necessários para a aquisição do aparelho e sua doação.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 18 de maio de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Davi Pecinato  
Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

### **LEI Nº 2.533/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016**

LEI Nº 2.533, de 18 de maio de 2016.

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, E AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual de nove vírgula oitenta e três zero sete por cento (9,8307%) na remuneração dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, e agentes políticos do Município de Catanduvas(SC).

§ 1º O percentual previsto no caput deste artigo corresponde a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, destinada a preservar o poder aquisitivo decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016.

§ 2º Estende-se a presente revisão geral anual de que trata esta Lei, à remuneração dos agentes políticos, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, assim definidos pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de julho de 1998, bem como aos Conselheiros Tutelares, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.384, de 5 de dezembro de 2012.

§ 3º A remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas, e agentes políticos do Município de Catanduvas(SC) não poderá exceder o subsídio da Prefeita, em observância ao que dispõe o art. 37, inciso XI da Constituição Federal aplicando-se o percentual disposto no art. 1º desta Lei proporcional até o limite Constitucional.

Art. 2º As despesas decorrentes da Execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 18 de maio de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

## **LEI Nº 2.534/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016**

LEI Nº 2.534, de 18 de maio de 2016.

ALTERA A LEI Nº 2.414/2013 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013 QUE: "Altera o art. 1º da Lei n. 2.204, de 26 de maio de 2009, que fixa normas para concessão de ajuda de custo a vereadores e servidores da Câmara Municipal de Vereadores", e dá outras providências.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º O artigo 1º, §2º da Lei 2.414 de 04 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º [...]

§2º As diárias mencionadas neste artigo terão os seguintes valores:

I – Para Vereadores e Servidores do Poder Legislativo em viagem a serviço ou em missão de representação do poder Legislativo fora do município, no Estado de Santa Catarina e nos demais estados exceto Distrito Federal, o valor é de R\$ 488,00 (quatrocentos e oitenta e oito reais);

II – Para Vereadores e Servidores do Poder Legislativo em viagem a serviço ou em missão de representação do Poder Legislativo para o Distrito Federal o valor de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 18 de maio de 2016.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças Registrada e publicada nesta data.



**PORTARIA Nº 6.914 DE 18 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA P/6914/16, de 18.05.16.

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

**RESOLVE:**

Autorizar a servidora LUCIANE TEREZINHA VIEIRA, CPF 005.538.819-14, e a servidora MARIA INÊS ARENHART, CPF 005.538.919-14, para realizar conjuntamente a movimentação financeira das contas correntes de adiantamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNPJ 11.776.999/0001-81), com os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir conta de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recurso Federais – RPG; liberar arquivos de pagamento no Gerenciador Financeiro/AASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferência para mesma titularidade-meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direito autorizado-DDA.

Catanduvas, 18 de maio de 2016.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA 1º QUADRIMESTRE DE 2016

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE GESTÃO FISCAL DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, POR INTERMÉDIO DESTA, EM CONSONÂNCIA AO QUE DISPÕE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONVIDA A SOCIEDADE ORGANIZADA E AOS HABITANTES DO MUNICÍPIO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA DIA 30 DE MAIO DE 2016 (SEGUNDA-FEIRA), AS 10:00 HORAS, NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL, NA QUAL SERÁ APRESENTADO E AVALIADO A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE GESTÃO FISCAL DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2016.

COCAL DO SUL, 18 DE MAIO DE 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### DECRETO SAF/N. 287/16

DECRETO Nº SAF/N. 287/16, de 10 de maio de 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE AQUISIÇÃO, UM IMÓVEL, SITUADO NESTE MUNICÍPIO, NECESSÁRIO PARA IMPLANTAÇÃO DA ÁREA INDUSTRIAL III, NO ZONEAMENTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito de Cocal do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO que a expropriação do bem imóvel descrito terá por objeto a implantação de Área Industrial III no Município de Cocal do Sul, destinado a instalação de novas indústrias, a transferência, ampliação ou criação de filiais das já estabelecidas em nosso território municipal.

DECRETA:

Art. 1º Em conformidade com o Decreto Federal 3365/1941, é declarado de utilidade pública, para fins de aquisição, o imóvel sito à SC 442, que confronta com a área industrial II, neste município, inscrito sob a matrícula n. 750 e transcrições ns. 12.288; 21.833 e 28.113, perfazendo uma área total de 183.771,50m<sup>2</sup> (cento e oitenta e três mil, setecentos e setenta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), de propriedade do Sr. JOSÉ JOÃO TEIXEIRA NUNES, brasileiro, casado, aposentado, portador do CPF n. 063.849.789-20, RG n. 330650, residente à Rua Nadim Domingos, s/n, Camacho, Jaguaruna/SC, sendo que o Município de Cocal do Sul declara de utilidade pública parte da área total, uma área de 99.601,18m<sup>2</sup> (noventa e nove mil seiscentos e um metros e dezoito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações: Norte – com Rio Cocal; Sul – com Rio Barbosa; Leste – com Lina Búrigo Teixeira Nunes e Oeste com a Rua Leonir João De Noni e com o Lote 01 da quadra "A" da área industrial II, este terreno é cortado pela SC 442, necessário para a instalação de Área Industrial III a ser implantada no Zoneamento de Desenvolvimento Empresarial, conforme Plano Diretor do Município de Cocal do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS PR 22/PMCS/2016**

## Relatório de Análise das Amostras

### Governo Municipal de Cocal do Sul

**AO EDITAL DE PREGÃO Nº 22/PMCS/2016****REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: Registro de preços de **Gêneros Alimentícios (merenda escolar)**, no atendimento a todas as escolas da rede municipal de Cocal do Sul.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PRÉ APROVADAS	APROVADAS	REPROVADAS	MOTIVO
1	PÃO DOCE COM COBERTURA DE CREME, FAROFA OU RECHEIO DE CANELA, PESANDO NO MÍNIMO 50G CADA. DEVEM ESTAR ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS E TEREM SIDO FABRICADOS NO MÁXIMO 24H ANTES DA ENTREGA.	KG				
2	PÃO FRANCÊS TIPO D'ÁGUA, PESANDO NO MÍNIMO 50G CADA. DEVEM ESTAR ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS E SENDO FABRICADOS NO MESMO DIA DA ENTREGA.	KG				
3	PÃO PARA CACHORRO-QUENTE, PÃO ESPECIAL PARA CACHORRO-QUENTE, MACIO, PESANDO 50G CADA. DEVEM ESTAR ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS E TEREM SIDO FABRICADOS NO MÁXIMO 2 DIAS ANTES DA ENTREGA.	KG				
4	PÃO PARA SANDUÍCHE, FATIADO, EMBALAGENS COM 500G. DEVEM ESTAR ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS E SENDO FABRICADOS NO MÁXIMO 2 DIAS ANTES DA ENTREGA.	PCT				
5	PÃO DE FATIA OU TIPO CASEIRO <b>SEM GLÚTENE SEM ADIÇÃO DE LEITE EM PÓ OU SORO DE LEITE</b> . DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS, PODENDO OU NÃO SER CONGELADOS. EMBALAGEM DE 300 A 500 GRAMAS. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INGREDIENTES E DATA DE VALIDADE.	KG				
6	ROSCA DE POLVILHO, TAMANHO GRANDE (TIPO ROSCA CORUJA). DIÂMETRO MÉDIO DE 30 CM, PESANDO NO MÍNIMO 170 G ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS E SENDO FABRICADOS NO MESMO DIA DA ENTREGA.	UN				
7	ABACAXI: PÉROLA, MÉDIO, FIRME, COM COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES E TÍPICOS DA VARIEDADE. SEM SUJIDADES OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. ACONDICIONADOS EM CAIXAS PLÁSTICAS, OU MADEIRA DESCARTÁVEIS.	UN				
8	ALHO: COR ESBRANQUIÇADA ENVOLVIDA POR CASCA EM FORMA DE PALHA, ODOR CARACTERÍSTICO. NÃO PODENDO APRESENTAR DENTES OU CABEÇAS ESTRAGADOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS.	KG				
9	MELANCIA. PESANDO ENTRE 10 E 12 KG CADA. DEVEM APRESENTAR-SE LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FÍSICOS, PRAGAS E DOENÇAS, SENDO DE 1ª QUALIDADE E EM CONDIÇÕES IDEAIS DE CONSERVAÇÃO, SEM RACHADURAS, FERMENTAÇÃO OU CORTES. COM GRAU DE MATURAÇÃO QUE ESTEJA PARA CONSUMO IMEDIATO.	KG				
10	LARANJA: TIPO POKAN, COM GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR TRANSPORTE,	KG				

	MANIPULAÇÃO E CONSERVAÇÃO, TAMANHO MÉDIO, APRESENTANDO COR, TAMANHO E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. NÃO APRESENTANDO MANCHAS, MACHUCADURAS, BOLORES, SUJIDADES, FERRUGEM OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. DE COLHEITA RECENTE, ACONDICIONADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS COM 20 KG OU 10 KG.				
11	LARANJA TIPO LIMA, CLASSIFICADA – DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. SER DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. FRUTAS MUITO PEQUENAS, MOFADAS OU APODRECIDAS NÃO SERÃO ACEITAS. ACONDICIONADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS OU SACOS DE RÁFIA, COM 10 KG CADA.	KG			
12	MAMÃO: TIPO PAPAYA OU FORMOSA, DEVE APRESENTAR-SE LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FÍSICOS, PRAGAS E DOENÇAS, SENDO DE 1ª QUALIDADE E EM CONDIÇÕES IDEAIS DE CONSERVAÇÃO. OS PRODUTOS QUE SE APRESENTAREM DANIFICADOS OU APODRECIDOS SERÃO DEVOLVIDOS. ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE MADEIRA LIMPAS, OU EM CAIXAS PLÁSTICAS COM ATÉ 10 KG.	KG			
13	PÊRA ARGENTINA: FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORME DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME. ACONDICIONADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS OU EMBALAGENS PLÁSTICAS.	KG			
14	LIMÃO: TIPO THAITY, COM GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPOORTAR TRANSPORTE, MANIPULAÇÃO E CONSERVAÇÃO, TAMANHO MÉDIO, APRESENTANDO COR, TAMANHO E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. NÃO APRESENTANDO MANCHAS, MACHUCADURAS, BOLORES, SUJIDADES, FERRUGEM OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. DE COLHEITA RECENTE, ACONDICIONADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS OU SACOS DE RÁFIA.	KG			
15	OVO DE GALINHA: VERMELHO FRESCO, CASCA FIRME E HOMOGÊNEA; LISO, LIMPO, SEM RACHADURA, PESO MÍNIMO DE 50 (CINQUENTA)G A UNIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 15 DIAS. EMBALAGEM: - PRIMÁRIA: CARTELA DE PAPELÃO PRENSADO COM 30 UNIDADES.- SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO COM 30 (TRINTA) DÚZIAS. DEVE APRESENTAR RÓTULO ADEQUADO.	DZ			
16	ACHOCOLATADO EM PÓ VITAMINADO. <b>SEM ADIÇÃO DE LEITE EM PÓ OU SORO DE LEITE.</b> ASPECTO: PÓ HOMOGÊNEO, COR PRÓPRIO DO TIPO, CHEIRO CARACTERÍSTICO E SABOR DOCE, PRÓPRIO. COM UMIDADE MÁXIMA DE 3%. EMBALAGEM EM FORMA DE REFIS ÍNTEGROS DE 400G, ACONDICIONADOS EM FARDOS COM 8 KG.	KG	APTI, BRETZKE (MUKY), PEPSICO (MÁGICO), SHEFA, PREDILECTA (SHOWCAU)		
17	ACHOCOLATADO EM PÓ VITAMINADO. <b>SEM ADIÇÃO DE LEITE EM PÓ OU SORO DE LEITE NÃO CONTENDO GLÚTEN.</b> ASPECTO: PÓ HOMOGÊNEO, COR PRÓPRIO DO TIPO, CHEIRO CARACTERÍSTICO E SABOR DOCE, PRÓPRIO. COM UMIDADE MÁXIMA DE 3%. EMBALAGEM EM FORMA DE REFIS ÍNTEGROS DE 400G, ACONDICIONADOS EM FARDOS COM 8 KG.	KG	BRETZKE (MUKY), SHEFA, APTI		
18	AÇÚCAR REFINADO: DE 1ª QUALIDADE, DEVERÁ SER FABRICADO DE CANA DE AÇÚCAR LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA DE PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS – EMBALAGENS ÍNTEGRAS PESANDO 1 KG. OS PACOTES DE AÇÚCAR DEVERÃO SER ACONDICIONADOS EM FARDOS COM 10 KG.	KG	ALTO ALEGRE, DUÇULA, UNIÃO, CARAVELAS, DOLCE, NEVE		

19	AMENDOIM DESCASCADO COM PELE, MIÚDO, TIPO 2, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÁS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU APRESENTANDO MOFO. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 500G.	KG	YOKI, KANTY, Zaeli, BASCHIROTO		
20	AMIDO DE MILHO – PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÁS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANÇOSOS. SOB A FORMA DE PÓ, DEVERÃO PRODUIR LIGEIRA CREPITAÇÃO QUANDO COMPRIMIDO ENTRE OS DEDOS. EMBALAGENS PLÁSTICAS RESISTENTES E ÍNTEGRAS DE 500G OU 1KG.	KG	APTI, MAIS CERTA, DA BARRA, SINHÁ, MADILENA		
21	ARROZ FRAGMENTADO. FRAGMENTOS DE ARROZ, GRUPO: BENEFICIADO, SUBGRUPO: POLIDO, CATEGORIA: QUEBRADO. PRÓPRIO PARA CANJAS, SOPAS E MINISTRAS. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS DE 1 KG. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS DE 1 KG.	KG	DELARROZ, ROMÃO, URBANO		
22	ARROZ PARBOILIZADO: TIPO AGULHINHA, LONGO FINO, TIPO 1, SEM GLÚTEN, CONTENDO NO MÍNIMO DE 90% DE GRÃOS INTEIROS COM NO MÁXIMO DE 14% DE UMIDADE. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS DE 1 KG.	KG	KIKA, MINUTINHO, FUMASCENCE, RAMPINELI, AMBONI, DELARROZ, MAVIL	CASEIRO, DALON	
23	ATUM RALADO EM ÓLEO COMESTÍVEL. LATAS DE 170G, PESO LÍQUIDO. AS LATAS NÃO PODEM ESTAR AMASSADAS, ESTUFADAS OU ENFERRUJADAS.	LT	GOMES DA COSTA, COQUEIRO, PESCADOR, 88		
24	BEBIDA A BASE DE SOJA, ORIGINAL. INGREDIENTES: ÁGUA, AÇÚCAR, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ETC. SEM LACTOSE E SEM COLESTEROL. EMBALAGEM LONGA VIDA DE 1L. CAIXAS INTACTAS, SEM ESTUFAMENTOS OU AMASSADOS. EMBALAGEM SECUNDÁRIA, ENGRADADOS COM 12 UNIDADES.	UN	ADES, SHEFA, BATAVO, NESTLÉ (SOLLYS), YOKI	PURITY	
25	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM-CRACKER OU ÁGUA E SAL. OS BISCOITOS DEVEM SER DE FORMATO QUADRADO. DEVENDO ESTAR INTACTOS, NÃO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA, SABOR CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 400G E DUPLA EMBALAGEM. EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE PAPELÃO.	KG	ORQUÍDEA, PRODASA, CASAREDO, RACINE, PARATI, TRIUNFO	RENATA	
26	BISCOITO DOCE: TIPO MARIA. OS BISCOITOS DEVEM SER DE FORMATO QUADRADO. DEVENDO ESTAR INTACTOS, NÃO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA, SABOR CARACTERÍSTICO. NÃO DEVEM APRESENTAR SINAIS DE PARASITOS, UMIDADE, SUJIDADES. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 400G E DUPLA EMBALAGEM. EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE PAPELÃO.	KG	ORQUÍDEA, PRODASA, CASAREDO, RACINE, PARATI	RENATA	
27	BISCOITO DOCE: TIPO LEITE. OS BISCOITOS DEVEM SER DE FORMATO QUADRADO. DEVENDO ESTAR INTACTOS, NÃO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA, SABOR CARACTERÍSTICO. NÃO DEVEM APRESENTAR SINAIS DE PARASITOS, UMIDADE, SUJIDADES. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 400G E DUPLA EMBALAGEM. EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE PAPELÃO.	KG	ORQUÍDEA, PRODASA, CASAREDO, RACINE, PARATI	RENATA	
28	BISCOITO DOCE: TIPO ROSQUINHA (CRISTAL, CHOCOLATE, COCO OU LEITE). OS BISCOITOS DEVEM ESTAR INTACTOS, NÃO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA, SABOR CARACTERÍSTICO. NÃO DEVEM APRESENTAR SINAIS DE PARASITOS, UMIDADE, SUJIDADES. EMBALAGENS PLÁSTICAS COM PESO LÍQUIDO DE 400G. EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE PAPELÃO.	KG	BOCCONE, BISLAU, PRODASA, RACINE, CASAREDO	GALO	
29	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA OU COOKIES SEM GLÚTENE SEM ADIÇÃO DE LEITE EM PÓ OU SORO DE LEITE. DEVENDO ESTAR INTACTOS, NÃO APRESENTAR	KG	TORQUATO, JASMINE		

	EXCESSO DE DUREZA, SABOR CARACTERÍSTICO. NÃO DEVEM APRESENTAR SINAIS DE PARASITOS, UMIDADE, SUJIDADES. SABORES: MILHO, POLVILHO, AMENDOIM, COCO, CASTANHAS, ETC. PACOTE COM 150G A 500G.					
30	CAFÉ TRADICIONAL, TORRADO E MOÍDO. EMBALAGEM A VÁCUO INTACTA COM PESO LÍQUIDO DE 500G. DEVE APRESENTAR SELO DE PUREZA ABIC COM CLASSIFICAÇÃO PARA CAFÉS TRADICIONAIS. OU SEJA, CAFÉS DE QUALIDADE RECOMENDÁVEL, TORRADOS EM GRÃO OU TORRADOS MOÍDOS, SÃO AQUELES CONSTITUÍDOS DE CAFÉS ARÁBICOS OU BLENDS COM ROBUSTA (MISTURA DE ARÁBICA E ROBUSTA) QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DE QUALIDADE GLOBAL. MAIS ESPECIFICAMENTE, SÃO AQUELES CONSTITUÍDOS POR GRÃOS DE CAFÉ TIPO 8 COB (CLASSIFICAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA) OU MELHORES, COM UM MÁXIMO DE 20 % EM PESO DE GRÃOS COM DEFEITOS PRETOS, VERDES E ARDIDOS, ADMITINDO-SE A UTILIZAÇÃO DE GRÃOS PASSADOS E DE CAFÉS VERDES CLAROS COM QUALQUER BEBIDA.	KG	CABOCLO, BOM JESUS	JURERÊ, CAFÉ NO BULÊ		
31	CALDO DE CARNE EM PÓ. DEVE APRESENTAR INFORMAÇÃO NUTRICIONAL QUE DEMONSTRE QUE NÃO CONTÉM QUANTIDADE SIGNIFICATIVAS DE GORDURA POR PORÇÃO DE 5G. EMBALAGENS ÍNTEGRAS PESANDO ENTRE 500G E 1,05 KG.	KG	APTI, PRATIC CHEF, VIGOR, QUALIMAX			
32	CALDO DE GALINHA EM PÓ. DEVE APRESENTAR INFORMAÇÃO NUTRICIONAL QUE DEMONSTRE QUE NÃO CONTÉM QUANTIDADE SIGNIFICATIVAS DE GORDURA POR PORÇÃO DE 5G. EMBALAGENS ÍNTEGRAS PESANDO ENTRE 500G E 1,05 KG.	KG	APTI, PRATIC CHEF, VIGOR, QUALIMAX			
33	CANELA MOÍDA SEM AÇÚCAR. POTES PLÁSTICOS DE 30G.	UND	CHELLI, L. BUZZI, TUTTI BONI, APTI, KITANO			
34	CEREAL DE MILHO DE CHOCOLATE ESFÉRICO. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 2KG E ACONDICIONADOS EM CAIXAS SECUNDÁRIAS DE PAPELÃO, PESANDO 8 KG CADA CAIXA.	KG	SUPER BOM	ALCAFOODS		
35	CORN FLAKES <b>SEM GLÚTEN</b> (CEREAL MATINAL SEM GLÚTEN): MILHO, AÇÚCAR, SAL, EMULSIFICANTE: LECITINA DE GIRASSOL, VITAMINAS (NIACINA, ÁCIDO PANTOTÊNICO, VITAMINA B6, RIBOFLAVINA, TIAMINA, ÁCIDO FÓLICO, BIOTINA, VITAMINA B12).	KG				
36	CEREAL INFANTIL SABOR ARROZ. ALIMENTO DE ALTO VALOR NUTRITIVO, DE FÁCIL DIGESTÃO. INGREDIENTES PROVÁVEIS: FARINHA DE ARROZ, AÇÚCAR, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, AROMATIZANTES. <b>SEM LACTOSE</b> . CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGENS ÍNTEGRAS, SACHÊS DE 200G.	UN	NUTRIMENTAL (NUTRILON), NESTLÉ (MUCILON), VITALON, DANONE (MILNUTRI)			
37	CEREAL INFANTIL SABOR ARROZ E AVEIA. ALIMENTO DE ALTO VALOR NUTRITIVO, DE FÁCIL DIGESTÃO. INGREDIENTES PROVÁVEIS: FARINHA DE ARROZ, AVEIA, AÇÚCAR, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, AROMATIZANTES. <b>SEM LACTOSE</b> . CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGENS ÍNTEGRAS, SACHÊS DE 200G.	UN	NUTRIMENTAL (NUTRILON), NESTLÉ (MUCILON), VITALON, DANONE (MILNUTRI)			
38	COLORAU: CORANTE ALIMENTÍCIO A BASE DE URUCUM. EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 100G A 500G.	KG	APTI, SINHA, L.BUZZI, MAIS SABOR, DELI BOM, GRAZIELA			
39	POLPA DE FRUTA NATURAL INTEGRAL CONGELADA, SABOR ABACAXI OU MARACUJÁ, SEM CONSERVANTES E ADITIVOS, EMBALAGEM CONTENDO 200G. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNPQA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	KG				
40	DOCE DE FRUTAS EM PASTA, PRÓPRIA PARA PASSAR NO PÃO, RESULTADO DA COCÇÃO DE FRUTAS COM AÇÚCAR E CONDIMENTOS NATURAIS, LIVRE DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS NÃO PERMITIDAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM ASPECTO LÍMPIDO, COR, AROMA E CHEIRO PRÓPRIO DA FRUTA, NÃO	KG	ÁUREA, FRELLI, NÉCTAR	LUISALVENSE		



	FERMENTÁVEL. ACONDICIONADOS EM POTES PLÁSTICOS DE 400G.					
41	DOCE DE LEITE EM PASTA, PRÓPRIO PARA PASSAR NO PÃO, RESULTADO DA COCÇÃO DE LEITE COM AÇÚCAR E CONDIMENTOS NATURAIS (PODE CONTER SORO DE LEITE), LIVRE DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS NÃO PERMITIDAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM ASPECTO LÍMPIDO, COR, AROMA E CHEIRO PRÓPRIO. ACONDICIONADOS EM POTES PLÁSTICOS DE 400G.	KG	ÁUREA, FRELLI, NÉCTAR, TIROL,BOCCONE			
42	ERVILHAS EM CONSERVA, CONSERVADAS EM ÁGUA E SAL. ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS DE PESO LÍQUIDO TOTAL DE 300G E PESO LÍQUIDO DRENADO DE 200G.	UN	FUGINI, QUERO, PREDILECTA	OLÉ		
43	EXTRATO DE TOMATE: SIMPLES CONCENTRADO. DEVERÁ SER PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, ESCOLHIDOS, SÃOS, SEM PELE E SEMENTES. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ISENTO DE FERMENTAÇÕES E BOLORES. ACONDICIONADOS EM SACHÊS PLÁSTICOS RESISTENTES COM PESO LÍQUIDO DE 340G.	KG	FUGINI, QUERO, PREDILECTA, D'AJUDA, ETTI	BONARE		
44	FARINHA DE MANDIOCA, GRUPO SECA, SUBGRUPO FINA, TIPO 1. DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS E ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO DEVERÃO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS. ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS CONTENDO 1 KG.	KG	FARIMAN, MANDIM, YOKI, DEUSA, SCREMIN	FARIFORT, ENGENHO		
45	FARINHA DE MILHO: AMARELA. TIPO FARINHA FINA. DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS E ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO DEVERÃO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS. EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 1KG.	KG	DELLA NONA, HILPA, SCREMIN	SINHÁ		
46	FARINHA DE TRIGO BRANCA: ESPECIAL. PRODUTO OBTIDO A PARTIR DE CEREAL LIMPO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA. COM ASPECTO DE PÓ FINO, COR BRANCA, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE PAPEL DE 1 KG, ACONDICIONADOS EM FARDOS PLÁSTICOS COM 10 KG.	KG	ROSA BRANCA, ORQUÍDEA, FLOR DE LIS, FIDALGA	DOM PEDRO		
47	FARINHA DE AVEIA. AVEIA PROCESSADA, ESPECIAL PARA MINGAU. DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS E ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO DEVERÃO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS. INGREDIENTES: FARINHA DE AVEIA. CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA E SECUNDÁRIA CAIXA DE PAPELÃO, PESO 200G. EMBALAGENS ÍNTEGRAS.	UN	YOKI, QUACKER, APTI, FERLA		NUTRIBOM	AMOSTRA TRATA-SE DE FLOCOS FINOS E NÃO FARINHA COMO SOLICITADO
48	CREME DE ARROZ. FARINHA DE ARROZ ESPECIAL PARA MINGAU. INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, VITAMINAS E MINERAIS. DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS E ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO DEVERÃO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA E SECUNDÁRIA CAIXA DE PAPELÃO, PESO 200G. EMBALAGENS ÍNTEGRAS.	UN	YOKI, MAMY, MAISENA, NUTRIBÉN, FERLA			
49	FEIJÃO, TIPO 1, PRETO, NOVO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1KG, GRÃOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS OU CORPOS ESTRANHOS, COM REGISTRO NO MA, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	KG	BASCHIROTTI, CALDÃO, PANELAÇO, RIO BELO			
50	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ – ACONDICIONADO EM POTES PLÁSTICOS ÍNTEGROS DE 100G. COMPOSIÇÃO QUÍMICA APROXIMADA: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE BATATA, FOSFATO MONOCÁLCICO, CARBONATO DE CÁLCIO BICARBONATO DE CÁLCIO. DEVENDO APRESENTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	KG	NITA, DONA BENTA, DR. OETKER	APTI, ROYAL		

51	FLOCOS AÇUCARADOS DE MILHO COM SABOR NATURAL, OBTIDOS A PARTIR DE MILHO SEM TEGUMENTOS, COZIDOS, SECOS, LAMINADOS E TOSTADOS, RECOBERTOS POR AÇÚCAR REFINADO, EXTRATO DE MALTE, SAL REFINADO, ÁGUA. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS DE 1 OU 2 KG, ACONDICIONADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO.	KG	ALCA FOODS			
52	GELATINA: SABORES MORANGO, PÊSSEGO, ABACAXI, UVA, CEREJA OU LIMÃO. PRODUTO CONSTITUÍDO DE GELATINA COMESTÍVEL EM PÓ, SAL, AÇÚCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, AROMATIZANTES ARTIFICIAL DE MORANGO, ABACAXI, UVA, CEREJA OU LIMÃO E CORANTES ARTIFICIAIS. EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS COM 1 KG.	KG	APTI, QUALIMAX, NEILAR, NUTRIMENTAL, DR. OETKER			
53	LEITE DE ARROZ: INGREDIENTES: ÁGUA, ARROZ, ÓLEO VEGETAL, CÁLCIO. CARACTERÍSTICAS: COR, ODOR, SABOR E TEXTURA CARACTERÍSTICA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: CAIXA TETRA PACK LONGA VIDA, ATÓXICA E RESISTENTE CONTENDO 1 LITRO. ROTULADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. NA DATA DA ENTREGA O PRODUTO DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO 03 MESES DE VALIDADE	L				
54	LEITE CONDENSADO. EMBALAGEM TETRA PAK DE 395G CADA.	UN	TIROL, PIRACANJUBA, MOCOCA, ITAMBÉ, ELEGÊ, ITALAC			
55	LEITE ZERO LACTOSE, LONGA VIDA, SEMI-DESNATADO, POR PROCESSAMENTO UHT (ULTRA HIGH TEMPERATURE), COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (200 ML – 1 COPO): VALOR ENERGÉTICO: 82 KCAL, 6,2 G DE PROTEÍNA, 2,4G DE LIPÍDIOS) ZERO DE LACTOSE. EMBALAGENS DE 1L E ACONDICIONADOS EM ENGRADADOS COM 12 L.	L	TIROL, PIRACANJUBA	ITALAC		
56	LEITE LONGA VIDA, LEITE INTEGRAL, POR PROCESSAMENTO UHT (ULTRA HIGH TEMPERATURE), COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (100 G): MÁXIMO DE 3 G DE LIPÍDIOS / 5 G DE CARBOIDRATOS / MÍNIMO DE 3 G DE PROTEÍNAS / VALOR CALÓRICO DE 60 KCAL. EMBALAGENS DE 1L E ACONDICIONADOS EM ENGRADADOS COM 12 L.	L	ITALAC, TIROL, LANGUIRÚ, ELEGÊ, TERRA VIVA, BOM GOSTO, AURORA, PIRACANJUBA			
57	MACARRÃO: TIPO ALETRIA OU CABELO DE ANJO. DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS E ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. COM RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. – EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 500G OU 1 KG.	KG	ORQUÍDEA, RENATA, GALLO, GERMANY, PARATI, CASAREDO, TODESCHINI, ISABELA, MOSMANN			
58	MACARRÃO: TIPO PARAFUSO. DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. COM RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. – EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 500G OU 1 KG.	KG	ORQUÍDEA, RENATA, GALLO, GERMANY, PARATI, CASAREDO, TODESCHINI, ISABELA, MOSMANN	OGLIARI		
59	MAIONESE TRADICIONAL: ACONDICIONADA EM EMBALAGENS PLÁSTICAS COM 500G CADA. AS EMBALAGENS DEVEM ESTAR ISENTAS DE RACHADURAS E ACONDICIONADAS EM CAIXAS SECUNDÁRIAS DE PAPELÃO.	KG	SUAVIT, SOYA, LIZA, ODERICH, ARISCO, PRIMOR, SALADA, MESA			
60	MARGARINA OU CREME VEGETAL: COM SAL E COM 20% A 40% DE LIPÍDIOS. APRESENTAÇÃO, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES AOS MESMOS E DEVERÃO ESTAR ISENTOS DE RANCIFICAÇÃO E DE OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS - EMBALAGEM DE 500G.	KG	PRIMÊ (COAMO), SOYA, VIGOR, PRIMOR			
61	MARGARINA OU CREME VEGETAL: COM SAL E COM 20% A 40% DE LIPÍDIOS. <b>SEM ADIÇÃO DE LEITE EM PÓ OU SORO DE LEITE.</b> APRESENTAÇÃO, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES AOS MESMOS E DEVERÃO ESTAR ISENTOS DE RANCIFICAÇÃO E DE	KG	PRIMÊ (COAMO), BECEL			

	OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS - EMBALAGEM DE 500G.					
62	MILHO VERDE EM CONSERVA: GRÃOS DE MILHO COZIDOS, EM CONSERVA DE ÁGUA, AÇÚCAR E SAL. ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS DE PESO LÍQUIDO TOTAL DE 300 G E PESO LÍQUIDO DRENADO DE 200 G.	UN	FUGINI, QUERO, PREDILECTA	BONARE		
63	MILHO PARA PIPOCA, IMPORTADO, TIPO 1, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANÇOSOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 500G.	KG				
64	ÓLEO DE SOJA: REFINADO. QUE TENHA SOFRIDO PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO COMO DEGOMAGEM, NEUTRALIZAÇÃO, CLARIFICAÇÃO, FRIGORIFICAÇÃO OU NÃO DE DESODORIZAÇÃO – EMB. PETDE 900ML	UN	SOYA, LIZA, COAMO, PRIMOR, SUAVIT, LEVE, SALADA, COCAMAR			
65	SAL: REFINADO, IODADO, COM GRANULAÇÃO UNIFORME E COM CRISTAIS BRANCOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS INTEGRAS DE 1KG.	KG	ZIZO, MIRAMAR, ZAEI, LEBRE, DIANA			
66	VINAGRE: DE ALCOOL COM A ACIDEZ MÍNIMA DE 4,0% – EMBALAGENS PET DE 900ML	UN	HEINIG, CHEMIM, CASTELO			
67	BEBIDA LÁCTEA SABOR COCO, MORANGO, PÊSSEGO, MARACUJÁ OU SALADA DE FRUTAS. O PRODUTO NÃO PODERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO ANTERIOR A 15 DIAS DA DATA DE ENTREGA. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM PLÁSTICAS DE 1L, CAIXAS SECUNDÁRIAS DE PAPELÃO COM 12 UND. COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. ENTREGA: SEMANAL EM TODAS AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E NO DEPÓSITO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.	L	TIROL, VENEZA	BELLUNO		
68	IOGURTE SEM LACTOSE. RESFRIADO. IOGURTE SABOR MORANGO OU COCO 0% LACTOSE. IOGURTE PARCIALMENTE DESNATADO COM POLPA DE FRUTA PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE. EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 170G.	UND	TIROL, VERDE CAMPO		AURORA	AMOSTRA TRATA-SE DE BEBIDA LACTEA E NÃO IOGURTE COMO SOLICITADO.
69	IOGURTE A BASE DE SOJA. ALIMENTO COM SOJA SABOR IOGURTE, COM POLPA DE MORANGO, 100% VEGETAL, SEM LACTOSE E SEM COLESTEROL. EMBALAGENS PLÁSTICAS, GARRAFINHAS DE 180G.	UND	BATAVO (NATURIS), VERDE CAMPO			
70	IOGURTE SEM LACTOSE. RESFRIADO. IOGURTE SABOR MORANGO OU COCO 0% LACTOSE. IOGURTE PARCIALMENTE DESNATADO COM POLPA DE FRUTA PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE. EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 850G.	UND	TIROL, VERDE CAMPO	VENEZA		
71	QUEIJO: TIPO COLONIAL, RESFRIADO, EM PEÇAS. RESFRIADO. PRODUTO ELABORADO UNICAMENTE COM LEITE DE VACA, COM ASPECTO DE MASSA SEMI-DURA, COR BRANCO CREME HOMOGÊNEA, CHEIRO PRÓPRIO, SABOR SUAVE, LEVEMENTE SALGADO PRÓPRIO. PEÇAS DE 500G OU 1 KG, ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS À VÁCUO. COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	KG	VENEZA, LATESA, BELUNO, TIROL, DAROLT			
72	QUEIJO: TIPO MUSSARELA, FATIADO, RESFRIADO. PRODUTO ELABORADO UNICAMENTE COM LEITE DE VACA, COM ASPECTO DE MASSA SEMI-DURA, COR BRANCO CREME HOMOGÊNEA, CHEIRO PRÓPRIO, SABOR SUAVE, LEVEMENTE SALGADO PRÓPRIO. AS FATIAS DE QUEIJO DEVEM SER SEPARADAS INDIVIDUALMENTE POR FOLHAS PLÁSTICAS E EMBALADAS A VÁCUO. EMBALAGENS COM 400G A 1 KG. DEVE APRESENTAR REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	KG	VENEZA, LATESA, BELUNO, TIROL, DAROLT			
73	MORTADELA DE FRANGO FATIADA. ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS A VÁCUO PESANDO 200G A 1 KG CADA. COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	KG	SEARA, PERDIGÃO, SADIA			
74	SALSICHA: DE CARNE SUÍNA TIPO HOT-DOG COM NO MÁXIMO DE 2% DE AMIDO. RESFRIADA. COM ASPECTO CARACTERÍSTICO, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS PARDACENTAS OU ESVERDEADAS, ODOR E SABOR PRÓPRIO. DEVE APRESENTAR REGISTRO EM ÓRGÃO	KG	COPACOL, EXCELSIOR, PENA BRANCA, PERDIGÃO, SADIA, SEARA	SATIARE		

	COMPETENTE E ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 1 A 3 KG.					
75	PEITO DE FRANGO: COMUM, COM OSSO, CONGELADO COM ADIÇÃO DE ÁGUA DE NO MÁXIMO DE 5%. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS INDIVIDUAIS. NO RECEBIMENTO NÃO DEVE APRESENTAR SINAIS DE DESCONGELAMENTO.	KG				
76	FILEZINHO DE FRANGO CONGELADO NO SISTEMA IQF (INDIVIDUAL QUICK FREEZING), TIPO SASSAMI. CORTES DE PEITO DE FRANGO SEM PELE E SEM OSSO, ACONDICIONADOS EM PACOTES DE 1 A 10 KG, SEM CRISTAIS DE GELO, ÍNTEGROS. DEVE APRESENTAR REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE E NO RECEBIMENTO NÃO DEVE APRESENTAR SINAIS DE DESCONGELAMENTO.	KG				
77	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO, CONGELADA COM ADIÇÃO DE ÁGUA DE NO MÁXIMO DE 5%. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE E ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS DE PLÁSTICAS DE 1 A 5 KG. NO RECEBIMENTO NÃO DEVE APRESENTAR SINAIS DE DESCONGELAMENTO.	KG				
78	FILE DE PEIXE: CONGELADO NO SISTEMA IQF (INDIVIDUAL QUICK FREEZING) TILÁPIA. ACONDICIONADOS EM BANDEJAS OU EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS, SEM CRISTAIS DE GELO, COM CHEIRO SUAVE E FRESCO, SEM ESPINHO, PESANDO 4 KG CADA PCTE.	KG				
79	FILE DE PEIXE: CONGELADO (PESCADA OU MERLUZA SEM ESPINHAS). ACONDICIONADOS EM BANDEJAS OU EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS, SEM CRISTAIS DE GELO, COM CHEIRO SUAVE E FRESCO, SEM ESPINHO, PESANDO 500G OU 1 KG CADA PCTE.	KG				
80	ALMÔNDEGA BOVINA CONGELADA NO SISTEMA IQF (INDIVIDUAL QUICK FREEZING). COMPOSIÇÃO: CARNE BOVINA, ÁGUA, GORDURA BOVINA, CEBOLA, PROTEÍNA DE SOJA, FARINHA DE ROSCA, SAL, COLÁGENO DE BOVINO, ALHO, SALSA, AROMA NATURAL, REGULADOR DE ACIDEZ LACTATO DE SÓDIO, ESTABILIZANTE E ANTIOXIDANTE. PESO UNITÁRIO DE 15 A 25 GRAMAS. EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 2KG.	KG				
81	CARNE BOVINA CONGELADO NO SISTEMA IQF (INDIVIDUAL QUICK FREEZING) DE 1º TIPO ACÉM MOÍDA. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA E DE APONEVROSES. COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 500G, 1 KG OU 2 KG (CONFORME PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA), CONTENDO ETIQUETA COM PESO, DATA DE EMBALO E VALIDADE.	KG				
82	CARNE BOVINA CONGELADO NO SISTEMA IQF (INDIVIDUAL QUICK FREEZING) DE 1º TIPO ACÉM EM ISCAS. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA E DE APONEVROSES. COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 500G, 1 KG OU 2 KG (CONFORME PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA), CONTENDO ETIQUETA COM PESO, DATA DE EMBALO E VALIDADE.	KG				
83	CARNE BOVINA CONGELADO NO SISTEMA IQF (INDIVIDUAL QUICK FREEZING) DE 1º TIPO COXÃO	KG				

	MOLE EM CUBOS. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA E DE APONEVROSES. COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE E ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS DE PLÁSTICAS DE 500G, 1 KG OU 2 KG (CONFORME PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA), CONTENDO ETIQUETA COM PESO, DATA DE EMBALO E VALIDADE.					
84	CARNE BOVINA CONGELADO NO SISTEMA IQF (INDIVIDUAL QUICK FREEZING) DE 1º TIPO COXÃO MOLE EM BIFES. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA E DE APONEVROSES. COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE E ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS DE PLÁSTICAS DE 500G, 1 KG OU 2 KG (CONFORME PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA) , CONTENDO ETIQUETA COM PESO, DATA DE EMBALO E VALIDADE.	KG				
85	FARINHA DE ARROZ. DEVERÁ SER FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS E ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS. NÃO DEVERÃO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS. ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS CONTENTO 500G OU 1 KG.	KG				

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016 – PMC

Objeto Aquisição de peças (originais de fábrica) e serviços (mão de obra) para conserto do diferencial do caminhão caçamba VW14150, PMC 098, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 01/06/2016.

Abertura: dia 02/06/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 18 de maio de 2016.

ANTONIO COLUSSI  
Secretário Municipal de Transportes

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016 – PMC

Objeto Aquisição de microcomputadores, cadeiras giratórias, persianas e serviço de manutenção e troca das lâminas das persianas, para atender às necessidades do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 06/06/2016.

Abertura: dia 06/06/2016 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 18 de maio de 2016.

BEATRIZ FATIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 50/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 50/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente da Operação de Crédito/BADESC, no valor de R\$ 229.713,46 (duzentos e vinte e nove mil trezentos e setecentos e treze reais e quarenta e seis centavos).

Concórdia SC, 18 de maio de 2016.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 321/2016

DECRETO Nº 321/2016 DE 16 DE MAIO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 122/2016.

- Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo I à Lei Complementar Nº 122/2016, fica adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polimedici Assessoria e Consultoria em Medicina do Trabalho Ltda,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. JOÃO INÁCIO DE CESARO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Agricultura, na ordem de 40 %, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 122/2016.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 16 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO N. 323/2016

DECRETO Nº323/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016

“NOMEIA ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia a partir do dia 16/05/2016 o Sr. CLAUDIR ANTONINHO POSSA, para exercer o cargo de Assistente Técnico de Secretaria com carga horária integral, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal – LC nº 18/2001 e ao Plano de Cargos e Salários – LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### EXTRATO DE REVOGAÇÃO - PROCESSO 46/2016 - TP 06/2016 - REDE ENERGIA TRIFÁSICA

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 46/2016

Tomada de Preços nº 06/2016

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e justificativa que consta nos autos, determinou a REVOGAÇÃO da Tomada de Preços nº 06/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, TIPO TRIFÁSICA NA LINHA CAMPINA DO GREGÓRIO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Cordilheira Alta, 18 de maio de 2016.

Alceu Mazzioni  
Prefeito de Cordilheira Alta

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7455/2016

DECRETO Nº. 7.455, 16 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2016 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 02/2016 – Pregão Presencial Nº. 05/2016 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Nutrir Nutrição Enteral e Suplementação Ltda-Me, com o item 2, no valor de R\$ 5.115,00 (cinco mil, cento e quinze reais); P F G Comercial Ltda-Me, com os itens 1, 3, 4, no valor de R\$ 37.040,00 (trinta e sete mil e quarenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de março de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Priscila Stanga

Diretora de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7456/2016

DECRETO Nº. 7.456, 16 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE ADICIONAL POR PRÊMIO ASSIDUIDADE A SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no art. 75, parágrafo único da Lei Municipal N. 2.078/2015;

DECRETA

Art. 1º. Fica concedido adicional por prêmio assiduidade aos servidores municipais de cargo efetivo e estável, previsto em Lei Municipal, relativo ao semestre de julho a dezembro de 2015.

Parágrafo Único - Os servidores municipais abaixo relacionados obsequiados pelo artigo 1º. passarão a receber o percentual de 50% (cinquenta por cento) do piso mínimo do município.

Administração: Janete Margarida Bernardi Zilli, Luis Carlos Oss, Marcia Matilde Ferreira, Sidney Gerson Rosalen, Vanderlei Bourscheidt; Agricultura: Dirceu Rodrigues da Costa, Camar Fatima Valandro Tofoli, Gilberto Roque Fossa, Marleci Lanfredi Fernandes; Serviços urbanos: Domingos Caetano Klassmann, Lourdes

Galvagni, Nordemar Carlos Bianchi; Saúde: Antonio Marcos De Cezaro, Arlete Terezinha Defiltro Ferrari, Candida tecchio Miorando, Cleomar Pagnussat, Darlea De Cezaro, Daiana Cotica Antunes, Daiane Regina Risso Dal Cortivo, Daniela Gonçalves dos Santos Tecchio, Eliane Zanella Trentin, Greici Aline Pansera, Gilda Alberti, Greici Aline Pansera, Ivanete Tereza Dalla Cort Bacca, Ivone Maria Martelli, Janaine Calgaro Pelizza, José Mohr, Lucimara Tres, Margaret Teresinha Ciarini Grando, Maria Grando Bernardi, Marilene Teresinha Tibolla, Marisete Maria Ferrari Foresti, Marivone Dallariva Grando, Marlete Aparecida Deotti Zucco, Milton Taglian, Nair Tereza Pagnoncelli, Nelci Balsan Pagnussat, Noema Toniolo Giacomini, Noemi Begnini, Onilza Terezinha Heghr, Rafael Dal Cortivo, Rosa Maria Tosetto, Salete Mary Martelli, Sedimar Antonio Cella, Simone Angela Lanzarin, Sodriani Aparecida Neckel, Solange Regina Canalli Peretti, Sueli Francisca Zanon Ceccato, Tatiane Aparecida Cavalheiro Cofsevicz, Valdecir Ladir Carvalho, Vilmar Cofsevicz, Virginia Bernardete Jung; Educação: Adriano Alves Pereira, Arceli Ninow Bollis, Camila Carla Caron, Claudete Mascarello Petter, Cristiane Mattei, Eleni Maria Machado Pendon, Eli Guaragni Daloma, Elizandra da Rosa Lazaretti, Elizangela Lourdes Brugnera Dal Santo, Fernanda Miorando, Gelci Martinelli, Geni Terezinha Martelli Picolotto, Gislani Lurdes Bonetti Lanfredi, Guiomar Alberto Silvestrin, Idiana Milani, Iraci Salete Milan, Ivanete Fatima Pierezan Vivian, Ivete Gollo Martinelli, Jacques Neckel, Jandineia Tecchio Martinelli, Janete Aparecida Perin dos Santos Pinheiro, Juvilete Maria Wigikoski Trentin, Jocemara Teresinha dos Santos Vieira, Lediane Catarina Martarello Giachini, Ledovino Piassetta, Lourdes Pagnussat Regoso, Luci Rosa Zoldan Pagnussat, Lucy Maria Vicentini da Silva, Marines Costa Martelli, Maristela Luiza Bernieri, Miriam Serraglio Dallagasperina, Nelcy Maria Favaretto Petrosi, Nelcy Teresinha Martelli, Noemia Zanchettini, Rakele Cavazotto Cavalli, Rosa Ribeiro Zardo, Sandra Magri, Silvana Teresinha Bernieri, Solange Maria Balbinot, Tiago Tosetto, Vanderlei Ceccato, Vera Lucia Mohr, Assistência Social: Alcimir da Silveira, Daguirar A. Sirtuli Graciani, Leonice P. Michele, Rubia Dal Cortivo Graciani.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 7.443/2016.

Gabinete do Prefeito, 16 de março de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Priscila Stanga

Diretora de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 7457/2016

DECRETO Nº. 7.457, 17 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA EQUIPE LOCAL DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS DE 2016/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, conforme estabelecido pela Lei Federal N. 12.695/2012, de 25/07/2012 e pela Resolução N. 11/2015, de 04/12/2015;

## DECRETA

Art. 1º. Fica criada a Equipe Local do Plano de Ações Articuladas de 2016/2019, que tem como atribuição através de participação democrática auxiliar a Administração Municipal e a Secretaria de Educação na construção do PAR – Plano de Ações Articuladas, com o intuito de orientar e fortalecer a gestão da educação básica do município, constituindo-se num aprendizado coletivo dos processos decisórios a serem enfrentados pela população.

Art. 2º. A equipe local será composta por 10 (dez) membros, representando 07 (sete) segmentos a seguir relacionados:

I – Representante do Conselho Municipal de Educação;  
Cristine Zanetti.

II – Representantes do Conselho do FUNDEB:  
Elizandra da Rosa Lazzaretti  
Silvana Teresinha Bernieri.

III – Representantes do Conselho do CAE:  
Patrícia Moretti.

IV – Representante dos Diretores de Escolas:  
Lediane Catarina Martarello Giachini.

V – Representantes do Quadro Técnico Administrativo das Escolas:  
Marivone Angela Zortéa Flores  
Tiago Tosetto.

VI – Professores da Zona Urbana:  
Solange Maria Balbinot.  
Vanuza Janete Moura dos Santos.

VII – Professor da Zona Rural:  
João Carlos Bernieri.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de março de 2016.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Priscila Stanga  
Diretora de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7458/2016**

DECRETO Nº. 7.458, 18 de março de 2016.

REVOGA DECRETO QUE ESTABELECEIA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

## DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o Decreto N. 7.450/2016, que estabelecia Ponto Facultativo, nas repartições públicas do município de Coronel Freitas, no dia 24 de março de 2016.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Priscila Stanga  
Diretora de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7459/2016**

DECRETO N. 7.459, 21 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.132/2016.

## DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do fundo municipal de saúde, o valor de R\$ 307.400,00 (trezentos e sete mil e quatrocentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122– Administração Geral

Programa: 019 – Saúde para Todos

Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde

Elemento: 3.3.50.0000000000.01.0002 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos R\$ 22.400,00

Elemento: 3.3.93.0000000000.01.0002 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - R\$ 285.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122– Administração Geral

Programa: 019 – Saúde para Todos

Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde

Elemento: 3.3.71.0000000000.01.0002 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos R\$ 304.800,00

Elemento: 3.1.71.0000000000.01.0002 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos

R\$ 2.600,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Priscila Stanga  
Diretora de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 7460/2016**

DECRETO N. 7.460, 24 de março de 2016.

Dispõe sobre a alteração a Lei Municipal Nº. 1.960/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 e a Lei Municipal Nº 2.068/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, e alteração da Lei Municipal Nº. 2.120/2015, Lei Orçamentária Anual, e Suplementa Verbas no orçamento vigente, dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.133/2016.

DECRETA

Art. 1º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.017– Cidade Digital, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2016	TOTAL
1.017	Cidade Digital	01	1	929.994,74	755.375,00

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 929.994,74 (novecentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 – Administração

Sub-função: 122- Administração Geral

Programa: 003 – Administração Geral

Ação: 1.017 – Cidade Digital

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.0000 – Recursos ordinários - R\$ 255.375,00

Classificação da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.0024 – Transferências de Convênios- R\$ 674.619,74

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior na referida destinação de recursos através dos convênios 01.0034.00/2012- MCTI e da anulação de dotação conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.017	3.3.90.00.00.00.00.00	03.0024	674.619,74
Anulação de dotação	2.052	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	1.000,00
Anulação de dotação	2.048	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	19.000,00
Anulação de dotação	2.047	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	2.450,00
Anulação de dotação	1.066	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	37.500,00
Anulação de dotação	1.065	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	10.000,00
Anulação de dotação	1.064	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	250,00
Anulação de dotação	1.064	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	5.000,00
Anulação de dotação	1.063	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	1.000,00
Anulação de dotação	1.061	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	10.000,00
Anulação de dotação	1.061	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	7.500,00
Anulação de dotação	1.048	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	42.500,00
Anulação de dotação	2.049	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	12.763,00

Anulação de dotação	1.073	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	1.500,00
Anulação de dotação	1.073	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	1.500,00
Anulação de dotação	2.086	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	5.000,00
Anulação de dotação	2.054	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	3.350,00
Anulação de dotação	2.054	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	12.000,00
Anulação de dotação	2.054	4.6.90.00.00.00.00.00	01.0000	1.250,00
Anulação de dotação	2.054	3.2.90.00.00.00.00.00	01.0000	1.050,00
Anulação de dotação	1.067	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	10.000,00
Anulação de dotação	1.067	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	5.000,00
Anulação de dotação	1.068	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	1.250,00
Anulação de dotação	1.069	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	1.250,00
Anulação de dotação	1.032	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0001	5.000,00
Anulação de dotação	2.027	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	44.150,00
Anulação de dotação	2.027	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	10.000,00
Anulação de dotação	2.039	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	4.112,00

Art. 4º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.057– Asfaltamento de vias urbanas, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2016	TOTAL
1.057	Asfaltamento de vias urbanas	01	1	1624.275,00	1624.275,00

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.622.925,00(hum milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-função: 451-Infra-estrutura urbana

Programa: 15 – Urbanização da cidade

Ação: 1.057 –Asfaltamento de vias Urbanas

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.0024 – Transferências de Convênios- R\$ 122.925,00

Destinação de Recurso: 01.0083 – Operação de crédito - R\$ 1.500.000,00

Art. 6º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do possível excesso de arrecadação na referida destinação de recursos através de convênio 801332/2014 Ministério das Cidades e Operação de Crédito junto ao BRDE, conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação/operação de crédito	1.057	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0083	1.500.000,00
Excesso de arrecadação	1.057	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	122.925,00

Art. 7º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.052– Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, fixadas na Lei Nº.

1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2016	TOTAL
1.052	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário	01	1	572.660,50	572.660,50

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$572.310,50(-quinhentos e setenta e dois mil, trezentos e dez reais e cinquenta centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos

Função: 17 – Saneamento

Sub-função: 512-Saneamento Básico Urbano

Programa: 15 – Urbanização da cidade

Ação: 1.052 – Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.0024 – Superávit do exercício anterior -R\$ 195.310,50

Destinação de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários -R\$ 377.000,0

Art. 9º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior do Convênio nº SC1207114040 - FUNASA e da anulação da seguinte dotação orçamentária conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.052	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0024	195.310,50
Anulação de dotação	2.039	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	55.888,00
Anulação de dotação	1.022	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	30.000,00
Anulação de dotação	1.021	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	2.000,00
Anulação de dotação	1.021	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	3.000,00
Anulação de dotação	1.019	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	2.500,00
Anulação de dotação	1.026	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	10.000,00
Anulação de dotação	1.026	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	1.000,00
Anulação de dotação	0.000	4.6.90.00.00.00.00.00	01.0000	45.000,00
Anulação de dotação	1.005	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	35.000,00
Anulação de dotação	2.060	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	40.000,00
Anulação de dotação	2.057	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	1.000,00
Anulação de dotação	2.056	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	10.000,00
Anulação de dotação	2.056	3.1.90.00.00.00.00.00	01.0000	60.000,00
Anulação de dotação	1.072	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	30.000,00
Anulação de dotação	1.070	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	1.000,00
Anulação de dotação	1.008	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	30.000,00
Anulação de dotação	1.007	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	20.612,00

Art. 10º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.043– Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração, fixadas na Lei Nº.



1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2015	TOTAL
1.043	Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração	01	1	7.135.843,00	7.135.843,00

Art. 11º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$6.070.843,00(seis milhões, setenta mil, oitocentos e quarenta e três reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 – Transporte

Sub-função:782-Transporte Rodoviário

Programa: 13 – Estradas vicinais

Ação:1.043 – Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.0024 – Transferência de Convênios –R\$ 5.951.455,00

Destinação de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários –R\$ 119.388,00

Art. 12º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação do Convênio Nº 1.008.825-47/2013 e 1.013.253-61/2013 Ministério do Turismo conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	5.951.455,00
Anulação de dotação	1.007	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	19.388,00
Anulação de dotação	1.042	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	100.000,00

Art. 13º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.031– Construção de creches, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2016	TOTAL
1.031	Construção de creches	01	1	1.252.134,11	1.252.134,11

Art. 14º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$1.249.134,11(hum milhão, duzentos e quarenta e nove mil, cento e trinta e quatro reais e onze centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Sub-função:365-Educação Infantil

Programa: 0008 – Creches – auxiliando as famílias

Ação:1.031 – Construção de creches

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.0022 – Transferência de Convênios Educação -R\$ 1.249.134,11

Art. 15º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação do Convênio Nº TC PAC 2010838/2014 – FNDE conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação	1.031	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0022	1.249.134,11

Art. 16º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.008– Recuperação de bueiros e pontes, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2016	TOTAL
1.008	Recuperação de bueiros e pontes	01	1	1.238.627,96	1.238.627,96

Art. 17º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$1.208.627,96(hum

milhão, duzentos e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras  
Função: 26 – Transporte  
Sub-função: 782-Transporte Rodoviário  
Programa: 0004 – Melhoria de pontes, pontilhões e bueiros  
Ação: 1.008 – Recuperação de bueiros e pontes  
Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00  
Destinação de Recurso: 01.0024 – Transferência de Convênios -R\$ 1.208.627,96

Art. 18º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação do Convênio Nº 59050.000680/2015-11 Defesa Civil conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação	1.008	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	1.208.627,96

Art. 19º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 20º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2016.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Priscila Stanga  
Diretora de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 7461/2016

DECRETO Nº. 7.461, 24 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.134/2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do fundo municipal de assistência social, no valor de R\$ 72.016,89 (setenta e dois mil, dezesseis reais e oitenta e nove centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de assistência Social  
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social  
Função: 08- Assistência Social  
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 0024 - Proteção Social Especial de Média Complexidade  
Ação: 2.064 – Serviço de Proteção Social para Pessoas Deficientes, Idosos  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0049 – Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física R\$ 1.327,86.  
Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de assistência Social  
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social  
Função: 08- Assistência Social  
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 0024 - Proteção Social Especial de Média Complexidade  
Ação: 2.065 – Manutenção do Programa SCFV  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0652 – SCFV – Recursos FNAS - R\$ 20.133,13.

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de assistência Social  
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social  
Função: 08- Assistência Social  
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 0025 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
Ação: 2.067 – Manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional Casa Lar

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0053 – Transferências de Convênios Assistência Social R\$ 728,38.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0053 – Transferências de Convênios Assistência Social R\$ 18.722,91.

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de assistência Social  
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social  
Função: 08- Assistência Social  
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 0026 – Atenção Integral a Família  
Ação: 2.070 – Gestão Cadiúnico – IGDM - IGDPBF  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.1052 – Outras Transferências Recursos do FEAS R\$ 3.888,91.

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de assistência Social  
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social  
Função: 08- Assistência Social  
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 0026 – Atenção Integral a Família  
Ação: 2.072 - Gestão SUAS IGDE-SUAS  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0452 – IGDE – Recursos do FNAS R\$ 2.075,85.  
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0452 – IGDE – Recursos do FNAS R\$ 1.383,00.

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de assistência Social  
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social  
Função: 08- Assistência Social  
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 0026 – Atenção Integral a Família  
Ação: 2.073 – Manutenção do CRAS/PAIF  
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0053 – Transferência de Convênios Assistência Social - R\$ 4.647,75.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0052 – Outras Transferências do FEAS - R\$ 7.389,31.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0152 – PAIF – Recursos do FNAS - R\$ 11.721,79.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2016.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Priscila Stanga  
Diretora de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 7462/2016

DECRETO Nº. 7.462, 24 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.135/2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 263.486,35 (duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária  
Programa: 20 – Vigilância em Saúde  
Ação: 2.092 - Manutenção da Vigilância em Saúde  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Recursos Ordinários - R\$ 52.667,19.

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-função: 301 – Atenção Básica  
Programa: 21 – Saúde Bucal  
Ação: 2.102 - Manutenção do Programa Saúde Bucal  
Elemento: 3.1.90.0000000000.03.0364 – Saúde Bucal Atenção Básica - R\$ 22.000,00.

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-função: 122 – Administração Geral  
Programa: 19 – Saúde para Todos  
Ação: 2.083 – Aquisição de Medicamentos  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0067 – Assistência Farmacêutica Básica R\$ 7.890,00.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0867 – Assistência Farmácia Básica Estado R\$ 12.881,26.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0267 - Assistência Farmácia Básica Federal R\$ 3.729,23.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0764 – Atenção Básica - Estado R\$ 18.367,44.

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-função: 122 – Administração Geral  
Programa: 19 – Saúde para Todos  
Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0464 – Atenção Básica – PMAQ(RAB-PMAQ-SM) R\$ 19.800,00.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0664 – Atenção Básica NASF R\$ 12.478,98.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0365 – MAC Estado R\$ 11.817,84.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade R\$ 10.779,40.

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária  
Programa: 20 – Vigilância em Saúde  
Ação: 2.092 – Manutenção da Vigilância em Saúde  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0366 – Piso Fixo Vigilância e Promo. Saúde R\$ 4.532,53.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0066 – Piso Estrat. Ger. R. Vig. San. Tran. R\$ 65.005,24.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0864 – Atenção Básica - NASF Estado R\$ 21.537,24.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, conforme Decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Priscila Stanga

Diretora de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº 7463/2016**

DECRETO Nº. 7.463, 24 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 05/2016 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 05/2016 - Dispensa de Licitação Nº. 01/2016 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, no valor de R\$ 12.000,00

(doze mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Priscila Stanga

Diretora de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7464/2016**

DECRETO Nº. 7.464, 28 de março de 2016.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 31 de março de 2016, o cargo de assistente administrativo, ocupado pela servidora pública municipal Cladis de Fátima Smaniotto Vivian, a pedido, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 162755577-0, e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7465/2016**

DECRETO Nº. 7.465, 28 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o disposto no Art. 204, parágrafo 2º da Lei Municipal Nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das autarquias e das Fundações Públicas Municipais e conforme previsto na emenda constitucional 70/2012 art. 40 § 1º da Constituição Federal;

Considerando o requerimento solicitando a complementação de aposentadoria:

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida a partir de 10 de março de 2016, complementação de aposentadoria ao servidor público municipal André Luiz Loureiro de Mattos, enquadrado no cargo de médico, clínico geral, aposentado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 171104075-1.

Art. 2º. Fica obrigado o aposentado apresentar mensalmente ao setor de pessoal da prefeitura municipal, o comprovante de recebimento dos proventos de aposentadoria fornecido pelo INSS, para fins de apuração da complementação devida.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7466/2016**

DECRETO Nº. 7.466, 28 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 10/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 10/2016 – Pregão Presencial Nº. 03/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Neon Vigilância e Segurança Eireli- Me, no valor de R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7467/2016**

DECRETO Nº. 7.467, 28 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 15/2016 – Pregão Presencial Nº. 07/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Airton Kerbes-Me, com os itens 1 a 4, 7 a 9, 12, no valor de R\$ 35.460,00 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais); Ivone Baggio, com os itens 5, 6, 10, no valor de R\$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal



Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7468/2016**

DECRETO Nº. 7.468, 28 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 06/2016 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 06/2016 - Dispensa de Licitação Nº. 02/2016 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina, no valor de R\$ 394.600,08 (trezentos e noventa e quatro mil, seiscentos reais e oito centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7469/2016**

DECRETO Nº. 7.469, 29 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 24/2016 - Dispensa de Licitação Nº. 11/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente – CIDEMA, no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7470/2016**

DECRETO Nº. 7.470, 29 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 22/2016 - Dispensa de Licitação Nº. 09/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente – CIDEMA, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7471/2016**

DECRETO Nº. 7.471, 29 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 23/2016 - Dispensa de Licitação Nº. 10/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente – CIDEMA, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7472/2016**

DECRETO Nº. 7.472, 30 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 17/2016 – Tomada de

Preço Nº. 01/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: L E Z Comércio e Instalações Elétricas Ltda – ME, no valor de R\$ 22.795,00 (vinte e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7473/2016**

DECRETO Nº. 7.473, 31 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 18/2016 – Pregão Presencial Nº. 09/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Disbraplac Ltda - Me, no valor de R\$ 41.300,00 (quarenta e um mil e trezentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7474/2016**

DECRETO Nº. 7.474, 31 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 19/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 19/2016 – Pregão Presencial Nº. 10/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Artefatos de Cimento Quilombo Ltda, com os itens 1, 3, no valor de R\$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais); Britagem Bilhar Ltda, com os itens 2, 4, 5, no valor de R\$ 68.950,00 (sessenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais); Derivados de Cimento Pato Branco Ltda – EPP, com o item 6, no valor de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais); Fabrica de Telas São José Ltda Me, com o item 9, no valor de R\$ 42.750,00 (quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta reais); Pre Moldados Maravilha Ltda – EPP, com os itens 7, 8, no valor de R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7475/2016**

DECRETO Nº. 7.475, 31 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do fundo municipal de assistência social, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de assistência Social  
Unidade: 10.02 – Fundo de Infância e Adolescência - FIA  
Função: 08- Assistência Social  
Sub-função: 243 – Assistência a Criança e ao Adolescente  
Programa: 0033 – Fundo da Infância e da Adolescente - FIA  
Ação: 2.061 – Manutenção dos Programas e Projetos previstos no Plano de Aplicação  
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de março de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7476/2016**

DECRETO Nº. 7.476, 31 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente do fundo municipal de assistência social, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de assistência Social  
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social  
Função: 08- Assistência Social  
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária  
Programa: 0027 – Conselho Tutelar

Ação: 2.079 – Manutenção do Conselho Tutelar

Do elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00 Para elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de março de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7477/2016**

DECRETO Nº. 7.477, 31 de Março de 2016.

DESIGNA SERVIDORA RESPONSÁVEL PARA REGISTRAR E PUBLICAR OS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

O Excelentíssimo Prefeito municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º. Fica designada a servidora pública municipal Marcia Matilde Ferreira, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para registrar e publicar os atos oficiais do município, a partir de 31 de março de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de março de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7478/2016**

DECRETO Nº. 7.478, 31 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO DA PARCELA ÚNICA E PRIMEIRA PARCELA DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E DESCONTO PELO PAGAMENTO DE PARCELA ÚNICA

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogada a data de pagamento da parcela única e primeira parcela do IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano para 20/05/2016, com desconto de 10 % (dez por cento) na parcela única.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de março de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7479/2016**

DECRETO Nº. 7.479, 04 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 7/2016 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 7/2016 – Dispensa de Licitação Para Compras e Serviços Nº. 3/2016 – FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Ellen Cristine Agne Antonioli - ME, com o item 1, no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7480/2016**

DECRETO Nº. 7.480, 05 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 13/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 13/2016 – Pregão Presencial Nº. 6/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Gambatto Veículos LTDA, com o item 1, no valor de R\$ 59.800,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7481/2016**

DECRETO Nº. 7.481, 05 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3/2016 \_ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 3/2016 – Pregão



Presencial Nº. 3/2016 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Bana & Scherer Endocrinologia E Otorrinolaringologia S/S, com o item 1, no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7482/2016**

DECRETO Nº. 7.482, 05 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 20/2016 – Pregão Presencial Nº. 11/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Big Artes LTDA - ME, com os itens 1, 3, 4 a 9, 13 e 14 no valor de R\$ 28.604,16 (vinte e oito mil e seiscentos e quatro reais e dezesseis centavos); Tiago De Macedo 05436556957, com o item 12 no valor de R\$ 5.498,88 (cinco mil e quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos)

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7483/2016**

DECRETO Nº. 7.483, 05 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente da Secretaria de Administração E Finanças, o valor de R\$ 11.800,00 (onze mil oitocentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 – Secretaria De Administração E Finanças  
Unidade: 03.02 – Departamento de Administração E Finanças  
Função: 04- Administração  
Sub - função: 122 – Administração Geral  
Programa: 0003 – Administração Geral

Ação: 2.088 – Transferência a consórcios públicos, subvenções, contribuições e auxílios

Elemento: 3.1.71.0000000000.01.0000 – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 8.561,80 Elemento: 3.3.71.0000000000.01.0000 – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 3.238,20

Art. 2º. Os recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 03.00 – Secretaria De Administração E Finanças

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração E Finanças

Função: 04- Administração

Sub -função: 122 – Administração Geral

Ação: 2.088 – Transferência a consórcios públicos, subvenções, contribuições e auxílios

Programa: 0003 – Administração Geral

Elemento: 3.3.72.0000000000.01.0000 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos R\$ 500,00

Elemento: 3.3.93.0000000000.01.0000 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre órgãos R\$ 10.000,00

Elemento: 4.4.71.0000000000.01.0000 – transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.300,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº 7484/2016**

DECRETO Nº. 7.484, 05 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), conforme a seguir discriminado:

De:

Órgão: 06.00 – Secretaria De Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras

Função: 26- Transporte

Sub - função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0004 – Melhoria de Pontes, Pontilhões e Bueiros

Ação: 1.088 – Recuperação de Bueiros e Pontes

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 14.000,00

Para:

Órgão: 06.00 – Secretaria De Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras

Função: 26- Transporte

Sub - função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0004 – Melhoria de Pontes, Pontilhões e Bueiros

Ação: 1.088 – Recuperação de Bueiros e Pontes

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 14.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7485/2016**

DECRETO Nº. 7.485, 06 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 21/2016 – Pregão Presencial Nº. 12/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Mecânica Jones Ltda - ME, com os itens 1 a 16, no valor de R\$ 5.055,62 (cinco mil e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7486/2016**

DECRETO Nº. 7.486, 06 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 28/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 28/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 12/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, com o item 1, no valor de R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7487/2016**

DECRETO Nº. 7.487, 06 de Abril de 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo, nas repartições públicas do município de Coronel Freitas, no dia 22 de Abril de 2016.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7488/2016**

DECRETO Nº 7.488, 06 de abril de 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO Fundo Municipal de Saúde.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 18.859,40 (dezoito mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde

Função: 10- Saúde

Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária

Programa: 0020 – Vigilância em Saúde

Ação: 2.092 – Manutenção da Vigilância em Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0966 – Transferência Estado/Ações de Vigilância em Saúde no Combate a Dengue R\$ 18.859,40

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0966 Transferência Estado/Ações de Vigilância em Saúde no Combate a Dengue.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7489/2016**

DECRETO Nº. 7.489, 12 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 25/2016 – Pregão Presencial Nº. 13/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Caroline Oliveira Bis - ME, com os itens nºs: 11, 19 e 23 no valor de R\$ 1.115,00 (um mil e cento e quinze reais); Gráfica e Editora Nova Visão LTDA – ME, com os itens nºs: 55 e 64 no valor de R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais); Gráfica e Editora Oeste SC EIRELI – ME, com os itens nºs: 2, 5, 18, 21, 22, 46, 48, 49, 52 e 53 no valor de R\$ 12.778,00 (doze mil e setecentos e setenta e oito reais); Gráfica Erechim LTDA – EPP, com os itens nºs: 3, 4, 7, 8, 10, 13 a 17, 24 a 37, 39, 41, 42, 44, 47, 50, 56, 59 a 62, 65 a 67 no valor de R\$ 37.266,65 (trinta e sete mil e duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos); Novelo & Carbonelli LTDA – EPP, com os itens nºs: 1, 6, 9, 12, 20, 38, 40, 43, 45, 51, 54, 57, 58 e 63 no valor de R\$ 6.042,95 (seis mil e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7490/2016**

DECRETO Nº. 7.490, 12 de Abril de 2016.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 12 de abril de 2016, o cargo de auxiliar de serviços gerais, ocupado pela servidora pública municipal Nilva Ana Maran Ribeiro, a pedido, por motivo de

aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 1750604660, e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7491/2016**

DECRETO Nº. 7.491, 12 de Abril de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Danice Cheila Sirtuli, do cargo de Secretária de Assistência Social, nomeada pelo decreto nº. 7.065/2015, a partir de 02 de maio de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 12 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7492/2016**

DECRETO Nº. 7.492, 12 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeada Danice Cheila Sirtuli, para o cargo de Diretora de Assistência Social, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2079/2015 e suas alterações, a partir de 02 de maio de 2016, até

31 de Julho de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 12 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7493/2016**

DECRETO Nº. 7.493, 12 de Abril de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Marizete Casagrande, do cargo de Diretora do Departamento de Assistência Social, nomeada pelo decreto nº. 6.958/2014, a partir de 02 de maio de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 12 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7494/2016**

DECRETO Nº. 7.494, 12 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeada Marizete Casagrande, para o cargo de Secretária de Assistência Social, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2079/2015 e suas alterações, a partir de 02 de maio de 2016 até 30 de Setembro de 2016.



Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.942/2014.

Gabinete do Prefeito, 12 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7495/2016**

DECRETO Nº 7.495, 12 de abril de 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 01.06 – Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 – Infra - Estrutura Urbana

Programa: 0016 – Embelezamento Da Cidade

Ação: 1.060 – Revitalização da Avenida Santa Catarina

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0024 – Recursos de Convênio  
FUNDAM R\$ 12.300,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0024 – FUNDAM -- FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7496/2016**

DECRETO Nº. 7.496, 12 de abril de 2016.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO DA PARCELA ÚNICA e PRIMEIRA PARCELA E DEMAIS PARCELAS DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E DESCONTO PELO PAGAMENTO DE PARCELA ÚNICA

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogada a data de pagamento da parcela única e primeira parcela do IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano para 10/06/2016, com desconto de 10 % (dez por cento) na parcela única. As demais parcelas o vencimento será em 12/07/2016, 12/08/2016, 12/09/2016, 12/10/2016 e 11/11/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto N. 7.478/2016.

Gabinete do Prefeito, 12 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7497/2016**

DECRETO Nº. 7.497, 15 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 8/2016 \_ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 8/2016 – Pregão Presencial Nº. 5/2016 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Auto Mecânica Brugalli LTDA - ME, com os itens 1 a 12, no valor de R\$ 6.342,00 (seis mil e trezentos e quarenta e dois reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.



**DECRETO Nº 7498/2016**

DECRETO Nº. 7.498, 18 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 4/2016 \_ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 4/2016 – Pregão Presencial Nº. 4/2016 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: CEMAR FONINI, com o item N. 1 no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7499/2016**

DECRETO Nº. 7.499, 18 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 33/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 13/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 33/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº.13/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: MANON ALVES ALMEIDA 62792938153, com o item N. 1 no valor de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do

centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7500/2016**

DECRETO Nº. 7.500, 18 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 26/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 26/2016 – Pregão Presencial Nº.14/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: INCOESME – INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS LTDA, com o item N. 1 no valor de R\$ 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7501/2016**

DECRETO Nº. 7.501, 19 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 27/2016 – Pregão Presencial Nº.15/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME, com os itens Nºs: 2, 23, 42, 44, 48, 58, 59, 69, 96, 98, 108, 111, 114, 121, 126, 127 e 132 no valor de R\$ 104.049,00 (cento e quatro mil e quarenta e nove reais); AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, com os itens Nºs: 11, 25, 37, 38, 49, 52, 55, 62, 89, 90, 97 e 122 no valor de R\$ 31.498,00 (trinta e um mil e quatrocentos e noventa e oito reais); CLEBER TADEU BRIDI – ME, com os itens Nºs: 27 E 88 no valor

de R\$ 5.460,00 (cinco mil e quatrocentos e sessenta reais); NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, com os itens Nºs: 13, 17, 28, 33, 39, 40, 50, 53, 61, 91, a 93, 123 E 124 no valor de R\$ 47.741,60 (quarenta e sete mil e setecentos e quarenta e um reais e sessenta centavos); PANIFICADORA AVENIDA EIRELI - ME, com os itens Nºs: 29 a 32, 79, 81, 83 a 85 no valor de R\$ 111.467,00 (cento e onze mil e quatrocentos e sessenta e sete reais); SCS COMÉRCIO LTDA com os itens Nºs: 1, 4, 9, 18, 21, 24, 26, 34, 51, 63, 67, 75, 94, 95, 101, 103, 104, 107, 110, 117, 120, 129 e 131 no valor de R\$ 151.060,50 (cento e cinquenta e um mil e sessenta reais e cinquenta centavos); SUPERMERCADO ZUCCO & ZUCCO LTDA – ME, com os itens Nºs: 3, 5 a 8, 10, 12, 14 a 16, 19, 20, 22, 36, 41, 43, 45 a 47, 54, 56, 57, 60, 64 a 66, 68, 70 a 74, 77, 78, 80, 82, 86, 87, 99, 100, 102, 105, 106, 109, 112, 113, 115, 116, 125, 128, 130 e 133 no valor de R\$ 157.814,70 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos e quatorze reais e setenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO Nº 7502/2016**

DECRETO Nº. 7.502, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 29/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 29/2016 – PREGÃO Presencial Nº.16/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: ANDREIA FERLA 05424210970, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 6.665,60 (seis mil e seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos); EDUARDO ANTONIO DE MIRANDA GARCES 08038550951, com o item Nº: 3, no valor de R\$ 2.666,24 (dois mil e seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO Nº 7503/2016**

DECRETO Nº. 7.503, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 44/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 24/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 44/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 24/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: DIRCEU BATAGLIA, com os itens Nºs: 1 a 25 no valor de R\$ 17.795,00 (dezesete mil e setecentos e noventa e cinco reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO Nº 7504/2016**

DECRETO Nº. 7.504, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 43/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 23/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 43/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 23/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: ARIBERTI-NHO ZANARDI, com os itens Nºs: 1 a 19 no valor de R\$ 19.148,90 (dezenove mil e cento e quarenta e oito reais e noventa centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7505/2016**

DECRETO Nº. 7.505, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 22/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 42/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 22/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: GILBERTO JOÃO ZANELA, com os itens Nºs: 1 a 15 no valor de R\$ 19.196,00 (dezenove mil e cento e noventa e seis reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7506/2016**

DECRETO Nº. 7.506, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 41/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 21/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 41/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 21/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: PEDRO DAMBROS, com os itens Nºs: 1 a 21 no valor de R\$ 19.032,00 (dezenove mil e trinta e dois reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7507/2016**

DECRETO Nº. 7.507, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 40/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 20/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 40/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 20/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: LUIZ BERNARDI, com os itens Nºs: 1 a 8 no valor de R\$ 17.125,50 (dezesete mil e cento e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7508/2016**

DECRETO Nº. 7.508, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 39/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 19/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 39/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 19/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: PAULO ROBERTO BERNARDI, com os itens Nºs: 1 a 7 no valor de R\$ 18.607,50 (dezoito mil e seiscentos e sete reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7509/2016

DECRETO Nº. 7.509, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 18/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 38/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 18/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: RICARDO RAMPANELLI, com os itens Nºs: 1 a 19 no valor de R\$ 6.256,40 (seis mil e duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7510/2016

DECRETO Nº. 7.510, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 17/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 37/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 17/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: JULSIMARA APARECIDA SULCHINSKI ALBERTON, com os itens Nºs: 1 e 2 no valor de R\$ 4.430,00 (quatro mil e quatrocentos e trinta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7511/2016

DECRETO Nº. 7.511, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 36/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 16/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 36/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 16/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: RO-NEI CLAUDIO BECKER, com os itens Nºs: 1 a 13 no valor de R\$ 12.209,50 (doze mil e duzentos e nove reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal



Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7512/2016**

DECRETO Nº. 7.512, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 15/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 35/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 15/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: ROBERTO CARLOS ZUFFO, com os itens Nºs: 1 a 9 no valor de R\$ 9.218,00 (nove mil e duzentos e dezoito reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7513/2016**

DECRETO Nº. 7.513, 20 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 14/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 34/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 14/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: LUIZ ANTONIO MARCHIORO, com os itens Nºs: 1 a 7 no valor de R\$ 11.721,00 (onze mil e setecentos e vinte e um reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7514/2016**

DECRETO Nº. 7.514, 25 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 45/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 25/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 45/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 25/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: CLAUDIO BONISSONI, com os itens Nºs: 1 a 13 no valor de R\$ 14.123,50 (quatorze mil e cento e vinte e três reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7515/2016**

DECRETO Nº. 7.515, 25 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 46/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 26/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 46/2016

– Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 26/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: NILVA BOMBASSARO SARTORI, com os itens Nºs: 1 a 3 no valor de R\$ 11.175,00 (onze mil e cento e setenta e cinco reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7516/2016**

DECRETO Nº. 7.516, 25 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 47/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 27/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.  
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 47/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 27/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: VANDERLEI LUIZ DAMBROS, com os itens Nºs: 1 a 15 no valor de R\$ 19.931,30 (dezenove mil e novecentos e trinta e um reais e trinta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7517/2016**

DECRETO Nº. 7.517, 25 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 28/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº

8.666/93.  
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 48/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 28/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES, com os itens Nºs: 1 a 29 no valor de R\$ 243.492,00 (duzentos e quarenta e três mil e quatrocentos e noventa e dois reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7518/2016**

DECRETO Nº. 7.518, 25 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 49/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 29/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.  
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 49/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 29/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE QUILOMBO - COPERAQ, com os itens Nºs: 1 a 19 no valor de R\$ 94.585,50 (noventa e quatro mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.



**DECRETO Nº 7519/2016**

DECRETO Nº. 7.519, 25 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 50/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 30/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 50/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 30/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHA - COOPERA, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7520/2016**

DECRETO Nº. 7.520, 26 de Abril de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal ANA PAULA TONILO, do cargo de Chefe de Setor de Educação, nomeada pelo decreto nº. 6882/2014, a partir de 01 de maio de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 26 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 7521/2016**

DECRETO Nº. 7.521, 27 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 30/2016, TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 2/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 30/2016 – Tomada de Preços para Compras e Serviços Nº. 2/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: TRANSPORTES SÃO MARCOS LTDA - ME, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7522/2016**

DECRETO Nº. 7.522, 27 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 31/2016 – Pregão Presencial Nº. 17/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: CONFECÇÕES GURI LTDA - EPP, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 49.180,00 (quarenta e nove mil e cento e oitenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de abril de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7523/2016**

DECRETO Nº. 7.523, 27 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Altera a partir de 02/05/2016 a lotação da servidora pública municipal Daiane Patricia Nazario nomeada pelo decreto nº. 7.342/2015 para o cargo de Chefe de Setor do Departamento de Cultura, para Chefe de Setor da Secretaria de Saúde, nível CC-1, conforme anexo da Lei Municipal Nº 2.079/2015.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto Nº 7.342/2015.

Gabinete do Prefeito 27 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 7524/2016**

DECRETO Nº. 7.524, 29 de Abril de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 9/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 4/2016, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 9/2016 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 4/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: MS SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI - ME, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 167.736,00 (cento e sessenta e sete mil e setecentos e trinta e seis reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de abril de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

# Coronel Martins

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 084 DE 12 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº. 084 DE 12 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 122.925,00 (cento e vinte e dois mil e novecentos e vinte cinco reais) na seguinte Programação de despesa:

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.451.0035.1.031 – Pavimentação de Ruas e Passeios				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	82	0132	122.925,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 122.925,00 (cento e vinte e dois mil e novecentos e vinte cinco reais) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 0132, da obra de pavimentação asfáltica nas ruas Aires, Glória e Clevelândia.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 12 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 085 DE 12 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº. 085 DE 12 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.555,15 (oito mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos) na seguinte Programação de despesa:

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.451.0035.1.031 – Pavimentação de Ruas e Passeios				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	83	0132	8.555,15

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 8.555,15 (oito mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 0171, alienação de bens do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 12 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 086 DE 13 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº. 086 DE 13 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o disposto no art. 26, da Lei Complementar Municipal n. 034/2013 que estabelece sobre o adicional por tempo de serviço, concedido a cada ano de serviço público efetivo;

Considerando que os servidores farão jus ao adicional a partir do mês seguinte ao que completarem o anuênio;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido adicional por tempo de serviço aos servidores públicos efetivos abaixo relacionados, equivalente à conquista de 1% (um por cento) incidente sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Nome	Data de Admissão	Nível anterior	Nível atual
Ilso A. Mores	01/04/1994	10%	11%
Maristela Welchen	01/04/1994	10%	11%
Zenaide Belatto	01/04/1994	10%	11%
Jose Carlos F. dos Santos	01/04/1994	10%	11%
Neivacir Brum	01/04/1994	10%	11%
Guiomar Carlos Cassol	01/04/1994	10%	11%
Geneci da Costa Pertussatti	01/04/1994	10%	11%
Gilson Eduardo Pahl	01/04/1994	8%	9%
Idacir Francisco Zanco	18/04/1994	9%	10%
Joel de Jesus dos Santos	03/04/2007	1%	2%
Valderes Karacek	01/04/2011	1%	2%

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 13 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 080 DE 10 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA Nº 080 DE 10 DE MAIO DE 2016

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pela Lei Complementar Municipal Nº 034 de 27/08/2013;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando a declaração da servidora efetiva, optando pelo vencimento do cargo de provimento efetivo, acrescido da gratificação de 30%, em conformidade com o artigo 16 da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27/08/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica a Senhora Geneci da Costa Pertussatti, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, designada para atuar como Assessora de Gabinete, junto a Prefeitura Municipal, a partir desta data, optando pelo vencimento do cargo de provimento efetivo, acrescido da gratificação de 30%, conforme artigo 16, da Lei Complementar Municipal nº 034, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 10 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

## Correia Pinto

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 12/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6

Processo Nº.: 12/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2016

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2016

No dia 17 do mês de Maio do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vario Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 14/2016, Processo Licitatório nº. 12/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO DE ROCHAS E/OU CASCALHEIRA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10636	EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA	1, 2
11121	KNAPP & CIA LTDA	
12258	VALTER EDUARDO DE AGUIAR ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA	09.465.889/0001-57	ANSELMO MARCELLOS	438.769.869-15
KNAPP & CIA LTDA	76.376.375/0001-12	ADELMIR HOLDEFER	783.103.509-53
VALTER EDUARDO DE AGUIAR ME	18.559.514/0001-47	VALTER EDUARDO DE AGUIAR	079.755.169-70

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO DE ROCHAS E/OU CASCALHEIRA.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11121 - KNAPP & CIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA FURÇÃO E DETONAÇÃO DE CASCALHEIRA, NA PEDREIRA LOCALIZADA NO INTERIOR DE CORREIA PINTO, LOCALIDADE DIVINO, COORDENADA GEOGRÁFICA lat 27°32'14.79"S - long 50°16'32.00"W CONFORME NECESSIDADE DA MUNICIPALIDADE.	MT L		1.250,000	58,8000	73.500,00
2	FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA FURÇÃO E DETONAÇÃO DE CASCALHEIRA, NA PEDREIRA LOCALIZADA NO INTERIOR DE CORREIA PINTO, LOCALIDADE AVENCAL, COORDENADA GEOGRÁFICA lat 27°29'41.33"S - long 50°29'58.70"W CONFORME NECESSIDADE DA MUNICIPALIDADE	MT L		1.250,000	58,8000	73.500,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**Página: 2/6  
Processo Nº.: 12/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 3/6  
Processo Nº.: 12/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2016

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 4/6  
Processo Nº.: 12/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2016

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 12/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2016

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
  - b) cancelamento do preço registrado;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
  - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
  - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
  - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 6/6  
Processo N°: 12/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 17 de Maio de 2016.

\_\_\_\_\_  
**Vanio Forster**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA

CNPJ: 09.465.889/0001-57

KNAPP & CIA LTDA

CNPJ: 76.376.375/0001-12

VALTER EDUARDO DE AGUIAR ME

CNPJ: 18.559.514/0001-47

# Corupá

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/16

Ata de abertura e Julgamento do Processo Licitatório nº 041/16

Pregão Presencial nº 020/16 – Registro de Preço

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Corupá, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 3531/15, de 01 de Dezembro de 2.015, sendo designado como Presidente neste processo o Sr. Josimar Caldeira, juntamente com o grupo de apoio formado por Jessica Tamara Pezzatto (Pregoeira Substituto), Fabio Bertoldi, Dairton Jose Giraldi, Aline Yandara Malinski e Luana Dantas Izidro, para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preço e os documentos de habilitação relativa à licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia, para fornecimento e instalação de LOMBADAS (Tipo 01 e 02) e FAIXA ELEVADA DE PEDESTRES (Tipo 02), em diversas localidades no Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

Iniciaram-se os trabalhos verificando os PARECERES (Contábil e Jurídico), os quais legitimaram a abertura do referido processo licitatório.

O Presidente comunica aos presentes que o Processo Licitatório foi publicado no DOM-SC, DOE-SC, Jornal regional, Mural Público, no site [www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) e também foi ligado as empresas que entregaram orçamento, mesmo assim até o horário marcado para protocolo não obtivemos a participação de nenhuma empresa, sendo assim resta declarar esta licitação como DESERTA, ficou então decidido entre os presentes marcar uma nova abertura do processo para 2016, sendo utilizados os mesmos orçamentos da presente licitação.

O resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Corupá, para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes. Corupá, 17 de maio de 2016.

Josimar Caldeira PRESIDENTE	Jessica Tamara Pezzatto EQUIPE DE APOIO	Fabio Bertoldi EQUIPE DE APOIO
Aline Yandara Malinski EQUIPE DE APOIO	Dairton Jose Giraldi EQUIPE DE APOIO	Luana Dantas Izidro EQUIPE DE APOIO

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/16

Ata de abertura e Julgamento do Processo Licitatório nº 043/16

Pregão Presencial nº 022/16 – Registro de Preço

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta minutos, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Corupá, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 3531/15, de 01 de Dezembro de 2.015, sendo designado como Presidente neste processo o Sr. Josimar Caldeira, juntamente com o grupo de apoio

formado por Jessica Tamara Pezzatto (Pregoeira Substituto), Fabio Bertoldi, Dairton Jose Giraldi, Aline Yandara Malinski e Luana Dantas Izidro, para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preço e os documentos de habilitação relativa à licitação modalidade Pregão Presencial com REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de VEÍCULO UTILITÁRIO 4X4, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA e CÂMARA DIGITAL, para reestruturação da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

Iniciaram-se os trabalhos verificando os PARECERES (Contábil e Jurídico), os quais legitimaram a abertura do referido processo licitatório.

O Presidente comunica aos presentes que o Processo Licitatório foi publicado no DOM-SC, DOE-SC, Jornal regional, Mural Público, no site [www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) e também foi ligado as empresas que entregaram orçamento, mesmo assim até o horário marcado para protocolo não obtivemos a participação de nenhuma empresa, sendo assim resta declarar esta licitação como DESERTA, ficou então decidido entre os presentes marcar uma nova abertura do processo para 2016, sendo utilizados os mesmos orçamentos da presente licitação.

O resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Corupá, para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes. Corupá, 18 de maio de 2016.

Josimar Caldeira PRESIDENTE	Jessica Tamara Pezzatto EQUIPE DE APOIO	Fabio Bertoldi EQUIPE DE APOIO
Aline Yandara Malinski EQUIPE DE APOIO	Dairton Jose Giraldi EQUIPE DE APOIO	Luana Dantas Izidro EQUIPE DE APOIO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/16 - REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 035/16

OBJETO: Registro de Preços para eventual AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DE TODAS AS SECRETÁRIAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09h00min do dia 19/05/2016 às 09h00min do dia 01/06/2016.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 01/06/2016.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 19 de Maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL



# Curitibanos

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2016**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 03/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 03/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 18 de Maio de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2016**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 03/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 03/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 18 de Maio de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

# Ermo

## PREFEITURA

**DECRETO N.º 032, DE 05 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO N.º 032, de 05 de Maio de 2016.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 187.784,91 (cento e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos), a saber:

06.01 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERV. URBANOS  
15.451.0012.1.002 – Pavimentação de vias públicas e passeios públicos  
4.4.90.00.00.00.00.0024 (46) – Aplicações Diretas R\$ 187.784,91

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos do Convênio nº 2016TR671 – Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá (ADR), Processo nº SDR2200000773/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de Maio de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### ADITIVO 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Vita Cardio Clínica de Cardiologia S/S Ltda

Objeto: Contratação de profissional especializado em cardiologia para prestar atendimento e consultas específicos da área no posto de saúde de Faxinal dos Guedes.

Número do Contrato: 0043/2015

Primeiro Termo Aditivo: Aditivo de vigência

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0023/2015 na Modalidade tomada de preços N.º 0004/2015 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de maio de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

### EDITAL 00202016

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo licitatório nº: 0032/2016

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0020/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância patrimonial através de monitoramento eletrônico.

Data do Recebimento: 06/06/2016 às 09h00min

Data da abertura: 06/06/2016 às 09h15min

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a

Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de MAIO de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO Nº. 588/2016

ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 588/2016

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 14/2016

No dia 18 de maio de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a comissão de licitação designada pela portaria nº. 115/2016 para o recebimento da documentação exigida na ata anterior do processo licitatório que tem por objeto AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS E PROFESSORES DO CENTRO EDUCACIONAL PADRE LUIS MUHL E FUNCIONÁRIOS DAS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. A Comissão reuniu-se para analisar a documentação apresentada pela empresa ZOOM INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EPP, que apresentou o Alvará de localização e funcionamento, com data de validade até 10/03/2017, sendo que no dia 12 de maio 2016 a empresa apresentou o mesmo vencido, sendo assim a empresa foi habilitada, pois, cumpriu com as exigências impostas pela comissão de licitação.

Findos os trabalhos o presidente da comissão encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão estado de Santa Catarina aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

MARIA LUCIA FREIBERGER	DIOGO DE BEM	ADRIANO PEREIRA
Membro da comissão	Presidente da comissão	Membro da comissão

De acordo:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 588/2016 - CONFEC. GURI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 588/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 14/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 18/05/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº. 14/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa CONFECÇÕES GURI LTDA - ME inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.025.249/0001-53 estabelecida na Rua Reinaldo Antonio Klein, nº. 170 – Bairro Industrial, na cidade de Guarujá do Sul – SC, neste ato representada pelo Sr. RAFAEL MATEUS CASSOL, inscrito no CPF/MF sob nº. 054.011.099-03 e Identidade nº. 310.221-2, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 588/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 14/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS E PROFESSORES DO CENTRO EDUCACIONAL PADRE LUIS MUHL E FUNCIONÁRIOS DAS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	50,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	CAMISETE FEMININO NA COR BRANCA EM TECIDO TRICOLINE IBIZA COM ELASTANO DETALHE NOS PUNHOS E GOLA LISTRADOS OU ESTAMPADO SEM BORDADO, TAMANHO P-M-G-GG	65,70
10	150,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	CAMISA PÓLO MASCULINA ADULTO EM MALHA PIQUE, COMPOSIÇÃO 53% ALGODÃO E 47% POLIÉSTER, COR AZUL CELESTE, ESTAMPA NA FRENTE COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO NOS TAMANHO P,M,G, GG.	37,40
11	150,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	CAMISA PÓLO FEMININA ADULTO EM MALHA PIQUE, COMPOSIÇÃO 53% ALGODÃO E 47% POLIÉSTER, COR BRANCA, ESTAMPA NA FRENTE COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO NOS TAMANHO P,M,G, GG.	36,40
12	40,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	PARES DE MEIA (MEIÃO) PARA FARDAMENTO ESPORTIVO, CORES CONFORME A NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO.	15,80
13	20,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	FARDAMENTO ESPORTIVO CONJUNTOS ADULTO (CAMISA E CALÇÃO) TECIDO DRY BRASIL100% POLIÉSTER COM ESTAMPAS NA FRENTE E NAS COSTAS EM TRANSFER CONFORME DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO, TAMANHOS P, M, G, GG	78,00
14	20,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	FARDAMENTO ESPORTIVO CONJUNTOS INFANTIS (CAMISA E CALÇÃO) TECIDO DRY BRASIL100% POLIÉSTER COM ESTAMPAS NA FRENTE E NAS COSTAS EM TRANSFER CONFORME DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO.	71,20
15	48,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	CAMISETA FEMININA EM MALHA 95,5% VISCOSE, 4,5% ELASTANO, MANGA CURTA SEM COSTURA, DECOTE CANOA E LOGOMARCA DA SAÚDE ESTAMPADA NA FRENTE, LATERAL SUPERIOR. COR BRANCA. TAMANHO P. M. G. GG	31,60

17	11,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	CALÇA DE NEW JET 100% POLIESTER NA COR GRAFITE COM DETALHES CINZA CLARO COM VIÉS DE 1 CM E VIÉS EMBUTIDO CINZA COM FORRO INTERNO FURADINHO 100% POLIESTER BRANCO TAMANHOS P, M e GG	61,50
18	5,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	JAQUETA NEW JET 100% POLIESTER NA COR BRANCA COM DETALHES CINZA CLAROS E COM VIÉS DE 1 CM E VIÉS EMBUTIDO CINZA, COM FORRO INTERNO FURADINHO E BORDADO DA LOGOMARCA DA SAÚDE EM CINZA NA LATERAL SUPERIOR TAMANHOS P, M e GG	115,80
19	10,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	JAQUETA NEW JET 100% POLIESTER NA COR GRAFITE COM DETALHES CINZA CLAROS E COM VIÉS DE 1 CM E VIÉS EMBUTIDO CINZA, COM FORRO INTERNO FURADINHO E BORDADO DA LOGOMARCA DA SAÚDE EM CINZA NA LATERAL SUPERIOR TAMANHOS P, M e GG	116,00
20	30,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	JALECO BRANCO EM TECIDO SOFT PLUS COM TRÊS BOLSOS FRONTAIS SOBREPOSTOS, COM LOGO DA SAÚDE BORDADA NO BOLSO + NOME DO PROFISSIONAL E PROFISSÃO, MANGA LONGA COM PAS-SANTE PARA REGULAGEM DO COMPRIMENTO DA MANGA, BORDADO NA MANGA ESQUERDA A CRUZ DA SAÚDE, NA COR VERMELHA, FRENTE COM BOTÃO PARA FECHAR, COSTAS COM REGULAGEM PARA ACINTURAR. TAMANHOS P/M/G/GG, COM MODELOS FEMININO E MASCULINO.	63,60
21	2,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	JALECO AZUL EM TECIDOS SOFT PLUS COM TRÊS BOLSOS FRONTAIS SOBREPOSTOS, COM LOGO DA SAÚDE BORDADA NO BOLSO + NOME DO PROFISSIONAL E PROFISSÃO, COM PUNHO TIPO RIBANA, REGULAGEM PARA ACINTURAR NOS TAMANHOS P, M, G e GG	63,50
22	30,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	CAMISETA DO PROGRAMA A SAÚDE VAI A SUA COMUNIDADE EM MALHA DRYFIT , COM DECOTE EM V, MANGA CURTA E ESTAMPA DO PROGRAMA NA FRENTE, COR BRANCA NOS TAMANHOS P, M, G e GG	33,50
23	100,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	CAMISETA EM MALHA 67% POLIÉSTER, 33% VISCOSE ADULTA COM GOLA REDONDA EM RIBANA E ESTAMPA DO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE MANGA CURTA NOS TAMANHOS P, M, G, GG e EXTRA G	31,50
24	30,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	CAMISETA DE MALHA 67% POLIÉSTER, 33% VISCOSE, GOLA REDONDA COLOCADA COM APARELO 4,5 COM ESTAMPA DO PROGRAMA SAÚDE DA CRIANÇA NA FRENTE E LOGO DA SAÚDE NAS COSTAS, TAMANHO INFANTIL MANGA CURTA TAMANHOS P, M e GG	31,50
25	11,0	CONFECÇÕES GURI LTDA	CALÇA DE NEW JET 100% POLIÉSTER NA COR BRANCO COM DETALHES CINZA CLARO COM VIÉS DE 1 CM E VIÉS EMBUTIDO CINZA COM FORRO INTERNO FURADINHO 100% POLIÉSTER BRANCO TAMANHOS P, M e GG	63,40

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a Necessidade da Administração.

III - Os produtos deverão ter no mínimo 60 dias de garantia de fabrica.

IV - Todos os produtos relacionados acima, antes da fabricação, a empresa vencedora devera apresentar modelo desenhado com ficha técnica para aprovação da secretaria que solicitou o produto.

V - Após aprovação do Modelo desenhado com ficha Técnica conforme item IV, a empresa devera apresentar amostra física dos produtos e tirar as medidas dos alunos professores e Funcionários na sede das Secretarias no prazo de cinco dias após a emissão da autorização de compra;

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 588/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Maximo para a entrega dos Produtos será de 15 dias contados após a emissão da autorização de compra.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues os seguintes secretários:

Secretaria Maristela Valer  
Secretaria Helida Gomes Stock  
Funcionaria Sirlane Maria Palinski  
Secretario Leandro Neuhaus

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Produtos será efetuado com prazo Maximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante a entrega total dos produtos solicitados e apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:  
3.3.90.30.23.00.0 UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS.

Projeto atividade:  
041220004.2.004000 MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE ADM. GERAL DO MUNICÍPIO  
123610010.2.014000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
103010012.2.022000 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA  
082430019.2.030000 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALEC. VINCULO - SCFV.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará



a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN		RAFAEL MATEUS CASSOL
CPF: 024.900.719-39		CPF: 054.011.099-03
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 588/2016 - SUPERA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 588/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 14/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 18/05/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº. 14/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa SUPERA UNIFORME INDUSTRIA E COMERCIO TÊXTIL LTDA - EPP inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.112.475/0001-34 estabelecida na Rua Jose Boiteux, nº. 275 – Centro, na cidade de Caçador – SC, neste ato representada pelo Sr. MARCILIO JOÃO LASKOSKI, inscrito no CPF/MF sob o nº. 019.038.949-48 e Identidade nº. 361.118-2, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 588/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 14/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS E PROFESSORES DO CENTRO EDUCACIONAL PADRE LUIS MUHL E FUNCIONÁRIOS DAS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
2	10,0	SUPERA UNIFORMES IND.	CAMISA DE BOTÃO NA COR BRANCA EM TECIDO TRICOLINE IBIZA COM ELASTANO DETALHE NOS PUNHOS E GOLA LISTRADOS OU ESTAMPADO SEM BORDADO, COM TAMANHO P-M-G-GG	69,70
3	250,0	SUPERA UNIFORMES IND.	CAMISETA POLIVISCOSE DE NO MÍNIMO 67% POLIÉSTER DE NO MÍNIMO 33% VISCOSE, COR AZUL, MANGA CURTA COM PINTURA NA FRENTE E COSTAS COM DIZERES CENTRO EDUCACIONAL PADRE LUIS MUHL FLOR DO SERTÃO E LOGOTIPO DO MUNICÍPIO E NAS COSTAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FLOR DO SERTÃO TAMANHOS 2 A 8 ANOS.	24,30
4	330,0	SUPERA UNIFORMES IND.	CAMISETA POLIVISCOSE DE NO MÍNIMO 67% POLIÉSTER DE NO MÍNIMO 33% VISCOSE, COR AZUL, MANGA CURTA COM PINTURA NA FRENTE E COSTAS COM DIZERES CENTRO EDUCACIONAL PADRE LUIS MUHL FLOR DO SERTÃO E LOGOTIPO DO MUNICÍPIO E NAS COSTAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FLOR DO SERTÃO, TAMANHOS 10 A 16 ANOS.	25,00
5	250,0	SUPERA UNIFORMES IND.	CAMISETA POLIVISCOSE DE NO MÍNIMO 67% POLIÉSTER DE NO MÍNIMO 33% VISCOSE, COR AZUL, MANGA CURTA COM PINTURA NA FRENTE E COSTAS COM DIZERES CENTRO EDUCACIONAL PADRE LUIS MUHL FLOR DO SERTÃO E LOGOTIPO DO MUNICÍPIO E NAS COSTAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FLOR DO SERTÃO TAMANHOS P-M-G-GG.	28,90
6	60,0	SUPERA UNIFORMES IND.	CAMISETA COM TECIDO TIPO DRY NA COR VEMELHA E PRETO, MANGA CURTA COM BRASÃO DO MUNICÍPIO EM UMA MANGA, E SÍMBOLO DA POLICIA MILITAR NA OUTRA MANGA, NA PARTE DA FRENTE OS DIZERES: PROERD 2016 E O SÍMBOLO DO PROERD (LEÃO), E NA PARTE DE TRAZ DA CAMISA OS DIZERES: 100 DROGAS E 100 VIOLÊNCIA SEREMOS CIDADÃOS DO BEM. TAMANHOS 10 A 16 ANOS. PROERD.	28,55
7	20,0	SUPERA UNIFORMES IND.	CAMISETA COM TECIDO TIPO DRY NA COR VEMELHA E PRETO, MANGA CURTA COM BRASÃO DO MUNICÍPIO EM UMA MANGA, E SÍMBOLO DA POLICIA MILITAR NA OUTRA MANGA, NA PARTE DA FRENTE OS DIZERES: PROERD 2016 E O SÍMBOLO DO PROERD (LEÃO), E NA PARTE DE TRAZ DA CAMISA OS DIZERES: 100 DROGAS E 100 VIOLÊNCIA SEREMOS CIDADÃOS DO BEM. TAMANHOS P. M. G.	32,00
8	20,0	SUPERA UNIFORMES IND.	AVENTAL FRENTE E COSTAS COM AMARAÇÃO LATERAL, TECIDO SELETTEL PLUS 100% POLIESTER COR BRANCA, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E ESTAMPA FRONTAL COM LOGO TIPO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 0,70m DE ALTURA E 0,60m LARGURA	18,95
9	200,0	SUPERA UNIFORMES IND.	CAMISETA POLIVISCOSE DE NO MÍNIMO 67% POLIÉSTER DE NO MÍNIMO 33% VISCOSE, MANGA CURTA, COLORIDA COM PINTURA NA FRENTE E COSTAS COM DIZERES SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO FLOR DO SERTÃO - SC E LOGOTIPO DO MUNICÍPIO E NAS COSTAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FLOR DO SERTÃO, TAMANHOS 0 A 15 ANOS E ADULTO ACIMA DE 60 ANOS.	33,40
16	12,0	SUPERA UNIFORMES IND.	CALÇA JEANS COM ELASTANO NA COR BRANCA COM CINTURA MÉDIA NOS TAMANHOS P, M e GG	64,00

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a Necessidade da Administração.

III - Os produtos deverão ter no mínimo 60 dias de garantia de fabrica.

IV - Todos os produtos relacionados acima, antes da fabricação, a empresa vencedora devera apresentar modelo desenhado com ficha técnica para aprovação da secretaria que solicitou o produto.

V - Após aprovação do Modelo desenhado com ficha Técnica conforme item IV, a empresa devera apresentar amostra física dos produtos e tirar as medidas dos alunos professores e Funcionários na sede das Secretarias no prazo de cinco dias após a emissão da autorização de compra;

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 588/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Maximo para a entrega dos Produtos será de 15 dias contados após a emissão da autorização de compra.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues os seguintes secretários:

Secretaria Maristela Valer  
Secretaria Helida Gomes Stock  
Funcionaria Sirlane Maria Palinski  
Secretario Leandro Neuhaus

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Produtos será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante a entrega total dos produtos solicitados e apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.30.23.00.0 UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS.

Projeto atividade:

041220004.2.004000 MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE ADM. GERAL DO MUNICÍPIO

123610010.2.014000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

103010012.2.022000 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA

082430019.2.030000 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALEC. VINCULO - SCFV.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN		MARCILIO JOÃO LASKOSKI
CPF: 024.900.719-39		CPF: 019.038.949-48
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 588/2016 - ZOOM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 588/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 14/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 18/05/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº. 14/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa ZOOM INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCÕES LTDA - ME inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.590.496/0001-54 estabelecida na Rua Marcilio Dias, nº. 2675 – Bairro São Luiz, na cidade de São Miguel do Oeste – SC, neste ato representada pelo Sr. JULIANO LIPPERT, inscrito no CPF/MF sob nº. 027.589.399-59 e Identidade nº. 3.655.694-7, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 588/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 14/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS E PROFESSORES DO CENTRO EDUCACIONAL PADRE LUIS MUHL E FUNCIONÁRIOS DAS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
26	140,0	ZOOM INDÚSTRIA E COM.	JAQUETA HELANCA COLEGIAL 65% POLIÉSTER 35% ALGODÃO, NA COR VERMELHA, COM PUNHO, ZÍPER ATE A GOLA, DOIS BOLSOS FRONTAIS, BRASÃO NA FRENTE LADO ESQUERDO E COSTA ESCRITA EM BORDADO, NOS TAMANHOS ADULTO P, M, G, GG.	77,05
27	200,0	ZOOM INDÚSTRIA E COM.	JAQUETA HELANCA COLEGIAL 65% POLIÉSTER 35% ALGODÃO, NA COR VERMELHA, COM PUNHO, ZÍPER ATE A GOLA, DOIS BOLSOS FRONTAIS, BRASÃO NA FRENTE LADO ESQUERDO E COSTA ESCRITA EM BORDADO, NOS TAMANHOS JUVENIL 10, 12, 14, 16.	69,10
28	230,0	ZOOM INDÚSTRIA E COM.	JAQUETA HELANCA COLEGIAL 65% POLIÉSTER 35% ALGODÃO, NA COR VERMELHA, COM PUNHO, ZÍPER ATE A GOLA, DOIS BOLSOS FRONTAIS, BRASÃO NA FRENTE LADO ESQUERDO E COSTA ESCRITA EM BORDADO, NOS TAMANHOS INFANTIL 02, 04, 06, 08.	65,25

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a Necessidade da Administração.

III - Os produtos deverão ter no mínimo 60 dias de garantia de fabrica.

IV - Todos os produtos relacionados acima, antes da fabricação, a empresa vencedora devera apresentar modelo desenhado com ficha técnica para aprovação da secretaria que solicitou o produto.

V - Após aprovação do Modelo desenhado com ficha Técnica conforme item IV, a empresa devera apresentar amostra física dos produtos e tirar as medidas dos alunos professores e Funcionários na sede das Secretarias no prazo de cinco dias após a emissão da autorização de compra;

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 588/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Maximo para a entrega dos Produtos será de 15 dias contados após a emissão da autorização de compra.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues os seguintes secretários:

Secretaria Maristela Valer  
Secretaria Helida Gomes Stock  
Funcionaria Sirlane Maria Palinski  
Secretario Leandro Neuhaus



III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Produtos será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante a entrega total dos produtos solicitados e apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.30.23.00.0 UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS.

Projeto atividade:

041220004.2.004000 MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE ADM. GERAL DO MUNICÍPIO

123610010.2.014000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

103010012.2.022000 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA

082430019.2.030000 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALEC. VINCULO - SCFV.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois)



anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN		JULIANO LIPPERT
CPF: 024.900.719-39		CPF: 027.589.399-59
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

### DECRETO Nº. 037/2016

DECRETO N.º 0037/2016
SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN , Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0649/2015.

#### DECRETA:

ART. 1º Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

08.00- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.01 – Departamento de Agricultura	
20.608 – Promoção da Produção Agropecuária	
20.608.0029 – Agricultura Sustentável	
20.608.0029.1.013 – Aquisição de Equipamentos da Patrulha Agrícola	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 0164 – Transf. Convênios – Estado/Outros	
Desdobramento: Sem Desdobramento	
TOTAL FONTE	50.000,00

ART. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º , são provenientes do provável excesso de arrecadação a ser verificado na fonte de recursos 0164, no exercício de 2016.

ART. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dezesseis dias do mês de maio de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado  
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº. 038/2016**

DECRETO nº. 38/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 588/2016, e dá outras providências.  
ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 115/2016, sobre o processo de licitação nº. 588/2016, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS E PROFESSORES DO CENTRO EDUCACIONAL PADRE LUIS MUHL E FUNCIONÁRIOS DAS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

CONFECÇÕES GURI LTDA	R\$ 29.735,70
ZOOM INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EPP	R\$ 39.614,50
SUPERA UNIFORMES IND. COM. TÊXTIL LTDA - EPP	R\$ 32.427,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

#### AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRAR PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 10/FMS/2016.

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de mobiliário e equipamentos de saúde por meio do Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de junho de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 18 de maio de 2016.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 01/FMS/2016

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 01/FMS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/FMS/2016

OBJETO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de doses de Vacina Influenza H1N1, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC, para o exercício de 2016.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pela pregoeira, a Sra. Érika de Luca Tiscoski, no dia dezoito do mês de maio de dois mil e dezesseis, às onze horas, a mesma certificou-se de que nenhuma empresa apresentou proposta para participar do pregão presencial. Desta forma, a comissão decide por revogar o processo de pregão presencial nº. 08/2016 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 18 de maio de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

**AT16FME22****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FME22

Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada.: IVONEI GONÇALVES TURISMO ME

Valor ..... : 47.550,00 (quarenta e sete mil quinhentos e cinquenta reais).

Vigência ..... : Início: 10/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS A SER UTILIZADO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES ( FME) DURANTE OS MESES DE MAIO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016

Claudete Gheller Mathias - Secretária

**AT16FME23****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FME23

Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada.: KARINE DE OLIVEIRA TRANSPORTES EIRELI ME

Valor ..... : 29.190,00 (vinte e nove mil cento e noventa reais).

Vigência ..... : Início: 10/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS A SER UTILIZADO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES ( FME) DURANTE OS MESES DE MAIO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016

Claudete Gheller Mathias - Secretária

**AT16FME24****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FME24

Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada.: TRANSLUIZA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME.

Valor ..... : 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais)

Vigência ..... : Início: 10/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS A SER UTILIZADO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES ( FME) DURANTE OS MESES DE MAIO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016

Claudete Gheller Mathias - Secretária

**AT16FME25****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FME25

Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada.: FC COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LT

Valor ..... : 2.237,24 (dois mil duzentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Vigência ..... : Início: 12/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO, MARCA "HENRY", MODELO "ORION V", INCLUINDO O FORNECIMENTO DE COMPONENTES PARA REPOSIÇÃO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE O PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016

Claudete Gheller Mathias - Secretária

**AT16FMS31****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS31

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: FC COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Valor ..... : 5.268,51 (cinco mil duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e um centavos).

Vigência ..... : Início: 12/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO, MARCA "HENRY", MODELO "ORION V", INCLUINDO O FORNECIMENTO DE COMPONENTES PARA REPOSIÇÃO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE O PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016

IVO BIAZZOLO

**AT16SF28****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF28  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: FC COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.  
Valor ..... : 2.551,86 (dois mil quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos).  
Vigência ..... : Início: 12/05/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO, MARCA "HENRY", MODELO "ORION V", INCLUINDO O FORNECIMENTO DE COMPONENTES PARA REPOSIÇÃO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE O PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0016\_2016-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0148/2016 – PMF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0016/2016  
Objeto: Contratação de empresa do ramo para ministrar a palestra "Segurança Uma Atitude de Amor" ao dia nacional de prevenção de acidentes de trabalho, que será realizada no dia 18/07/2016, no clube flor da maçã. Contratada: KAIZEN CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 09.424.760/0001-09. Valor Total e pagamento: R\$ R\$ 3.134,00 (três mil cento e trinta e quatro reais), que será pago em uma parcela. Vigência: 18.07.2016. Fundamento legal: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93; Fraiburgo(SC), 18 de maio de 2016.  
Ivo Biazolo – Prefeito Municipal

**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0033\_2016 PMF**

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0033/2016 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0149/2016 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
OBJETO: Contratação para serviço de capacitação de xadrez para professores de educação física a ser realizado entre os meses de junho de 2016 a dezembro de 2016 na Uniarp Fraiburgo/SC. CONTRATADA: UNIARP-UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE CNPJ: 82.798.828/0001-00. VALOR: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 "caput" Da Lei Nº 8.666/93 E Alterações.  
Fraiburgo(Sc), 18 de abril de 2016.  
IVO BIAZZOLO – PREFEITO

**CT16FMS10****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16FMS10  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: CIDIMAR DA ROSA ME  
Valor ..... : 36.998,90 (trinta e seis mil novecentos e noventa e oito reais e noventa centavos).  
Vigência ..... : Início: 10/05/2016 Término: 31/08/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2016  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA PINTURA DO PRONTO ATENDIMENTO NA VILA SALETE CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO (ANEXO VIII) DO EDITAL E POSTO DE SAÚDE NO SÃO MIGUEL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO (ANEXO IX) DO EDITAL.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO

**CT16FMS11****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16FMS11  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 15.049,32 (quinze mil e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos).  
Vigência ..... : Início: 10/05/2016 Término: 31/08/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2016  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA PINTURA DO PRONTO ATENDIMENTO NA VILA SALETE CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO (ANEXO VIII) DO EDITAL E POSTO DE SAÚDE NO SÃO MIGUEL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO (ANEXO IX) DO EDITAL.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO

**CT16FMS12****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16FMS12  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: ALLEAN MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME  
Valor ..... : 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)  
Vigência ..... : Início: 11/05/2016 Término: 31/07/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2016  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE GRANITO PARA SUBSTITUIÇÃO DAS DIVISÓRIAS DE EUCATÉX DOS BANHEIROS DA ALA DO ANTIGO PRONTO ATENDIMENTO.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO

**CT16SF17****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16SF17  
 Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
 Contratada...: FM PNEUS LTDA  
 Valor ..... : 1.752,00 (um mil setecentos e cinquenta e dois reais).  
 Vigência ..... : Início: 12/05/2016 Término: 31/07/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2016  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS 11 R 22,5 BORRACHUDO, PARA UTILIZAÇÃO DA FROTA DA SANEFRAI.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016  
 JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**CT16SF18****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16SF18  
 Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
 Contratada...: CISAM - CONS. INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMB.  
 Valor ..... : 18.375,68 (dezoito mil trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).  
 Vigência ..... : Início: 16/05/2016 Término: 31/12/2016  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016.  
 Objeto ..... : CONTRATO DE RATEIO OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PUBLICOS PARA: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL, APOIO NA MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS; APOIO EM PALESTRAS E REUNIÕES SOBRE SANEMANTO AMBIENTAL, APOIO, TREINAMENTO E/OU SUPERVISÃO NO CONTROLE DE QUALIDADE DA AGUA; DESPESA COM OBRAS E INSTALAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO REGIONAL, INCLUSIVE CONTRAPARTIDA.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016  
 JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**DECRETO Nº 136/2016**

DECRETO Nº 136, DE 18 DE MAIO DE 2016.  
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (63)	R\$	140.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de infraestrutura		

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (111)	R\$	90.000,00
Total	R\$	230.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41922990900 – Outras Restituições	R\$	230.000,00
TOTAL	R\$	230.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
 FRAIBURGO, 18 DE MAIO DE 2016.  
 IVO BIAZZOLO  
 Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
 Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0948/2016**

PORTARIA Nº 0948, DE 18 DE MAIO DE 2016.  
 Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE DALAGNOL MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.538.189-60, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de abril de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio de 2016.  
 IVO BIAZZOLO  
 Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
 Secretário de Administração e Planejamento

**TA.AT16SF10****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16SF10 - Contrato Nº: AT16SF03  
 Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
 Contratada...: BUSCHLE & LEPPER S.A  
 Vigência ..... : Início: 13/05/2016 Término: 31/12/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016  
 Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.



Fraiburgo, 18 de Maio de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**TA.AT16SF11****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16SF11 - Contrato Nº: AT16SF05  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: BRITAGEM GASPAR LTDA  
Vigência ..... : Início: 13/05/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 147/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**TA16FME01****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA16FME01 - Contrato Nº: CT16FME02  
Contratante...: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Vigência ..... : Início: 09/05/2016 Término: 31/03/2017  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 58, I, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS INFORMADOS NO PROCESSO ACIMA MENCIONADO, VISTO QUE A CONTRATAÇÃO FOI REALIZADA UTILIZANDO OS DADOS CADASTRAIS DA FILIAL 03, LOCALIZADA NA CIDADE DE RIO DO SUL/SC, COM CNPJ 00.456.865/0008-33, QUANDO O CORRETO SERIAM OS DADOS DA MATRIZ, COM SEDE NA CIDADE DE CRICIÚMA/SC, COM O CNPJ SOB Nº 00.456.865/0001-67.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016  
Claudete Gheller Mathias - Secretária

**TA16FMS08****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA16FMS08 - Contrato Nº: CT16FMS05  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Vigência ..... : Início: 09/05/2016 Término: 31/03/2017  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 58, I, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS INFORMADOS NO PROCESSO ACIMA MENCIONADO, VISTO QUE A CONTRATAÇÃO FOI REALIZADA UTILIZANDO OS DADOS CADASTRAIS DA FILIAL 03, LOCALIZADA NA CIDADE DE RIO DO SUL/SC, COM CNPJ 00.456.865/0008-33, QUANDO O CORRETO SERIAM OS DADOS DA MATRIZ, COM SEDE NA CIDADE DE CRICIÚMA/SC, COM O CNPJ SOB Nº 00.456.865/0001-67.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO

**TA16SF04****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº..... : TA16SF04 - Contrato Nº: CT16SF04  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Vigência ..... : Início: 09/05/2016 Término: 31/03/2017  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 58, I, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS INFORMADOS NO PROCESSO ACIMA MENCIONADO, VISTO QUE A CONTRATAÇÃO FOI REALIZADA UTILIZANDO OS DADOS CADASTRAIS DA FILIAL 03, LOCALIZADA NA CIDADE DE RIO DO SUL/SC, COM CNPJ 00.456.865/0008-33, QUANDO O CORRETO SERIAM OS DADOS DA MATRIZ, COM SEDE NA CIDADE DE CRICIÚMA/SC, COM O CNPJ SOB Nº 00.456.865/0001-67.

Fraiburgo, 18 de Maio de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

# Galvão

## PREFEITURA

### TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS Nº 05/2016

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 5/2016.

CONTRATO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUIDOS A POPULAÇÃO EM GERAL E MATERIAIS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

PROCESSO DE LICITAÇÃO 003/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 003/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Sete de Setembro n. 548, centro, na cidade de Galvão – SC, inscrito no CNPJ nº 83.009.902/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal Sr. NERI PEDERSSETTI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Galvão – SC, na Avenida Sete de Setembro, bairro centro, portador do CPF nº 500.719.049-72 e do RG nº 1.276.024, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, registrado no CNPJ sob nº 11.224.030/0001-06, representado pelo seu Gestor Sr. VANDERLEI BEZ BATTI, brasileiro, Casado, residente e domiciliado nesta cidade de Galvão – SC, na Rua Francisco Rosa de Lima, portador do CPF nº 741.652.169-68 e do RG nº 6.067.779, Órgão Expedidor denominado para este instrumento contratual, ambos, denominados simplesmente de CONTRATANTE.

EMPRESAS VENCEDORAS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 003/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 003/2016:

- ALTERMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR, CNPJ nº 00.802.002/0001-02;
  - AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA – ME, CNPJ nº 82.291.311/0001-11;
  - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 13.568.558/0001-10;
  - AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 10.869.890/0001-26;
  - CASA CIRURGICA CHAPECÓ, CNPJ nº 02.756.441/0001-43;
  - CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, CNPJ nº 03.652.030/0001-70;
  - DAMEDI – DAMBROS COM. PROD. HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 95.368.320/0001-05;
  - DENTAL SHOW – COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, CNPJ nº 11.776.334/0001-78;
  - DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 02.520.829/0001-40;
  - DIMEVA – VARNIER E CIA LTDA, CNPJ nº 76.386.283/0001-13;
  - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 12.889.035/0001-02;
  - LITORAL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI – ME, CNPJ nº 18.941.818/0001-74;
  - MEDICAMENTOS AZ EIRELLI – EPP, CNPJ nº 09.676.256/0001-98;
  - MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA, CNPJ nº 17.184.520/0001-02;
  - POSSATO E POSSATO LTDA ME, CNPJ nº 72.150.550/0001-06;
  - PROSAUDE – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 85.247.385/0001-49;
  - S&R DISTRIBUIDORA LTDA ME, CNPJ nº 04.889.315/0001-92.
- Os itens de cada empresa constam na ata de julgamento e na Ata

de Registro de Preços, conforme cópias em anexo.

EMBASAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Decreto nº 5.504 de 05/08/2005; Decreto Municipal nº 02 de 03 de janeiro de 2007 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, atualizada pela Lei nº 8.883 de 08/06/94; Lei nº 9.648 de 27/05/98; e Processo Licitatório nº 003/2016 na modalidade Pregão Presencial - SRP 003/2016 e demais normas pertinentes, resolvem celebrar o presente I TERMO DE APOSTILAMENTO, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

Tem por objeto o presente contrato referente A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUIDOS A POPULAÇÃO EM GERAL E MATERIAIS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 2016TR797, PROCESSO Nº SDR03 – 728/2016 – ER03 696161 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GALVÃO E O ESTADO DE SANTA CATARINA.

2. Os itens deste Processo Licitatório serão requisitados pelo Município de Galvão, no período de vigência do contrato.

3. Faz parte integrante deste Contrato, independente de sua transcrição, todos os itens constantes no Processo Licitatório nº 003/2016 na modalidade Pregão Presencial - SRP 003/2016 do Município de Galvão.

#### CLÁUSULA II – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 13 de maio de 2016 até 26 de junho de 2016. Caso a retirada total dos produtos ocorrer antes do prazo previsto, considera-se encerrado o presente contrato.

#### CLÁUSULA III - DO PREÇO

O valor total do presente TERMO DE APOSTILAMENTO, é de R\$ 117.647,06 (cento e dezessete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e seis centavos).

• O valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) será liberado através do orçamento do Estado.

• O valor de R\$ 17.647,06 (dezessete mil, seiscentos e quarenta e sete mil e seis centavos) como contrapartida do financeira por parte do Município.

#### CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

1. O pagamento à contratada pelos itens será efetuado em moeda corrente nacional (real), após o fornecimento dos produtos e com até 30 (trinta) dias após a emissão e apresentação da nota fiscal, que deverá conter obrigatoriamente, sem rasuras, a data da emissão, a descrição dos produtos entregue que estão sendo entregues, a sua quantidade e seu valor unitário e total.

2. A contratante poderá sustar o pagamento de qualquer parcela, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

2.1 – entrega dos itens em desacordo com as normas ou orientações estabelecidas pela contratante;

2.2 - existência de qualquer débito para com o município de Galvão SC.

2.3 - descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos neste contrato ou no processo licitatório.

#### CLÁUSULA V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do Município de Galvão- SC, conforme suplementação efetuada no orçamento do exercício de 2016, conforme Decreto nº 089/2016.

Cód. Red	Complemento do Elemento
49	3.3.90.32.02.00.00
49	3.3.90.30.36.00.00
8	3.3.90.32.02.00.00

**CLÁUSULA VI - DA RATIFICAÇÃO**

1 – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente 1º Termo de Apostilamento.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Galvão-SC, 18 de maio de 2016.

NERI PEDERSSETTI

Prefeito Municipal

CELIO LUIZ POZZAN

Contratante Contador CRC/SC 021597/O-5

VANDERLEI BEZ BATTI

Gestor do Fundo Mun. de Saúde

EVANDRO FERNANDES ANDRE

Advogado OAB/SC nº 29.159

# Garopaba

## PREFEITURA

### ATA JARF Nº 008/ 13.05.2016

ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba, sob a Presidência do Bacharel Jean Nascimento Pacheco, presentes as Senhoras Julgadoras Graziela Santos e Daniela Maria dos Santos, sendo Secretária-Geral a Senhora Emanuele Barcellos Candido, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a oitava sessão ordinária administrativa do ano de dois mil e dezesseis. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Abertos os trabalhos, lida e achada conforme a ata da sessão anterior e não havendo processos para distribuição serem distribuídos/redistribuídos na sessão, passou-se a discussão dos itens constantes da pauta de julgamento:

10270020212016 – Recurso Ordinário – Recorrente: LUIS HENRIQUE VIEIRA MELLO (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS  
Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270020062016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MARCEDES MACHADO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270019972016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: PAULINO HEAD DE FREITAS (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: Reexame não conhecido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270020142016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: L & M ENGENHARIA LTDA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270020322016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: BETHINA TOIGO - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e parcialmente provido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270025672015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MARIA DE LOURDES SEBASTIÃO ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e parcialmente provido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270027342016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

10270019922016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MARCELO LEOCADIO OKER - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Julgamento convertido em diligências, nos termos propostos pelo Relator. Decisão unânime.

10270028952016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JOÃO AUGUSTO CERATTI - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Julgamento convertido em diligências, nos termos propostos pelo Relator. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da oitava sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezesseis. E para constar, eu, Emanuele Barcellos Candido, Secretário-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

#### AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 73/2016; IL nº. 010/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA; CNPJ nº: 05.039.594/0001-68. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA A PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS PARA IMPLEMENTAR E DESENVOLVER NO MUNICÍPIO DE GAROPABA, O PROJETO "LAR LEGAL"; Data da Assinatura: 18/05/2016.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 090/2016

DECRETO N.º 090, DE 18 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 202.113,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 202.113,00 (duzentos e dois mil cento e treze reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	202.113,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	202.113,00
3.3.90.0.1.24.001074 - Aplicações Diretas	55.113,00
3.3.90.0.1.24.001075 - Aplicações Diretas	147.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 202.113,00 (duzentos e dois mil cento e treze reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 091/2016

DECRETO N.º 091, DE 18 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 8.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	500,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	500,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	500,00
3.1.90.0.1.29.000004 - Aplicações Diretas	500,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	5.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-estrutura	5.000,00
3.3.90.0.3.64.000017 - Aplicações Diretas	5.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	3.000,00
27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte	3.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	500,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	500,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	500,00
3.3.90.0.1.29.000004 - Aplicações Diretas	500,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	5.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-estrutura	5.000,00
4.4.90.0.3.64.000017 - Aplicações Diretas	5.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	3.000,00
27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte	3.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 092/2016

DECRETO N.º 092, DE 18 DE MAIO DE 2016.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 04, DE 05 DE MAIO DE 2016, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 04, de 05 de maio de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social, que "Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético de 2015", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995  
GAROPABA/ SC  
Telefone –(48)32548161/32548159  
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº. 04

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 05 de maio de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, resolve:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo de Execução Financeira dos Serviços/Programas do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social - SUAS, referente o ano de 2015.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 05 de maio de 2016.  
Rafaella Abade Alves  
Presidente do CMA



**DECRETO Nº 093/2016**

DECRETO N.º 093, DE 18 DE MAIO DE 2016.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 05, DE 05 DE MAIO DE 2016, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 05, de 05 de maio de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social, que "Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do Governo Federal 2016", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995

GAROPABA/ SC

Telefone –(48)32548161/32548159

Email: cmas@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº. 05

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do Governo Federal 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 05 de maio de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação para Co-financiamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social ano 2016.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 05 de maio de 2016.

Rafaella Abade Alves

Presidente do CMA

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2016

PMG E FMS

Ata nº. 28/2016; Processo nº.40/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: VIA SC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP; Objeto:

Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Data da Assinatura: 18/05/2016.

**EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2016**

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento nº. 004/2016

Processo nº. 73/2016;

Inexigibilidade de Licitação nº. 010/2016

Credenciante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA;

Credenciada: SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 05.039.594/0001-68

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA A PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS PARA IMPLEMENTAR E DESENVOLVER NO MUNICÍPIO DE GAROPABA, O PROJETO "LAR LEGAL". Data da Assinatura: 18/05/2016.

**EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS 15866/2016**

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 15866/2016

CONCEDENTE: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

CNPJ: 23.657.991/0001-85

CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba

CNPJ: 82.836.057/0001-90

OBJETO: Doação pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos de 1 (um) automóvel para a utilização do Conselho Tutelar de Garopaba.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0009/2016**

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0009/2016

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel JEAN NASCIMENTO PACHECO, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 25 do mês de maio de 2016 (25/05/2016), às 9h, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:

10270026292016 – Recurso Ordinário – Recorrente: PAULINO AQUINO DE CAMPOS (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

10270025602015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: LUIZ KLANERT (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

10270020052016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: PAULO SÉRGIO ALVES MADEIRA(Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

10270019992016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: CRISTIANO DE



AMARANTE (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS  
10270020342016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: PATRICIA DA SILVA ABREU (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO  
10270020192016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: VALÉRIO MARCIO DE SOUZA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Garopaba, 18 de maio de 2016.  
Emanuele Barcellos Candido  
Secretária-Geral da JARF

#### **PORTARIA N.º 357/2016**

PORTARIA N.º 357, DE 09 DE MAIO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, WILSON VERGILIO REAL RABELO, CPF n.º 415.250.199-53, das funções comissionadas do cargo de DIRETOR GERAL DE PROCEDIMENTOS JURÍDICOS, do Gabinete do Prefeito, a partir de 10/05/2016.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de maio de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **RESOLUÇÃO Nº 04/2016 CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995  
GAROPABA/ SC  
Telefone –(48)32548161/32548159  
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº. 04  
Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 05 de maio de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, resolve:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo de Execução Financeira dos Serviços/Programas do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social - SUAS, referente o ano de 2015.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 05 de maio de 2016.  
Rafaella Abade Alves  
Presidente do CMA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 19/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10.08.2009.

#### **RESOLUÇÃO Nº 05/2016 CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995  
GAROPABA/ SC  
Telefone –(48)32548161/32548159  
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº. 05  
Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do Governo Federal 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 05 de maio de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação para Co-financiamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social ano 2016.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 05 de maio de 2016.  
Rafaella Abade Alves  
Presidente do CMA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 19/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10.08.2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO FMAS Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMAS nº 002/2016  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios (frutas e verduras), com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades do CRAS, CREAS e Casa de Acolhimento.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 07/06/2016 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 16 de maio de 2016.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 69/2016

DECRETO Nº. 69 DE 18 DE MAIO DE 2016  
"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 68/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

#### DECRETA:

Art. 1º. Revogar o Decreto nº 68/2016 que designa o Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo Sr. Darci de Souza para responder pela Secretaria Municipal de Estratégias Rurais.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 70/2016

DECRETO Nº. 70 de 18 de maio de 2016  
"Dispõe sobre a designação da servidora Marcia Maria Ferreira, Diretora de Melhorias Rurais, para responder pela Secretaria Municipal de Estratégias Rurais".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

#### DECRETA:

Art. 1º. – Fica designada a servidora MARCIA MARIA FERREIRA, Diretora de Melhorias Rurais, para responder pela Secretaria

Municipal de Estratégias Rurais, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 71/2016

DECRETO Nº. 071 de 18 de maio de 2016  
"Dispõe sobre a exoneração do senhor Antonio Roberto Oliveira Age, do cargo comissionado de Diretor de Desenvolvimento Social e Habitação."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

#### DECRETA:

ART. 1º. – Fica exonerado o senhor ANTONIO ROBERTO OLIVEIRA AGE, portador de CPF nº 500.075.809-91, do cargo comissionado de Diretor de Desenvolvimento Social e Habitação – CC3, subordinado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor a contar de 18 de maio de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO FMAS Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMAS Nº 001/2016  
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Processo FMAS nº 001/2016  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva  
CONTRATADA: Grazielle Ribeiro Martins 03717336993  
CNPJ: 83.102.848/0001-59  
OBJETO: Contratação da empresa Grazielle Ribeiro Martins 03717376993 para atender aos projetos CREAS/PAEFI e Medidas Sócio Educativas, atendendo ao Ofício nº 0168/2014/PJ/GRV do Ministério Público.  
VIGÊNCIA: 23/05/2016 a 31/12/2016  
VALOR: R\$ 15.992,96 (quinze mil novecentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos)  
DATA DA ASSINATURA: 18/05/2016  
AMPARO LEGAL: Artigo 25, Inciso II, da Lei 8.666/93.

**EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 010/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 010/2016**

Processo PMG nº 012/2016 - Dispensa de Licitação

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva

CONTRATADO: IPM - Informática Pública Municipal Ltda

Objeto: Contratação emergencial de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados na área de informática, para licença de uso de softwares para a Gestão Pública Integrada, compreendendo os Sistemas de: Planejamento (PPA, LOA e LDO), Gestão pessoal, Compras e Licitações, Patrimônio, Frotas, Almoxarifado, Controle de Arrecadação, Gestão contábil, Tributos Imobiliários, Gestão do ISSQN, Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, Escrita fiscal; Fiscalização Fazendária, Receitas Diversas, Contribuição de Melhoria, Fiscalização de Obras e Posturas, Gestão de Dívida Ativa, Procuradoria Geral, Atendimento e Portal de Serviços-WEB, Protocolo e Processo digital, Portal da Transparência, Ouvidoria, Business Intelligence (BI), Controle Interno, bem como serviços de implantação, treinamento, atualização de versão e assistência técnica.

VIGÊNCIA: 09/05/2016 a 05/11/2016

VALOR: R\$ 53.328,00 (cinquenta e três mil trezentos e vinte e oito reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/05/2016

AMPARO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93.

**TERMO DE RATIFICAÇÃO FMAS Nº 001/2016****TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RATIFICO o ato da Secretária Municipal de Assistência Social, Senhora Vanessa Marilyng Backes Nagel, que dispensou o processo licitatório com fundamento no Art. 25, inciso II, da Lei nº 8666/93 para a contratação de profissional especializada para atender aos projetos CREAS/PAEFI e Medidas Sócio Educativas, atendendo ao Ofício nº 0168/2014/PJ/GRV do Ministério Público, contratando a micro empreendedora individual Grazielle Ribeiro Martins 03717376993, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41, até a data de 31/12/2016, no valor de R\$ 15.992,96 (quinze mil novecentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos), face ao disposto no Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Garuva, 17 de maio de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.977, DE 17 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.977, DE 17 DE MAIO DE 2016.

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 6.927 DE 15 DE ABRIL DE 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Altera o artigo 1º do Decreto nº 6.927 de 15 de abril de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Fica delegado à Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, senhora Thaise de Quadros, e ao Diretor Geral de Contabilidade, senhor Alceu de Almeida Torres Junior, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo da Infância e da Adolescência, CNPJ 83.102.244/0001-02, bem como autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários das seguintes contas bancárias:”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 6.978, DE 17 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.978, DE 17 DE MAIO DE 2016.

exonera O SERVIDOR ALFONSO BERNARDO HOSTERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor ALFONSO BERNARDO HOSTERT, CPF nº 380.628.879-87, do cargo em comissão de Superintendente de Agricultura e Aquicultura, com carga horária de 40 horas semanais; nomeado pelo decreto 6.796/2016, a partir de 16 de maio de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16 de maio de 2016.

Gaspar, 17 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 6.979, DE 17 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.979, DE 17 DE MAIO DE 2016.

exonera O SERVIDOR EMERSON MAURICIO COSTODIO BARTH.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor EMERSON MAURICIO COSTODIO BARTH, CPF nº 043.078.669-75, do cargo em comissão de Diretor Geral de Fiscalização de Posturas, com carga horária de 40 horas semanais; nomeado pelo decreto 6.796/2016, a partir de 16 de maio de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16 de maio de 2016.

Gaspar, 17 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 6.981, DE 18 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.981, DE 18 DE MAIO DE 2016.

EFETUA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA SUPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA 09.19.15.451.0019.1095.4490 – 195 – QUALIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E CORREDORES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto, nos termos da Lei nº 3.702, de 17 de maio de 2016, no orçamento-programa do Município de Gaspar, para o exercício 2016, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.999.790,90 (quatro milhões novecentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa reais e noventa centavos), para a suplementação do programa “09.19.15.451.0019.1095.4490 – 195 - Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores”.

Art. 2º. Como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a Lei nº 3.702, de 17 de maio de 2016, a ser operada mediante este decreto, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 3.522, de 17 de julho de 2013, na proporção do provável excesso de arrecadação sobre o valor estimado no orçamento.

§ 1º. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput do artigo 2º da Lei nº 3.702, de 17 de maio de 2016.

§ 2º. O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei mencionada no caput do artigo 2º da Lei nº 3.702, de 17 de maio de 2016, que não for liberado durante o exercício deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 18 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 6.982, DE 18 DE MAIO DE 2016**

DECRETO Nº 6.982, DE 18 DE MAIO DE 2016.

EFETUA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA SUPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA 09.19.15.451.0019.1095.4490 – 196 – QUALIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E CORREDORES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto, nos termos da Lei nº 3.704, de 17 de maio de 2016, no orçamento-programa do Município de Gaspar, para o exercício 2016, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.735.435,94 (oito milhões setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos), para a suplementação do programa "09.19.15.451.0019.1095.4490 – 196 - Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores".

Art. 2º. Como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a Lei nº 3.704, de 17 de maio de 2016, a ser operada mediante decretos, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 3.522, de 17 de julho de 2013, na proporção do provável excesso de arrecadação sobre o valor estimado no orçamento.

§ 1º. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput do artigo 2º da Lei nº 3.704, de 17 de maio de 2016.

§ 2º. O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei mencionada no caput do artigo 2º da Lei nº 3.704, de 17 de maio de 2016 que não for liberado durante o exercício deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 18 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI  
PREFEITO MUNICIPAL**LEI Nº 3.703, DE 17 DE MAIO DE 2016**

LEI Nº 3.703, DE 17 DE MAIO DE 2016.

ALTERA ANEXOS DA LEI Nº 3.667, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos II da Lei nº 3.667, de 3 de setembro de 2015, correspondentes aos programas vinculados aos órgãos da Administração Direta junto ao Poder Executivo e à Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, passando a vigorar nos termos dos anexos que acompanham esta Lei, abaixo designados:

I – Gestão do Gabinete e Políticas Públicas;

II – Gestão da Secretaria de Administração e Gestão;

III – Reserva de Contingência;

IV – Gestão em Segurança Pública – Polícia Militar em Gaspar;

V – Gestão do Corpo de Bombeiros Militar de Gaspar;

VI – Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômica e Renda;

VII – Construção, Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil;

VIII – Construção de Unidades Habitacionais;

IX – Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu;

X – Gestão da Procuradoria do Município;

XI – Gestão da Secretaria da Fazenda;

XII – Gestão Área da Cultura;

XIII – Gestão da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer;

XIV – Reserva de Contingência;

XV – Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro;

XVI – Gestão da DITRAN;

XVII – Gestão da Polícia Civil;

XVIII – Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 17 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### Anexo II - Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	Secretaria	Unidade	1
Manutenção do Distrito do Belchior	Distrito	Unidade	1
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos e Material Permanente	Unidade	15

#### Anexo II - Gestão da Secretaria da Fazenda

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Manutenção da Secretaria da Fazenda	Secretaria	Unidade	1
Encargos Especiais	Encargos	Unidade	6

#### Anexo II - Gestão da Secretaria de Administração e Gestão

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Modernização Administrativa e Fiscal	Administração	Unidade	1
Manutenção da Secretaria Administração e Gestão	Secretaria	Unidade	1
Construção, reforma e ampliação de terminais rodoviários urbanos	Terminais Rodoviários	Unidade	1
Conservação e manutenção sistema de transporte coletivo	Transporte coletivo	Unidade	1
Construção de Pontos de ônibus	Pontos de ônibus	Unidade	10
Aquisição, Reforma e Construção da Sede	Sede	Unidade	1
Aquisição de e equipamentos e Material Permanente	Equipamentos e Material Permanente	Unidade	50

#### Anexo II - Reserva de Contingência

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

#### Anexo II – Gestão da Ditrán

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Implantação de Ciclovias	Área	Km	04
Implantação de Faixas Elevadas	Área	M²	96
Manutenção do Sistema de Monitoramento urbano	Sistema	Unidade	01
Manutenção da DITRAN	Diretoria de Trânsito	Unidade	01
Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	05

#### Anexo II – Gestão da Ditrán

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Reforma e Ampliação da Sede	Imóvel	Imóvel	01
Manutenção de Área Azul	Área Azul	Unidade	01
Educação para o Trânsito	Cursos	Unidade	12



**Anexo II - Gestão do Corpo de Bombeiros Militar de Gaspar**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Aquisição de Veículos	Veículo	Unidade	01
Aquisição de Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Unidade	10
Apoio a Segurança Pública	Corpo de Bombeiros	Unidade	01
Construção da Sede	Sede	Unidade	01

**Anexo II - Gestão em Segurança Pública – Polícia Militar em Gaspar**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Aquisição Veículos/Motos-Trânsito PM	Veículo	Unidade	4
Aquisição Equipamentos/Materiais Permanente Trânsito PM	Equipamento e Material Permanente	Unidade	3
Manutenções da Polícia Militar Trânsito PM	Trânsito	Unidade	1
Projeto/Obras e Reformas Trânsito PM	Obras	Unidade	1
Aquisição Equipamentos/Materiais Permanente Radiopatrulha	Equipamento e Material Permanente	Unidade	2
Projeto/Obras e Reformas Radiopatrulha	Obras	Unidade	1
Manutenção do Quartel e Serviços de Radiopatrulha	Radiopatrulha	Unidade	1

**Anexo II - Gestão da Polícia Civil**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Aquisição Veículos	Veículos	Unidade	03
Aquisição Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Unidade	80
Manutenção Polícia Civil	Sede	Unidade	1
Construir e Equipar Nova Sede	Área	M²	1900

**Anexo II - Gestão Área da Cultura**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Eventos Culturais	Eventos	Quantidade	15
Manutenção do Centro Cultural Museu, Biblioteca e Casa das Oficinas	Manutenção	Cultura	01

**Anexo II - Gestão da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Manutenção das ações do Turismo	Manutenção	Unidade	1
Participação em Feiras e Eventos	Feiras	Unidade	5
Aquisição de Equipamento e material permanente	Equipamentos	Unidade	3
Manutenção Sábado na Praça	Edições	Unidade	4
Festival de Inverno	Edições	Unidade	1
Gaspar Natal em Festa	Edições	Unidade	1
Semana Aniversário Município	Edições	Unidade	1
Projeto Gaspar Cidade Rio	Projeto	Etapa	1

**Anexo II - Gestão da Fundação Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Lazer**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	Modalidades	Unidade	10
Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	Áreas Esportivas	Unidade	8
Manutenção da Fundação M. Esportes, Ginásios, Programas e Eventos	Esporte	Unidade	1
Aquisição de Equip.Material Permanente/Equip.Academia Popular	Equipamento Permanente	Unidade	22

**Anexo II - Reserva de Contingência**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	01

**Anexo II - Gestão da Procuradoria do Município**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Manutenção do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Gaspar	Manutenção	Unidade	01
Manutenção da Procuradoria Geral	Manutenção	Unidade	01
Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	10

**Anexo II - Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Unidade	30
Construção/Aquisição Sede da Agricultura	Secretaria	M²	300
Manutenção das Atividades Agrícolas e Pesqueira	Secretaria	Unidade	1
Construção de Pontilhões	Pontes	Unidade	1
Eventos de Desenvolvimento e Fomento à Agricultura Familiar	Projeto	Unidade	4

**Anexo II - Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Renda**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Manutenção das Atividades da Secretaria	Manutenção	Unidade	1
Incentivo Econômico a Empresas	Empresas	Unidade	3
Incentivo a economia solidária/cooperativas/incubadoras	Empresas	Unidade	3
Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	3

**Anexo II - Construção, Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Manutenção das ações da Secretaria	Secretaria	Secretaria	1
Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores	Ruas pavimentadas	M²	30000
Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera	Assentamento	Unidade	1
Execução de Trabalhos Socioambiental	Trabalho	Unidade	1
Infraestrutura de Loteamentos	Loteamentos	Unidade	2
Serviços de Contenção de Encostas	Encostas	Unidade	1

**Anexo II - Construção, Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário	Sistema	Unidade	1
Melhoria em sistema de Abastecimento de água	Obra	Unidade	1
Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de caminhada e calçadas	Ciclovias	M²	6000

Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamentos de águas superficiais	Drenagem	Bairros	2
---	----------	---------	---

**Anexo II - Construção, Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Programa de regularização de assentamentos informais e cadastro imobiliário	Assentamento	Unidade	01
Implantação de equipamentos urbanos e melhorias em vias existentes	Implantação de infraestrutura	Unidade	01
Contratação de projetos técnicos	Projetos	Unidade	20
Aquisição de terrenos e desapropriações	Terreno	Unidade	05
Educação ambiental, paisagismo e arborização, urbanização de espaços públicos e proteção de encostas e áreas verdes	Plano	Unidade	02
Aquisição de equipamentos de informática, software, móveis e materiais permanentes	Equipamentos	Unidade	10

**Anexo II - Construção, Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Manutenção da Defesa Civil	Defesa Civil	Unidade	1
Anel viário e via interbairros	Extensão	Km	02

**Anexo II - Construção de Unidades Habitacionais**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Construção de Unidades Habitacionais e Locação Social.	Moradias	Unidade	20

**Anexo II - Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Obras de Infraestrutura do anel viário com Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu	Ponte	Unidade	01

**Anexo II - Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2016
Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	Lâmpadas Iluminação Pública	Unidades	10.999
Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	Secretaria	Secretaria	1
Construção de Vias Públicas	Ruas	Rua	1
Pavimentação de Ruas	Ruas Pavimentadas	M²	39.012,59
Aquisição de Veículos	Veículos	Unidades	2
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente e Máquinas	Máquinas e Equipamentos	Unidades	5
Construção/Ampliação ou reforma do Imóvel da Secretaria	Edificação	M²	500
Dragagem e Desassoreamento de Cursos de Água	Desassoreamento de Valas	M	4160

**PREGÃO PRESENCIAL 117/2016**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 117/2016

OBJETO: Registro de Preços de Gêneros Alimentícios para a Secretaria Municipal de Educação. ENTREGA dos envelopes até às 9hs do dia 06/06/2016, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA a partir das 9hs do mesmo dia. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br); ou no Depto. Compras para Consulta.

Gaspar (SC), 18/05/2016.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

---

**SAMAE - GASPAR**

---

**EXTRATO DO DÉCIMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 35/2012 - SAMA**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 35/2012 - Número do Aditivo: 10 (Aditivo de Alteração)

Data vigência: 20/05/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 47/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ do contratado:

01.657.361/0001-78

Objeto: Prestação de serviços de vigilância patrimonial humana da Sede do SAMAE, localizada na Rua: João Vieira, nº. 138, bairro: Santa Teresinha, Gaspar/SC.

=====

Gaspar (SC), em 18 de maio de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 36/2012 - SAMA**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 36/2012 - Número do Aditivo: 7 (Aditivo de Alteração)

Data vigência: 30/05/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 47/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA - CNPJ

do contratado: 83.719.963/0001-77

Objeto: Prestação de serviços de monitoramento eletrônico, localizada na Rua: João Vieira, nº. 138, bairro: Santa Teresinha, Gaspar/SC.

=====

Gaspar (SC), em 18 de maio de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**PORTARIA N. 57 DE 16 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA N. 57 DE 16 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA GERENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE A SERVIDORA FERNANDA GELATTI

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Fica nomeada, a partir do dia 02 de maio de 2016, a servidora FERNANDA GELATTI, portadora do CPF nº. 004.037.820-90 e da CI nº. 6.754.083 no cargo em comissão de Gerente de Resíduos Sólidos, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 52, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2016.

Gaspar (SC) em, 16 de maio de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

**PORTARIA N. 59 DE 18 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA N. 59 DE 18 DE MAIO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Nomear a partir do dia 18 de maio de 2016, ANDRÉ SCHINDLER, no cargo de Encanador/Motorista, haja vista decisão judicial, proferida em sede de liminar, nos autos do procedimento judicial autuado sob nº. 0300718-44.2016.8.24.0025 em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Gaspar, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 18 de maio de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2016

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC,

Aos 12 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME, estabelecida à Rodovia SC 281, s/n Km 9, Galpão 2, Colônia Santana, São José/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 14.990.312/0001-02, neste ato representado pela Renata Soiany Schappo, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 084.789.469-00, portadora do RG n.º 5.942.184, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC,, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 17/2016, objeto do Processo 32/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
01	Achocolatado - em pó solúvel deve ser preparados com ingredientes são e limpos de primeira qualidade, tendo aparência pó fino homogêneos, cor marrom, odor característico, sabor próprio conforme resolução 12/78 da C.N.N.P.A., item 5, publicada no D.O.U., Seção I, Parte I em 24/07/78, ingredientes: cacau, açúcar, lecitina de soja, maltodextrina, com vitaminas B1, B2, B3, B5, B6, B12, Biotina e minerais cálcio, ferro e magnésio. Latas de 400 g.	2000	LATA	Nescau	6,36	12.720,00
21	Farinha de Trigo – enriquecida com ferro e ácido fólico, deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo, são e limpos, isentos de matéria terrosa e parasitos em perfeito estado de conservação, não podendo estar úmida fermentada, nem rançosa, com informação nutricional. Embalagem primária deverá ser plástica de 01 Kg.	2.250,00	KG	Fidalga	1,87	4.207,50
34	Margarina vegetal - Com sal. Embalagem primária deverá ser com lacre de proteção em potes de 500 g. Com no mínimo, 40% de gordura.	1.300,00	PTE	Delicia	3,79	4.927,00
35	Macarrão cabelo de anjo – massa com ovos tipo cabelo de anjo. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	2.250,00	PCT	Orquidea	3,10	6.975,00
36	Macarrão Parafuso - massa tipo parafuso, com ovos, farinha de trigo, beta caroteno 2.000 a 4.000 UI de pró-vitamina A, glúten, embalagem primária deverá ser de 500g.	2.250,00	PCT	Ogliari	1,67	3.757,50
51	Iogurte - com leite integral sabores variados (morango, ameixa, abacaxi, sala-da de frutas, pêssego e coco) em embalagens de 1 litro.	7.000,00	LT	Holandes	5,72	40.040,00
52	Achocolatado - em pó solúvel deve ser preparados com ingredientes são e limpos de primeira qualidade, tendo aparência pó fino homogêneos, cor marrom, odor característico, sabor próprio conforme resolução 12/78 da C.N.N.P.A., item 5, publicada no D.O.U., Seção I, Parte I em 24/07/78, ingredientes: cacau, açúcar, lecitina de soja, maltodextrina, com vitaminas B1, B2, B3, B5, B6, B12, Biotina e minerais cálcio, ferro e magnésio. Latas de 400 g.	200	LTA	Nescau	6,36	1.272,00
85	Margarina vegetal - Com sal. Embalagem primária deverá ser com lacre de proteção em potes de 500 g. Com no mínimo, 40% de gordura.	200	PTE	Delicia	3,79	758,00
86	Macarrão cabelo de anjo – massa com ovos tipo cabelo de anjo. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	250	PCT	Orquidea	3,10	775,00
102	Iogurte - com leite integral sabores variados (morango, ameixa, abacaxi, sala-da de frutas, pêssego e coco) em embalagens de 1 litro.	1.000,00	LT	Holandes	5,72	5.720,00

Governador Celso Ramos/SC, 12 Abril de 2016.

Representante da Empresa

Contratada





Juliano Duarte Campos  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC,

Aos 12 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa L&M COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, estabelecida à Rua Intendente Leopoldo Broeing, nº 3117, Bairro Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 14.546.646/0001-83, neste ato representado pelo Edson Alberto Lima Filho, brasileiro, Solteiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 049.103.749-06, portadora do RG n.º 4272612, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC,, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 17/2016, objeto do Processo 32/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
5	Amido de milho - fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas, isento de umidade, fermentação e ranço. Sob a forma de pó, deverá produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Embalagem: saco de polietileno transparente ou de papel branco, acondicionado em caixas de papel cartão fechada com capacidade para 500g.	450	CX	Neilar	2,40	1.080,00
6	Arroz Amarelo Parboilizado - longo, fino, tipo 1, pacotes de 01 kg, umidade máxima de 1400%. Os fornecedores deverão respeitar as normas da Portaria M.A. 269 de 17/11/88 e suas complementações, devendo na entrega do produto apresentar Certificado de classificação de grãos, embalagem deverá ser de materiais, sintéticos ou outro material apropriado que tenha sido previamente aprovado pelo Ministério da Agricultura, conforme Portaria M.A. 269 de 17/11/88.	3.500	KG	KIKA	2,25	7.875,00
7	Arroz integral – características técnicas: classe: longo, fino, tipo I integral. O produto não deve apresentar mofo ou substâncias nocivas. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno, transparente, atóxico. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	1.250	KG	FUMACENSE	2,94	3.675,00
10	Biscoito Doce tipo leite - à base de farinha de trigo, açúcar e gordura vegetal, amido de milho, malte ou extrato de malte, leite (pasteurizado ou em pó) ou soro de leite, sal, embalagem plástica, não sortida. O produto deverá ser fabricada a partir de matérias primas, sãs e limpa, isentas de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Sendo rejeitados os biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, conforme Resolução 12/78 da C.N.N.P. A. / NTE 12/30, de 24/07/78, embalagem com dupla proteção de 400g.	1.600	PCT	PRODASA	2,60	4.160,00
11	Biscoito integral - Biscoito salgado integral 0% de gordura trans à base de: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, fibra de trigo, extrato de malte, sal, soro de leite, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e fosfato monocalcico, estabilizante lecitina de soja, isento de açúcar em embalagem com aproximadamente 450 gramas.	800	PCT	Orquidea	3,52	2.816,00
13	Biscoito Salgado - tipo Cream Cracker, contendo farinha de trigo, açúcar, sal, malte ou extrato de malte. Deverá conter glúten, não sortidas. O produto deverá ser fabricado a partir de matérias primas, sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Sendo rejeitados os biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, conforme resolução 12/78 da C.N.N.P.A. 12/30, de 24/07/78, embalagem com dupla proteção 400g.	2.100	PCT	PRODASA	2,46	5.166,00
15	Canela em pó - embalagem de 50g com data de fabricação e prazo de validade dentro do limite de 10% do prazo total.	225	PCT	DA FILO	1,20	270,00

16	Canjica de milho branco - tipo 1, contendo 80% de grãos inteiros, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e de detritos animais ou vegetais com no máximo de 15% de umidade – Embalagem de 500g	800	PCT	COMVEL	1,85	1.480,00
19	Doce de fruta – feito com a polpa da fruta, deve ter aspecto e cor própria, embalagem de 400g.	800	PTE	LUISALVENSE	1,85	1.480,00
24	Fermento - em pó químico (para bolo) embalagem plástica de 100g. Formato de substâncias ou mistura de substâncias químicas que pela influencia do calor e/ou umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, fosfato mono cálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio aumentando-lhes o volume e a porosidade. Deverá conter aspecto, cor, odor e sabor próprios e que não contenha ácido fumárico nem fosfato tricálcico. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	800	LTA	FLEISSCHMANN	1,95	1.560,00
30	Leite em pó integral – Leite em pó integral. Vitaminas A, C, D, minerais cálcio e ferro. ASPECTO: pó uniforme sem grumos, cor branco amarelado, não conter substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis. Características físico-químicas: O leite em pó deverá conter apenas proteínas, açúcares, gorduras e outras substâncias minerais do leite e nas mesmas proporções relativas, salvo quando ocorrer originada por processo tecnologicamente adequado. Embalagem: com peso líquido de 400 gramas, embalagem individual do produto deverá ser recipiente de um único uso, hermético, adequado para as condições previstas de armazenamento e que confira uma proteção apropriada contra a contaminação.	1.250	LTA	NINHO	13,00	16.250,00
39	Óleo de Soja Refinado – embalagem plástica de 900 ml, conforme Resolução nº 22/77 da C.N.N.P. A. O produto deverá ser obtido de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, e estar isento de substâncias estranhas à sua composição e de componentes indicativos de alteração do produto ou de emprego de tecnologia adequada, características organolépticas: o produto deverá apresentar aparência, cor, odor e sabor característicos e isento de ranço e outras peculiaridade indesejáveis.	1.100	UND	COCAMAR	3,99	4.389,00
41	Sal refinado - iodado, pacotes de 01 Kg, conforme decreto nº 75967/75, portaria 03/84: lei 6.150/54 – C.N.N.P.A.18/70 – portaria 1.806/94.	330	KG	ZIZO	1,03	339,90
42	Trigo para quibe - de ótima qualidade, cor, sabor e aroma característicos do produto. Embalagem integra de 500g, na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega.	450	PCT	COMVEL	2,73	1.228,50
43	Carne moída: carne bovina de músculo moída congelada, sem osso, limpa, sem tendões, sem pele e sem gordura. Cor vermelha sem manchas esverdeadas e odor característico. Produto deve seguir a legislação vigente, registro no SIF/SIE. Embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg , embalagens plásticas, transparentes, resistentes ao transporte, devidamente identificadas com etiquetas de acordo com a Legislação Vigente e especificação de prazo de validade de no mínimo 3 meses a partir da entrega.	3.300	KG	MM	17,90	59.070,00
44	Corte congelado bovino em cubos – carne bovina músculo em cubos, congelada, sem osso, limpa, sem tendões, sem pele e sem gordura. Apresentar registro no SIF/SIE. Embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, embalagens plásticas, transparentes, resistentes ao transporte, devidamente identificadas com etiquetas de acordo com a Legislação Vigente e especificação de prazo de validade de no mínimo 3 meses a partir da entrega.	3.300	KG	MM	19,00	62.700,00
56	Amido de milho - fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas, isento de umidade, fermentação e ranço. Sob a forma de pó, deverá produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Embalagem: saco de polietileno transparente ou de papel branco, acondicionado em caixas de papel cartão fechada com capacidade para 500g.	50	CX	NEILAR	2,40	120,00
57	Arroz Amarelo Parboilizado - longo, fino, tipo 1, pacotes de 01 kg, umidade máxima de 1400%. Os fornecedores deverão respeitar as normas da Portaria M.A. 269 de 17/11/88 e suas complementações, devendo na entrega do produto apresentar Certificado de classificação de grãos, embalagem deverá ser de materiais, sintéticos ou outro material apropriado que tenha sido previamente aprovado pelo Ministério da Agricultura, conforme Portaria M.A. 269 de 17/11/88.	500	KG	KIKA	2,25	1.125,00

58	Arroz integral – características técnicas: classe: longo, fino, tipo I integral. O produto não deve apresentar mofo ou substâncias nocivas. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno, transparente, atóxico. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	250	KG	FLUMACENSE	2,94	735,00
61	Biscoito Doce tipo leite - à base de farinha de trigo, açúcar e gordura vegetal, amido de milho, malte ou extrato de malte, leite (pasteurizado ou em pó) ou soro de leite, sal, embalagem plástica, não sortida. O produto deverá ser fabricada a partir de matérias primas, sãs e limpa, isentas de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Sendo rejeitados os biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, conforme Resolução 12/78 da C.N.N.P. A. / NTE 12/30, de 24/07/78, embalagem com dupla proteção de 400g.	400	PCT	PRODASA	2,60	1.040,00
62	Biscoito integral - Biscoito salgado integral 0% de gordura trans à base de: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, fibra de trigo, extrato de malte, sal, soro de leite, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e fosfato monocalcico, estabilizante lecitina de soja, isento de açúcar em embalagem com aproximadamente 450 gramas.	200	PCT	ORQUIDEA	3,52	704,00
64	Biscoito Salgado - tipo Cream Cracker, contendo farinha de trigo, açúcar, sal, malte ou extrato de malte. Deverá conter glúten, não sortidas. O produto deverá ser fabricado a partir de matérias primas, sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Sendo rejeitados os biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, conforme resolução 12/78 da C.N.N.P.A. 12/30, de 24/07/78, embalagem com dupla proteção 400g.	400	PCT	PRODASA	2,46	984,00
66	Canela em pó - embalagem de 50g com data de fabricação e prazo de validade dentro do limite de 10% do prazo total.	25	PCT	DA FILO	1,20	30,00
67	Canjica de milho branco - tipo 1, contendo 80% de grãos inteiros, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e de detritos animais ou vegetais com no máximo de 15% de umidade – Embalagem de 500g	200	PCT	COMVEL	1,85	370,00
70	Doce de fruta – feito com a polpa da fruta, deve ter aspecto e cor própria, embalagem de 400g.	200	PTE	LUISALVENSE	1,85	370,00
72	Farinha de Trigo – enriquecida com ferro e ácido fólico, deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo, sãos e limpos, isentos de matéria terrosa e parasitos em perfeito estado de conservação, não podendo estar úmida fermentada, nem rançosa, com informação nutricional. Embalagem primária deverá ser plástica de 01 Kg.	250	KG	FIDALGA	1,90	475,00
75	Fermento - em pó químico (para bolo) embalagem plástica de 100g. Formato de substâncias ou mistura de substâncias químicas que pela influencia do calor e/ou umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, fosfato mono cálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio aumentando-lhes o volume e a porosidade. Deverá conter aspecto, cor, odor e sabor próprios e que não contenha ácido fumárico nem fosfato tricálcico. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	200	LTA	FLEISCHMANN	1,95	390,00
81	Leite em pó integral – Leite em pó integral. Vitaminas A, C, D, minerais cálcio e ferro. ASPECTO: pó uniforme sem grumos, cor branco amarelado, não conter substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis. Características físico-químicas: O leite em pó deverá conter apenas proteínas, açúcares, gorduras e outras substâncias minerais do leite e nas mesmas proporções relativas, salvo quando ocorrer originada por processo tecnologicamente adequado. Embalagem: com peso líquido de 400 gramas, embalagem individual do produto deverá ser recipiente de um único uso, hermético, adequado para as condições previstas de armazenamento e que confira uma proteção apropriada contra a contaminação.	250	LTA	NINHO	13,00	3.250,00
90	Óleo de Soja Refinado – embalagem plástica de 900 ml, conforme Resolução nº 22/77 da C.N.N.P. A. O produto deverá ser obtido de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, e estar isento de substâncias estranhas à sua composição e de componentes indicativos de alteração do produto ou de emprego de tecnologia adequada, características organolépticas: o produto deverá apresentar aparência, cor, odor e sabor característicos e isento de ranço e outras peculiaridade indesejáveis.	100	UND	COCAMAR	3,99	399,00

92	Sal refinado - iodado, pacotes de 01 Kg, conforme decreto nº 75967/75, portaria 03/84: lei 6.150/54 – C.N.N.P.A.18/70 – portaria 1.806/94.	20	KG	ZIZO	1,03	20,60
94	Carne moída: carne bovina de músculo moída congelada, sem osso, limpa, sem tendões, sem pele e sem gordura. Cor vermelha sem manchas esverdeadas e odor característico. Produto deve seguir a legislação vigente, registro no SIF/SIE. Embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, embalagens plásticas, transparentes, resistentes ao transporte, devidamente identificadas com etiquetas de acordo com a Legislação Vigente e especificação de prazo de validade de no mínimo 3 meses a partir da entrega.	200	KG	MM	17,90	3.580,00
95	Corte congelado bovino em cubos – carne bovina músculo em cubos, congelada, sem osso, limpa, sem tendões, sem pele e sem gordura. Apresentar registro no SIF/SIE. Embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, embalagens plásticas, transparentes, resistentes ao transporte, devidamente identificadas com etiquetas de acordo com a Legislação Vigente e especificação de prazo de validade de no mínimo 3 meses a partir da entrega.	200	KG	MM	19,00	3.800,00

Governador Celso Ramos/SC, 12 Abril de 2016.

Representante da Empresa
Contratada

Juliano Duarte Campos  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC,

Aos 12 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, estabelecida à Rua Judite Melo dos Santos, s/n, Bairro Distrito Industrial, São José/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 03.612.312/0004-97, neste ato representada pela Sra Karine de Souza Rodrigues, brasileira, Casada, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 057.980.799-10, portadora do RG n.º 5112591, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC,, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 17/2016, objeto do Processo 32/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
17	Cereal infantil - (multicereais para alimentação infantil): à base de, no mínimo, trigo, milho e arroz. Deve ter entre seus ingredientes: farinha de cereais, açúcar, vitaminas, minerais e aromatizantes. Deve conter traços de leite. Teor máximo aceitável de carboidratos: 17,1g por porção de 20g do produto. Embalagem contendo 230 gramas do produto. Validade: mínimo 6 meses a partir da data de entrega.	800	PCT	MILNUTRI CEREAIS	3,50	2.800,00
25	Fórmula infantil – Fórmula infantil de seguimento para lactentes com proteínas lácteas para bebês a partir dos 6 meses de vida. Composto de Lactose, Leite parcialmente desnatado em pó, Óleos vegetais (Óleo de Canola, Óleo de Coco, Óleo de Girassol, Óleo de Palma), Soro de leite, Galactooligosacarídeo, fruto-oligosacarídeo, Maltodextrina, Carbonato de cálcio, Óleo de Peixe, Mortierella alpina, Vitamina C, Caseinato de cálcio, Taurina, Inositol, Nucleotídeos (uridina, citidina, adenosina, inosina e guanosina), Sulfato de ferro, Vitamina E, Fosfato de potássio, Sulfato de Zinco, cloreto de colina, niacina, Fosfato de cálcio tribásico, Gluconato cúprico, D-pantotenato de cálcio, Vitamina A, Vitamina B1, Vitamina D, Vitamina B2, Vitamina B6, Iodato de potássio, Sulfato de manganês, Ácido fólico, Vitamina K, Selênio, Biotina, Vitamina B12, Emulsificante mono e diglicerídeos. Lata 400g.	450	LTA	MILNUTRI CEREAIS	18,00	8.100,00

76	Fórmula infantil – Fórmula infantil de seguimento para lactentes com proteínas lácteas para bebês a partir dos 6 meses de vida. Composto de Lactose, Leite parcialmente desnatado em pó, Óleos vegetais (Óleo de Canola, Óleo de Coco, Óleo de Girassol, Óleo de Palma), Soro de leite, Galactooligosacarídeo, fruto-oligosacarídeo, Maltodextrina, Carbonato de cálcio, Óleo de Peixe, Mortierella alpina, Vitamina C, Caseinato de cálcio, Taurina, Inositol, Nucleotídeos (uridina, citidina, adenosina, inosina e guanosina), Sulfato de ferro, Vitamina E, Fosfato de potássio, Sulfato de Zinco, cloreto de colina, niacina, Fosfato de cálcio tribásico, Gluconato cúprico, D-pantotenato de cálcio, Vitamina A, Vitamina B1, Vitamina D, Vitamina B2, Vitamina B6, Iodato de potássio, Sulfato de manganês, Ácido fólico, Vitamina K, Selênio, Biotina, Vitamina B12, Emulsificante mono e diglicerídeos. Lata 400g.	50	LTA	MILNUTRI CEREAIS	18,00	900,00
----	--	----	-----	------------------	-------	--------

Governador Celso Ramos/SC, 12 Abril de 2016.

Representante da Empresa
Contratada

Juliano Duarte Campos  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC,

Aos 12 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa PLANETA COMERCIAL LTDA, estabelecida à Rua José de Abreu, nº 515, Bairro Canto, Florianópolis/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 04.112.923/0001-96, neste ato representada pela Sr Adrielson Ferreira de Oliveira, brasileira, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 780.693.352-20, portadora do RG n.º 4.600.651, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC,, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 17/2016, objeto do Processo 32/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
3	Açúcar Refinado - amorfo de primeira, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de micro-organismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizeram necessárias a obtenções de dados adicionais sobre o estado higiênico – sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxiinfecções alimentares. Deverá estar isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação açúcar refinado, embalagem plástica, pacotes de 01 Kg, conforme C.N.N.P. A.12/78 – Resolução Normativa 112/34/78.	4.000	KG	DUÇULA	2,85	11.400,00
8	Aveia em flocos média - Pacote de 200g. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	500	CXA	NATURALE	1,75	875,00
14	Café - em pó, torrado e moído, de primeira qualidade, tipo extra forte, com selo de pureza e qualidade ABIC. Embalagem: pacotes de poliéster metalizado com até 500 gramas do produto, reembalados em caixa de papelão reforçado. Prazo de validade: de no mínimo 12 (doze) meses.	1.800	PCT	EXTRA FORTE	7,70	13.860,00
20	Extrato de Tomate - concentrado; contendo ingredientes tomate e açúcar, isento de sujidades e fermentação. Embalagem 340 gramas em sachet. Validade mínima de 12 meses a contar a partir da data de entrega.	1.250	UND	BONARE	1,34	1.675,00
22	Farinha Láctea - sabor natural, ingrediente: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas, minerais, sal e aromatizantes, contendo glúten- embalagem 400g.	800	LTA	NESTLE	15,21	12.168,00



23	Farinha de arroz - farinha de coloração branca, com cheiro e sabor característico de arroz, deve estar livre de sujidades e impurezas. Isenta de glúten. Na embalagem deverá conter as seguintes informações: indicação do fabricante, ingredientes, data de validade e peso. Prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. Embalagem de 1kg.	700	KG	FAZENDA	2,80	1.960,00
27	Gelatina – embalagem de 30 g. Sabores sortidos.	2.200	UND	APTI	1,24	2.728,00
28	Gelatina diet – isento de açúcar, embalagem de 12g. Sabores variados.	350	UND	APTI ZERO	2,44	854,00
31	Leite de soja – leite de soja com 0% lactose, 0% colesterol e 0% glúten. Enriquecido com vitaminas, embalagem longa vida de 1L.	450	LT	NATURIS SOJA	7,50	3.375,00
32	Leite sem lactose - leite semidesnatado, com 0% de lactose em embalagem longa vida de 1 litro.	1.100	LTR	TERRA VIVA	3,74	4.114,00
33	Leite integral - leite em embalagem longa vida de 1 litro com data de fabricação e validade especificados e demais itens de acordo com a legislação vigente.	5.500	LTR	TERRA VIVA	2,80	15.400,00
37	Macarrão sem glúten – macarrão tipo parafuso, sem glúten, com farinha de arroz, cúrcuma, urucum e ovos. Embalagem primária deverá ser de 500g.	1.400	PCT	URBANO	2,44	3.416,00
40	Pão integral - contendo farinha de trigo integral, farinha de trigo comum, sem adição de açúcar e sem gordura, com casca e fatiado.	450	PCT	GJ	6,80	3.060,00
45	Cortes congelados de frango (coxa e sobrecoxa) – coxa e sobrecoxa com aproximadamente 150g cada pedaço, abatidos sob prévia inspeção veterinária e manipulada em condições higiênicas satisfatórias. Com identificação do SIF/SIE. Embalagem primária: saco de polietileno com 1 Kg, fechado por solda térmica, devidamente rotulado de acordo com a legislação vigente OU bandeja de isopor com 1 Kg, envolvido com plástico termorrecolhível ou termos soldável, com rótulo impresso de acordo com a legislação vigente.	4.500	KG	BIG FRANGO	7,30	32.850,00
47	Peito de frango congelado sem osso - de 1º qualidade; peito sem ossos e sem pele; partes inteiras; sem tempero; congelada; com aspecto, cor, odor e sabor característico; sem manchas e parasitas; sua fabricação deve estar de acordo com a resolução RDC nº 175 de 08/07/2003 (AN-VISA/MS), resolução RDC nº 12 de 02/01/2001, Portaria nº 1002/1004 de 11/12/1998 SVS/MS, Portaria nº 06 – CVS/99, Portaria nº 368 de 04/09/1997 do MAA, Portaria nº 05 de 08/11/88 e a legislação em vigor quanto as normas de higiene e rotulagem de alimentos, acondicionado em saco plástico de polietileno, fechado por solda térmica; atóxico; resistente, constando lote validade e quantidade do produto; embalagem primária pesando aproximadamente 1 (um)kg.	3.700	KG	BIG FRANGO	9,40	34.780,00
48	Pão doce - peso de 50g por unidade. Embalagem plástica com etiqueta, constando data de fabricação (que deve ser do mesmo dia da entrega) e validade, de no máximo 2 dias.	25.000	UND	GJ	0,60	15.000,00
49	Pão francês - peso de 50g por unidade. Embalagem plástica com etiqueta, constando data de fabricação (que deve ser do mesmo dia da entrega) e data de validade (que deve ser de no máximo 2 dias).	65.000	UND	GJ	0,60	39.000,00
50	Pão de forma - superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo, açúcar; gordura vegetal, leite em pó; sal, água; fermento biológico e outras substâncias permitidas; embalado em saco plástico atóxico; Embalagem de 500 g	17.000	PCT	GJ	6,00	102.000,00
54	Açúcar Refinado - amorfo de primeira, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de micro-organismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizeram necessárias a obtenções de dados adicionais sobre o estado higiênico – sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxiinfecções alimentares. Deverá estar isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação açúcar refinado, embalagem plástica, pacotes de 01 Kg, conforme C.N.N.P. A.12/78 – Resolução Normativa 112/34/78.	500	KG	DUÇULA	2,85	1.425,00
59	Aveia em flocos média - Pacote de 200g. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	100	CXA	NATURALE	1,75	175,00
65	Café - em pó, torrado e moído, de primeira qualidade, tipo extra forte, com selo de pureza e qualidade ABIC. Embalagem: pacotes de poliéster metalizado com até 500 gramas do produto, reembalados em caixa de papelão reforçado. Prazo de validade: de no mínimo 12 (doze) meses.	200	PCT	EXTRA FORTE	7,70	1.540,00
68	Cereal infantil - (multicereais para alimentação infantil): à base de, no mínimo, trigo, milho e arroz. Deve ter entre seus ingredientes: farinha de cereais, açúcar, vitaminas, minerais e aromatizantes. Deve conter traços de leite. Teor máximo aceitável de carboidratos: 17,1g por porção de 20g do produto. Embalagem contendo 230 gramas do produto. Validade: mínimo 6 meses a partir da data de entrega.	200	PCT	MUCILON/ NESTLE	6,08	1.216,00



71	Extrato de Tomate - concentrado; contendo ingredientes tomate e açúcar, isento de sujidades e fermentação. Embalagem 340 gramas em sachet. Validade mínima de 12 meses a contar a partir da data de entrega.	250	UND	BONARE	1,34	335,00
73	Farinha Láctea - sabor natural, ingrediente: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas, minerais, sal e aromatizantes, contendo glúten- embalagem 400g.	200	LTA	NESTLE	15,21	3.042,00
74	Farinha de arroz - farinha de coloração branca, com cheiro e sabor característico de arroz, deve estar livre de sujidades e impurezas. Isenta de glúten. Na embalagem deverá conter as seguintes informações: indicação do fabricante, ingredientes, data de validade e peso. Prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. Embalagem de 1kg.	100	KG	FAZENDA	2,80	280,00
78	Gelatina – embalagem de 30 g. Sabores sortidos.	300	UND	APTI	1,24	372,00
79	Gelatina diet – isento de açúcar, embalagem de 12g. Sabores variados.	50	UND	APTI ZERO	2,44	122,00
82	Leite de soja – leite de soja com 0% lactose, 0% colesterol e 0% glúten. Enriquecido com vitaminas, embalagem longa vida de 1L.	50	LT	NATURIS SOJA	7,50	375,00
83	Leite sem lactose - leite semidesnatado, com 0% de lactose em embalagem longa vida de 1 litro.	100	LTR	TERRA VIVA	3,74	374,00
84	Leite integral - leite em embalagem longa vida de 1 litro com data de fabricação e validade especificados e demais itens de acordo com a legislação vigente.	500	LTR	TERRA VIVA	2,80	1.400,00
87	Macarrão Parafuso - massa tipo parafuso, com ovos, farinha de trigo, beta caroteno 2.000 a 4.000 UI de pró-vitamina A, glúten, embalagem primária deverá ser de 500g.	250	PCT	Q´DELICIA	1,68	420,00
88	Macarrão sem glúten – macarrão tipo parafuso, sem glúten, com farinha de arroz, cúrcuma, urucum e ovos. Embalagem primária deverá ser de 500g.	100	PCT	URBANO	2,44	244,00
91	Pão integral - contendo farinha de trigo integral, farinha de trigo comum, sem adição de açúcar e sem gordura, com casca e fatiado.	50	PCT	GJ	6,80	340,00
96	Cortes congelados de frango (coxa e sobrecoxa) – coxa e sobrecoxa com aproximadamente 150g cada pedaço, abatidos sob prévia inspeção veterinária e manipulada em condições higiênicas satisfatórias. Com identificação do SIF/SIE. Embalagem primária: saco de polietileno com 1 Kg, fechado por solda térmica, devidamente rotulado de acordo com a legislação vigente OU bandeja de isopor com 1 Kg, envolvido com plástico termorrecolhível ou termos soldável, com rótulo impresso de acordo com a legislação vigente.	500	KG	BIG FRANGO	7,30	3.650,00
98	Peito de frango congelado sem osso - de 1º qualidade; peito sem ossos e sem pele; partes inteiras; sem tempero; congelada; com aspecto, cor, odor e sabor característico; sem manchas e parasitas; sua fabricação deve estar de acordo com a resolução RDC nº 175 de 08/07/2003 (AN-VISA/MS), resolução RDC nº 12 de 02/01/2001, Portaria nº 1002/1004 de 11/12/1998 SVS/MS, Portaria nº 06 – CVS/99, Portaria nº 368 de 04/09/1997 do MAA, Portaria nº 05 de 08/11/88 e a legislação em vigor quanto as normas de higiene e rotulagem de alimentos, acondicionado em saco plástico de polietileno, fechado por solda térmica; atóxico; resistente, constando lote validade e quantidade do produto; embalagem primária pesando aproximadamente 1 (um)kg.	300	KG	BIG FRANGO	9,40	2.820,00
99	Pão doce - peso de 50g por unidade. Embalagem plástica com etiqueta, constando data de fabricação (que deve ser do mesmo dia da entrega) e validade, de no máximo 2 dias.	5.000	UND	GJ	0,60	3.000,00
100	Pão francês - peso de 50g por unidade. Embalagem plástica com etiqueta, constando data de fabricação (que deve ser do mesmo dia da entrega) e data de validade (que deve ser de no máximo 2 dias).	10.000	UND	GJ	0,60	6.000,00
101	Pão de forma - superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo, açúcar; gordura vegetal, leite em pó; sal, água; fermento biológico e outras substancias permitidas; embalado em saco plástico atóxico; Embalagem de 500 g	3.000	PCT	GJ	6,00	18.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 12 Abril de 2016.

Representante da Empresa
Contratada

Juliano Duarte Campos  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa COMP1 INFORMATICA LTDA, estabelecida à Rua Felipe Schmidt, nº649, Centro, CEP 88.010-001, Florianópolis/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº17.299.299/0001-20, neste ato representado pela Sr. Leandro Marconi Holtz, brasileiro, Sócio-Gerente, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 050.367.749-30, portadora do RG n.º 43.760.831-1, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
02	DESKTOP COM MONITOR DE 23" CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	COMP4 CORE 17 PLUS RADEON	09	UND	11.300,00	101.700,00
10	MONITOR 21.5 POLEGADAS LED CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	LG 21,5 LED 22MP55HQ	15	UND	775,00	11.625,00
15	ESTABILIZADOR 1000VA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	ESTABILIZADOR BMI PT-1000BI	10	UND	330,00	3.300,00
18	TELEFONE SEM FIO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	INTELBRAS TS-40R	70	UND	157,50	11.025,00
20	DESKTOP COM MONITOR DE 23" CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	COMP4 CORE 17 PLUS RADEON	01	UND	11.300,00	11.300,00
28	MONITOR 21.5 POLEGADAS LED CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	LG 21,5 LED 22MP55HQ	01	UND	775,00	775,00
30	TABLET CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	TABLET SAMSUNG GALAXY TAB E T116	08	UND	1.035,00	8.280,00
33	ESTABILIZADOR 1000VA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	ESTABILIZADOR BMI PT-1000BI	01	UND	330,00	330,00
35	NOTEBOOK CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	HP CM 240 G4 P7Q28LT#AC4 CORE I5-6200U/4GB DDR3 1600/1TB/14/WIN 10PR064	01	UND	3.875,00	3.875,00
36	TELEFONE SEM FIO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	INTELBRAS TS-40R	08	UND	157,50	1.260,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

COMP1 INFORMATICA LTDA	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa COMP1 INFORMATICA LTDA, estabelecida à Rua Felipe Schmidt, nº649, Centro, CEP 88.010-001, Florianópolis/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº17.299.299/0001-20, neste ato representado pela Sr. Leandro Marconi Holtz, brasileiro, Sócio-Gerente, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 050.367.749-30, portadora do RG n.º 43.760.831-1, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e

seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
02	DESKTOP COM MONITOR DE 23" CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	COMP4 CORE 17 PLUS RA-DEON	01	UND	11.300,00	11.300,00
10	MONITOR 21.5 POLEGADAS LED CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	LG 21,5 LED 22MP55HQ	05	UND	775,00	3.875,00
15	ESTABILIZADOR 1000VA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	ESTABILIZADOR BMI PT-1000BI	05	UND	330,00	1.650,00
18	TELEFONE SEM FIO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	INTELBRAS TS-40R	30	UND	157,50	4.725,00
28	MONITOR 21.5 POLEGADAS LED CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	LG 21,5 LED 22MP55HQ	01	UND	775,00	775,00
30	TABLET CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	TABLET SAMSUNG GALAXY TAB E T116	02	UND	1.035,00	2.070,00
33	ESTABILIZADOR 1000VA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	ESTABILIZADOR BMI PT-1000BI	01	UND	330,00	330,00
35	NOTEBOOK CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	HP CM 240 G4 P7Q28LT#AC4 CORE I5-6200U/4GB DDR3 1600/1TB/14/WIN 10PR064	01	UND	3.875,00	3.875,00
36	TELEFONE SEM FIO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	INTELBRAS TS-40R	02	UND	157,50	315,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

COMP1 INFORMATICA LTDA	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa HARLEY DE AGUIAR JÚNIOR - ME, estabelecida à Rua Dom Pedro II, nº440, Centro, CEP 88.101-320, São José/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº06.635.187/0001-86, neste ato representado pela Sr Henrique Mattos Amaral, brasileiro, Gerente de contas, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 040.224.779-06, portadora do RG n.º 4.564.662, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	MICROCOMPUTADOR "ALL IN ONE" CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Dell	70	UND	4.674,00	327.180,00
19	MICROCOMPUTADOR "ALL IN ONE" CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Dell	04	UND	4.674,00	18.696,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

HARLEY DE AGUIAR JUNIOR-ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa HARLEY DE AGUIAR JÚNIOR - ME, estabelecida à Rua Dom Pedro II, nº440, Centro, CEP 88.101-320, São José/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº06.635.187/0001-86, neste ato representado pela Sr Henrique Mattos Amaral, brasileiro, Gerente de contas, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 040.224.779-06, portadora do RG n.º 4.564.662, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	MICROCOMPUTADOR "ALL IN ONE" CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Dell	30	UND	4.674,00	140.220,00
19	MICROCOMPUTADOR "ALL IN ONE" CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Dell	01	UND	4.674,00	4.674,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

HARLEY DE AGUIAR JUNIOR-ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa MARCELO WEINRICH - EPP, estabelecida à Rua São Paulo Galpão, nº560/04 sala B, Bairro dos Estados, CEP 88.339-025, Balneário Camboriú/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº13.984.763/0001-66, neste ato representado pela Sr Herivelto Hermenegildo, brasileiro, Procurador, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 501.365.189-15, portadora do RG n.º 1508626, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL
----------------

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
3	NOBREAK 700VA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Senoidal interactive sms 27570 Manager III 700 va	12	UND	997,00	11.964,00
4	BATERIA ESTACIONÁRIA 70AH PARA NOBREAK CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Freedom DF 1000- 12V 70AH C-100H	12	UND	557,00	6.684,00
8	ROTEADOR WIFI CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Multilaser RE 160 roteador wireless 300 Mbps 2 ant fixa re 160	15	UND	129,90	1.948,50
9	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Dlink Switch D- Link 24 pts Giga Dgs 1024d	15	UND	858,00	12.870,00
21	NOBREAK 700VA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Senoidal interactive sms 27570 Manager III 700 va	02	UND	997,00	1.994,00
22	BATERIA ESTACIONÁRIA 70AH PARA NOBREAK CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Freedom DF 1000- 12V 70AH C-100H	02	UND	557,00	1.114,00
26	ROTEADOR WIFI CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Multilaser RE 160 roteador wireless 300 Mbps 2 ant fixa re 160	04	UND	129,90	519,60
27	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Dlink Switch D- Link 24 pts Giga Dgs 1024d	01	UND	858,00	858,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

MARCELO WEINRICH ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa MARCELO WEINRICH - EPP, estabelecida à Rua São Paulo Galpão, nº560/04 sala B, Bairro dos Estados ,CEP 88.339-025, Balneário Camboriu/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº13.984.763/0001-66, neste ato representado pela Sr Herivelto Hermenegildo, brasileiro, Procurador , inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 501.365.189-15, portadora do RG n.º 1508626, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
3	NOBREAK 700VA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Senoidal interactive sms 27570 Manager III 700 va	03	UND	997,00	2.991,00
4	BATERIA ESTACIONÁRIA 70AH PARA NOBREAK CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Freedom DF 1000- 12V 70AH C-100H	03	UND	557,00	1.671,00
8	ROTEADOR WIFI CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Multilaser RE 160 roteador wireless 300 Mbps 2 ant fixa re 160	05	UND	129,90	649,50
9	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Dlink Switch D- Link 24 pts Giga Dgs 1024d	05	UND	858,00	4.290,00
21	NOBREAK 700VA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Senoidal interactive sms 27570 Manager III 700 va	01	UND	997,00	997,00
22	BATERIA ESTACIONÁRIA 70AH PARA NOBREAK CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Freedom DF 1000- 12V 70AH C-100H	01	UND	557,00	557,00
26	ROTEADOR WIFI CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Multilaser RE 160 roteador wireless 300 Mbps 2 ant fixa re 160	01	UND	129,90	129,90



27	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Dlink Switch D- Link 24 pts Giga Dgs 1024d	01	UND	858,00	858,00
----	---	--	----	-----	--------	--------

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

MARCELO WEINRICH ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa MWV WEB SITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA ME, estabelecida à Rua Conselheiro Mafra, nº225, Centro, CEP 88.010-907, Florianópolis/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº10.513.136/0001-59, neste ato representado pela Sra Adriana Ferreira de Melo, brasileira, casada, representante, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 007.925.779-81, portadora do RG n.º 3.886.261, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
05	MOUSE ÓPTICO USB COM TECNOLOGIA PLUG & PLAY CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	K-MEX MO-K133	70	UND	26,50	1.855,00
06	MOUSE PAD COM APOIO EM GEL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	MULTILAS ER AC024	70	UND	27,75	1.942,50
07	TECLADO PRETO USB COM COMPRIMENTO DO CABO DE NO MÍNIMO 1 METRO. COMPATÍVEL COM: WINDOWS 95/98/ME/NT/2000/XP/VISTA/7/8. ABNT2. COM TECNOLOGIA PLUG & PLAY. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	K-MEX KB-5 A28	70	UND	45,90	3.213,00
11	PLACA DE VÍDEO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	XFX AMD HD-545X-ZQH2	20	UND	426,00	8.520,00
13	HD EXTERNO 1 TB USB 3.0 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	WESTERN DIGITAL WDBZFP0010BBK	12	UND	520,00	6.240,00
14	PACOTE MICROSOFT OFFICE HOME BUSINESS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	MICROSOFT OFFICE HOME BUSINESS T5D -02270P/PC	18	UND	1.020,00	18.360,00
16	PLACA DE REDE 10/100/1000 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	INTELBRAS PEG 132B	20	UND	90,00	1.800,00
23	MOUSE ÓPTICO USB COM TECNOLOGIA PLUG & PLAY CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	K-MEX MO- K133	02	UND	26,50	53,00
24	MOUSE PAD COM APOIO EM GEL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	MULTILAS ER AC024	08	UND	27,75	222,00
25	TECLADO PRETO USB COM COMPRIMENTO DO CABO DE NO MÍNIMO 1 METRO. COMPATÍVEL COM: WINDOWS 95/98/ME/NT/2000/XP/VISTA/7/8. ABNT2. COM TECNOLOGIA PLUG & PLAY. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	K-MEX KB- 5 A28	08	UND	45,90	367,20
29	PLACA DE VÍDEO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	XFX AMD HD- 545X ZQH2	04	UND	426,00	1.704,00
31	HD EXTERNO 1 TB USB 3.0 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	WESTERN DIGITAL WDBZFP0010BBK	01	UND	520,00	520,00
32	PACOTE MICROSOFT OFFICE HOME BUSINESS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	MICROSOFT OFFICE HOME BUSINESS T5D-02270P/P	01	UND	1.020,00	1.020,00



34	PLACA DE REDE 10/100/1000 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	INTELBRAS TS40	02	UND	90,00	180,00
----	--	----------------	----	-----	-------	--------

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

MWV WEB SITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2016

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa MWV WEB SITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA ME, estabelecida à Rua Conselheiro Mafra, nº225, Centro, CEP 88.010-907, Florianópolis/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº10.513.136/0001-59, neste ato representado pela Sra Adriana Ferreira de Melo, brasileira, casada, representante, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 007.925.779-81, portadora do RG n.º 3.886.261, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
05	MOUSE ÓPTICO USB COM TECNOLOGIA PLUG & PLAY CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	K-MEX MO-K133	30	UND	26,50	795,00
06	MOUSE PAD COM APOIO EM GEL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	MULTILAS ER AC024	30	UND	27,75	832,50
07	TECLADO PRETO USB COM COMPRIMENTO DO CABO DE NO MÍNIMO 1 METRO. COMPATÍVEL COM: WINDOWS 95/98/ME/NT/2000/XP/VISTA/7/8. ABNT2. COM TECNOLOGIA PLUG & PLAY. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	K-MEX KB-5 A28	30	UND	45,90	1.377,00
11	PLACA DE VÍDEO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	XFX AMD HD-545X-ZQH2	05	UND	426,00	2.130,00
13	HD EXTERNO 1 TB USB 3.0 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	WESTERN DIGITAL WDBZFP0010BBK	03	UND	520,00	1.560,00
14	PACOTE MICROSOFT OFFICE HOME BUSINESS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	MICROSOFT OFFICE HOME BUSINESS T5D -02270P/PC	02	UND	1.020,00	2.040,00
16	PLACA DE REDE 10/100/1000 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	INTELBRAS PEG 132B	05	UND	90,00	450,00
23	MOUSE ÓPTICO USB COM TECNOLOGIA PLUG & PLAY CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	K-MEX MO- K133	01	UND	26,50	26,50
24	MOUSE PAD COM APOIO EM GEL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	MULTILAS ER AC024	02	UND	27,75	55,50
25	TECLADO PRETO USB COM COMPRIMENTO DO CABO DE NO MÍNIMO 1 METRO. COMPATÍVEL COM: WINDOWS 95/98/ME/NT/2000/XP/VISTA/7/8. ABNT2. COM TECNOLOGIA PLUG & PLAY. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	K-MEX KB- 5 A28	02	UND	45,90	91,80
29	PLACA DE VÍDEO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	XFX AMD HD- 545X ZQH2	01	UND	426,00	426,00
31	HD EXTERNO 1 TB USB 3.0 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	WESTERN DIGITAL WDBZFP0010BBK	01	UND	520,00	520,00
32	PACOTE MICROSOFT OFFICE HOME BUSINESS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	MICROSOFT OFFICE HOME BUSINESS T5D-02270P/P	01	UND	1.020,00	1.020,00

34	PLACA DE REDE 10/100/1000 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	INTELBRAS TS40	01	UND	90,00	90,00
----	--	----------------	----	-----	-------	-------

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

MVV WEB SITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa NUVEMPRIME INFORMATICA LTDA-ME, estabelecida à Rua Professor João Soares Barcellos, nº2379, Boqueirão ,CEP 81.670-080, Curutiba/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº17.975.908/0001-13, neste ato representado pela Sr Jorge Perelles Neto, brasileiro, Sócio-Gerente , inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 810.432.109-97, portadora do RG n.º 5.744.088-0, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
12	TABLET CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Samsung/Galaxy Tab e Sm t116	190	UND	1.040,00	197.600,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

NUVEMPRIME INFORMATICA LTDA - ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa NUVEMPRIME INFORMATICA LTDA-ME, estabelecida à Rua Professor João Soares Barcellos, nº2379, Boqueirão ,CEP 81.670-080, Curutiba/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº17.975.908/0001-13, neste ato representado pela Sr Jorge Perelles Neto, brasileiro, Sócio-Gerente , inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 810.432.109-97, portadora do RG n.º 5.744.088-0, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
12	TABLET CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Samsung/Galaxy Tab e Sm t116	20	UND	1.040,00	20.800,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

NUVEMPRIME INFORMATICA LTDA - ME	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco, nº459, Centro, CEP 95.180-000, Farropilha/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº02.543.216/0001-29, neste ato representado pela Sr Fabio Vitor Reolon, brasileiro, Representante Legal, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 010.120.500-76, portadora do RG n.º 6090528875, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
17	NOTEBOOK CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Dell computadores	15	UND	3.900,00	58.500,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

PERFIL COMPUTACIONAL LTDA	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2016

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 25 dias do mês de Abril do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco, nº459, Centro, CEP 95.180-000, Farropilha/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº02.543.216/0001-29, neste ato representado pela Sr Fabio Vitor Reolon, brasileiro, Representante Legal, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 010.120.500-76, portadora do RG n.º 6090528875, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 15/2016, objeto do Processo 30/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
17	NOTEBOOK CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO.	Dell computadores	05	UND	3.900,00	19.500,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Abril de 2016.

PERFIL COMPUTACIONAL LTDA	
Contratada	

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 06/2016**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

Tomada de Preços 006/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA COLIBRI, BAIRRO CAMBOA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 824661/2015 FIRMADO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/06/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 06/06/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 17 de Maio de 2016.  
Valmor Kair Antônio Filho  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

### **REPUBLICAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 05/2016**

#### **REPUBLICAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

Tomada de Preços 005/2016

ONDE SE LÊ:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MUROS DE ARRIMO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CEI LÚCIA FRANCISCA SAGÁS E SÍLVIA PRAZERES DE CARVALHO E REFORMA DE EDIFICAÇÃO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LÚCIA FRANCISCA SAGÁS, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/04/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/04/2016 às 14h30min.

LEIA-SE:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MUROS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CEI LÚCIA FRANCISCA SAGÁS E SÍLVIA PRAZERES DE CARVALHO E REFORMA DE EDIFICAÇÃO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LÚCIA FRANCISCA SAGÁS, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/06/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 03/06/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 18 de Maio de 2016.  
Valmor Kair Antônio Filho  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 07/2016

PORTARIA Nº 07/2016

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lê são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do regimento interno, e considerando os termos da Lei Municipal nº 1079 de 18.02.2016 e demais vigentes,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear DIOGO BELARMINO ALVES, brasileiro, CPF 007.880.279/21, para exercer o cargo de CONTADOR em Admissão de Caráter Temporário - ACT, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo.

Art. 2º - A contratação será por tempo determinado para substituir o titular do cargo que usufruirá gozo de férias pelo prazo de 20 dias.

Art. 3º - A Remuneração será de acordo com art. 4º da lei 1079/16.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 06 de Maio de 2016.  
MARCOS HENRIQUE DA SILVA  
Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS  
1º Secretário

## SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2016

CONTRATANTE – SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO – BETHA SISTEMAS LTDA

DO OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRELATOS, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO.

A CONTRATADA compromete-se a fornecer:

1- Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	2	420,00	5.040,00
2	12	Mês	Compras e Licitações	2	200,00	2.400,00
3	12	Mês	Folha de Pagamento	2	330,00	3.960,00
4	12	Mês	Patrimônio	2	310,00	3.720,00
5	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado	290,00	3.480,00
6	12	Mês	Sistema de Fatura	04	800,00	9.600,00
7	12	Mês	Emissão de Fatura via web	Ilimitado	370,00	4.440,00
8	12	Mês	Gestão de Frotas	2	300,00	3.600,00

2-Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	01	12.040,25	12.040,25
2.	01	Serv.	Implantação e licenciamento de sistema gerenciador de Banco de Dados	01	4.000,00	4.000,00
3.	50	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	01	71,00	3.550,00
4.	500	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	0,71	355,00
5.	5	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	135,00	675,00

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contatos a parti da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO – 3.3..90.39.11.00.00.00 (3) – Locação de softwares do exercício 2016.

FUDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº 22/2016.

KLEBER LEITE

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 82.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2016

PROCESSO Nº 82/2016 HOMOLOGAÇÃO: 18/05/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAL (MEIO FIO) e BRITA GRADUADA Nº01 QUE SERÃO UTILIZADAS NAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS WILLIBALDO HASS, BANDEIRANTE E CURITIBA LOCALIZADAS NO MUNICIPIO DE GUARACIABA/SC, E TAMBEM PARA CONserto E RECUPERAÇÃO DE RUAS NO MUNICIPIO.

CONTRATADO: LUMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.175,00 (quatorze mil cento e setenta e cinco reais)

CONTRATADO: JORGENOR ALEXANDRE MAZIERO - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 70.16 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS CONserto RETROESCAVADEIRA JCB 214E

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº70/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 84/16, Edital de Pregão Presencial Nº 70/16, Objeto: Aquisição de Peças e serviços para conserto do torque e comandos da retroescavadeira JCB214E 02 SERIE JCB1000231; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 02/06/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 02/06/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 18 de maio de 2016.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 71.16 AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS JOGOS ABERTOS EDIÇÃO 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº71/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 85/16, Edital de Pregão Presencial Nº 71/16, Objeto: Aquisição de Premiação (troféus e medalhas), jogos abertos edição 2016; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 02/06/16; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 02/06/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 18 de maio de 2016.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

#### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão: 10/2016 – FMS  
Processo Licitatório: 10/2016 – FMS  
Tipo: Registro de Preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS PARA SITUAÇÕES EVENTUAIS DE DISTRIBUIÇÃO PARA PACIENTES AVALIADOS NO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL E FRALDAS GERIÁTRICAS ESPECÍFICAS PARA PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS.

COMUNICAMOS que está suspensa o Pregão de Registro de Preço nº 10/2016, para julgamento de impugnação e, para uma possível alteração do Edital. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:  
Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 18 de maio de 2016.

LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 650/2016

DECRETO Nº. 650/2016

Abre crédito especial no valor de até R\$ 239.981,90 (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e noventa centavos).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de até R\$ 239.981,90 (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e noventa centavos), constante do orçamento Municipal, conforme a Lei nº. 4306/2016, a saber:

22 Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim

22.1 - Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim

0006.0182.0014.2162 - Contribuição a Entidade Bombeiros Voluntários de Guaramirim

3339000000000000 - Aplicações Diretas

01640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 51.603,10

3449000000000000 - Aplicações Diretas

01640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 188.378,80

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito especial do art. 1º, provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

8 Secretaria de Infra-estrutura

8.1 - Secretaria de Infra-estrutura

0015.0451.0011.1017 - Construção de Pontes e Pontilhões

3449000000000000 - Aplicações Diretas

001640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 239.981,90

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de maio de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 651/2016

DECRETO Nº. 651/2016

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 1.172.024,72 (um milhão, cento e setenta e dois mil, vinte quatro reais e setenta e dois centavos).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 1.172.024,72 (um milhão, cento e setenta e dois mil, vinte quatro reais e setenta e dois centavos), constante do orçamento Municipal, conforme a Lei nº. 4307/2016, a saber:

8 Secretaria de Infra-estrutura

8.1 - Secretaria de Infra-estrutura

0026.0782.0011.2091 - Manutenção e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas

3339000000000000 - Aplicações Diretas

01640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 500.000,00

0015.0452.0011.2050 - Manut. das Ações de Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

3339000000000000 - Aplicações Diretas

01640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 50.000,72

0015.0452.0011.2094 - Manutenção de Pracas, Trevos e Demais Locais Ajardinados

3449000000000000 - Aplicações Diretas

001640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 650.000,72

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito suplementar do art. 1º, provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

8 Secretaria de Infra-estrutura

8.1 - Secretaria de Infra-estrutura

0015.0451.0011.1017 - Construção de Pontes e Pontilhões

3449000000000000 - Aplicações Diretas

001640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 650.000,72

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o valor de R\$ 372.024,00 (trezentos e setenta e dois mil e vinte e quatro reais), nas dotações do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

12 Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.1 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

0010.0301.0006.1029 - Aquisição de Veículos - Fundo Municipal de Saúde

3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01630000 - Transf.convênio -estado/saúde ..... R\$ 150.000,00

13 Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
13.1 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
0008.0242.0009.2066 - Manut. e Atividades para Pessoas com Defic. e suas Famílias  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01610000 - Transf.de Convênios – Estado/Assistência Social .....  
R\$ 222.024,00

0008.0244.0009.2072 - Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01610000 - Transf.de Convênios – Estado/Assistência Social .....  
R\$ 150.000,00

TOTAL ANULADO ..... R\$ 522.024,00

Art. 4º. Os recursos para as suplementações de que trata o Art. 3º, são oriundos do provável excesso de arrecadação, oriundos de propostas de convênios em andamento com o Governo do Estado de Santa Catarina, nas fontes de recurso abaixo discriminadas;

01630000 - Transf.convênio -estado/saúde ..... R\$ 150.000,00  
01610000 - Transf.de Convênios – Estado/Assistência Social ..... R\$ 372.024,00

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de maio de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº. 4305/2016

LEI Nº. 4305/2016  
Institui o Centro de Apoio Educacional – CAED no Município de Guaramirim.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Institui o Centro de Apoio Educacional – CAED no Município de Guaramirim, objetivando oferecer atendimentos multidisciplinares e extensão de apoio pedagógico aos alunos que apresentarem transtornos e dificuldades de aprendizagem transitórias.

Art. 2º. O Centro de Apoio Educacional deverá atender exclusivamente as crianças que apresentarem dificuldades transitórias de aprendizagem, matriculadas e frequentes na Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município.

Parágrafo único. O CAED não atenderá nas seguintes situações:

I - As crianças que já possuem algum diagnóstico;

II - As crianças que iniciarem os atendimentos no CAED e ao passarem por avaliação cognitiva seu rendimento seja classificado como Limítrofe ou Deficiência Intelectual, sendo encaminhadas para a Sala Multifuncional;

III - Crianças que venham a ser diagnosticadas com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH

prosseguirão com os atendimentos no Centro pelo tempo máximo de 2 (dois) anos. Entretanto, em casos de diagnóstico de TDAH, a criança poderá ser desligada antes deste prazo máximo, se ficar evidenciada que não apresenta dificuldade de aprendizado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de maio de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº. 4306/2016

LEI Nº. 4306/2016  
Abre crédito especial no valor de até R\$ 239.981,90 (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e noventa centavos).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de até R\$ 239.981,90 (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e noventa centavos), constante do orçamento Municipal, a saber:

22 Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim  
22.1 - Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim  
0006.0182.0014.2162 - Contribuição a Entidade Bombeiros Voluntários de Guaramirim  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 51.603,10  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 188.378,80

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito especial do art. 1º, provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

8 Secretaria de Infra-estrutura  
8.1 - Secretaria de Infra-estrutura  
0015.0451.0011.1017 - Construção de Pontes e Pontilhões  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
001640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 239.981,90

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de maio de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº. 4307/2016

LEI Nº. 4307/2016  
Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 1.172.024,72 (um milhão, cento e setenta e dois mil, vinte quatro reais e setenta e dois centavos).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 1.172.024,72 (um milhão, cento e setenta e dois mil, vinte quatro reais e setenta e dois centavos), constante do orçamento Municipal, a saber:

8 Secretaria de Infra-estrutura  
8.1 - Secretaria de Infra-estrutura  
0026.0782.0011.2091 - Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 500.000,00  
0015.0452.0011.2050 - Manut. das Acoes de Limpeza e Conservacao de Espacos Publicos  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 50.000,72  
0015.0452.0011.2094 - Manuntecao de Pracas, Trevos e Demais Locais Ajardinados  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
001640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 650.000,72

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito suplementar do art. 1º, provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

8 Secretaria de Infra-estrutura  
8.1 - Secretaria de Infra-estrutura  
0015.0451.0011.1017 - Construcao de Pontes e Pontilhoes  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
001640000 -Transf.convênio -estado/outros ..... R\$ 650.000,72

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o valor de R\$ 372.024,00 (trezentos e setenta e dois mil e vinte e quatro reais), nas dotações do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

12 Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim  
12.1 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim  
0010.0301.0006.1029 - Aquisicao de Veiculos - Fundo Municipal de Saude  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01630000 - Transf.convênio -estado/saúde ..... R\$ 150.000,00

13 Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
13.1 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
0008.0242.0009.2066 - Manut. e Atividades para Pessoas com Defic. e suas Famílias  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01610000 - Transf.de Convênios – Estado/Assistência Social ..... R\$ 222.024,00

0008.0244.0009.2072 - Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01610000 - Transf.de Convênios – Estado/Assistência Social ..... R\$ 150.000,00

TOTAL ANULADO ..... R\$ 522.024,00

Art. 4º. Os recursos para as suplementações de que trata o Art. 3º, são oriundos do provável excesso de arrecadação, oriundos de propostas de convênios em andamento com o Governo do Estado de Santa Catarina, nas fontes de recurso abaixo discriminadas;

01630000 - Transf.convênio -estado/saúde ..... R\$ 150.000,00  
01610000 - Transf.de Convênios – Estado/Assistência Social ..... R\$ 372.024,00

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de maio de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - FMAS 15 E 16

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 15/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: BOSA & BOSA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de Produtos de Panificação para atender ao CRAS ( Centro de Referencia da Assistência Social ), Centro de Convivência do Idosos, e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 5.274,68

VIGENCIA: 31/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 18 de maio de 2016.

Adelise de Oliveira,  
Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 16/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: CLAUDIO HERPICH ME

OBJETO: Aquisição de Produtos de Panificação para atender ao CRAS ( Centro de Referencia da Assistência Social ), Centro de Convivência do Idosos, e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 7.612,80

VIGENCIA: 31/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 18 de maio de 2016.

Adelise de Oliveira,  
Gestora do FMAS.

## CÂMARA MUNICIPAL

### TERMO ADITIVO N. 001/2016 CMV

TERMO ADITIVO n. 01/2016

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO n. 03/2015, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL E DE OUTRO, A EMPRESA BETHA SISTEMAS, NA FORMA ABAIXO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n. 09.024.107/0001-44, com sede na Rua Ceará, 605, neste ato representada por seu Presidente, Sr. ALCIONE ROBERTO STRAUB, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua João Pessoa, n. 134, 10ª Andar, centro, cidade de Criciúma-SC, inscrita no CNPJ sob o n. 00.456.865/0001-67, neste ato representada Sr. ALEXANDRE PALOSCHI, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, acordam e assinam o presente Termo Aditivo nos termos da do Processo Licitatório n. 01/2015 – Pregão Presencial n. 01/2015 e seus anexos, com fundamento na Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.502/02 e legislação pertinente, e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por finalidade a repactuação do contrato n. 03/2015, conforme sua cláusula quinta, tendo os valores acordados reajuste de 10,63% (IGP-M acumulado no período), passando a vigorar os seguintes valores:

Parágrafo 1º - O valor total do presente instrumento contratual será determinado conforme as necessidades da CONTRATANTE, não podendo ultrapassar a importância de R\$ 18.984,11 (dezoito mil; novecentos e oitenta e quatro reais, onze centavos).

Parágrafo 2º - O valor total do licenciamento de uso dos aplicativos (Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Folha de Pagamento, Portal da Transparência e Patrimônio) é de R\$ 12.014,52 (doze mil, catorze reais, cinquenta e dois centavos).

Parágrafo 3º - O valor de que trata o art. 2º será pago mensalmente, dividido em 12 parcelas no valor de R\$ 1.001,21 (um mil e um reais, com vinte e um centavos).

Parágrafo 4º - O valor do serviço de migração, Implantação e treinamento de Usuários, não coberto pela manutenção é de R\$ 2.323,23 (dois mil, trezentos e vinte e três reais, vinte e três centavos) que será solicitada conforme as necessidades do CONTRATANTE.

Parágrafo 5º - O valor da hora técnica para suporte técnico, não coberto pela manutenção é de R\$ 71,91 (setenta e um reais, noventa e um centavos), que será solicitada conforme as necessidades do CONTRATANTE.

Parágrafo 6º - O valor da diária para chamado técnico é de R\$ 138,29 (cento e trinta e oito reais, vinte e nove centavos), que será solicitada conforme as necessidades do CONTRATANTE.

Parágrafo 7º - O valor do deslocamento por quilômetro rodado é de R\$ 0,72 (setenta e dois centavos), que será solicitado conforme as necessidades do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO

Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 03/2015 a partir 01 de junho de 2016 e terá seu término após 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir, nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste termo aditivo na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e disposições do Contrato originário que não tenham sido modificados pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo n. 01/2016 ao Contrato Administrativo n. 03/2015 em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtam todos os efeitos em Direito previsto, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas que a tudo assistiram e do que dão fé.

Guarujá do Sul, 16 de Maio de 2016.

Alcione Roberto Straub  
CPF nº 811.955.329-20  
Câmara Municipal De Vereadores  
CNPJ nº 09.024.107/0001-44  
CONTRATANTE

Alexandre Paloschi  
CPF nº 022.178.849-21  
Betha Sistemas  
CNPJ nº 00.456.865/0001-67  
CONTRATADA



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 637/2016**

PORTARIA Nº 637/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Prêmio à servidora REGINA AUGUSTA STEFFANI PARIZE (Matr. 90), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 9, Referência "A", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos dos artigos 87 a 92, da Lei Complementar Nº. 006/1994, referente ao período aquisitivo de 03 de janeiro de 1989 a 02 de janeiro de 1994, para serem gozadas a contar de 18 de maio de 2016 a 15 de agosto de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 638/2016**

PORTARIA Nº 638/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora LAIZ DA SILVA LEBKUCHEN (Matr. 4320), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Anos Iniciais, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker, em substituição à Servidora Cláudia Andrea Dahmer Rossi, a partir de 18 de maio de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 014/2016/SMECE, de 12 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Maio de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2920/2016

DECRETO Nº 2.920, DE 04 DE MAIO DE 2016.  
HOMOLOGA 4ª ETAPA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

GILMAR FONTANA, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Art. 23, do Estatuto do Servidor Público,

#### DECRETA:

Art. 1º. Para que surtam os efeitos legais, fica homologada a 4ª Etapa de avaliação do Estágio Probatório da Servidora Pública do Município: Manoela Junges Fernandes Jardim, admitida por Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2012, conforme relatório anexo a este Decreto.

Art. 2º. O relatório foi elaborado pela comissão nomeada pela Portaria nº 251, de 04 de novembro de 2015, e seu conteúdo estão amparados no Decreto nº 1.636, de 31 de julho de 2007.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal, anotará na ficha funcional da servidora a homologação desta etapa do estágio probatório.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### DECRETO Nº 2921/2016

DECRETO Nº 2.921, DE 04 DE MAIO DE 2016.  
HOMOLOGA 6ª ETAPA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILMAR FONTANA, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Art. 23, do Estatuto do Servidor Público,

#### DECRETA:

Art. 1º. Para que surtam os efeitos legais, fica homologado a 6ª Etapa de avaliação do Estágio Probatório das Servidoras Públicas do Município: Adriana de Andrade Soares Taiba e Janete Terres, admitidas por Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2012, conforme relatório anexo a este Decreto.

Art. 2º. O relatório foi elaborado pela comissão nomeada pela Portaria nº 251, de 04 de novembro de 2015, e seu conteúdo está amparado nos Decreto nº 1.636, de 31 de julho de 2007.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal, anotará na ficha funcional do servidor a homologação desta etapa do estágio probatório.

Art. 4º. Em decorrência da aprovação no estágio probatório, fica o servidor considerado estável no serviço público municipal de Ibiam.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### DECRETO Nº 2922/2016

DECRETO Nº 2.922, DE 10 DE MAIO DE 2016  
"DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILMAR FONTANA, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Portaria nº 093, de 10 de maio de 2016;

Com amparo no artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 29, inciso III, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago o cargo de Professor II – Nível 3, em decorrência da aposentadoria da servidora MARLY SALETE FRESCHI LUTHEMEIER, concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Benefício nº 1688933970.

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo 1º, restabelece no quadro geral dos servidores do Município, uma vaga para o cargo de Professor II a ser provida através de concurso público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### PORTARIA Nº 088/2016

PORTARIA Nº 088, DE 29 DE ABRIL DE 2016  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ANTONIO RECALCATTI servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas Agrícolas – Nível 2 – Referência D, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Gustavo Martins – CRM/SC 13895 e Dr. Fabiano Scortegagna Dupczak – CRM-SC 16766, para o período de 25 de abril de

2016 a 09 de maio de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de abril de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 29 DE ABRIL DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

### **TERMO ADITIVO 002-2016**

TERMO ADITIVO Nº 002/2016

CONTRATO Nº 011/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 054/2014

Considerando que a prestação do serviço objeto do contrato pode ser realizada tanto in loco, como na sede na empresa contrata, sem alterar em nada sua prestação;

Considerando que os objetos do contrato dos itens abaixo descritos, é prestação de serviço, e sua execução independe do local;

Considerando que foi observado claro erro de descrição no item 6 da cláusula segunda;

Termo aditivo ao contrato público administrativo 011/2015, que celebraram MUNICÍPIO DE IBIAM - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, representado pelo Prefeito Municipal, Gilmar Fontana, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiã - SC, e de outro LORISNEI FRANÇA ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 16.454.243/0001-30, com sede na Rua Guilherme Tessmann, nº 0, centro, Alto Bela Vista - SC, CEP nº 89.730-000 neste ato representada por seu Administrador Lorisnei França, CPF nº 594.303.039-53, pactuam o presente termo aditivo, com fulcro no art. 65 da lei 9.666/93, pelas cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira: O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar os itens 2, 3, 4, 5, e 6 da Cláusula Segunda do instrumento principal da avença, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Item	Unidade	Valor Mensal	Objeto
2	50	95,00	Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado serem realizados na sede do contratado ou na prefeitura Municipal: Formatação de Maquinas;
3	30	135,00	Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado serem realizados na sede do contratado ou na prefeitura Municipal: Limpeza de Impressora
4	30	35,00	Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado serem realizados na sede do contratado ou na prefeitura Municipal: Manutenção nobreak

5	50	120,00	Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado serem realizados na sede do contratado ou na prefeitura Municipal: Instalação e Configuração programas (saúde)
6	30	437,50	Chamado Técnico Adicional (quando ultrapassar o limite de 4 visitas mensais)

Cláusula Segunda: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem assim de pleno acordo, os partícipes firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ibiã - SC, 16 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

LORISNEI FRANÇA ME

CNPJ nº 16.454.243/1000-30

Lorisnei França

Testemunhas:

Rosinei Ceron

CPF nº 004.918.899-25

Fátima Fontana Gonzatto

CPF nº 304.863.359-68

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO - IX 008 - 2016 FMAS - AUXÍLIO TEMPORÁRIO

PROCESSO Nº. 111/2016 INEXIGIBILIDADE Nº. 8/2016 – FMAS Fundo Municipal de Assistência Social	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
OBJE-TO	CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, EM ATENDIMENTO AO SERVIÇO DE ATENÇÃO À FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL ATRAVÉS DO "AUXÍLIO TEMPORÁRIO", conforme Edital e seus anexos.
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: a partir das 08:00 horas do dia 20/05/16, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
<b>MAIORES INFORMAÇÕES:</b> O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br">licitacao@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 824. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.	

DANIEL CHRISTIAN BOSI  
PREFEITO MUNICIPAL  
Ilhota, 17 de maio de 2016.

### AVISO LICITAÇÃO PRG 015 - 2016 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

PROCESSO Nº. 113/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2016 – MULTIENTIDADES REGISTRO DE PREÇO Prefeitura Municipal de Ilhota Fundo Municipal de Saúde Fundo Municipal de Educação	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJE-TO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE VEÍCULO MENSAL SEM MOTORISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E SECRETARIAS, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 03/06/16 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 03/06/16 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
<b>MAIORES INFORMAÇÕES:</b> O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br">licitacao@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.	

DANIEL CHRISTIAN BOSI  
PREFEITO MUNICIPAL  
Ilhota, 19 de maio de 2016.

### EDITAL CHAMAMENTO 001/2016 CMAS

Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Rua: Izidoro Maes, 257- Centro - Ilhota - SC  
C.N.P.J. 14.756846/0001-60 CEP 88.320-000  
Fone / Fax: (047) 3343-7061 E-mail: [assistenciailhota@hotmail.com](mailto:assistenciailhota@hotmail.com)

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO DE ENTIDADES NO CMAS Nº001/2016.

REFERENTE AO REGISTRO/INSCRIÇÃO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Ilhota, através da sua coordenadoria geral, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 769/97.

CONSIDERANDO: o disposto na lei federal nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS).

CONSIDERANDO: que de acordo com o 3º art. da LOAS, consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

CONSIDERANDO: o artigo 6º, inciso X da Lei Municipal nº 769/97 de 19 de março de 1997.

CONSIDERANDO: a Resolução Nº 14 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS de 14 de maio de 2014.

CONSIDERANDO: a Resolução Nº 004 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de 07 de abril de 2015.

Resolve: Deliberar e tornar público o Edital de Chamamento nº 001/2016 para cadastro de Entidades Governamentais e Não Governamentais no CMAS.

#### 1. DA PARTICIPAÇÃO

1.1 O Registro/Inscrição às entidades Governamentais e Não Governamentais que tenham por objetivo o atendimento direto, a promoção e a defesa dos direitos socioassistenciais da população atendida.

1.2 Poderão participar do Chamamento nº001/2016 CMAS desde que satisfaçam as condições previstas neste edital.

1.3 Entidades governamentais e não governamentais que executam ações socioassistenciais sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento à população vulnerável, bem como as que atuam

na defesa e garantia de seus direitos estabelecidos na lei federal nº 8.742/93 ( Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS) e no artigo 6º , inciso X da Lei Municipal nº 769/97.

## 2. DO CADASTRO

2.1. As entidades governamentais e não governamentais inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social já existentes no município de Ilhota, deverão no prazo de trinta dias após a publicação deste edital solicitar seu registro no CMAS.

2.2. As entidades governamentais e não governamentais devem ser registradas no CMAS, no qual comunicará o registro ao MDS.

2.3. A solicitação de registro pela entidade governamental e não governamental deverá ser através de requerimento dirigido ao CMAS em formulário próprio fornecido pelo mesmo.

2.4. O registro terá validade de 04 (quatro anos) que será emitido pelo CMAS através de Resolução, podendo ser reavaliado anualmente ou caso haja necessidade.

## 3. DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. A entidade governamental e não governamental deverá apresentar os seguintes documentos para obtenção do registro no CMAS, conforme orientação abaixo:

I - Os requerimentos de registro/inscrição deverão ser protocolados pelas entidades na Secretaria de Assistência Social, a rua Izidoro Maes, nº 257, Centro – Ilhota, junto com o formulário próprio preenchido que deverá ser dirigido ao Presidente do Conselho de Assistência ;

II - Cópia do ato constitutivo da entidade(ata de fundação devidamente registrada);

III- documento de identidade, CPF e comprovante de residência do representante legal da entidade requerente;

IV – Prova de inscrição junto ao cadastro Nacional de Pessoas Jurídica – CNPJ;

V – Ata da eleição da atual diretoria, com nome e qualificação dos diretores;

VI – Plano de trabalho das atividades desenvolvidas para os usuários ou população vulnerável (para entidades não governamentais) OBS.: Este documento deve conter informações sobre as atividades propostas desenvolvidas para o público socioassistencial. Mencionar : histórico da entidade, objetivos, modalidade de atendimento, atividades oferecidas, locais de execução, horário, finalidade, justificativa, público-alvo(número e faixa etária), equipe envolvida( número/ formação profissional / vínculo empregatício com a entidade) operacionalização / metodologia etc.)

VII – Certidão para Habilitação de Instituição Proponente: Certidão Negativa de Débito (INSS/MPAS), Certidão de Regularidade de Tributos da Secretaria da Receita Federal / MF, Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal, Certidão junto ao FGTS;

VIII – Cópia do Estatuto;

IX – Cópia do Curriculum Vitae do responsável pela entidade não governamental na execução do programa /projeto enfatizando a formação técnica e profissional.

4. Serão arquivados os processos das entidades que , no prazo de 30 (trinta) dias, não cumprirem as exigências estabelecidas por

este conselho, exigidas no item 3º desta deliberação.

5. As entidades registradas ficam responsáveis por comunicar ao CMAS qualquer mudança de endereço, telefone, composição da diretoria, ou modalidade de atendimento, de forma a manter atualizados os seus dados cadastrais.

Ilhota, 05 de maio de 2016.

Ana Lucia Alencar Zimmermann

Presidente do CMAS

### **EXTRATO CONTRATO 2015-002 - ADITIVO 1 - CV 001-2015 - ILHOTAPREV - STULP & MATUCHAKI ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA ME**

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Contrato nº 002/2015 – ILHOTAPREV

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Extrato de Contrato nº 002/2015 – ILHOTAPREV

Processo: CV 001/2015.

OBJETO: Contratação de Serviços de Assessoria Contábil para o Instituto Previdência de Ilhota (ILHOTAPREV), visando a execução das tarefas contábeis necessárias para sua manutenção.

FORNECEDOR: Stulp & Matuchaki Organização Contábil LTDA ME

SUPRESSÃO DO CONTRATO ORIGINAL PARA O PERÍODO: 12,90%

VALOR TOTAL: R\$ 20.260,00

Prazo: a partir de 31/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 18/12/2015

João Roberto Vieira

ILHOTAPREV



# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 93, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 93, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ		
Manutenção da Secretaria da Fazenda		
04.123.0004-2.004		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0172 (0171)	Aplicações Diretas	220.000,00
Total		220.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro de recursos próprios apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### EDITAL SEAGP Nº 049/2016

EDITAL SEAGP Nº 049/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, divulgado através do Edital nº 004/2016, de 05 DE ABRIL DE 2016, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2016, de 27 de abril de 2016, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Maio a 18 de Junho de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas



EDITAL SEAGP Nº 049/2016  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico(a) de Enfermagem  
Anna Claudia Speck de Souza

**EDITAL SEAGP Nº 050/2016**

EDITAL SEAGP Nº 050/2016  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, divulgado através do Edital nº 004/2016, de 05 DE ABRIL DE 2016, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2016, de 27 de abril de 2016, que homologou os resultados do referido processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Maio a 18 de Junho de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de maio de 2016.  
Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 050/2016  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico(a) de Enfermagem  
Ana Claudia Pirola Teixeira

**EDITAL SEAGP Nº 051/2016**

EDITAL SEAGP Nº 051/2016  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, divulgado através do Edital nº 18/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Maio a 18 de Junho de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela

Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 051/2016  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Auxiliar Serviços Gerais  
Valdirene Moraes de Souza Avila

### PORTARIA PMI/GGP Nº 273/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 273, de 18 de maio de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 14/2015, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Matrícula	Nome	Cargo	CPF	PSS	Admissão
8862	Angela do Nascimento R. Roldão	Professora I – 20h	079.707.419-83	PSS 14/2015	05/04/2016
8852	Cibele de Freitas Albino	Professora II – 20h	057.668.609-35	PSS 14/2015	18/02/2016
8890	Eliane de Souza Carvalho	Professora II – 30h	031.049.349-83	PSS 14/2015	26/04/2016
8848	Fabiana Tomé Vieira	Professora I – 20h	047.267.609-12	PSS 14/2015	11/04/2016
8867	Felipe Tavares Guimarães	Professora I – 40h	214.892.858-90	PSS 14/2015	05/04/2016
8843	Jacqueline da Silva Flôr	Professora I – 20h	035.429.249-89	PSS 14/2015	18/03/2016
8878	Jefferson Martins Ramalho	Professora I – 20h	060.795.199-09	PSS 14/2015	07/04/2016
8850	Josiane Natália Pacheco dos Santos	Professora I – 20h	017.914.099-03	PSS 14/2015	28/03/2016
8864	Luci Alves Feitosa	Professora II – 20h	595.257.201-44	PSS 14/2015	07/04/2016
8884	Luci Alves Feitosa	Professora II – 20h	595.257.201-44	PSS 14/2015	06/05/2016
8853	Marciel Fraga Miguel	Professor I – 20h	082.329.779-90	PSS 14/2015	11/04/2016
8849	Mariana Latrônico Antulino	Professora I – 20h	061.992.709-75	PSS 14/2015	14/03/2016
8851	Mayara Galvan Claudino	Professora I – 20h	078.109.729-01	PSS 14/2015	23/03/2016
8842	Patrícia Guimarães e Silva	Professora I – 20h	020.206.269-42	PSS 14/2015	21/03/2016
8854	Renata Cardoso Ramos	Professora II – 10h	024.290.619-29	PSS 14/2015	18/02/2016
8841	Rosângela Cardoso da Rosa	Professora I – 20h	907.816.359-34	PSS 14/2015	14/03/2016
8891	Ruama Medeiros de Oliveira	Professora I – 20h	078.285.579-22	PSS 14/2015	04/05/2016
8846	Sabrina Pereira Flausino	Professora II – 20h	093.502.669-03	PSS 14/2015	02/03/2016
8844	Vanensa Miguel da Rosa	Professora I – 20h	074.704.709-05	PSS 14/2015	14/03/2016
8863	Verônica Bilhalva da Silva	Professora II – 20h	811.816.040-87	PSS 14/2015	11/03/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 274/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 274, de 19 de maio de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Matr.	Nome	Cargo	CPF	PSS	Admissão
8892	Maria Zenaide da Silva	Professora I 20h	454.756.289-04	PSS 02/2016	11/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de maio de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 070/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 070/2016

CONTRATADA: MARILENE DARUGNA VASSELAI

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente edital, o credenciamento para a prestação de SERVIÇOS EXAMES/PROCEDIMENTOS DE OFTALMOLOGIA, conforme relação de exames/procedimentos constantes na Cláusula Quarta do contrato.

VALOR: Variável de acordo com o procedimento.

PRAZO: 03 de maio de 2016 ate 31 de dezembro 2016.

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2016.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2016

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.

Licitatório nº 064/2016

Pregão Presencial nº 002/2016-28983

Com Registro de Preços

Objeto: Contratação de gráfica para confecção de impressos personalizados.

Entrega dos envelopes: 06/06/2016 as 14:15h.

Abertura das propostas: 06/06/2016 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Rogério Wilson Theiss

Responsável pela Diretoria Executiva

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2016

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.

Licitatório nº 063/2016

Pregão Presencial nº 001/2016-28983

Objeto: Contratação de gráfica para impressão de livros.

Entrega dos envelopes: 03/06/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 03/06/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Rogério Wilson Theiss

Responsável pela Diretoria Executiva

### TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 100/2014

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 100/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552/0001-05,

representado neste ato por seu representante legal Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF osb nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, IMOBILIÁRIA MÉDIO VALE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.769.103/0001-09, estabelecida à Rua Maria Simão, nº 278, Bairro das Nações, no nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Sr. Gustavo Albuquerque Gollnick, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 737.938.099-00 e Cédula de Identidade nº 44.525.488-SSP/PR, residente à Rua Rio Branco, nº 378, Bairro Tapajós, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 087/2014 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 001/2014-18201, e as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas segunda, item 2.1 e terceira, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel, com as seguintes características: imóvel urbano, terreno com área de 445,50m2, com edificação em alvenaria com cobertura de telhas cerâmicas, com área de 140,99m2, contendo 03 quartos/dormitórios 02 BWC, sala, cozinha, área de serviço, e área coberta de varanda e garagem. Imóvel registrado no 1º Ofício de Imóveis da Comarca de Indaial/SC, sob Matrícula no 29116. O respectivo imóvel destina-se ao uso exclusivo do “CRAS do Bairro Tapajós”, passam a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 24 de abril de 2016 até 24 de abril de 2017, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$ 1.265,85 (um mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 20 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Locatário
--	---

IMOBILIÁRIA MÉDIO VALE LTDA PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Gustavo Albuquerque Gollinick Miguel Angelo Soar  
Locador OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

### **TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 259/2014**

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 259/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que fazem entre si MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação da Rua Heinz Wanser, com área total de 7.927,58m², passa a vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:**

5.1. O prazo de execução das obras é de 16 de maio de 2016 até 15 de agosto de 2016, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 16 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

### **TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 260/2014**

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 260/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que fazem entre si MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação da Rua São Vicente, com área total de 1.027,86m², passa a vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:**

5.1. O prazo de execução das obras é de 16 de maio de 2016 até 15 de agosto de 2016, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma,

para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 16 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:



# Ipumirim

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2016 -3º T. ADIT. AO CONT. Nº 80-2014-FORMATO ENGENHARIA LTDA** ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 42/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2014, Processo de Licitação nº 64/2014, homologado em 01 de dezembro de 2014.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 80/2014, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA FORMATO ENGENHARIA LTDA.

Valor: R\$ 64.873,89 (Sessenta e Quatro Mil Oitocentos e Setenta e Três Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Assinatura: 12/05/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: FORMATO ENGENHARIA LTDA, situada na RUA DAS CEREJEIRAS Nº 25 SALA 01, Bairro: FLORESTA, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.310.204/0001-80.

### **PORTARIA Nº. 183/2016 DE 18 DE MAIO DE 2.016.** CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

#### CONCEDE

A SILVANO SCHMIDT, matrículas 507-0, Licença Prêmio de 20 (vinte) dias, relativa ao período aquisitivo de 2008 a 2013 e gozo nos dias 18/05/2016 a 06/06/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 18 de Maio de 2.016.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal.

Maira Comboski  
Auxiliar Administrativo

### **PORTARIA Nº. 186/2016 DE 18 DE MAIO DE 2.016.** CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

#### CONCEDE

A IZANIR TEREZINHA TICIANI NICODEN, matrícula 527-4, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativa ao período aquisitivo de 2008 a 2013 e gozo de 23/05/2016 a 21/06/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 23 de maio de 2016.

Ipumirim - SC, 18 de Maio de 2016.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito

Maira Comboski  
Auxiliar Administrativo

### **PORTARIA Nº. 184/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.** EXONERA SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

#### EXONERA

RAQUEL EVANGELISTA, Matrícula 2513-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.815.128-6 e do CPF 031.712.969-42, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 086/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de maio de 2016.

Ipumirim - SC, 18 de maio de 2016.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski  
Auxiliar Administrativo.

**PORTARIA Nº. 185/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.**

EXONERA SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

SIRLEIA KIST, Matrícula 2516-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3935723 e do CPF 004.831.649-09, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 089/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de maio de 2016.

Ipumirim - SC, 18 de maio de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016/FMS**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2016

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 06/06/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 06/06/2016. Objeto da licitação: o registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados conforme normas da ANVISA, para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 18/05/2016

JACIR LIRIO BONISSONI -

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

# Irati

## PREFEITURA

### **PREGÃO 031/2016**

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Irati

Processo N.º 045/2016 – Pregão Presencial 031/2016

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

O Fundo Municipal de Saúde de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o Processo 045/2016, Pregão Presencial 031/2016, visando a realização de REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIOS PARA A CONFECÇÃO DE PROTESES DENTÁRIAS PARCIAIS E TOTAIS. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08:00MIN do dia 06 DE JUNHO DE 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08:00MIN do dia 06 DE JUNHO DE 2016, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Irati. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente ou pelo fone (49) 3349.0010, ou diretamente no Setor Administrativo de Prefeitura Municipal de Irati, Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro e ainda no site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br). Irati – SC, 18 de maio de 2016. Alcir Bergamaschi – Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati.

# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 36/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 36/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda ME.

Objeto: PAVIMENTAÇÃO DA RUA GUANABARA – TRECHO I, EM UMA EXTENSÃO DE 124,00 M, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DA VIA EM LAJOTAS DE CONCRETO HEXAGONAL, COM COLOCAÇÃO DE MEIO FIO E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM PAVER, DE ACORDO COM OS PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO.

Valor total: R\$ 244.476,02 (duzentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e setenta e seis reais e dois centavos).

Vigência: 16.05.2016 a 15.01.2017

Base Legal – Processo Licitatório nº 20/2016 – Tomada de Preços nº. 05/2016

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016  
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2016

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 07 de Junho de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando "DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, DE ACORDO COM A LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Irineópolis, 18 de maio de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 20/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 20/2016  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda ME.  
Irineópolis, 16 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 116/2016

PORTARIA Nº 116/2016.

NOMEIA MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 c/c com o artigo 5.º da Lei nº 1.600/2011 de 22/12/2011,

RESOLVE :

Art. 1º - Nomear os membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, pelo período de 02 (dois) anos, conforme segue:

I . DO GOVERNO MUNICIPAL

a) Secretaria do Desenvolvimento Comunitário

Efetivo: Rosana Marcia Perciak Pereira Piekarszewicz;

Suplente: Rosana Donda Rückl.

b) Secretaria da Saúde

Efetivo: Daniela Aparecida Fritzen Randig;

Suplente: Giseli Kempinski.

c) Secretaria da Fazenda

Efetivo: Marcela Adeleva Ciarini;

Suplente: Iris Vanessa Bay.

d) Secretaria da Educação

Efetivo: Francieli Maria Knoll;

Suplente: Ana Paula Martins Reichardt.

e) Secretaria da Agricultura

Efetivo: Ana Paula Reichardt;

Suplente: Francisco Eraldo Konkol.

f) Secretaria da Infraestrutura

Efetivo: Pedro de Miranda;

Suplente: Gilson Brand.

II – DOS USUÁRIOS

a) MST - Assentamento Manuel Alves Ribeiro

Efetivo: Iraci Rodrigues de Lara;

Suplente: Jurandir José Bassani.

b) Programa Bolsa Família

Efetivo: Marilene Aparecida de Paula;

Suplente: Claudia Castanharo.

b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores (as) Familiares

Efetivo: Vitorio Appel;

Suplente: Admilde Pasasold.

d) Lar de Idosos Colonia Sat'Ana

Efetivo: Catarina Zak (Ir. Lourdes);

Suplente: Maria Joaquina Rocha Carneiro.

e) Associação de Caridade Santa Bernadete

Efetivo: Marlene Litka;

Suplente: Rosangela de Fátima Padilha.

f) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Efetivo: Maiara Estrizer;

Suplente: Maria da Luz Cordeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 228/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Município de Irineópolis (SC), 17 de Maio de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### ADITIVO ATA MAURO MARCIANO E TEREZINHA

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 56/2015, PL 012/2015

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Mauro Marciano Comércio de Medicamentos LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015

OBJETO: Reajuste no valor do medicamento Cloridrato de paroxetina 20 mg

VALOR REAJUSTADO: R\$ 0,18 (dezoito centavos) por comprimido;

VIGÊNCIA: Início: 13/05/2016 Término: 25/05/2016

Marília Franke - Gestora

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 005/2016, PL 061/2015

PARTES: Município de Itá e Terezinha de Oliveira Luz ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 040/2015

OBJETO: Aditivo de 25% na quantidade do item 48 (melancia média) e no item 54 (ovos)

VIGÊNCIA: Início: 13/05/2016 Término: 30/06/2016

Leide Mara Bender - Prefeita

### AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preços, no dia 02 de junho de 2016, para contratação de empresa para reforma das estruturas decorativas para o natal 2016. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 02 de junho de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá SC, 18 de maio de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

### EXTRATO CONTRATOS 51 A 53

Contrato Nº.: 51/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada.: PATRICIA REGINA DOS SANTOS REALI

Valor ..... : 12.000,00 (doze mil reais)

Vigência ..... : Início: 12/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 12.676,91

Objeto ..... : Prestação de serviço de fisioterapia (sessões de fisioterapia

e sessões de fisioterapia em domicílio (inclui deslocamento)), pelo CONTRATADO, a todos os cidadãos, devidamente encaminhados pelo Município de Itá.

MARILIA FRANKE - GESTORA

Contrato Nº.: 52/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada.: IZABEL CRISTINA CLINICA MEDICA LTDA LTDA

Valor ..... : 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Vigência ..... : Início: 12/05/2016 Término: 31/10/2016

Objeto ..... : Serviços de plantão de sobreaviso em saúde pública com

profissionais na área de medicina.

Contratada.: IZABEL CRISTINA CLINICA MEDICA LTDA LTDA

Vigência ..... : Início: 12/05/2016 Término: 31/10/2016

MARILIA FRANKE – GESTORA

Contrato Nº.: 53/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: E.U. CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

Valor ..... : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência ..... : Início: 16/05/2016 Término: 15/07/2016

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para Consultoria na

realização da 2ª Conferência das Cidades do Município de Itá parte integrante da 6ª Conferência Estadual e Nacional das Cidades envolvendo

todo território municipal, compreendendo: acompanhamento, elaboração

de dinâmicas, material e palestra sobre o Tema "A Função Social da Cidade e da Propriedade", considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25

de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19, de 25 de Maio de 2015.

Contratada.: E.U. CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

Vigência ..... : Início: 16/05/2016 Término: 15/07/2016

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Recisão Contrato Nº.: 163/2013

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada.: CLINICA PSYCOMEDIC LTDA

Objeto ..... : Serviços de plantão de sobreaviso em saúde pública com

profissionais na área de medicina

Data da Recisão: 13/05/2016

MARILIA FRANKE – GESTORA

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE CONTRATOS - PR Nº 9/2016

Processo Licitatório nº 16/2016 – Pregão Presencial nº 9/2016. Objeto: aquisição de tubos de concreto para drenagem pluvial na Rua Henrique Koenig, Bairro Bom Jesus. CONTRATO – CONTRATADA –VALOR. 43/2016 – Artefatos de Cimento Alto Paraguaçu Ltda. ME (ITEM 1: 450 UN – 0,40 x 1,00 – sem armação) - R\$ 12.037,50; 44/2016 – Postefibra Ltda. ME. (ITEM 3 – 520 UN – 0,60 X 1,00 – sem armação) - R\$ 24.336,00. Prazo: até 31/07/2016. Itaiópolis, 16/05/2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal



# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DE TOMADA DE PREÇO 03/2016 - DESERTA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	18/05/2016	Horário: 09h:30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 03/2016 Nº 37/2016

#### OBJETO:

Contratação de empresa com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para pavimentação asfáltica de 3.335,80 m<sup>2</sup> e recapamento de 60,80 m<sup>2</sup> na Rua Avenida do Comercio localizado no Balneário Itapema do Norte – Gleba 1, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2685/2016. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, Jornal de Grande Circulação no Estado, Diário Oficial de Santa Catarina, Site Oficial do Município e mural público municipal, no dia 02/05/2016 a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão foi constatado pela CPL que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h40min.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA  
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA  
MEMBRO

### PORTARIA Nº 01/2016/SEPLAN: NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE TRANSFERÊNCIAS DE LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

itapoá, 18 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 01/2016/SEPLAN

NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE TRANSFERÊNCIAS DE LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Marcio Roberto Gonzatto, Secretário de Planejamento e Urbanismo, no uso de suas atribuições, conforme disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014.

Resolve:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a comissão para condução de Processo de Transferência de Lotação de Servidores Públicos da Secretaria de Planejamento e Urbanismo.

Reinilda Fiorese  
Diretora do Departamento de Planejamento

Adalberto Geraldo Lupatelli  
Fiscal de Obras e Posturas

Vandressa Apª Chervinski  
Agente Administrativo

Marcio Roberto Gonzatto  
Secretário de Planejamento e Urbanismo

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO 127

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 127/2016  
DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 26 E 27 DE MAIO DE 2016, NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 261 do Regimento Interno,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica decretado como Ponto Facultativo, nas dependências da Câmara Municipal de Itapoá, nos dias 26 e 27 de maio de 2016, (Corpus Christi).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 17 de maio de 2016.  
DANIEL SILVANO WEBER  
Presidente

### PORTARIA Nº70

PORTARIA Nº70, DE 16 DE MAIO DE 2016  
Concede Férias À Servidora Marta Regina Bedin

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 19 de maio de 2016 a 17 de junho de 2016, à servidora MARTA REGINA BEDIN, matrícula 280-07, investida no cargo de Procuradora Jurídica, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Serão convertidas 1/3 das férias em pecúnia de acordo com ao artigo nº60, § 1º.

Art. 3º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 07/04/2015 à 07/04/2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 16 de maio de 2016.  
Daniel Silvano Weber  
Presidente

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **Lei nº 2648, de 19 de maio de 2016**

LEI Nº 2.648, de 19 de maio de 2016

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências”

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2016 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2015 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.636, de 07 de dezembro de 2015 e LEI Nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ R\$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º. Fica alterada as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I, da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º - III da Lei 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 19 de maio de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### 1A RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 03/2016 ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

1a RETIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2016

ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Processo Licitatório nº 03/2016

Modalidade: Tomada de Preço

Tipo de Licitação: Menor Preço Global

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

A Diretora Presidente do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 033/2003, de 23 de dezembro de 2003 e suas alterações, resolve retificar o edital de licitação supra citado de acordo com as seguintes modificações:

I – Alterar a redação do caput item 2.2. do Anexo I – Objeto – Termo de Referência, que passará a ter a seguinte redação:

“2.2. Impressora Jato de Tinta Multifuncional Colorida A4 – Quantidade: 02 impressoras.”

II – A data de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta comercial, bem como a data da sessão de abertura do presente processo licitatório, previstas no item 2.1. do edital, ficam alteradas para o dia 09/06/2016, as 14 horas, na sede do ISSEM.

III – As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul, 16 de maio de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

### DECRETO Nº 10.872/2016

D E C R E T O Nº 10.872/2016

Altera o Valor da Unidade Taximétrica do Serviço de Táxi do Município.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 236/2016/Semur, de 11/05/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

DECRETA :

Art.1º Fica alterada a UNIDADE TAXIMÉTRICA do Serviço de Táxi do Município de R\$ 2,45 (Dois reais e quarenta e cinco centavos) para R\$ 2,80 (Dois reais e oitenta centavos), ficando com a alteração reajustadas as tarifas de táxi nas seguintes proporções:

BANDEIRADA 1,63 U.T. = R\$ 4,58

BANDEIRA I 1,00 U.T. = R\$ 2,80

BANDEIRA II 1,20 U.T. = R\$ 3,36

HORA PARADA 9,39 U.T. = R\$ 26,29

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio de 2016.

Jaraguá do Sul, 18 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

### LEI Nº 7.222/2016

LEI Nº 7.222/2016

Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua Nº 1432, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Barra do Rio Cerro, passa a denominar-se OSNI PIESKE.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

### LEI Nº 7.223/2016

LEI Nº 7.223/2016

Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua Nº 1433, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Barra do Rio Cerro, passa a denominar-se EDITH MATHIAS PISKE.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

**PORTARIA Nº 377/2016**

PORTARIANº 377/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 183/2016/DGP, de 13/05/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

## RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR a data constante na Portaria Nº 1298/2014, de 26/05/2014 para 20/05/2014, que declarou a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARISTELA MENEL ROZA.

Art.2º RETIFICAR a data constante na Portaria Nº 339/2016, de 18/08/2015 para 10/08/2015, que exonerou a servidora pública municipal CARINE DE ALMEIDA SALDANHA do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Art.3º RETIFICAR a data constante na Portaria Nº 342/2016, de 14/03/2016 para 18/08/2015, que exonerou a servidora pública municipal KAROLINE JANSSEN do cargo efetivo de AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de maio de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 378/2016**

PORTARIANº 378/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - do servidor público municipal SERGIO ANTONIO CECONELLO, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 714/2015;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 184/2016/Sema-DGP, de 13/05/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

## RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - do servidor público municipal SERGIO ANTONIO CECONELLO, concedida através da Portaria Nº 220/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 11/05/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de maio de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 379/2016**

PORTARIANº 379/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 187/2016/Sema-DGP, de 16/05/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

## RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 06/05/2016, ANDRESSA BAHR do cargo efetivo de SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR, da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 532/2013, de 21/03/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de maio de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 380/2016**

PORTARIANº 380/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 120/2012, de 23 de março de 2012; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 14452/2016;

## RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 1º/06/2016, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho do servidor público municipal MARCELO JOÃO JUSTO, ocupante do cargo efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA, lotado na Secretaria Municipal da Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de maio de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 381/2016**

PORTARIANº 381/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 542/2016/Cogem, de 12/05/2016, da Controladoria-Geral do Município;

**RESOLVE :**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 18/05/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 004/2016, instaurado pela Portaria Nº 069/2016, de 18/02/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

# Joaçaba

## PREFEITURA

### EDITAL SME/JBA Nº 001 DE 14 DE ABRIL 2016 DIVULGAÇÃO PROVISÓRIA RETIFICADA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

EDITAL SME/JBA Nº 001 DE 14 DE ABRIL 2016

DIVULGAÇÃO PROVISÓRIA RETIFICADA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Abre inscrições e fixa normas para o Concurso Público de ingresso em cargo público de provimento efetivo do Município de Joaçaba, em especial a Secretaria Municipal de Educação.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste divulgar a listagem provisória das inscrições deferidas, conforme previsto no presente processo em tela.

ENCONTRAM-SE ABERTO OS PRAZOS RECURSAIS PARA OS CANDIDATOS QUE NÃO ESTIVEREM SENDO LISTADOS ABAIXO DO PERÍODO DE 18/05/2016 ATÉ 19/05/2016 ATRAVÉS DO E-MAIL [CONTATO@APRENDERSC.COM.BR](mailto:CONTATO@APRENDERSC.COM.BR)

INSC.	CANDIDATO	CARGO.
5650	THAIS LIANA BELLÓ COLUSSO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5651	TAIZE CONTE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5653	KAREN ALINE DE F. THOMAZ SAVARIS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5654	GISÉLI BORSOI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5655	LALESCA BELOTTO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5656	SONIA STOFFEL DE SOUZA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5657	SANDRA MARIA BERTELI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5658	VERIDIANA APARECIDA FILGUEIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5659	NEUSA DE FÁTIMA GERVASIO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5660	KEITY MARA GAZZOLA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5663	ELAINE RODRIGUES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5664	CRISTINA PICCOLI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5670	AMANDA LUZIA FERREIRANDIN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5671	DANIELA SOUZA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5672	ANDREA DA CRUZ MOREIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5673	REJANE DOS SANTOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5675	ELIETE TEREZINHA DE OLIVEIRA HUGEN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5680	SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS

5682	JULIANA SBRUZZI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5684	MARIAH NINA BELLÓ	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5689	ANDREA LANGE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5692	NEIDE SANTANA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5694	MARISETE ALVES DIAS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5695	PATRICIA APARECIDA SBRUZZI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5696	JÉSSICA RIBEIRO DE GRACIA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5697	SIMONE APARECIDA FRANÇA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5700	LIZIANE SBRUZZI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5706	NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5708	ADRIANA PEREIRA C. C. MONTEIRO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS

5713	FABIANA BARBOSA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5716	SHIRLEI IARA MOREIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5727	TATIANE REGINA POLIDORO ZANIN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5732	MAGALI FERREIRA DA COSTA FERRETTI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5735	RUBIA SIBÉLIS CHIAMULEIRA DUARTE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5739	FABIANA PAROLIN ANTES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5755	LETICIA DE FATIMA GONCALVES TIEPPO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5756	LUIZA MATTEVI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5758	MARLON IGOR BOTELHO SPÍNDOLA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5759	MARISTELA DA SILVA MATOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5764	LILIAN CRISTINE MOREIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5767	MARLENE DOLSAN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5773	ARLETE TRIQUES HOFFELDER	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5775	LÚCIA CATARINA ALVES DE JESUS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5778	CLAUDIMARA ANDRIONI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5781	VARNEI BARCARO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5785	LUCIANA SCHULER ROSEGHINI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5787	JULIANA BISATTO MAIER	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS



5790	LORENA ZACCARON	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5791	PAMELA TERÊNCIO DA SILVA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5793	ELIZABETE DA CRUZ	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5794	PÂMELA RODRIGUES OLIVO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5795	KARINE GRASSMANN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5796	EULEZIA FATIMA VANZIN LISSA DAL PRÁ	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5798	GILMAR BERTELLI PELICCIOLI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5810	ALZIRA MAESTRI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5812	TAIS GARRIDO DE SOUZA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5829	CLAUDETE APARECIDA COMIN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5830	ANA RAQUEL MARCON	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5833	TAYNA ANDOLFATTO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5834	JOSIANE REGINA HABECH	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5839	MARIA ELIZABETE ALVES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5842	GISLAINE ANTUNES PEREIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5851	ALESSANDRA COLUSSO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5855	CANDIDA APARECIDA DA ROSA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5863	JOSELAINE DE SOUZA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5866	GISELE LUIZ SERAFIM	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5868	ROSANGELA MARIA DALLA COSTA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5870	PRISCILA ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5875	SIMONE DALLA NORA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5881	VALERIA APARECIDA MARIA NUNES VELHO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5966	SAYONARA APARECIDA TESSER MIGNONI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5970	DANIELA APARECIDA SIMIONI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5971	MARINA BEATRIZ PEREIRA CHAVES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5972	TATIANE APARECIDA POLO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS

5974	JANAÍTA DALMORO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5975	NEUSA TEREZINHA FORTES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5977	EDELIR FÁTIMA DEITOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5979	JULIANA APARECIDA DE BARBA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5981	LARISSA KASBURG	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS

5984	CARINA BUCHALI MARCA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5988	ANDRÉIA TEIXEIRA ESTROVISPY	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5989	SONIA APARECIDA GONÇALVES THIBES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5990	MARILETE ZACARIA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5991	AMARILIA APARECIDA RIBEIRO DAMBROS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5997	ANA PAULA BARETTA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6009	LEILA TREVISOL	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6010	ALEXANDRA APARECIDA RIGO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6013	IVANETE GASPARINI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6014	MAIARA ZAMBIAZZI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6015	RAFAEL CHIOMENTO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6019	KELLY ANILY PEREIRA BRESSAN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6023	EVANIA MARA VICENTE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6024	JULIANA APARECIDA THOMAZI SAMOURA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6027	LUCIANE CUNHA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6610	LUCILENE APARECIDA FERNANDES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6889	FERNANDO POGGERE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6890	ELISANDRA PRESOTTO DA NUNZ	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6894	CRICIANA DA ROSA XAVIER	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6896	EDA NAIR BASEGGIO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6897	FRANCELI FRIGO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6900	JULIANA KUDRECK ALVES MEISTERLIN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6901	MARGARETE DE OLIVEIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6909	DANIELLA PATRÍCIA APARECIDA ANTUNES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6920	SILVANA PELENTIR BARBOSA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6932	VALDEMIR BOGONI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6933	TAMI RAFAELA PASCOTTO DAHMER	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6935	PATRICIA BOTTEGA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6941	LUANA APARECIDA FILIPINI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6949	JOSEANE DE OLIVEIRA PRESTES ABATTI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6971	JULIANE BRESSANELLI GARCIA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6980	SUZANA CÁSSIA MARTINAZZO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6988	ADRIANA MARIA DA SILVA X.bernardi	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS

6989	SOLANGE FORTES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6997	JOSSICLEIA PREZOTTO KUHN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6998	FABIANA APARECIDA NARDI MARCA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
6999	FATIMA ZARTH	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7000	ALESSANDRA DE LIMA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7003	LUCIANA JAROMINEK	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7004	SUELLEN APARECIDA BECKER	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS

7006	SOELI TEREZINHA BEBER DALACOSTA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7015	TAMARA RIZZOTTO FAVARO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7020	ELIETE GRIGGIO TONIN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7022	CRISTIANE APARECIDA GRASSMANN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7027	ALINE BEATRIZ CAVALLI LAMB BUFON	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7029	MARTA BEHREND ROCHA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7033	MARISA SCHNEIDER	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7039	MAIRA GALDINO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7041	VANESSA ALBERTI WILLMSSEN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7044	ALICE REGINA VIEIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7047	LILIAN PIOVESAN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7048	KÁTIA REGINA VACARI DA ROSA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7050	PATRICIA CONCEIÇÃO MATANA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7051	JULIANE DE MELLO DA SILVA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7053	JULIANE BELANDI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7054	ALINE SANTIN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7055	NESIA ALVES THEISS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7058	SHERLON CRISTINA DE BASTIANI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7061	JOICE FRANCIELE PAROLIN DE CARVALHO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7062	KELY JULIANA VICENTE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7063	TICIANA DE RESENDE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7064	DAIANE CRISTINA LEITE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7068	DANIELI FAVARO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7080	JEAN FRANCISCO RISCAROLI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7083	ELIZABETE FERREIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS

7088	SABRINA MAIARA DEMENECH ZANELATTO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7089	GILSE PINTO RIBEIRO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7093	SANDRA VACCARI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7094	MÁRCIA VALMORBIDA BOGONI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7095	FRANCIELI NEIVA MEDEIROS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7096	TAYLA REGINA DE BAIRIO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7097	KARINA ALBERTI DA FONSECA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7101	FABIANA SCHMIDT DOS SANTOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7108	JOSELIA ZAMBIAZZI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7110	EUNICE CÁTIA BOTTEGA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7111	LUCINÉIA APARECIDA SLAVIERO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7116	DAIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7120	MAIELEN NELZI DA SILVA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7121	KELY DOS SANTOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7123	RUTE CARNEIRO DE OLIVEIRA SANTANA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7125	CLEBER FONTANA GONCALVES DA SILVA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7127	MARCIA BORSOI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7128	MANUELA DI DOMENICO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7129	PAULA MEISTERLIN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7130	LICIANE BULGARELLI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS

7131	LUCIA SALETE SIEPMANN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7133	THAIANE CRISTINA BONATTO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7137	JESSICA ZUFFO HACKBARTH	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7138	ALESSANDRA FISCHER	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7141	SOILI GROSS FELIPPE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7144	JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7145	GIOVANA APARECIDA RODRIGUES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7149	BRUNA MARIA BARANCELLI ALVES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7150	SONILEI APARECIDA PERONI GUARDA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7159	LILIAN NAIR ZANELATTO MICHELIN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7160	LUCIANE CARPEGIANI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7162	TATIANE MURARO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS

7163	IVONETE MARCON	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7165	LEONILCE BASOTTI SLONGO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7167	FERNANDA FACHIN VIEIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7168	ANGELA APARECIDA FERONATO RAMOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7169	JESSICA APARECIDA CHIAMULERA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7171	FABIANA APARECIDA MOREIRA BEHREND	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7174	CRISTIANE LIMA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7175	IZABEL CHIAMOLERA DE ALMEIDA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7180	VANDRÉIA PEREIRA C. DOS PASSOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7190	CLEONICE DE JESUS C. DE OLIVEIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7191	DAYANE VIEIRA MARTINS DOS SANTOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7194	MARCIA SALETE VACCARI ZORZZI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7197	CINTIA ANTUNES DOS SANTOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7199	DANIÉLE DIEHL	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7202	MARIA LUIZA DEZANET	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
7206	LUCIANA BITENCOUTT	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 40 HRS
5687	LUCIELE HENGERS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5693	MARIA DE FÁTIMA BAZEI MELERE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5709	BEATRIZ RODRIGUES CHINATO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5725	KELLY DAIANE DE OLIVEIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5776	MARIZETE DE CORDOVA PASSOS DAHMER	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5780	ANA MARIA FRIZON	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5825	GRAZIELA DE MARCO BASSO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5884	GRACIANA NUNES PEREIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5964	NALIGIA MATTIUZ	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5976	CÉLIA MARA ANTUNES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5982	GELISE CIARNOSKI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5983	ROSEMARI DE SOUZA DUTRA DE MATTOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5996	LUIZA PEREIRA DUARTE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
6017	FENANDA KRUG	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
6300	SANDRA ANDRÉIA RECALCATTI	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
6940	GLACINIRA AP. R. CORRÊA SPESSATTO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
6979	SANDRA MARA PILATTI SERENA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS

6986	MICHELLI NOVELLO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
6991	JAQUELINE RUPPENTHAL BENTO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
6994	GISLAINE ROCHA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7002	CARLA APARECIDA MOSTO BALESTRIN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7010	MONICA LINHARES VAS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7011	ANA CLAUDIA HERMANN	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7018	PAMELA MARIA BELOTTO CHIESA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7056	TIRLANE KUHN HOFFSTATTER	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7057	KARLA DALILA HACK	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7077	KELI FRANCISCATTO DALLA LANA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7091	LUCIANE FERREIRA BRANDÃO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7092	LUCIANA SALETE DA CAS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7105	MARCIA MARIA GRAEF	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7148	REJANE MARIA PROVENSI BARCARO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7166	NAIANE DE LIMA MASCARELO	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7172	VERA LUCIA CORDEIRO TRIUNLINA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7173	CLECIANE LUVISON	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7176	ELIANI FÁTIMA BALESTRIN DAROLD	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7178	CHARLENE AP. MAZZAROLLO FIORESE	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7182	GILVANA SUELI DOS SANTOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7189	IARA HOFFMANN DOS SANTOS	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7192	GIGLIOLA RAQUEL BIZINELA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7195	CONSTANCIA RODRIGUES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7205	KEZI DE OLIVEIRA	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
7263	ADRIANA APARECIDA DOS REIS ALVES	PROF. ENSINO FUND. - ANOS INICIAIS - 20 HRS
5685	ANDRESSA STREY	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES
5690	LENITA LAVRATTI PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES
5784	JANETE SUSANA BREDA DE PELEGRIN	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES
5832	ROSANGELA RIBEIRO BEHERNS PINTRO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES
5978	SABRINA APARECIDA DADALT	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES
6011	IEDA COLLA DE SOUZA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES
6925	JANELISE BRESSAN DE LÁZARO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES
6995	ROSANA SIMI LENZ	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES

7045	ANA CLAUDIA ALBERTI	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES
7132	VIVIAN EMILLI FALLGATTER SILVA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES
7164	CLECIANE CALEGARI	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES
5688	ROSILDE BACHES	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA
5864	LISANGELA ALBINO	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA
6888	ROSANE TERESINHA KATAFESTA	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA
6922	MARLENE VALESAN	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA
6983	GABRIELA GERON	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA
7139	DINAMAR BEFFART BAZEGGIO	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA
7155	DANIELI SCHLEMMER	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA
5678	LIDIANE GOMES SIQUEIRA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - INGLES
5729	SILVANA LOCATELLI PICOLI	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - INGLES

5799	RONALDO PASINATO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - INGLES
6934	KARLA CRISTINA PARISENTI LAMPERTI	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - INGLES
6992	WANEISSA FRANCO SOBRAL	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - INGLES
5691	CÉLIA FRIGO	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
5740	SHIRLEN F. TONET	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
5801	ANDRÉIA AP. RODRIGUES DA CRUZ	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
5821	GUSTAVO FAUSTO SAAVEDRA TERAN	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
5828	GEIZA MÜLLER MICHELON	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
5862	DJWLLY KANAA ROSA DA SILVA	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
5987	FABIANA SERENA	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
6004	EVELISE AP. DANIELLI BRANDALISE	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
6021	MARIA REGINA FALCHETTI	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
6993	VANILZA MARQUES DA SILVA	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
7052	ROSANGELA DURIGON CERONI	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
7084	RAFAELA MARCHIORO	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
7134	ANDRESSA SALETE PAWLAK	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
7186	FERNANDA CORSO	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
7204	IEDA CRISTINA MARTINS	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMATICA
5648	RONALDO DALLA COSTA	PROFESSOR DE INFORMATICA
5681	ALMIRO DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE INFORMATICA
5718	LUCAS WANDERLEI PRATTO	PROFESSOR DE INFORMATICA

5722	JULIENE CRISTINA GOMES REMOR	PROFESSOR DE INFORMATICA
5724	GISLAINE PINTO RIBEIRO	PROFESSOR DE INFORMATICA
5861	CHAIANA MARTA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE INFORMATICA
6005	DYEMIS ANGONESE	PROFESSOR DE INFORMATICA
6603	RAFAEL GIONGO BURLIM	PROFESSOR DE INFORMATICA
6895	LUCIANO BITTENCOURT	PROFESSOR DE INFORMATICA
7021	ROBSON VEIGA	PROFESSOR DE INFORMATICA
7153	ANGÉLICA RIBEIRO GALIO	PROFESSOR DE INFORMATICA
7179	JARDEL DAL ZOTTO	PROFESSOR DE INFORMATICA

Sem mais,

Joaçaba, SC – 18 de Maio de 2016.

APRENDER.COM

### EXTRATO PL 41/2016/PMJ - PP 27/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016/PMJ

Objeto Aquisição de placas destinadas à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária vertical nas vias urbanas do Município. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 13/06/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 13/06/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba (SC), 18 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

### PORTARIA N.º 5976

PORTARIA Nº 5.976 DE 13 DE MAIO DE 2016

"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) BRUNA MARIA BARANCELI ALVES das funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação,.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de



julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 5977**

PORTARIA Nº 5.977 DE 13 DE MAIO DE 2016  
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) CINTIA CRISTIANE SIMON das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 5978**

PORTARIA Nº 5.978 DE 13 DE MAIO DE 2016  
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) CRISTINA PICCOLI das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 5979**

PORTARIA Nº 5.979 DE 13 DE MAIO DE 2016  
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) DAIANA ALVES DE CAMPOS das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 5980**

PORTARIA Nº 5.980 DE 13 DE MAIO DE 2016  
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) GELISE CIARNOSKI das funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5981**

PORTARIA Nº 5.981 DE 13 DE MAIO DE 2016  
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) GISELI BORSOI das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5982**

PORTARIA Nº 5.982 DE 13 DE MAIO DE 2016  
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) MARISTELA DA SILVA MATOS das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5983**

PORTARIA Nº 5.983 DE 13 DE MAIO DE 2016  
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) MONICA LINHARES VAS das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta)

horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5984**

PORTARIA Nº 5.984 DE 13 DE MAIO DE 2016  
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) ALINE MARIANI das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5985**

PORTARIA Nº 5.985 DE 13 DE MAIO DE 2016  
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) SILVANA SCALABRIN das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.



JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5986**

PORTARIA Nº 5.986 DE 13 DE MAIO DE 2016  
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) TANIA LINO das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5987**

PORTARIA Nº 5.987 DE 16 DE MAIO DE 2016  
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, o contrato de trabalho em 16 de maio de 2016, do (a) Senhor (a) CARINA BUCHALI MARCA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de maio de 2016

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5988**

PORTARIA Nº 5.988 DE 16 DE MAIO DE 2016

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) ANA PAULA LINI, Assessor Administrativo, nível CC-5, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**RESOLUÇÃO Nº 04/2016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

RESOLUÇÃO Nº 04/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

O Secretário de Assistência Social de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria de Assistência Social, conforme relação abaixo: ABRIGO – Juliana Chiamulera, Ediles Drey de Giacometti, Maria Eliza Monteiro, Adriana Pospor, Marilei Schmitz Ebert, Marisangela Aparecida Carletto, Rodrigo Pereira Silva, Derli Francisco da Silva, Adriana Maria Pedrette Pasini, Karine Ferreira da Rosa e Kelly Ferreira (MHY 9721, PEUGEOT PARTNER ESCAP 2010/2011 BRANCA) CONSELHO TUTELAR –, Grasielle Zanela, Nilce Terezinha Medeiros Inocente da Costa, Denise Azevedo Kruhs, Lucineia Cloth Perotto da Rosa e Jaqueline Correa (MLU 2478, PALIO WK ATTRAC - FIAT BRANCA, 2014).

CRAS – Sandrine Pizoni, Juliana Chiamulera, Rúbia Karen Provensi, Larissa Novello, Gislaine Ferreira Coutinho Soares, Edoardo Trindade dos Santos, Kelly Ferreira e Angelo Ernesto Comin (MKF 7167, RENAULT/LOGAN AUT 1016V 2012/2013 BRANCA e MLM 0086 UNO MILLE – FIAT - 2013 ).

CREAS – Rozane Martins Schmutz, Maristela Rosa Abatti Schuller, Rosilde Calderoli Bortolini, Marcelino Zuffo, Giolly Muriel Moreira, Rosilei Bordin Lago, Aline Aparecida Schmidt Dambros ( MKE 5977, RENAULT/LOGAN EXP 16 2012/2013 BRANCA, MLN – 7742 – UNO VIVANCE 2014 BRANCO) e Marcelino Zuffo,( RENAULT/MAST MASTICAR MLU-4986).

IDOSO –Ivete Aparecida Facin, Marisete da Rosa Bottega, Daiana Duarte (MFY 1160, VW GOL SPECIAL 2002/2003 CINZA).

SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Juliana Chiamulera, Ediles Drey

de Giacometi, Renan Zilio, Ivone Zanatta, Nathalia Costenaro Mascarello, Loiva Otto Grisner, Mário Wolfart, Edoardo Trindade dos Santos e Angelo Ernesto Comin (MDR 4613, FIAT/SIENA FIRE FLEX 2007/2007 BRANCA), MKU- 4769 FIAT STRADA WORKING 2014/2015) e (MGD 8896 –UNO MILLE FLEX 2010 - BRANCO) MKU-4769 -FIAT-STRADA WORKING-2014/2015– Poderá ser usado por todos os servidores dos serviços acima citados.  
Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação, deverá estar

dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 01/2016.

Joaçaba, SC, 18 de maio de 2016  
MÁRIO WOLFART  
Secretário de Assistência Social

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO 035/2016 - LICENÇA PREMIO EM PECUNIA - LEANDRO

RESOLUÇÃO Nº 025/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do Servidor LEANDRO SARTORI, Analista Legislativo, conforme requerimento protocolizado sob o nº 256, deferido em 27 de abril de 2016, referente ao período de 15 de agosto de 2014 a 15 de agosto de 2015, nos termos do art. 57, §2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004 c/c art. 80 e 80-A da Lei Complementar nº 76/2003.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 17 de maio de 2016.  
JUCELINO JORGE FERRAZ  
Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

### RETIFICAÇÃO EXTRATO EDITAL PP 003/2016 - MATERIAL DE INFORMÁTICA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA  
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 007/2016  
PREGÃO PRESENCIAL NR. 003/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor JUCELINO JORGE FERRAZ, devido a fatores de ordem técnica, torna público a RETIFICAÇÃO do Extrato de Edital de Licitação n.º 007/2016, Pregão presencial n.º 003/2016, cujo objeto é o "registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos", nos seguintes termos:

- a) O credenciamento será até às 14 horas do dia 03 de junho de 2016, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba – SC, localizada na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba – SC;
- b) A abertura da sessão será no dia 03 de junho de 2016, às 14h30min na Câmara Municipal de Vereadores (endereço acima descrito);
- c) O Edital na íntegra se encontra disponível no site <http://camarajocaba.sc.gov.br/> e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 18 de maio de 2016.  
JUCELINO JORGE FERRAZ  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

## SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

### ERRATA CONTRATO JHL 0026/2016 - SIMAE

ERRATA:

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA – SANTA CATARINA  
Na publicação do SIMAE, de 29 de abril de 2016, DOM/SC, Edição nº 1985  
Resumo Contrato JHL 0026/2016

Onde lê-se:

Valor Contratado: R\$ 1.843,11 (um mil, oitocentos e quarenta e três reais e onze centavos) mensais

Leia-se:

Valor Total do contrato: R\$ 1.997,07 (um mil, novecentos e noventa e sete reais e sete centavos) mensais

# Lages

## PREFEITURA

### CC 08-2016 PML AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CC 08-2016 PML

Objeto: Alienação de Terreno Urbano de Propriedade do Município de Lages/SC

Tipo: Maior Oferta

Abertura: 23/06/2016 às 13:30

Valores Estimados:

- Lote 1: 5.100.000,00

- Lote 2: 4.250.000,00

- Lote 3: 3.100.000,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 18 de maio de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

### EXTRATO ARP 10-D 2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10-D/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

PROCESSO Nº 01/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos e Utensílios para CRAS VII E VIII da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 01/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 2.197,80 (dois mil cento e noventa e sete reais e oitenta centavos).

KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 11.118.645/0001-40, ESTABELECIDO NA AV. LUIZ DE CAMÕES, 911 – LOJA 04 – CORAL, LAGES/SC – CEP. 88.523-000

Lages/SC 01 de março de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO TERMO 01/2016 CONCESSÃO DE DIREITO USO SUPERFÍCIE

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

TERMO 01/2016

DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE SUPERFÍCIE DE TERRENO CELEBRADO ENTRE O SR. ALFEU SOUZA DE SÁ E A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Fica permitido ao município de Lages/SC a utilização gratuita de área de terras de propriedade de Alfeu Souza de Sá, localizada na fazenda São Sebastião, Coxilha Rica município de Lages/SC, constante da matrícula nº 8.198 do 1º Ofício do Registro Geral de imóveis, com o objetivo de Construir novas salas de Aula, para Abrigar a EMEF Dom Honorato Piazzera, permitindo a garantia dos interesses do Município de Lages/SC, especialmente o oferecimento do acesso à educação às crianças em área rural.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

O prazo do presente termo de TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE SUPERFÍCIE DE TERRENO será por prazo indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

Este TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE SUPERFÍCIE DE TERRENO, será de natureza gratuita

Lages, 18 de MAIO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### RERRATIFICAÇÃO PP 43-2016 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016-PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, E SONORIZAÇÃO INTERNA, NO AEROPORTO FEDERAL ANTÔNIO CORREIA PINTO DE MACEDO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital, conforme segue abaixo:

Inserir item 16.5 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a qualificação da licitante para executar serviços similares em características e prazos para o serviço específico ao objeto da presente licitação.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 20/05/2016, para às 13:30 do dia 09/06/2016.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 17 de maio de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**TERMO DE CONVÊNIO 024/2016**

TERMO DE CONVÊNIO Nº 024/2016 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

O MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e a Fundação Municipal de Esportes de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.559/0001-66, com endereço na Avenida Antonio Ribeiro dos Santos, nº 400, Bairro da Várzea, em Lages/SC, neste ato representado pelo Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Sr. JOSÉ MAXIMILIANO C. BATALHA, doravante denominados CONCEDENTES e o INTERNACIONAL FUTEBOL CLUBE, inscrito no CNPJ sob o nº 02.347.522/0001-90, com sede a Rua Valério Antunes, nº 611, bairro Copacabana, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. MARTINHO BIN, CPF nº 304.929.719-00, doravante denominado CONVENENTE,

RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, observadas as disposições legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

OBJETO: auxílio financeiro para oportunizar a prática da modalidade de futebol de campo, incentivar o esporte competitivo, disputar os joguinhos abertos de Santa Catarina e JASC.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quarenta mil e cinquenta reais) em 09 (nove) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 11/04/2016 a 31/12/2016.

Lages/SC, 19 de maio de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EDITAL Nº 008/2016**

EDITAL Nº. 008/2016

Thiago Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 21/06/2016.

Horário: 20h30min(vinte horas e trinta minutos)

Pauta: Audiência Pública sobre a utilização de patinetes motorizados, skate e bicicletas em vias públicas.

Local: Plenário Nereu Ramos Câmara de Vereadores

Rua: Otacílio Vieira da Costa, 280

Bairro: Centro – Lages - SC

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site [www.camaralages.sc.gov.br](http://www.camaralages.sc.gov.br).

Lages, 18 de maio de 2016.

Presidente

# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.637/16

DECRETO Nº 4.637 DE 18 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Atividade: 2.700 – Estender, equipar e manter a rede básica

Elementos da Despesa: 21 - 3.3.90.92.00.00.00.00.00.01.0002 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Atividade: 2.700 – Estender, equipar e manter a rede básica

Elementos da Despesa: 15 - 3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0002 - Material de Consumo ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.638/16

DECRETO Nº 4.638 DE 18 DE MAIO DE 2016.

"FACULTA O PONTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS DIAS 26 E 27 DE MAIO DE 2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., no uso de suas atribuições legais, considerando a comemoração nacional de "Corpus Christi" no dia 26.05.2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Laguna, nos dias 26 e 27 de maio do ano corrente.

Art. 2º A declaração de ponto facultativo de que trata o artigo 1º não se aplica aos serviços considerados essenciais, tais como, de Ambulância, SAMU, Coleta de Lixo e Limpeza Pública, bem como, Centro de Informações Turísticas, Museu Anita Garibaldi, Casa de Anita, Creches e Escolas Municipais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### SUSPENSÃO DO PREGÃO 020/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - SC

O Município de Laguna, por meio de seu Pregoeiro Oficial, comunica a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Pregão Presencial nº. 020/2016 – Registro de Preço, Processo Administrativo nº 2751/2016, que tem por objeto : A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TUBOS DE CONCRETO, LAJOTAS, MEIOS FIOS, CIMENTO E CAL, para a Secretaria de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura do Município. Tal medida torna-se necessária para revisão do Edital.

Laguna, 18 de Maio de 2016.

Waldir J. de Souza

Pregoeiro Oficial do Município.



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 046/2016

DECRETO Nº 046/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 35.120,72 (Trinta e Cinco Mil, Cento e Vinte Reais e Setenta e Dois Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

05 - SECRET. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.029 - - Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

DOTAÇÃO 181

3.3.90.00.00.1213 - Aplicação Direta R\$ 35.120,72

Total: R\$ 35.120,72

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 1213 (Transferências de Convênios do Estado / Outros);

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 047/2016

DECRETO Nº 047/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.049 - Manutenção do Conselho Tutelar

DOTAÇÃO 16

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 1.000,00

Total: R\$ 1.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.049 - Manutenção do Conselho Tutelar

DOTAÇÃO 17

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 1.000,00

Total: R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 048/2016

DECRETO Nº 048/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 2.098,53 (Dois Mil, Noventa e Oito Reais e Cinquenta e Três Centavos) para reforço no seguinte item orçamentário:

09 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.011 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social

DOTAÇÃO 190

3.3.90.00.00.3298 – Aplicação Direta R\$ 2.098,53

Total: R\$ 2.098,53

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do Superávit Financeiro na Fonte 1204 (FNAS / IGD SUAS), verificado no exercício anterior;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.



**DECRETO Nº 049/2016**

DECRETO Nº 049/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SEC. MUN. DA EDUC. E DOS ESPORTES

04.03 - Departamento de Desporto

1.045 - - Reforma do Estádio Municipal

DOTAÇÃO 189

4.4.90.00.00.3175 - Aplicação Direta R\$ 200.000,00

Total: R\$ 200.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 3175 (Transferência de Convênio União), verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 47/PMLM**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 47/PMLM

PROCESSO Nº Nº 47/PMLM /2016

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 2 de junho de 2015 às 10:30hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório para contratação de empresas do ramo pertinente, contratação de empresa do ramo pertinente para execução das obras de pavimentação, drenagem, obras de arte correntes, sinalização, e acessibilidade da Rua Pedro Raimundo com 133,31 m de extensão, sito Centro de Lauro Muller/SC, proveniente do convenio firmado entre o município e o governo do estado de Santa Catarina, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de maio de 2015.

Jair F Madeira

Presidente da Comissão de Licitação.

**PORTARIA Nº 106/2016**

PORTARIA Nº 106/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LUAN FRANCISCO VARNIER, para a função de Professor I – Ensino Fundamental I - Inglês, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 107/2016**

PORTARIA Nº 107/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ATAISE MENDES, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 108/2016**

PORTARIA Nº 108/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CINTIA BENEDET, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 109/2016**

PORTARIA Nº 109/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, FRANCIELI TEIXEIRA, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Rio Capivaras, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 110/2016**

PORTARIA Nº 110/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, DRIELI DA ROSA, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 111/2016**

PORTARIA Nº 111/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, SAMANTA SOUZA TAVARES, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 112/2016**

PORTARIA Nº 112/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, LEILA BURATE JESUINO, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 113/2016**

PORTARIA Nº 113/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, JUCENARA BERNARDINO DA ROSA, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 114/2016**

PORTARIA Nº 114/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MARCYA MACHADO AGUIAR, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 115/2016**

PORTARIA Nº 115/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MAIANA DELA GUIUSTINA, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 116/2016**

PORTARIA Nº 116/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, VITOR HUGO JORGE SCHOLLER, para a função de Auxiliar de Administração Escolar, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 117/2016**

PORTARIA Nº 117/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, EDILENE DE SOUZA, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 118/2016**

PORTARIA Nº 118/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, JESSICA DA LUZ, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 119/2016**

PORTARIA Nº 119/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA LUIZA CORDEIRO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 120/2016**

PORTARIA Nº 120/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, PAULA ARIELLE PACHECO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 121/2016**

PORTARIA Nº 121/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA TEREZA FERNANDES, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 122/2016**

PORTARIA Nº 122/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, SUELEN MAIARA ELIAS, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 123/2016**

PORTARIA Nº 123/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, LEDENIR MARIA SCARSENELA CARDOSO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.



**PORTARIA Nº 124/2016**

PORTARIA Nº 124/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, DEBORA DE OLIVEIRA SPINDOLA, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 125/2016**

PORTARIA Nº 125/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, VERIDIANA CARBONI, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 126/2016**

PORTARIA Nº 126/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MICHELLE MOURO DA LUZ DELA GIUSTINA, para a função de Professora II – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 127/2016**

PORTARIA Nº 127/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, GRASIELE PIATI, para a função de Professora II – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Maria Araújo Tancredo, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.



**PORTARIA Nº 128/2016**

PORTARIA Nº 128/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MONICK RODRIGUES DOS SANTOS, para a função de Professora I – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Maria Araújo Tancredo, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 129/2016**

PORTARIA Nº 129/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, JUSSARA APARECIDA DA SILVEIRA, para a função de Professora I – Ensino Fundamental I, em Caráter Temporário, pelo período de 22 de Fevereiro de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22/02/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 130/2016**

PORTARIA Nº 130/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, PRISCILA CANDIDO MAXIMIANO, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**RETIFICACAO DE PUBLICACAO EDITAL DE PREGAO Nº 45/2016 PMLM**

RETIFICACAO DE PUBLICACAO EDITAL DE PREGAO Nº 45/2016 PMLM

PROCESSO Nº45/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 1 de junho de 2016 às 08:30h, haverá pregão presencial para, aquisição de óleo diesel e lubrificantes para abastecimento e manutenção dos veículos pertencentes a frota municipal no exercício de, no exercício de 2016, através de convenio firmando com a Agencia de Desenvolvimento Regional de Criciúma Convenio nº 2016TR000767 o edital na integra está disponível no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 9 de maio de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 033/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de grama em leiva sempre verde, para construção e manutenção de campos de futebol no Município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 021/2016. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 03 de junho de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 18/05/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

# Luzerna

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO - PL 039/2016 - PP 025/2016 - CESTAS BÁSICAS - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA  
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 039/2016 - FMAS

Pregão Presencial nº 025/2016 – FMAS

AVISO DE ALTERAÇÃO

ITEM E DATA DE ABERTURA

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição, de forma parcelada, de cestas básicas de alimentos destinadas ao auxílio de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Município de Luzerna/SC, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.095 de 26 de março de 2013, conforme descrição em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

Devido à necessidade de adequação de quantitativo do item 01 (cesta básica), altera-se a data de abertura.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 03 de junho de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 03 de junho de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

### DECRETO 2217

DECRETO Nº 2217 de 17 de maio de 2016.

“INSTITUI O REGULAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 139, da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro,

DECRETA:

Art.1º- Fica aprovado o anexo REGULAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), que dispõe sobre o transporte escolar prestado diretamente ou contratado pelo Município.

Parágrafo Único - A disciplina do transporte escolar operado sob regime de fretamento será objeto de regulamento específico, aplicando-se, no que couber, as disposições constantes nesse Decreto.

Art. 2º- Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou outro órgão técnico que vier a substituí-la, por delegação do Chefe do Poder Executivo Municipal, a edição dos atos e disposições complementares necessários à aplicação desse Regulamento.

Art. 3º- Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de maio de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO

REGULAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º- As disposições constantes desse Regulamento devem ser observadas na prestação do serviço de transporte escolar realizado diretamente pelo Município, com veículos e servidores próprios e pelos prestadores de serviços contratados.

§1º- O conteúdo desse Regulamento deve ser anexado aos editais de licitação para a contratação de transporte escolar, através de cópia integral ou transcrição das disposições.

§2º- Também deve ser dado conhecimento do teor deste Regulamento a todos os servidores envolvidos com a execução ou controle do transporte escolar.

Art. 2º- A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes fica responsável pela execução do transporte escolar, devendo, para tanto, coordenar os trabalhos a serem realizados pelos diferentes servidores envolvidos na execução ou fiscalização dos serviços, independentemente de lotação dos mesmos.

Art. 3º- Igualmente compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes propor a atualização ou alteração do conteúdo desse Regulamento, em decorrência de legislação ou atos normativos a serem observados, ou mediante outras razões de interesse público.

CAPÍTULO II

DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Art. 4º- O serviço de transporte escolar deve ser adequado, atendendo plenamente aos usuários, nos termos desse regulamento e sem prejuízo de outras exigências expressas no processo licitatório e nas normas pertinentes.

Art. 5º- Serviço adequado é o que satisfaz as condições de continuidade, regularidade, atualidade, segurança, higiene, cortesia e eficiência na sua prestação.

I. Continuidade, a prestação dos serviços com a observância rigorosa do calendário letivo, das datas, dos turnos e dos trajetos dispostos para o transporte escolar, sem interrupção ou suspensão;

II. Regularidade, a observância dos horários dispostos para cada trajeto do transporte escolar;

III. Atualidade, a modernidade das técnicas, dos veículos, dos equipamentos e das instalações, conforme os padrões mínimos exigidos em edital e regulamento e a sua conservação;

IV. Segurança, a prestação do serviço com a adoção de todas as medidas preventivas para o adequado funcionamento dos veículos, com manutenção e equipamentos de segurança adequados, a condução dos veículos com a observância das normas de trânsito, com toda a prudência e perícia requeridas para as condições peculiares dos trajetos e dos usuários transportados e a orientação e acompanhamento dos usuários no embarque, na viagem e no desembarque;

V. Higiene, a limpeza permanente dos veículos e o asseio dos condutores e acompanhantes, bem como a manutenção dos equipamentos em condições de higienização;

VI. Cortesia, o atendimento e acompanhamento dos usuários e demais agentes públicos envolvidos com o transporte escolar de

forma atenciosa, solícita, educada e prestativa, com especial atenção aos aspectos de segurança;

VII. Eficiência, o atendimento de todas as obrigações dispostas em editais, em contratos, nos regulamentos e nas demais normas jurídicas aplicáveis, assim como as ordens dos agentes públicos responsáveis, com observância dos prazos, dos quantitativos e dos qualitativos exigidos.

Parágrafo Único - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I. Motivada por razões de ordem técnica ou de segurança dos veículos; e,

II. Por outras razões de relevante interesse público, motivadamente justificadas à Administração.

### CAPÍTULO III

#### DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Art. 6º- São direitos dos usuários, sem prejuízo de outras exigências expressas em licitação, nos regulamentos ou decorrentes de legislação superior:

I. Receber serviço adequado;

II. Receber do Município e dos prestadores contratados informações para a defesa de interesses Individuais ou coletivos;

III. Protocolar, por escrito ou comunicação verbal reduzida a termo, às autoridades competentes, os atos ilícitos ou irregularidades de que tenham conhecimento, decorrentes do serviço prestado pelo Município ou por terceiros contratados;

IV. Obter informações e documentos sobre os veículos, condutores e acompanhantes, com o objetivo de acompanhar a adequação às normas legais e regulamentares exigidas para o transporte escolar, bem como sobre os trajetos, horários e outras exigências a serem garantidas aos usuários;

V. Oferecer sugestões de melhoria dos serviços, mediante protocolo ou através de telefone ou e-mail.

§ 1º - Para o exercício do direito dos usuários, os pais dos alunos ou responsáveis legais podem representar junto ao Poder Público Municipal, mediante identificação constante de nome, número de cadastro de pessoa física ou documento equivalente e endereço residencial;

§ 2º - São atribuídos aos usuários todos os direitos e deveres contidos na Lei n.º 8.078 de 11 de setembro de 1990 e no Código Civil Brasileiro, desde que pertinentes ao serviço prestado, bem como aqueles previstos no Regulamento e na legislação aplicáveis.

Art.7º - O benefício do transporte escolar é garantido aos usuários de área rural, residentes em moradias localizadas a uma distância mínima de 03 (três) quilômetros das respectivas escolas.

§1º- Excepcionalmente, o Município pode determinar que o transporte escolar seja disponibilizado até a residência dos usuários nas seguintes situações:

I. Por motivo de doença, quando a necessidade implicar em dificuldades de locomoção, atestada pelos serviços de saúde do Município;

II. Para portadores de necessidades especiais, quando a necessidade implicar em dificuldades de locomoção;

III. Para alunos em que o percurso entre a residência e o local de embarque e desembarque representa um acentuado risco à segurança pessoal, como a necessidade de travessia de vias de alta periculosidade, com inexistência de passarelas ou vias exclusivas para pedestres;

§2º- O direito ao serviço é garantido exclusivamente no transporte destinado ao ensino regular, nos turnos e escolas em que os usuários estejam matriculados e, excepcionalmente, em turno diverso, quando solicitado pela escola, para atividades de reforço pedagógico e atividades afins (eventos cívicos e extraclasse) quando houver vaga nos veículos, sendo vedada a sua utilização para outros objetivos de natureza pessoal;

§3º - Os pais ou responsáveis devem acompanhar os usuários até

os locais de embarque e desembarque cuja distância é de até 03 (três) quilômetros contados da residência.

Art.8º - Fica proibido o transporte de passageiros juntamente com os escolares, salvo autorização prévia e expressa do Município, fundamentada no interesse público.

Parágrafo Único - Constitui exceção ao disposto no presente artigo o transporte de servidores ou contratados encarregados da segurança dos escolares, os fiscais no exercício da fiscalização do transporte escolar e outros agentes públicos, nos termos de lei municipal.

Art. 9º - Sempre que o Poder Público entender necessário poderá determinar a fixação de material impresso, nos veículos do transporte próprios ou contratados, com o fim de divulgar os direitos e obrigações dos usuários.

Art. 10 - São obrigações dos usuários, sem prejuízo de outras exigências expressas em regulamento, nas licitações ou decorrentes de legislação superior:

I. Frequentar as escolas e utilizar o transporte indicado pela Secretaria de Educação;

II. Contribuir para a conservação dos bens públicos ou privados utilizados na prestação dos serviços;

III. Cooperar com a limpeza dos veículos;

IV. Comparecer aos locais e horários indicados pelo Município para o embarque e desembarque;

V. Cooperar com a fiscalização do Município;

VI. Ressarcir os danos causados aos veículos;

VII. Acatar todas as orientações emanadas da fiscalização, dos condutores, dos acompanhantes designados pelo Município e dos demais agentes públicos responsáveis.

§1º - Os pais ou responsáveis devem acompanhar os estudantes até o local de embarque e aguardar no local do desembarque do transporte escolar, sob pena de responsabilização por omissão.

§2º- Os atos dos usuários que importarem no descumprimento de suas obrigações serão comunicados aos pais ou responsáveis para as devidas providências.

§ 3º- Quando a natureza dos atos impuser, além da comunicação aos pais ou responsáveis, a Administração dará ciência dos fatos ao Conselho Tutelar para as devidas providências cabíveis.

§ 4º- Quando os atos importarem em prejuízos ao patrimônio público, a Administração notificará os pais ou responsáveis sobre o ocorrido e procederá à cobrança administrativa ou judicial do montante devido, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo, conduzido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

### CAPÍTULO IV

#### DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 11 - Os veículos utilizados no transporte escolar deverão apresentar todas as condições exigidas pela legislação e atos regulamentares de trânsito, especialmente as exigidas para o transporte de escolares e de passageiros.

§1º- São exigências para o transporte escolar, sem prejuízo de outras obrigações regulamentares e normativas:

I. Registro como veículo de passageiros, emitido pelo órgão estadual, constante no CRLV;

II. Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III. Autorização do órgão estadual para o transporte de escolares, fixada em local visível na parte Interna do veículo, com inscrição da lotação permitida;

IV. Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

V. Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

VI. Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VII. Cintos de segurança em número igual à lotação;

VIII. Alarme sonoro de marcha a ré.

§2º- Os veículos de trajetos com usuários portadores de necessidades especiais terão exigências específicas fixadas em edital, compreendendo, quando necessário, elevador de acesso aos veículos, portas de largura especial, assentos dotados de adaptações, suportes de apoio e todos os demais necessários.

§3º- O Município poderá determinar a padronização visual dos veículos utilizados no transporte escolar, bem como ordenar a fixação de informações relativas ao itinerário e horários a serem percorridos pelos veículos.

§4º- A Administração poderá proceder a novas exigências relativas às condições de segurança, higiene e comodidade dos usuários ou para atender a outras razões de interesse público.

Art.12 - O Município fixará em Edital, quando conveniente, idade máxima dos veículos empregados na prestação do transporte escolar.

Parágrafo Único - Independentemente do ano de fabricação, o Município poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o transporte, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas exigidas pela legislação aplicável ou pelo Município.

Art.13 - Os veículos de transporte escolar, antes de entrarem em serviço, devem ser submetidos à inspeção semestral para a verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, nos termos da legislação.

§ 1º- Na ausência de regulamentação específica para a inspeção semestral prevista no art. 136, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro, o Município indicará os critérios a serem observados para o atendimento desse artigo.

§2º- O Município poderá adotar sistema de credenciamento para os estabelecimentos que atendam as exigências técnicas para a inspeção semestral, com o acompanhamento e responsabilidade técnica obrigatória de engenheiro mecânico.

§3º- Adicionalmente à exigência da inspeção semestral, os veículos serão inspecionados pelo Município para a verificação do cumprimento das demais exigências dispostas nesse regulamento, no Edital de licitação e nos contratos e, em especial, quanto aos aspectos de segurança, higiene, conservação e comodidade aos usuários.

§4º- A avaliação de segurança deverá considerar o sistema de freios, direção, suspensão, cintos de segurança, tacógrafo e todos os demais itens julgados necessários e será objeto de laudo circunstanciado, conforme modelo a ser especificado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

§ 5º- A avaliação das condições de higiene deverá considerar o estado de conservação dos equipamentos e a possibilidade de higienização satisfatória, com a emissão de laudo circunstanciado.

Art. 14 - Verificado o cumprimento de todas as exigências legais e contratuais, o Município emitirá uma Autorização Para o Transporte Escolar Municipal, a ser fixada em local visível nos veículos, conforme determinado pela Administração, para conhecimento da comunidade escolar.

Parágrafo Único - Constitui obrigação adicional a fixação da autorização para o transporte escolar, em local visível no veículo, com indicação da lotação, emitida pelo órgão estadual de trânsito.

Art. 15 - Além da inspeção veicular semestral definida no artigo 13 desse Decreto, para atendimento do art. 136, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro, todos os veículos de transporte escolar serão vistoriados pelo Município, para a verificação dos itens obrigatórios

e de segurança e das demais exigências desse regulamento e do edital de licitação, em frequência de acordo com a seguinte idade dos veículos:

I. Veículos de 0 a 5 anos incompletos: a cada 120 dias;

II. Veículos de 5 anos a 8 anos incompletos: a cada 90 dias;

III. Veículos com mais de 8 anos: a cada 60 dias.

Parágrafo Único - A frequência das inspeções veiculares poderá ter seu prazo reduzido, por ordem da Administração, para atender à necessária segurança, correndo a despesa correspondente por conta do contratado.

Art. 16 - A contratada, ao substituir o veículo, deverá consultar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes indicando o veículo a ser substituído e as características do veículo substituto, cabendo ao referido órgão a aprovação ou rejeição da proposta, avaliada a documentação e após inspeção veicular.

Art. 17 - O Município poderá requerer a utilização de espaços internos dos veículos contratados, sem qualquer custo adicional, para a fixação de material educativo de interesse público.

Art.18 - Havendo demanda, mediante prévia aprovação do Poder Público Municipal, poderá ser explorada publicidade comercial de espaços nos veículos, incluídos os sistemas de sonorização e/ou audiovisual, vedando-se integralmente a veiculação de publicidade de natureza político partidária ou que interfira negativamente na educação dos usuários.

§1º- Os recursos financeiros auferidos na forma desse artigo, constituirão receita adicional, devendo ser computada na planilha de custos do transporte escolar, com o necessário reajuste econômico-financeiro dos contratos.

§2º- Excetuam-se do montante cobrado pelos prestadores de serviços, para fins de reajuste econômico-financeiro, o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total, atribuído aos contratados a título de remuneração adicional pela utilização dos veículos com essa finalidade publicitária.

Art. 19 - Os veículos de um contratado não poderão transitar em outros itinerários do Município, conduzindo passageiros, salvo com autorização escrita da Administração para atender a razões de interesse público.

Parágrafo Único - Constitui exceção o trânsito em linhas diferentes das delegadas quando em situações de emergência, para substituição temporária de veículo acidentado, que tenha apresentado falha mecânica no percurso ou que for indisponibilizado para o transporte por razões de segurança, caso em que será dispensada a prévia autorização expressa neste artigo.

## CAPITULO V

### DOS CONDUTORES DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 20 - Os condutores do transporte escolar deverão cumprir todas as exigências da legislação de trânsito.

§ 1º- Somente poderão conduzir veículos escolares os condutores previamente aprovados pelo Município, mediante autorização específica, precedida da comprovação das seguintes condições:

I. Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

II. Ser portador da carteira nacional de habilitação na categoria "D" ou "E";

III. Ausência de infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;

IV. Comprovar a aprovação em curso especializado para o transporte de escolares, nos termos da Regulamentação do CONTRAN;

V. Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos;

VI. Outras exigências da legislação de trânsito.



§2º-Comprovados os documentos e condições especificados nesse artigo, a Administração emitirá autorização específica para cada condutor, que deverá utilizá-la na forma de crachá.

Art.21 - Sempre que houver ingresso de novos condutores, estes deverão submeter-se aos mesmos procedimentos especificados no artigo anterior.

Art. 22 - Salvo em caso de emergência justificada, situação em que será admitida a utilização de condutor que preencha todos os requisitos exigidos no artigo anterior, constitui falta punível com multa, a ser fixada no edital de licitação, a utilização de condutores sem o cumprimento das exigências do § 2.º do art. 20 desse Decreto, no aspecto relativo à autorização municipal.

§ 1º- A condução de veículos escolares por servidores municipais sem a devida autorização do Município será punida na forma da legislação municipal aplicável aos servidores estatutários, ou na forma da Consolidação das Leis do Trabalho, no caso de celetistas.

§ 2º- Serão punidos da mesma forma os responsáveis que concorrerem para a falta especificada no parágrafo anterior.

## CAPITULO VI

### DOS MONITORES DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 23 - O Município poderá exigir que o transporte seja realizado com o acompanhamento de monitores do transporte escolar, em número a ser fixado em Edital ou Ordem de Serviço.

§ 1º- Somente poderão atuar os monitores de transporte escolar previamente aprovados pelo Município, mediante autorização específica, precedida da comprovação das seguintes condições, especificadas mediante ato administrativo:

- I. Ter idade mínima de 18 anos (dezoito) anos;
- II. Ter como nível de escolaridade mínima o ensino médio;
- III. Comprovar a aprovação em curso especializado para o transporte de escolares, nos termos da regulamentação do Município;
- IV. Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos;
- V. Outras exigências da legislação de trânsito.

§ 2º- O Município poderá exigir, a qualquer tempo, outros requisitos para o exercício de atividade de monitores.

§ 3º- Comprovados os documentos e condições especificados nesse artigo, a Administração emitirá autorização específica para cada monitor, que deverá utilizá-la na forma de crachá.

## CAPITULO VII

### DAS OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES CONTRATADOS

Art. 24 - Incumbe aos prestadores de serviços contratados:

- I. Prestar serviço adequado, na forma prevista neste regulamento, nas normas técnicas aplicáveis no contrato;
- II. Manter em dia o licenciamento dos veículos do transporte escolar;
- III. Entregar semanalmente ou na frequência indicada, cópia reprográfica dos discos do tacógrafo e as demais informações sobre os usuários do transporte escolar;
- IV. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais;
- V. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos veículos do transporte, bem como aos registros e documentos de natureza contábil, trabalhista, social e tributária e às instalações utilizadas como apoio aos serviços prestados;
- VI. Zelar pelas condições plenas de segurança e higiene dos veículos, bem como segurá-los adequadamente, na forma prescrita pelo Município;
- VII. Observar os roteiros e horários determinados pelo município, inclusive quando houver
- VIII. Alteração dos mesmos, durante a vigência do contrato;
- IX. Participar de reuniões de trabalho, bem como submeter os

condutores a cursos e treinamentos determinados pelo município;

X. Prestar informações e apresentar documentos na forma e na frequência determinadas pelo Município;

XI. Cumprir as determinações do código de trânsito brasileiro, as resoluções do CONTRAN e as demais normas aplicáveis ao transporte escolar;

XII. Manter relação respectiva a cada turno e itinerário, com informações do nome dos usuários autorizados, telefone para contato, nome dos pais ou responsáveis, endereço residencial e outras informações determinadas pelo Município;

XIII. Indicar preposto, aceito pela administração, com endereço na sede do Município, para representá-los na execução dos serviços, nos termos do artigo 68 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 2003;

XIV. Responder, por si ou seus prepostos, pelos danos causados à união, estado e município, ou a terceiros, comprometendo-se a acatar as leis e regulamentos, quer existentes, quer futuros.

XV. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital de Licitação e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

XVI. Comprovar que possui Apólice de Seguros com cobertura contra terceiros e para passageiros, incluindo: danos materiais, danos pessoais e assistência médica.

Parágrafo Único - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pelos prestadores de serviços serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o Município.

## CAPÍTULO VIII

### DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 25 - A fiscalização dos serviços de transporte escolar, executados diretamente ou através de delegação, será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e será implementada da seguinte forma:

I. Mediante um plano de fiscalização que contemple todos os aspectos a serem fiscalizados;

II. Através da adoção de roteiro padronizado, com laudo em padrão único para os fiscais, que contemple os aspectos relacionados à qualidade dos serviços (regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, higiene e cortesia na sua prestação), a adequação à legislação de trânsito (veículos e condutores), o cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, tributárias e previdenciárias e as demais exigências legais e contratuais;

III. Com a participação dos fiscais de diferentes áreas de interesse, mediante calendário a ser definido em conjunto com as demais Secretarias de Governo;

IV. Em regime de colaboração com o Sistema de Controle Interno.

V. Em caráter permanente, com frequência mínima semestral.

Parágrafo Único - Quando necessário à fiscalização, especialmente quanto à verificação dos dados relativos à administração, contabilidade e outros serviços técnicos, a Secretaria de Educação ou outro órgão incumbido poderá requerer a contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização.

Art. 26 - Os laudos de fiscalização deverão ser arquivados em local único, a ser determinado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e mensalmente serão encaminhadas cópias ao Sistema de Controle Interno, para as providências cabíveis.

Art. 27 - Sempre que forem verificados atos ilícitos ou irregulares na prestação dos serviços, os mesmos devem ser comunicados através de Termo de Comunicação à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes em modelo a ser definida pela mesma, para as providências legais e administrativas cabíveis.

## CAPÍTULO IX

### DAS INFRAÇÕES AO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 28 - Sem prejuízo das infrações e penas cominadas pelo Código



de Trânsito Brasileiro, pela Lei de Licitações e pelas demais normas aplicáveis, o Município adotará registro de infrações específicas pelo descumprimento das normas do presente Decreto, dos editais de licitação e contratos de prestação de serviço, constituindo-se em referenciais para o controle do serviço público prestado.

Parágrafo Único - As infrações administrativas e as respectivas penas devem ser transcritas no Edital de licitação e nos contratos administrativos firmados, facultando-se à Administração a instituição de outras infrações administrativas e penalidades inerentes, além das previstas nesse Decreto.

Art. 29 - Consideram-se infrações leves, imputadas ao contratado ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e multa de 01 (uma) UFRM:

- I. Utilizar veículo fora da padronização;
- II. Fumar ou conduzir acesos cigarros e assemelhados;
- III. Conduzir o veículo trajado inadequadamente;
- IV. Omitir informações solicitadas pela Administração;
- V. Deixar de fixar a autorização estadual para o transporte escolar, na parte interna do veículo, em lugar visível aos usuários, contendo a capacidade máxima do veículo; a autorização municipal para o transporte escolar e outras informações determinadas pela administração;
- VI. Operar sem portar a relação atualizada dos nomes e endereços dos passageiros transportados.

Art. 30 - Consideram-se infrações médias, imputadas ao contratado ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e multa de 02 (duas) UFRMs:

- I. Desobedecer as orientações da fiscalização;
- II. Conduzir o veículo sem o prefixo fornecido pela administração;
- III. Faltar com educação e respeito para com os usuários e público em geral;
- IV. Abastecer o veículo, quando estiver transportando passageiros;
- V. Deixar de realizar a vistoria no prazo estabelecido;
- VI. Manter o veículo em más condições de conservação e limpeza;
- VII. Deixar de comunicar à Administração as alterações de endereço e telefone do contratado;
- VIII. Realizar o transbordo de passageiros sem a prévia autorização do responsável do aluno ou sem motivo de força maior;
- IX. Embarcar ou desembarcar alunos ou professores em escolas não autorizadas pela Administração;
- X. Desobedecer as normas e regulamentos da Administração;
- XI. Não cumprir os horários determinados pela Administração.

Art.31 - Consideram-se infrações graves, imputadas ao contratado ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e multa de 03 (três) UFRMs:

- I. Operar sem o selo de vistoria, ou com selo de vistoria vencido;
- II. Alterar ou rasurar o selo de vistoria;
- III. Confiar a direção dos veículos a motoristas que não estejam devidamente autorizados pela Administração;
- IV. Negar a apresentação dos documentos à fiscalização;
- V. Não providenciar as vistorias veiculares determinadas pela Administração;
- VI. Transportar passageiros não autorizados pela administração;
- VII. Trafegar com portas abertas;
- VIII. Trafegar com veículos em condições mecânicas que comprometam a segurança;
- IX. Conduzir veículos com imprudência ou negligência;
- X. Parar os veículos para embarque e desembarque em locais diferentes dos ordenados pela Administração;

Art. 32 - Consideram-se infrações gravíssimas, imputadas ao contratado ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita, multa de 05 (cinco) UFRMs e rescisão contratual, de acordo com o disposto no Parágrafo Único desse artigo:

- I. Deixar de operar os trajetos sem motivo justificado pelo período de 02 (dois) dias letivos;

II. Colocar em operação veículo não autorizado, sem motivo justificado;

III. Trafegar com portas abertas;

IV. Conduzir veículos sob efeito de bebida alcoólica, independentemente do nível de alcoolemia, ou sob efeito de drogas ilícitas ou sob qualquer condição que comprometa a plena saúde física e mental, inclusive quando em decorrência de medicamentos;

V. A perda das condições técnicas ou operacionais para manter o serviço com as condições de segurança;

VI. Operar com veículos que não contêm os requisitos legais para o transporte de escolares;

VII. Conduzir veículos sem a habilitação e os demais requisitos exigidos para o transporte de escolares;

VIII. Assediar sexual ou moralmente os usuários do transporte escolar;

IX. Conduzir veículos com operações de alto risco para os usuários;

X. A prática de qualquer ato não condizente com os princípios que regem a administração pública ou a prestação dos serviços públicos.

Parágrafo Único - Para a aplicação da pena de rescisão contratual, a Administração considerará a presteza dos contratados na solução dos problemas apontados, o histórico de infrações, independentemente do grau de gravidade e, principalmente, o grau de risco a que os usuários foram expostos nas práticas infracionais elencadas.

## CAPÍTULO X

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DEFESA

Art. 33 - As irregularidades ou ilegalidades detectadas na prestação dos serviços serão processadas mediante abertura de processo administrativo, oportunizando a defesa e demais recursos de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais disposições aplicáveis.

Art.34 - Em qualquer situação ou fase de defesa ou recurso administrativo, o Município oportunizará o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, decidindo, em qualquer circunstância, com a observância do princípio da motivação, com detalhada exposição das razões de fato e de direito.

Art. 35 - Quando as infrações são provocadas por agentes públicos, a apuração de responsabilidade dar-se-á com a observância das disposições especiais da legislação municipal.

## DECRETO 2218

DECRETO Nº 2218 de 18 de maio de 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 5º da Lei nº 1.406 de 10/11/15,

### DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 851.901,95 (oitocentos e cinquenta e um mil, novecentos e um reais e noventa e cinco centavos), proveniente de apuração de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 - Manutenção dos serviços de água - urbano  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 30

Valor: R\$ 650.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos serviços administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 31

Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos serviços administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 28

Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.064 - Operação e Manutenção de Sistema de Agua Rural

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 32

Valor: R\$ 45.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.129 - Transferência a Consórcio Público Cisam - Meio Oeste (regulação)

Modalidade Aplicação: 3.3.93.00.00.00.00.00.03.0000- 33

Valor: R\$ 6.334,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 0.002 - Amortização e encargos da dívida - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.03.0000- 34

Valor: R\$ 10.567,95

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de maio de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PL 045/2016 - TP 002/2016 - PASSARELA - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 045/2016 - PML

Tomada de Preço nº 002/2016 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de cabeceira e pilar de concreto armado e passarela metálica sobre o Rio Limeira, a qual liga a Rua Limeira, bairro Vila Alemanha a rua Dois Irmãos bairro Centro, no Município de Luzerna/SC, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

REGIMENTO: Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14 horas do dia 06 de junho de 2016.

ABERTURA ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO: às 14h10min do dia 06 de junho de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 33.645.482/0001-96

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Nota Fiscal nº. 4619 R\$ 15.000,00

Nota Fiscal nº. 4520 R\$ 14.250,00

Valor Total: R\$ 29.250,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela prestação de serviços técnicos para disponibilização e utilização da Nota Fiscal Eletrônica e Declaração Mensal de Serviços Eletrônica, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 19 de maio de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;

PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 95.836.771/0001-20

Nota Fiscal nº 6944 R\$ 689,50

Nota Fiscal nº 7013 R\$ 28.249,80

VALOR: R\$ 28.939,30

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais: folha de pagamento, tesouraria, trâmite de processos, arrecadação municipal, protocolo, entre outros, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 19 de maio de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### EXTRATO ATA REGISTRO PREÇOS Nº 093/2016

EXTRATO ATA REGISTRO PREÇOS Nº 093/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: SUPERAUTO MOTOR LTDA

CNPJ Nº: 72.297.468/0002-81

Valor Registrado: R\$ 90.200,00 (noventa mil e duzentos reais).

Objeto: Aquisição de veículos 0 km, destinados a Secretaria Municipal Agricultura e Interior

Origem: Processo nº 155/2016, Pregão Presencial - RP nº 050/2016

Data de Assinatura: 27/04/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 27 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

### LEI MUNICIPAL Nº 4200

LEI Nº. 4.200

DE 13 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A "SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA DOS OPERÁRIOS MAFRENSES" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição Financeira à "Sociedade Esportiva e Recreativa dos Operários Mafrenses", entidade civil de direito privado, com sede a Rua Felipe Schmidt, nº. 1.000, Centro, em Mafra/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 85.134.419/0001-99.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à Sociedade Esportiva e Recreativa dos Operários Mafrenses, o valor global de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a ser pago conforme a disponibilidade financeira do município, durante o corrente ano.

§ 1º A liberação da primeira parcela, bem como das demais, ficará condicionada à apresentação dos documentos exigidos pelo Controle Interno do Município, com base na Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, e na Instrução Normativa NTC nº. 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 3º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Fazenda e Planejamento;

09.01 Secretaria da Fazenda e Planejamento;

041230009.2.018000 Administração Financeira e Contábil - Contabilidade;

(252) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos,

Fonte: 100 Recursos Ordinários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 13 de maio de 2016.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 42/2016

DECRETO Nº 42 DE 18 DE MAIO DE 2016.

HOMOLOGA PEDIDO DE INCENTIVO A EMPRESA QUE ESPECIFICA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere a Lei Nº 327 de 03 de novembro de 1993, com o acréscimo do artigo 14-A pela Lei Nº 774 de 11 de Agosto de 2009, e;

Considerando, o Parecer do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, expedido, conforme ata da reunião do conselho realizado no dia 18 de maio de 2016;

Considerando, que o Conselho Municipal de Indústria e Comércio deferiu o pedido formulado pela empresa;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o estímulo a empresa MG COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.077.644/0001-02 como segue:

I – Serviço de terraplanagem sobre o terreno locado pela empresa MG Comércio de Madeiras Ltda Me, localizado na localidade de Espigão da Tóca, município de Maracajá, registrado sob a matrícula nº 3.912, fls 1, ano 1977.

Art. 2º O estímulo foi concedido sob a forma da lei municipal nº 327 de 03 de novembro de 1993.

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 18 de Maio de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de maio de 2016.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

### DECRETO 43/2016

Decreto nº 43 de 18 de MAIO de 2016.

HOMOLOGA O REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, em especial o art.73,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento da 6ª Conferência Municipal das Cidades do município de Maracajá/SC a realizar-se no dia 20 de maio de 2016, das 8:00 às 16:00, no Centro de Convivência da Terceira Idade.

Art. 2º Determina a publicação de todas as alterações deste Regimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 18 de Maio de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 19 de agosto de 2014.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

### REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES CAPITULO I DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

A 6ª Conferência Municipal das Cidades, convocada pela Portaria nº 024/2015 de 29 de outubro de 2015, da Secretaria de Estado do Planejamento, nos termos do Decreto Federal nº. 5.790, de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19 de 18, de setembro de 2015, do Ministério das Cidades, será realizada nos dias 15,16,17 de março de 2017, sob a coordenação do Conselho Municipal das Cidades – CONCIDADES/SC, com o apoio da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina e terá os seguintes objetivos e finalidades:

Art1º - São objetivos da 6ª Conferência Municipal das Cidades:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade catarinense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades catarinenses;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização das conferências das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano nas regiões, e Municípios;

V - avançar na construção e consolidação da Política Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

Art.2º - A Conferência Municipal das Cidades, convocada pelo Conselho Estadual das Cidades, terá as seguintes finalidades:

I - indicar prioridades de atuação ao Estado, ao Conselho Estadual das Cidades, Conselho Nacional das Cidades e ao Ministério das Cidades;

II – eleger as entidades que comporão o Conselho das Cidades para o período Junho de 2017 a maio de 2020.

III - eleger e indicar 58 delegados catarinenses à 6ª Conferência Nacional das Cidades.

### CAPÍTULO II DO TEMÁRIO



Art. 3º - A 6ª Conferência Municipal das Cidades terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 4º - A 6ª Conferência Municipal será composta de mesas de debates, painéis, grupos de debate e plenária.

Art. 5º - Cabe ao CONCIDADES/SC deliberar, sobre documentos e textos de apoio, que subsidiarão as discussões das conferências municipais.

Art. 6º - Fica a critério da comissão preparatória estadual elaborar até 6 (seis) perguntas adicionais para discussão nas Conferências Municipais.

Art. 7º - Além do texto base a comissão Estadual também poderá subsidiar com outros textos as Conferências Municipais e Estadual.

Art. 8º - Cabe a comissão de metodologia definir os eixos de debate, assim como a metodologia a ser aplicada na 6ª Conferência Municipal das Cidades.

### CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO

Art. 9º - A 6ª Conferência Municipal das Cidades, será integrada por representantes indicados e eleitos na forma prevista neste Regimento, tem abrangência estadual e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar das Políticas Estaduais e sua implementação no Estado e municípios catarinenses;

Art. 10º - A realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades será antecedida por etapas, no âmbito municipal em consonância com este Regimento.

§ 1º - Não serão admitidas Conferências Regionais, na 6ª Conferência Municipal das Cidades.

Art. 11º - As etapas preparatórias da 6ª Conferência Municipal das Cidades serão realizadas nos seguintes períodos:

I - A etapa Municipais serão realizada de 1º de janeiro de 2016 à 5 de julho de 2016

II - A Conferência Municipal está prevista para os dias 15, 16, 17 de março de 2017

### CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 12º - A 6ª Conferência Municipal das Cidades será presidida pelo Presidente do CONCIDADES/SC e, na sua ausência ou impedimento eventual, por um Conselheiro (a), integrante da coordenação executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

Art. 13º - A organização e realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades será conduzida pela comissão organizadora da 6ª Conferência, com apoio e participação da Secretaria de Estado do Planejamento.

### CAPÍTULO V DA COMISSÃO RECURSAL E VALIDAÇÃO

Art. 14º - Compete a comissão recursal e validação referente à 6ª Conferência Municipal das Cidades:

I - elaborar documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

II - elaborar a proposta de programação da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

III - estimular, apoiar e acompanhar as Conferências Municipais nos seus aspectos preparatórios à 6ª Conferência Municipal das Cidades.

IV - consolidar os relatórios das Conferências Municipais que chegarem até a data prevista, para subsidiar as discussões na 6ª Conferência Municipal;

V - validar as Conferências Municipais.

VI - definir os nomes dos expositores e a pauta da etapa estadual;

VII - designar facilitadores e relatores;

VIII - elaborar e executar o projeto de divulgação para a 6ª Conferência Municipal das Cidades;

IX - mobilizar as entidades e órgãos membros para preparação e participação nas Conferências Municipais.

Art. 15º - Os recursos referentes às etapas Municipais serão apresentados e analisados no âmbito da Comissão Preparatória Estadual, em caráter recorável, com prazo máximo de interposição de 30 dias do término da referida conferência.

Art. 16º - A Comissão Estadual Recursal, deverá comunicar suas decisões aos envolvidos, sobre os recursos impetrados até 30 (trinta) de novembro de 2016.

### CAPÍTULO VI DOS PARTICIPANTES

Art. 17º - A 6ª Conferência Municipal das Cidades, em suas diversas etapas, deverá ter a participação de representantes dos segmentos deste Conselho.

Art. 18º - Os participantes da 6ª Conferência Municipal das Cidades se distribuirão em 2 categorias:

I - delegados, com direito a voz e voto.

II - Convidados com direito somente a voz.

Parágrafo Único. Os critérios para escolha dos convidados serão definidos pelo CONCIDADES/SC.

Art. 19º - Serão delegados à 6ª Conferência Municipal das Cidades: I - os eleitos nas Conferências Municipais de acordo com a tabela inserida no Anexo I;

§ 1º O delegado titular eleito terá um suplente do mesmo segmento, que será credenciado somente na ausência do titular.

II - os Conselheiros do CONCIDADES/SC, serão considerados delegados (as) natos na Conferência Municipal das Cidades.

Art. 20º - Fica estabelecido o número de delegados por município em função da população, de acordo com a tabela inserida no Anexo I.

Parágrafo Único - A eleição de delegados municipais será por segmentos, obedecendo a proporcionalidade da representação, conforme art. 21. No caso de eleição de 2(dois) delegados 1(um) representará o Poder Público, 1 (um) representará a sociedade Civil, no caso de 3 (três) delegados, 1 (um) representará o Poder Público e 2 (dois) representarão a sociedade civil; no caso de 5 (cinco) delegados, 2 (dois) representarão o Poder Público e 3 (três) representarão a sociedade civil; no caso de 7 (sete) delegados, 3(três) representarão o Poder Público e 4 (quatro) representarão a sociedade civil; e no caso de 9 (nove) delegados, 4 (quatro) representarão o Poder Público e 5 (cinco) representarão a sociedade civil. 11 (onze) delegados, 7 da sociedade civil e 4 (quatro)

Art. 21º - A representação dos diversos segmentos na 6ª Conferência Municipal das Cidades, em todas as suas etapas, deve ter a seguinte composição:

I - gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais, municipais, 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e

VI - ONGs com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

§ 1º As vagas definidas no Inciso I serão assim distribuídas: 10% para o legislativo, 12% para o Executivo Estadual e 20,3% para o Executivo Municipal.

§ 2º - Para os fins do disposto no caput deste artigo, o enquadramento nos diversos segmentos deverá ser efetuado da seguinte forma:

I - Poder Público Executivo: Estão enquadradas as secretarias, empresas de economia mista, autarquias e fundações. Poder Público Legislativo: estão enquadrados os vereadores e deputados estaduais.

II - Movimentos sociais e populares: Estão enquadradas as organizações de associações de bairros, movimento por moradia, movimento de luta por terra e as entidades voltadas à questão do



desenvolvimento urbano.

III - Trabalhadores representados por suas entidades sindicais – Sindicatos e federações representativas dos trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões de desenvolvimento urbano.

IV - Entidades representativas do empresariado, relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano. Enquadram-se também cooperativas voltadas às questões do desenvolvimento urbano.

V - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos profissionais: Estão enquadradas entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano, representativas de associações de profissionais, autônomos ou de empresas, profissionais representantes de entidades de ensino, centros de pesquisas das diversas áreas do conhecimento e conselhos profissionais regionais;

VI - ONGs: Estão enquadradas entidades do terceiro setor, vinculadas à questão do desenvolvimento urbano.

§ 3º – Não se enquadram nos segmentos acima descritos, partidos políticos, igrejas, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos e conselhos municipais e estaduais, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras e xenófobas, entre outras.

## CAPÍTULO VII

### DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 22º - As despesas com a organização da etapa estadual para a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria de Estado do Planejamento que poderá receber apoio de outros segmentos.

## CAPÍTULO VIII

### DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

Art. 23º - Para a realização de cada Conferência Municipal deverá ser constituída uma Comissão Preparatória Municipal pelo Conselho Municipal e, na sua ausência, pelo Executivo Municipal, com a participação de representantes de diversos segmentos, conforme proporcionalidade já estabelecida no art. 21.

Art. 24º - O Executivo Municipal envolvido tem a prerrogativa de convocar a Conferência Municipal a partir da convocação estadual até 22 de fevereiro de 2016, mediante ato publicado em meio de divulgação oficial e/ou veículos de ampla divulgação, explicitando, na divulgação do evento, a sua condição de "Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades".

§ 1º Caso o Executivo não a convoque até o prazo estabelecido, o legislativo ou entidades representativas em nível municipal no mínimo, quatro dos segmentos, conforme estabelecidos no art. 20º, poderão fazê-la, no prazo do dia 23 de fevereiro até 30 de março de 2016, divulgando-a pelo meio de comunicação local.

Art. 25º - As Conferências Municipais devem acontecer no período de 1º de janeiro a 5 de julho de 2016.

Art. 26º - Cabe às Comissões Preparatórias Municipais:

I – Adotar este Regimento, no que se refere ao âmbito Municipal, contendo critérios de participação, eleição de delegados para a etapa estadual, respeitadas as definições deste regimento estadual, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art. 21º

II - definir data, local e pauta da Conferência Municipal, que serão públicas e acessíveis a todos os cidadãos e cidadã, mantidos para eleição dos delegados (as) os critérios das entidades representativas no art.21.

III – elaborar cópia do decreto municipal de convocação da Conferência, quando convocado pelo Executivo, ou edital de convocação, se pela sociedade civil, bem como a comprovação de ampla divulgação nos meios de comunicação local e regional, conforme

disposto no art 21º,§1 deste regimento.

IV – produzir ato administrativo (resolução, portaria ou edital) que institui a comissão Preparatória Municipal conforme proporcionalidade estabelecida no art 21º deste Regimento.

V – Mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência Nacional das Cidades.

VI – A Comissão Preparatória Municipal deverá prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário,sem prejuízo do conteúdo,sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas,excluindo a cerimônia de abertura, executando as capitais dos estados, que terão carga mínima de 12horas, excluindo a cerimônia de abertura.

VII- Preencher o formulário disponibilizado pela coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 15 dias após a realização da mesma.

§ 1º As Comissões Preparatórias Municipais devem enviar as informações dos incisos I ao IV para o CONCIDADES/SC, no máximo, até 10 dias úteis após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

§ 2º O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário Estadual e Nacional.

Art. 27º - Os resultados das Conferências devem ser impressos, contendo a assinatura do executivo municipal e remetidos ao CONCIDADES/SC, em até 10 dias após sua realização, em formulário próprio a ser distribuído, via internet, pelo Ministério das Cidades.

Art. 28º - Os casos omissos e conflitantes, deverão ser direcionados pelas Comissões Preparatórias Municipais cabendo recurso a Comissão Preparatória Estadual.

## ANEXO 1

### MUNICÍPIOS E NÚMEROS DE DELEGADOS

Estado	Numerosa de Delegados	SENHA	MUNICÍPIOS	Habitantes IBGE -2010
SC	03		Maracajá	6.404

As Senhas citadas no art. 26, inciso VII, serão encaminhadas para as Associações de Municípios das quais estão inseridos.

Obs : Para números de delegados foi usado o número de habitantes por município.

0 à 5.000 h. 2 delegados ( 1 soc. Civil, 1 Gov. )

5.000 à 20.000 h. 3 delegados ( 2 soc. Civil, 1 Gov )

20.000 à 40.000 h. 5 delegados ( 3 soc. Civil, 2 Gov )

40.000 à 100.000 7 delegados ( 4 soc. Civil, 3 Gov )

100.000. à 300.000 9 delegados ( 5 Soc. Civil 4 Gov )

Acima de 300.000 11 delegados (7 Soc. Civil 5 Gov)

Total delegados Conf. Est. – 943 565 Soc. Civil 377 Gov.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 18 de Maio de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

**LEI 1057/2016**

LEI Nº 1057 DE 18 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Maracajá, no valor de R\$ 6.569,00 (seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais), assim classificado:

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Órgão: 05 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj. Atividade: 2.012 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.50.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.304,00

Proj. Atividade: 2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.50.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.265,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão:

I - de orçamento próprio do município de Maracajá para atender a Lei Municipal nº 1046 de 17 de dezembro de 2015.

Art. 3º O crédito especial de que trata esta Lei terá vigência plurianual podendo ser reaberto no exercício seguinte pelos seus saldos, conforme § 2º do art.167 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 18 de Maio de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 18 de maio de 2016.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**PORTARIA 344/2016**

PORTARIA N.º 344 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONSTITUI A COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 6ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ - SC, DE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto nº 18 de 03 de Março de 2016, constitui a Comissão Preparatória Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Preparatória Municipal da 6ª Conferência das Cidades do Município de Maracajá/SC, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à realização da referida Conferência.

Art. 2º A Comissão Preparatória Municipal será composta por representantes dos diversos segmentos do Poder Público e da sociedade civil, indicados representantes titulares e representantes suplentes para o exercício dessa representação, como segue:

I - Representantes do Poder Legislativo Municipal:

Alacide Luiz Rocha - Vereador

Roldinei Dassoler da Silva - Vereador

Ivo Pedro Farias

II - Representantes do Poder Executivo Municipal:

Diomar de Souza Machado Júnior

Dilnei Fausto Borges

Itaionara Tramontin Reco

Rosani Savi Costa

IV - Representantes do Departamento de Obras:

José Alcides de Souza

V - Representantes de Bairros e Centro

Alexsander Evangelista Pucher - Presidente da Assoc. de Moradores da Vila Beatriz

Almir Manoel Monteiro - Presidente da Associação de Moradores Nilda Rizzi

VI - Representantes do Setor Empresarial

Jean Richard Minatto

VII - Representantes dos Serviços Técnicos (engenharia/arquitetura)

Evânio Macalossi

VII - Representantes do Setor de Educação

Denner Lucas Casagrande

Alini Coêlho dos Santos

Art. 3º Fica designada para o exercício das atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal, o Sr. Diomar de Souza Machado Júnior, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo.

Art. 4º As atividades da Comissão, instituída por esta Portaria, terão duração de até o mês de dezembro de 2017.

Parágrafo único - Esta nomeação não conta ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao município de Maracajá/SC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 16 de maio de 2016.  
Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 16 de maio de 2016.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**PORTARIA LEGISLATIVA 01/2016**

PORTARIA Nº 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

Valdecir Idalino Setefeneti, Presidente da Câmara Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores abaixo relacionados:

Geovana Trivilis Teixeira, ocupante do Cargo de Diretora Financeira, Andreia Marques, ocupante do cargo de Assessora Legislativa, Elizabete Maria de Souza, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao recesso nesta Casa Legislativa, com gozo em 05/01/2016 e término em 04/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Câmara Municipal de Maracajá, em 05 de Janeiro de 2016.

Valdecir Idalino Setefeneti  
Presidente

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 05 de janeiro de 2016.

Roldinei Dassoler da Silva  
Secretário

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 485/2016

DECRETO Nº 485, DE 17 DE MAIO DE 2016

Prorroga contratação temporária de Servidor Municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A constatação de incapacidade laborativa pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da Conselheira Tutelar Márcia Roseli Barro Spier,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 17 a 31 de maio de 2016, da

servidora, ELIANE FERNANDES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 981.005.219-72, para o cargo de Conselheiro Tutelar, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de maio de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## CÂMARA MUNICIPAL

### AVISO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 6/2016 - PREGÃO P. 1-2016

Estado de Santa Catarina

Município de Maravilha

Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha

Procedimento Licitatório nº 6/2016

Pregão Presencial nº 1/2016

Aviso de Resultado de Julgamento de Habilitação

O pregoeiro da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, com auxílio dos membros da comissão de apoio, torna público o julgamento da habilitação fiscal do Pregão Presencial nº 1/2016, que teve o seguinte resultado: Habilitados: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA e MB CATARINENSE LTDA ME.

Maravilha, 18 de maio de 2016.

Jean Carlos Ribeiro

Pregoeiro

### AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA VENCEDORA PROCESSO LICITATÓRIO 6/2016 - PREGÃO P. 1/2016

Estado de Santa Catarina

Município de Maravilha

Câmara Municipal de Vereadores

Procedimento Licitatório nº 6/2016

Pregão Presencial nº 1/2016

Aviso Resultado do Julgamento das Propostas

O pregoeiro da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha – SC, com auxílio da equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados o RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS apresentadas pelos proponentes com relação ao Procedimento Licitatório nº 6/2016, cujo objeto é aquisição dos seguintes equipamentos: 1 (um) tripé (base para máquina fotográfica), 1 (um) microcomputador tipo all-in-one, 1 (um) microcomputador tipo Desktop (gabinete) e 1 (um) gravador e leitor

de CD e DVD externo, tudo conforme detalhamento do Edital e especificações do Anexo I (Termo de Referência), sagrando-se vencedores do certame os proponentes ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA CNPJ 04.326.894/0001-65, que ofertou melhor proposta no item 1 (um) microcomputador tipo Desktop (gabinete) com proposta final de R\$ 5.299,00 (cinco mil duzentos e noventa e nove reais), E a empresa MB CATARINENSE LTDA ME CNPJ 16.961.181/0001-52 que sagrou-se vencedora nos itens 1 (um) tripé (base para máquina fotográfica), 1 (um) microcomputador tipo all-in-one com proposta final de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) e 1 (um) gravador e leitor de CD e DVD externo com proposta final de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais). A íntegra da decisão em ata encontra-se apenas ao processo licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Câmara de Vereadores, estando aberto, ainda, o período para recursos conforme disposição editalícia.

Maravilha/SC, 18 de maio de 2016.

Jean Carlos Ribeiro

Pregoeiro

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 6/2016 - PREGÃO P. 1/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARAVILHA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 6/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC RATIFICA todos os atos praticados pelo Pregoeiro e equipe de apoio da Câmara Municipal de Vereadores, nos autos da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016, HOMOLOGA o procedimento licitatório e torna público o seu resultado: Procedimento Licitatório Nº 6/2016

TIPO: Menor preço por item.

OBJETOS: aquisição dos seguintes equipamentos: 1 (um) tripé (base para máquina fotográfica), 1 (um) microcomputador tipo all-in-one, 1 (um) microcomputador tipo Desktop (gabinete) e 1 (um) gravador e leitor de CD e DVD externo.

ADJUDICADOS: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA – CNPJ nº 04.326.894/0001-65 para o item Microcomputador desktop; E MB CATARINENSE LTDA ME - CNPJ nº 16.961.181/0001-52 para os demais itens.

Maravilha-SC, 18 de maio de 2016.

Sérgio Bourscheid - Presidente.

# Marema

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2016**

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 018/2016 – Pregão Presencial n. 013/2016 para aquisição de Plataforma/carroceria prancha para transporte de máquinas, vinculado ao Convenio n. 2016TR000526 firmado entre O Estado de Santa Catarina, por intermédio da ADR/Xanxere e o Município de Marema, Processo n. SDR05.00001705/2016 – Proposta de Transferência n. 16723. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 06/06/2016, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 06/06/2016 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 18 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA Nº 23.2015 LIC 40.2015 3º ADITIVO DE QUANTIDADE - MATERIAIS DE LIMPEZA

TERCEIRO TERMO ADITAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015

Processo Licitatório Nº 40/2015

Pregão Presencial Nº 32/2015

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 40/2015- Pregão Presencial Nº 32/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos a AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS ESCOLAS, PRÉ-ESCOLARES, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CENTRO ESPORTIVO, PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIAL SOCIAL.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS ESCOLAS, PRÉ-ESCOLARES, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CENTRO ESPORTIVO, PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIAL SOCIAL.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTITATIVO

2.1. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações, quantitativos aditados.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID	MARCA	LICITADO	ADITIVO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
47	ASTROGIL-DO OJEDA	SABAO EM PO: TENSOATIVO, ALCALINIZANTE, CO-ADJUVANTE, ANTIRREDEPOSITANTE, BRANQUEADOR OPTICO, CORANTEENZIMA, BRANQUEADOR, TAMPO-NANTE, PERFUME, AGUA, ALVEJANTE E CARGA, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SODIO. EMBALAGEM DE 1KG.	UNID	GIRANDO SOL	1.370	342	R\$ 4,05	R\$ 1.385,10
VALOR TOTAL DO ADITIVO								R\$ 1.385,10

2.1. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 1.385,10 (MIL, TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E DEZ CENTAVOS).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº 40/2015- Pregão Presencial Nº 32/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo

Massaranduba – SC	18	de	Maio	de	2016

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito

ASTROGILDO OJEDA  
Contratada



**DECRETO Nº. 3299 DE 17 DE MAIO DE 2016**

DECRETO Nº. 3299 DE 17 DE MAIO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 44900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Outras Desp. Ensino)

..... R\$ 32.000,00

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População

0602 – 44900000 – Aplicações Diretas

0602 – 13801 – Piso de Atenção Básica – PAB ..... R\$ 28.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) dos programas e verbas abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Outras Desp. Ensino)

..... R\$ 32.000,00

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População

0602 – 43900000 – Aplicações Diretas

0602 – 13801 – Piso de Atenção Básica – PAB ..... R\$ 28.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 17 DE MAIO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58.2016 TP 01.2016 (PMM) - GALPÃO METÁLICO (EMEF NICOLAU JENSEN) E REFORMA DA ESTRUTURA (EMEF BRUNO LINDEN)**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2016

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, do tipo menor preço – por item, objetivando a CONSTRUÇÃO DE GALPÃO METÁLICO NA EMEF NICOLAU JENSEN E REFORMA DA ESTRUTURA NA EMEF PE. BRUNO LINDEN DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até 08h00min do dia 06/06/2016.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 08h30min do dia 06/06/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou pelo site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 19 de maio de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA

### COMUNICADO CP Nº 029-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

#### COMUNICADO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 029/2016

A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados que em virtude da decisão judicial referente à operação águas de prata realizada no dia 17/05/2016 a partir das 07:30 horas da manhã pela polícia Federal, ficou suspenso o recebimento dos envelopes de habilitação e propostas das empresas interessadas no processo Concorrência Pública nº 029/2016, sendo transferido o seu recebimento (protocolo) para até as 09:00 horas do dia 18/05/2016 no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro. Fica, portanto marcada a realização da abertura dos envelopes de habilitação e propostas das empresas participantes da Concorrência Pública nº 029/2016 para as 08h30min horas do dia 23/05/2016 na sede da Prefeitura Municipal de Meleiro, no setor de licitações.

Meleiro/SC, 17 de maio de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### COMUNICADO TP Nº 011-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE MELEIRO SAÚDE DE MELEIRO  
COMUNICADO TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2016

A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados que em virtude da decisão judicial referente à operação águas de prata realizada no dia 17/05/2016 a partir das 07:30 horas da manhã pela polícia Federal, ficou suspenso o recebimento dos envelopes de habilitação e propostas das empresas interessadas no processo Tomada de Preços nº 011/2016, sendo transferido o seu recebimento (protocolo) para até as 09:00 horas do dia 18/05/2016 no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro. Fica, portanto marcada a realização da abertura dos envelopes de habilitação e propostas das empresas participantes da Tomada de Preços nº 011/2016 para as 08h30min horas do dia 20/05/2016 na sede da Prefeitura Municipal de Meleiro, no setor de licitações.

Meleiro/SC, 17 de maio de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### ERRATA 04- ED001-2016\_MELEIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

#### ERRATA 04

O MUNICIPIO DE MELEIRO torna pública a retificação 04 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2016, para admissão em caráter temporário de vagas existentes e cadastro de reserva do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, nos seguintes Itens:

#### ONDE SE LÊ:

Nº	Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração (R\$)	Requisitos para o cargo
02	Motorista/Socorrista do SAMU	04	40h	1.206,59	Ensino Fundamental, registro no Órgão fiscalizador.
04	Técnico em Enfermagem do SAMU	04	40h	920,98	Ensino Médio, registro no Órgão fiscalizador.

#### 2.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

2.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer de 23/05/2016 a 24/05/2016 durante o horário de expediente, na Secretaria Municipal de Saúde de Meleiro/SC, munido dos seguintes documentos:

- Formulário de Pré-inscrição impresso;(original)
- CPF e Carteira de Identidade ou CNH(original e cópia);
- Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado(original e cópia);
- O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de conclusão do curso (original e cópia).

- e) Para os cargos do SAMU e de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, o candidato que possuir experiência igual ou superior a dois anos, deverá apresentar atestado de tempo de serviço emitido pela instituição empregadora em que exerceu a profissão, para comprovar sua experiência no cargo desejado. (original e cópia)
- f) Para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, o candidato deverá apresentar o cartão de identificação da Microárea em que reside, emitido pela Secretaria de Saúde de Meleiro/SC; (original e cópia)
- g) Laudo médico, e Anexo III deste edital legível e devidamente preenchido para os candidatos que possuírem deficiência.
- h) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

**LEIA-SE:**

Nº	Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração (R\$)	Requisitos para o cargo
02	Motorista/Socorrista do SAMU	04	40h	1.206,59	Ensino Fundamental, e certificado de conclusão do Curso de Motorista/Socorrista.
04	Técnico em Enfermagem do SAMU	04	40h	920,98	Certificado ou Diploma de Conclusão de Curso Técnico de Enfermagem a nível médio e registro no Órgão fiscalizador do exercício profissional.

**2.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:**

2.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer de 23/05/2016 a 24/05/2016 durante o horário de expediente, na Secretaria Municipal de Saúde de Meleiro/SC, munido dos seguintes documentos:

- a) Formulário de Pré-inscrição impresso;(original)
- b) CPF e Carteira de Identidade ou CNH(original e cópia);
- c) Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado(original e cópia);
- d) O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de conclusão do curso (original e cópia).
- e) Para os cargos do SAMU e de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, o candidato que possuir experiência igual ou superior a dois anos, deverá apresentar atestado de tempo de serviço emitido pela instituição empregadora em que exerceu a profissão, para comprovar sua experiência no cargo desejado;(original e cópia)
- f) Para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, o candidato deverá apresentar o cartão de identificação da Microárea em que reside, emitido pela Secretaria de Saúde de Meleiro/SC; (original e cópia)
- g) Para o cargo de MOTORISTA/SOCORRISTA DO SAMU, apresentar o certificado de conclusão do curso de Motorista/Socorrista; (original e cópia)
- h) Laudo médico, e Anexo III deste edital legível e devidamente preenchido para os candidatos que possuírem deficiência.
- i) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

MELEIRO/SC, em 18 de Maio de 2016.

Fica homologada a ERRATA 04 do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016.

ANA DA COSTA OSTETTO  
Secretária Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 012/2016**

PORTARIA n.º 012/2016  
TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal artigo 51, inciso I, e Lei nº1186/2006, e Lei complementar nº022/2006 e Lei Complementar nº 026/2009 e suas alterações, RESOLVE:

**RETORNAR**

Art. 1.º Da Licença saúde, o servidor JULIANO FERNANDES, ocupante do cargo de Operador de Estação ETA, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Maio de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 231/2016**

PORTARIA n.º 231/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, RESOLVE: CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora SANTINA NICOLAU DOS SANTOS, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 17/05/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 541/2016 T.P. 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 541/2016  
TOMADA DE PREÇOS 006/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar no dia 03/06/2016, processo licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global do seguinte objeto: CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA LOCALIZADA NO BAIRRO ALVORADA MUNICÍPIO DE MODELO - SC. TOTALIZANDO ÁREA DE 207,09 M². EXECUÇÃO CONFORME ART 5021125-6, PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS DESTE EDITAL.

Os envelopes serão recebidos até às 08:00horas do dia 03/06/16 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo. O Edital estará disponível na Prefeitura Municipal, Sala de Licitações, situada na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30horas às 11:30horas e das 13:30horas às 17:00horas de segunda a sexta feira ou através do endereço eletrônico [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br).

Modelo/SC, 18/05/2016  
Ricardo Luis Maldaner  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 542/2016 T.P. 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 542/2016  
TOMADA DE PREÇOS 007/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar no dia 03/06/2016, processo licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global do seguinte objeto: CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA LOCALIZADA NO BAIRRO PALMEIRAS MUNICÍPIO DE MODELO - SC. TOTALIZANDO ÁREA DE 207,09 M². EXECUÇÃO CONFORME ART 5097021-4, PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS DO EDITAL.

Os envelopes serão recebidos até às 14:00horas do dia 03/06/16 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo. O Edital estará disponível na Prefeitura Municipal, Sala de Licitações, situada na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30horas às 11:30horas e das 13:30horas às 17:00horas de segunda a sexta feira ou através do endereço eletrônico [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br).

Modelo/SC, 18/05/2016  
Ricardo Luis Maldaner  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0154/2016

DECRETO Nº 0154/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ CARLOS SPIECKER, APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE MODELO, EDITAL Nº 001/2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010,

2.253/2016 em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2016, do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 097/2016 em 18.03.2016, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir desta data, o Sr. LUIZ CARLOS SPIECKER, portador do CPF nº 055.431.059-75, RG nº 4.704.990-1, aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2016, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS, nível 14, referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 40 horas semanais, com a jornada de trabalho fixada e a atribuição de exercício, de conformidade com o interesse e necessidade do atendimento do serviço público, com observância das disposições legais, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 18 de maio de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE Nº 026/2016 – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2016

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 0154/2016

CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais Externos

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC compareceu o Sr. LUIZ CARLOS SPIECKER, portador do CPF nº 055.431.059-75, RG nº 4.704.990-1, nomeado a fim de tomar posse no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS, conforme especificado pelo Decreto nº 0154/2016.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".



Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 18 de maio de 2016.  
LUIZ CARLOS SPIECKER  
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0155/2016

Decreto nº 155/2016 de 18/05/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 475/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório nº. 475/2016, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA O DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	7.783,45
SCS COMERCIO LTDA	7.501,75
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	7.428,88

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 18 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA  
Chefe do Depto. De Licitações

### DECRETO Nº 0156/2016

DECRETO Nº 0156/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVAIR RODRIGO KOTTWITZ, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pelo Servidor,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 18 de maio de 2016, o Servidor EVAIR RODRIGO KOTTWITZ, do cargo comissionado de Coordenador Geral de Equipe/Ações/Departamentos, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 18 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

EVAIR RODRIGO KOTTWITZ

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### DECRETO Nº 0157/2016

DECRETO Nº 157/2016 DE 18/05/2016

DISPÕE SOBRE A ESPECIFICAÇÃO DOS LOTES RELATIVO HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 666/2015, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 003/2015, DE QUE DISPÕE O DECRETO MUNICIPAL 21/2016 DE 19/01/2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94,

Considerando que a adjudicação constante do Decreto Municipal 157/2016 está com o somatórios dos dois lotes, sendo do interesse público e para atendimento dos objetos do contratos conforme abaixo especificados, estejam apresentados por lotes de conformidade o disposto no respectivo edital de licitação;  
Considerando as disposições Referente contrato de repasse Caixa Econômica MTUR nº 2623.1.013.921-44/2013;  
Considerando as disposições do Referente contrato Caixa Econômica MTUR nº 1015780-64/2014 SICONV 808403/2014;  
Considerando a apresentação das propostas e julgamento por lote, no Processo licitatório: 666/2015 de Concorrência Pública;  
Considerando a ata de julgamento das propostas Processo Licitatório nº 666/2015, Concorrência Pública 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º.- Fica ratificada a homologação do resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório nº. 666/2015, Modalidade Concorrência, na sua exata ordem de classificação, conforme dispõe o Decreto Municipal 21/2016 DE 19/01/2016.

Art. 2º.- Fica adjudicado o objeto, de que trata o Decreto Municipal 21/2016, especificado neste ato, por lote, conforme disposto na Ata de Julgamento das Propostas, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 666/2015, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 003/2015, SENDO:

Referente: LOTE 1: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DA ESTRADA DE MODELO A LINHA SALETE – ETAPA II, (PARTE DA OBRA).COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE IMPRIMAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTAÇÃO COM EMULSÃO CM 30, PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C, CONCRETO BETUMINOSO USANDO QUENTE - CBUQ COM CAP 50/70 5,5% DMT 30 KM, PINTURA



LONGITUDINAL C/ TINTA TERMOPL. C/ 750/M<sup>2</sup> MICROESFERAS DE VIDRO - FAIXA LONG. LATERAL BRANCA, PINTURA LONGITUDINAL C/ TINTA TERMOPL. C/ 750/M<sup>2</sup> MICROESFERAS DE VIDRO - FAIXA LONG. CENTRAL AMARELA. ETAPA II COM EXTENSÃO DE 881,55 M, DE CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº 1.013.921-44/2013/MTUR/CAIXA, DE ACORDO COM PROJETOS, MEMORIAIS E ANEXOS., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
GAIA RODOVIAS LTDA.	235.766,09

Art. 3º - Fica adjudicado o objeto, de que trata o Decreto Municipal 21/2016, especificado neste ato, por lote, conforme disposto na Ata de Julgamento das Propostas, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 666/2015, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 003/2015, SENDO:

Referente: LOTE 2:PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DA ESTRADA DE MODELO A LINHA SALETE –ETAPA III (PARTE DA OBRA).COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE IMPRIMAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTAÇÃO COM EMULSÃO CM 30, PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C, CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE - CBUQ COM CAP 50/70 5,5% DMT 30 KM, PINTURA LONGITUDINAL C/ TINTA TERMOPL. C/ 750/M<sup>2</sup> MICROESFERAS DE VIDRO - FAIXA LONG. LATERAL BRANCA, PINTURA LONGITUDINAL C/ TINTA TERMOPL. C/ 750/M<sup>2</sup> MICROESFERAS DE VIDRO - FAIXA LONG. CENTRAL AMARELA. ETAPA III COM EXTENSÃO DE 325,25 M, DE CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº 1015780-64/2014/CONVENIO 808403/2014/MTUR/CAIXA. DE ACORDO COM PROJETOS, MEMORIAIS E ANEXOS., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
GAIA RODOVIAS LTDA.	103.260,42

Art. 4º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal De Modelo, SC, aos 18 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN  
Diretor de Administração

## PORTARIA Nº 0103/2016

PORTARIA Nº 0103/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.

SUSPENDE TEMPORARIAMENTE, A CONCESSÃO DE LICENÇAS PRÊMIO E PRÊMIO ASSIDUIDADE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

CONSIDERANDO a necessidade de redução nas despesas com vistas a se manter investimentos necessários à manutenção dos serviços públicos, bem como visando adequar as despesas com pessoal à realidade das receitas municipais em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF,

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar medidas para redução nas despesas de custeio necessárias a adequar a atual capacidade financeira do município,

### RESOLVE:

Art.1º - Fica suspensa temporariamente, a concessão de Licenças Prêmio e a concessão ou conversão em dinheiro de Prêmios Assiduidade, a que fazem jus os servidores municipais, de conformidade com as disposições da Lei Municipal 1513/02, a partir desta data até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Único: Excepcionalmente, poderá ser autorizada a concessão das licenças que estiverem na iminência do vencimento de seu período aquisitivo, ou aquelas que antecederem aposentadoria, desde que requerido pelo servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 18 de maio de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO DISTRATO CONTRATO 34/2014 FMS

EXTRATO DISTRATO DO CONTRATO N.º 034/2014

DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

DISTRATADO: CLIMED SAN THOMAZ LTDA

OBJETO: Fica distratado, conforme solicitação o contrato nº 034/2014 oriundo do Processo Licitatório nº 031/2014, cujo objeto é a Prestação de serviços médicos profissionais de clinico geral.

ORIGEM: Tomada de Preços n.º 008/2014

VIGÊNCIA: A partir de 28 de abril de 2016.

Mondaí SC, 28 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

### EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 005.2016 FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 005/2016

TIPO: Menor Preço (por lote)

OBJETO: Aquisição de material destinado para manutenção e o desenvolvimento de atividades no Centro de Referencia em Assistencia Social – CRAS de Mondaí – SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 08h55min do dia 03 de junho de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 03 de junho de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 18 de maio de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA 2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2016  
OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016. O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 56/2016, Pregão Presencial nº 43/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 19/MAIO/2017.

CONTRATADO: RAULUIZ TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA CNPJ 82.150.582/0001-57

MONTE CARLO-SC, 18 de Maio de 2016.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS DE PINTOR, PEDREIRO, CARPINTEIRO, CALCETEIRO, SERRALHEIRO E OUTROS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016. O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 55/2016, Pregão Presencial nº 42/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 19/MAIO/2017.

CONTRATADO: JM OLIVEIRA CONSTRUÇÕES LTDA ME, CNPJ 20.703.224/0001-77

MONTE CARLO-SC, 18 de Maio de 2016.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS DE PINTOR, PEDREIRO, CARPINTEIRO, CALCETEIRO, SERRALHEIRO E OUTROS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016. O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 55/2016, Pregão Presencial nº 42/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 19/MAIO/2017.

CONTRATADO: KARINI FUCCINA ME, CNPJ 13.368.036/0001-74

MONTE CARLO-SC, 18 de Maio de 2016.

### EXTRATO DE CONTRATO 43/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS MONOCROMÁTICAS PARA USO DOS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, EEB MUNICIPAL ERICI DICK E ADMINISTRAÇÃO

O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo até a data de 31/12/2016.

Processo de Licitação 54/2016 Pregão Presencial 41/2016.

CONTRATADA: SC CÓPIAS LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ Nº 03.367.127/0002-12.

MONTE CARLO-SC, 18 de Maio de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

### PROCESSO LICITATÓRIO 64/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 64/2016 EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO L Nº 50/2016

OBJETO: O presente pregão tem como objeto a aquisição futura de EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE para os Postos do Fundo Municipal Saúde conforme proposta 04923.189000/1140-03. Emenda Parlamentar.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: a partir das 08:00 horas do dia 19/maio/2016 até as 08:30 horas do dia 01/junho/2016; ABERTURA: às 09:00 até as 9:30 horas do dia 01/junho/2016.

TIPO MENOR PREÇO ☐ POR ITEM . INFORMAÇÕES E ENTREGA:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 as 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

d) e-Mail: [compras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:compras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 18 de Maio de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 45/2016 PMN --- REPUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA Nº 45/2016 PMN --- REPUBLICADO ---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL, VALAS DE INFILTRAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIA COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DA OBRA, PARTE DO "PROJETO ORLA" QUE COMPETE AO MUNICÍPIO, TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A RUA CARLOS HENRIQUE MELCHIER E RUA FRANCISCO SCHIMDT, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 20/06/2016 até às 8h50. Abertura envelopes: 20/06/2016 às 9h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 19 de MAIO de 2016. Setor Compras e Licitações. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 48/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE ROUPAS DE CAMA E BANHO (TOALHAS, LENÇÓIS, FRONHAS, TRAVESSEIROS, EDREDONS E MANTAS) DEVIDAMENTE PERSONALIZADAS PARA AS CRECHES E UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 02 de junho de 2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 02 de junho de 2016 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 18 de maio de 2016. Compras e Licitações. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 56/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015 FMS --- REPUBLICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ESPECIALIDADE DE DERMATOLOGIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 03/06/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 03/06/2016 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 18 de MAIO de 2016. Compras e Licitações. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

### DECRETO Nº 065 DE 18 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 65 DE 18 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela da Lei nº 3101 de 18/05/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 267.466,00 (Duzentos e sessenta e sete mil quatrocentos e sessenta e seis reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 102 – Atendimento Hospitalar

1.100 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares

Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde

80 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 267.466,00

T O T A L ..... R\$ 267.466,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde

23 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 267.466,00

T O T A L ..... R\$ 267.466,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 18 de Maio de 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de Maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016.**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016 PMN  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 21/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 21/2016 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COTAÇÃO, DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES, NACIONAIS E INTERNACIONAIS E HOSPEDAGEM/RESERVAS DE HOTEL PARA AS SECRETARIAS DO PAÇO MUNICIPAL E DE MAIS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. conforme Pregão Presencial nº 21/2016.

Fornecedor: Acácia Agência de Viagens e Turismo Ltda

Valor: R\$ 50.000,00.

Vigência: 31/12/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 30 de março de 2016.

**LEI Nº 3101 DE 18 DE MAIO DE 2016**

LEI Nº 3101 DE 18 DE MAIO DE 2016

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 267.466,00 (Duzentos e sessenta e sete mil quatrocentos e sessenta e seis reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 102 – Atendimento Hospitalar

1.100 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares

Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde

80 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 267.466,00

T O T A L ..... R\$ 267.466,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde

23 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 267.466,00

T O T A L ..... R\$ 267.466,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 18 de Maio de 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 18 de Maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1290/2016 NOMEAÇÃO**

PORTARIA N º 1290 DE 16 DE MAIO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

Art. 1 º NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Agente Publico Municipal I a senhora ANA PAULA GUILLAND, com a data de 12/05/2016.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1291/2016 NOMEAÇÃO CONCURSO 001/2015**

PORTARIA N º 1291 DE 16 DE MAIO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. RAFAEL MENDES SERAFIM , para exercer o cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta horas semanais) , regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/05/2016 .

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de



Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 16 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 1303 E 1304/2016 READAPTA SERVIDOR**

PORTARIA N º 1303 DE 17 DE MAIO DE 2016  
READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N º 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

I. READAPTAR o servidor PEDRO PAULO RANGUETT na função de Mecânico pelo período de 12 (doze) meses a partir de 04 de maio de 2016, conforme ofício 85/2016.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 04/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1304 DE 17 DE MAIO DE 2016

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N º 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

III. READAPTAR a servidora ÉGINA RIBAS DE LIMA na função de Monitora pelo período de 12 (doze) meses a partir de 04 de maio de 2016, conforme ofício 86/2016.

IV. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 04/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS 1297,1298,1299,1300,1301,1302/2016 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE**

PORTARIA N º 1297 DE 17 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Soleide Waltrick, ocupante da função de Professora Efetiva 206506, no período de 09/05/2016 a 04/11/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 09/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1298 DE 17 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Ariceli Vitti, ocupante da função de Professora Efetiva 445001, no período de 28/04/2016 a 24/10/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 28/4/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1299 DE 17 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos



Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Marilecia Vieira, ocupante da função de Professora Efetiva 309804, no período de 18/04/2016 a 14/10/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/04/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1300 DE 17 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Andrea Cristina das Neves, ocupante da função de Professora Efetiva 63703, no período de 19/04/2016 a 15/10/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/04/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1301 DE 17 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Tathiana Cristine Paredes, ocupante da função de Professora ACT 6280204, no período de 02/05/2016 a 28/10/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 02/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1302 DE 17 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Geisa Carla Rodrigues dos Santos, ocupante da função de Professora ACT 6202207, no período de 05/05/2016 a 31/10/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 05/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS 1305,1306,1307,1308,1309,1310,1311 /2016 CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAUDE**

PORTARIA N º 1305 DE 17 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Mari-  
lena Fatima Gomes, ocupante do cargo de Monitora 63296801 do  
quadro de servidores da Municipalidade, no período de 21/10/2015  
a 02/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1306 DE 17 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor Ronaldo Passos ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais 442601 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 12/04/2016 a 25/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1307 DE 17 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor José Manoel Francisco ocupante do cargo de Pedreiro 461401 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 21/10/2015 a 02/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1308 DE 17 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Solange Ramos ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais

63297201 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 01/09/2015 a 03/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1309 DE 17 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor Pedro Paulo Ranguett ocupante do cargo de Mecânico 173602 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 14/08/2014 a 04/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1310 DE 17 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor Diego Damasio ocupante do cargo de Vigia 63315601 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 23/04/2016 a 08/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 1311 DE 17 DE MAIO DE 2016**  
**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Maria de Souza Bento ocupante do cargo de Supervisora Escolar 48001 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 13/05/2015 a 07/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
 PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PUBLICA O RESULTADO PRELIMINAR DA SELEÇÃO DE PROJETOS DO EDITAL VILMA MAFRA DE APOIO À CULTURA 2016**

Portaria 003/2016

Publica o resultado preliminar da seleção de projetos do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2016.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Publicar o resultado preliminar dos projetos aprovados no processo de seleção do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2016 do Fundo Municipal de Cultura. Abaixo segue a lista de projetos aprovados:

	Protocolo	Projeto	Proponente	Área
Cotas de R\$ 18.000,00				
1º	009/2016	4º Musicando na Escola	Elson Maykow Toledo dos Santos	Música
2º	022/2016	Conversas do Imaginário Popular	Vilma Marli Rebello Mafra	Humanidades
3º	007/2016	A Arte da Cerâmica 2	Rafael Nunes de Oliveira	Artes Visuais
4º	034/2016	Homenagem ao Pescador	Ricardo Batista dos Santos	Artes Visuais
5º	001/2016	Reparos	Caroline Westerkamp Costa	Audiovisual
6º	023/2016	Companhia de dança Atitude	Tiago da Silva Marques Pereira	Artes Cênicas
7º	029/2016	II Festival de Terno de Reis Estrela Guia	Tarcísio Weise	Patrimônio
8º	017/2016	Raízes do Mar	Angelis Moreira de Macedo Romão	Artes Visuais
9º	018/2016	Orquestra de Câmara – Continuação	José Carlos Pereira Júnior	Música
10º	027/2016	Memória Navegante	Angela Luciane Peyerl	Humanidades
Cota de R\$ 26.000,00 – Salão de Artes Visuais de Navegantes				
	030/2016	Salão de Artes Visuais de Navegantes	Fundação Cultural de Navegantes	Artes Visuais
Cota de R\$ 81.631,05 – Projetos da Fundação Cultural de Navegantes				
	031/2016	4º Festival Literário de Navegantes	Fundação Cultural de Navegantes	Humanidades
	032/2016	Inventário do Patrimônio Imaterial de Navegantes	Fundação Cultural de Navegantes	Patrimônio
	033/2016	Mostra de Teatro de Rua de Navegantes	Fundação Cultural de Navegantes	Artes Cênicas

Art. 2º - Caberá recurso ao resultado preliminar, no prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial, conforme item 4.11 do Edital.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

REGINA CÉLIA CORREIA

SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

**RESULTADO AMOSTRAS 2º COLOCADOS PREGÃO 09 2016 FMS**

RESULTADO DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS DOS SEGUNDOS COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 – FMS

OBJETO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES INFORMA QUE FORAM APROVADOS E/OU REPROVADOS, AS AMOSTRAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016 FMS - REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS A SEREM UTILIZADOS PELAS UBS - UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E CENTROS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Item	Parecer	Justificativa
08	Desclassificado	Não apresentou amostra/fracassou
67	Desclassificado	Não apresentou amostra/fracassou
86	Desclassificado	Não apresentou amostra/fracassou

87	Desclassificado	Não apresentou amostra/fracassou
88	Desclassificado	Não apresentou amostra/fracassou
89	Desclassificado	Não apresentou amostra/fracassou
90	Desclassificado	Não apresentou amostra/fracassou

## EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSP. LTDA

Item	Parecer	Justificativa
155	Desclassificado	Não apresentou amostra/fracassou

## PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES

Item	Parecer	Justificativa
16	Desclassificado	Não apresentou amostra/fracassou
32	Desclassificado	Não apresentou amostra/fracassou

AVISO: FICA FINALIZADA A FASE DAS AMOSTRAS DO PREGÃO.  
NAVEGANTES/SC 19 DE MAIO DE 2016.

## CÂMARA MUNICIPAL

### LICITAÇÃO Nº 03-2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03-2016 - ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO II

## ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL N.003/2016.

Processo licitatório N.003/2016

Aos 19(dezenove) dias do mês de maio de 2016, as 10h:00 min., no plenário da Câmara de vereadores de Navegantes-SC, que fica na Rua: Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Centro, Navegantes-SC. Reuniram-se o Pregoeiro e a equipe de apoio, todos designados pela porta legislativa N. 001/2016, para julgar o Recurso Administrativo interposto pela empresa ORBENK pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 79.283.065/0001-41, primeiramente observa-se que o mesmo é tempestivo, sendo que a licitante Orbenk propôs o presente recurso em virtude da Licitante GT limp ser declarada vencedora do certame (PREGÃO PRESENCIAL N.003/2016, Processo licitatório N.003/2016), fundamentando para tanto, que a licitante GT limp tem "a inadequada Tributação apontada na planilha de custo; que a empresa vencedora não pode ser optante do Simples Nacional; Na falta de capacidade técnica; Na inexistência da proposta de preço", sendo dado idêntico prazo para a empresa Vencedora do Certame para que esta apresente-se as suas contrarrazões, tendo apresentado a mesma dentro prazo e fundamentando sua teses: Na confusão da recorrente entre as atividades de terceirização de serviços com cessão ou locação de mão de obra; que a participação no certame de empresa optante pelo simples não configura ato ilegal e tem previsão no edital (item 4.9); que a empresa vencedora certame não faz locação de mão-de-obra; que edital prevê doze meses e portanto excede a três meses e por isso não é locação de mão-de-obra; que as prestadoras de serviço não é o mesmo que locadoras de mão-de-obra; que resta demonstrado que a empresa não presta serviços vedados Pela Lei Complementar 123/2006; que uma vez analisado o as razões e as contrarrazões de recurso apresentada pelas licitantes, O pregoeiro e sua equipe de apoio resolveram juntar nesta ata o parecer da Advocacia- Geral da União sobre o tema do recurso: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO- PROCURADORIA-GERAL FEDERAL -PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA -NOTA Nº 82/2010/AM/PF/FCRB/PGF/AGU -PROCESSO Nº: PI 01550.000333/2010-11 -INTERESSADO: FCRB ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA E AUXÍLIO DE SERVIÇOS GERAIS- Conclusões: Face ao exposto sugiro conhecer e dar parcial provimento à impugnação de fls. 139-142, para prestar os seguintes esclarecimentos aos licitantes:

a) não há impedimento à participação no certame das ME-EPP optantes pelo SIMPLES NACIONAL; b) caso alguma ME/EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL seja vencedora do certame, será-lhe adjudicado o objeto após providências previstas no edital, especialmente quanto à habilitação, e posteriormente será expedido ofício à Receita Federal do Brasil, ao Comitê Gestor do Simples Nacional, ao Departamento Nacional de Registro do Comércio e ao Tribunal de Contas da União, para que tomem conhecimento dos fatos e adotem as providências que entenderem pertinentes; c) conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresa de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação); d) caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições, deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal; e) a Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nos 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007; f) o ônus tributário é da licitante. Se ela entender por bem não repassar os valores referentes aos tributos não previstos no SIMPLES NACIONAL para o contrato e o seu preço continuar exequível, descabe, neste momento, à Administração fazer outro juízo de valor. A licitante não poderá, no futuro, solicitar reajuste, alegando ter-se equivocado na opção pelo regime tributário, tendo que suportar o ônus de sua proposta e a ela vincular-se até o fim do contrato, sob pena de responder pelas penalidades previstas no edital, bem como por perdas e danos, mesmo que haja determinação do órgão competente de modificação do regime tributário ora em debate. Tal determinação não será considerada fato do príncipe para fins de realização de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, pois tal situação terá sido provocada propositalmente pela própria licitante (Alessandro Quintanilha Machado, Procurador-Chefe); Diante do todo acima exposto julgamos improcedente o presente recurso administrativo.

Navegantes-SC, 19 de maio de 2016.

José João de Souza ..... Pregoeiro

Sólton Manoel Costa ..... Equipe de apoio

Vanildo Telles ..... Equipe de apoio

Vilsemar Olimpio Duarte ..... Equipe de apoio



# Nova Trento

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016

PROCESSO Nº 045/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2016

Aos 16 dias do mês de maio de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 16/05/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação, em regime de empreitada por preço unitário, de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas elétricos, hidráulicos, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá o fornecimento nos postos de serviço de todo o material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

JMM ELÉTRICA LTDA ME (CNPJ Nº 13.226.152/0001-59)

#### LOTE I

Item	Quant	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
1	4.500	Horas	Serviço de mão de obra de Eletricista.	22,00	99.000,00
TOTAL R\$					99.000,00

#### LOTE II

Item	Quant	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
2	800	Horas	Serviço de Mão de Obra de Hidráulica.	22,00	17.600,00
TOTAL R\$					17.600,00

Valor Total homologado ao Licitante: 116.600,00 (Cento e dezesseis mil e seiscentos reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos licitados deverão ser entregues no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 16 de maio de 2016.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016

PROCESSO Nº 048/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016

Aos 18 dias do mês de maio de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/05/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para locação de britador de mandíbula móvel, acompanhado de gerador, para produção de material a ser utilizado na recuperação de vias públicas de Nova Trento, conforme quantidades e especificações contidas no anexo I que integra o presente edital, tipo menor preço por lote.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

TRANSPORTES DELL AGNOLO (CNPJ Nº 05.192.266/0001-05)

Item	Descrição	Unid.	Quant./dia	Valor Unitário	Valor Total
1	Locação de Britador móvel	Diária	220	410,00	90.200,00
2	Locação de Gerador	Diária	220	410,00	90.200,00
TOTAL					180.400,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 180.400,00 (Cento e oitenta mil e quatrocentos reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento, 18 de maio de 2016.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

## DECRETO Nº 145/2016

DECRETO nº 145, de 09 de maio de 2016

Substitui Membro Suplente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento nos artigos 305 e 306 da Lei Complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009, decreta:

Art. 1º Substitui membro suplente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (CMDUR) de Nova Trento, instituído pelo Decreto nº 072/2015, conforme segue:

I – Conselheiros Setoriais:

REPRESENTAÇÃO	CONSELHEIROS TITULARES
a.PODER EXECUTIVO	1) .....
	2) .....
	3) .....
	4) .....
	CONSELHEIROS SUPLENTES
	1) .....
	2) .....
	3) Fabiana Marchiori, em substituição a Mariana C.Fagundes Bosio;
	4) .....

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento/SC, 09 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 423/2016

PORTARIA Nº 423/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 045/2016, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocada pelo Decreto nº 008/2016, DRIELY VALERIA DE AGUIAR GONÇALVES, matrícula nº 6980, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Santo Antonin – Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, a contar de 04 de maio de 2016 a 31 de agosto de 2016, em substituição à titular Jane Meri Maçaneiro, afastada conforme a Portaria nº 422/2016 (Licença Maternidade).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de maio de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**CONTRATO SP//2016****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora DRIELY VALERIA DE AGUIAR GONÇALVES, brasileira, solteira, residente e domiciliada na ST Vidal Serafim Machado Cardoso, s/nº, Bairro Cardoso, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 083.679.929-11, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Santo Antonin – Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, em substituição à titular Jane Meri Maçaneiro, afastada conforme a Portaria nº 422/2016 (Licença Maternidade).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 04 de maio de 2016 a 31 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de maio de 2016.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Driely Valeria de Aguiar Gonçalves  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de maio de 2016.

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 052/15-PR Nº 024/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO

-----  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 18/05/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NAS ESTRADAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

CONTRATADO: VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 910,00 (Novecentos e dez reais).

-----  
DATA: 18/05/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO 362

DECRETO Nº 362, DE 18 DE MAIO 2016.

Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Ouro, no dia 27 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 27 de maio do corrente ano, em todas as repartições públicas do Município de Ouro, em função do feriado nacional de Corpus Christi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
18 de maio de 2016.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### RESOLUÇÃO 02/2016

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 002/16, 05 de maio de 2016.

“DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS E INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS OU PROJETOS QUE TENHAM POR OBJETIVO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES, A PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE OURO- CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal 2.407/2015. Em reunião ordinária realizada no dia 05 de maio de 2016,

· CONSIDERANDO o disposto nos art. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90, que estabelecem, respectivamente, que as entidades governamentais e não governamentais devem inscrever seus programas de proteção e sócio educativos destinados às crianças e adolescentes junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e que as entidades não governamentais devem, como condição para seu funcionamento, ser registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

· CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 164 de 09.04.2014 do CONANDA que Dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos e inscrição dos programas não governamentais e governamentais que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional e dá outras providências.

#### RESOLVE:

Art 1º - Estabelecer procedimentos com vistas ao Registro de entidades e inscrição de Programas de órgãos governamentais e não governamentais de atenção à criança e ao adolescente em Ouro.

### CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 2º- São objetivos a serem alcançados com a presente Resolução Normativa:

I- Registrar as entidades não-governamentais que desenvolvam programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes;

II- Inscrever os programas de entidades governamentais e não-governamentais voltados à promoção dos direitos de crianças e adolescentes;

III- Registrar as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, nos termos do caput do art. 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV- Inscrever os programas de aprendizagem nos CMDCA da localidade onde estão sendo desenvolvidos, de acordo com o estabelecido no art. 90 do ECA; e

V- Comunicar o registro da entidade e inscrições de programas governamentais e não governamentais ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

VI- Subsidiar a criação de programas que atendam as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII-Propiciar o mapeamento das entidades que desenvolvem ações voltadas para crianças e adolescentes em Ouro.

### CAPITULO II DO REGISTRO E INSCRIÇÃO

#### Seção I

Do Registro de Entidades sem fins lucrativos;

Art 3º- Corresponde ao procedimento de registrar junto ao CMDCA aquelas entidades que tenham por missão o desenvolvimento de ações voltadas especificamente para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, conforme as seguintes categorias:

I- Promoção

II- Defesa

III- Educação Profissional

Art.4º- Serão registradas na categoria Promoção as entidades que tenham entre seus objetivos estatutários o desenvolvimento de ações voltadas para a atuação no fomento dos direitos de crianças e adolescentes, através de:

I- Desenvolvimento de ações que contribuam para a formulação e implementação de programas e políticas públicas voltados especificamente para crianças e adolescentes;

II- Execução direta de programas de proteção e/ou sócio-educativo nos termos do artigo 90 e 91 da Lei Federal 8.069/1990.

Art.5º- Serão registrados na categoria Defesa aquelas entidades que tenham entre seus objetivos estatutários o desenvolvimento de ações voltadas para a responsabilização dos violadores dos direitos de crianças e adolescentes, através de:

a) Ações judiciais;

b) Procedimentos e medidas administrativas;

c) Mobilização social e medidas sócio-políticas;

Art.6º- Serão registradas na categoria Educação Profissional, as entidades que promovam o trabalho educativo e ofereçam cursos de profissionalização e aprendizagem voltados para os adolescentes.

Parágrafo Único - Os programas de Aprendizagem pressupõem a

formação técnico-profissional metódica articulada com o ensino regular de adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos, observado o disposto nos artigos 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 8.069/90, respeitando-se sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e o princípio da proteção integral.

Art.7º- O Registro terá validade por 3 (três) anos, podendo ser renovado por igual período, mediante parecer de regularidade de funcionamento da entidade.

### CAPITULO III DA INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS OU PROJETOS

Art.8º - A inscrição dos Programas ou Projetos deverá ser realizada quando de sua implementação, devendo ser renovado anualmente, observados os requisitos de inscrição previstos na presente Resolução.

Art.9º- As alterações, criação ou extinção de programas ou projetos deverão ser imediatamente comunicados ao CMDCA.

### CAPITULO IV DOS REQUISITOS

Art. 10- São requisitos para Registro de Entidades no CMDCA:  
I. Executar Plano de Trabalho compatível com os princípios do ECA;  
II. Estar regularmente constituída;  
III. Ter em seus quadros pessoas idôneas;  
IV. Apresentar a documentação exigida pelo CMDCA.

Parágrafo Único - As entidades que desenvolvem ações de atendimento direto devem preencher ainda os seguintes requisitos:

I. Realizar atendimento de acordo com os Programas e Regimentos preceituados pelo art. 90 e 91 do ECA;  
II. Prestar atendimento sistemático e contínuo;  
III. Oferecer instalações físicas compatíveis com o Regime proposto, em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, caso desenvolvam ações de atendimento direto;  
IV. Prestar atendimento a criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade pessoa e social;  
V. Ter quadro de pessoal qualificado e compatível com o Regime proposto;  
VI. Constar nas finalidades estatutárias da entidade o atendimento a criança e/ ou adolescente.

Art.11 - As entidades que desenvolvem cursos de profissionalização devem observar, além dos requisitos previstos no parágrafo anterior, as normas estabelecidas na Portaria 702/2001 do Ministério do Trabalho e Emprego e Decreto Federal nº 2.208 de 17 de abril de 1997.

§1º- Os conteúdos básicos dos cursos profissionalizantes deverão conter noções de direito e cidadania, meio-ambiente, ética, relações do trabalho, relações interpessoais, língua portuguesa e novas tecnologias;

§2º- Deverá ser assegurado ao aprendiz o acompanhamento sistemático de uma equipe interdisciplinar durante sua formação, sua inserção e seu desenvolvimento no mundo do trabalho e desligamento do Programa.

### CAPITULO V DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Seção I  
Documentos para Registro ou Inscrição de Projetos de Entidades Não governamentais.

Art.12- São documentos exigidos para entidades de atendimento não-governamentais com Sede em Ouro:

I- Requerimento solicitando Registro da Entidade ou a Inscrição de

Projeto ou Programa, dirigido à Presidência do CMDCA;  
II- Cópia da Ata de fundação;  
III- Cópia do CNPJ;  
IV- Cópia do Estatuto da entidade, registrado em Cartório, com suas respectivas alterações;  
V- Cópia da Ata de eleição da atual diretoria;  
VI- Cópia do Plano de Trabalho anual;  
VII- Cópia do programa, ou projeto a ser inscrito;  
VIII- Cópia de registro profissional do responsável técnico;  
IX- A relação dos cursos de profissionalização oferecidos, na qual devem constar as seguintes informações: programa, carga horária, duração, data de matrícula, número de vagas oferecidas, idade dos participantes.

§1º - Os documentos referidos no inciso IX somente serão exigidos para aquelas entidades que estejam desenvolvendo ações de atendimento direto a crianças e adolescentes e/ ou educação profissional à adolescente.

§2º - Quando se tratar de Unidade mantida pela entidade-sede, esta deverá ainda, apresentar os seguintes documentos:

I- Regimento interno da unidade mantida ou documento equivalente;  
II- Ata da entidade mantenedora ou documento equivalente, concedendo ou não autonomia administrativa à unidade mantida;  
III- Demonstrativo anual de receitas e despesas da unidade mantida.  
IV- Certidão negativa criminal dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes.

Art.13- A entidade que desenvolve programas de profissionalização de adolescentes que tiver seu programa inscrito no CMDCA terá prazo de 03 (três) meses, após o início de suas atividades, para apresentar relatório, contendo:

I. Relação de estabelecimentos que realizarão contratação de aprendizes;  
II. Ramo de atividade dos estabelecimentos;  
III. Curso profissionalizante oferecido e seu início e término;  
IV. Número de aprendizes a serem contratados de acordo com a legislação vigente;  
V. Relação nominal de aprendizes contratados.

§1º- A entidade que não cumprir o estabelecido neste artigo terá a inscrição do Programa de Aprendizagem suspensa, por 60 dias, até que apresente o relatório de início das atividades;

§2º- Vencido o prazo de suspensão será cancela a inscrição do Programa de Aprendizagem no CMDCA.

### CAPITULO VI DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Art.14 - São documentos exigidos para inscrição de programas de entidades governamentais:

I. Requerimento solicitando a Inscrição do Programa ou Projeto, dirigido à Presidência do CMDCA;  
II. Cópia do Ato de nomeação do Dirigente da Entidade;  
III. Cópia do Plano de Trabalho anual;  
IV. Cópia do Programa ou Projeto a ser inscrito;  
V. A relação dos cursos, programas ou atividades oferecidos, na qual devem constar as seguintes informações: conteúdo, carga horária, duração, data de matrícula, número de vagas oferecidas, faixa etária a ser atendida.

### CAPITULO VII DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art.15 - O pedido de Registro e Inscrição deverá ser protocolado junto a Secretaria dos Conselhos, que autuará e dará andamento ao processo de acordo com as normas internas.

Art.16 - O pedido de Registro e Inscrição terá o prazo máximo de

90 (noventa) dias para tramitação até apreciação do colegiado, contados da data de protocolo da documentação.

Art.17 - Compete a uma Comissão de Inscrição composta por no mínimo 02 (dois) conselheiros municipais e Secretaria dos Conselhos, realizar visita à Entidade ou Programa que pretende se registrar ou inscrever no Conselho e elaborar Parecer sobre o pedido, o qual deverá ser apreciado pelo Plenário do CMDCA.

§ 1º- Em relação às entidades que desenvolvem programas de aprendizagem deve ser observado se o plano de trabalho e toda a documentação apresentada então em conformidade com a legislação em vigor, em especial, quanto à Lei Federal 8.069/9 e Lei 10.097/2000, e com esta Resolução.

§ 2º- A comissão referida no "caput" deste artigo poderá solicitar relatório de fiscalização das entidades aos Conselhos Tutelares e Ministério Público, assim como Parecer técnico dos órgãos de administração direta e indireta em nível municipal, quando julgar necessário.

Art.18 - Os pedidos de renovação de registro e inscrição deverão ser protocolados no CMDCA no prazo de 90 (noventa) dias anterior ao seu vencimento, munidos de documentação atualizada e cópia do respectivo certificado de Registro ou Inscrição anterior;

Art.19 - Cabe à Secretaria dos Conselhos manter atualizado banco de dados, acerca de cadastro de Programas e Entidades, contendo a identificação da entidade, na qual devem constar as seguintes informações: nome, endereço, CNPJ e sua natureza jurídica;

## CAPITULO VIII DA NEGAÇÃO, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

### Seção I Da negação

Art.20 - Será negado, a juízo do CMDCA, o Registro ou Inscrição à Entidade ou Programa que:

- I. Não ofereça instalações físicas em condições adequadas e de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, para aquelas instituições que desenvolvem programas de atendimento direto;
  - II. Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;
  - III. Esteja irregularmente constituída;
  - IV. Tenha em seus quadros pessoas inidôneas;
  - V. Não cumprir os requisitos estabelecidos nesta Resolução.
- Parágrafo Único- Das decisões de indeferimento, cabe recurso ao CMDCA, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da publicação do resultado da decisão do CMDCA.

### Seção II Da suspensão

Art.21 - O registro ou Inscrição será suspenso pelo prazo de 6 (seis) meses quando a Entidade ou programa:

- I. Apresentar irregularidades técnicas ou administrativas incompatíveis com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e da presente Resolução;
- II. Interromper suas atividades por período superior a 6 (seis) meses, sem motivo justificado;
- III. Deixar de cumprir o programa apresentado.

§1º- No caso de irregularidades detectadas em entidades será concedido um prazo de 06 (seis) meses para que a instituição proceda à regularização do atendimento.

§2º- Em se tratando de irregularidades em Programas ou projetos, será concedido a um prazo de 1(um) a 3 (três) meses, considerando-se o prazo total de execução do projeto, para que as irregularidades sejam sanadas.

§3º A suspensão do Registro cessará quando a irregularidade que a motivou for considerada sanada, a juízo do CMDCA.

### Seção III Do cancelamento

Art. 22- O registro ou Inscrição será cancelado quando a entidade:  
I. Deixar de atender a exigência que motivou a suspensão;  
II. Quando for comunicada a sua extinção;  
III. Apresentar irregularidade que extrapole a penalidade de suspensão.

Art.23 - Quando o registro ou Inscrição for negado, suspenso ou cancelado, o CMDCA fará comunicação a autoridade judiciária e aos Conselhos Tutelares.

## CAPITULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.24 - A concessão do Registro para funcionamento das entidades não-governamentais de atendimento à criança e ao adolescente, bem como a Inscrição dos programas ou projetos das entidades governamentais e não-governamentais somente deverá ser concedida com a rigorosa observância da taxionomia dos programas e regimes estabelecida nesta Resolução.

Art.25 - À Entidade que for concedido Registro será fornecido Certificado, de acordo com a categoria em que for inscrita;

Art.26- Ao Programa ou Projeto inscrito será fornecida uma declaração de inscrição no CMDCA.

Art.27- Os atos de concessão, negação, suspensão ou cancelamento do Registro e cadastro serão publicados nos meios de comunicação do Município;

Art.28- O Conselho Tutelar deve promover a fiscalização dos programas desenvolvidos pelas entidades governamentais e não-governamentais, nos termos que dispõe o art. 3º da Resolução nº 74/2001 e 164/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- CONANDA.

Art.29 - Para efeito da presente Resolução, serão utilizados formulários específicos, aprovados pela Diretoria Executiva deste CMDCA.

Art.30 - As entidades governamentais e não-governamentais que já executam programas de atendimento direto, de aprendizagem e educação profissional terão o prazo de 120 (cento e vinte dias), a partir do mês de maio de 2016, para procederem a inscrição de seus programas.

Art.31 - Esta Resolução entrará em vigor a partir de maio de 2016.

Ouro(SC), 05 de maio de 2016.  
Neudo Innocenti  
Presidente do CMDCA

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0026/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0026/2016

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preço para Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas do Município de Ouro Verde -SC, conforme Edital e anexos. Entrega. Dos Envelopes: Até as 08h30min dia 03 de junho de 2016. Sessão de lances e Habil.: Às 08h35min dia 03 de junho de 2016. Obt. Infor.: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 17 de maio de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0027/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0027/2016

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preços para aquisição de uma lousa digital, trinta tablets e kit de ciências e biologia do Município de Ouro Verde /SC, com as especificações constantes no Edital e anexos. Entrega dos Envelopes: Até as 11h00min dia 03 de junho de 2016. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 11h05min dia 03 de junho de 2016. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 18 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.



# Paial

## PREFEITURA

### ATA PP 06/2016 FMS

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016 FMS MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 FMS.

**OBJETO:** A presente licitação tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de medicamentos de distribuição gratuita para a Farmácia Básica e materiais para procedimentos médico-hospitalares, do Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Aos dezoitos dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paial, reuniu-se o Pregoeiro, instituída pelo Decreto nº 26/2016 sob o Senhor Cleidir Eleandro Kemmrich, com a finalidade de efetuar apuração da documentação apresentada pelas empresas que participaram do certame, e referente à diligência aberta para apuração dos fatos:

1. Empresas aptas que participaram da licitação: Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda, Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Cirurgica Jaw Comercio de Material Médico Hosp. Ltda, Damedi-Dambros Comércio de Medicamentos Ltda, Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda, Licimed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda, LitoralM Comércio de Produtos Médicos Eirelli, Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda, S&R Distribuidora Ltda e Veneza – Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda.

2. Análise da Documentação: A comissão de licitação avaliou a documentação das licitantes com o amparo do Item 6 do Edital. Todas as empresas aptas atenderam as alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f" dos documentos habilitatórios exigidos no subitem 6.1 deste edital.

2.1 Com relação à alínea "g" do subitem 6.1 do edital, onde aborda sobre o "registro na ANVISA (para os itens 1 a 45, 53, 54 e 55 do Anexo E do Edital), em vigor, através da comprovação da publicação no DOU ou de documento extraído da internet, fazendo constar o número de cada item cotado" as empresas declaradas aptas para os seus itens vencedores foram às empresas: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda, Licimed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda, Cirurgica Jaw Comercio de Material Médico Hosp. Ltda. A empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda apresentou a documentação exigida na alínea "g" do subitem 6.1 do Edital juntamente com o envelope de propostas de preços, sendo que o Pregoeiro, a julgou habilitada para os itens vencedores, haja visto que, a mesma apresentou de forma antecipada a documentação exigida.

2.1.1 Na análise da alínea "g" do subitem 6.1 do edital, para a empresa S&R Distribuidora Ltda, os itens declarados vencidos na etapa de lances verificou-se que a mesma apresentou o registro da ANVISA vencido no item 39. Assim dessa forma, e com fulcro na alínea "g" do subitem 6.1 do edital, o qual prevê "registro na ANVISA, em vigor, através da comprovação da publicação no DOU ou de documento extraído da internet, fazendo constar o número de cada item cotado", a comissão de licitação desclassificou o item acima relacionado e passou para a empresa subsequente que apresentou documentação conforme mencionado.

2.1.2 Na análise da alínea "g" do subitem 6.1 do edital, para a empresa Damedi-Dambros Comércio de Medicamentos Ltda, para os itens declarados vencidos na etapa de lances verificou-se que a mesma não apresentou registro para os itens 7, 8, 10, 15, 27, 28, 31. Assim dessa forma, e com fulcro na alínea "g" do subitem 6.1 do edital, o qual prevê "registro na ANVISA, em vigor, através da comprovação da publicação no DOU ou de documento extraído da internet, fazendo constar o número de cada item cotado", a comissão de licitação desclassificou os itens acima relacionados e passou para a empresa subsequente que apresentou documentação conforme mencionado.

2.1.3 Na análise da alínea "g" do subitem 6.1 do edital, para a empresa Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda, para os itens declarados vencidos na etapa de lances verificou-se que a mesma apresentou registro na ANVISA vencido para os itens 16 e 17. Assim dessa forma, e com fulcro na alínea "g" do subitem 6.1 do edital, o qual prevê "registro na ANVISA, em vigor, através da comprovação da publicação no DOU ou de documento extraído da internet, fazendo constar o número de cada item cotado", a comissão de licitação desclassificou os itens acima relacionados e passou para a empresa subsequente que apresentou documentação conforme mencionado.

3. Verificada a divergência de algumas empresas ao cumprimento da alínea "g" do subitem 6.1 do edital, as empresas subseqüentes dos itens acima citados foram declaradas vencedoras para os itens:

- Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda: 7
- Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda: 10 e 28
- Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda: 15

4. Os itens 8, 16, 17, 21, 27, 31, 39, foram itens que restaram fracassados, devido às empresas subseqüentes não cumprir com as exigências da alínea "g" subitem 6.1 do edital.

Sendo assim, as licitantes serão notificadas por endereço eletrônico (e-mail) do conteúdo desta ATA e terão prazo de três dias (3) para recurso, contado a partir da publicação no DOM (Diário Oficial dos Municípios). O Presidente deu por encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro.

CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH  
Pregoeiro

# Palhoça

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO E PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000

FONE/FAX: (48) 279-1703 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO E PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatutos da Cidade, artigo 40, § 4º, inciso I, CONVOCA a comunidade em geral para participar da Audiência Pública, referente à alteração de Zoneamento e Perímetro Urbano do Município e outras providências no tocante ao Plano Diretor Municipal, que será realizada às 15h30min horas do dia 06 de junho de 2016, no Auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça, situado à Rua Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, aos 25 de agosto de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

### RESULTADO DO PREGÃO - RP 47/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL - RP N. 047/2016

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO N. 047/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - RP, que consiste na aquisição de parque infantil para instalação em diversos bairros do Município de Palhoça.

#### CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

BRUBRINQ IND E COM DE BRINQUEDOS LTDA, CNPJ n. 02.448.442/0001-20, ficou classificada nos itens 01, 02, 03, 04, 05 E 06, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais).

Palhoça, 18 de maio de 2016.

SANDRA PEREIRA DE ABREU OLIVEIRA

Pregoeira

### TOMADA DE PREÇOS 059/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº059/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº059/2016, no dia 09 de junho de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa especializada para execução de drenagem nas seguintes ruas: Rua Santa Luzia, localizada no bairro Passagem do Massiambu; Servidão Manoel Moysés do Espírito Santo, localizada no bairro Enseada do Brito, Rua Manoel José Quintel e Manoel Justino Alves (trecho 1), localizadas no bairro Enseada do Brito. Rua Florianópolis, localizada no bairro Passa Vinte; Rua Najla Carone Goedert (trecho 1), localizada no bairro Passa Vinte. Rua Marcelo Espíndola da Silva, localizada no bairro Bela Vista, Rua Samuel de Souza, localizada no bairro São Sebastião e Rua Canaã, localizada no bairro São Sebastião. Rua Elizeth Cardoso; Marcos Linhares; Ulisses Rosa; Evanildo Bertolina, localizadas no bairro Jardim Eldorado; Alfredo Erckmann (trecho 1); Manoel Vitorino Pereira; Lima Barreto Francisco Rodrigues Alves e José Linhares, localizadas no bairro Brejaru. Rua Lino Guarin Martins, localizada no bairro Guarda do Cubatão e Álvaro Conceição Moreira, Alcino José Martins e Honorato Espíndola, localizadas no bairro Barra do Aririú, Estrada Geral do Morro do Gato (trecho 1) bairro São Sebastião, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 17 de maio de 2016. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 62/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 62/2016. Modalidade: Tomada de Preço 15/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS DE BASALTO IRREGULARES NA LINHA DO MEIO - TRECHO II E III, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 03/06/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 03/06/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 18 de Maio de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 63/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 63/2016. Modalidade: Tomada de Preço 16/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA SALA NA PRAÇA CARLOS CULMEY NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC, COM A FINALIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA. Data da entrega dos envelopes: 03/06/2016 até as 14:30 horas. Data da abertura: 03/06/2016 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 18 de Maio de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 026/2016

CONTRATO 026/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE PANDUVA/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na rua Sérgio Glevinski, nº 134 inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Sr. Humberto Jair Damaso Ribas, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SUPERAUTO SC DISTRIBUIDORA LTDA, estabelecida na Av. Rubens Ribeiro da Silva, 720 – Campo da Agua Verde – Canoinhas/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.895.893/0002-64, neste ato representada por seu Procurador, Sr. Alexandre Cavalet, residente e domiciliado em Canoinhas/SC, inscrito no CPF sob N.º 774.794.089-00, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 - Este contrato tem origem no Edital de Pregão Presencial nº 019/2016, no qual a contratada se compromete a fornecer 02 (dois) automóveis novos, zero quilômetro, para o uso da Secretaria Municipal da Educação e Fundo Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária, a saber:

Item 01: 02 (dois) automóveis novos, 0 (zero) quilômetro, ano/modelo de fabricação 2016/2016, cor branca, motor com 80 CV, bicomustível (álcool e gasolina), carroceria tipo hatchback (dois volumes) com 04 (quatro) portas; porta malas com capacidade de 320 (trezentos e vinte) litros sem o rebatimento do banco traseiro e sem a remoção do "tampão"; equipados com os seguintes itens: air bag para o motorista e passageiro, freios tipo ABS nas 04 (quatro) rodas, direção hidráulica, ar condicionado, limpador e desembaçador do vidro traseiro, rodas aro 14", protetor de cárter, tanque de combustível de 50 (cinquenta) litros e ferramental e acessórios obrigatórios por lei e garantia de fábrica de 01 (um) ano.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2 – A entrega dos veículos deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste contrato e a respectiva emissão de autorização de fornecimento e deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Papanduva, sito a Rua Sérgio Glevinski nº 134 - Centro – Papanduva.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 – As despesas decorrentes na execução do presente contrato correrão por conta dos projetos atividades nºs. 2.012 e 4.010 – Aquisição de Veículos – Elemento de Despesa 44.90.00 do orçamento financeiro vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 – Os recursos financeiros são oriundos do orçamento municipal próprio.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – O valor total do presente instrumento contratual é de R\$ 73.980,00 (setenta e três mil, novecentos e oitenta reais), sendo R\$ 36.990,00 (trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais) por unidade;

5.2 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega.

#### CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 – A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da entrega dos veículos até a data que expire a garantia dos mesmos.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega dos automóveis, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou a terceiros;

8.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

9.2 - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 – Caso a Contratada cumpra com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a- Advertência;

b- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

e- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Parágrafo único: A declaração de inidoneidade de que trata a alínea "d" poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

10.2 – Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

a- 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega do objeto;

b- 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado a entrega do objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

10.3 – As multas previstas nas letras "a" e "b" são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

10.4 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.5 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho

de 2002, se contratada, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas no Edital e neste Contrato, por parte da contratada, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima;

11.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I - o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega dos automóveis;

II - entrega de automóveis fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III - a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V - o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Instrumento, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII - a dissolução da empresa;

VIII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, ajuízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratada e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

11.4 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.5 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.6 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

12 – Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 019/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação

subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

13.1 – O contratado se obriga manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades;

13.2 – Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos;

13.3 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 08 de abril de 2016.

Humberto Jair Damaso Ribas

Pela Contratante

Alexandre Cavalet

Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisniewski

Matrícula: 50

Ricardo Zenfe

Matrícula: 2675

### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 052/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 052/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA MAZZARO SAUDE S/S LTDA

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa MAZZARO SAUDE S/S LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 10.224.874/0001-86, com sede na Rua Frei Menandro Kamps, 257-sala 201 – centro – Canoinhas/SC, neste ato representado pelo Sr. Franco Ricieri Mazzaro, residente e domiciliado em Canoinhas/SC, inscrito no CPF sob Nº 001.023.319-95, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 052/2014, para constar a seguinte alteração:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 052/2014, datado de 07 de maio de 2014, referente ao processo licitatório na modalidade de Pregão nº 044/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

Tem o presente Termo Aditivo tem por objeto, o reajuste financeiro do contrato supra citado em 9,83%, passando o valor de cada consulta de R\$ 92,06 para R\$ 101,11 (cento e um reais e onze centavos).



**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Está amparado nos Artigo 65 inciso II letra d) da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 18 de maio de 2016

Marli dos Santos da Cunha Ramos      Franco Ricieri Mazzaro  
PELA CONTRATANTE                              PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe                              Marcio Wisniewski  
Matricula: 2675                              Matricula: 50

De Acordo:

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira  
Procurador Jurídico  
OAB/SC 14035B

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2014**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 059/2014  
TERMO ADITIVO AO CONTRATO 059/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA CLINICA DR HERZOG – OTORRINOLARINGOLOGIA, MEDICINA DO TRABALHO E PSICOLOGIA LTDA

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa CLINICA DR HERZOG – OTORRINOLARINGOLOGIA, MEDICINA DO TRABALHO E PSICOLOGIA LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 09.177.807/0001-79, com sede na Travessa Domingos Ferreira de Lima, 16, 1º andar, sala 5 – Centro – Rio Negrinho/SC, neste ato representado pelo Sr. Marcio Luis Herzog, residente e domiciliado em Rio Negrinho/SC, inscrito no CPF sob Nº 554.743.069-20, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 059/2014, para constar a seguinte alteração:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL**

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 059/2014, datado de 28 de maio de 2014, referente ao processo licitatório na modalidade de Pregão nº 064/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA**

Tem o presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste financeiro dos itens que compõem o objeto do contrato supra citado em 9,83%, passando o valor de cada consulta de R\$ 42,49 para R\$ 46,67 (quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos) e os procedimentos de R\$ 863,12 para R\$ 947,96 (novecentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) cada.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Está amparado no Artigo 65 inciso II letra d) da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 18 de maio de 2016

Marli dos Santos da Cunha Ramos      Marcio Luis Herzog  
PELA CONTRATANTE                              PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe                              Marcio Wisniewski  
Matricula: 2675                              Matricula: 50

De Acordo:

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 14035B

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 060/2014**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 060/2014  
TERMO ADITIVO AO CONTRATO 060/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E RODRIGO DAMASO RAUEN

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado RODRIGO DAMASO RAUEN, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 3262 – centro – Papanduva, CPF 026.586.349-00, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 060/2014, para constar a seguinte alteração:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL**

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 060/2014, datado de 28 de maio de 2014, referente ao processo licitatório na modalidade de Pregão nº 064/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA**

Tem o presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste financeiro do contrato supra citado em 9,83%, passando o valor de cada consulta de R\$ 42,49 para R\$ 46,67 (quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos) .

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Está amparado no Artigo 65 inciso II letra d) da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas



vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 18 de maio de 2016

Marli dos Santos da Cunha Ramos    Rodrigo Damaso Rauen  
PELA CONTRATANTE                      PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe                      Marcio Wisnievski  
Matricula: 2675                      Matricula: 50

De Acordo:

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 14035B

# Paraíso

## PREFEITURA

### DECRETO 1812/2016

DECRETO Nº 1812/2016.

"Estabelece Ponto Facultativo e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal promulgada em 06 de novembro de 1993, no artigo 64, inciso XL, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo território do Município de Paraíso, Estado de Santa Catarina, nos dias e horário abaixo estabelecido em função do feriado de Corpus Christi.

DIA 26/05/2016 – Quinta Feira, horário das 8:00 às 17:30 horas.

DIA 27/05/2016 – Sexta Feira, horário das 8:00 às 17:30 horas

Art. 2º Os serviços emergenciais de saúde ao público, serão em regime de Plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso, 18 de Maio de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Secretário Municipal da Administração Fazenda e Planejamento

Este Decreto foi registrado e Publicado na forma da Lei.

Paraíso(SC), 18 de Maio de 2016.

Servidor Responsável

### DECRETO 1813/2016

DECRETO Nº 1813/2016.

"Dispõe sobre a substituição do Pregoeiro da Administração Municipal e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 09 de novembro de 1993, e demais legislações em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Nomear a Sra. CLADES DIESEL KONZEM para exercer a função de Pregoeira da Administração Municipal em substituição ao pregoeiro RAIMUNDO OUVIDIO MALDANER, no dia 18/05/2016 pregão nº 009/2016 em virtude do mesmo não poder se fazer presente neste dia e horário, para atribuições de receber as propostas e lances, analisar sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, na forma da legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Paraíso, 18 de Maio de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Secretário Mun. de Adm, Fazenda e Planejamento

Este Decreto foi registrado e Publicado na forma da Lei.

Paraíso(SC), 18 de Maio de 2016.

Servidor Responsável

### DECRETO 1814/2016

DECRETO Nº 1814/2016

"Dispõe sobre a substituição de membro da Equipe de Apoio do Pregoeiro e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 09 de novembro de 1993 e do Decreto nº 1083/2006, alterado pelo Decreto 1394 /2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a Senhora ENISE ERENO como membra da Equipe de Apoio ao Pregoeiro, para acompanhar a abertura dos processos licitatórios em andamento até o dia 31/05/2016 em substituição, a membra MARCIA DE FATIMA KLEINERT, que no momento está gozando férias, e que os dois suplentes encontram-se em licença médica

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario..

Paraíso-SC, 18 de Maio de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Sec.Munic.Adm.Faz.e Planej.

Este Decreto foi registrado e Publicado na forma da Lei.

Paraíso(SC), 18 de Maio de 2016.

Servidor Responsável

### EXT CT. 13/2016FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAR

EXTRATO CONTRATO 13/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2016FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 11/2016FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:  
DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE FOLDERS REFERENTE DIVULGAÇÃO DE CAMPANHA NA PREVENÇÃO CONTRA O MOSQUITO AEDES AEGIPTY, A SER REALIZADO NO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC".  
DO VALOR TOTAL: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: R2 COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS P/ ESCRITÓRIO LTDA ME

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será da data de sua assinatura até dia 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 16 de Maio de 2016.  
ELIZETE ROGGIA  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ERNI GIACOMINI  
Prefeito Municipal de Paraíso/SC.

#### **PR 12/2016**

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 01 de Junho de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL AUTONOMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE ARTESANATO EM GERAL, MÚSICA E PERCUSSÃO, no município de Paraíso/SC. Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente. Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 18 de Maio de 2016.  
ERNI GIACOMINI  
PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

#### **PR 13/2016**

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 02 de Junho de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO. Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente. Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 18 de Maio de 2016.  
ERNI GIACOMINI  
PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

#### **PR. 04/2016FMS**

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 FMS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016 FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:30 horas do dia 01 de Junho de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INFORMÁTICA PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, ASSISTENCIA TÉCNICA E SUPORTE AOS COMPUTADORES E SEUS PERIFÉRICOS (HARDWARE E SOFTWARE) E SISTEMA DE BACKUP E CONTROLE DE ACESSOS E GERENCIAMENTO DE REDE PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente. Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 18 de Maio de 2016.  
ELIZETE ROGGIA  
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERNI GIACOMINI  
PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DEC 058/2016

DECRETO Nº. 058, DE 02 DE MAIO DE 2016.

“NOMEIA, JOSE REMI PEREIRA RODRIGUES PARA O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. - Nomeia, Jose Remi Pereira Rodrigues para exercer o cargo de Secretário Municipal de Agricultura.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de maio de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 02 de maio de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DEC 060/2016

DECRETO Nº. 060, DE 16 DE MAIO DE 2016.

“DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, no dia 27 (sexta-feira), de maio de 2016.

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo – Único – Os serviços municipais: coleta de lixo e saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de maio de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de maio de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA 035/2016

PORTARIA Nº. 035, DE 09 DE MAIO DE 2016.

“DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO EM CARÁTER EFETIVO LUIZ PORTO PERES, OPERADOR DE MÁQUINAS, PARA PRESTAR SERVIÇOS JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor Público, Luiz Porto Peres, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, matrícula nº 911, para prestar serviços com atribuições pertinentes à Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 09 de maio de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres em, 09 de maio de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em 09 de maio de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Ciente e de Acordo

Luiz Porto Peres  
Servidor

### PORTARIA 036/2016

PORTARIA Nº 036, DE 13 DE MAIO DE 2016 .

“CONCEDE MUDANÇA DE CLASSE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal, , de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal 736/2011;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos Professores e Auxiliares, abaixo relacionados, mudança de Classe, conforme Capitulo III, Artigo “17”, letra “a”, da Lei Municipal Nº.736/2011:

- Adriana Araujo da Rosa – PG- 5D/5E  
- Adriana Scheffer Hespanhol - PG- 4B/4C  
- Alessandra Rodrigues Luiz – PG – 4D/4E  
- Aline Costa Pereira – LP –1B/1C  
- Angelica da Silva Teixeira – LP – 1B  
- Ana Carla Maciak – LP – 1A / 1B

- Ana Paula Rosa Walker LP – 1A / 1B  
- Ana Regina Constante – PG – 6D/6E  
- Amaurete Joaquim Kegellim – LP – 1B  
- Aurora Fernandes Joaquim – PG – 5D/5E  
- Caio Roberio Barpp da Silva – N.M – 1B  
- Carina Silveira Porto Peres – PG – 5D/5E  
- Carla Simone Fragoso da Silva – PG – 5D/5E  
- Ceni Trajano Gomes – PG – 5D/5E  
- Cristiano Carvalho Nunes – LP 1B/1C  
- Edenise de Souza Cardoso – PG – 4E/5A  
- Eliane Assunção dos Santos – PG – 5D/5E  
- Elisandra Lourenço de Souza Siqueira – PG – 4C  
- Elizabete Teixeira da Silva – LP – 1B  
- Elisangela Lumertz Alves – PG – 5D/5E  
- Elizabete Vieira Lemos Joaquim – PG – 5D/5E  
- Elvania Metzelthin – PG – 7C/7D  
- Erizete da Silva Porto – PG – 6B/6C  
- Fernanda de Souza Lummertz – LP – 1B/1C  
- Gerusa Inácio dos Santos – MAG – LP – 1B/1C  
- Guilherme Silva da Costa – MAG – LP – 1B/1C  
- Isabel Carvalho Amaral – PG – 5C  
- Ionara Magnus Barbosa – LP – 1B  
- Jaime Luis da Silveira Batista LP – 1B  
- Jerena Maria Ryll – LP – 1B/1C  
- Josandra Maurício Henrique – LP – 1B  
- Joseane Teixeira Maciel – PG – 6D/6E  
- Jose Marcelo Scheffer de Souza – LP – 1B  
- Juceni Lopes Scheffer – PG – 4D/4E  
- Letuza Scheffer Hainzenreder – PG – 5C/5D  
- Liliane Bauer Barros – LP – 1B/1C  
- Lisandra Eduarda de Castilhos – Aux. Ens. N.M – 1B/1C  
- Lisiane Scheffer da Silva – Aux. Biblioteca N.M – 1B/1C  
- Luana Goulart da Boit – LP – 1A/1B  
- Maira da Silva Pacheco – PG – 5D/5E  
- Marcelo Baltazar Cardoso – PG – 6B/6C  
- Maria Eloisa Vargas – LP – 1B/1C  
- Maria Madalena da Silva Bitencourt – LP – 1A / 1B  
- Marilian da Silva Casagrande – Nutricionista – LP – 1B/1C  
- Mariazinha da Rosa – TEC – 1B/1C  
- Marcia Regina da Silveira LP – 1A/1B  
- Micael Camacho de Lima – Aux. Biblioteca- LP – 3A/3B  
- Maura Daiane – N.M – 1A / 1B  
- Michele Ramos da Silva – PG – 5D/5E  
- Neuza Maria da Silva Costa – PG – 7C/7D  
- Pricila Miranda Paz – Aux. Educ – LP – 3B/3C  
- Pricila Peres Cardoso – Aux Educ.- LP – 3B/3C  
- Rosa Perpetua Schardosin – PG – 4E  
- Sandra Maria Silveira dos Santos – Aux. Educ.- LP – 3B/3C  
- Simoni Lemos Fernandes Schoeffler – PG – 6C/6D  
- Suzana Bayma de Menezes Dalpasquale – PG – 5D/5E  
- Suzana Teixeira da Silva – LP – 3A/3B  
- Silvia Regina Henrique – LP – 1B/1C  
- Stefania de Borba Quadros – LP – 1B/1C  
- Tatiana Ponte Branco Daniel – LP – 1B  
- Tiago Machado da Silva – LP – 1B/1C  
- Thaysa Maria Benedetti Nery – PG – 6A/6B  
- Zenira da Silveira Soares Coelho – PG – 5D/5E  
- Zuleide Marion da Silva Teixeira- PG – 4C

Art. 2º - A mudança a que se refere o artigo 1º, é progressão por títulos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de maio de 2016.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 13 de maio de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA 037/2016**

PORTARIA 037 DE 16 DE MAIO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Camila da Silva Matos, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Camila da Silva Matos, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14 de maio de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de maio de 2016.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de maio de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01, DE 18 DE MAIO DE 2016.

APROVA PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica aprovado o parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, processo P.C.P. nº 15/00216906, parecer prévio nº 0111/2015, que recomenda a Câmara de Vereadores a APROVAR AS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2014, do Prefeito Municipal.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 18 de maio de 2016.

Ademilson Batista da Silva

Presidente

Registre-se e publique-se

Registrado e publicado nesta Secretaria da data supra.

Jonas Gomes de Souza

1º secretário



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2016

CONTRATO Nº 14/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES E A SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP, NA MODALIDADE DE EXECUÇÃO INDIRETA, NO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua José Pereira da Silva, centro, inscrita no CNPJ nº 82.892.365/0001-32, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro João dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF nº 715.993.209-91, denominada simplesmente CONTRATANTE e a Empresa Silveira Martins Construções Ltda Epp, com sede na Rodovia SC 434 nº 10.986, Km 10 sala 06, Campo Duna, Garopaba, SC, inscrita sob o CNPJ/MF N.º 13.565.760/0001-98, neste ato representada por seu administrador, Sr José Carlos Vieira, CPF nº 034.504.799-03, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando a homologação, objeto da licitação de que trata o Edital de Tomada de Preço Para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2016, Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação em vigor, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para Construção de Creche, Ginásio e Torre de Caixa d'água na Comunidade de Morro Agudo conforme projetos anexos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição, os seguintes documentos:

- a) Edital de Tomada de Preço Para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2016, seus anexos e,
- b) A Proposta da Contratada.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOCALIZAÇÃO E ACESSO AOS SERVIÇOS

A localização das obras encontram-se nos Projetos, partes integrantes deste Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

A prestação dos serviços, objeto deste Contrato, envolve a execução pela CONTRATADA, da obra constante dos Projetos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá executar a obra de acordo com as especificações técnicas que acompanham o Projeto Básico.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução dos serviços em desconformidade com as especificações técnicas, caso não seja possível a devida correção, acarretará a devolução por parte da CONTRATADA do quantum que lhe foi pago, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS NORMAS TÉCNICAS E JURÍDICAS A SEREM OBEDECIDAS

A execução da obra deverá obedecer, criteriosamente, as especificações técnicas que acompanham os Projetos, além de ter que obedecer, obrigatoriamente, os ditames da 8.666/93, com as suas devidas alterações subsequentes e normas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As partes se obrigam ao fiel cumprimento do.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constituem obrigações da CONTRATADA:

I – Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto a substituição de mão-de-obra, entendida como inadequada, pela Fiscalização, para prestação dos serviços;

II – Instruir ao seu preposto quanto a necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das normas estabelecidas no Edital de Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2016, que deverão ser obedecidas para a execução dos serviços;

III – Disponibilizar os equipamentos necessários à execução dos trabalhos, nos termos estabelecidos no Edital de Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2016;

IV – Permitir a fiscalização da CONTRATANTE, a inspeção nos locais de trabalho em qualquer dia e hora, prestando apoio à Fiscalização, fornecendo todos os esclarecimentos solicitados sobre a execução dos serviços;

V – A CONTRATADA deverá manter na área de atuação, enquanto perdurarem os serviços, um técnico habilitado em obras e serviços de engenharia, que deverá fornecer à Fiscalização todas informações sobre a execução dos serviços;

VI – A CONTRATADA é obrigada a manter constantemente na área dos serviços, um Diário de Obras, no qual a fiscalização e/ou encarregado anotar toda e qualquer alteração ou ocorrência;

VII – A CONTRATADA é obrigada a manter no campo o pessoal dimensionado na proposta, qualquer que seja a influência salarial do mercado de trabalho local, bem como o equipamento previsto;

VIII – É obrigatório o visto em todas as folhas do Diário de Obras, referentes aos serviços verificados pela Comissão de Fiscalização;

IX – Providenciar cartões de identificações para uso de todos os seus responsáveis, por frentes de serviços;

X – Assegurar durante a execução dos trabalhos a proteção e conservação dos serviços executados;

XI – Registrar o Contrato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região dos serviços e apresentar a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes cópia da ART de cada Projeto de Assentamento;

XII – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação;

XIII – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços (Art. 69 da Lei nº 8.666/93) e,

XIV – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Contrato (§ 1º, Inciso I, Artigo 65, da Lei nº 8.666/93).

PARÁGRAFO SEGUNDO – Constituem obrigações da CONTRATANTE

I – Fiscalizar a execução dos serviços, por intermédio de servidor especialmente designado pela Autoridade Competente para este fim.

II – Solicitar a substituição de pessoal e de equipamento técnico, empenhados na execução dos trabalhos, quando a seu juízo, julgá-lo sem condições operacionais.

III – Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias do efetivo expediente, contados da data de apresentação dos documentos de cobrança, protocolizados no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, de acordo com o cronograma

físico- financeiro, devidamente atestados pela Fiscalização, condicionando o pagamento ao repasse do convênio referente ao respectivo contrato.

IV – Promover a retenção dos tributos federais e demais contribuições nos termos estabelecidos na Lei nº 9.430/96 e demais legislações vigentes.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de execução das obras objeto deste Contrato, será de 05 (cinco) meses, contados a partir do início dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo máximo para início dos serviços será de 10 (dez) dias corridos a partir do dia seguinte ao da entrega da Ordem de Serviço pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e recebimento pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato, será até 31/12/2016, contados a partir da data de sua assinatura. Caso as partes cumpram com suas obrigações integralmente antes da finalização do prazo de vigência do presente contrato, este será cessado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

O valor do presente Contrato fica estabelecido em R\$ 918.258,77 (novecentos e dezoito mil duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos) para execução da obra contratada, conforme estabelecido na Cláusula Primeira do presente Contrato.

No caso de ocorrer reajuste de preço, observada a periodicidade mínima de 12 meses a contar da data de apresentação das propostas de preço, este será reajustado com base no Índice Nacional do Custo da Construção – INCC, acumulado no período.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa prevista na Cláusula anterior correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 05	Secretaria de Educação
Unidade: 05.01	Secretaria de Educação
Projeto: 1.011	Construção e Ampliação de Escolas
Projeto: 1.012	Construção e Ampliação de Escolas
Projeto: 1.013	Construção de Quadras Cobertas
Projeto: 1.014	Construção de Quadras Cobertas
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19	(25/28/49/120) Aplicações Diretas
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01	(26,29,47,50) Aplicações Diretas
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.15	(27/48/122) Aplicações Diretas
4.4.90.51.98.00	Obras Contratadas

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda nacional corrente, por meio de Ordem Bancária para crédito em conta bancária da CONTRATADA, de acordo com o Cronograma físico/financeiro, após a conclusão de cada etapa, depois de realizada a medição da obra e aceitação pela fiscalização da Nota Fiscal/Fatura, e liberação dos recursos pelo órgão concedente do convênio quando for o caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As empresas licitantes deverão obedecer as etapas e os limites estabelecidos nos cronogramas físico-financeiros que fazem parte integrante deste edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento à contratada será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que deverá indicar o número da Nota de Empenho, da Agência Bancária e da conta corrente, através de Ordem Bancária – OB para crédito em conta corrente da CONTRATADA, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Controle de ponto dos empregados da empresa, com emissão de relatório mensal das horas extras trabalhadas, repouso semanais remunerados, ausências, substituições, etc., a fim de ser comparado com a folha de pagamento dos empregados;

b) Comprovantes de recolhimentos junto ao INSS e FGTS correspondentes ao mês da última competência vencida e dos salários do mês anterior, quitação dos demais impostos e taxas que porventura incidam sobre os mesmos, bem como apresentação de certidão negativa de débitos junto ao município de Paulo Lopes;

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes não se responsabilizará por qualquer despesa efetuada ou que venha a ser efetuada e que, porventura não tenha sido acordada na assinatura deste Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

PARÁGRAFO QUINTO – Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa da repactuação de preços dos contratos.

PARÁGRAFO SEXTO – A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes por ocasião do pagamento promoverá a retenção dos tributos federais e demais contribuições, nos termos da Lei nº 9.430/96 e demais legislações que regem a matéria, exceto da empresa optante pelo SIMPLES.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA será responsável por danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado (Art. 70, da Lei nº 8.666/93).

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato (Art. 71, da Lei nº 8.666/93).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou recusa em assinar o instrumento contratual ou deixar de entregar documentos necessários para a assinatura, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

I – advertência:

a) quando houver descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, conforme abaixo discriminado:

I - Multa de 0,01% (um centésimo por cento) por dia de atraso,

calculado sobre o valor global do Contrato, no caso de retardamento, sem justa causa, do início dos trabalhos contratados.

II - Multa de 0,1% (um décimo por cento) calculado sobre o valor global do Contrato por dia de paralisação, sem prejuízo das demais cominações, no caso de paralisação da execução do Contrato, sem justa causa, por mais de 5 (cinco) dias úteis e no máximo de 30 (trinta) dias consecutivos.

III - Multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do Contrato pelo não cumprimento do prazo estabelecido pelos cronogramas físico-financeiro e contratual, sem plena justificativa.

IV - Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, pela inexecução total ou parcial do contrato, ou recusa em assinar o contrato, ou ainda, deixar de entregar documentos necessários para a assinatura de instrumento contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das multas acima discriminadas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas em Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA será notificada, de ofício, da aplicação da multa, e a partir da notificação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher a importância correspondente, em nome da Prefeitura Municipal de Paulo, assegurado o direito de defesa de que trata o parágrafo segundo, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Fica estipulado o montante de R\$ 45.912,94 (quarenta e cinco mil novecentos e doze reais e noventa e quatro), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a título de garantia da presente avença, conforme estabelecido no Artigo 56, da Lei nº 8.666/93, representada pela modalidade de garantia de [caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou seguro garantia], devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda (Redação dada pela Lei nº 11.079 de 30.12.2004), ou ainda, seguro garantia ou fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A caução será devolvida, mediante requerimento da CONTRATADA, após emissão e assinatura do "Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços", pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A caução responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais também pelas multas que venham a ser impostas à CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes não pagará juros, nem correção monetária, sobre a caução depositada em garantia de execução do Contrato, exceto a caução depositada em dinheiro, conforme § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É expressamente vedado à CONTRATADA, transferir a terceiros as obrigações assumidas neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

No interesse da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, o presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo, podendo ser reajustado pelo Índice Nacional da Construção - INCC da Fundação Getúlio Vargas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica expressamente proibida, a apresentação de serviços excedentes do objeto do presente Contrato, por parte da CONTRATADA, sem que haja justificativa prévia autorizada pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e celebração do Termo Aditivo, nos termos estabelecidos nesta Cláusula.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O não cumprimento de qualquer cláusula ou condições previstas no presente Contrato ou ainda, a inobservância das prescrições

legais pertinentes aos contratos administrativos, conferirá às partes o direito de rescindi-lo, respeitado o direito de ampla defesa, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, bem como nos casos previstos no Artigo 78 desta mesma Lei, que será procedida na forma dos artigos 79 e 80 da citada Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na ocorrência da rescisão deste Contrato, a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes pagará à CONTRATADA, o valor correspondente aos serviços executados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS  
Executados os serviços objeto do presente Contrato, os mesmos serão recebidos de acordo com o disposto no Artigo 73 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Provisoriamente, pela Fiscalização, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Definitivamente, por servidor ou Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de até 90 (noventa) dias de observação, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no Artigo 69 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente instrumento, na Imprensa Oficial, será providenciada pela Administração, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Garopaba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como único competente para dirimir eventuais ações judiciais resultantes deste Contrato.

E, por estarem, assim ajustadas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.

Paulo Lopes, 13 de maio de 2016.

Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

José Carlos Vieira  
Silveira Martins Construções Ltda Epp

#### TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do contrato nº 15/2016 conforme Processo Licitatório nº 030/2016 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública com acesso simultâneo de usuários e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descrito no edital e no seu anexo I. Valor do Contrato: R\$ 179.940,00 (cento e setenta e nove mil, novecentos e quarenta reais). Vigência: 13/05/2017.

**PORTARIA Nº 178/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

**PORTARIA Nº 178/2016**

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Clarissa Campos da Silva Bernardo, brasileira, portadora do CPF nº 005.554.569-60, matrícula nº 1023 ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 13/05/2016 à 27/05/2016. Encaminhando a pericia no (16º) décimo sexto dia conforme atestado em anexo, que ora regularizamos.

Município de Paulo Lopes – SC, em 17 de Maio de 2016.

Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 179/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

**PORTARIA Nº 179/2016**

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, RESOLVE:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, CLT, Juliana Rita de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 074.854.989-75, matrícula nº 10260 ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, até 24/06/2016, conforme benefício nº 6143916903.

Município de Paulo Lopes – SC, em 17 de Maio de 2016.

Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 180/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

**PORTARIA Nº 180/2016**

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Jucinei de Souza, brasileiro, portador do CPF nº 789.570.799-04, matrícula nº 993, ocupante do Cargo de Motorista, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, por prazo indeterminado conforme Processo Judicial nº 0300969-58.2015.8.24.0167 em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de Maio de 2016.

Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração



# Penha

## PREFEITURA

**191**

PORTARIA Nº 191/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 070/09,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC, sendo composta pelos seguintes membros:

- Presidente: Dorval Vieira de Oliveira
- Secretário: Maria Juçara Zimmermann

**CONSELHO TÉCNICO**

- Ivete Janke  
Representante do Rotary Club de Penha
- André Roberto Pereira  
Representante da Associação Comercial e Industrial de Penha-ACIPEN
- Jussara Spolaor  
Psicóloga do CRAS
- Everaldo Moraes dos Santos  
Engenheiro Sanitarista
- Liete José Laurentino  
Engenheiro Civil
- Antenor de Oliveira

Representante da Polícia Militar  
CONSELHO COMUNITÁRIO

- Jesuel Francisco Capela  
Representante da Câmara de Vereadores
- Lucilene de Fátima da Rosa  
Representante do Sindicato Rural
- Cláudia Aparecida Hánsen Santos  
Representante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Penha

Art. 2º - O mandato dos membros da Comissão Municipal de Defesa Civil-COMDEC, será de 04 anos, sendo livre a recondução na sua totalidade.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 12 de maio de 2016.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

**ERRATA Nº 01/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016**

ERRATA Nº 01  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016  
PREGÃO PRESENCIAL 01/2016

Em atendimento ao Ofício 002/2016 – PL 03/2016 – PP 01/2016 emitido pela Pregoeira, segue ERRATA ao Edital do Processo Licitatório Nº 03/2016 – Pregão Presencial Nº 01/2016:

Onde se lê:

ANEXO I  
PREGÃO PRESENCIAL 01/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016  
TERMO DE REFERÊNCIA  
LOTE 5 – OUTROS

Item 01 – Estabilizador 1,5/2 VA

Banda larga de tensão: estabilizar tensão mesmo em redes elétricas com tensão muito baixa (89,1V) ou muito alta (264V). Proteção contra subtenção, sobretensão, sobrecarga, sobreaquecimento, curtos-circuitos e surtos de tensão. Proteção linha telefônica contra picos e surtos. Transformar 220V em 115. Seleção de tensão automática. Microprocessado: identificar e corrigir, em milissegundos, as falhas da rede elétrica. Filtragem de ruídos da rede elétrica. Evita desligamento acidental com chave liga e desliga embutida. No mínimo 6 tomadas de saída. Para aplicação em computadores com monitores, impressoras laser, áudio, vídeo e automação. Potência mínima de 1500W.

Leia-se:

ANEXO I  
PREGÃO PRESENCIAL 01/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016  
TERMO DE REFERÊNCIA  
LOTE 5 – OUTROS

Item 01 – Estabilizador 1,5/2 VA

Banda larga de tensão: estabilizar tensão mesmo em redes elétricas com tensão muito baixa (89,1V) ou muito alta (264V). Proteção contra subtenção, sobretensão, sobrecarga, sobreaquecimento, curtos-circuitos e surtos de tensão. Proteção linha telefônica contra picos e surtos. Transformar 220V em 115. Seleção de tensão automática. Microprocessado: identificar e corrigir, em milissegundos, as falhas da rede elétrica. Filtragem de ruídos da rede elétrica. Evita desligamento acidental com chave liga e desliga embutida. No mínimo 6 tomadas de saída. Para aplicação em computadores com monitores, impressoras laser, áudio, vídeo e automação. Potência mínima de 1500W.

Diante da modificação acima, a abertura do certame será realizada no dia 03 de junho de 2016 às 10:00 respeitado o disposto na Lei Nº 8.666/93 e na Lei Nº 10.520/2002.

Clóvis Bergamaschi  
Presidente da Câmara de Vereadores

# Petrolândia

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 15 2016 - PEÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 24/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (TRANSPORTE ESCOLAR) E DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. Empresa ALVES AUTO CENTER E REBOQUE LTDA ME, inscrita no CNPJ 95.813.077/0001-97, valor R\$ 240.999,10. Data: 17/05/2016. Petrolândia, 19 de maio de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 16 2016 - FILTROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE FILTROS, MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE PNEUS E DISCOS DE TACÓGRAFO PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (TRANSPORTE ESCOLAR). Empresa FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP, inscrita no CNPJ 01.031.105/0001-70, valor R\$ 71.636,36. Data: 18/05/2016. Petrolândia, 19 de maio de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº. 033/2016

DECRETO Nº. 033, de 20 de Abril de 2016.

CRIA CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 31.064,68 (Trinta e um mil, sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) com a seguinte classificação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj.Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (43) Recursos Vigilância Sanitária – Exercício Anterior.

Recursos - 00.03.0162 – Recursos Vigilância Sanitária – Exercício Anterior .....R\$ 31.064,68

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 03.0162 – Recursos Vigilância sanitária - Exercício Anterior, constante do Balanço do Fundo Municipal do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 31.064,68 (Trinta e um mil sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Abril de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 034/2016

DECRETO Nº. 034, de 29 de Abril de 2016.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) o saldo da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente do Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras

Proj./Atividade – 2.038 – Conservação de Estradas

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (126) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0312 – Outros Convênios com o Estado ... R\$ 500.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Provável Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0312 – Recursos Outros Convênios com o Estado, na importância de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 29 de Abril de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 035/2016

DECRETO Nº. 035, de 17 de Maio de 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PETROLÂNDIA.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Será facultativo o "Ponto" no dia 27 de Maio de 2016, nas repartições Públicas Municipais de Petrolândia.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Petrolândia, 17 de Maio de 2016.  
JOEL LONGEN  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº. 036/2016**

DECRETO Nº. 036, de 17 de Maio de 2016.  
PRORROGA PRAZO PARA PAGAMENTO DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Inciso VII do art. 85 da Lei Orgânica do Município;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo para pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano do Município de Petrolândia.

§ 1º. A data para vencimento da Parcela Única e Parcela 1 do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano passa a ser 30 de Julho de 2016.

§ 2º. A data para vencimento da Parcela 2 do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano permanece na data de 30 de Setembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 17 de Maio de 2016.  
JOEL LONGEN  
PREFEITO MUNICIPAL

**PREGÃO PRESENCIAL 21 2016 - SEGURO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 27/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL E PARCIAL ANUAL PARA AS VIATURAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 02/06/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151.

Petrolândia, 19 de maio de 2016.  
JOEL LONGEN  
Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 042/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 042/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 07/06/2016, licitação modalidade Pregão Presencial nº 042/2016. Objeto: Aquisição de um Britador Móvel. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 07/06/2016, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000, ou através do site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 18 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **DECRETO N.º 4.400, DE 09 DE MAIO DE 2016**

DECRETO N.º 4.400, DE 09 DE MAIO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 27 DE MAIO DE 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VIII, da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO o feriado nacional de 26 de maio – Corpus Christi;

CONSIDERANDO que referida data decretada como ponto facultativo será na sexta-feira;

CONSIDERANDO que somente os serviços essenciais funcionarão, o que importará em economia aos cofres públicos,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Município no dia 27 de maio de 2016.

§ 1º. O serviço de coleta de lixo domiciliar funcionará normalmente na data designada como ponto facultativo.

§ 2º A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afixação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia às empresas municipais e a todos os Órgãos e Entidades Públicas Municipais.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 09 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4555/2016

DECRETO Nº 4555/2016, de 18 de maio de 2016

"NOMEIA LEILOEIRO OFICIAL E COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO EDITAL PM/LL-023/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PLINIO DALACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

#### DECRETA:

Art.1º. Fica designado o Servidor Público Municipal Senhor DELTON PAULO BALBINOT, matrícula 599-1, para a função de Leiloeiro Oficial no Edital de Leilão nº PM/LL-023/2016, com o objetivo de venda de ativos inservíveis através de leilão público oficial on-line e presencial, que acontecerá no dia 06 de junho de 2016 com início às 10:00 horas.

Art. 2º. Para auxiliar o Leiloeiro designado, fica composta Comissão Especial de Acompanhamento, formada pelos seguintes servidores:

- Vanice Cristina de Mello;
- Rozelei Moraes de Mello;
- Silvane Terezinha Gnoatto Mulinari.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 18 de maio de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

### ED\_RP007/2016

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 007/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL 007/2016
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 31 de Maio de 2016.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 31 de Maio de 2016.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segundas à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitações.
PLANALTO ALEGRE, 18 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.086 DE 17 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 3.086 DE 17 DE MAIO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03360000 – Salário-Educação R\$

110.000,00

TOTAL: R\$ 110.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º - Fica suplementado na importância de R\$ 13.658,00 (treze mil, seiscentos e cinquenta e oito reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 19.001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380307 - MAC Federal (APAE) R\$ 13.658,00

TOTAL R\$ 13.658,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 17 de maio de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

### REPUBLICAÇÃO EDITAL PREGÃO 04/2016

REPUBLICAÇÃO SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 004/2016 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 005/2016

O PRESENTE EDITAL TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM CARÁTER CONTINUADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CORTE, SOLDA, TORNO E FRESA.

Entrega das propostas: Até as 09:00 horas do dia 02/05/2016

Início da sessão de disputa de Preços : 09:00 horas do dia 02/05/2016

Local Sede do SAMAE POMERODE Avenida 21 de Janeiro Nº 2233 Centro Pomerode SC.

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica [WWW.pomerode.sc.gov.br](http://WWW.pomerode.sc.gov.br) ou [www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br) Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 [samae@samaepomerode.com.br](mailto:samae@samaepomerode.com.br) ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 18 de Maio de 2016.

EDSON PISKE

Presidente do SAMAE

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 392/2016

DECRETO Nº 392/2016, DE 04 DE MAIO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARCIA RIBEIRO, Matrícula 1572, ocupante do cargo em de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 08/04/2015 a 07/04/2016, para serem gozadas de 16/05/2016 a 14/06/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 393/2016

DECRETO Nº 393/2016, DE 04 DE MAIO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. JACO RIBEIRO, Matrícula 531, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 01/01/2014 a 31/12/2014, para serem gozadas de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 394/2016

DECRETO Nº 394/2016, DE 04 DE MAIO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada à pedido, a partir do dia 08 de maio de 2016, a Sra. MARCIA GOMES FAGUNDES DA SILVA, matrícula 6236, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 396/2016

DECRETO Nº 396/2016, DE 09 DE MAIO DE 2016.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. LENIR DE FATIMA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6100276880 foi prorrogado até o dia 30/06/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 397/2016**

DECRETO Nº 397/2016, DE 09 DE MAIO DE 2016.

FICA RESTABELECIDO O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DO SERVIDOR CONFORME ESPECIFICA.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e, CONSIDERANDO que o servidor efetivo VANDERLEI PEREIRA se apresentou para retornar ao exercício de suas funções na presente data:

DECRETA:

Art. 1º - Fica restabelecido o pagamento dos vencimentos do servidor VANDERLEI PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Vigia 40 horas, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos, em virtude de ter retornado ao exercício de suas atividades.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 400/2016**

DECRETO Nº 400/2016, DE 09 DE MAIO DE 2016.

"NOMEIA COMISSÃO AVALIATIVA DE AMOSTRAS DE MATERIAL ODONTOLÓGICO A SEREM ADQUIRIDOS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de aquisição de produtos e equipamentos destinados à manutenção das Secretarias Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Avaliativa de amostra de material odontológico a ser adquirido pela Secretaria Municipal de Saúde que será composta pelos seguintes membros:

- Josmar de Almeida, Odontólogo;
- Ieda Maria Cadore Morás, Odontóloga;
- Deivides Jean Rossi, Odontólogo;
- Amanda Fávero, Odontóloga.

Art. 2º A Comissão acima nominada compete avaliar previamente os materiais odontológicos, emitindo parecer de aprovação ou recusa, deliberando inclusive acerca de eventuais controvérsias, bem como:

- a) definir critérios técnicos de avaliação da qualidade do material a ser testado;
- b) avaliar tecnicamente os produtos para realização de procedimentos, normatizando os produtos a serem utilizados bem como o seu parecer técnico;
- c) elaborar instrumento para Parecer Técnico a ser repassado após análise do artigo às demais instâncias, como por exemplo, ao setor de compras que venha aprovar ou reprovar determinado produto;
- d) receber e conferir os produtos licitados.

Parágrafo Único: A avaliação prévia será pautada em critérios qualitativos e quantitativos não podendo especificar marcas.

Art. 3º - As decisões serão proferidas com a presença de no mínimo três membros.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

**DECRETO 403/2016**

DECRETO Nº 403/2016 DE 09 DE MAIO DE 2016.

"REDUZ LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. CLAUDIA BATISTA ALLEGRI NI MARTELLO, matrícula 28, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6141813414 foi concedido até o dia 06 de maio de 2016, sendo que a servidora fez pedido de reconsideração do benefício, agendado para o dia 18/05/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 404/2016**

DECRETO Nº 404/2016, DE 09 DE MAIO DE 2016.

"NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Concurso Público n. 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. AMANDA APARECIDA VANZIN, portadora do RG n. 4.384.167 e do CPF n. 046.359.959-41, para exercer o cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto



correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 405/2016**

DECRETO Nº 405/2016, DE 09 DE MAIO DE 2016.

“CONTRATA CHEFE DE SETOR”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARILENE DA COSTA, portadora do RG n. 2.543.835 e do CPF n. 732.982.399-68, para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 406/2012**

DECRETO Nº 406/2016, DE 09 DE MAIO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. REGIANE TEREZINHA DA COSTA, Matrícula 1538, ocupante do cargo em de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 12/02/2015 a 11/02/2016, para serem gozadas de 06/06/2016 a 05/07/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 407/2016**

DECRETO Nº 407/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. RENIZE SUELE ROSSETTO, Matrícula 1590, ocupante do cargo em de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 05/02/2015 A 04/02/2016, para serem gozadas de 16/05/2016 a 14/06/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 408/2016**

DECRETO Nº 408/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016.

“NOMEIA SECRETARIO MUNICIPAL”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeado o Sr. OSMIR RODRIGUES MACHADO, portador do CPF 294.707.229-49, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, Padrão “CC”, Nível “01”, com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 409/2016**

DECRETO Nº 409/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016.

**"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a classificação no Concurso Público 001/2016;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. IVAN HOECKER, portador do RG n. 1.873.466-9 e do CPF n. 586.247.839-68 para exercer o cargo efetivo de CONTADOR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 410/2016**

DECRETO Nº 410/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016.

**"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. JURACI MARIA LODI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 15 (quinze) dias, a contar do dia 11 de maio de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 412/2016**

DECRETO Nº 412/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016.

**"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LIANE KARINE BRUXEL, portadora do RG n. 4.454.015 e do CPF n. 038.027.239-37, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de Maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 413/2016**

DECRETO Nº 413/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016.

**"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SILVANA DE FATIMA RODRIGUES, portadora do RG n. 3.529.115 e do CPF n. 028.956.029-21, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 10 de Maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 414/2016**

DECRETO Nº 414/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. RUBIA MARA VIEIRA, portadora do RG n. 4.894.924-8 e do CPF n. 042.384.599-38, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**EXTRATO 42/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 042/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS pelo período de 12 meses para contratação de empresa especializada ou professores habilitados nas áreas de: acordeom (gaita), violão, teclado, coral infanto juvenil, conforme solicitação do Departamento Municipal de Cultura de Ponte Serrada - Secretaria de Educação.

Recebimento de Envelopes: até as 13:50MIN do dia 03/06/2016.  
Abertura: às 14h00min horas do dia 03/06/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e 13:00 às 17:30 e pelo site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: [compras01@gmail.com](mailto:compras01@gmail.com).

Ponte Serrada, 18 de Maio de 2016.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 10/2016**

PORTARIA 010/2016, 16 DE MAIO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

· As disposições da Lei Municipal Complementar nº 22/2003, a qual instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta e deu outras providências, em especial ao art. 119 e seguintes;

· O teor do Ofício e documentos apresentados pela Secretaria de Educação do Município de Ponte Serrada a respeito da conduta da docente e servidora C. B. A. verifica-se a necessidade de instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis infrações aos deveres e proibições da servidora pública municipal;

· Considerando que os pais dos alunos realizaram com a Secretária de Educação reunião para relatar os fatos que estão percebendo ocorrer com os filhos, e conforme ata registrada onde dá conta das condutas da professora na sala de aula, a qual: a) grita, surta em sala de aula; b) que não repete as explicações do assunto tratado; c) que a professora não quer pais vindo até a escola reclamar, que vai brigar com eles se isso acontecer; d) que mexe no celular dentro da sala de aula; e) que sai da sala sem avisar; f) que precisa passar repelente pois na sala tem dinossauro e não mosquito; g) que as crianças não querem mais fazer educação física, pois ficam suados e a professora diz que estão fedendo; h) que falta conteúdo no caderno das crianças e quem não copia a professora diz que vai deixar trancado na sala; i) que os alunos chegam sem ânimo em casa e que estão perdidos em relação ao conteúdo, inclusive decaíram com relação aos anos anteriores;

· Que além das informações prestadas pelos pais dos alunos, a direção e corpo docente da escola trazem fatos desabonadores da professora, registrados na ATA 003/2016, tais como: a) que a professora se ausentou do trabalho em dezoito de abril de 2016 e não deixou nenhum documento referente aos alunos, ou seja, não entregou o diário de classe para que a professora substituta desse continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado pela professora titular; b) que a professora ligou dizendo que iria trazer e não o fez; c) que no dia 15 de abril de 2016 houve um treinamento para todos os professores aprenderem a trabalhar com o Sistema de Gestão Escolar –SGE e a professora não compareceu; d) que a referida professora também não entregou o planejamento anual que deveria ser entregue até o dia 30 de abril de 2016; e) que no decorrer do ano já foram recebidas várias reclamações de pais em virtude das faltas da professora e do comportamento em sala de aula;

· Que a conduta da servidora, em tese, configura infração aos deveres do servidor público, nos termos no art. 119, da Lei Complementar nº 022/2013, em especial os incisos I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e outras do serviço público; III - observar as normas legais e regulamentares; IX - manter conduta compatível com a moralidade e probidade administrativa; XI - tratar com urbanidade, educação e cortesia as pessoas; bem como as proibições descritas no art. 120 da referida Lei Complementar, em especial os incisos I - Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização da chefia imediata; XXI - entreter-se nos locais de trabalho em atividade estranha ao serviço; XXIII - utilizar-se de meios de comunicação, telecomunicação ou de transmissão de dados para fins particulares próprios ou de outrem.

· Ainda, possível prática de infração prevista no art. 135, V e VII, da LC 22/2002;

· Que configura dever de a Administração Pública investigar e punir eventual servidor pela prática de infração disciplinar, desde que mediante processo administrativo disciplinar no qual será observado os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, em obediência ao disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição

Federal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar as possíveis irregularidades praticadas, conforme objeto da Requisição;

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Sindicância será composta pelos servidores: DILVANE BALBINOT, que a presidirá, JANICE DE FÁTIMA FARIAS e SANDRA MARIA VICENSI GUERRA VICENSI, respectivamente secretária e membro, todos servidores efetivos do Município de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Artigo. 5º. - Comunique-se ao Setor de Recursos Humanos.

Artigo 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 16 de maio de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

# Porto Belo

## PREFEITURA

### **TOMADA DE PREÇO – 001/2016 FMEDUCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preço – 001/2016 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor Valor Global;

Objeto: "Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a revitalização da drenagem pluvial e do sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários da Escola Municipal Alda Furtado localizada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital"

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 06/06/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 06/06/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitação@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitação@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 18 de Maio de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal



# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 946/2016

DECRETO Nº 946, de 16 de maio de 2016.

Homologa a Resolução nº 002, de 28 de abril de 2016, do Conselho Municipal de Educação – CME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 002, de 28 de abril de 2016, do Conselho Municipal de Educação – CME, que regulamenta o Processo Eleitoral para Escolha de Diretor (a) das Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino de Porto União, aprovada por unanimidade em sessão plenária ordinária do Conselho, realizada nos dias 20 e 28 de abril de 2016, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 16 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

### RESOLUÇÃO Nº 002/2016

Regulamenta o Processo Eleitoral para Escolha de Diretor (a) das Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino de Porto União.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em consonância com a Lei Municipal nº 4.129, de 24 de abril de 2013, que dá nova redação ao art. 12 da Lei Municipal nº 3.508, de 24 de abril de 2008, e no uso de suas atribuições que lhe confere,

#### RESOLVE:

Art. 1º As Unidades Educacionais terão seus diretores escolhidos pela comunidade escolar, mediante eleição secreta.

Parágrafo único. Entende-se por comunidade escolar o conjunto de pais ou responsáveis, alunos, professores docentes, professores pedagogos e demais profissionais efetivos em exercício nas Unidades Educacionais.

Art. 2º A eleição para escolha de Diretor (a) será realizada concomitantemente em todas as Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino de Porto União, a cada 03 (três) anos, na última quinzena do mês de novembro. A data e o horário serão definidos em conjunto entre as Comissões responsáveis em organizar o processo Eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino de Porto União.

Parágrafo único. Nas Unidades Educacionais que houver apenas turmas multisseriadas e ou bisseriadas não haverá processo eleitoral.

Art. 3º Para coordenar o processo Eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino de Porto União será constituída com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, uma Comissão Eleitoral Geral, composta por 05(cinco)

servidores da Secretaria Municipal da Educação, designada por ato legal pelo Secretário Municipal da Educação.

Art. 4º Para coordenar o processo eleitoral na Unidade Educacional será constituída uma Comissão Eleitoral Local, composta por 02 (dois) representantes de pais ou responsáveis, 02 (dois) representantes dos professores docentes, 01 (um) representante dos funcionários e 01 (um) representante dos professores pedagogos quando houver.

§ 1º Nas Unidades Educacionais que o número de alunos for inferior a 60 (sessenta) a comissão local será composta de 03 (três) membros: 01 (um) representante de pais ou responsável, 01 (um) representante dos funcionários e 01 (um) representante dos professores docentes.

§ 2º Compete ao Diretor da Unidade Educacional a convocação de assembleia geral para escolha dos membros da Comissão Local.

§ 3º O Diretor da Unidade Educacional encaminhará via ofício a indicação dos nomes dos membros da Comissão Local.

§ 4º Não poderão compor a Comissão Local: o candidato, seu cônjuge, parente até 2º grau, nem os servidores que estejam em exercício na função de diretor.

Art. 5º Compete à Comissão Eleitoral Geral:

- I- divulgar a instalação do processo eleitoral;
- II- eleger seu Presidente entre os membros que a compõem;
- III- planejar e organizar o processo de eleição, elaborando cronograma e instrumentos que julgar necessários para o bom andamento do processo;
- IV- lavrar em livro ata próprio todas as suas decisões;
- V- garantir a organização de comissões locais em todas as unidades educacionais;
- VI- orientar as Comissões Locais na execução do processo;
- VII- definir em conjunto com a Comissão Local a data e o horário que acontecerá a eleição;
- VIII- analisar e resolver demandas que extrapolem a competência ou não forem atendidas pelas Comissões Locais;
- IX- repassar às Comissões Locais todas as informações e os materiais necessários para o bom andamento do processo eleitoral;

Art. 6º Compete à Comissão Local:

- I- divulgar amplamente, junto à comunidade escolar, as normas e critérios relativos ao processo;
- II- planejar, organizar e executar o processo;
- III- eleger seu Presidente entre os membros que a compõem;
- IV- lavrar em livro ata próprio todas as suas decisões;
- V- definir em conjunto com a Comissão Eleitoral Geral a data e o horário que acontecerá a eleição;
- VI- seguir o cronograma elaborado pela Comissão Geral;
- VII- realizar a inscrição e receber toda a documentação prevista neste regulamento;
- VIII- homologar as candidaturas;
- IX- divulgar a homologação em diversos locais da Unidade Educacional;
- X- receber e decidir sobre as impugnações relativas às candidaturas;
- XI- convocar assembleia geral com a Comunidade Escolar para apresentação do Plano de Ação pelos candidatos a Diretor da Unidade Educacional;



XII- encaminhar para a Comissão Eleitoral Geral, via ofício protocolado, a relação de votantes;  
XIII- encaminhar à Comissão Eleitoral Geral, eventuais irregularidades encontradas durante o processo eleitoral;  
XIV- definir e divulgar amplamente os locais e horários de votação;  
XV- constituir mesas de votação com duas urnas diferenciadas para cada segmento;  
XVI- encaminhar à comissão eleitoral geral na Secretaria Municipal de Educação, imediatamente após o encerramento da votação, as atas de votação em envelopes e urnas, ambos devidamente lacrados;  
XVII- acompanhar o processo de escrutinação conduzido pela Comissão Eleitoral Geral;  
XVIII- divulgar amplamente, logo após a apuração, o resultado das eleições.

Art. 7º Constituem-se critérios básicos para ser candidato ao Cargo de Diretor das Unidades Educacionais:

I- ser do quadro efetivo do Magistério Público Municipal;  
II- ter concluído o Estágio Probatório;  
III- estar em efetivo exercício de no mínimo 01 (um) ano, ininterrupto, na Unidade Educacional em que pleiteia o cargo, até a data da candidatura;  
IV- ter formação superior na área de Educação;  
V- ter disponibilidade para dedicação exclusiva para o cumprimento de 40 horas semanais na função;  
VI- não ter sido condenado em processo administrativo disciplinar;  
VII- estar em dia com a prestação de contas da Unidade Educacional;  
VIII- ter concluído o curso de Formação para Diretores, oferecido pela Secretaria Municipal da Educação de Porto União antes das eleições;

Art. 8º O candidato a Diretor deverá entregar à Comissão Eleitoral Local, no ato da inscrição:

I- ficha de inscrição;  
II- comprovante de tempo de serviço efetivo no Sistema Municipal de Ensino de Porto União;  
III- declaração de disponibilidade para o cumprimento de 40 horas semanais de trabalho;  
IV- uma via do "Currículo Vitae";  
V- declaração ou certificação de conhecimento em informática;  
VI- declaração de idoneidade e declaração de antecedentes criminais;  
VII- declaração comprovando não ter sofrido penalidade administrativa;  
VIII- Plano de Ação elaborado como conclusão do Curso de Formação para Diretores.

§ 1º Cada candidato poderá inscrever-se, em apenas uma Unidade Educacional.

§ 2º O Plano de Ação será analisado pela Comissão Eleitoral Local com a participação da Comissão Eleitoral Geral sendo este também um dos requisitos para deferimento da candidatura.

§ 3º O registro dos candidatos será divulgado, em local visível na Unidade Educacional, no primeiro dia útil após o encerramento do prazo das inscrições.

Art. 9º Cada candidato terá direito até 02 (dois) fiscais, dentre os votantes da Unidade Educacional com o objetivo de acompanhar o processo, solicitando sempre que necessário ao Presidente da Comissão Local o registro em ata de irregularidades ocorridas na votação ou na escrutinação.

Art. 10. Terão direito a voto:

I- todos os professores efetivos em exercício na escola;  
II- todos os funcionários efetivos em exercício na escola;  
III- um votante por família, podendo ser pai, mãe ou responsável.

§ 1º Em nenhuma hipótese será permitido votar mais de uma vez na mesma unidade educacional, ainda que seja pai ou responsável por mais de um aluno, represente segmentos diversos ou acumule cargos ou funções.

§ 2º O professor que atua em Unidades Educacionais diferentes terá o direito a votar em cada uma delas.

§ 3º Não será aceito voto por representação/procuração.

Art. 11. Na Unidade Educacional haverá 02 (duas) mesas receptoras de votos com urnas diferenciadas para os segmentos professores e funcionários e para o segmento pais ou responsáveis.

Art. 12. Será considerado eleito o candidato que obtiver a maior soma dos percentuais de votos válidos, nas seguintes proporções:  
I- professores e funcionários: 60%  
II- pais ou responsáveis: 40%

§ 1º Aplicando a seguinte fórmula para cálculo de proporcionalidade:

FÓRMULA

Número de votos no candidato (A) X Percentual do segmento (B)  
Número total de votos válidos (C)

REPRESENTAÇÃO:

$A \times B \div C$

§ 2º Em caso de empate assume o candidato que tiver maior tempo como servidor efetivo no Magistério Público Municipal.

§ 3º Quando for candidato único será considerado eleito se obtiver 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos.

§ 4º Caso o candidato único não atinja o percentual de votos citado no parágrafo anterior, novo processo eleitoral deverá ser instituído, num prazo máximo de quinze dias.

Art. 13. O candidato que se sentir prejudicado com o resultado da eleição poderá entrar com recurso, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir da divulgação do resultado, perante a Comissão Local, que encaminhará a Comissão Eleitoral Geral.

Art. 14. Quando a Unidade Educacional não realizar o processo eleitoral por falta de candidatos, caberá ao Prefeito Municipal, por indicação do Secretário Municipal da Educação, designar o Diretor da Unidade Educacional, que deverá estar em consonância com art. 7º desta resolução com exceção do inc. III.

Art. 15. A posse dos Diretores eleitos ocorrerá no mês de dezembro, em data a ser definida pela Secretaria Municipal da Educação, assumindo o cargo no ano subsequente.

Art. 16. Ocorrerá vacância do Diretor por conclusão do mandato, renúncia, aposentadoria, falecimento e destituição.

§ 1º Ocorrendo vacância, o Secretário Municipal da Educação nomeará imediatamente um servidor para assumir a função de diretor até a realização de nova eleição que deverá ocorrer no prazo de até 60 dias.

§ 2º O Secretário Municipal da Educação nomeará servidor para a função de diretor, que deverá estar em consonância com art. 7º, se a vacância ocorrer em prazo igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias do término do mandato.

§ 3º A destituição do Diretor somente poderá ocorrer

motivadamente, após sindicância em que lhe seja assegurada o direito de ampla defesa, face à ocorrência de fatos que constituam falta grave prevista no Regime Jurídico Único do Município.

Art. 17. O mandato do Diretor será de 03 (três) anos, admitindo-se uma única reeleição.

Art. 18. Os casos omissos serão analisados pela Comissão Eleitoral Geral.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Porto União (SC), 28 de abril de 2016.

Aprovado por unanimidade em sessão plenária realizada nos dias 20 e 28 de abril. Registre-se e publique-se.

Adriana Mary Corrêa Stacechen  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

## **DECRETO Nº 947/2016**

DECRETO Nº 947, de 16 de maio de 2016.

Homologa a Resolução nº 003, de 28 de abril de 2016, do Conselho Municipal de Educação – CME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 003, de 28 de abril de 2016, do Conselho Municipal de Educação – CME, que estabelece normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Porto União, aprovada por unanimidade em sessão plenária ordinária do Conselho, realizada no dia 28 de abril de 2016, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 261, de 26 de novembro de 2009, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 16 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **RESOLUÇÃO Nº 003/16**

Estabelece normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Porto União- SC.

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas competências e, em conformidade com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; atendendo ao que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, com fundamento na Resolução CNE/CEB nº 02/2001, aprovada em 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva MEC/SEESP 2008; na Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009, que institui diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, no Decreto nº 7.611, de 17

de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado, e dá outras providências e considerando:

a) O dever de proporcionar a igualdade de condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes na escola;

b) A necessidade de adequação à Legislação Nacional da Educação Especial numa perspectiva de educação inclusiva,

### **RESOLVE:**

Art. 1º A efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária das crianças e dos adolescentes é prioridade absoluta, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 2º O sistema Municipal de Ensino de Porto União deverá garantir:

I- a matrícula das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, considerando que a educação constitui direito humano incondicional e inalienável;

II- um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

III- a não exclusão sob alegação de deficiência;

IV- oferta de apoio necessário, com vistas a facilitar o efetivo acesso, participação e aprendizagem.

Art. 3º Por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido no Projeto Político-Pedagógico de cada Unidade Educacional, que assegure recursos e serviços educacionais especiais organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Art. 4º Considera-se público alvo da Educação Especial:

I- educandos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de natureza física, intelectual, mental e sensorial;

II- educandos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Inclui-se nesta definição: autismos, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outras especificações;

III- educandos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes, criatividade, entre outros.

Art. 5º A educação especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o Atendimento Educacional Especializado – AEE como parte integrante do processo educacional.

Parágrafo único. A oferta da Educação Especial é obrigatória na Educação Básica, tendo início na Educação Infantil, na faixa de zero a cinco anos de idade, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e o desenvolvimento global.

Art. 6º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do educando por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras que impedem ou limitam sua participação com independência e autonomia na turma comum do ensino regular e na sociedade.

Parágrafo único. Consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação, dos transportes e dos demais serviços.

Art. 7º As Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado – AEE, ofertado em salas de recursos multifuncionais.

Art. 8º O AEE deve integrar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional, envolver a participação da família para garantir pleno acesso a participação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, atendendo as necessidades específicas destes estudantes.

Art. 9º O AEE é realizado na sala de recursos multifuncionais, preferencialmente na própria Unidade Educacional ou em outra Unidade Educacional de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns.

Art. 10. Será garantido, em ambiente hospitalar ou domiciliar, o atendimento escolar e AEE a todos os educandos que necessitarem.

Art. 11. Para atuação no AEE o professor deve ter formação em nível superior na área de Pedagogia que o habilite para exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 12. São atribuições do professor do AEE:

- I- identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- II- elaborar e executar o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III- organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes na sala de recursos multifuncionais;
- IV- acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como outros ambientes da escola;
- V- estabelecer parcerias com áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI- orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante;
- VII- ensinar a usar a tecnologia assistiva de forma ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo autonomia e participação;
- VIII- estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares.

Parágrafo único. A elaboração e a execução do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, que se refere o inc. II, são de competência dos professores do AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 13. O Sistema Municipal de Ensino disponibilizará:

- I- profissional de apoio, sempre que a necessidade individual do educando assim o exigir, visando à acessibilidade, as comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção;
- a) Os profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene,

alimentação, prestam auxílio individualizado aos educandos que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo educando, relacionadas à sua funcionalidade e não a condição de deficiência.

b) O profissional de apoio não é substitutivo à escolarização ou ao atendimento educacional especializado, mas articula-se às atividades da aula comum da sala de recursos multifuncionais e demais atividades escolares.

c) Não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas, ao estudante público alvo da educação especial, e nem responsabilizar-se pelo ensino deste estudante.

d) Deve ser periodicamente avaliado pela escola, juntamente com a família e Secretaria Municipal da Educação quanto a sua efetividade e necessidade de continuidade do profissional de apoio.

II- professor intérprete de 6º ao 9º ano e ou Professor Bilíngue – professor ouvinte com fluência em LIBRAS que interpreta o professor regente para atuar em turmas mistas compostas por educandos ouvintes e surdos;

III- equipe multidisciplinar;

IV- assessoramento sistemático da equipe técnica pedagógica da Secretaria Municipal da Educação às Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 14. As Unidades Educacionais distribuirão os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os estudantes, dentro do princípio de educar para a diversidade.

Art. 15. O Sistema Municipal de Ensino deve conhecer a demanda real de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a criação de sistema de informação e o estabelecimento de interface com outras secretarias articulados com o censo escolar e censo demográfico.

Art. 16. Os profissionais que atuam com estudantes público alvo da educação especial deverão estar qualificados para o exercício da função e permanentemente atualizados.

Art. 17. Ficam revogadas a Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 004/2009, de 13 de outubro de 2009, e as demais disposições contrárias.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 28 de abril de 2016.

Aprovado por unanimidade em sessão plenária no dia 28 de abril de 2016. Registre-se e publique-se.

ADRIANA MARY CORRÊA STACECHEN  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 039/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 082/2016

Extrato de Edital de Pregão Presencial 039/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de tubos de concreto. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 09 de junho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal

de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitepor-touniao@yahoo.com.br](mailto:licitepor-touniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de maio de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

## **JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2016 - FAS**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 001/2016 - FAS

Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2016

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir passagens para os usuários da Assistência Social referente aos itinerários Porto União X Canoinhas, Porto União X Mafra, Porto União X São Paulo, Porto União X Curitiba, Porto União X Chapecó.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, o fornecimento passagens para os usuários da Assistência Social.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Viação Ouro e Prata S.A inscrita no CNPJ 92.954.106/0001-42 em razão que esta é a detentora da concessão rodoviária das linhas ora contratadas  
Do Preço: O valor total estimado a ser pago será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1500 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 1501 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 2049 – Manutenção FMAS

Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas

Cód.01

Complemento 33903301 – Passagens para o país

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 17 de maio de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 861/2016

## **PORTARIA N.º 221/2016 - RH**

PORTARIA Nº 221, de 02 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 02 de maio de 2016, referente ao período aquisitivo de maio de 2007 a maio de 2012, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Sidney Vitor Golemba, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração

e Esporte

## **PORTARIA N.º 222/2016 - RH**

PORTARIA Nº 222, de 02 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR A PEDIDO a Portaria nº 1.086 de 24 de outubro de 2014, que concede Licença para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro à servidora efetiva Jakeline Stocker Ruby ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 02 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração

e Esporte

## **PORTARIA N.º 226/2016 - RH**

PORTARIA Nº 226, de 02 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Deizi Carla Drosdoski Amaro, do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração

e Esporte

## **PORTARIA N.º 227/2016 - RH**

PORTARIA Nº 227, de 02 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO Gustavo Kotarski, do cargo de



provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

#### **PORTARIA N.º 228/2016 - RH**

PORTARIA Nº 228, de 02 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias referente ao período aquisitivo de março de 2010 a março de 2015, da servidora Simone Straube, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### DECRETO 034

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133  
www.pousoredondo.sc.gov.br  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 034/2016 de 18/04/2016

Altera Membros do Conselho Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, juntamente com a Lei Complementar nº 003/2009 de 25/08/2009.

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para membros do Conselho Municipal de Habitação e Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Município de Pouso Redondo:

#### I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

REPRESENTANTES	TITULAR/SU- PLENTE	ÓRGÃO/ENTIDADE
Jaqueline Kraemer	Titular	Fundo Municipal de Assistência Social
Edna Aparecida Dias	Suplente	Fundo Municipal de Assistência Social
Claudiney Testoni	Titular	Secretaria de Planejamento
Mansueto Bez Fontana	Suplente	Secretaria de Planejamento
Fabio Alves de Campos	Titular	Secretaria de Administração
Lúcio Hillesheim	Suplente	Secretaria de Administração
Claudir Pires de Moraes	Titular	Secretaria de Saúde
Graciele Balsan	Suplente	Secretaria de Saúde

#### II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

REPRESENTANTES	TITULAR/SU- PLENTE	ÓRGÃO/ENTIDADE
Paulo Olavo Peixer	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Deise Frederico da Silva Beber	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Sérgio Vieira de Mello	Titular	Associação dos Moradores do Bairro Boa Vista
Adilson Voltolini	Suplente	Associação dos Moradores do Bairro Boa Vista
Maria Aparecida Freundel	Titular	OASE
Ivanir Maria Bretzke	Suplente	OASE
Márcia Paterno	Titular	Clube de Mães de Rio das Pombas
Solange Maria da Rosa	Suplente	Clube de Mães de Rio das Pombas

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nada data de sua publicação, revogando as disposições contrárias, em especial ao do Decreto nº 007/2013.

Pouso Redondo (SC), 18 de abril de 2016.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

### DECRETO 035

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133  
www.pousoredondo.sc.gov.br  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 035/2016 de 18/04/2016

Nomeia gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, juntamente com a Lei Complementar nº 003/2009 de 25/08/2009.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Município de Pouso Redondo Sr. FABIO ALVES DE CAMPOS, portador do CPF nº 070.170.728-39, para gerir os recursos oriundo de convênios estaduais e federais para construção de moradias populares.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nada data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Pouso Redondo (SC), 18 de abril de 2016.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

### DECRETO 037

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antônio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 037/2016 de 12/05/2016.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área urbana de propriedade de ARQUITECH SERVIÇOS DE ARQUITETURA LTDA, pessoa jurídica direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 08.748.662/0001-56, com sede na Travessa 1 do Condomínio Fechado Santa Isabel, situado na Rodovia BR 470, s/n, Centro, Distrito de Aterrado, no município de Pouso Redondo, com área total de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), da matrícula nº 15.340 (Lote A-04).

Descrição do Imóvel:

Matrícula no RI: 15.340 (Lote A-04).

Área Registrada: 600,00 m² (Seiscentos metros quadrados).

Área de uso comum: 204.74 m² (Duzentos e quatro metros e setenta e quatro decímetros quadrados)



Área verde: 87,40 m<sup>2</sup> (Oitenta e sete metros e quarenta décimos quadrados)  
Área de PP: 299,34 m<sup>2</sup> (Duzentos e noventa e nove metros e trinta e quatro décimos quadrados)  
Área total: 1.191,47 m<sup>2</sup> (Um mil cento e noventa e um metros e quarenta e sete décimos quadrados)

#### Confrontações do DESMEMBRAMENTO:

Frente: 20,00m com a Travessa 1 do Condomínio  
Fundos: 10,00m com Lote A-01 e 10,00m com Área de Preservação Permanente.  
Lado Direito: 30,00m com Lote A-05, pertencendo à Ádrio Vandrê dos Santos,  
Lado esquerdo: 30,00m com Lote A-03, pertencendo à Cheila Schaeffer Heller

#### Composição do Desmembramento e Remembramento:

Área 01 a DESMEMBRAR E REMEMBRAR para CHEILA SCHAEFFER HELLER – matrícula 14.490 com área privativa de 300,00m (trezentos metros quadrados), área de uso comum de 102,37 m<sup>2</sup>, área verde de 43,70 m<sup>2</sup>, área de preservação permanente de 149,67 m<sup>2</sup>, perfazendo a área total de 595,735 m<sup>2</sup>, correspondente a um percentual de 0,785 % do terreno total. Confrontando-se na Frente com 10,00m com a Travessa 1 do Condomínio Santa Isabel, Fundos com 10,00m com área comum do condomínio Santa Isabel, Lado Direito com 30,00m com a área 02 deste Desmembramento de Arquitech Serviços de Arquitetura Ltda me. , e Lado Esquerdo com 30,00m com o lote A-03 matrícula 14.490 de propriedade de Cheila Schaeffer Heller.

Área 02 a DESMEMBRAR E REMEMBRAR para ÁDRIO VANDRÊ DOS SANTOS – matrícula 15.118 com área privativa de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), área de uso comum de 102,37 m<sup>2</sup>, área verde de 43,70 m<sup>2</sup>, área de preservação permanente de 149,67 m<sup>2</sup>, perfazendo a área total de 595,735 m<sup>2</sup>, correspondente a um percentual de 0,785 % do terreno total . Confrontando-se na Frente com 10,00m com a Travessa 1 do Condomínio Santa Isabel, Fundos com 10,00m com a Área Comum do condomínio Santa Isabel , Lado Direito com 30,00m com o Lote A-05 matrícula 15.118 de propriedade de Ádrio Vandre dos Santos , e Lado Esquerdo com 30,00m com a área 01 do desmembramento de arquitech serviços de arquitetura ltda me.

#### Resumo da Área a Desmembrar.

Matrícula no RI: 15.340 (Lote A-04).  
Área privativa: 600,00 m<sup>2</sup> (Seiscentos metros quadrados).  
Área de uso comum: 204,74 m<sup>2</sup> (Duzentos e quatro metros e setenta e quatro décimos quadrados)  
Área verde: 87,40 m<sup>2</sup> (Oitenta e sete metros e quarenta décimos quadrados)  
Área de PP: 299,34 m<sup>2</sup> (Duzentos e noventa e nove metros e trinta e quatro décimos quadrados)  
Área total: 1.191,47 m<sup>2</sup> (Um mil cento e noventa e um metros e quarenta e sete décimos quadrados)

#### Área 01

Área privativa: 300,00 m<sup>2</sup> (Trezentos metros quadrados).  
Área de uso comum: 102,37 m<sup>2</sup> (Cento e dois metros e trinta e sete décimos quadrados)  
Área verde: 43,70 m<sup>2</sup> (Quarenta e três metros e setenta décimos quadrados)  
Área de PP: 149,67 m<sup>2</sup> (Cento e quarenta e nove metros e sessenta e sete décimos quadrados)  
Área total: 595,735 m<sup>2</sup> (Quinhentos e noventa e cinco metros e setecentos e trinta e cinco décimos quadrados)

#### Área 02

Área privativa: 300,00 m<sup>2</sup> (Trezentos metros quadrados).  
Área de uso comum: 102,37 m<sup>2</sup> (Cento e dois metros e trinta e sete décimos quadrados)  
Área verde: 43,70 m<sup>2</sup> (Quarenta e três metros e setenta décimos quadrados)  
Área de PP: 149,67 m<sup>2</sup> (Cento e quarenta e nove metros e sessenta e sete décimos quadrados)  
Área total: 595,735 m<sup>2</sup> (Quinhentos e noventa e cinco metros e setecentos e trinta e cinco décimos quadrados)

#### Resumo das Áreas a Remembrar.

Matrícula no RI: 14.490 (Lote A-03).  
Área privativa: 900,00 m<sup>2</sup> (Novecentos metros quadrados).  
Área de uso comum: 307,11 m<sup>2</sup> (Trezentos e sete metros e onze décimos quadrados)  
Área verde: 131,1 m<sup>2</sup> (Centro e trinta e um metros e um centímetro quadrados)  
Área de PP: 449,01 m<sup>2</sup> (Quatrocentos e quarenta e nove metros e um décimo quadrados)  
Área total: 1.787,205m<sup>2</sup> (Um mil e setecentos e oitenta e sete metros e duzentos e cinco centímetros quadrados)

#### Matrícula no RI: 15.118 (Lote A-05).

Área privativa: 1001,60 m<sup>2</sup> (Um mil e um metros e sessenta décimos quadrados).  
Área de uso comum: 341,78 m<sup>2</sup> (Trezentos e quarenta e um metros e setenta e oito décimos quadrados)  
Área verde: 145,89 m<sup>2</sup> (Centro e quarenta e cinco metros e oitenta e nove décimos quadrados)  
Área de PP: 499,07 m<sup>2</sup> (Quatrocentos e noventa e nove metros e sete décimos quadrados)  
Área total: 1.988,965 m<sup>2</sup> (Um mil, novecentos e oitenta e oito metros e novecentos e sessenta e cinco centímetros quadrados)

Art. 3º A área de terras de que trata este artigo encontra-se devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 15.340 (Lote A-04), com uma área total de 600,00 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), de propriedade de ARQUITECT SERVIÇOS DE ARQUITETURA LTDA, pessoa jurídica direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 08.748.662/0001-56, com sede na Travessa 1 do Condomínio Fechado Santa Isabel, situado na Rodovia BR 470, s/n, Centro, Distrito de Aterrado, no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogada às disposições em contrário, em especial o decreto nº 05/2016.

Pouso Redondo (SC), 12 de maio de 2016.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

### DECRETO 038

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133  
www.pousoredondo.sc.gov.br  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 038/2016 de 13/05/2016.

Altera Artigo 1º do Decreto nº 009/2016, que convoca a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Pouso Redondo - SC e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, usando das atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal,

considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, a Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria nº 24, de 29 de outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 009/2016 que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Pouso Redondo – SC, a se realizar no dia 21 de junho de 2016, no Centro de Eventos (Polo da UFSC), sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento.”

Art. 2º - Demais artigos e disposições permanecem inalterados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo – SC, 13 de maio de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

**DECRETO 039**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

www.pousoredondo.sc.gov.br

DECRETO Nº 039/2016 de 13/05/2016.

Altera decreto nº 004/2016, que declara de utilidade pública para fins de abertura de via pública e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do decreto nº 004/2016 que passa a vigor com a seguinte redação.

“Art. 1º -Fica autorizado o recebimento em doação de uma área de terras, medindo, 737,85m<sup>2</sup> (setecentos e trinta e sete metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), confrontando-se: NORTE em uma linha medindo 12,01 metros com a Antiga Estrada Blumenau/Curitibanos: SUL em um linha medindo 12,04 metros com a Rodovia BR 470; LESTE em uma linha medindo 60,55 metros com a área desmembrada 03; OESTE em uma linha medindo 62,10 metros com área desmembrada 01”.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

**DECRETO 042**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 042/2016 de 13/05/2016.

Declara Ponto Facultativo na Secretaria Municipal de Saúde dá

outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica Decretado PONTO FACULTATIVO na Secretaria Municipal de Saúde de Pouso Redondo, nos seguintes dias a seguir:

- Dia 27 de maio (sexta-feira) - Ponto Facultativo Municipal

Art. 2º — O ponto facultativo é considerado turno normal de trabalho caso haja necessidade o chefe imediato poderá solicitar o cumprimento da jornada em 08 (oito) horas, com intervalo de no mínimo uma hora para descanso, sem que este evento caracterize hora extra.

Art. 3º - Serviços considerados essenciais de urgência e emergência permanecem com horário normal de trabalho, conforme praticado anteriormente.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

**LEI 2641**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.641/2016 de 12/04/2016.

Altera Artigo 1º da Lei 2.640/2016 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da lei 2.640/2016 que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º -Fica autorizado o recebimento em doação de uma área de terras, medindo, 737,85m<sup>2</sup> (setecentos e trinta e sete metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), confrontando-se: NORTE em uma linha medindo 12,01 metros com a Antiga Estrada Blumenau/Curitibanos: SUL em um linha medindo 12,04 metros com a Rodovia BR 470; LESTE em uma linha medindo 60,55 metros com a área desmembrada 03; OESTE em uma linha medindo 62,10 metros com área desmembrada 01”.

Art. 2º - Demais artigos da Lei nº 2.640/2016 permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 12 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

**LEI 2642**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI N° 2642/2016 de 18/05/2016

Denomina Unidade Básica de Saúde ELIANE OTÍLIA KNOBLAUCH DA SILVA.

NAIR GOULART, Prefeita Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na LEI ORGÂNICA do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica denominado a UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ELIANE OTÍLIA KNOBLAUCH DA SILVA, aquela localizada a Rua Jenny Schneider, Bairro Progresso.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotação própria, consignada no orçamento anual do Município.

Art. 3º - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de maio de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

# Rio das Antas

## PREFEITURA

**AVISO DE IN 0001/2016 - FMS**

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2016 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio das Antas (SC), neste ato representado pelo seu Gestor o Sr. Selmir Paulo Bodanese, baseado nos termos do Art. 25, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2016 - FMS, com o objeto: Prestação de serviços laboratoriais para a Unidade Básica de Saúde, conforme tabela do SIA/SUS do Ministério da Saúde, e, entre outras condições previstas no edital de Credenciamento nº 001/2016 - FMS. Empresa Credenciada: ALIDA H. R. FERRAZ, inscrita no CNPJ nº 97.435.127/0006-80. O fundo pagará os valores conforme tabela SAI/SUS. Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 18 de Maio de 2016./Selmir Paulo Bodanese-Gestor do F.M.S

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### 0557/RH

PORTARIA Nº. 0557/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art..1º Exonera, a servidora DANIELA CRISTINA FERRARI, portadora do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do cargo em comissão – Chefe Divisão Controle Pessoal, sendo 02/05/2016, o seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art..2º Designa, a servidora DANIELA CRISTINA FERRARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, para a partir de 03/05/2016, exercer a função comissionada de Diretor Departamento Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Csvf

### DECRETO Nº 5250, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 5250, de 13 de abril de 2016.

“DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000,

Considerando que a Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o princípio do equilíbrio das contas públicas;

Considerando a necessidade de adequar as despesas municipais à programação financeira de entrada de receitas para o corrente ano;

Considerando ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo administrativo, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

Considerando que as medidas, mesmo que de pequeno impacto, serão de fundamental importância para adequação à nova realidade financeira e orçamentária do Município e para atingir os objetivos previstos no presente ano.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica implantado o programa de contenção de despesas, no

sentido de equilibrar as contas públicas, na execução orçamentária de 2016, evitando o déficit financeiro e o orçamentário, durante os meses de maio a dezembro de 2016.

Art. 2º - Para a redução das despesas ficam determinadas as seguintes ações:

I – Ficam bloqueados, conforme o procedimento adotado no segundo semestre de 2015, os orçamentos de custeio e investimento das Secretarias Municipais, Fundações e Fundos, por meio do sistema informatizado de gestão, bem como, ficam bloqueadas as emissões de requisições, ordens de compra e empenhos das Secretarias Municipais, Fundações e Fundos,

a) As liberações serão efetivadas mediante análise das necessidades demandadas por cada secretaria, com aprovação do Secretário Municipal da Fazenda, de acordo com a arrecadação.

b) Os Secretários Municipais são responsáveis pela gestão e controle de gastos de sua secretaria.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos de compras efetuadas em desacordo com o presente inciso serão de exclusiva responsabilidade de quem as efetuar;

II – As despesas com diárias e adiantamentos de servidores municipais somente serão efetivadas mediante autorização do Secretário Municipal da Fazenda, exceto no caso daquelas com pagamento por meio de recursos vinculados e de motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, quando se tratar de transporte de pacientes;

III – Ficam suspensas as designações de substitutos de ocupantes de cargos em comissão e diretores de centros educacionais, fundos, fundações, demais secretarias municipais, órgãos e entidades, em virtude de afastamento por férias, baseados nos Arts. 46 e 47 da Lei Complementar 207/2010; exceto nos casos com prévia autorização por escrito do Secretário Municipal da Fazenda;

IV – A Secretaria Municipal da Fazenda procedam a revisão em todos os contratos de prestação de serviços continuados, visando racionalizações, ajustes ou cortes de despesas;

V – Ficam limitados os pagamentos de licenças-prêmio em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais;

VI – Ficam cancelados todos os atos que autorizam o pagamento de adicional de aulas excedentes.

Parágrafo Único: Havendo necessidade imprescindível da realização das mesmas, o secretário titular da pasta de educação deverá encaminhar previamente uma solicitação ao Secretário Municipal da Fazenda, em um único documento, justificando individualmente e abrangendo a necessidade da secretaria dentro de um planejamento, com respectivo impacto financeiro e fonte de recursos;

Art. 3º - Os casos não contemplados neste Decreto serão submetidos à apreciação do Prefeito do Município.

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 5088, de 04 de janeiro de 2016.
----------	---

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

GABINETE DO PREFEITO.  
13 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO  
Secretário Municipal da Fazenda

### **DECRETO Nº 5271, DE 20 DE ABRIL DE 2016**

DECRETO Nº 5271, de 20 de abril de 2016.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PRE-  
ÇÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 FMS -07.04.16."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pre-  
ço Presencial nº 007/2016, de 07.04.16.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá em virtude do preço estar acima do valor orçado.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.  
20 de abril de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE  
Secretário Municipal de Saúde

### **DECRETO Nº 5292, DE 13 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5292, de 13 de maio de 2016.

"EXONERA E NOMEIA FABÍOLA KREUSCH".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 02/05/2016, a servidora FABÍOLA KREUSCH, do cargo em comissão de Chefe Divisão Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde. E nomeada, para a partir de 03/05/2016, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão Auditoria, nos termos do Art. 2º, item V e § 6º e do Art. 54º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
13 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 5295, DE 13 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5295, de 13 de maio de 2016.

"NOMEIA MARICLEUSA BOEIRA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear MARICLEUSA BOEIRA, para a partir de 11/05/2016, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão de Levantamento e Acompanhamento de Dados Estatísticos, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 2, item V e § 6º do Art. 54º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra-citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
13 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 5296, DE 13 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5296, de 13 de maio de 2016.

"EXONERA E NOMEIA MARCUS BAUERMANN COSTA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 10/05/2016, o servidor MARCUS BAUERMANN COSTA, do cargo em comissão de Diretor Departamento Turismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo. E nomeado, para a partir de 11/05/2016, exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, nos termos do Art. 2º, item V e § 6º e do Art. 54º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
13 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração



**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/16**

RIO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Alidor Claudio Becker	xxx.176.739-xx	155291

Rio do Sul, 18 de Maio de 2016

LEONICE WITTE  
Protocolo Geral

JAMES OCÁCIO PRUST  
Secretário Municipal da Fazenda

**PORTARIA Nº. 0600/RH**

PORTARIA Nº. 0600/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com fundamento no § 1º. do Art. 49 da Lei Complementar nº 309/2015, fica dispensado do registro de ponto diário a partir 18 de abril de 2016, o(a) servidor(a) municipal RODRIGO SIMON RUTZEN, matrícula nº 236373, ocupante do cargo efetivo FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, em virtude das atribuições de seu cargo, pois são desenvolvidas por meio de fiscalizações e verificações que ocorrem em horários diversos e na maioria das vezes de modo externo ao do Centro Administrativo Municipal.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Vfb

**PORTARIA Nº. 0601/RH**

PORTARIA Nº. 0601/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com fundamento no § 1º. do Art. 49 da Lei Complementar nº 309/2015, fica dispensado do registro de ponto diário a partir 18 de abril de 2016, o(a) servidor(a) municipal RAMON THIAGO DA SILVA KISSNER, matrícula nº 2001853, ocupante do cargo efetivo FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, em virtude das atribuições de seu cargo, pois são desenvolvidas por meio de fiscalizações e verificações que ocorrem em horários diversos e na maioria das vezes de modo externo ao do Centro Administrativo Municipal.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Vfb

**PORTARIA Nº 0489/RH - REPUBLICAÇÃO**

PORTARIA N. 0489/2016

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º Exonerar, a partir de 01/04/2016, a servidora ANGELA CRISTINA HAMANN SCUSSEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do cargo em comissão – Chefe Divisão Educação Especial, nos termos do § 6º, do Art. 54º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Nomear, a servidora ANGELA CRISTINA HAMANN SCUSSEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para a partir 02/04/2016, exercer as atribuições do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, optando pela remuneração do cargo de provimento efetivo acrescido do percentual de 20% ( vinte por cento ) incidente sobre o valor do cargo em comissão, fundamentado no Art. 56º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e § 2º, do Art. 12, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de abril de 2016.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

**PORTARIA Nº 0552/RH**

PORTARIA Nº. 0552/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, REGIANI MARIA DA ROCHA GRAH, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR ARTES, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

### **PORTARIA Nº 0556/RH**

PORTARIA Nº. 0556/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Exonera, o servidor JAILSON ROBERTO DE OLIVEIRA, portador do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, do cargo em comissão – Chefe Divisão Vigilância Sanitária, sendo 02/05/2016, o seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art..2º Designa, o servidor JAILSON ROBERTO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, para a partir de 03/05/2016, exercer a função comissionada de Chefe Divisão Controle Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Csvf

### **PORTARIA Nº 0558/RH**

PORTARIA Nº. 0558/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar, o servidor ROMULO AUGUSTO BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico(40h), para a partir de 02/05/2016 exercer as atribuições do cargo em comissão de Chefe Divisão Controle e Distribuição de Medicamentos da Secretaria de Saúde, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da remuneração do cargo de Chefe Divisão Controle e Distribuição de Medicamentos da Secretaria de Saúde, com fundamento no Art. 56 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, em face do servidor optar pela remuneração do cargo efetivo de Técnico em Informática (40h).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

### **PORTARIA Nº 0559/RH**

PORTARIA Nº. 0559/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar, a servidora ANDREIA BERTOCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro(40h), para a partir de 02/05/2016 exercer as atribuições do cargo em comissão de Chefe Divisão Atenção Básica e Unidade de Saúde da Secretaria de Saúde, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da remuneração do cargo de Chefe Divisão Atenção Básica e Unidade de Saúde da Secretaria de Saúde, com fundamento no Art. 56 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, em face do servidor optar pela remuneração do cargo efetivo de Técnico em Informática (40h).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

### **PORTARIA Nº 0565/RH**

PORTARIA Nº. 0565/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 309 de 01/12/2015, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha/Informação de Vagas pelos mesmos.

NOME	LOTAÇÃO
ADRIANA IUNCEK RAMOS	Secretaria Municipal de Saúde
ADRIANO HEITOR ROSENBRUCK	Secretaria Municipal de Administração
ADRIANO RUCK	Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
ALEXANDRA PEREIRA LEMOS	Secretaria Municipal de Saúde
ALVACIR MACEDO PEREIRA	Secretaria Municipal de Saúde
ANA CLAUDIA SILVESTREIN	Secretaria Municipal de Saúde
ANDREIA BERTOCHI	Secretaria Municipal de Saúde
ANDREIA CARLA HASKEL	CEI Francisco Fleisner
ANDRESSA SOERGER	Secretaria Municipal da Fazenda
CATIA APARECIDA GONÇALVES	Secretaria Municipal de Saúde
CINTIA SCHNEIDER	Secretaria Municipal de Saúde
DANIELA DUARTE DA SILVA	Secretaria Municipal de Saúde
DANIEL DOS SANTOS	Secretaria Municipal de Saúde
DIANA BARCELOS DAMORI	CEPLAS

DIONISIO FLORIANO	Secretaria de Assistência Social de Habitação
EDSON MOREIRA	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
ELIAS RODRIGUES COSTA	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
EMANUELA DOLZAN	Secretaria Municipal de Administração
EVANDRO CARLOS WETZSTEIN	Secretaria Municipal de Saúde
EVANDRO JANKE	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
FRANCIELE LIPPEL	Secretaria Municipal de Administração
GABRIEL KRACHESKI	Secretaria Municipal de Administração
GIOVANI FERNANDES	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
GISELE MARA POSSAMAI JASPER	CEPLAS
ISOLETE VENTURI CUNHA	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
JACKSON ABEL LONGO	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
JAELINE CORREIA DA COSTA	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
JANAINA MARTINEZ MAGDALENA	CEPLAS
JOÃO MARIA RIBEIRO	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
JOLMIR JOSÉ LAURENTINO	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
JONAS SAMUEL GOEDERT	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
JOSÉ ANTONIO TEOFILO CAIRUS	CE Roberto Machado
JOSE MAURICIO GRACH	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
JULIANA FERNANDES	CEI Egídio Dalmarco
JULIO CESAR VIEIRA CORREIA	Secretaria Municipal de Saúde
LARIANE DE SOUZA PEREIRA	Secretaria Municipal de Saúde
LINDAIR PADILHA RISKE	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
LISIANE ANDERSON FRANÇA	Secretaria Municipal da Fazenda
LUCIA HELENA GARCIA	Secretaria Municipal de Saúde
MARCIO DE ANDRADE FERREIRA	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
MARCO AURELIO VIANA	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
MARGARETE GUTJAHR DE JESUS	CE Roberto Machado
MARIANA MARHOFFER CELLI	Secretaria Municipal de Saúde
MARIA YARA ELIAS PORATH	Secretaria Municipal de Saúde
MARISA RODRIGUES VIEIRA KUSKOSKI	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
MIRLENE LOPES TAVARES	Secretaria Municipal de Saúde
MORGANA MILAN	Secretaria Municipal de Saúde
NACA CLAUDINO DOS SANTOS	CEI Ilse Soldatelli
ODAIR FIAMONCINI	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
ODIRLEI FARINEA	Gabinete do Prefeito
OSVANIR BECKER	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

PABLO VINICIUS SMA-NIOTO	Secretaria Municipal de Saúde
PRISCILA NICOLLADELLI	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
RAFAELA KESTERING	CE Aníbal de Barba
RAFAEL PACHER	Secretaria Municipal de Administração
RICARDO DOS SANTOS NOLLI	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
RODRIGO DOLZAN	Secretaria Municipal de Administração
RODRIGO NUNES	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
ROSEMERY IGNACIO FRANCISCO	CEI Cinderela
ROSIMERY BATISTA DOS SANTOS	Secretaria Municipal de Saúde
RUI ROCHA VICENTI	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
SANDRA REGINA VIEIRA	Secretaria Municipal de Saúde
SIGMAR SCHULTZ	Secretaria Municipal de Saúde
SILVIA SEBOLD BACH	CE Ricardo Marchi
VANESSA EYERKAUFER	Procuradoria Jurídica
VILMA APARECIDA DE LIMA	Secretaria Municipal de Saúde
VINICIUS FERNANDES BIFF	Secretaria Municipal de Administração

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

## PORTARIA Nº 0566/RH

PORTARIA Nº. 0566/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, JOELMA FELBER LEANDRO, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - JOELMA FELBER LEANDRO**

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) JOELMA FELBER LEANDRO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS – 40 HORAS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0566/RH de 16/05/2015, publicada em 19/05/2015. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

#### **Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - REGIANI MARIA DA ROCHA GRAH**

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) REGIANI MARIA DA ROCHA GRAH, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR ARTES).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0552/RH de 12/05/2015, publicada em 19/05/2015. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

#### **Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### RESULTADO LIC 29 EXTRATO 62 PAVIMENTAÇÃO RUA MARIA VANDRESEN RICKEN

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 029/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 02/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIO PÚBLICO COM ACESSIBILIDADE DA RUA MARIA VANDRESEN RICKEN, EXTENSÃO 235m, LARGURA 8,00m e ÁREA DE 1.904m<sup>2</sup>, da ESTACA 0PP ATÉ ESTACA 11+15,00m, CENTRO DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA.

VENCEDORA: BLC EMPREENDIMENTOS LTDA.

VALOR: R\$ 250.059,62.

SESSÃO: 17/05/2016.

Rio Fortuna/SC, 17 de maio de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° 062/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIO PÚBLICO COM ACESSIBILIDADE DA RUA MARIA VANDRESEN RICKEN, EXTENSÃO 235m, LARGURA 8,00m e ÁREA DE 1.904m<sup>2</sup>, da ESTACA 0PP ATÉ ESTACA 11+15,00m, CENTRO DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA.

EMPRESA CONTRATADA: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 250.059,62.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 029/2016 – TP nº 02/2016.

Rio Fortuna/SC, 19 de maio de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal



# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 74 À 91/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 074/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LUANA DOS SANTOS DA SILVA

OBJETO: Ministras aulas com oficina de pintura objetivando incentivar os alunos a abordarem o desenho como instrumento para o desenvolvimento da percepção visual e debates ligados à arte contemporânea, voltada ao desenvolvimento físico e mental dos alunos do Serviço de Convivência de Vínculos para Crianças e Adolescentes.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

Vigência: 04/04/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2016

Processo de Licitação nº 034/2016- Pregão Presencial nº 034/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LEANE CRISTINA HONORIO MACIEL FLORICULTURA - ME

OBJETO: Prestação de serviços de jardinagem e paisagismo com revitalização da sede da prefeitura municipal e canteiros de vias públicas com fornecimento de flores, plantas e materiais, realizando posteriormente serviços de manutenção quando solicitado pela contratante.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 29.643,00 (vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais).

Vigência: 08/04/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 076/2016

Processo de Licitação nº 041/2016- Dispensa de Licitação 041/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE -AMESC

OBJETO: Fornecimento de Medicamentos, para atendimento nas Unidades de Saúde do Município, para o primeiro semestre de 2016, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 13.975,00 (treze mil, novecentos e setenta e cinco reais)

Vigência: 12/04/2016 a 30/06/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 076A/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2015 - Processo Licitatório nº 083/2015 – TP.

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência e execução dos serviços, conforme solicitação da empresa, em virtude das frequentes chuvas, demora na recolocação dos postes pela Celesc e período após execução para prazos burocráticos e repasses financeiros, ocasionando atraso na execução, prorrogando por mais 180 dias, em conformidade com o disposto na Cláusula Sétima, do instrumento original do Contrato e nos termos do Art. 57, da Lei N.º 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Assinatura: 12/04/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2016

Processo de Licitação nº 036/2016 - Pregão Presencial nº 036/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LIVRARIA DOMEK EIRELI - EPP

OBJETO: fornecimento de Materiais Didáticos e Expediente para Atividades das Escolas e creches do Município.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$163.200,29 (cento e sessenta e três mil, duzentos reais e vinte e nove centavos).

Vigência: 18/04/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2016

Processo de Licitação nº 036/2016 - Pregão Presencial nº 036/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: M.D.A – ARMARINHOS LTDA - ME

OBJETO: fornecimento de Materiais Didáticos e Expediente para Atividades das Escolas e creches do Município.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$16.417,30 (dezesseis mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta centavos).

Vigência: 18/04/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 079/2016

Processo de Licitação nº 038/2016 - Pregão Presencial nº 038/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: M.D.A ARMARINHOS LTDA - ME

OBJETO: fornecimento de produtos alimentícios, materiais de limpeza e higiene para as Secretarias Municipais.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 4.938,80 (quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos).

Vigência: 20/04/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2016

Processo de Licitação nº 038/2016 - Pregão Presencial nº 038/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA EIRELI EPP

OBJETO: fornecimento de produtos alimentícios, materiais de limpeza e higiene para as Secretarias Municipais.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 4.954,40 (quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).

Vigência: 20/04/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2016

Processo de Licitação nº 038/2016 - Pregão Presencial nº 038/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PAULO RONEY DA SILVA SILVEIRA-ME

OBJETO: fornecimento de produtos alimentícios, materiais de limpeza e higiene para as Secretarias Municipais.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 8.885,80 (oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos).

Vigência: 20/04/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 082/2016

Processo de Licitação nº 038/2016 - Pregão Presencial nº 038/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PAULO SILVEIRA DE MATOS-ME



OBJETO: fornecimento de produtos alimentícios, materiais de limpeza e higiene para as Secretarias Municipais.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 1.036,30 (um mil, trinta e seis reais e trinta centavos).  
Vigência: 20/04/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 083/2016  
Processo de Licitação nº 039/2016 - Pregão Presencial nº 039/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP  
OBJETO: fornecimento parcelado de Materiais de Expediente para Atividades das Secretarias Municipais.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 219,00 (duzentos e dezenove reais).  
Vigência: 20/04/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 084/2016  
Processo de Licitação nº 039/2016 - Pregão Presencial nº 039/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA – EPP  
OBJETO: fornecimento parcelado de Materiais de Expediente para Atividades das Secretarias Municipais.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 3.139,54 (três mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).  
Vigência: 20/04/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2016  
Processo de Licitação nº 039/2016 - Pregão Presencial nº 039/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: LIVRARIA DOMEK EIRELI - EPP  
OBJETO: fornecimento parcelado de Materiais de Expediente para Atividades das Secretarias Municipais.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 9.947,49 (nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos).  
Vigência: 20/04/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 086/2016  
Processo de Licitação nº 040/2016 – Pregão Presencial Nº 040/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP  
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de cartuchos compatíveis de toners e tinta para manutenção das impressoras e copiadoras utilizadas nas Secretarias desta Prefeitura Municipal.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 8.348,80 (oito mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).  
Vigência: 20/04/2016 a 30/06/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 087/2016  
Processo de Licitação nº 040/2016 – Pregão Presencial Nº 040/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: HAYA INFORMÁTICA LTDA-ME  
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de cartuchos compatíveis de toners e tinta para manutenção das impressoras e copiadoras utilizadas nas Secretarias desta Prefeitura Municipal.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais).  
Vigência: 20/04/2016 a 30/06/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 088/2016  
Processo de Licitação nº 040/2016 – Pregão Presencial Nº 040/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP  
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de cartuchos compatíveis de toners e tinta para manutenção das impressoras e copiadoras utilizadas nas Secretarias desta Prefeitura Municipal.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 600,00 (seiscentos reais).  
Vigência: 20/04/2016 a 30/06/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 089/2016  
Processo de Licitação nº 040/2016 – Pregão Presencial Nº 040/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: LIVRARIA DOMEK EIRELI - EPP  
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de cartuchos compatíveis de toners e tinta para manutenção das impressoras e copiadoras utilizadas nas Secretarias desta Prefeitura Municipal.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 6.103,80 (seis mil, cento e três reais e oitenta centavos).  
Vigência: 20/04/2016 a 30/06/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2016  
Processo de Licitação nº 040/2016 – Pregão Presencial Nº 040/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: PATRICIA BORGES - ME  
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de cartuchos compatíveis de toners e tinta para manutenção das impressoras e copiadoras utilizadas nas Secretarias desta Prefeitura Municipal.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 6.580,00 (seis mil, quinhentos e oitenta reais).  
Vigência: 20/04/2016 a 30/06/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2016  
Processo de Licitação nº 042/2016 – Pregão Presencial Nº 042/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: JONATAN SANTOS BERETA 01250517001  
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto, para prestar aulas de violão, canto e violino para crianças e adolescentes do programa serviços de convência e fortalecimento de vínculos, objetivando incentivar os mesmos a terem gosto pela música e pelo instrumento, com ênfase em voz e violão, possibilitando um espaço de crescimento, conhecimento na área de música e fortalecimento de vínculos sociais.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 12.960,00 (Doze mil, novecentos e sessenta reais)  
Vigência: 02/05/2016 a 31/03/2016.

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº038/2016

DECRETO Nº 038/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, referente a Proposta de Transferência 17502/2016, com a Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de novembro de 2015, no valor de até R\$ 99.993,65 (noventa e nove mil novecentos e noventa e três reais sessenta e cinco centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1760.00.00.00.00 Transferências de Convênios

1762.00.00.00.00 Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades

1762.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados

164 – Transferências de Convênios Estado/Outros

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 99.993,65 (noventa e nove mil novecentos e noventa e três reais sessenta e cinco centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
69	0164	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	99.993,65

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 16 de Maio de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

### DECRETO Nº 037/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 037/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, referente ao Convênio 814/2016, com a Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de novembro de 2015, no valor de até R\$ 49.999,01 (quarenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais um centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1760.00.00.00.00 Transferências de Convênios

1762.00.00.00.00 Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades

1762.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados

## 164 – Transferências de Convênios Estado/Outros

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 49.999,01 (quarenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais um centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
69	0164	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	49.999,01

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 16 de Maio de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5

**EXTRATO PL Nº. 40/2016**

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 40/2016 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 23/2016, para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO N. 814/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:15 horas do dia 01/06/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570046. Santa Terezinha do Progresso (SC), 18/05/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 37/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 46/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 37/2016.
Objeto: Prestação de serviço de mão de obra mecânica e mão de obra elétrica para conserto/manutenção dos veículos e máquinas da frota do Município.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 02 de junho de 2016.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 02 de junho de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 17 de maio de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1343/2016

DECRETO Nº 1343, DE 16 DE MAIO DE 2016  
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Alcimir Antonio de Carvalho, Jocemari Telma Teixeira, Lisane Krisz Ilg, Sergio Miguel de Matos e Raphael Bedin Bueno para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 90/2016, a realizar-se às 09:30 horas, do dia 07 de junho de 2016, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1344/2016

DECRETO Nº 1344, DE 18 DE MAIO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3667, de 18 de maio de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: Os Créditos Adicionais Suplementares serão abertos por Decreto do Chefe do Poder Executivo nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos

3.3.90.39.00.00.00 100 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 1.000.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 02 – Serviços de Dívida Pública

Atividade: 0.047 – Amortização e Juros da Dívida Pública

3.2.90.21.00.00.00 200 – Juros sobre a Dívida por Contrato R\$ 500.000,00

4.6.90.71.00.00.00 200 – Principal da Dívida Contratual Resgatado R\$ 1.500.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 – Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo R\$ 500.000,00

Atividade: 2.030 – Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo R\$ 500.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 02 – Serviços de Dívida Pública

Atividade: 0.047 – Amortização e Juros da Dívida Pública

4.6.90.71.00.00.00 100 – Principal da Dívida Contratual Resgatado R\$ 2.000.000,00

Órgão: 12 – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 – Sistema de Esgoto Sanitário

Projeto: 1.003 – Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto

4.4.90.51.00.00.00 200 – Obras e Instalações R\$ 2.000.000,00

Art. 3º Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, autorizado repassar à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, recursos financeiros no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para dar cobertura ao crédito orçamentário aberto pela presente lei.

Parágrafo Único – Os recursos provenientes do SAMAE deverão ser utilizados, exclusivamente, para o pagamento dos financiamentos de saneamento, ficando proibido o uso em finalidade diversa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1345/2016

DECRETO Nº 1345, DE 18 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3668, de 18 de maio de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 06 – Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (criar)  
Atividade: 2.028 – Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais – PMSA (criar)  
(criar) 3.3.90.30.00.00.00.00.0200 – Material de Consumo R\$ 5.000,00  
(criar) 3.3.90.39.00.00.00.00.0200 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00  
(criar) 3.3.90.47.00.00.00.00.0200 – Obrigações Trib. Contributivas R\$ 1.000,00  
(criar) 3.3.90.93.00.00.00.00.0200 – Indenizações e Restituições R\$ 25.000,00  
(criar) 3.3.90.32.00.00.00.00.0200 – Mat. Distrib. Gratuita R\$ 3.000,00  
(criar) 3.3.90.36.00.00.00.00.0200 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 200 – Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º Ficam alterados os anexos do PPA e LDO, incluindo o Programa 18 - Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, unidade: 06 - Fundo Munic. de Pagamento por Serviços Ambientais e a Atividade 2.028 - Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais – PMPSA.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 1346/2016**

DECRETO Nº 1346, DE 18 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3669, de 18 de maio de 2016,

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 – IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 4.062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS  
3.1.90.05.00.00.00.00.0203 – Outros Benefícios Previdenciários R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 – IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 4.062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS  
3.1.90.11.00.00.00.00.0203 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2016

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

## **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 107/2016**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 107/2016

OBJETO: Fornecimento de 02 (dois) pneus 195/70 R 15 8 lonas para o veículo escolar Sprinter Placas MJ15725 da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Veronezi & Cia Ltda

VALOR: R\$ 1.085,00.

SÃO BENTO DO SUL, 06 de maio de 2016.

ALCIONE TERESINHA HINKE – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

## **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108/2016**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108/2016

OBJETO: Fornecimento de recarga de gás GLP 45 e GLP 13 para as unidades educacionais da rede municipal de ensino.

CONTRATADO: AB Gás Ltda

VALOR: R\$ 18.420,00

SÃO BENTO DO SUL, 06 de maio de 2016.

ALCIONE TERESINHA HINKE – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

## **JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 107/2016**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de 02 (dois) pneus 195/70 R 15 8 lonas para o veículo escolar Sprinter Placas MJ15725 da Secretaria de Educação.

II – Contratado: VERONEZI & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a aquisição dos pneus se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para o fornecimento, por se tratar de veículo de transporte escolar para os alunos da rede municipal de ensino e tendo em vista que vigora ainda a vigência do Pregão Presencial com Registro de Preços nº 127/2015, porém o item 16 dessa licitação que é direcionado ao veículo em questão, se esgotou. E esta tramitando ainda o novo Processo Licitatório Pregão Presencial nº 85/2016 com data de abertura para o dia 19/05/2016 às 09:00 horas para futura compra de pneus para diversas secretarias, dessa forma se faz necessário a compra e respectiva troca de dois pneus com balanceamento e geometria, pois se tratam de itens de segurança, para então o veículo transitar normalmente, dando seguimento ao transporte escolar. Portanto, considerando a urgência na aquisição desses pneus para a continuidade dos serviços, caracterizada está a situação emergencial que autoriza a contratação direta nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Veronezi & Cia Ltda foi escolhida porque (I) é do ramo pertinente (comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores); e (II) possui disponibilidade para o fornecimento da quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Educação bem como realiza a prestação dos serviços para montagem, desmontagem, balanceamento e geometria;

V - Justificativa do Preço: O preço de R\$ 1.085,00 para o



fornecimento dos pneus é o praticado no mercado.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

ALCIONE TERESINHA HINKE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## **JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108/2016**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de recarga de gás GLP 45 e GLP 13 para as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino.

II – Contratado: AB GÁS LTDA

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: Considerando o recebimento do mandado de notificação, nos autos do Mandado de Segurança nº 0300316-58.2016.8.24.0058, onde o MM. Juiz de Direito Romano José Enzweiler determina a ☐ suspensão imediata do todo e qualquer ato administrativo tendente a contratação da licitante vencedora, em qualquer fase em que se encontre o processo licitatório ☐, referente ao certame licitatório Pregão Presencial nº 244/2015, que tinha por objeto ☐ registro de preços para aquisição de cilindros vazios (GLP 13 e GLP 45) e recargas para a Secretaria Municipal de Educação e 2ª Companhia de Bombeiros Militares de São Bento do Sul ☐, Determino a imediata suspensão do processo licitatório em epígrafe, e por consequência, a suspensão do fornecimento dos produtos referentes ao presente licitatório, requerendo que a presente decisão seja enviada via e-mail para os fornecedores que participaram do certame especialmente ao vencedor do certame, que está impedido de fornecer os produtos a partir desta data, bem como sejam cientificados via memorando e ofício a Secretaria Municipal de Educação e 2ª Companhia de Bombeiros Militares de São Bento do Sul respectivamente, sobre a imediata interrupção do fornecimento através daquela ata de registro de preços, providenciando estes órgãos outros processos licitatórios para garantir a manutenção do fornecimento e dos serviços básicos a população, especialmente em toda a rede municipal de ensino. Também o TCU, em recente decisão, afirmou que “A contratação emergencial se dá em função da essencialidade do serviço ou bem que se pretende adquirir, pouco importando os motivos que tornam imperativa a imediata contratação. Na análise de contratações emergenciais não se deve buscar a causa da emergência, mas os efeitos advindos de sua não realização. A partir dessa verificação de efeitos, sopesa-se a imperatividade da contratação emergencial e avalia-se a pertinência da aplicação, pelo administrador, da excepcionalidade permitida pelo art. 24, IV, da Lei de Licitações” (AC-1138-15/11-P, Sessão: 04/05/11, Grupo: II Classe: VII Relator: Ministro UBIRATAN AGUIAR). Bem como o Processo de Dispensa de Licitação nº 49/2016 com a empresa Chello Gás Comércio e Distribuição Ltda possui notificações extra judiciais e também esta tramitando o processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis pelo não cumprimento do contrato no devido fornecimento do gás, bem como encontra-se tramitando um novo Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 84/2016 com data de abertura para o dia 10/05/2016, diante disto se faz necessário outra compra emergencial em caráter de urgência na aquisição desses itens GLP 45 e GLP 13 para a continuidade dos serviços, ou seja, para a realização da alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, caracterizada está a situação emergencial que autoriza a contratação direta nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa AB Gás Ltda foi escolhida porque (I) é do ramo pertinente (comércio varejista de gás liquefeito); e (II) possui disponibilidade para o fornecimento da

quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Educação; V - Justificativa do Preço: O preço de R\$ 18.420,00 para o fornecimento de 60 unid. recarga GLP 45 e 60 unid. recarga GLP 13 é o praticado no mercado.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

ALCIONE TERESINHA HINKE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## **LEI Nº 3667/2016**

LEI Nº 3667, DE 18 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

### **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: Os Créditos Adicionais Suplementares serão abertos por Decreto do Chefe do Poder Executivo nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos

3.3.90.39.00.00.00 100 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 1.000.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 02 – Serviços de Dívida Pública

Atividade: 0.047 – Amortização e Juros da Dívida Pública

3.2.90.21.00.00.00 200 – Juros sobre a Dívida por Contrato R\$ 500.000,00

4.6.90.71.00.00.00 200 – Principal da Dívida Contratual Resgatado R\$ 1.500.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 – Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo R\$ 500.000,00

Atividade: 2.030 – Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo R\$ 500.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 02 – Serviços de Dívida Pública

Atividade: 0.047 – Amortização e Juros da Dívida Pública

4.6.90.71.00.00.00 100 – Principal da Dívida Contratual Resgatado R\$ 2.000.000,00

Órgão: 12 – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 – Sistema de Esgoto Sanitário

Projeto: 1.003 – Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto

4.4.90.51.00.00.00 200 – Obras e Instalações R\$ 2.000.000,00

Art. 3º Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, autorizado repassar à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, recursos financeiros no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para dar cobertura ao crédito orçamentário aberto pela presente lei.

Parágrafo Único – Os recursos provenientes do SAMAE deverão ser utilizados, exclusivamente, para o pagamento dos financiamentos de saneamento, ficando proibido o uso em finalidade diversa.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3668/2016**

LEI Nº 3668, DE 18 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 06 – Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (criar)

Atividade: 2.028 – Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais – PMSA (criar)

(criar) 3.3.90.30.00.00.00.00.0200 – Material de Consumo R\$ 5.000,00

(criar) 3.3.90.39.00.00.00.00.0200 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

(criar) 3.3.90.47.00.00.00.00.0200 – Obrigações Trib. Contributivas R\$ 1.000,00

(criar) 3.3.90.93.00.00.00.00.0200 – Indenizações e Restituições R\$ 25.000,00

(criar) 3.3.90.32.00.00.00.00.0200 – Mat. Distrib. Gratuita R\$ 3.000,00

(criar) 3.3.90.36.00.00.00.00.0200 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 200 – Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º Ficam alterados os anexos do PPA e LDO, incluindo o Programa 18 - Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, unidade: 06 - Fundo Munic. de Pagamento por Serviços Ambientais e a Atividade 2.028 - Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais – PMPSA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3669/2016**

LEI Nº 3669, DE 18 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 – IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 4.062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS

3.1.90.05.00.00.00.00.0203 – Outros Benefícios Previdenciários R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 – IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 4.062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS

3.1.90.11.00.00.00.00.0203 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2016

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **LISTAGEM PORTARIAS Nº 05/2016**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 11756, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de janeiro de 2016. JOSELI DA SILVA E SOUZA MENEZES DA COSTA, Atendente Educativo - Ensino Médio, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SECAD.

Portaria nº 11757, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 2 de fevereiro de 2016. DONALDO FISCHER JUNIOR, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11758, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 3 de fevereiro de 2016. RAQUEL FERNANDES RAMIRO, Instrutor de Recriação, Grupo Ocupacional 03, Nível III, passando da Classe C para Classe D. SEMAS.

Portaria nº 11759, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 2 de março de 2016. CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11760, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 2 de março de 2016. JANETE SOUZA DA SILVA, Professor de Anos Finais - Licenciatura Plena, Nível I, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11761, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 2 de março de 2016. KARIN REGINA BATISTA CZIECZEK, Professor Especialista em Assuntos Educacionais - Licenciatura Plena, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11762, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 2 de março de 2016. MARLENE RUTSATZ, Atendente de Berçário – em extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11763, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 2 de março de 2016. MARLI SKONIECNY, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11764, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 2 de março de 2016. REGIANE PINTO DIAS, Professor Especialista em Assuntos Educacionais - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11765, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 2 de março de 2016. SIMONE HELENA PSCHIEDT GONÇALVES, Atendente de Berçário – em extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe E para Classe F. SEMED.

Portaria nº 11766, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 3 de março de 2016. MARGARETE GONCALVES PADILHA, Auxiliar de Biblioteca, Grupo Ocupacional 03, Nível I, passando da Classe E para Classe F. SEMED.

Portaria nº 11767, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 4 de março de 2016. TACIANE ELIZABET FURST, Atendente de Berçário – extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe E para Classe F. SEMED.

Portaria nº 11768, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 6 de março de 2016. ADRIANA APARECIDA PEDROSO ROPKE, Atendente Educativo - Especialização, Nível III, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11769, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 8 de março de 2016. ANARELI SCHREINER, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe E para Classe F. SEMED.

Portaria nº 11770, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 8 de março de 2016. INÁCIO ROSENSCHEK, Motorista, Grupo Ocupacional 03, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMAS.

Portaria nº 11771, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 8 de março de 2016. ISABEL GRUBER, Atendente Educativo - Magistério, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11772, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 8 de março de 2016. KÁTIA PEREIRA AFONSO DA CRUZ, Atendente Educativo - Magistério, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11773, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor

Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 8 de março de 2016. MARCIA FRIDRICHSEN, Atendente Educativo - Magistério, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11774, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 8 de março de 2016. MARIO ANDRÉ MENDES, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11775, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 8 de março de 2016. SIRLEI DE FÁTIMA ALVES DE OLIVEIRA SOUZA, Atendente Educativo - Ensino Médio, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11776, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 9 de março de 2016. ARLETE LUSIA MUEHLMANN JELINSKY, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe D para Classe E. SEMAS.

Portaria nº 11777, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 9 de março de 2016. IVONE RESSEL, Professor de Educação Infantil-extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11778, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 9 de março de 2016. MARIA MARLI BRUSKY, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11779, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 9 de março de 2016. MARILENE PEREIRA, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11780, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de março de 2016. EDILEINE THOMAS DA SILVA DE LIMA, Atendente Educativo - Ensino Médio, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMED.

Portaria nº 11781, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 12 de março de 2016. DIOCELI APARECIDA KORNATZKI, Assistente Social, Grupo Ocupacional 05, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMAS.

Portaria nº 11782, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 12 de março de 2016. GISELE MUHLBAUER MAES, Atendente de Berçário – extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11783, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 14 de março de 2016. ALINE CRISPI DE MORAES MIRANDA, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe D para Classe E. SEMED.

Portaria nº 11784, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 14 de março de 2016. FRANCISCA DE FÁTIMA DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11785, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 14 de março de 2016. ZENAIDE TEREZITHA FENDRICH, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe E para Classe F. SEMED.



Portaria nº 11786, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 16 de março de 2016. NILZA MARIA GROSSKOPF MUEHLBAUER, Instrutor de Atividades Artesanais, Grupo Ocupacional 02, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMAS.

Portaria nº 11787, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de março de 2016. BERENICE DOS PASSOS, Atendente Educativo - Ensino Médio, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMED.

Portaria nº 11788, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de março de 2016. NEUZA LUTES DOS SANTOS PEREIRA, Atendente Educativo - Ensino Médio, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11789, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de março de 2016. ROSELI STAFFEN HABECK, Atendente Educativo - Ensino Médio, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11790, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de março de 2016. SANDRA APARECIDA PEREIRA DE LIMA SOCREPA, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11791, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 20 de março de 2016. DEISY CRISTIANE RUDNICK LISBOA DA SILVA, Atendente Educativo - Magistério, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11792, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 20 de março de 2016. MÁRCIA DEJANIRA PERES, Professor de Educação Infantil - Licenciatura Plena, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11793, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 22 de março de 2016. IVONE PINTO CAETANO, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe E para Classe F. SEMAS.

Portaria nº 11794, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 24 de março de 2016. MARLI MOREIRA, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11795, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 25 de março de 2016. PATRICIA TARTAS SESTREN, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11796, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 28 de março de 2016. SILMARA RODRIGUES FERREIRA, Atendente Educativo - Ensino Médio, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMED.

Portaria nº 11797, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 29 de março de 2016. ERANI AUXILIADORA NASCIMENTO, Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível II, passando da Classe F para Classe G. SEMED.

Portaria nº 11798, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de março de 2016. JANE MARTINS DE SOUZA, Atendente Educativo - Magistério, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11799, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 2 de abril de 2016. FABIO ROBERTO BERNARDES, Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SECON.

Portaria nº 11800, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 2 de abril de 2016. SUELI DOS SANTOS LIMA, Professor Especialista em Assuntos Educacionais - Especialização, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11801, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 3 de abril de 2016. ANDRÉIA KNAPIK, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11802, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 3 de abril de 2016. JOSÉ MARCOS DE OLIVEIRA, Psicopedagogo - Especialização, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11803, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 3 de abril de 2016. MARISETE LOURENÇO DA SILVA LIEBL, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11804, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 3 de abril de 2016. REJANE PATRICIA DRESCHLER REESE, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11805, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 3 de abril de 2016. SILVIO MAIER DE LIMA, Motorista II - Extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMOB.

Portaria nº 11806, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 5 de abril de 2016. ALEXSANDRO MACHALEVSKI, Técnico em Serviço Público, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe C para Classe D. SEPLU.

Portaria nº 11807, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 6 de abril de 2016. ANA RENATA WAWZENIAK, Recepcionista, Grupo Ocupacional 02, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMUS.

Portaria nº 11808, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 6 de abril de 2016. ELIANA COELHO, Auxiliar administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMUS.

Portaria nº 11809, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 7 de abril de 2016. SOLANGE KULKAMP PEREIRA, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMUS.

Portaria nº 11810, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 9 de abril de 2016. AMAURY CARLOS SCHWARZ, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe A para Classe B. SEMED.

Portaria nº 11811, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 9 de abril de 2016. VERA ALICE ARNHOLDO, Arquivista, Grupo Ocupacional 05, Nível

II, passando da Classe C para Classe D. FC.

Portaria nº 11812, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de abril de 2016. ELIANE APARECIDA DA ROCHA, Atendente Educativo - Ensino Médio, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11813, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de abril de 2016. LUCIRENE NOVASKI OSSOSKI, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11814, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de abril de 2016. MARILENE KOWALCZUCK, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11815, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de abril de 2016. SIMONE SCHLUCUBIER, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11816, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de abril de 2016. SOLANGE GORETTI NARDELLI PCHEBILSKI, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11817, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de abril de 2016. TANIA KANCZEWSKI, Auxiliar administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEPLU.

Portaria nº 11818, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 11 de abril de 2016. MARTA HELENA CARINI CASSOL, Professor Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11819, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 12 de abril de 2016. IVONE PIRES, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11820, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 13 de abril de 2016. PAULO ROBERTO SCHUHMACHER, Engenheiro, Grupo Ocupacional 06, Nível I, passando da Classe G para Classe H. SEPLU.

Portaria nº 11821, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de abril de 2016. CONCEIÇÃO SOARES DE FREITAS, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11822, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de abril de 2016. JOSECLEIA MENDES DA SILVA, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível IV, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11823, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 16 de abril de 2016. DAGILDA CONCEICAO SOARES SILVA, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível V, passando da Classe D para Classe E. SECON.

Portaria nº 11824, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 16 de abril de 2016. JAITAN CAYON WEBER, Técnico em Enfermagem, Grupo

Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11825, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de abril de 2016. LUCYANA MEDEIROS SIMÕES DE ALMEIDA, Administrador, Grupo Ocupacional 05, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SECAD.

Portaria nº 11826, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de abril de 2016. MARIA CRISTINA BRANCO DA SILVA, Atendente Educativo - Magistério, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11827, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de abril de 2016. ROSEMARI MACHADO FRAGOSO SCHWETLER, Atendente Educativo - Magistério, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11828, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de abril de 2016. ROSIMERI HUETTL, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11829, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de abril de 2016. LISANDREA BRUSKE KRUEGER, Atendente de Berçário - extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe E para Classe F. SEMED.

Portaria nº 11830, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de abril de 2016. MARIDALVA FURTADO, Atendente de Berçário - extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11831, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de abril de 2016. ELAINE DO PRADO, Enfermeira, Grupo Ocupacional 05, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11832, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de abril de 2016. ETIANE PLOZAI LINZMEYER, Enfermeira, Grupo Ocupacional 05, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11833, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de abril de 2016. JULIANE CATHERINE HARMS, Enfermeira, Grupo Ocupacional 05, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11834, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de abril de 2016. MAURO CHAVES, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11835, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de abril de 2016. PAULINA DE FÁTIMA BARROS, Enfermeira, Grupo Ocupacional 05, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11836, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 21 de abril de 2016. JOSI MARIA NEIDERT, Atendente Educativo - Ensino Médio, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11837, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 23 de abril de 2016. DIRK METTEGANG, Odontólogo, Grupo Ocupacional 07, Nível I, passando da Classe F para Classe G. SEMUS.

Portaria nº 11838, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 24 de abril de 2016. LILIANE DE ANDRADE, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11839, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 28 de abril de 2016. LUCI DE FATIMA DOS SANTOS DE SOUZA, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMUS.

Portaria nº 11840, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 29 de abril de 2016. IRACY PACHECO DA SILVA, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11841, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de abril de 2016. SIDNEI SCHNEIDER, Motorista II – Extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível III, passando da Classe F para Classe G. SEMUS.

Portaria nº 11842, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 1 de maio de 2016. MARILAINE FLEISCHMANN, Auxiliar de Biblioteca, Grupo Ocupacional 03, Nível III, passando da Classe E para Classe F. SEMED.

Portaria nº 11843, de 16 de maio de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 11 de maio de 2016. VERA LUCIA DE LIMA NEPOMUCENO, Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, passando da Classe B para Classe C. FC.

Portaria nº 11844, de 17 de maio de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 16 de maio de 2016. ARISTIANE RIBEIRO, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 11845, de 17 de maio de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 16 de maio de 2016. GREICI NOSSOL, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMAS.

Portaria nº 11846, de 17 de maio de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 01/06/2016 a 30/06/2016. ELIANA COELHO, Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 11847, de 17 de maio de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 20/06/2016 a 19/07/2016. BEATRIZ MARIA TASCHECK DE CAMARGO, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 11848, de 17 de maio de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 10/06/2016 a 09/07/2016. MARILÉIA MACHADO GOMES, Auxiliar de Serviços. SECAD.

Portaria nº 11849, de 17 de maio de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, período de 25/04/2016 a 24/05/2016. CASSIA DE MORAES NEVES, Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 11850, de 17 de maio de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 06/06/2016 a 05/07/2016. PAULINA DE FATIMA BARROS, Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 11851, de 17 de maio de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, período de 01/06/2016 a 30/06/2016. LAURA DA COSTA GEHRS, Recepcionista. SEMUS.

Portaria nº 11852, de 17 de maio de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2009/2012, período de 02/06/2016 a 01/07/2016. VANILZA DOS SANTOS, Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 11853, de 17 de maio de 2016. Concede Progressão Vertical, a partir de 07 de abril de 2016. FRANCISCO NIVALDO HACK, Fiscal de Obras, Grupo Ocupacional 04, Classe D, passando do Nível I para Nível II – Graduação.

Portaria nº 11854, de 17 de maio de 2016. Concede Progressão Vertical, a partir de 12 de abril de 2016. EVERALDO ZOELLNER, Operador de Máquina I – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Classe H, passando do Nível I para Nível II – Ensino Médio.

Portaria nº 11855, de 17 de maio de 2016. Concede Progressão Vertical, a partir de 19 de abril de 2016. SIRLEI MARA LEANDRO GONÇALVES, Enfermeira, Grupo Ocupacional 05, Classe B, passando do Nível I para Nível II – Especialização.

Portaria nº 11857, de 18 de maio de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Arrecadação, a pedido, a partir de 03 de maio de 2016. EDILSON SEMBALISTA. SEFIN.

Portaria nº 11858, de 18 de maio de 2016. Nomeia Chefe de Divisão de Arrecadação, a partir de 18 de maio de 2016. JOSIANE CAETANO DE SOUZA ALVES DAS NEVES. SEFIN.

Portaria nº 11859, de 18 de maio de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Praças, Parques e Cemitérios, a partir de 18 de maio de 2016. LOURIVAL FERREIRA DE CASTILHO. SEMOB.

São Bento do Sul, 19 de maio de 2016.  
FERNANDO TURECK, Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 11856/2016**

PORTARIA Nº 11856, DE 18 DE MAIO DE 2016  
Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 011/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 011/2016.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;  
EDERVAL JOSÉ NEIDERT - Representante da Secretaria Municipal de Administração;  
LUIS CARLOS KLUSKA - Representante da Fundação Cultural;  
MARLA HUEBL KAISER - Representante da Fundação Cultural;  
VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante da Secretaria Municipal de Administração;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12, 18 DE MAIO DE 2016.**

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12, 18 DE MAIO DE 2016.

"AUTORIZA REALIZAÇÃO DE PALESTRA EM CONJUNTO COM A ESCOLA DO LEGISLATIVO DE SANTA CATARINA".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1o - Fica a Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizada a realizar palestra de Direito Eleitoral, promovido pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, do estado de Santa Catarina, no dia 24 de maio de 2016, das 19h00m às 22h00m, no plenário da Câmara Municipal de São Bento do Sul.

Artigo 2o - As despesas decorrentes da presente Resolução, correrão por conta de dotação prevista no orçamento vigente.

Artigo 3o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, Sala das Sessões, 18 de Maio de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON Presidente	TIRSO GLADIMIR HUMMELGEN Vice-Presidente
CLAUDIOMAR WOTROBA 1º Secretário	PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER 2º Secretário

# São João do Oeste

## PREFEITURA

**PP 41/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016 – Exclusivo para empresas MPEs

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para instalação de toldos, placa de identificação e portão em policarbonato e portão para as escolas do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 01 de junho de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 19 de maio de 2.016.

SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

**PP 43/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016 – Exclusivo para empresas MPEs

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de peças para reforma do diferencial do caminhão 1113, placa LZD 6696, do setor de obras do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes até as 16:00 horas do dia 01 de junho de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 19 de maio de 2.016.

SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

**PP 42/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016 – Exclusivo para empresas MPEs

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas para premiação dos campeonatos promovidos pela CME do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 01 de junho de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 19 de maio de 2.016.

SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

# São João do Sul

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura(s) e eventual(is) aquisição(ões) materiais de construção para manutenção, ferramentas, materiais hidráulicos e diversos outros materiais para manutenção de bens imóveis desta municipalidade, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Os envelopes deverão ser entregues até as 08h15min do dia 02 do mês de maio de 2016, com início do credenciamento e abertura marcada para as 08h30min do dia 03 do mês de maio de 2016.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 50, Centro de São João do Sul-SC. No Horário das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 17h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3539-0113.

São João do Sul-SC, 17 de maio de 2016.

João Rubens dos Santos

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA - CREDENCIAMENTO Nº IN/008/2016

#### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 8984/2016 - CREDENCIAMENTO Nº IN/008/2016.

OBJETO: CREDENCIAMENTO QUE TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA REALIZAR OFICINAS NO SERVIÇO Especializado para pessoas em situação de rua, executado no centro de referência especializada para população EM SITUAÇÃO DE RUA – centro pop.

A Comissão de Avaliação, designada pela Portaria nº 005 DE 07 DE ABRIL DE 2016, reuniu-se para análise e julgamento da Proposta dos participantes do processo em epígrafe:

#### PROPONENTES

RODRIGO BARCELLOS BRIZOLLA	ARTES (TEATRO E MÚSICA)
YURI ANDREI RESCKE PIOVESAN	MEIO AMBIENTE/CIDADANIA
JANAINA BOGADO DE OLIVEIRA LANG	MEIO AMBIENTE/CIDADANIA

#### ANÁLISE DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

A Comissão de Avaliação analisou a documentação apresentada pela participante do certame, conforme tabela de checklist de documentos, e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da legislação em vigor foram plenamente observadas, decidindo assim:

#### CLASSIFICAR A PROPOSTA DOS PROPONENTES

RODRIGO BARCELLOS BRIZOLLA	ARTES (TEATRO E MÚSICA)
YURI ANDREI RESCKE PIOVESAN	MEIO AMBIENTE/CIDADANIA

#### DESCCLASSIFICAR A PROPOSTA DOS PROPONENTES

JANAINA BOGADO DE OLIVEIRA LANG	MEIO AMBIENTE/CIDADANIA
---------------------------------	-------------------------

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no dia 19 de maio de 2016, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso, em não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Revogação ou Anulação.

São José, 18 de maio de 2016.

Hellen Cristina Ribeiro Soares		Bruno Horr Machado	
Presidente		Membro	
Cesar Maximiliano Simões		Juliana Rocha Pires	
Membro		Membro	
Rugênia Maria Duarte Rosa Pires			
Membro			

**DECRETO Nº 6346/2016**

DECRETO Nº 6346/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado JULIA CRISTINA DA SILVA, para exercer o cargo de COORDENADORA DE GINÁSIO – CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6406/2016**

DECRETO Nº 6406/2016

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE SUPERINTENDENTE ADJUNTA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a Sra. RENATA SILVA, Vice-Reitora Acadêmica – CCM 9, para exercer as funções do cargo em comissão de SUPERINTENDENTE ADJUNTA - SMA, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

· REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

**DECRETO Nº 6427/2016**

DECRETO Nº 6427/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MAGALY FARIAS ADÃO DUWE do cargo de Assessor I – CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6440/2016**

DECRETO Nº 6440/2016

INSTITUI PONTO FACULTATIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO no dia 27 de maio de 2016 (sexta-feira), para os órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Ficam excluídos do horário estabelecido por este Decreto os serviços considerados essenciais ao interesse público, bem como aqueles atinentes à reposição do calendário escolar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6445/2016**

DECRETO Nº 6445/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora SABRINA FAVARIN MARTINS MARCELINO, matrícula: 41.764-5, ocupante do cargo de Médica, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6446/2016**

DECRETO Nº 6446/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor PAULO ROBERTO BARBATO, matrícula: 2896-7, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6447/2016**

DECRETO Nº 6447/2016

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT – Admissão em Caráter Temporário, FELIPE GUSTAVO KOCH BUTTELLI, Professor Substituto, matrícula: 37.147-5, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6448/2016**

DECRETO Nº 6448/2016

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, a pedido, o servidor ACT – Admissão em Caráter Temporário, SANDRO TOSETO CARBONERA, Médico da Família, matrícula: 39.667-2, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6449/2016**

DECRETO Nº 6449/2016

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, ERIANE MARTINS, Assistente Social, matrícula: 37.346-0, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6450/2016**

DECRETO Nº 6450/2016

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, BIANCA SCHWAB, Médica, matrícula: 41.811-0, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6453/2016**

DECRETO Nº 6453/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 5887/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 5887 de 04 de março de 2016, que nomeou o Sr. JULIO CESAR GENTIL DE MELO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor II – Administrativo – CCM 2, com lotação na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de março de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6457/2016**

DECRETO Nº 6457/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 63.050,00 (sessenta e três mil e cinquenta reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.054 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ



916 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 35.000,00  
918 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
Recursos Próprios ..... R\$ 21.050,00  
919 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 7.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 63.050,00  
Total do Órgão .....  
.. R\$ 63.050,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar .....  
R\$ 63.050,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 63.050,00 (sessenta e três mil e cinquenta reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.1.051 – Construção e Reforma de Ginásios de Esportes, Quadras e Equipamentos Esportivos

907– 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos Próprios ..... R\$ 15.234,50  
Total deste Projeto .....  
..... R\$ 15.234,50

18.01.27.812.0104.2.054 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ

917 – 3.3.90.33.00.00.0080 – Passagens e Despesa com Locomoção,  
Recursos Próprios ..... R\$ 17.511,13  
Total desta Atividade .....  
..... R\$ 17.511,13

18.01.27.812.0104.2.055 – Funcionamento e Manutenção do Desporto Comunitário

927 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 12.450,00  
Total desta Atividade .....  
..... R\$ 12.450,00

18.01.27.812.0104.2.087 – Funcionamento e Manutenção de Ginásios e Unidades Esportivas – FUNESJ

935 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos Próprios ..... R\$ 6.424,50  
Total desta Atividade .....  
..... R\$ 6.424,50

18.01.27.811.0104.2.404 – Funcionamento e Manutenção do

Desporto de Rendimento

889 – 3.3.90.33.00.00.0080 – Passagens e Despesa com Locomoção,  
Recursos Próprios ..... R\$ 5.000,00  
Total desta Atividade .....  
..... R\$ 5.000,00

18.01.27.812.0104.2.405 – Promoção, Apoio e Patrocínio de Eventos Esportivos e de Lazer – FUNESJ

940 – 3.3.90.31.00.00.0080 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras,  
Recursos Próprios ..... R\$ 5.200,00  
Total desta Atividade .....  
..... R\$ 5.200,00

18.01.27.811.0104.2.510 – Programa Bolsa Atleta

899 – 3.3.90.48.00.00.0080 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.229,87  
Total desta Atividade .....  
..... R\$ 1.229,87  
Total do Órgão .....  
.. R\$ 63.050,00  
Total da Anulação .....  
. R\$ 63.050,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 6458/2016

DECRETO Nº 6458/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 34.423,34 (trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.16.482.0106.1.084 – PAC – POLIGONAL II

831 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos Próprios ..... R\$ 34.423,34  
Total desta Atividade .....  
..... R\$ 34.423,34

Total do Órgão .....  
.... R\$ 34.423,34

Total do Crédito Adicional Suplementar .....  
. R\$ 34.423,34

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 34.423,34 (trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

14.01.15.451.0106.2.023 – Manutenção das Vias Urbanas

756 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios .....  
..... R\$ 34.423,34  
Total desta Atividade .....  
..... R\$ 34.423,34  
Total do Órgão .....  
.... R\$ 34.423,34  
Total da Anulação .....  
... R\$ 34.423,34

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

### **DECRETO Nº 6461/2016**

DECRETO Nº 6461/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado NICOLAU ARNOLDO MARTINS para exercer o cargo de Assessor VI Administrativo – CCM6, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar Nº 059/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 6462/2016**

DECRETO Nº 6462/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado AURÉLIO MARQUES DOS SANTOS para exercer o cargo de Supervisor Administrativo - CCM 6, com lotação

na Secretaria de Administração, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 6470/2016**

DECRETO Nº 6470/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6451/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6451 de 13 de maio de 2016, que nomeou a Sra. GLÁUCIA SCHMITT para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor III – Administrativo – CCM 4, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 6472/2016**

DECRETO Nº 6472/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6423/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6423 de 06 de maio de 2016, que nomeou a Sra. ANDRELIZE MENDES DIAS RIBEIRO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico de Comunicação e Marketing – CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 6474/2016**

DECRETO Nº 6474/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ANDRELIZE MENDES DIAS RIBEIRO para o cargo em comissão de Assessor Técnico em Planejamento Urbano – CCM 8, com lotação no Gabinete da Prefeita, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA 003/2016**

Instrução Normativa 003/2016

Fixa normas para avaliação de desempenho funcional dos membros do magistério municipal, de que tratam os itens 12.21, 15.3 do Edital 008/2015, e Lei Municipal n.º 4.670/2008 e alterações posteriores.

A Secretária Municipal de Educação do Município de São José – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do Parágrafo Único, do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal e pelas demais disposições contidas na legislação municipal, e Considerando a necessidade de fixar normas regulamentares para a realização do Processo de Avaliação de Desempenho Funcional dos membros do magistério municipal admitidos em caráter temporário no ano letivo de 2016;

Considerando o que estabelece o artigo 10, inciso VII da Lei Ordinária nº 4.670, de 15 de setembro de 2008 e suas alterações posteriores;

Considerando que o item 12.21 da contratação, do Edital 008/2015 determina que os profissionais admitidos em caráter temporário terão, no mínimo, uma avaliação de desempenho funcional no ano letivo de 2016;

Considerando que a avaliação de desempenho funcional caracteriza-se como um instrumento de reflexão acerca de responsabilidades para com o desenvolvimento das práticas pedagógicas, seja individual ou em equipe e compromisso com os objetivos educacionais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º – O Processo de Avaliação de Desempenho funcional dos membros do magistério municipal admitidos em caráter temporário será coordenado pela Comissão Central e obedecerá ao disposto nesta Instrução Normativa.

Instrução Normativa 003/2016

Art. 2º – A Comissão Central de Avaliação de Desempenho Funcional dos membros do magistério é composta por 05 (cinco) servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo/estáveis, designados através da Portaria da Secretária Municipal de Educação.

Parágrafo Único – Compete à Comissão Central de Avaliação de Desempenho Funcional:

I – orientar sobre o processo avaliativo dos membros admitidos em caráter temporário no magistério municipal no ano letivo de 2016;  
II – receber dos estabelecimentos de ensino as avaliações de desempenho devidamente assinadas pelos avaliadores e pelo servidor avaliado.

Art. 3º – A Comissão Central contará com uma Subcomissão de Apoio em cada estabelecimento de ensino, composta por, no mínimo, 03 (três) servidores em exercício no mesmo estabelecimento de ensino do servidor avaliado.

§ 1º – Nos estabelecimentos que não for possível designar os 03

(três) membros da subcomissão de apoio, suas atribuições serão exercidas com a presença de um servidor do setor pedagógico.

.

Art. 4º – Compete à subcomissão de apoio:

I – efetuar a avaliação de desempenho funcional dos membros admitidos em caráter temporário em atuação no estabelecimento de ensino;

II – apresentar à Comissão Central os formulários de avaliação de desempenho funcional devidamente preenchidos e assinados pelos avaliadores e avaliado;

III – garantir o sigilo e a ética no decorrer de todo o processo avaliativo;

IV – divulgar amplamente esta Instrução Normativa no estabelecimento de ensino.

Instrução Normativa 003/2016

Art. 5º – Serão avaliados os membros do magistério admitidos em caráter temporário que estiverem atuando no estabelecimento de ensino por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único – O membro do magistério admitido em caráter temporário que se encontra em licença médica por período superior a 45 (quarenta e cinco) dias e ou licença maternidade, terá a sua avaliação de desempenho funcional suspensa e será avaliado a contar por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias de exercício na função.

Art. 6º – A avaliação de desempenho funcional do membro do magistério municipal deverá contemplar os seguintes itens:

I – idoneidade moral;

II – assiduidade e pontualidade;

III – disciplina;

IV – eficiência e produtividade;

V – dedicação às atividades educacionais.

Art. 7º – Para efeito de avaliação dos itens de que trata o artigo 6º, considera-se:

I – idoneidade moral: a conduta correta e leal do servidor no cumprimento dos seus deveres;

II – assiduidade e pontualidade: o comparecimento regular do servidor ao local de trabalho;

III – disciplina: o cumprimento do servidor às normas legais e regulamentares de sua instituição de exercício;

IV – eficiência e produtividade: o bom desempenho do servidor em termos de qualidade, quantidade e prazo;

Instrução Normativa 003/2016

V – dedicação às atividades educacionais: a forma de se por ao serviço educacional em termos de iniciativa em busca de novos conhecimentos, comprometimento, afeição, motivação e dedicação.

Art. 8º – As avaliações não deverão apresentar rasuras ou emendas.

Art. 9º – É facultado ao membro do magistério admitido em caráter temporário avaliado, que discordar de sua avaliação, encaminhar recurso à Comissão Central de Avaliação de Desempenho Funcional.

§ 1º – Os recursos deverão ser encaminhados no prazo de 03 (três) dias úteis, através de procedimento administrativo junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão, na Prefeitura Municipal de São José.

§ 2º – Os recursos deverão indicar o fator competente do formulário avaliativo questionado ou eventual irregularidade.

Art. 10 – O candidato que venha a não corresponder ao proposto

pelo estabelecimento de ensino, terá a sua portaria cessada, mediante processo administrativo disciplinar, conduzido por comissão designada pela Secretária de Educação, assegurada ampla defesa ao servidor.

Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Central de Avaliação de Desempenho Funcional.

Art. 12 - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 16 de maio de 2016.

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

São José - SC

### **PORTARIA Nº 015/2016 - SSDST**

PORTARIA Nº. 015 /2016, DE 17 DE MAIO DE 2016

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Comissão de Sindicante para apurar possível conduta típica praticada pelo Guarda Municipal A.G.S., mat. 19.040, por em tese, ter deixado de cumprir com seu dever de servidor (possível agressão verbal para com o Subcomandante da Guarda Municipal de São José), conforme Art.146, incisos V, VI, VII e XI, bem como as proibições constantes no Art. 147, inciso VI, ambos da Lei nº 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Municipais de São José/SC) e, ainda, o Regimento Disciplinar da Guarda Municipal de São José, em seu Art. 9º, inciso LI (ofender superiores hierárquicos, com palavras ou gestos), conforme Dec. nº 14.863/04.

Art. 2º. Designar, como membros da Comissão respeitando o que descreve o Art. 3º, Lei nº 5.215/2013;

I – Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DE SOUZA, matrícula. 15.714, como Presidente;

II – Guarda Municipal, MORGANA PIRES DOS SANTOS, matrícula 15.744, como Secretária;

III – Guarda Municipal, EDERSON DOS SANTOS BORGES, matrícula 15.698, como Vogal.

Art. 3º. A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andréa Irany Pacheco Rodrigues

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

### **PORTARIA Nº 1.127/2016**

PORTARIA Nº 1.127/2016

A Secretária Municipal de Educação de São José, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica do Município de São José-SC

#### **RESOLVE:**

I – Ficam compostas as Comissões responsáveis pela coordenação

e realização das Avaliações de Desempenho Funcional dos membros do magistério admitidos em caráter temporário no Magistério Público Municipal, respeitando o Edital 008/2015 e a Lei nº 4.670/2008 com suas alterações posteriores.

II – Comissão Central de Avaliação de Desempenho Funcional dos membros admitidos em caráter temporário:

- Eleana Costa Soares
- Carla Lúcia Nascimento
- Gladys Soraia Silva
- Jenair Maria Patrício
- Simone Warmling dos Santos

III – Subcomissões de Apoio de Apuração de Avaliação de Desempenho Funcional:

Centro Educacional Municipal Antonio Francisco Machado

- Natal Dias Araújo
  - Sabrina Almerinda Osório da Silva
  - Fernanda Fermiano Fraga
  - Sonia Madalena Ferronato da Silva
  - Ylmara Cruz Elbert
- Centro Educacional Municipal Araucária
- Maria Leopoldina da Silva Coutinho
  - Marcelo Chitolina
  - Regina de Fátima Marinho da Cunha
  - Sandra Moraes da Silva

Centro Municipal de Educação Ambiental Escola do Mar

- Marcelo Cipriani
  - Rita Ana Kerich
  - Valdete Pereira
- PORTARIA Nº 1.127/2016

Centro Educacional Municipal Morar Bem

- Carmem Lucia Hochsprung
- Claudia Alexandra dos Santos Raimundo
- Viviane Scarabelot

Centro Educacional Municipal Gov. Vilson Kleinubing

- Bárbara Karolina Araújo
- Irene Schmidt Bittencourt
- Roseli Deolinda Bombassaro
- Suzana Dias Maciel Zanatta

Centro Educacional Municipal Escola do Mar

- Gilberto Ilário dos Santos
  - Giselly Mafra
  - Maria Aparecida Rech Monteiro
- Centro Educacional Municipal Jardim Solemar

- Denise Schroeder
  - Edilene Eva de Lima
  - Maria Odete da Silva Pereira
  - Talmelita Schweitzer Veiga Pinto
- Colégio Marista e Municipal São José

- Jorge Alexandre
- Simone Warmling dos Santos
- Luciene Maria Coelho

Centro Educacional Municipal Santa Terezinha

- Angélica Albino Medeiros
- Luciana Aparecida Muniz Farias
- Nicelene Maria Soares
- Patrícia Medeiros Cabral

Centro Educacional Municipal José Nitro

- Carina Gorges de Oliveira
- Kátia Regina Ventura
- Nilva Bonetti

PORTARIA Nº 1.127/2016

Centro Educacional Municipal Maria Iracema Martins de Andrade

- Adriana Bernadete Pires
- Débora Klaes
- Jacine Gomes Miranda Peres
- Janaína Priscilla Ricci



· Simone Éria Bento Medeiros  
Centro Educacional Municipal Interativo Floresta  
· Clarisse da Luz Nascimento  
· Cláudia Márcia Muniz da Silva  
· Geórgia Martins da Costa  
· Jussara Melo  
· Rosany Maria Keller do Valle  
Centro Educacional Municipal Luar  
· Jucilene Souza Cunha Gamba  
· Lilian Maria Brito Espíndola  
· Suziane Maria Gesser  
Centro Educacional Municipal Maria Hortência Pereira Furtado  
· Andreza Vanilda Adriano  
· Jane Valéria da Silveira Costa  
· Maria Elena da Silva Will  
Centro Educacional Municipal São Luiz  
· Adília Schlischtting da Silva  
· Ludmar Medeiros de Bem Peres da Silva  
· Luiza Furtado  
· Nanci de Rocco  
Colégio Municipal Maria Luiza de Melo  
· Ana Cristina Colombi de Paula  
· Karla Beatriz da Costa  
· Maria Rosicléia da Silva Guarezzi  
· Patrícia Alexandre Moratelli  
· Rosângela Silva Hames  
· Rosane Nunes Farias  
PORTARIA Nº 1.127/2016  
Centro Educacional Municipal Vila Formosa  
· Albina Aparecida Stockmann  
· Cleusa Wagner Hoffmann  
· Edson Luiz Fortes  
· Helaine Cristina Rachadel  
EBM Vereadora Albertina Krummel Maciel  
· Cristina Aparecida da Silva  
· Carlos Eduardo Vieira Areas  
· João Gualberto Neiva Mesquita  
· Maria Margarete Antero  
Centro Educacional Municipal Altino Corsino da Silva Flores  
· Fabiola Aparecida Sezerino  
· Lourdes Maria Canazaro Dalla Vecchia  
· Márcia Marina Vidal  
· Sílvia Regina Bastos Silva  
· Soraya de Oliveira Gomes  
Centro Educacional Municipal Renascer  
· Elisane Etges  
· Ivan Henrique Souza  
· Rosilene Vieira Reinert  
· Tatiane Pereira Rosa  
Centro Educacional Municipal Santa Ana  
· Evaldete Hames Gelsleuster  
· Jociane Lohn Macagnan  
· Maria José Lozano  
Escola de Ensino Fundamental Potecas  
· Geraldo Anderson Silva  
· Rosiléia Gesser  
· Zeli Aparecida Kgus  
Escola de Ensino Fundamental Califórnia  
· Claudia Phelippe  
· Denise Dias Alberton  
· Rose Mara da Silva Garcia  
PORTARIA Nº 1.127/2016  
Escola de Ensino Fundamental Palmira Lima Mambrini  
· Imara Inez Bleyer Porto  
· Maria Cristina Ramos Fraga  
· Melissa Del Rei de Souza  
Centro Educacional Municipal Ceniros Martins  
· Luciene Zulma de Amorim Ferreira

· Luciana Terezinha Cechinel da Silva  
· Rejane Cristina de Fragas Mariano  
· Sueli de Almeida Zanoni  
Centro de Educação Infantil Antônio de Quadros  
· Ceres Helena Campos dos Santos  
· Margareth de Oliveira  
· Michela da Silva Pereira Silva  
· Osnilda Kuhn Haskel  
Centro de Educação Infantil Bom Jesus de Iguape  
· Adriana Guerra  
· Cinthia Cristhine Zanin Alves  
· Nahdja Anderson dos Santos  
Centro de Educação Infantil Eloí Nietzsche  
· Isabel Cristina Vilen  
· Patrícia Eleotero de Souza  
· Verinice Mendes Valério  
Centro de Educação Infantil Flor de Nápolis  
· Gianni Lucimar Azevedo  
· Jeruza de Jesus Barbosa  
· Maristela Muller  
Centro de Educação Infantil Jardim Pinheiros  
· Josiane dos Santos da Costa  
· Raquel Bleyer Ferreira Pedrozo  
· Silvana Maria de Souza

## PORTARIA Nº 1.127/2016

Centro de Educação Infantil Manoel Cunha  
· Anny Mary Neuwien  
· Caroline Flores Araujo  
· Flávia Regina Hames  
Centro de Educação Infantil Maria de Lourdes Bott Philippi  
· Fernanda Cabral de Souza Garcia  
· Mariana Rocha  
· Renata Regiane da Cunha  
Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida  
· Dione da Silva de Andrade  
· Isabel Cristina Elias Dalcomuni  
· Juliana de Souza Mangrich  
Centro de Educação Infantil Nossa Senhora de Fátima  
· Fabíola da Silva Aguiar de Souza  
· Helena Beatriz de Araújo Dias  
· Nédia Aparecida Fernandes  
Centro de Educação Infantil Ana Sperandio Battisti  
· Maria Aparecida Ramos Erkmann  
· Marisane Severgnini Pedroso Fernandes  
· Maria Lucia Florinda  
Centro de Educação Infantil Professora Araci Olivia da Silva  
· Judite Verônica Felisbino  
· Mirella Regina de Andrade  
· Vanderléia Kamers  
Centro de Educação Infantil Maria Minervina Soares Cunha  
· Alice Nascimento  
· Janaína Vieira  
· Simone Lunardeli

## PORTARIA Nº 1.127/2016

Centro de Educação Infantil Profª Regina Terezinha de Oliveira Bastos  
· Alcina da Silva e Souza  
· Maria Alves do Vale Oliveira  
· Michelle de Souza de Oliveira  
Centro de Educação Infantil Santa Inês  
· Eliane Marcelino de Oliveira  
· Sonia Regina Borges Marcelino  
· Tamara Leopoldino Cardoso  
Centro de Educação Infantil Santo Antônio  
· Celina da Silva  
· Cibele Ribeiro Lobo Domingues

· Maria Helena Locks  
Centro de Educação Infantil São Francisco de Assis  
· Ana Paula Ezequiel Vicente  
· Cristina Miranda Ribeiro  
· Elani Oliveira de Sousa Vicente  
Centro de Educação Infantil São Judas Tadeu  
· Lúcia Gerber  
· Millene Rothstein Alves Luiz  
· Syomara Dalva Machado  
Centro de Educação Infantil Vida Nova  
· Greyce Monteiro Cabral Jeremias  
· Jaqueline Muller  
· Norma Fernanda Bongioiolo  
Centro de Educação Infantil APAM  
· Adriana Zaccaron Calegari  
· Jucimara Margarida Henrique de Oliveira  
· Úrsula Raquel Fonseca Pereira  
Centro de Educação Infantil Los Angeles  
· Cleusa Maria da Silva  
· Lúcia Maria Ocker  
· Rosângela Machado  
PORTARIA Nº 1.127/2016  
Centro de Educação Infantil José Nitro  
· Cláudia Regina de Souza  
· Terezinha Rosimere Bacca  
· Williany Soares  
Centro de Educação Infantil São Luiz  
· Cíntia Maria Capistrano  
· Josiana Cléia Nascimento  
· Robertina Simone Poli  
Centro de Educação Infantil Vila Formosa  
· Andrea dos Santos Costa  
· Carolina Luiz  
· Salete Catarina Pereira Faria  
Centro de Educação Infantil Profª Zenir Kretzer Borges  
· Antonia Leonice Alves  
· Vanessa Nellyn Natividade  
· Zélia Hoffmann Junckes  
Centro de Educação Infantil Nossa Senhora das Graças  
· Rita de Cássia Pereira da Silva  
· Rosana Gomes Nunes  
· Solange Rosa  
Centro de Educação Infantil Antonio Joaquim de Souza  
· Aline Thais de Souza  
· Rafaela Braciani Seugling  
· Vera Terezinha Martins  
Centro de Educação Infantil Lício Mauro Ferreira da Silveira  
· Ana Lúcia Beirith Weber  
· Lucimar Correa  
· Nubia Isabel Serpa Cordeiro  
Centro de Educação Infantil Ondina Schmidt Gerlach  
· Josiani Francisco Heitz  
· Marcilene Gomes dos Santos  
· Maria de Lourdes Kremer  
  
PORTARIA Nº 1.127/2016  
  
Centro de Educação Infantil Maria Arlinda Cúrcio dos Santos  
· Adriana Roldão de Freitas Raimundo  
· Daiane Graça da Silva Caetano  
· Elenir Teresinha Bitencourt de Freitas  
  
Centro de Educação Infantil Julia Francisca dos Santos  
· Ivanir Maria Peres Pioner  
· Maira Peres Pioner  
· Rita de Cacia Garcia  
  
Centro de Educação Infantil São José  
· Claudia Martins Rauen Losso

· Cláudia Fabiani Santos do Espírito Santo da Silva  
· Flávia Alves Zanon da Silveira

Centro de Educação Infantil Maria Ferreira  
· Juciane Santos  
· Marcos Antônio Cúrcio  
· Rosa Maria de Jesus da Silveira

Centro de Educação Infantil Professora Vera Lúcia Medeiros  
· Cláudia Regina Assunção  
· Joicy Isabel da Silva  
· Keila Cristina Arruda Villamayor Gonzalez

Centro de Educação Infantil Terezinha Maria Claudino dos Santos  
· Maria de Lourdes Gelsleuster Will  
· Patrícia da Silva Coelho  
· Rose Bárbara Gelsleuster Amaral

Escola Profissional de Campinas  
· Janistela Jochen  
· Luiz Antônio de Aguiar  
· Marilene da Rosa  
PORTARIA Nº 1.127/2016

Escola Profissional Santo Antônio  
· Deise Xavier  
· Giselle Eugenia Silva de Lima  
· Nilda Aparecida Derner Capistrano

Escola Profissional de Barreiros  
· Eliane Henrique Vieira  
· Ferlete Valério Pereira  
· Linda Maria de Fátima Isidoro Coelho

Escola Profissional Bela Vista  
· Divani Weiss de Matos  
· Lucilene Jucélia Rachadel Neckel  
· Márcia Albino

Escola Profissional Prefeito Candido Amaro Damásio  
· Edna Hilda Eger  
· Izabel Cordeiro  
· Maristela Bruggemann dos Santos

Escola Profissional Deolinda dos Santos Farias  
· Dirlene Maria Wielewski  
· Rosana Farias Reginaldo  
· Rozana Cleonice Garcia dos Santos  
Escola Profissional Irineu Ernesto Koerich  
· Gladys Soraia Silva  
· Íris Terezinha Drumm de Espíndola  
· Ivone Fraga Inácio

Escola Profissional Noeli Heinzen Ozol  
· Joice Helena da Cunha Koehler  
· Gladys Soraia Silva  
· Simone Ilma de Souza dos Passos

PORTARIA Nº 1.127/2016

Centro de Referência – Educação de Jovens e Adultos  
· Simone Fabro Haskell  
· Geruza Quint Parente  
· Nilva Fátima Gomes

IV – Poderão ser convidados dois profissionais ocupantes de cargo de provimento efetivo que atuam na Unidade Escolar para acompanhar o processo de Avaliação de Desempenho Funcional dos membros admitidos em caráter temporário.



V – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José (SC), 16 de maio de 2016.

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação  
São José - SC

### **REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016 - Processo nº 093/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO DO THEATRO ADOLPHO MELLO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 06 de maio de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 06 de maio de 2016, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

**CÂMARA MUNICIPAL****DESPESA COM PESSOAL- MAIO 2015/ABRIL 2016****Câmara Municipal de São José**

PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA DE VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL****RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DESPESA COM PESSOAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Maio/2015 a Abril/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

**R\$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.828.974,63	0,00
Pessoal ativo	8.736.020,94	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	176.722,26	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	916.231,43	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>9.828.974,63</b>	<b>0,00</b>
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	485.977.040,80	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	9.828.974,63	2,02
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,00%	29.158.622,45	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	27.700.691,33	5,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	26.242.760,20	5,40

FONTE: Sistema e-Pública (2077-1655-942). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Vereadores. Data da emissão: 18/05/2016 e hora de emissão: 17:00.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

**ORVINO COELHO DE AVILA**  
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO  
ORDENADOR DA DESPESA

**WILMAR HINCKEL**  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE  
CRC/SC-10613

**CUSTÓDIO HORACIO DA SILVEIRA**  
DIRETOR FINANCEIRO

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016 - SRP - PR Nº 016/2016 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 01/06/2016, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016, OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS MEDICINAL PARA USO NO ANO DE 2016 NAS AMBULÂNCIAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, TODOS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste, 18 de maio de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2016 - SRP - PR Nº 058/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/06/2016, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2016. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC PARA O ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 18 de maio de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.394, DE 18 MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 5.394, DE 18 MAIO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 32.252,91 (trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos), na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SEC. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA			
10.01	SEC. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA			
10.01.20.606.4507.2.025	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0034	176	Aplicação Direta	R\$ 32.252,91

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro 2015 e o inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de maio de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 070/2016 – Pregão Presencial Nº 054/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016.

FORNECEDOR: COMERCIAL INCERTI LTDA – EPP - CNPJ: 93.437.770/0002-68.

VALOR: R\$ 105.887,50 (cento e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).



TOTAL: R\$ 105.887,50 (cento e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 16/05/2016.

VIGÊNCIA: 16/05/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2016**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 071/2016 – Pregão Presencial Nº 055/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: RD COMERCIO DE MÓVEIS LTDA - CNPJ: 06.336.209/0001-07.

VALOR: R\$ 6.420,00 (seis mil, quatrocentos e vinte reais).

FORNECEDOR: ANDREI LINHARES VIEIRA ME - CNPJ: 08.072.903/0001-90.

VALOR: R\$ 5.670,00 (cinco mil, seiscentos e setenta reais).

FORNECEDOR: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME - CNPJ: 09.552.508/0001-77.

VALOR: R\$ 6.050,00 (seis mil e cinquenta reais).

FORNECEDOR: MARCIO A R DA SILVA & CIA LTDA ME - CNPJ: 04.947.970/0001-50.

VALOR: R\$ 6.625,00 (seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais).

TOTAL: R\$ 24.765,00 (vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 16/05/2016.

VIGÊNCIA: 16/05/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### **EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL DO TCU Nº 197, DE 17 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 197, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 197, de 17 de abril de 2015, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KX0K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7454, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 09/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

### **EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL DO TCU Nº 203, DE 17 DE ABRIL DE 2015**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 203, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 203, de 17 de abril de 2015, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393JV9G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7464, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 09/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 156, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 156, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Aline do Prado Machado, de matrícula nº 1400134597007, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ilvanei Juliana do Prado, CPF nº 008.771.979-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5643331, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10418, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 156, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ilvanei Juliana do Prado- responsável legal pelo Usuário -Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 157, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 157, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Analu Bach, de matrícula nº 901995924, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Mari Lucia Negri Bach, CPF nº 867.042.279-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570S98V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10302, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 157, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Mari Lucia Negri Bach - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 158, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 158, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Andreo D'Avila da Silva, de matrícula nº 1600134606004, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Amélia Oliveira Fontoura, CPF nº 027.205.690-11.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564657C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10478, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 158, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Amélia Oliveira Fontoura - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 159, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 159, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Erick Gustavo de Oliveira, de matrícula nº 802478212, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eliane Alves de Oliveira, CPF nº 082.778.089.33.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VQ1W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10430, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 159, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Eliane Alves de Oliveira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 160, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 160, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Clarice de Oliveira Mello, de matrícula nº 1000650127, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Otavio Cesario Mello, CPF nº 023.234.919-38.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570YR1K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10292, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 160, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Otavio Cesario Mello - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 161, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 161, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Cleverton Farias da Silva, de matrícula nº 502356154, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosenilda Farias, CPF nº 076.618.059-01.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5643S9Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10439, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 161, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosenilda Farias - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 162, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 162, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Erick Gustavo de Oliveira, de matrícula nº 802478212, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eliane Alves de Oliveira, CPF nº 082.778.089.33.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VQ1W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10430, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 162, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Eliane Alves de Oliveira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 163, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 163, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriel Cavinato Viero, de matrícula nº 702664766, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Vanderli Cavinato, CPF nº 918.633.689-49.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645S4N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10490, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 163, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Vanderli Cavinato - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 164, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 164, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Geilson de Lima, de matrícula nº 802253130, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Donelci Biabatti de Lima, CPF nº 018.645.109-19.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645Z6I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10501, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 164, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Donelci Biabatti de Lima - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 165, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 165, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Geiseli Costa Pereira, de matrícula nº 901994030, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Danieli Costa, CPF nº 009.680.530-76.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SG7B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10319, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 165, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Danieli Costa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 166, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 166, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gladison Luis Velho Monteiro, de matrícula nº

1000650186, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Iraci Antunes da Rocha, CPF nº 075.255.899-41.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SJ1Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10327, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 166, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Iraci Antunes da Rocha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 167, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 167, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Jakson Moraes Paiano, de matrícula nº 503689190, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Indiamara Francieli Moraes, CPF nº 068.372.739-73.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5646082, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10498, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 167, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Indiamara Francieli Moraes - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 168, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 168, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: João Vítor Paulino, de matrícula nº 1000703808, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Iliandra Candida Paulino, CPF nº 033.308.479-99.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5643Q9S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10396, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 168, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Iliandra Candida Paulino - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 169, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 169, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Jonas Lima da Silva, de matrícula nº 702664928, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Artidoro Rodrigues da Silva, CPF nº 924.614.339-68.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VP8S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10432, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 169, de 03 de maio de 2016.



Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Artidoro Rodrigues da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 170, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 170, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Matheus Martini, de matrícula nº 802878474, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elisangela Ladir Abati, CPF nº 023.298.049-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VB8M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10391, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 170, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Elisangela Ladir Abati - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 171, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 171, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Miguel Ecker de Freitas, de matrícula nº 1200134606003, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sirlei Ecker de Freitas, CPF nº 780.441.709-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VP7N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10431, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 171 de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sirlei Ecker de Freitas - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 172, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 172, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Otávio Flor do Nascimento, de matrícula nº 702664413, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Fabiana Flor Pissaia, CPF nº 066.808.099-08.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SG2M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10320, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 172, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Fabiana Flor Pissaia - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 173, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 173, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Suelen Larissa Teston, de matrícula nº 802878156, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ismael Natalino Teston, CPF nº 022.719.709-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5704V7W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10336, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 173, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ismael Natalino Teston - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 174, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 174, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Suzana Rodrigues de Lima, de matrícula nº 802877800, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maristela Rodrigues, CPF nº 893.226.149-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570YZ72, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10290, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 174, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maristela Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 175, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 175, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Tatiane Saurin Quadra, de matrícula nº 1100134600013, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Jussara Saurin, CPF nº 091.902.849-75.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570YG42, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10285, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 175, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Jussara Saurin - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 176, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 176, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Thiago Henrique Stang, de matrícula nº 702664120, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Roselia Rovaris, CPF nº 024.291.159-56.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SQ5V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10313, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 176, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Roselia Rovaris - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 177, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 177, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Vinicius Felipe Toss, de matrícula nº 901962481, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sergio Antonio Pereira Toss, CPF nº 028.365.629-86.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VD2Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10359, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 177, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sergio Antonio Pereira Toss - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 178, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 178, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Vinicius Henrique Stocco, de matrícula nº 802878547, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Miralda Maria Stocco, CPF nº 255.781.549-72.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5643T8W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10438, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 178, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Miralda Maria Stocco - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 179, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 179, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Alana Gabriela Bombassaro, de matrícula nº 601672453, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Solange da Cruz, CPF nº 040.353.829-73.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5643210, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10345, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 179, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Solange da Cruz - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 180, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 180, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Amanda Thais Jede, de matrícula nº 702664170, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Zoleide Jede, CPF nº 038.642.699-62.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SR30, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10295, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 180, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Zoleide Jede - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 181, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 181, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Ana Cristina dos Santos Strada, de matrícula nº 901994014, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jussara Gonçalves dos Santos, CPF nº 049.473.659-35.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564337L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10427, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 181 de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jussara Gonçalves dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 182, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 182, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Bruna Cesco de Souza, de matrícula nº 802252710, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lorivete Terezinha Cesco de Souza, CPF nº 693.624.169-72.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SC3F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10314, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 182, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lorivete Terezinha Cesco de Souza - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 183, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 183, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Camili Girardi, de matrícula nº 901962180, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Gorete Corbari, CPF nº 026.952.099-03.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VB1N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10379, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 183, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Gorete Corbari - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 184, DE 03 DE MAIO DE 2016**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 184, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Danieli Cristina Fracasso, de matrícula nº 1000650372, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Zilma Salete Gonçalves Fracasso, CPF nº 674.818.179-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SG0C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10323, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 184, de 03 de maio de 2016.

Data da assinatura: 03/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Zilma Salete Gonçalves Fracasso - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### CONTRATO 21/2016

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 21/2016.

Contrato de Prestação de Serviço.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, estabelecida na Rodovia BR 282, s/nº, interior, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 03.257.777/0001-24, neste ato representado pelo Sr. RENATO ADRIANO SEIBT, administrador, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Avenida Araucária, nº570, apartamento 205, Centro, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 526.393.209-04 e RG 1.612.469 SESP/SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 32/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Empreitada GLOBAL, para execução da obra de pavimentação asfáltica sobre calçamento em ruas do município conforme projeto de engenharia, memorial descritivo, cronograma e orçamento em anexo.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Valor Total Máximo
01	01	Obra	Empreitada Global para Execução da Obra de pavimentação asfáltica sobre calçamento (reperfilagem), drenagem pluvial, meio fio, sinalização, pintura entre outros, abrangendo uma área total de 1.409,95 m², na Rua João Hugo Hoss, conforme Cronograma, Memorial descritivo, Orçamento e Projeto de Engenharia em anexo.	R\$ 80.395,95
02	01	Obra	Empreitada Global para Execução da Obra de pavimentação asfáltica sobre calçamento (reperfilagem), drenagem pluvial, meio fio, sinalização, pintura entre outros, abrangendo uma área total de 997,45 m², na Rua João Hugo Hoss trecho I, conforme Cronograma, Memorial descritivo, Orçamento e Projeto de Engenharia em anexo.	R\$ 32.117,72
TOTAL				R\$ 112.513,67

Parágrafo segundo: É terminantemente vedado a terceirização ou sublocar, em todo ou parte, da obra objeto desta contratação.

Parágrafo terceiro: É terminantemente vedado a utilização do maquinário e mão de obra da Administração Municipal na execução dos serviços.

Parágrafo quarto: A Obra deverá ser executada nos endereços indicados no Objeto do Edital e conforme Memorial descritivo, Orçamento e Projeto Engenharia Completo em anexo.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICÕES ECONÔMICAS-FINANCEIRAS

##### DO PREÇO

O preço total dos itens adjudicados à empresa é de R\$ 112.513,67 (cento e doze mil quinhentos e treze reais com sessenta e sete centavos), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

##### DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, mensalmente, até o dia 12 do mês subsequente a emissão do boletim de medição, em moeda nacional, mediante Depósito Bancário, na proporção narrada no Boletim de medição da Obra, que deverá estar assinado pelo Engenheiro responsável pela obra e pela fiscalização do contrato, mediante emissão de Nota Fiscal, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação.

A critério da Contratante poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas, sob pena de devolução sem pagamento da respectiva nota fiscal correspondente.

As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta do projeto/atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição
1.023 – Pavimentação de vias urbanas.	4490000000	Aplicações diretas.

#### DO REAJUSTAMENTO.



Os preços que contemplam o projeto original não sofrerão qualquer tipo de reajuste ou reequilíbrio financeiro.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGACOES DA CONTRATADA

Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

Realizar a entrega do objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos neste Edital.

Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos.

Substituir e refazer, sem custos adicionais para a Administração, e em, no máximo, 10 (dez) dias a partir da comunicação o objeto/serviço rejeitado(s), recusado(s) pela fiscalização do contrato e/ou que esteja em desacordo com o Projeto.

Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.

Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: trabalhistas, transportes, alimentação, hospedagem e demais custos que se fizerem necessários para a execução e entrega do objeto.

Fornecer toda mão de obra, material, veículos, caminhão e maquinário necessários para a execução da obra.

Fornecer os EPIs para os operários que trabalharão na obra, fiscalizando o seu uso.

Utilizar somente material de primeira linha e ótima qualidade, sendo vedado a utilização de materiais em desacordo com os padrões usuais de qualidade.

Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e quaisquer problema sofrido pelos seus colaboradores e/ou terceiros, sem direito de regresso contra a Contratante.

#### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

Fiscalizar através do Secretario(a) Municipal de Administração ora nominado fiscal do contrato, com o respaldo do setor de engenharia da AMERIOS, a execução/entrega efetiva do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas e aplicar as sanções cabíveis.

Efetuar os pagamentos à Contratada.

Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

Recusar os serviços/objetos licitados que não atenderem as especificações contidas no Edital e no Contrato.

Não efetuar o pagamento da obra que estiver em desacordo com o contido no Edital ou no memorial descritivo, no orçamento e no projeto de engenharia e, também, que apresentar qualquer tipo de problema e defeito detectado pela fiscalização do contrato até que a mesma não seja regularizada.

#### CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A execução/entrega do objeto desta será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Administração do Município.

A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive trabalhista e perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

A Obra deverá ser executada no endereço indicado pela Municipalidade e conforme Memorial descritivo, Orçamento e Projeto Engenharia Completo em anexo.

O prazo para execução da Obra será de, no Máximo, 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do Termo Contratual.

#### CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 3% (três por cento) por dia de atraso, até 45 (quarenta e cinco) dias, calculado sobre o valor global do contrato, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo estabelecido no item 12.5 do edital 32/2016;

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos termos do item 11.2. III do Edital 32/2016, pela recusa/demora em corrigir defeito e/ou substituir os serviços ou materiais rejeitados;

d) de 60% (sessenta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso da licitante requerer e/ou der causa a rescisão do Contrato.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste



Edital e no contrato e das demais cominações legais.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

As sanções previstas inciso I da cláusula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento e na solução dos problemas com as impressoras;
- d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela autoridade máxima Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;
- o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos previstos neste Contrato, na minuta do Edital e nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou a qualquer momento, por conveniência administrativa.

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei nº. 8.666/93, consolidada, por culpa da Contratada, fica estabelecido à multa prevista na Clausula Sexta, atualizada monetariamente pelos índices iniciais.

#### CLAUSULA OITAVA - DAS DISPOSICOES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as parte com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visada pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.



A fiscalização e o controle aludidos na cláusula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Ficam fazendo parte integrante do presente as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº. 32/2016.

#### CLAUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista (SC), 17 de maio de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	GAIA RODOVIAS LTDA CNPJ sob nº. 03.257.777/0001-24 Representante Legal	GILBERTO JOSE MIORANDO Assessor Jurídico
---	--	---

#### Testemunhas

MARCELO JONEZ MULLER  
CPF: 033.100.669-32

SILVIO RICHARDT  
CPF: 401.225.739-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 21/2016.  
Contrato de Prestação de Serviço.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 71/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 71/2016

TOMADA DE PREÇOS N° 14/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para as obras de remoção e deslocamento de postes do município de São Miguel do Oeste – SC, conforme projeto e orçamento em anexo.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 14 de junho de 2016.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 18 de maio de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 066/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

Decreto n.º 066/2016

DESIGNA RESPONSÁVEL PERANTE O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1.º- Designar JUCÉLIO KREMER, matrícula 2956, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, como responsável perante o Fundo Municipal de Saneamento Básico do município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de maio de 2016.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

### DECRETO N.º 067/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

Decreto n.º 067/2016

DESIGNA RESPONSÁVEL PERANTE O FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1.º- Designar JUCÉLIO KREMER, matrícula 2956, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, como responsável perante o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de maio de 2016.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

### PORTARIA N.º 171/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 171/2015

Concede férias ao servidor JEFFERSON MARIO SANTANA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor JEFFERSON MARIO SANTANA, ocupante do cargo de Procurador do Município, férias por 30 dias que gozará a partir de 19/05/2016 a 17/06/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de maio de 2016.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

### PORTARIA N.º 172/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 172/2016

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor

JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 18/05/2016, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de maio de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 033/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 033/2016, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR GILSON DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor GILSON DA SILVA, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob nº. 019.598.789-64, residente a Rua Antônio José Zimmermann, nº. 281, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 033/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 033/2016 até a data do término da licença para tratamento de saúde do servidor titular JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até a data de 12/11/2016, fica esta data sendo como término do contrato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 17 de maio de 2016.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

# Schroeder

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 52/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO  
Nº. 52/2016-PMS  
PROCESSO Nº. 97/2016-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de manutenção em motores elétricos e motobombas da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de junho de 2016 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 08 de junho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 19 de maio de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

O Prefeito Municipal de Schroeder, Excelentíssimo Senhor Osvaldo Jurck e o Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças, Senhor Elmer Sandro Quadros, convidam todos os interessados para participar da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2016.

A audiência será realizada em conformidade ao Artigo 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Local: Câmara de Vereadores de Schroeder  
Avenida dos Imigrantes, 2520 – Centro – Schroeder - SC  
Data: 31 de maio de 2016  
Horário: 16h

### **DECRETO Nº 3.753/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016**

DECRETO Nº 3.753/2016 de 17 de maio de 2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 100.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do

Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.541/2016, DE 17 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA Nº 6.541/2016, DE 17 DE MAIO DE 2016  
NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de

#### RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância nº002/2016, de 17

de maio de 2016, os servidores Senhores Paulo Henrique Gneipel, Roseane Finta e Marilene Busch, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pela segunda, comporem a Comissão de Sindicância retro mencionado, destinada a apurar os fatos narrados através do Ofício nº004/2016-CM/SCH, da Controladoria Municipal, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 8 (oito) dias, a contar a partir do dia subsequente da publicação da portaria no DOM/SC e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 17 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK                      ORLANDO TECILLA  
Prefeito Municipal                      Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## **PORTARIA Nº 6.542/2016, DE 18 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA Nº6.542/2016, DE 18 DE MAIO DE 2016

RESSTRUTURA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº001/2016/SECEL/PMS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Fica reestruturada a composição da Comissão de Processo Seletivo nº001/2016/SECEL/PMS, integrada pelos seguintes membros: Cheila Adriane Klitzke – Nutricionista, Geziane Machado – Diretora Escolar, Rosania Hackbarth – Coordenadora Administrativa, Zeraide Ruon Stolf – Orientadora Escolar e Alexandra Scheuer - Diretora Escolar, e para sob a Presidência da primeira, coordenação da segunda e sendo secretariada pela terceira, preparar, executar e julgar o processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas de cargos existentes no Quadro de Pessoal da Administração Direta do município de Schroeder.

Art.2º A Comissão do Processo Seletivo ora constituída atenderá às disposições legais em vigor, bem como tomará as providencias necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º A Comissão do Processo Seletivo, poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura Municipal para elaboração e execução do Processo seletivo, correndo as despesas por conta de dotações específicas do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação do DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.699/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 18 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## **TERMO ADITIVO Nº. A31/2016 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A31/2016 – PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 55/2012-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: DABLIUVE ADMINISTRADORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 80.957.400/0001-29, com sede na Rua Presidente Epitácio Pessoa, nº. 342, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul (SC), CEP. 89.260-160, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelos Senhores Jacson Pettersen, inscrito no CPF sob o nº 018.650.469-14, e Cacilda Dalila Hertel, inscrita no CPF sob o nº 587.486.289-72.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 55/2012-PMS, celebrado em 02 de maio de 2012, proveniente do processo licitatório n. 55/2012-PMS, modalidade Dispensa de Licitação nº. 07/2012-PMS, para locação de imóvel, matriculado sob o nº 21.915, localizado na R.Mal.Castelo Branco, nº3.905 em Schroeder, edificado com dois prédios para fins educacionais, sendo um com área total de 1.813,98m² e outro de 1.390,41m², ambos com três pavimentos, com estacionamento e área privativa.

Considerando o pedido de aditivo feito pela empresa DABLIUVE ADMINISTRADORA LTDA, no valor de R\$ 9.098,04 (nove mil, e noventa e oito reais e quatro centavos), divididos por 12 (doze) meses, devido ao reajuste pelo índice do IGPM – FGV, no importe de 10,64%, conforme a Cláusula 4ª. do contrato. Passando, portanto o valor de R\$ 7.125,66 (sete mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta e seis centavos) mensais, para o valor de R\$ 7.883,83 (sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos) mensais, para o período de maio de 2016 até maio de 2017.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria nº 065/2016-PROJUR.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula 1ª e a Cláusula 4ª do contrato, sendo aditivado o valor de R\$ 9.098,04 (nove mil, e noventa e oito reais e quatro centavos), divididos por 12 (doze) meses, passando para o valor de R\$ 7.883,83 (sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos) mensais para o período de maio de 2016 até maio de 2017.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 55/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado



no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 18 de maio de 2016.

CONTRATADA:

DABLIUVE ADMINISTRADORA LTDA  
Jacson Petterson  
CPF no 018.650.469-14

DABLIUVE ADMINISTRADORA LTDA  
Cacilda Dalila Hertel  
CPF no 587.486.289-72

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

**ANULAÇÃO CONCORRÊNCIA 04/2016-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 4/2016 - CC**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 96/2016  
Data do Processo: 12/05/2016

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I, lombadas do tipo II e recuperação asfáltica (tapa buraco) em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, ao longo de 12 meses, de acordo com o projeto, memorial descritivo, conforme ANEXO IX - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento con

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 5 / 2016**

**Motivo:** Devido a ausência de Planilhas de custo dos itens 01 e 03.

Schroeder, 18 de Maio de 2016

---

**OSVALDO JURCK**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº 40/2016-PMS

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016

**Número do Registro de Preços:** 31/2016      **Data do Registro:** 18/05/2016      **Válido até:** 18/05/2017

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de flores, adubo, chips, terra e veneno para insetos para a Secretária de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Flor - Cravina, mínimo 8 cm de altura	CX/15	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	10,5000	1
2	Flor - Salvia, mínimo 8 cm de altura	CX/15	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	10,5000	1
3	Flor - Impatiens, mínimo 8 cm de altura	CX/15	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	12,0000	1
4	Flor - Begonia, mínimo 8 cm de altura	CX/15	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	10,5000	1
5	Flor - Beijinho, mínimo 8 cm de altura	CX/15	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	10,5000	1
6	Flor - Torenia, mínimo 8 cm de altura	CX/15	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	10,5000	1
7	Flor - Vinca, mínimo 8 cm de altura	CX/15	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	12,0000	1
8	Flor - Perpétua, mínimo 8 cm de altura	CX/15	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	10,5000	1
9	Flor - Tagetes, mínimo 8 cm de altura	CX/15	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	10,5000	1
10	Flor - Onze horas, mínimo 4 cm de altura	CX/15	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	10,5000	1
11	Planta - Gerânio pendente, mínimo 4 cm de altura	UN	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	2,6000	1
12	Planta - Tulia kazuca, mínimo 1,6 m altura	UN	FLORICULTURA FLORISALTA (7277)		0	44,0000	1

Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016**

Número do Registro de Preços: 31/2016		Data do Registro: 18/05/2016		Válido até: 18/05/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de flores, adubo, chips, terra e veneno para insetos para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Planta - Tuia verde, mínimo 1,2 m altura	UN	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	40,0000	1
14	Planta - Mini ixora, mínimo 30 cm de altura	UN	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	2,5500	1
15	Planta - Manacá-da-serra, mínimo 1 m de altura	UN	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	24,5000	1
16	Flor - Falsa Érica, mínimo 8 cm de altura	UN	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	10,5000	1
17	Planta - Mini rosa, mínimo 30 cm de altura	UN	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	2,6000	1
18	Planta - Mini hibisco, mínimo 50 cm de altura	UN	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	9,9000	1
19	Flor - Amor perfeito, mínimo 8 cm de altura	CX/15	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	12,0000	1
20	Adubo químico formulado 10.10.10 saco 50 Kg	UN	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	100,0000	1
21	Adubo químico formulado 13.13.28 saco 50 Kg	UN	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	100,0000	1
22	Chips de madeira saco 10 Kg	UN	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	11,9000	1
23	Terra adubada - humos, calcário, cinza, adubo de aves e terra - saco 20 Kg	UN	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	7,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016

Número do Registro de Preços: 31/2016		Data do Registro: 18/05/2016		Válido até: 18/05/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de flores, adubo, chips, terra e veneno para insetos para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Veneno contra praga ( insetos) - GLADIUM - 250 g	UN	FLORICULTURA FLORISA LTDA (7277)		0	250,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016

Número do Registro de Preços: 31/2016		Data do Registro: 18/05/2016		Válido até: 18/05/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de flores, adubo, chips, terra e veneno para insetos para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016  
PROCESSO Nº 74/2016  
(7277) - FLORICULTURA FLORISA LTDA

Schroeder, 18 de Maio de 2016.



**ATA PREGÃO PRESENCIAL 12/2016-FMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 30/2016 Data do Processo: 27/04/2016
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 27/2016 (Sequência: 1)**

Ao(s) 18 de Maio de 2016, às 14:15 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6154/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 30/2016, Licitação nº 12/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. encaminhou os envelopes e documentos para credenciamento pelo correio. Constatou-se que a empresa BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. não apresentou Certidão Simplificada, documento exigido no edital no item 4.1.3, diante do exposto o representante da empresa BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. não está credenciado para a licitação pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. O representante da empresa BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. não está presente na sessão. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante.

**LOTE: 1**

**Participante: 13349 - BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Realização de calibragem	UN	75,00		0,0000	21,00	1.575,00
2	Troca de pêra	PÇS	50,00		0,0000	5,00	250,00
3	Troca de manguito	PÇS	50,00		0,0000	14,00	700,00
4	Troca de braçadeira	PÇS	50,00		0,0000	14,00	700,00
5	Troca de válvula	PÇS	50,00		0,0000	5,00	250,00
6	Troca de mamômetro	PÇS	50,00		0,0000	41,00	2.050,00

**Total do Participante —————> 5.525,00**

**Total Geral —————> 5.525,00**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2016 - PR</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 30/2016 Processo de Licitação: 27/04/2016 Data do Processo:
Folha: 2/2		

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 18 de Maio de 2016

**COMISSÃO:**

- |                           |         |                   |
|---------------------------|---------|-------------------|
| Daniela Samulescki        | - ..... | - Pregoeiro(a)    |
| Ivandra de Souza          | - ..... | - Equipe de Apoio |
| Andreia Nass Friedemann   | - ..... | - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camargo  | - ..... | - Equipe de Apoio |
| Natália kersten Brumuller | - ..... | - Equipe de Apoio |

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 39/2016-PMS (SEQUÊNCIA 03 | )**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2016 - PR</b>	
CNPJ: 83.102.491/0001-09	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201	Processo Administrativo: 73/2016	Processo de Licitação: 19/04/2016
C.E.P.: 89275-000	- Schroeder - SC	Data do Processo:	
			Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO de outdoors para divulgação de campanhas, serviços e ações dos setores da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 69/2016 (Sequência: 3)**

Ao(s) 18 de Maio de 2016, às 10:15 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6154/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 73/2016, Licitação nº 39/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:**

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se após recebimento do novo envelope de habilitação JUNKES & BORBA LTDA. - EPP, devidamente protocolado dentro do prazo estipulado na Ata 66/2016 (sequência 01) de 16 de maio de 2016. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa JUNKES & BORBA LTDA. - EPP, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa JUNKES & BORBA LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Diante do exposto encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante.

**LOTE: 1****Participante: 8590 - JUNKES & BORBA LTDA**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtd. Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Elaboração, diagramação e/ou arte final de outdoors em papel, com medidas de 9,00 x 3,00 metros, com impressão digital em policromia, de temas já pré-selecionados.	UN	38,00		0,0000	115,00	4.370,00
2	Locação de painel para veiculação de outdoor, com medidas de 9,00 x 3,00 metros, durante 1 bi-semana, 14 dias, no perímetro urbano do município de Schroeder, ou em até 1km de distância do seu território, a ser escolhido conforme disponibilidade.	UN	38,00		0,0000	450,00	17.100,00

Total do Participante -----> 21.470,00

Total Geral -----> 21.470,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2016 - PR</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 73/2016 Processo de Licitação: Data do Processo: 19/04/2016
Folha: 2/2		

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 18 de Maio de 2016

**COMISSÃO:**

- |                           |         |                   |
|---------------------------|---------|-------------------|
| Daniela Samulescki        | - ..... | - Pregoeiro(a)    |
| Ivandra de Souza          | - ..... | - Equipe de Apoio |
| Andreia Nass Friedemann   | - ..... | - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camargo  | - ..... | - Equipe de Apoio |
| Natália Kersten Brumuller | - ..... | - Equipe de Apoio |

**ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 12/2016-FMS**

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

**Número do Registro de Preços: 9/2016      Data do Registro: 18/05/2016      Válido até: 18/05/2017**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Realização de calibragem	UN	BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. (13349)		0	21,0000	1
2	Troca de péra	PÇS	BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. (13349)		0	5,0000	1
3	Troca de manguito	PÇS	BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. (13349)		0	14,0000	1
4	Troca de braçadeira	PÇS	BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. (13349)		0	14,0000	1
5	Troca de válvula	PÇS	BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. (13349)		0	5,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 18/05/2016		Válido até: 18/05/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Troca de mamômetro	PÇS	BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. (13349)		0	41,0000	1



Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 18/05/2016		Válido até: 18/05/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2016  
PROCESSO Nº 30/2016  
(13349) - BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.

Schroeder, 18 de Maio de 2016.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 39/2016-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2016

Número do Registro de Preços: 32/2016		Data do Registro: 18/05/2016		Válido até: 18/05/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO de outdoors para divulgação de campanhas, serviços e ações dos setores da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamen					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Elaboração, diagramação e/ou arte final de outdoors em papel, com medidas de 9,00 x 3,00 metros, com impressão digital em policromia, de temas já pre-selecionados.	UN	JUNKES & BORBA LTDA (8590)		0	115,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2016

Número do Registro de Preços: 32/2016		Data do Registro: 18/05/2016		Válido até: 18/05/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO de outdoors para divulgação de campanhas, serviços e ações dos setores da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamen							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Locação de painel para veiculação de outdoor, com medidas de 9,00 x 3,00 metros, durante 1 bi-semana, 14 dias, no perímetro urbano do município de Schroeder, ou em até 1km de distância do seu território, a ser escolhido conforme disponibilidade.	UN	JUNKES & BORBA LTDA (8590)		0	450,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2016

Número do Registro de Preços: 32/2016		Data do Registro: 18/05/2016		Válido até: 18/05/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO de outdoors para divulgação de campanhas, serviços e ações dos setores da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamen							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016  
PROCESSO Nº 73/2016  
(8590) - JUNKES & BORBA LTDA

Schroeder, 18 de Maio de 2016.

**Seara****PREFEITURA****TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL N°. 082/2015**

PREGÃO PRESENCIAL N° 082/2015  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Termo Aditivo n°. 01 da Ata de Registro de Preços n°. 036/2015

Pregão Presencial n°. 082/2015

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, n.º 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n.º 04.406.660/0002-09, estabelecida na SC 466 – KM 13,5 Linha Sufiatti, Interior, Xanxerê, SC, neste ato representada pelo Sr. Anderson Colombo, brasileiro, solteiro, RG n.º 3.867.182-4, CPF n.º 043.828.859-90, residente e domiciliado na rua Guinter Westerch, n.º. 68, centro, Xanxerê, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis n.º. 8.666/93 e n.º. 10520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Secretaria da Cidade, fica acrescido em 25,00% a quantidade licitada do item abaixo:

- Item 01 – “CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente para asfalto)”

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 21.950,00 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta reais) conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
01	72039	CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE PARA ASFALTO)	TON	400	100	219,50	21.950,00
TOTAL R\$							21.950,00

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 17/05/2016.

Laci Grigolo  
Município de Seara  
Contratante

Anderson Colombo  
Terramax Construções e Obras Ltda  
Contratada

# Serra Alta

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025 DE 19/05/2016

No dia 19 de maio de 2016, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº021/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 94.894.169/0001-86, com endereço na Rua Samuel Kruschim nº200, Bairro Patronato, no Município de Santa Maria /RS representada neste ato pelo sócio administrador, Sr. Mauro Marciano Garcia de Freitas, portador do CPF nº. 374.624.900-72 e RG 8022867959, para a possível entrega dos medicamentosobjeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

#### 1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1– A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC e a empresaMAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA vencedora do certame licitatório, cujo objeto é a possível Aquisição de Medicamentos de uso contínuo e preventivo para manutenção da Farmácia Básica, bem como para a distribuição gratuita aos pacientes que necessitam de tratamento médico devido as patologias contraídas.Objetivando dessa forma melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados aos munícipes Serraltenses por intermédio da Unidade de Saúde Municipal. Conforme convênio nº525/2016 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha Processo nº 140/2016 e o Município de Serra Alta/SC.Conforme especificações constantes no anexo D do Edital PP 021/2016e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos medicamentos é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/	Valor Unitário	Valor Total
01	ATORVASTATINA CALCICA 20MG	9.999 COMP.	BRAINFARMA	R\$ 0,35	R\$ 3.499,65
07	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS, FR. COM 10ML	100 FRASCO	BRAINFARMA	R\$ 11,79	R\$ 1.179,00
08	TRAVAPROSTA 0,04MG/ML OFTÁLMICO FRASCO COM 2,5ML	10 FRASCO	GEOLAB	R\$ 26,10	R\$ 261,00
				TOTAL REGISTRADO	R\$ 4.939,65

#### 2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os medicamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos medicamentos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

#### 3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1 – A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se



julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 021/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada medicamento de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pelos medicamentos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os medicamentos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os medicamentos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.

5.3 - O Município receberá somente os medicamentos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A entrega dos medicamentos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os medicamentos deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos medicamentos no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias, consecutivos obedecendo a ordem cronológica da liberação dos recursos do convênio nº 525/2016/ Processo SDR/Maravilha nº 140/2016. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da aquisição dos medicamentos correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2016:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto
10.01.2.800.3.3.90.00	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.10 – DR 1567 Despesa 10 e 4 DR 0002	R\$ 4.939,65

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração

falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independerá de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 021/2016e Edital de Pregão Presencial de nº021/2016independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 021/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 19 de Maio 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
CONTRATANTE

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS  
RESPONSÁVEL  
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
CPF: 418.827.760-20

RAFAEL MARIN  
CPF: 006.201.999-62

## **ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026 DE 19/05/2016

No dia 19 de maio de 2016, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº021/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP com sede na(o) Rua Paraná, 299, Bairro Baixada, Município de Pato Branco/PR, CEP: 85501-090, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.368.320/0001-05, neste ato representada por sua representante legal Senhora Maria Rosangela Ronssen Dambros, portadora do CPF nº 855.226.439-00 e RG nº 3.582.409-0, para a possível entrega dos medicamentos objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

### **1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE**

1.1– A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC e a empresa DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP vencedora do certame licitatório, cujo objeto é a possível Aquisição de Medicamentos de uso contínuo e preventivo para manutenção da Farmácia Básica, bem como para a distribuição gratuita aos pacientes que necessitam de tratamento médico devido as patologias contraídas. Objetivando dessa forma melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados aos munícipes Serraltenses por intermédio da Unidade de Saúde Municipal. Conforme convênio nº525/2016 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha Processo nº 140/2016 e o Município de Serra Alta/SC. Conforme especificações constantes no anexo D do Edital PP 021/2016 e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos medicamentos é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ano Unid. Medida	Marca	Valor Unitário	Valor Total
09	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML FRASCO COM 100ML	50FRASCO	HIPOLABOR	R\$ 2,50	R\$ 125,00
				TOTAL REGISTRADO	R\$ 125,00

### **2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA**

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os medicamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos medicamentos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

### **3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA**

3.1 – A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de

situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 021/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada medicamento de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pelos medicamentos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os medicamentos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os medicamentos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.

5.3 - O Município receberá somente os medicamentos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.



**CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO**

6.1 - A entrega dos medicamentos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os medicamentos deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos medicamentos no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias, consecutivos obedecendo a ordem cronológica da liberação dos recursos do convênio nº 525/2016/ Processo SDR/Maravilha nº 140/2016. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da aquisição dos medicamentos correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2016:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto
10.01.2.800.3.3.90.00	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.10 – DR 1567 Despesa 10 e 4 DR 0002	R\$ 125,00

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

**II – multa**

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução



do objeto contratado, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado ao pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 021/2016e Edital de Pregão Presencial de nº021/2016independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 021/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 19 de Maio 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
CONTRATANTE

DAMEDI – DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP  
MARIA ROSANGELA RONSEN DAMBROS  
RESPONSÁVEL  
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
CPF: 418.827.760-20

RAFAEL MARIN  
CPF: 006.201.999-62

## **ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027 DE 19/05/2016

No dia 19 de maio de 2016, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº.021/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP com sede na(o) Rua Argentina, nº 645, Bairro Jardim das Américas, Município de Pato Branco/PR, inscrita no CGC/MF sob o nº 76.386.283/0001-13, neste ato representada por seu sócio administrador e representante legal Senhor Maurício Maciag, portador do CPF nº 039.087.819-73 e RG nº 6.794.362-7, para a possível entrega dos medicamentos objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

### **1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE**

1.1– A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC e a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP vencedora do certame licitatório, cujo objeto é a possível Aquisição de Medicamentos de uso contínuo e preventivo para manutenção da Farmácia Básica, bem como para a distribuição gratuita aos pacientes que necessitam de tratamento médico devido as patologias contraídas. Objetivando dessa forma melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados aos munícipes Serraltenses por intermédio da Unidade de Saúde Municipal. Conforme convênio nº525/2016 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha Processo nº 140/2016 e o Município de Serra Alta/SC. Conforme especificações constantes no anexo D do Edital PP 021/2016 e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos medicamentos é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/	Valor Unitário	Valor Total
03	FORMOTEROL FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG+400MCG/DOSE PÓ INALANTE REFIL COM 60 CÁPSULAS	350 FRASCO	ACHE	R\$ 68,50	R\$ 23.975,00
04	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS 1,5G + 1,2G, SACHE 4,13G.	9.000 SACHE	ZODIAC	R\$ 3,35	R\$ 30.150,00
10	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS 500MG + 400MG CÁPSULA.	9.948 CÁPSULA	ZODIAC	R\$ 1,65	R\$ 16.414,20
				TOTAL REGISTRADO	R\$ 70.539,20

### **2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA**

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os medicamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos medicamentos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

### **3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA**

3.1 – A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 021/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada medicamento de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pelos medicamentos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os medicamentos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os medicamentos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.

5.3 - O Município receberá somente os medicamentos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A entrega dos medicamentos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os medicamentos deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos medicamentos no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias, consecutivos obedecendo a ordem cronológica da liberação dos recursos do convênio nº 525/2016/ Processo SDR/Maravilha nº 140/2016. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da aquisição dos medicamentos correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2016:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto
10.01.2.800.3.3.90.00	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.10 – DR 1567 Despesa 10 e 4 DR 0002	R\$ 70.539,20

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

##### II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independerá de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 021/2016e Edital de Pregão Presencial de nº021/2016independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 021/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 19 de Maio 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
CONTRATANTE



DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP  
MAURÍCIO MACIAG  
RESPONSÁVEL SÓCIO ADMINISTRADOR  
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI RAFAEL MARIN  
CPF: 418.827.760-20 CPF: 006.201.999-62

## **ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028 DE 19/05/2016

No dia 19 de maio de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº.021/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa FARMAN – FARMÁCIA DE DISPENSAÇÃO LTDA EPP com sede na(o) Av. Dom Pedro II, nº 650, centro, Município de Serra Alta/SC, CEP 89871-000, inscrita no CGC/MF sob o nº. 07.891.413/0001-52, neste ato representada por sua representante legal Senhora Liane Welter, portadora do CPF nº 035.232.879-79 e RG nº 12R 4.077.300, para a possível entrega dos medicamentos objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

### **1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE**

1.1– A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC e a empresa FARMAN – FARMÁCIA DE DISPENSAÇÃO LTDA EPP vencedora do certame licitatório, cujo objeto é a possível Aquisição de Medicamentos de uso contínuo e preventivo para manutenção da Farmácia Básica, bem como para a distribuição gratuita aos pacientes que necessitam de tratamento médico devido as patologias contraídas. Objetivando dessa forma melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados aos munícipes Serraltenses por intermédio da Unidade de Saúde Municipal. Conforme convênio nº525/2016 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha Processo nº 140/2016 e o Município de Serra Alta/SC. Conforme especificações constantes no anexo D do Edital PP 021/2016e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos medicamentos é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Und. Medida	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	BIOTINA 10% 60ML.	16 FRASCO	Manipulado Farman	R\$ 150,00	R\$ 2.400,00
13	CARNITINA 50% 60ML.	16 FRASCO	Manipulado Farman	R\$ 85,00	R\$ 1.360,00
15	NOVORAPID INSULINA ASPARTE 100UI/ ML FRASCO COM 10ML.	10 FRASCO	NOVARTIS	R\$ 99,99	R\$ 999,90
16	VIDAGLIPTINA 50MG	336 COMP.	NOVARTIS	R\$ 2,30	R\$ 772,80
				TOTAL REGISTRADO	R\$ 5.532,70

### **2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA**

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.



2.3 Os medicamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos medicamentos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

### 3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1 – A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

### CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 021/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada medicamento de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pelos medicamentos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

5.1 - Os medicamentos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os medicamentos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.

5.3 - O Município receberá somente os medicamentos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO**

6.1 - A entrega dos medicamentos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os medicamentos deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos medicamentos no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias, consecutivos obedecendo a ordem cronológica da liberação dos recursos do convênio nº 525/2016/ Processo SDR/Maravilha nº 140/2016. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da aquisição dos medicamentos correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2016:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto
10.01.2.800.3.3.90.00	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.10 – DR 1567 Despesa 10 e 4 DR 0002	R\$ 5.532,70

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de

inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 021/2016e Edital de Pregão Presencial de nº021/2016independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 021/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 19 de Maio 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
CONTRATANTE

FARMAN – FARMÁCIA DE DISPENSAÇÃO LTDA EPP  
LIANE WELTER  
RESPONSÁVEL  
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
CPF: 418.827.760-20

RAFAEL MARIN  
CPF: 006.201.999-62

### **ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029 DE 19/05/2016

No dia 19 de maio de 2016, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº021/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa AR FIORENTINO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP com sede na(o) Av. Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº 143, Sala B, Bairro Cristo Rei, Município de Francisco Beltrão/PR, CEP 85.602-510, inscrita no CGC/MF sob o nº. 10.869.890/0001-26, neste ato representada por seu representante legal sócio gerente Senhor Adolfo Rodrigues Fiorenzano, portador do CPF nº 020.073.239-76 e RG nº 6.082.012.0, para a possível entrega dos medicamentos objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

#### **1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE**

1.1– A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC e a empresa AR FIORENTINO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP vencedora do certame licitatório, cujo objeto é a possível Aquisição de Medicamentos de uso contínuo e preventivo para manutenção da Farmácia Básica, bem como para a distribuição gratuita aos pacientes que necessitam de tratamento médico devido as patologias contraídas. Objetivando dessa forma melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados aos munícipes Serraltenses por intermédio da Unidade de Saúde Municipal. Conforme convênio nº525/2016 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha Processo nº 140/2016 e o Município de Serra Alta/SC. Conforme especificações constantes no anexo D do Edital PP 021/2016 e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos medicamentos é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unid. Medida	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	BRINZOLAMIDA ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO 10MG+5MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA – FR. COM 5ML.	20FRASCO	ALCON	R\$ 57,00	R\$ 1.140,00
06	TIMOLOL MALEATO 5MG/ML + TRAVAPROSTA 0,04MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO COM 2,5ML.	10 FRASCO	ALCON	R\$ 89,50	R\$ 895,00
11	BRINZOLAMIDA 1% FRASCO COM 5ML.	10 FRASCO	ALCON	R\$ 56,88	R\$ 568,80

				TOTAL REGISTRADO	R\$ 2.603,80
--	--	--	--	------------------	--------------

## 2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os medicamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos medicamentos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

## 3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1 – A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



4.1 - Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 021/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada medicamento de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pelos medicamentos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os medicamentos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os medicamentos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.

5.3 - O Município receberá somente os medicamentos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A entrega dos medicamentos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3- Os medicamentos deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos medicamentos no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias, consecutivos obedecendo a ordem cronológica da liberação dos recursos do convênio nº 525/2016/ Processo SDR/Maravilha nº 140/2016. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da aquisição dos medicamentos correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2016:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto
10.01.2.800.3.3.90.00	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.10 – DR 1567 Despesa 10 e 4 DR 0002	R\$ 2.603,80

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:



I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado ao pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 021/2016e Edital de Pregão Presencial de nº021/2016independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de

habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 021/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 19 de Maio 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
CONTRATANTE

AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP  
ADOLFO RODRIGUES FIOREZANO  
RESPONSÁVEL  
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
CPF: 418.827.760-20

RAFAEL MARIN  
CPF: 006.201.999-62

#### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030 DE 19/05/2016

No dia 19 de maio de 2016, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº021/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA com sede na(o) Rua José Ferreira de Barros, nº 89, Bairro Fanny, Município de Curitiba/PR, CEP: 81030-320, inscrita no CGC/MF sob o nº 04.355.394/0001-51, neste ato representada por seu representante legal Senhor Nilton Renato Gonçalves Alves, portador do CPF nº 238.029.360-00 e RG nº 2014553446/RS, para a possível entrega dos medicamentos objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

#### 1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1– A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC e a empresa PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA vencedora do certame licitatório, cujo objeto é a possível Aquisição de Medicamentos de uso contínuo e preventivo para manutenção da Farmácia Básica, bem como para a distribuição gratuita aos pacientes que necessitam de tratamento médico devido as patologias contraídas. Objetivando dessa forma melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados aos munícipes Serraltenses por intermédio da Unidade de Saúde Municipal. Conforme convênio nº525/2016 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha Processo nº 140/2016 e o Município de Serra Alta/SC. Conforme especificações constantes no anexo D do Edital PP 021/2016 e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos medicamentos é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	---	-------	----------------	-------------

14	INSULINA GLARGINA 100UI/ML 10ML	25 FRASCOS	LANTUS	R\$ 274,56	R\$ 6.864,00
				TOTAL REGISTRADO	R\$ 6.864,00

## 2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os medicamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos medicamentos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

## 3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1 – A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1 - Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.
- 4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 021/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.
- 4.3 - Para cada medicamento de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4.4 - O preço unitário a ser pago pelos medicamentos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 5.1 - Os medicamentos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.
- 5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os medicamentos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.
- 5.3 - O Município receberá somente os medicamentos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO**

- 6.1 - A entrega dos medicamentos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.
- 6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
- 6.3 - Os medicamentos deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.
- 6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos medicamentos no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- 6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.
- 6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

- 7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias, consecutivos obedecendo a ordem cronológica da liberação dos recursos do convênio nº 525/2016/ Processo SDR/Maravilha nº 140/2016. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações deste edital.
- 7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.
- 7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- 7.5 - As despesas decorrentes da aquisição dos medicamentos correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2016:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto
10.01.2.800.3.3.90.00	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.10 – DR 1567 Despesa 10 e 4 DR 0002	R\$ 6.864,00

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 021/2016e Edital de Pregão Presencial de nº021/2016independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 021/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 19 de Maio 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
CONTRATANTE

PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
NILTON RENATO GONÇALVES ALVES  
RESPONSÁVEL  
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
CPF: 418.827.760-20

RAFAEL MARIN  
CPF: 006.201.999-62



# Siderópolis

## PREFEITURA

### 28 2016 AVISO DE LEILÃO N° 01/2016 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL

PROCESSO N° 28/2016

LEILÃO N° 01/2016

O Município de Siderópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público aos interessados, que nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará Leilão de bens móveis inservíveis do tipo maior lance. O leilão será realizado no dia 03/06/2016, às 09h00min, no Departamento de Licitações do município – Rua Presidente Dutra, 01, Centro. Os bens a ser Alienados estarão à disposição para visitação pública no período de 17/05/2016 à 02/06/2016, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h30min, com o Sr. Robson Bento Martins, na garagem da Prefeitura Municipal de Siderópolis, situada no Distrito Industrial. O Edital completo está disponível para download no site: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: [licitação@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitação@sideropolis.sc.gov.br) ou no telefone: (48) 3435-3188.

Siderópolis, 18 de maio de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

# Sombrio

## PREFEITURA

**DEC. 178/2016**

DECRETO Nº 178, DE 10 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). na seguinte dotação orçamentária:

**07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****2.020 - Atendimento de Saúde Básica**

3.3.90.00.00.00.00.0070(21) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recursos 70.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 10 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**DEC. 179/2016**

DECRETO Nº 179, DE 10 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 59.713,63 (cinquenta e nove mil, setecentos e treze reais e sessenta e tres centavos ), na seguinte dotação orçamentária:

**04.02 - DIRETORIA DE OBRAS****1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas**

4.4.90.00.00.00.00.00. 3091(232) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 28.493,97

**05.04 - DIRETORIA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA****1.008 - Reforma e Ampliação da Rede Física do Eens. Fundamental**

4.4.90.00.00.00.00.00.3091 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 31.219,66

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro da fonte 3091.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 10 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 127/2016

DECRETO Nº 127, DE 18 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CAMILA SIQUEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal CAMILA SIQUEIRA, ocupante do cargo de Coordenadora das Atividades do Esporte, pelo período de 180 dias, a contar do dia 18.05.2016 até 13.11.2016, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 18 de maio de 2016.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

### DECRETO 128/2016

DECRETO Nº 128/2016 DE 18/05/2016

"FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar por Provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

05.01.0010.301.0008.2.024- Manutenção da estrutura física e equipamentos básicos de saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (26)	0.1.23.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1223)	R\$ 35.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), recursos provenientes de PROVÁVEL Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2016, referente a assinatura de Convênio com o Estado para Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Saúde. (Fonte de Recurso 1.223). Proposta SIGEF 15.863/2016.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 18 de maio de 2016.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### **LEI Nº 1.803/2016; FIXA O ÍNDICE DE REVISÃO GERAL DAS REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES E OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 1.803, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Fixa o Índice de Revisão Geral das Remunerações dos Servidores e os Subsídios dos Agentes Políticos Municipais para o Exercício de 2016 e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - O índice de revisão geral das remunerações dos servidores públicos municipais, extensivos aos admitidos em caráter temporário da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, a ser aplicado no mês de maio de 2016, compreendendo o período de maio de 2015 a abril de 2016, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 9,83% (nove inteiros e oitenta e três centésimos por cento).

Art. 2º - Fica aplicado o mesmo Índice para revisão dos subsídios dos Agentes Políticos: Prefeito, Vice Prefeito, Secretários Municipais, exceto aos Vereadores cujo índice será de 7,70% (sete inteiros e setenta centésimos por cento).

Parágrafo Único – a diferenciação de índice aplicado ao subsídio dos vereadores ocorre para dar cumprimento ao previsto pelo §1º do Art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 17 de Maio de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2016 FCT

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
ATA Pregão Presencial Nº. 6/2016

Às 14:40 horas do dia 17/05/2016, na sala de Licitações, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, realizou-se sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, com o objetivo de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO CENOGRÁFICA, LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA E TELÃO DE LED PARA A 26ª FESTA DO IMIGRANTE DE TIMBÓ 2016. Estiveram presentes o pregoeiro Jean Messias Rodrigues Vargas, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio
SILVIA SAUL MUSEKA
ELENISE PISETTA

Que esta subscrevem designados pela Portaria nº. 1895/2016. Presentes também, os representantes das sociedades empresárias licitantes, conforme relação abaixo:

Empresas Participantes (Credenciadas)
HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI -ME
SERGIO ROSSI EPP
ITS BALOON LOCAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS LTDA ME
JG COMERCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - ME
COML. MULTISOM LTDA - ME
SOM TRES LTDA ME
MINISTER SERVIÇOS LTDA EPP
LIND GUIMAR MACHADO ME
LEGO FEIRAS LTDA ME

Representadas respectivamente por seus representantes:

Representantes (Credenciados)
MARIO BALLAND JUNIOR
EVANDRO ROSSI
ANDERSON ARCENO CONSTANTINO
MATEUS MAIER NUNES
VANDERLEI SIEWERT
NORVETE CRISTINA PACKER VALCANIA

Dando início à sessão, o pregoeiro recebeu as declarações de cumprimento dos requisitos de habilitação, bem como os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação. Em seguida o pregoeiro abriu os envelopes contendo as propostas de preços e foi solicitar auxílio Jurídico.

O pregoeiro, de acordo com artigo 43, parágrafo 3º da Lei 8.666, no uso da sua competência, resolveu suspender a sessão para diligências referentes a valores manifestadamente inexequíveis, pela proximidade dos valores das propostas e, segundo participantes concorrentes, um possível conluio.

De acordo com o artigo 48, inciso 2º da Lei 8.666, sob pena de

desclassificação de propostas as seguintes empresas deverão comprovar a exequibilidade do valor, no prazo de três (3) dias úteis a contar desta data:

Item 01  
HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI –ME  
LIND GUIMAR MACHADO ME

Item 03  
LIND GUIMAR MACHADO ME  
HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI -ME  
LEGO FEIRAS LTDA ME

As empresas concorrentes também questionam que as assinaturas do protocolo de entrega de documentos não conferem com as dos documentos anexos as propostas das empresas LIND GUIMAR MACHADO ME e LEGO FEIRAS LTDA ME e as cópias dos documentos de identificação pessoal não estão autenticadas.

Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão. Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS  
Pregoeiro  
ELENISE PISETTA  
Equipe de Apoio  
SILVIA SAUL MUSEKA  
Equipe de Apoio

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33 2016 PMT-CARNEIRAS (GAVETAS DE CONCRETO) E TAMPAS DE CONCRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 33/2016 PMT

OBJETO: registro de preços para aquisição de carneiras (gavetas de concreto) e tampas de concreto destinadas aos cemitérios municipais de Timbó para a confecção de sepulturas. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 01 de junho de 2016. ABERTURA: dia 01 de junho de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBÓ (SC), 17/05/2016  
ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 10.2015 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE APOSTILAMENTO  
A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 10/2015 – FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, a empresa, SEVEGA GRÁFICA E IMPRESSÃO DIGITAL LTDA EPP, CNPJ Nº 08.966.535/0001-23 a comparecer para assinatura do respectivo termo de apostilamento a ata de registro de preço, conforme

segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 23/05/2016  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 18 de maio de 2016.  
BRUNA DE ANDRADE  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 59.2015 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE APOSTILAMENTO  
A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 59/2015 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a empresa, SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, CNPJ Nº 83.953.067/0001-78 a comparecer para assinatura do respectivo termo de apostilamento a ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 23/05/2016  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 18 de maio de 2016.  
BRUNA DE ANDRADE  
Central de Licitações

**EXTRATO CONTRATO Nº 2016.72 FIA**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TIMBÓ - FIA  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/72  
CONTRATANTE: Município de Timbó através do FIA.  
CONTRATADO: Azitur Transportes Ltda.  
OBJETO: Execução do transporte escolar de menor de sua residência (Rua Max Klotz, nº. 11, bairro Dona Clara, Timbó/SC) para a escola Fundamental Clara Donner e vice e versa, no período matutino.  
Prazo: 02/05/2016 até 31/12/2016.  
Data da Assinatura: 02/05/2016.

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário Municipal de Assistência Social

**EXTRATO CONTRATO Nº 2016.80 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/80  
CONTRATANTE: Município de Timbó  
CONTRATADA: Paviplan Pavimentação Ltda.  
OBJETO: Plena e total execução (material e mão-de-obra), da obra de pavimentação, sinalização e drenagem das ruas: São Paulo (trecho I e II), Olinda (trecho I e II) e Corumbá, neste município, no

âmbito do programa planejamento urbano, celebrado entre a união federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Timbó, conforme contratos de repasse n.º 803112/2014 - processo n.º 2622.1016128-53/2014, n.º 803842/2014 - processo n.º 2622.1017300-16/2014 e n.º 809252/2014 - processo n.º 2622.1016129-78/2014, correspondente aos itens abaixo descritos, tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº 19/2016.  
VALOR: R\$ 749.464,22 (setecentos e quarenta e nove mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos).  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.  
DATA DA ASSINATURA: 17/05/2016.

ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 2016/003**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 2016/003

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ através da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.  
CONVENIADO: ESTADO DE SANTA CATARINA através da 34ª Agência de Desenvolvimento Regional de Timbó.  
OBJETO: Cooperação técnica e financeira entre o CONVENIENTE e o CONVENIADO para a construção das novas instalações do quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, com área de 745,69 m² (setecentos e quarenta e cinco vírgula sessenta e nove metros quadrados), a ser edificado no local sobre sua administração (conforme a Portaria SEA nº 203, de 24 de abril de 2013, publicada no D.O.E. Nº 19.566, pg. 02, de 02 de maio de 2013, com fundamento no Decreto Estadual nº 2.807, de 09 de dezembro de 2009), correspondente a 2.364,30 m² (dois mil trezentos e sessenta e quatro vírgula trinta metros quadrados) do terreno situado no lado par da Rua Itapema, esquina com a Rua Ituporanga com 13.380m² (treze mil, trezentos e oitenta metros quadrados), matrícula nº 1.070, Livro nº 02, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, de propriedade do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.  
VALOR: R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).  
PRAZO: 24 meses contados da assinatura. Data da assinatura: 02/05/2016.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

**PORTARIA Nº TIMBOPREV- 149, DE 18 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA Nº TIMBOPREV- 149, DE 18 DE MAIO DE 2016

Alterar a Portaria n. Timboprev 133, de 02/03/2016 que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade a Servidora Pública Municipal Angelina Vicente Tomasini

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

Considerando-se que com o fito de sanar equívoco na elaboração de relatório da média de 80% das maiores remunerações fora instaurado o processo administrativo, o qual, após o devido contraditório, culminou na decisão de proceder a revisão dos proventos de modo a adequar o ato praticado no que diz respeito ao valor dos



proventos de aposentadoria;

Considerando-se que para que surtam os efeitos necessários à validade da revisão dos proventos efetuada é imprescindível a revisão do ato originário de aposentadoria;

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR a redação da Portaria n. Timboprev 133, de 02/03/2016, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade a servidora pública municipal Angelina Vicente Tomasini, passando de: "... no valor de R\$ 1.114,64 (um mil cento e quatorze reais e sessenta e quatro centavos) ..." PARA "... no valor de R\$ 1.089,21 (um mil e oitenta e nove reais e vinte e um centavos) ...." tudo conforme documentação anexada ao processo de revisão de aposentadoria n. Timboprev n. 007/2016, com efeitos retroativos à data da concessão de aposentadoria.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

### **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 10 2015 - SAMAE**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Aquisição de embalagens de Polietileno Reciclado destinadas à coleta seletiva de resíduos sólidos para o ano de 2016.

EMPRESA FORNECEDORA: LED 21 Importadora e Exportadora.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 293.760,00 (duzentos e noventa e três mil setecentos e sessenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial.

VALIDADE DA ATA: 14/02/2017.

Timbó, 18/02/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

### **TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 06 2015 SAMAE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2015 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais hidráulicos para reposição de estoque do almoxarifado em atendimento às necessidades do setor de manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Hidroluna Materiais para Saneamento Ltda; Hidro Válvulas - Lea Loureiro (ME); C.E. Macedo e Cia Ltda; Michele G. da Silva dos Santos Comercial Hidráulica Me; Pescara Indústria e Comércio de Materiais de Saneamento Ltda EPP; Tigre S.A. - Tubos e Conexões; Esaplast Ind. Com. Materiais Plásticos Ltda Me; Via D'Água Comercio de Produtos de Medição Hidráulica e Saneamento Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 141.296,70 (cento e quarenta e um mil duzentos e noventa e seis reais e setenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 13/08/2016

Timbó, 18/08/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º02/2016**

AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º02, DE 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 50, §4.º inciso I do Regimento Interno, torna público que será realizada Audiência Pública para demonstração e avaliação das Metas Fiscais pelo Poder Executivo relativas ao Primeiro Quadrimestre de 2016, em atendimento ao disposto no §4.º do art. 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

DA DATA E DO LOCAL

Art.1.º A Audiência Pública de que trata este edital realizar-se-á no dia 30 de maio, às 16 horas, no Plenário da Câmara Municipal, localizada na Rua Inglaterra esquina n.º 750 com Rua Projetada "A", Bairro das Nações.

DO OBJETIVO

Art. 2.º O objetivo da Audiência é a demonstração e avaliação das Metas Fiscais referentes ao 1.º quadrimestre de 2016 pelo Poder

Executivo com as organizações civis e demais interessados.

Audiência Pública n.º 02/2016

Edital de Convocação de Audiência Pública

DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Art. 3.º Estão convidados a participar da Audiência Pública setores governamentais, organizações de classe, empresas públicas e privadas e demais municípios.

Parágrafo Único. A exposição da matéria será realizada pelo Poder Executivo Municipal, conforme determina o §4.º do art. 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, pelo tempo que se fizer necessário.

Art. 4.º A participação da plenária observará os seguintes procedimentos:

I – é assegurado ao participante o direito de manifestação oral, após a exposição completa da matéria;

II – as manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro da intenção para a manifestação, devendo, quando for o caso, informar o nome do participante;

III – o tempo para a manifestação oral será definido em função do número de participantes e da previsão de duração total do evento, sendo assegurado o tempo mínimo de dois minutos e no máximo de dez.

Parágrafo Único. As situações não previstas pelo Regimento Interno no que diz respeito ao procedimento da Audiência Pública serão resolvidas pelo Vereador Presidente da Comissão ou aquele que, por ventura, o estiver substituindo.

Art. 5.º Os interessados poderão participar do presente processo mediante envio de críticas, sugestões e questionamentos aos relatórios contábeis apresentados, divulgados a partir do dia 25 de maio, nos termos do §2.º do art. 2.º da Resolução MD n.º 06/2006, pela Câmara Municipal em seu endereço eletrônico [www.camaratimbo.sc.gov.br](http://www.camaratimbo.sc.gov.br).

§1.º As sugestões, críticas e questionamentos podem ser enviados para os seguintes endereços:

I – por correspondência, para a Rua Inglaterra esquina n.º 750 com Rua Projetada "A", Bairro das Nações, Timbó-SC. CEP 89120-000;

Audiência Pública n.º 02/2016

Edital de Convocação de Audiência Pública

II – por correspondência eletrônica, para o e-mail [camara@camaratimbo.sc.gov.br](mailto:camara@camaratimbo.sc.gov.br).

§2.º O período para o envio das sugestões, críticas e questionamentos referidos inicia-se em 25 de maio e finda no dia imediatamente anterior ao previsto para a abertura da Audiência Pública.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6.º A minuta deste Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico [www.camaratimbo.sc.gov.br](http://www.camaratimbo.sc.gov.br), bem como será afixada na sede da Câmara Municipal.

Art. 7.º A Câmara Municipal divulgará, em sua página eletrônica, no prazo de sete dias, após sua realização, a ata da Presente Audiência Pública.

Timbó, 12 de maio de 2016.

DOUGLAS EMANUEL MARCHETTI

Presidente da Mesa Diretora

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2016

AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º03, DE 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 50, §4.º inciso I do Regimento Interno, torna público que será realizada Audiência Pública para discutir, a pedido da Comissão de Mérito, acerca dos problemas causados pela poluição sonora e da perturbação do sossego na cidade de Timbó.

#### DA DATA E DO LOCAL

Art.1.º A Audiência Pública de que trata este edital realizar-se-á no dia 02 de julho, às 18 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara Municipal, localizada na Rua Inglaterra esquina n.º 750 com Rua Projetada "A", Bairro das Nações.

#### DO OBJETIVO

Art. 2.º O objetivo da Audiência é debater com as organizações civis e demais cidadãos interessados acerca dos problemas causados pela poluição sonora e da perturbação do sossego na cidade de Timbó.

Audiência Pública n.º 03/2016

Edital de Convocação de Audiência Pública

#### DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Art. 3.º Estão convidados a participar da Audiência Pública setores governamentais, organizações de classe, empresas públicas e privadas e demais municípios.

Art. 4.º A participação da plenária observará os seguintes procedimentos:

I – é assegurado ao participante o direito de manifestação oral, após a exposição completa da matéria;

II – as manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro da intenção para a manifestação, devendo, quando for o caso, informar o nome do participante;

III – o tempo para a manifestação oral será definido em função do número de participantes e da previsão de duração total do evento, sendo assegurado o tempo mínimo de dois minutos e no máximo de dez.

Parágrafo Único. As situações não previstas pelo Regimento Interno no que diz respeito ao procedimento da Audiência Pública serão resolvidas pelo Vereador Presidente da Comissão ou aquele que, por ventura, o estiver substituindo.

Art. 5.º Os interessados poderão participar do presente processo mediante envio de críticas, sugestões e questionamentos ao Projeto, que se encontra divulgado pela Câmara Municipal em seu endereço eletrônico [www.camaratimbo.sc.gov.br](http://www.camaratimbo.sc.gov.br).

§1.º As sugestões, críticas e questionamentos podem ser enviados para os seguintes endereços:

I – por correspondência, para a Rua Inglaterra esquina n.º 750 com Rua Projetada "A", Bairro das Nações, Timbó-SC. CEP 89120-000;

II – por fax, para o n.º (47) 3382-2177, 3382-1433;

II - por correspondência eletrônica, para o e-mail [camara@camaratimbo.sc.gov.br](mailto:camara@camaratimbo.sc.gov.br).

Audiência Pública n.º 03/2016

Edital de Convocação de Audiência Pública

§2.º O período para o envio das sugestões, críticas e questionamentos referidos inicia-se na data de publicação do presente edital e finda no dia imediatamente anterior ao previsto para a abertura da Audiência Pública.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6.º A minuta deste Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico [www.camaratimbo.sc.gov.br](http://www.camaratimbo.sc.gov.br), bem como será afixada na sede da Câmara Municipal.

Art. 7.º A Câmara Municipal divulgará, em sua página eletrônica, no prazo de sete dias, após sua realização, a ata da Presente Audiência Pública.

Timbó, 17 de maio de 2016.

DOUGLAS EMANUEL MARCHETTI

Presidente da Mesa Diretora

### Portaria nº 18/2016

Portaria Nº 018/2016

Concede adicional de qualificação ao servidor Ruben Parno.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e o art. 50, § 3º, II, do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 14, I e 15 da Lei Complementar nº 338/2007, no requerimento do servidor de 26 de abril de 2016 e no parecer da Assessoria Jurídica, Resolve:

Art. 1º Conceder Adicional de Qualificação de três por cento (3%) sobre o vencimento ao servidor Ruben Parno, ocupante do Cargo de Advogado, com efeitos a partir de 26 de abril de 2016 (data do requerimento), conforme determina o artigo 15 da Lei complementar n. 338/2007.

Timbó, 18 de maio de 2016.  
Douglas Emanuel Marchetti  
Presidente

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

## **SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**

### **PORTARIA NO SAMAE - 058 DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA No SAMAE - 058 DE 12 DE MAIO DE 2016

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Rodrigo Langa contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo na Autarquia Municipal, a contar desta data.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal RODRIGO LANGA, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 011, de 02 de fevereiro de 2016, a contar de 12 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### **PORTARIA N. SAMAE- 053, DE 02 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA N. SAMAE- 053, DE 02 DE MAIO DE 2016

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Gema Vicente

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora GEMA VICENTE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, por vinte e sete (27) dias, a contar de 16 de Abril de 2016 (período de 16/04/2016 a 12/05/2016), com remuneração equivalente a de contribuição, a título de auxílio-doença conforme Processo RH 73/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### **PORTARIA N. SAMAE- 054 DE 02 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA N. SAMAE- 054 DE 02 DE MAIO DE 2016

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total ao Servidor Moacir Petry

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total ao Servidor MOACIR PETRY ocupante de cargo efetivo de Fiscal Leiturista,

lotado no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 03.05.2011 a 02.05.2016, conforme Processo RH n. 66/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Maio de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA N. SAMAE- 055 DE 02 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA N. SAMAE- 055 DE 02 DE MAIO DE 2016

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total a Servidora Margarida Steffen

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

#### **RESOLVE**

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total a Servidora MARGARIDA STEFFEN ocupante de cargo efetivo de Auxiliar Operacional, lotada no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 03.05.2011 a 02.05.2016, conforme Processo RH n. 67/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Maio de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA N. SAMAE- 056, DE 02 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA N. SAMAE- 056, DE 02 DE MAIO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4184, de 13/04/2016:

#### **RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
RICARDO DA SILVA SANTOS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	27/01/1983	061.194.489-85	44 horas	04/05/2016 a 30/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Maio de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. SAMAE- 059, DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA N. SAMAE- 059, DE 12 DE MAIO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4184, de 13/04/2016:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
MARCOS VINICIUS DOS SANTOS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	13/11/1991	085.859.759-46	44 horas	17/05/2016 a 30/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Maio de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**PORTARIA N. SAMAE- 060 DE 12 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA N. SAMAE- 060 DE 12 DE MAIO DE 2016

Concede Promoção por Nova Titulação a servidora Beatris Zoboli Campregher

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos arts. 20 a 25 da Lei Complementar n. 137 de 02 de Julho de 1998,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, a Servidora ocupante de cargo efetivo, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
BEATRIS ZOBOLI CAMPREGHER	38	43	27/04/2016	RH 068/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Maio de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**PORTARIA NO SAMAE -057 DE 06 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA No SAMAE -057 DE 06 DE MAIO DE 2016

Concede Exoneração ao Servidor Ingo Reguse ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I a contar desta data.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 49 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal INGO REGUSE, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 062, de 10 de maio de 2006, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente



# Três Barras

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 46/2016

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2015

Termo Aditivo nº 46/2016

Processo Licitatório nº105/2014

Tomada de Preço nº 04/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras.

Contratado: Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda- CNPJ sob o nº 17.970.164/0001-44.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 05/2015 prorrogando o prazo de execução do item 4.2 e da vigência do item 4.3 para até 16 de agosto de 2016, prazo máximo para a execução.

Valor:

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 18 de maio de 2016.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 47/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2015

Termo Aditivo nº 47/2016

Processo Licitatório nº105/2014

Tomada de Preço nº 04/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras.

Contratado: Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda- CNPJ sob o nº 17.970.164/0001-44.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 05/2015 prorrogando o prazo de execução do item 4.2 e da vigência do item 4.3 para até 16 de agosto de 2016, prazo máximo para a execução.

Valor:

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 18 de maio de 2016.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 48/2016

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2014

Termo Aditivo nº 48/2016

Processo Licitatório nº59/2014

Concorrência Pública

Contratante: Fundo Municipal de Saúde – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: Construtora Ic Ltda Me - CNPJ sob o nº 85.248.920/0001-86.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 010/2014 prorrogando o prazo de execução do item 4.1 e da vigência do item 4.2 para até 16 de agosto de 2016, para conclusão das obras do item 01 e 02, e para até 16 de junho de 2016 para conclusão das obras do Lote 03, prazo máximo para a execução.

Valor:

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 18 de maio de 2016.

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### LEI 1903

LEI MUNICIPAL Nº. 1.903 DE 18 DE MAIO DE 2016.

“CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL DA BOCHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Com a finalidade específica e exclusiva de colaborar no custeio das atividades de sua manutenção fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação Esportiva Recreativa e Cultural da Bocha, CNPJ Nº 78.482.577/0001-74 subvenção social no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) cuja liberação fica condicionada à apresentação das certidões negativas de débitos, Federais, Estaduais e Municipais.

Parágrafo único. O valor da subvenção será dividido em (04) quatro parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 1.000,00, (mil reais) a contar do mês de maio de 2016.

Art. 2º. A entidade beneficiada deverá Prestar Contas, até o 60 (sessenta) dias após o recebimento da última parcela, conforme Lei 4320/64.

Art. 3º. É vedada a redistribuição dos recursos de que trata esta Lei a outras entidades congêneres ou não.

Art. 4º. O saldo eventualmente não aplicado deverá ser revertido aos cofres públicos até 31 de janeiro do exercício seguinte ao do recebimento.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei onerarão a dotação orçamentária resultante da abertura de crédito especial, por conta das operações de suplementação e anulação de crédito, conforme especificado abaixo:

Suplementa:

07 – Secretaria de Cultura e Esportes

02 – Serviços do Esporte

Atividade: 2218 – Despesas com Atividades Desportivas

Modalidade de aplicação: (83) 3.3.50.00.00.00.00.01

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Anula:

7 – Secretaria de Cultura e Esportes

02 – Serviços de Esportes

Atividade: 2218 – Despesas com Atividades Desportivas

Modalidade de Aplicação: (84) 3.3.90.00.00.00.00.01

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
em 18 de maio de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 071/2016 DE 25 DE ABRIL DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

RETIFICAÇÃO A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA 071 DE 25 DE ABRIL DE 2016.

O Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu Prefeito Sr. Silvio Venturi torna pública a RETIFICAÇÃO da Portaria 071/2016 de 25 de abril de 2016, comunicando às pessoas interessadas a seguinte mudança:

1) Fica alterado o artigo 1º primeiro da Portaria:

Onde se lê: "Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Municipal Interna para fins de processo administrativo disciplinar, sob rito ordinário, para apuração dos fatos ocorridos na data de 12 de abril de 2016, além de fatos conexos ao mesmo, referentes à possível conduta funcional de servidor público municipal – Sr. Osmar Gonçalves ficando nomeados os seguintes servidores:"

Leia-se: "Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Municipal Interna para fins de processo administrativo disciplinar, sob rito ordinário, para apuração dos fatos ocorridos na data de 12 de abril de 2016, além de fatos conexos ao mesmo, referentes à possível conduta funcional de servidor público municipal – Sr. Marcionei Moon, ficando nomeados os seguintes servidores:"

2) A presente Retificação justifica-se pelo fato de que a Portaria Publicada no Diário Oficiais dos Municípios encontra-se em discordância com a Portaria Original publicada no Mural oficial do município tendo o mesmo ocorrido por problemas técnicos relacionados ao servidor.

Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria.

Trombudo Central, 16 de maio de 2016.

Silvio Venturi

Prefeita Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

### PROCESSO DE COMPRA Nº.: 79/2016 PRESENCIAL Nº: 61/2016

Processo de Compra Nº.: 79/2016  
Pregão Presencial nº: 61/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto a aquisição de KIT POSTE PADRÃO CELESC MONOFASICO QUE SERÁ INSTALADO NA LINHA RAIGÃO BAIXO, INTERIOR DO MUNICIPIO.

Entrega das propostas e Credenciamento até 9h15min do dia 02 de Junho de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 19 de maio de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2015 EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2015 SEGUNDO TERMO ADITIVO – PRAZOS TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Processo licitatório Nº 79/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2015

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO – PRAZOS

#### TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município doravante denominado simplesmente CONCEDENTE e a empresa Farol Indústria e Comércio s.a., sociedade limitada com sede na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, na Rua Isidoro Simioni, 80, Rodovia BR 153, Km 97, Bairro Industrial pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.391.271/00001-40, neste ato representado por seu Procurador o Sr. Valdemiro Valcir Negretti, residente e domiciliado na Rua Ervino Bechetel, 170, Bairro Sunti, na cidade de Concórdia, no Estado de Santa Catarina inscrito no CPF sob nº 347.978.409-78, doravante denominado simplesmente de CONCESSIONÁRIO, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Concessão de direito real de uso, com fundamento na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 79/2015 na modalidade do Concorrência sob nº 01/2015.

#### PREGÃO

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo para instalação de Indústria de Reciclagem de Resíduo Animal, conforme projeto apresentado pelo Concessionário e constante no Termo de Concessão de Direito Real de Uso.

2.2 A prorrogação do Termo de Concessão ocorre diante das justificativas e razões apresentadas pelo Concessionário, principalmente no aspecto do atraso no recebimento das Licenças necessárias para início regular das obras junto a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

Por meio do presente Termo Aditivo fica prorrogada a vigência do Termo de Concessão pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Concessão de Direito Real de Uso.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo de Concessão de Direito Real de Uso, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 13 de maio de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Farol Indústria e Comércio S.A.

Valdemiro Valcir Negretti – Procurador

#### Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

# União do Oeste

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016

PROCESSO Nº 26/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de 2016, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 26/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa GRÁFICA BOSCARDIN LTDA EPP, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECCÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE UNIÃO DO OESTE, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	CADERNO EM ESPIRAL 48 FOLHAS BRANCAS; CAPA MODELO PADRÃO JÁ EXISTENTE, NAS CORES VERDES E VERMELHA, DADOS DO MUNICÍPIO E SECRETARIA MAIS ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO E NA CONTRA CAPA O HINO NACIONAL PAPEL 50 GRS, CAPA NO PAPEL TRIPLEX 250 GRS EM SELEÇÃO DE CORES COM ESPIRAL E VERNIZ UV, TAMANHO 15X21	UN	3.000,00	BOSCARDIN	3,89	11.670,00
3	AGENDA ESCOLAR, CAPA DURA PLASTIFICADA COM IMAGEM E NOME DO PROJETO, BRASÃO DO MUNICÍPIO E NOME, SLOGAN, ANO E EM ESPIRAL DUPLO. 1ª PAGINA DADOS PESSOAIS, DADOS DOS PAIS E AUTORIZAÇÃO; NO VERSO: DADOS DA ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E TELEFONES; 2ª PAGINA DADOS DAS ESCOLAS, NOME DO PROJETO E TELEFONES DAS ESCOLAS; NO VERSO: JUSTIFICATIVA. 3ª UM POEMA; NO VERSO: HINO À BANDEIRA NACIONAL; 4ª PÁGINA HINO DA INDEPENDÊNCIA, HINO DO ESTADO DE SC, HINO MUNICIPAL, HINO NACIONAL (UM POR PÁGINA, FRENTE E VERSO) 5ª PÁGINA CALENDÁRIO 2016 E VERSO TÍTULO: ANOTAÇÕES E LINHAS EM BRANCO. O MÊS DE JANEIRO E FEVEREIRO EM 01 PÁGINA. FRENTE: IMAGEM E UM PENSAMENTO E NO VERSO DATAS COMEMORATIVAS DE CADA MÊS. NA SEQUÊNCIA DE MAIS MESES DE MARÇO A DEZEMBRO. FRENTE: IMAGEM E UM PENSAMENTO E NO VERSO DATAS COMEMORATIVAS DE CADA MÊS, SEGUINDO DE TRÊS PÁGINAS COM LINHAS COM O NOME DO MÊS NO CANTO SUPERIOR A DIREITA E INFERIOR O MINI CALENDÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS DIAS. ÚLTIMA PAGINA: AGENDA TELEFÔNICA FRENTE E VERSO. CONTRA CAPA COM IMAGEM DO MUNICÍPIO E IDENTIFICAÇÃO: ESTADO, MUNICÍPIO E SECRETARIA. TOTAL 48 FOLHAS MAIS CAPA E CONTRA CAPA, TAMANHO 14,8X21,3 CM	UN	400,00	BOSCARDIN	17,90	7.160,00

7	CADERNO EM ESPIRAL 48 FOLHAS, CAPA MODELO PADRÃO JÁ EXISTENTE, NAS CORES VERDE E VERMELHA; DADOS DO MUNICÍPIO E SECRETARIA MAIS ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO E NA CONTRA CAPA O HINO NACIONAL, TAMANHO A4 CAPA PAPEL TRIPLEX 300 GRS EM SELEÇÃO DE CORES, PARTE INTERNA COM 48 FLS NO PAPEL 75 GRS	UN	500,00	BOSCARDIN	6,49	3.245,00
14	ENVELOPE SACO 26X36 CM, PERSONALIZADO EM SELEÇÃO DE CORES, PAPEL 120 GRS. COM ABERTURA LATERAL.	UN	1.000,00	BOSCARDIN	0,89	890,00
33	EXAME PREVENTIVO TAMANHO 8X8CM, 1X50, PAPEL 90 GRS	BL	25,00	BOSCARDIN	4,95	123,75

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa GRÁFICA BOSCARDIN LTDA EPP, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 15 dias, na Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridas, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

## 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 08 – 33.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 2.035 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL



CÓD. RED: 27 e 29 - 33.90.00.00.00.00.00

Órgão – 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade - 01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
Projeto Atividade – 2.043 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA  
CÓD. RED.: 86 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE  
Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto Atividade – 2.025 – MANUT. ATIV. DA SAÚDE  
COD. RED: 08 - 3.3.90.00.00.00.00.00  
Projeto Atividade – 2.030 – MANUT. VIG. EM SAÚDE SANITARIA  
COD. RED: 35 - 3.3.90.00.00.00.00.00  
Projeto Atividade – 2.029 – MANUT. VIG. EM SAÚDE EPIDEMIOLOGICA  
COD. RED: 38 - 3.3.90.00.00.00.00.00

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 26/2016.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega das sementes;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 26/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

## 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos municípios (DOM).

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 26/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

GRÁFICA BOSCARDIN LTDA EPP  
NELSON BOSCARDIN  
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Silvane Lazzeri Piana  
CPF:000.246.779-81

02. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF:460.292.909-59

### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016

PROCESSO Nº 26/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de 2016, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 26/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ERECHIM ARTES GRÁFICAS LTDA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE UNIÃO DO OESTE, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	ENVELOPE SACO 18X25CM, PERSONALIZADOS EM SELEÇÃO DE CORES, PAPEL 120 GRS COM ABERTURA LATERAL	UN	700,00	EAG	0,76	532,00
5	ENVELOPES OFICIO 11,5X22,9 CM, PERSONALIZADOS EM SELEÇÃO DE CORES, PAPEL 90 GRAMAS	UN	700,00	EAG	0,55	385,00
6	ENVELOPES 24X34CM PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PERSONALIZADO EM SELEÇÃO DE CORES, PAPEL 90 GRS.	UN	700,00	EAG	0,90	630,00
10	ENVELOPES 24X34 CM, PERSONALIZADOS EM SELEÇÃO DE CORES, PAPEL 90 GRAMAS.	UN	2.000,00	EAG	0,80	1.600,00

11	FOLHAS DE OFICIO PERSONALIZADA, EM SELEÇÃO DE CORES, TAMANHO A4, PAPEL 90 GRAMAS	UN	15.000,00	EAG	0,14	2.100,00
17	ORDEM DE ABASTECIMENTO TAMANHO 15X18,5 CM, BLOCOS 3X50, PAPEL COPIATIVO, PICOTADO E NUMERADO	BL	100,00	EAG	13,00	1.300,00
18	CADERNETA DE VEÍCULOS CAPA NO PAPEL COUCHE 250 GRS EM SELEÇÃO DE CORES, PARTE INTERNA PAPEL 90 GRS COM 08 PAGINAS, TAMANHO 30X21	UN	150,00	EAG	2,80	420,00
20	RECEITUARIO MEDICO SIMPLES PAPEL COPIATIVO 2X50, EM SELEÇÃO DE CORES, TAM. 15,5X21,5 CM	BL	180,00	EAG	9,20	1.656,00
21	ENVELOPE OFICIO 11,5 X 22,9 CM, PERSONALIZADO EM SELEÇÃO DE CORES, PAPEL SULFITE 90 GRS.	UN	500,00	EAG	0,56	280,00
22	LAUDO MEDICO, 2X50, PAPEL COPIATIVO, TAMANHO 21X30 CM	BL	8,00	EAG	14,00	112,00
23	AGENDAS 2016 PARA MARCAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS, ODONTOLÓGICAS E ENFERMAGEM, TAMANHO A4, CAPA COLORIDA E PARTE INTERNA PAPEL 90 GRS EM UMA COR	UN	20,00	EAG	62,00	1.240,00
24	FAIXAS 5,00X0,50 METROS, IMPRESSAS EM LONA E EM SELEÇÃO DE CORES.	UN	5,00	EAG	180,00	900,00
26	BANNERS 1,50X1,20M, IMPRESSOS EM LONA E EM SELEÇÃO DE CORES	UN	8,00	EAG	130,00	1.040,00
27	FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO FISIOTERÁPICA, PAPEL CARTOLINA BRANCO 180 GRAMAS, TAMANHO 21X30CM	UN	800,00	EAG	0,35	280,00
28	BLOCOS SISVAN TAM. 22X31,5 CM IMPRESSO NO PAPEL 90 GRS EM UMA COR, 1X50	BL	4,00	EAG	29,95	119,80
29	PRONTUÁRIOS MÉDICOS COM IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE, TAMANHO A4, IMPRESSO FRENTE E VERSO, PAPEL CARTOLINA 180 GR.	UN	1.200,00	EAG	0,28	336,00
31	CARTÃO GESTANTE EM SELEÇÃO DE CORES, IMPRESO FRENTE E VERSO, PAPEL CARTOLINA 180 GRAMAS.	UN	400,00	EAG	0,64	256,00
32	REQUISIÇÃO DE EXAMES CITO PATOLÓGICO-COLO DO UTERO, IMPRESSO FRENTE E VERSO NO PAPEL 90 GRS 1X100, TAM. 21,5X31 CM	BL	15,00	EAG	14,00	210,00
34	ETIQUETAS PARA MEDICAMENTOS, TAM. 8,5X6CM, 1X100, PAPEL 90GR	UN	5.000,00	EAG	0,12	600,00
36	BLOCO CONSULTA MEDICA AGENDADA, 8X8 CM, PAPEL 90 GRS EM UMA COR 1 X 50.	BL	130,00	EAG	2,99	388,70
37	FORMULARIO REUNIÃO HIPERTENSOS 1X100, TAMANHO 7X8 CM, PAPEL 90 GRAMAS	BL	60,00	EAG	3,00	180,00
39	RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL, 2X50, PAPEL COPIATIVO, TAMANHO 15,5X21,5 CM, EM SELEÇÃO DE CORES	BL	150,00	EAG	13,00	1.950,00
40	RECEITUARIO B AZUL CONTROLADO, NUMERADO 1X50, TAMANHO 8,8 X 27CM	BL	60,00	EAG	5,00	300,00
41	REQUISIÇÃO EXAME ANATOMOPATOLOGICO, 1X100, PAPEL 75 GRS, TAMANHO 21X30 CM	BL	2,00	EAG	60,00	120,00
42	FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA TAMANHO A4, 1X100, FRENTE E VERSO, PAPEL 90 GRS EM UMA COR	BL	25,00	EAG	11,79	294,75
43	FICHA DE PROCEDIMENTO TAMANHO A4, 1X100, FRENTE E VERSO, PAPEL 90 GRS EM UMA COR	BL	35,00	EAG	9,29	325,15
45	FICHA CADASTRAMENTO DA GESTANTE 1X100, TAM 21X29 PAPEL 90GRS	BL	2,00	EAG	60,00	120,00
46	FICHA DE VISITA DOMICILIAR PAPEL 90 GRS, FRENTE E VERSO 21 X 30 CM	UN	1.500,00	EAG	0,29	435,00
47	REQUISIÇÃO MAMOGRAFIA, 1X100, TAMANHO 21X30 CM, PAPEL 90 GRS	BL	5,00	EAG	28,00	140,00
48	CADASTRO DO HIPERTENSO E/OU DIABÉTICO, IMPRESSO FRENTE E VERSO, TAMANHO 21X30 CM, PAPEL 90 GRS. 1X100.	BL	8,00	EAG	27,99	223,92

53	FOLDER PARA CAMPANHAS DE SAÚDE PAPEL COUCHE 150 GRS PERSONALIZADO EM SELEÇÃO DE CORES, COM DOBRAS, TAMANHO 21X30 CM COM ENVELOPE PERSONALIZADO EM PAPEL TRIPLEX 250 GRS, SENDO 14 CAMPANHAS NO TAMANHO 21X30 E UMA CAMPANHA NO TAMANHO 21X21 CM, COM CRIAÇÃO, MONTAGEM E FOTOLITO POR CONTA DA GRAFICA	UN	20.000,00	EAG	0,59	11.800,00
----	--	----	-----------	-----	------	-----------

## 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ERECHIM ARTES GRÁFICAS LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 15 dias, na Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridas, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

## 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 08 – 33.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 2.035 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

CÓD. RED: 27 e 29 - 33.90.00.00.00.00

Órgão – 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade - 01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto Atividade – 2.043 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

CÓD. RED.: 86 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade – 2.025 – MANUT. ATIV. DA SAÚDE

COD. RED: 08 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.030 – MANUT. VIG. EM SAÚDE SANITARIA

COD. RED: 35 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.029 – MANUT. VIG. EM SAÚDE EPIDEMIOLOGICA

COD. RED: 38 - 3.3.90.00.00.00.00.00

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 26/2016.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega das sementes;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 26/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

## 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos municípios (DOM).

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 26/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

## 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

ERECHIM ARTES GRÁFICAS LTDA ME  
ALEX BOSCHETTI  
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Silvane Lazzeri Piana  
CPF:000.246.779-81

02. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF:460.292.909-59

## ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

PROCESSO Nº 26/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de 2016, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 26/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

### 1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE UNIÃO DO OESTE, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	PASTAS PARA A SECRET. DE EDUCAÇÃO PERSONALIZADAS EM SELEÇÃO DE CORES PAPEL TRIPLEX 300 GRS COM VERNIZ UV TOTAL, COM BOLSO, TAMANHO 32X23; NA FRENTE BRASÃO DA PREFEITURA E DADOS DO MUNICIPIO CONFORME MODELO JÁ EXISTENTE	UN	700,00	POLIMPRESSOS	1,80	1.260,00
8	CAPA PARA BLOCO DE PRODUTOR RURAL, PERSONALIZADAS EM SELEÇÃO DE CORES, PAPEL TRIPLEX 300 GRS, COM VERNIZ UV TOTAL, TAMANHO 25X46 CM	UN	2.500,00	POLIMPRESSOS	1,50	3.750,00
9	NOTA DE PRODUTOR RURAL, 4 VIAS PAPEL COPIATIVO, TAMANHO 21,3X21,8 CM	UN	12.000,00	POLIMPRESSOS	0,35	4.200,00
12	ENVELOPES OFICIO 11,5X22,9CM, PERSONALIZADO EM SELEÇÃO DE CORES, PAPEL 90GRS, COM ABERTURA LATERAL	UN	1.000,00	POLIMPRESSOS	0,35	350,00



13	ENVELOPE SACO 17,8X24,8CM, PERSONALIZADO EM SELEÇÃO DE CORES, PAPEL 120 GRS, COM ABERTURA LATERAL	UN	1.500,00	POLIMPRESSOS	0,51	765,00
15	PASTA PERSONALIZADA EM SELEÇÃO DE CORES, COM FOTOLITO E VERNIZUV TOTAL, PAPEL TRIPLEX 300GRS, COM BOLSO INTERNO, TAMANHO 31,5X23,5CM	UN	800,00	POLIMPRESSOS	1,80	1.440,00
16	PASTA PERSONALIZADA EM SELEÇÃO DE CORES, COM FOTOLITO E VERNIZUV TOTAL, PAPEL TRIPLEX 300GRS, COM ORELHA, TAMANHO 31,5X23,5CM	UN	800,00	POLIMPRESSOS	1,65	1.320,00
19	ORDEM DE SERVIÇO 2X50, PAPEL EXTRA COPIATIVO, FORMATO 17X12 CM, COM UMA COR E UMA VIA PICOTADA.	BL	70,00	POLIMPRESSOS	6,44	450,80
25	RECEITUÁRIO MÉDICO 1X100 PAPEL 90 GRS, TAMANHO 15,5X21,5 CM, SELEÇÃO DE CORES	UN	150,00	POLIMPRESSOS	3,29	493,50
30	CONSULTA PACIENTE, 2X50, TAMANHO 16X16,5 CM, PAPEL COPIATIVO	UN	170,00	POLIMPRESSOS	4,34	737,80
35	FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO 2X50, TAM. 16X11,5 CM PAPEL 90GRS, COLADO	BL	120,00	POLIMPRESSOS	3,22	386,40
38	CADERNETA PREPARANDO A CHEGADA DO SEU BEBÊ EM SELEÇÃO DE CORES, PAPEL 250 GRS	UN	150,00	POLIMPRESSOS	3,39	508,50
44	FICHA CADASTRAL DE ATENDIMENTO, PAPEL CARTOLINA 180 GR TAMANHO 21X30 CM	UN	1.500,00	POLIMPRESSOS	0,34	510,00
49	FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL TAMANHO A4, 1X100, FRENTE E VERSO, PAPEL 90 GRS EM UMA COR	BL	25,00	POLIMPRESSOS	12,99	324,75
50	FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO, TAMANHO A4, 1X100, FRENTE E VERSO, PAPEL 90 GRS EM UMA COR	BL	25,00	POLIMPRESSOS	12,99	324,75
51	CADASTRO INDIVIDUAL TAMANHO A4, 1X100 FRENTE E VERSO PAPEL 90 GRS EM UMA COR	BL	40,00	POLIMPRESSOS	9,99	399,60
52	CADASTRO DOMICILIAR TAMANHO A4, 1X100 PAPEL 90 GRS EM UMA COR	BL	15,00	POLIMPRESSOS	16,99	254,85

## 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 15 dias, na Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridas, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

## 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 08 – 33.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 2.035 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

CÓD. RED: 27 e 29 - 33.90.00.00.00.00

Órgão – 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade - 01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto Atividade – 2.043 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

CÓD. RED.: 86 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade – 2.025 – MANUT. ATIV. DA SAÚDE

COD. RED: 08 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.030 – MANUT. VIG. EM SAÚDE SANITARIA

COD. RED: 35 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.029 – MANUT. VIG. EM SAÚDE EPIDEMIOLOGICA

COD. RED: 38 - 3.3.90.00.00.00.00

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 26/2016.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega das sementes;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 26/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos municípios (DOM).

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 26/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME  
PAULO VALDEMAR FRIEDRICH  
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Silvane Lazzeri Piana  
CPF: 000.246.779-81

02. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

### **ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016

PROCESSO Nº 28/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezoito dias do mês de maio de 2016 o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 28/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa TREMALHA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO**

0.1 A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE HIGIENE/LIMPEZA, COPA E COZINHA, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	SACO BRANCO ALVEJADO 100% algodão.Tamanho mínimo de 45 x 70 cm. Validade indeterminada	UN	130,00	TREMALHA	6,07	789,10
38	TOALHA DE BANHO 070X1,40 CM, CORES DIVERSAS	UN	40,00	ATLANTICA	16,48	659,20
40	TOALHA DE ROSTO, TAM: 50X75 CM, 100% ALGODÃO. CORES CLARAS	UN	75,00	ATLANTICA	7,66	574,50
41	PANO DE PRATO ATOALHADO, TAMANHO 45X68CM	UN	60,00	TREMALHA	4,09	245,40
72	SACO NÃO ALVEJADO (CRÚ) , 100% algodão, tamanho mínimo 45 x 70cm. Validade indeterminada	UN	80,00	TREMALHA	4,59	367,20

**2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

**3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**4. DA ENTREGA**

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa TREMALHA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA - ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias nas dependências do Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

**5. DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente,

com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 08 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto Atividade – 2.035 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 27, 28 E 29 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.036 – MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cód. Red. 42 E 43 – 3.3.90.00.00.00.00

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 28/2016.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 28/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 28/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

**12. DO FORO**

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

TREMALHA INDUSTRIA E COMERCIO DE  
CONFECCOES LTDA - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

02. \_\_\_\_\_  
Nome: Marilia Miorelli  
CPF:057.672.509-95

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2016

PROCESSO Nº 28/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezoito dias do mês de maio de 2016 o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 28/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO**

0.1 A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE HIGIENE/LIMPEZA, COPA E COZINHA, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
24	PAPEL HIGIENICO 4 ROLOS DE 30M, FOLHA BRANCA DUPLA, DE BOA QUALIDADE	PT	450,00	FOFINHO	4,80	2.160,00
48	TOALHA DE PAPEL, FORMATO 23CMX20CM, BRANCA, EMBALAGEM COM 1.000 UND.	PT	900,00	GUIPEL	11,05	9.945,00
69	PAPEL HIGIENICO 4 ROLOS C/60 MT, FOLHA BRANCA, DE BOA QUALIDADE.	PT	800,00	GUIPEL	3,88	3.104,00

**2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

**3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.



3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

#### 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias nas dependências do Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

#### 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 08 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto Atividade – 2.035 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 27, 28 E 29 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.036 – MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cód. Red. 42 E 43 – 3.3.90.00.00.00.00

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 28/2016.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 28/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 28/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO  
DE ALIMENTOS LTDA ME  
RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

02. \_\_\_\_\_  
Nome: Marilia Miorelli  
CPF: 057.672.509-95

### **ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016

PROCESSO Nº 28/2016  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016  
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.



Aos dezoito dias do mês de maio de 2016 o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 28/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa SCS COMERCIO LTDA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## 1. DO OBJETO

0.1 A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE HIGIENE/LIMPEZA, COPA E COZINHA, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	ALCOOL 92.8% 1 LITRO	UN	400,00	DO SUL	8,60	3.440,00
6	COPO PLÁSTICO PARA AGUA, (200 ML), atóxico, descartável com capacidade para 200 ml, em pacotes com 100 unidades	PT	500,00	COPOSUL	4,18	2.090,00
9	DESODORIZADOR DE AMBIENTES 360 ML, INOFENSIVO A CAMADA DE OZONIO, PULVERIZADOS ESSENCIAS NATURAIS	UN	55,00	ULTRA FRES	9,30	511,50
31	SABÃO EM PÓ, MULTIAÇÃO, EMBALAGEM 01 KG, REMOVEDOR DE MANCHAS DIFICEIS, COM PODER ACELERADOR	UN	380,00	ALA	9,38	3.564,40
33	SACO DE LIXO COM CAPACIDADE DE 100 LT, EMBALAGEM COM 10 UND.	PT	350,00	ROLL	3,88	1.358,00
35	SACO DE LIXO, COM CAPACIDADE DE 50 LT, EMBALAGEM COM 20 UND.	PT	300,00	ROLL	3,90	1.170,00
37	SAPONACEO CREMOSO, EMBALAGEM DE 300 ML	UN	390,00	CLASS	6,20	2.418,00
63	BOBINA DE SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, SACO C/ CAPACIDADE P/ 05 KG, BOBINA C/ APROXIMADAMENTE 700 UND.	UNI	10,00	STAR	24,40	244,00

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa SCS COMERCIO LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo

com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias nas dependências do Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

## 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 08 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto Atividade – 2.035 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 27, 28 E 29 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.036 – MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cód. Red. 42 E 43 – 3.3.90.00.00.00.00

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 28/2016.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 28/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

## 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 28/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

SCS COMERCIO LTDA ME  
SOLANGE CASTANHA SCHIMELFENIG  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

02. \_\_\_\_\_  
Nome: Marília Miorelli  
CPF:057.672.509-95

### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016

PROCESSO Nº 28/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezoito dias do mês de maio de 2016 o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 28/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO

0.1 A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE HIGIENE/LIMPEZA, COPA E COZINHA, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Co-tada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	AMACIANTE DE ROUPAS - frasco com 02 litros	UN	40,00	SIPROLIMP	9,17	366,80
8	DESINFETANTE PARA LIMPEZA, FRAGÂNCIAS DIVERSAS, EMBALAGEM DE 02 LITROS.	UN	600,00	SIPROLIMP	5,92	3.552,00

10	DETERGENTE LIQUIDO PARA LOUCAS: com glicerina, frasco 500 ml, ph neutro, biodegradável, concentrado, desengordurante, para aplicação em utensílios de cozinha, fogões, loucas, etc.	UN	700,00	SIPROLIMP	2,37	1.659,00
19	LIMPA VIDROS COM GATILHO, EMBALAGEM DE 500 ML	UN	75,00	SIPROLIMP	9,50	712,50
20	LIMPA VIDROS, REFIL DE 500 ML	UN	150,00	SIPROLIMP	5,30	795,00
25	PEDRA SANITARIA, FRAGANCIAS DIVERSAS, EMB COM 20 GRAMAS	UN	100,00	SANY	1,76	176,00
26	RODO DE ALUMINIO COM BORRACHA 45 CM	UN	15,00	DOURADO	26,45	396,75
44	LIXEIRA BASCULANTE RETANGULAR, 10 LTS EM PLASTICO RESISTENTE, COM TAMPA E PEDAL DIMENSÕES DE 23,7x17,2x40,9. TAMPA VAI E VEM DE FACIL UTILIZAÇÃO. CORES CLARAS	UN	15,00	ARQUEPLAST	17,75	266,25
45	LIXEIRA BASCULANTE RETANGULAR, 10 LTS EM PLASTICO RESISTENTE, COM TAMPA E PEDAL DIMENSÕES DE 23,7x17,2x40,9. TAMPA VAI E VEM DE FACIL UTILIZAÇÃO. CORES CLARAS	UN	15,00	ARQUEPLAST	17,75	266,25
55	ALCOOL GEL, 70%, EMBALAGEM COM 500 ML	UN	250,00	SIPROLIMP	5,45	1.362,50
60	ALVEJANTE LIQUIDO SEM CLORO ATIVO, EMBALEM COM 02 LITROS	UN	50,00	SIPROLIMP	13,55	677,50
67	LIXEIRA EM PLÁSTICO RESISTENTE COM TAMPA SEM PEDAL 12 L	UN	10,00	ARQUEPLAST	17,90	179,00
70	RODO DE ESPUMA COM FIBRA ABRASIVA BASE DE 40 CM	UN	30,00	CORA	18,65	559,50

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias nas dependências do Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.



4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

## 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 08 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto Atividade – 2.035 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 27, 28 E 29 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.036 – MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cód. Red. 42 E 43 – 3.3.90.00.00.00.00

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 28/2016.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 28/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

## 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

**10. DA PUBLICIDADE**

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

**11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 28/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

**12. DO FORO**

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS

DE LIMPEZA LTDA-ME

NESTOR LUIZ SIMIONATO

CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

02. \_\_\_\_\_

Nome: Marilia Miorelli

CPF: 057.672.509-95

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016

PROCESSO Nº 28/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezoito dias do mês de maio de 2016 o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 28/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa CLEBER TADEU BRIDI ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO**

0.1 A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE HIGIENE/LIMPEZA, COPA E COZINHA, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	ÁGUA SANITÁRIA, EMBALAGEM DE 02 LITROS	UNI	400,00	Universal	6,00	2.400,00
5	CERA LIQUIDA VERMELHA, EMBALAGEM DE 750ML	UN	100,00	Andreia	9,35	935,00
12	ESCOVA P/ VASO SANITÁRIO COM ESTOJO PLÁSTICO NA FORMA CILINDRICA EM HASTE PLÁSTICA PREENCHIDA. CONJUNTO TOTAL DE 350 MM DE COMPRIMENTO	UN	26,00	PTG	9,65	250,90
13	ESPONJA EM AÇO INOX QUE NÃO ENFERRUJA, 10G	UN	110,00	PTG	2,35	258,50
14	ESPONJA LÃ DE AÇO EMB. COM 08 UNIDADES, PESO TOTAL 60 GRAMAS	PT	100,00	Gota Limpa	2,50	250,00
15	ESPONJA DUPLA FACE, EMBALAGEM COM 3 UNIDADES	PT	220,00	Gota Limpa	3,90	858,00

21	LUVA DE LATÉX REFORÇADA, TAMANHO P, FABRICADAS 100% EM BORRACHA NATURAL LATÉX COM ESPESSURA 0,70MM	PAR	50,00	Danny	4,75	237,50
22	LUVA DE LATÉX REFORÇADA, TAMANHO M, FABRICADAS 100% EM BORRACHA NATURAL LATÉX COM ESPESSURA 0,70MM	PAR	170,00	Danny	7,45	1.266,50
23	LUVA DE LATÉX REFORÇADA, TAMANHO G, FABRICADAS 100% EM BORRACHA NATURAL LATÉX COM ESPESSURA 0,70MM	PAR	50,00	Danny	7,45	372,50
27	RODO DE ESPUMA, BASE 30 CM	UN	65,00	PTG	11,90	773,50
28	RODO DE ESPUMA COM FIBRA ABRASIVA 30CM ( ESPESSURA DA ESPUMA DE 4CM)	UN	50,00	PTG	10,10	505,00
29	RODO PLASTICO COM BORRACHA 60 CM	UN	25,00	PTG	18,55	463,75
30	SABÃO EM BARRA, PACOTE C/ 05 UND DE 200 GR	PT	80,00	Zavaski	6,60	528,00
32	SABONETE LIQUIDO, EMBALAGEM COM 500 ML	UN	170,00	Universal	12,65	2.150,50
36	SACO DE LIXO, COM CAPACIDADE DE 15 LT, EMBALAGEM C/ 40 UND.	PT	150,00	Cunezi	3,71	556,50
42	VASSOURA DE NYLON BASE 40 CM	UN	46,00	PTG	10,90	501,40
43	GARRAFA TERMICA COM ALÇA E TAMPA, CORPO REVESTIDO DE PLÁSTICO CONTRA IMPACTO, CAPACIDADE P/ 1,80 LT.	UN	12,00	MOR	103,00	1.236,00
46	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO CAPACIDADE 15 LT	UN	15,00	Sul Brasil	18,70	280,50
47	VASSOURA DE PALHA (tipo colonial), palha com 40 cm de largura e 50 cm de comprimento, com 04 costuras	UN	55,00	Colonial	17,50	962,50
62	BALDE PLÁSTICO DE ALTA RESISTENCIA, CAPACIDADE 20 LTS, COM CABO REFORÇADO EM ARAME GALVANIZADO	UN	10,00	Sul Brasil	27,40	274,00
64	CERA LIQUIDA ESPECIAL PARA MADEIRA, EMBALAGEM DE 750 ML	UN	150,00	Andrea	9,50	1.425,00

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa CLEBER TADEU BRIDI-ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias nas dependências do Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

## 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 08 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto Atividade – 2.035 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 27, 28 E 29 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.036 – MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cód. Red. 42 E 43 – 3.3.90.00.00.00.00

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 28/2016.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 28/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

## 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita

execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 28/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

CLEBER TADEU BRIDI ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

02. \_\_\_\_\_  
Nome: Marilia Miorelli  
CPF:057.672.509-95

### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2016

PROCESSO Nº 28/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezoito dias do mês de maio de 2016 o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 28/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa RONI DEYVI WOJCIECHOWSKI - ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO

0.1 A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE HIGIENE/LIMPEZA, COPA E COZINHA, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	COPO PLÁSTICO PARA CAFEZINHO (50 ML), atóxico, descartavel, capacidade para 50 ml, em pacotes com 100 unidades	PT	200,00	COPAZA	2,51	502,00
11	ESCOVA PARA LIMPEZA DE ROUPA MOLHADA, de plástico, tamanho mínimo de 12 cm.	UN	13,00	DESAFIO	4,66	60,58
16	FOSFORO, PACOTES C/ 10 CAIXAS DE 40 PALITOS	PT	25,00	PARANA	2,72	68,00
17	GAS DE COZINHA 13 QUILOS, recarga	CARG	72,00	SUPERGASBRAS	59,97	4.317,84
18	ISQUEIRO A GÁS, grande, validade mínima de 02 anos (mínimo 08 cm)	UN	18,00	BIC	5,10	91,80
34	SACO DE LIXO 30 LITROS C/ 20 UNIDADES	UN	190,00	PACK	3,77	716,30

39	TOALHA DE PAPEL, FOLHA DUPLA, COR BRANCA, EMBALAGEM C/ 02 ROLOS CADA, C/ 60 TOALHAS DE 20X22 CM CADA ROLO.	PT	300,00	STILUS	3,06	918,00
49	CAFÉ SOLUVEL, EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	UN	30,00	AMIGO	11,39	341,70
50	AÇUCAR CRISTAL, EMBALAGEM DE 05 KILOS	PT	20,00	DAJU	13,70	274,00
51	ERVA MATE, EMBALAGEM DE 01 KG (01-01-01089)	KG	200,00	CERUTTI	12,09	2.418,00
52	CHA, DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM COM 10 SACHES.	CX	170,00	GOSTOZZO	2,77	470,90
53	CAFÉ EM PÓ 500 GRAMAS (01-01-03234)	PT	30,00	MELITA	12,14	364,20
54	COADOR DE PAPEL PARA CAFÉ, Nº 103, EMB. COM 30 UNIDADES	UN	12,00	MELITA	5,27	63,24
56	PILHA ALCALINA TAMANHO AA, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	JOG	60,00	RAYOVAC	5,69	341,40
57	PILHA ALCALINA TAMANHO AAA, EMBALAGEM COM 04 UNIDADES	JOG	60,00	RAYOVAC	11,39	683,40
59	BOTA DE BORRACHA , cano alto, na cor branca , numero 38 a 42	PAR	12,00	VULCABRA	46,49	557,88
61	ANIL LIQUIDO 200 ML	UN	10,00	COLMAN	14,49	144,90
65	COPO PLÁSTICO PARA AGUA, (300 ML), atóxico, descartável com capacidade para 300 ml, em pacotes com 100 unidades	PT	100,00	MINIPLAST	6,64	664,00
66	FRALDA DESCARTAVEL, TAMANHO G, EMBALAGEM C/ 28UND.	PT	30,00	TURMA DA MONICA	30,89	926,70
71	SABONETE 150 GRAMAS	UN	50,00	PALMOLIVE	2,64	132,00
73	SHAMPOO INFANTIL, EMBALAGEM COM 350 ML	UN	20,00	PALMOLIVE	16,79	335,80
74	SUCO EM PÓ ADOÇADO, DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM DE 01 KG.	UN	20,00	APTI	8,14	162,80
76	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA, EMB. COM 100 UNIDADES	PT	10,00	EMBRAMAC	7,45	74,50
77	PRENDEDOR DE ROUPAS EM MADEIRA, EMB COM 12 UND.	PT	20,00	GABOARDI	2,18	43,60

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa RONI DEYVI WOJCIECHOWSKI - ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.



4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias nas dependências do Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

## 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 08 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto Atividade – 2.035 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 27, 28 E 29 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.036 – MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cód. Red. 42 E 43 – 3.3.90.00.00.00.00

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 28/2016.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 28/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

## 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 28/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

RONI DEYVI WOJCIECHOWSKI - ME

CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

02. \_\_\_\_\_

Nome: Marilia Miorelli  
CPF:057.672.509-95

### DECRETO N. 3147/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.147/2016, DE 13 MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

'O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1.033/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2016 no valor de R\$ 16.590,29 (dezesesseis mil, quinhentos e noventa reais e vinte e nove centavos) oriundos do superávit financeiro do exercício anterior (2015), destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fontes de recursos específicas:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 8 Assistência Social - SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária

Projeto Atividade: 1.017 – Obras de Infraestrutura Social

139 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0100 .....	16.590,29
--	-----------

TOTAL SUPLEMENTADO .....	16.590,29
--------------------------	-----------

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2015, oriundos das seguintes fontes de recursos:

ORIGEM DOS RECURSOS						
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE						
Código do Recurso	Código -Detalhamento		Descrição dos Recursos			Saldo Utilizado - Superávit (R\$)
00.03.0100	00	Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Recursos Ordinários			16.590,29
TOTAL DE RECURSOS				.....		16.590,29
		Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.				
		Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.				
EVERALDO LUIS CASONATTO						
Prefeito Municipal						

**DECRETO N. 3148/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.148, de 13 de maio de 2016.

Concede prorrogação de Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 163., da Lei Complementar Municipal n.º 093, de 21 de setembro de 2015, e requerimento da servidora em anexo,

## DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada pelo prazo de 60 (sessenta) dias, ou seja, até dia 14 de julho de 2016, à Licença Gestante da servidora pública Municipal SUELEM DAL SANTO TESSARO, ocupante do cargo de Assistente Administrativa, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de maio de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

**DECRETO N. 3149/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.149, De 16 de maio de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Interdisciplinar para analisar o Processo Licitatório N.º 34/2016, na modalidade Concorrência Pública para Concessão de uso de Bens Público n.º 01/2016 e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Municipal N.º 449, de 02 de maio de 200 e o item 8.2 do Processo Licitatório n.º 34/2016, na Modalidade de Concorrência Pública para Concessão de Uso de Bens Público n.º 01/2016,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para analisar as propostas técnicas do objeto constante no Processo Licitatório n.º 34/2016, na Modalidade de

Concorrência Publica para Concessão de Uso de Bens Público n.º 01/2016, os seguintes membros:

I – Membros indicados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico –CMDE:

- Oli Soletti
- Leodacir Pianesola

II – Membros indicados pelo Poder Executivo Municipal:

- Edinho Fávero
- Alexandre Marcos Martinelli
- Márcio Alves da Luz

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de maio de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014

### **EDITAL DE AUDIENCIA PUBLICA N. 2/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

EDITAL N.º 002/2016  
DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos que estará realizando na Câmara de Vereadores de União do Oeste, sito a Avenida São Luiz, AUDIÊNCIA PÚBLICA, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 9º, § 4º e Lei Municipal N.º 494, de 14 de maio de 2001.

#### **1 - DO OBJETO:**

O presente Edital destina-se a convocação dos munícipes de União do Oeste - SC, para participarem de Audiência Pública, com a finalidade de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, referentes ao Primeiro Quadrimestre de 2016.

#### **2 – DO DIA, HORÁRIO e LOCAL:**

A Audiência Pública será realizada no dia 31 de maio de 2016, com início às 14:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste.

#### **3 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Maiores informações, poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, ou pelo telefone 49 3348 1202.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 18 de maio de 2016.  
EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

**SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 09/2015**

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2015.

Sexto Termo Aditivo que entre si celebram o MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com endereço na AVENIDA SÃO LUIZ, 531, inscrita no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Duque de Caxias n.19, Quilombo - SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.544.243/0001-65, neste ato representada por seu representante legal Senhor FABIANO WINCK, portador do CPF N.º 026.254.6649-33, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 06/2015, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 06/2015 e ao Contrato Administrativo N.º 09/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, ao Edital e contrato antes citado, e em conformidade com o requerimento da Contratada, parecer do engenheiro projetista, Planilha de orçamento para obras e serviços de Engenharia – Aditivo Contratual – Supressão e Acréscimo e parecer técnico do engenheiro fiscalizador do Município e parecer jurídico da assessoria municipal, anexos a este aditivo, celebram:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR DO ADITIVO**

Em virtude da necessidade de alterações sugeridas pelo Município e outras de questão técnica, o Município de União do Oeste pagará a empresa WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, por este aditivo, o valor de R\$ 16.590,29 (Dezesseis mil, quinhentos e noventa reais e vinte nove centavos), sendo que desse valor R\$ 12.442,71 (doze mil quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos) corresponde a materiais e R\$ 4.147,58 (quatro mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) corresponde a mão de obra.

As despesas decorrentes o presente aditivo correrão a conta do orçamento municipal vigente com a seguinte classificação:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO ATIVIDADE – 1.017 – OBRAS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL

COD. RED. 139 – 4.4.90.00.00.00.00.00.– APLICAÇÕES DIRETAS

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

UNIÃO DO OESTE, 16 de maio de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO FABIANO WINCK  
P/CONTRATANTEWINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Giane Smaniotto  
CPF: 060.416.089-5502 \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

**ANEXO I - RGF 1º QUADRIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL UNIAO DO OESTE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.837.016,07	0,00
Pessoal Ativo	5.368.279,45	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	187.228,28	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	281.508,34	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>5.837.016,07</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.541.323,49	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>5.837.016,07</b>	<b>50,57</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>6.232.314,68</b>	<b>54,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>5.920.698,95</b>	<b>51,30</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>5.609.083,22</b>	<b>48,60</b>

FONTE:



## ANEXO I - RREO 2º BIMESTRE 2016

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>1.879.760,76</b>	<b>13,69</b>	<b>3.996.699,37</b>	<b>29,11</b>	<b>9.733.300,63</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>13.729.983,00</b>	<b>13.729.983,00</b>	<b>1.828.957,74</b>	<b>13,32</b>	<b>3.899.696,35</b>	<b>28,40</b>	<b>9.830.286,65</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	591.260,00	591.260,00	116.051,42	19,63	180.628,77	30,55	410.631,23
IMPOSTOS	470.860,00	470.860,00	105.244,53	22,35	143.932,13	30,57	326.927,87
TAXAS	90.400,00	90.400,00	9.273,77	10,26	29.025,09	32,11	61.374,91
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	30.000,00	30.000,00	1.533,12	5,11	7.671,55	25,57	22.328,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	29.040,00	29.040,00	6.572,71	22,63	9.765,27	33,63	19.274,73
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	29.040,00	29.040,00	6.572,71	22,63	9.765,27	33,63	19.274,73
RECEITA PATRIMONIAL	104.617,00	104.617,00	22.345,86	21,36	42.550,34	40,67	62.066,66
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	104.617,00	104.617,00	22.345,86	21,36	42.550,34	40,67	62.066,66
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.420,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.420,00
RECEITA DE SERVIÇOS	168.560,00	168.560,00	2.001,17	1,19	3.228,65	1,92	165.331,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.698.144,00	12.698.144,00	1.657.129,75	13,05	3.632.249,25	28,60	9.065.894,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.567.144,00	12.567.144,00	1.657.129,75	13,19	3.632.249,25	28,90	8.934.894,75
TRANSF. DE CONV.	131.000,00	131.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	135.942,00	135.942,00	24.856,83	18,28	31.274,07	23,01	104.667,93
MULTAS E JUROS DE MORA	20.997,00	20.997,00	22.407,12	106,72	24.603,75	117,18	-3.606,75
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	26.620,00	26.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.620,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	24.200,00	24.200,00	2.449,71	10,12	6.670,32	27,56	17.529,68
RECEITAS DIVERSAS	64.125,00	64.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.125,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>17,00</b>	<b>17,00</b>	<b>50.803,02</b>	<b>298.841,29</b>	<b>97.003,02</b>	<b>570.606,00</b>	<b>-96.986,02</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17,00	17,00	50.803,02	298.841,29	97.003,02	570.606,00	-96.986,02
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,00	17,00	50.803,02	298.841,29	97.003,02	570.606,00	-96.986,02
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>1.879.760,76</b>	<b>13,69</b>	<b>3.996.699,37</b>	<b>29,11</b>	<b>9.733.300,63</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Mobilização						
Contratual						
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>1.879.760,76</b>	<b>13,69</b>	<b>3.996.699,37</b>	<b>29,11</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>						
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>1.879.760,76</b>	<b>13,69</b>	<b>3.996.699,37</b>	<b>29,11</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>14.182.871,72</b>	<b>1.842.949,78</b>	<b>6.209.254,47</b>	<b>7.973.617,25</b>	<b>2.017.546,90</b>	<b>3.686.277,31</b>	<b>10.496.594,41</b>	<b>3.489.250,04</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.906.005,00</b>	<b>13.023.925,48</b>	<b>1.692.118,19</b>	<b>5.824.031,62</b>	<b>7.199.893,86</b>	<b>1.911.569,33</b>	<b>3.476.646,79</b>	<b>9.547.278,69</b>	<b>3.279.619,52</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.009.320,25	7.076.128,96	1.020.271,49	2.295.347,80	4.780.781,16	1.070.086,95	2.083.664,80	4.992.464,16	2.007.680,09
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	48.000,00	48.000,00	0,00	9.904,69	38.095,31	2.768,86	6.971,91	41.028,09	6.971,91
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.848.684,75	5.899.796,52	671.846,70	3.518.779,13	2.381.017,39	838.713,52	1.386.010,08	4.513.786,44	1.264.967,52
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>799.795,00</b>	<b>1.134.746,24</b>	<b>150.831,59</b>	<b>385.222,85</b>	<b>749.523,39</b>	<b>105.977,57</b>	<b>209.630,52</b>	<b>925.115,72</b>	<b>209.630,52</b>
INVESTIMENTOS	605.794,00	940.745,24	150.831,59	204.854,16	735.891,08	50.422,01	98.519,40	842.225,84	98.519,40
INVERSOES FINANCEIRAS	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	192.000,00	192.000,00	0,00	180.368,69	11.631,31	55.555,56	111.111,12	80.888,88	111.111,12
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>24.200,00</b>	<b>24.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24.200,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>									
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>14.182.871,72</b>	<b>1.842.949,78</b>	<b>6.209.254,47</b>	<b>7.973.617,25</b>	<b>2.017.546,90</b>	<b>3.686.277,31</b>	<b>10.496.594,41</b>	<b>3.489.250,04</b>

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>14.182.871,72</b>	<b>1.842.949,78</b>	<b>6.209.254,47</b>	<b>7.973.617,25</b>	<b>2.017.546,90</b>	<b>3.686.277,31</b>	<b>10.496.594,41</b>	<b>3.489.250,04</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>310.422,06</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>14.182.871,72</b>	<b>1.842.949,78</b>	<b>6.209.254,47</b>	<b>—</b>	<b>2.017.546,90</b>	<b>3.996.699,37</b>	<b>—</b>	<b>3.489.250,04</b>

FONTE:

**ANEXO II - RGF 1º QUADRIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>182.913,27</b>	<b>71.802,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	182.913,27	71.802,15	0,00	0,00
Interna	182.913,27	71.802,15	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>993.206,06</b>	<b>1.156.239,50</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.062.578,37	1.483.815,73	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	-58,32	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	69.372,31	327.517,91	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-810.292,79</b>	<b>-1.084.437,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>11.483.855,59</b>	<b>11.541.323,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,59%	0,62%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,06%	-9,40%		0,00%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>13.780.626,71</b>	<b>13.849.588,19</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>12.402.564,04</b>	<b>12.464.629,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>182.913,27</b>	<b>71.802,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	182.913,27	71.802,15	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	24.455,62	80.910,84	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	384.959,85	2.666.350,28	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

## ANEXO II - RREO 2º BIMESTRE 2016

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	13.730.000,00	14.182.871,72	1.842.949,78	6.209.254,47	100,00	2.017.546,90	3.686.277,31	10.495.594,41
Legislativa	800.000,00	800.000,00	96.587,20	210.969,44	3,40	98.331,89	185.594,04	614.405,96
Ação Legislativa	800.000,00	800.000,00	96.587,20	210.969,44	3,40	98.331,89	185.594,04	614.405,96
Administração	1.705.306,60	1.705.306,60	208.879,97	830.337,90	13,37	264.709,20	504.482,79	1.200.823,81
Administração Geral	1.520.306,60	1.520.306,60	183.662,73	766.267,58	12,34	234.820,31	450.262,39	1.070.044,21
Administração Financeira	185.000,00	185.000,00	25.217,24	64.070,32	1,03	23.888,89	54.220,40	130.779,60
Segurança Pública	28.922,00	33.922,00	1.695,00	5.015,00	0,08	1.538,78	3.316,79	30.605,21
Policiamento	28.922,00	33.922,00	1.695,00	5.015,00	0,08	1.538,78	3.316,79	30.605,21
Assistência Social	583.151,00	583.151,00	100.955,87	186.771,54	3,01	86.203,08	142.434,07	440.716,93
Assistência ao Idoso	40.000,00	40.000,00	12.173,08	13.123,08	0,21	11.519,50	12.119,50	27.880,50
Assistência à Criança e ao Adolescente	16.000,00	16.000,00	0,00	3.729,46	0,06	213,73	2.572,72	13.427,28
Assistência Comunitária	527.151,00	527.151,00	88.782,79	169.919,00	2,74	74.669,85	127.741,85	399.409,15
Saúde	3.491.677,15	3.626.519,97	404.843,97	1.455.089,95	23,43	500.663,81	838.547,41	2.787.972,56
Atenção Básica	3.230.620,15	3.302.108,19	368.695,18	1.406.884,75	22,66	466.548,91	801.795,31	2.500.312,88
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	110.605,00	148.690,22	14.895,00	14.895,00	0,24	8.280,00	8.280,00	140.410,22
Vigilância Sanitária	15.246,00	40.515,56	2.428,04	8.924,82	0,14	3.616,31	4.631,62	36.883,94
Vigilância Epidemiológica	17.600,00	17.600,00	2.297,57	2.475,70	0,04	1.880,80	1.880,80	15.719,20
Alimentação e Nutrição	83.605,00	83.605,00	16.528,18	21.959,68	0,35	20.337,79	21.959,68	61.645,32
Abastecimento	34.001,00	34.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.001,00
Educação	3.008.348,25	3.126.461,01	502.048,95	1.326.083,90	21,36	422.094,73	723.985,27	2.402.475,74
Ensino Fundamental	2.550.347,25	2.668.460,01	439.965,07	1.184.240,41	19,07	367.421,53	627.415,23	2.041.044,78
Educação Infantil	426.001,00	426.001,00	62.083,88	113.486,29	1,83	45.220,80	87.117,64	338.883,36
Educação Especial	32.000,00	32.000,00	0,00	26.357,20	0,46	9.452,40	9.452,40	22.547,60
Cultura	143.000,00	143.000,00	10.438,00	14.338,00	0,23	3.127,42	3.613,16	139.386,84
Difusão Cultural	143.000,00	143.000,00	10.438,00	14.338,00	0,23	3.127,42	3.613,16	139.386,84
Urbanismo	723.972,00	778.813,14	88.194,62	427.477,10	6,88	106.870,96	255.786,34	523.026,80
Infra-Estrutura Urbana	51.003,00	105.844,14	28.800,00	83.641,14	1,35	7.707,04	62.548,18	43.295,96
Serviços Urbanos	664.645,00	664.645,00	59.394,62	340.335,96	5,48	98.163,92	189.738,16	474.906,84
Transporte Rodoviário	8.324,00	8.324,00	0,00	3.500,00	0,06	0,00	3.500,00	4.824,00
Habituação	4.501,00	4.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.501,00
Habituação Urbana	4.501,00	4.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.501,00
Saneamento	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00
Saneamento Básico Urbano	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Agricultura	13.730.000,00	14.182.871,72	1.842.949,78	6.209.254,47	7.973.617,25	2.017.546,90	3.686.277,31	10.496.594,41
Extensão Rural	1.348.502,00	1.348.502,00	194.482,68	712.796,37	635.705,63	207.951,58	448.029,83	900.472,17
Promoção da Produção Agropecuária	1.318.500,00	1.318.500,00	194.482,68	712.796,37	605.703,63	207.951,58	448.029,83	870.470,17
Indústria	30.002,00	30.002,00	0,00	0,00	30.002,00	0,00	0,00	30.002,00
Promoção Industrial	16.002,00	16.002,00	9.702,00	12.502,00	3.500,00	3.801,37	4.191,72	11.810,28
Comércio e Serviços	16.002,00	16.002,00	9.702,00	12.502,00	3.500,00	3.801,37	4.191,72	11.810,28
Turismo	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	3.001,00	0,00	0,00	3.001,00
Transporte	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	3.001,00	0,00	0,00	3.001,00
Transporte Rodoviário	1.243.416,00	1.243.416,00	194.384,53	625.017,40	618.398,60	185.915,48	341.717,15	901.698,85
Desporto e Lazer	1.243.416,00	1.243.416,00	194.384,53	625.017,40	618.398,60	185.915,48	341.717,15	901.698,85
Desporto Comunitário	177.500,00	317.575,00	30.736,99	48.062,72	289.512,28	24.209,59	41.535,32	276.039,68
Encargos Especiais	177.500,00	317.575,00	30.736,99	48.062,72	289.512,28	24.209,59	41.535,32	276.039,68
Outros Encargos Especiais	425.000,00	425.000,00	0,00	354.793,15	70.206,85	112.129,01	193.043,42	231.956,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	425.000,00	425.000,00	0,00	354.793,15	70.206,85	112.129,01	193.043,42	231.956,58
	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00
<b>TOTAL (II) = (I + II)</b>	<b>13.730.000,00</b>	<b>14.182.871,72</b>	<b>1.842.949,78</b>	<b>6.209.254,47</b>	<b>7.973.617,25</b>	<b>2.017.546,90</b>	<b>3.686.277,31</b>	<b>10.496.594,41</b>
							100,00	

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**ANEXO III - RGF 1º QUADRIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>11.483.855,59</b>	<b>11.541.323,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.526.448,23</b>	<b>2.539.091,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>2.273.803,41</b>	<b>2.285.182,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

**ANEXO III - RREO 2º BIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	490.341,00	490.341,00	146.998,73	29,98
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	170.005,00	170.005,00	61.295,41	36,05
1.1.1- IPTU	152.460,00	152.460,00	58.229,19	38,19
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	605,00	605,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	14.520,00	14.520,00	2.789,10	19,21
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.420,00	2.420,00	277,12	11,45
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	15.199,60	30,40
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	15.199,60	30,40
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	171.336,00	171.336,00	36.470,07	21,29
1.3.1- ISS	169.400,00	169.400,00	36.469,69	21,53
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	484,00	484,00	0,38	0,08
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	242,00	242,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	99.000,00	99.000,00	34.033,65	34,38
1.4.1- IRRF	99.000,00	99.000,00	34.033,65	34,38
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	12.287.800,00	12.287.800,00	3.613.879,31	29,41
2.1- Cota-Parte FPM	7.381.000,00	7.381.000,00	2.043.168,44	27,68
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.381.000,00	7.381.000,00	2.043.168,44	27,68
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.600.000,00	4.600.000,00	1.479.080,98	32,15
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	26.620,00	26.620,00	5.906,84	22,19
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	67.760,00	67.760,00	21.962,00	32,41
2.5- Cota-Parte ITR	2.420,00	2.420,00	112,68	4,66
2.6- Cota-Parte IPVA	210.000,00	210.000,00	63.848,37	30,31
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	12.778.141,00	12.778.141,00	3.760.878,04	29,43
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	205.025,00	205.025,00	64.587,21	31,50
5.1- Transferências do Salário-Educação	121.000,00	121.000,00	44.281,76	36,60
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.000,00	33.000,00	8.474,00	25,68
5.4- Transferências Diretas - PNATE	48.000,00	48.000,00	10.489,69	21,85
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.025,00	3.025,00	1.341,76	44,36
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	99.003,00	99.003,00	50.803,02	51,31
6.1- Transferências de Convênios	99.003,00	99.003,00	50.803,02	51,31
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	83.993,00	83.993,00	11.654,17	13,88
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	388.021,00	388.021,00	127.044,40	32,74
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.457.560,00	2.457.560,00	722.775,11	29,41
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.476.200,00	1.476.200,00	408.633,56	27,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	920.000,00	920.000,00	295.815,81	32,15
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.324,00	5.324,00	1.181,36	22,19
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.552,00	13.552,00	4.392,41	32,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	484,00	484,00	22,52	4,65
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	42.000,00	42.000,00	12.729,45	30,31
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.127.260,00	1.127.260,00	360.219,61	31,96
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.120.000,00	1.120.000,00	357.191,16	31,89
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	7.260,00	7.260,00	3.028,45	41,71
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	-1.337.560,00	-1.337.560,00	-365.563,95	27,33
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	900.356,00	900.356,00	234.755,50	26,07	234.755,50	26,07
13.1- Com Educação Infantil	270.000,00	270.000,00	64.343,39	23,83	64.343,39	23,83
13.2- Com Ensino Fundamental	630.356,00	630.356,00	170.412,11	27,03	170.412,11	27,03
14- OUTRAS DESPESAS	226.904,00	226.904,00	172.628,12	76,08	92.433,55	40,74
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	226.904,00	226.904,00	172.628,12	76,08	92.433,55	40,74
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.127.260,00	1.127.260,00	407.383,62	36,14	327.189,05	29,03
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						327.189,05
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						65,17
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						25,66
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						9,17
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 <sup>2</sup>						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	3.194.535,25		3.194.535,25	940.219,51	29,43	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	270.000,00	270.000,00	64.343,39	23,83	64.343,39	23,83
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.184.715,25	2.184.715,25	856.702,68	39,21	465.826,20	21,32
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	857.260,00	857.260,00	343.040,23	40,02	262.845,66	30,66
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.327.455,25	1.327.455,25	513.662,45	38,70	202.980,54	15,29
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.454.715,25	2.454.715,25	921.046,07	37,52	530.169,59	21,60
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-365.583,95
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						3.028,45
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-362.555,50
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						892.725,09
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE <sup>5</sup> ((38) / (3) x 100) %						23,74
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	122.210,00	122.210,00	23.302,99	19,07	18.723,52	15,32
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	515.028,00	633.140,76	403.694,52	63,76	197.051,84	31,12
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	637.238,00	755.350,76	426.997,51	56,53	215.775,36	28,57
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.091.953,25	3.210.066,01	1.348.043,58	41,99	745.944,95	23,24

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		7.485,31	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		357.191,16	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		307.784,37	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		307.784,37	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.028,45	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		59.920,55	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

**ANEXO IV - RGF 1º QUADRIMESTRE 2016**

**MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>11.541.323,49</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>1.846.611,76</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>1.661.950,58</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>807.892,64</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:



**ANEXO IX - RREO 2º BIMESTRE 2016**

Município de UNIAO DO OESTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,0

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)					
	0,00	0,00			
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.134.746,24	385.222,85	209.630,52	0,00	749.5
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.134.746,24	385.222,85	209.630,52	0,00	749.5
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.134.746,24	-385.222,85	-	-	-749.5

FONTE:

0

.0  
0  
)

0,00

.0  
)0

23,39

0,00

0,00

23,39

23,39

## ANEXO V - RGF 1º QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Alienação de bens destinados a outros programas	46.347,06	0,00	0,00	0,00	262,70	46.084,36	0,00	0,00
Alienação de bens destinados a outros programas - superávit	30.157,81	0,00	0,00	30.157,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	7.145,49	0,00	0,00	0,00	0,00	7.145,49	1.729,09	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - Convênio de Trânsito - Civil	1.103,40	0,00	3.450,24	0,00	0,00	(2.346,84)	16.429,49	0,00
Convênio de Trânsito - Civil	0,00	0,00	793,77	0,00	0,00	(793,77)	0,00	0,00
Convênio de Trânsito - Civil	2.004,98	0,00	0,00	0,00	0,00	2.004,98	0,00	0,00
Convênio de Trânsito - Militar	2.054,33	0,00	0,00	0,00	0,00	2.054,33	1.541,99	0,00
Convênio de Trânsito - Prefeitura	1.939,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.939,40	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	610,00	0,00	0,00	0,00	(610,00)	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Explor	17.033,98	0,00	2.635,81	0,00	0,00	14.398,17	1.636,75	0,00
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento de	0,00	0,00	6.079,98	0,00	0,00	(6.079,98)	49.210,00	0,00
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento de	19.403,12	0,00	0,00	0,00	0,00	19.403,12	0,00	0,00
PAB	0,00	7.537,00	0,00	0,00	0,00	(7.537,00)	0,00	0,00
Salário-Educação	43.995,51	0,00	3.120,00	0,00	41,50	40.834,01	4.579,47	0,00
Superávit - Transf. Convênios União/Outros	19.820,31	0,00	0,00	19.820,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	1.179,03	24.291,01	(25.470,04)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	848,47	(848,47)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Educação	27.194,68	0,00	0,00	0,00	6.416,90	20.777,78	78.527,88	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros	55.528,70	0,00	0,00	0,00	0,00	55.528,70	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Saúde	586,94	0,00	0,00	0,00	0,00	586,94	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	106.040,27	0,00	0,00	85.367,78	0,00	20.672,49	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	16,11	0,00	0,00	0,00	0,00	16,11	0,00	0,00
Transferências do Fundeb - 60%	3.746,58	0,00	13.061,08	0,00	10.177,67	(19.492,17)	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/UE	29.587,82	0,00	0,00	0,00	0,00	29.587,82	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - União	29.355,68	0,00	2.136,61	0,00	0,00	27.219,07	23.516,75	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	253.411,49	0,00	13.219,41	0,00	848,97	239.343,11	130.813,30	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	16.533,33	0,00	0,00	0,00	0,00	16.533,33	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	713.006,99	8.147,00	44.496,90	136.524,93	42.887,22	480.950,94	367.984,72	0,00
15% SAÚDE	0,00	15.998,35	0,00	0,00	0,00	(15.998,35)	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	86.078,98	0,00	13.795,10	0,00	1.015,77	71.268,11	310.681,91	0,00	
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	364.216,77	621,92	41.203,04	0,00	33.093,56	289.298,25	485.729,24	0,00	
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.984,27	(1.984,27)	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	105.720,85	96.135,83	6.848,19	0,00	(208.704,87)	1.278.386,72	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS	67.535,19	0,00	0,00	0,00	(21.907,22)	89.442,41	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	196.564,92	0,00	0,00	0,00	19.947,09	176.617,83	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Superavit	0,00	2,52	0,00	0,00	0,00	(2,52)	0,00	0,00	
Superávlt - Transf. do Sistema Único de Saúde – SUS/União	0,00	0,00	1.396,40	0,00	0,00	(1.396,40)	0,00	0,00	
Superavit Fin. Ordinário	238,91	0,00	0,00	0,00	238,91	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Fundeb - 40%	56.173,97	0,00	0,00	0,00	3.651,24	52.522,73	80.194,57	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	770.808,74	122.343,64	152.530,37	6.848,19	38.023,62	451.062,92	2.154.992,44	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	1.483.815,73	130.490,64	197.027,27	143.373,12	80.910,84	932.013,86	2.522.977,16	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

**ANEXO V - RREO 2º BIMESTRE 2016**

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	182.913,27	127.357,71	71.802,15
DEDUÇÕES (II)	993.206,06	1.338.032,48	1.156.239,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.062.578,37	1.857.688,25	1.483.815,73
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	-58,32
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	69.372,31	519.655,77	327.517,91
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-810.292,79	-1.210.674,77	-1.084.437,35
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-810.292,79</b>	<b>-1.210.674,77</b>	<b>-1.084.437,35</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>126.237,42</b>	<b>-274.144,56</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-300.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**ANEXO VI - RGF 1º QUADRIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		11.541.323,49	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		6.341.777,06	54,95
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		6.924.794,09	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		6.578.554,39	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-1.084.437,35	-9,40
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		13.849.588,19	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.539.091,17	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		1.846.611,76	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		807.892,64	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		2.522.977,16	932.013,86

FONTE:

**ANEXO VI - RREO 2º BIMESTRE 2016**

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.625.366,00	3.857.146,01	3.785.642,59
Receita Tributária	591.260,00	180.628,77	159.845,71
I.P.T.U.	152.460,00	58.229,19	39.739,99
I.S.S.	169.400,00	36.469,69	39.657,66
I.T.B.I.	50.000,00	15.199,60	26.938,49
I.R.R.F.	99.000,00	34.033,65	21.665,68
Outras Receitas Tributárias	120.400,00	36.696,64	31.843,89
Receita de Contribuição	29.040,00	9.765,27	9.685,59
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	29.040,00	9.765,27	9.685,59
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	104.617,00	42.550,34	56.585,86
(-) Aplicações Financeiras	104.617,00	42.550,34	56.585,86
Transferências Correntes	12.698.144,00	3.632.249,25	3.601.115,16
F.P.M.	5.904.800,00	1.634.534,88	1.710.146,84
I.P.V.A	168.000,00	50.918,92	46.497,73
I.C.M.S.	3.680.000,00	1.183.265,17	1.137.142,12
Convênios	131.000,00	0,00	9.966,70
Outras Transferências Correntes	2.814.344,00	763.530,28	697.361,77
Demais Receitas Correntes	306.922,00	34.502,72	14.996,13
Dívida Ativa	24.200,00	6.670,32	8.007,00
Diversas Receitas Correntes	282.722,00	27.832,40	6.989,13
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	97.003,02	675.555,05
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	17,00	97.003,02	675.555,05
Convênios	17,00	97.003,02	675.555,05
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	97.003,02	675.555,05
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.625.383,00	3.954.149,03	4.461.197,64

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.023.925,48	5.824.031,62	5.733.860,46	3.476.646,79	3.489.976,82
Pessoal e Encargos Sociais	7.076.128,96	2.295.347,80	2.064.580,80	2.083.664,80	1.883.343,51
Juros e Encargos da Dívida (IX)	48.000,00	9.904,69	82.859,34	6.971,91	47.385,96
Outras Despesas Correntes	5.899.796,52	3.518.779,13	3.586.420,32	1.386.010,08	1.559.247,35
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.975.925,48	5.814.126,93	5.651.001,12	3.469.674,88	3.442.590,86
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.134.746,24	385.222,85	1.806.295,63	209.630,52	647.676,60
Investimentos	940.745,24	204.854,16	1.461.794,10	98.519,40	533.503,71
Inversões Financeiras	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	192.000,00	180.368,69	344.501,53	111.111,12	114.172,89
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	942.746,24	204.854,16	1.461.794,10	98.519,40	533.503,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	24.200,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.942.871,72	6.018.981,09	7.112.795,22	3.568.194,28	3.976.094,57



Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-317.488,72</b>	<b>-2.064.832,06</b>	<b>-2.651.597,58</b>	<b>385.954,75</b>	<b>485.103,07</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>16.654,45</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	16.654,45	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>135.383,75</b>	

## ANEXO VII - RREO 2º BIMESTRE 2016

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
		Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em 31 de Dezembro de 2015				
RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	45.495,06	23.877,25	23.877,25	22.987,58	7.742,89	38.641,84	5.429,03	375.530,82	241.598,73	149.737,93	-	235.221,92	273.863,76
	EXECUTIVO	45.495,06	23.877,25	23.877,25	22.987,58	7.742,89	38.641,84	5.429,03	375.530,82	237.946,73	146.097,93	0,00	235.221,92	273.863,76
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	45.495,06	23.877,25	23.877,25	22.987,58	7.742,89	38.641,84	5.429,03	375.530,82	237.946,73	146.097,93	0,00	235.221,92	273.863,76
	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.237,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.237,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.237,00
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE	880,30	0,00	0,00	0,00	0,00	880,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880,30
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	2,52	17.026,44	17.026,44	17.026,44	0,00	2,52	1.179,03	138.185,15	93.740,62	93.740,62	0,00	45.623,96	45.623,96
	SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	0,00	1.147,18	1.147,18	1.147,18	0,00	0,00	0,00	1.189,08	1.189,08	1.189,08	0,00	0,00	0,00
	SECRETARIA DE SAÚDE	31.888,24	0,00	0,00	0,00	7.742,89	24.145,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.145,35
	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	0,00	641,78	641,78	374,03	0,00	267,75	0,00	91.848,80	91.848,80	0,00	0,00	91.848,80	92.116,55
	SECRETARIA MUNICIPAIS DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	5.524,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.524,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.524,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	890,00	0,00	0,00	0,00	0,00	890,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	890,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	55,00	211,43	211,43	211,43	0,00	55,00	0,00	144.687,79	51.168,23	51.168,23	0,00	93.499,56	93.554,56
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.108,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.108,00	4.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.250,00	8.358,00
	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	0,00	0,00	0,00
	CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	0,00	0,00	0,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		45.495,06	23.877,25	23.877,25	22.987,58	7.742,89	38.641,84	5.429,03	375.530,82	241.598,73	149.737,93	0,00	235.221,92	273.863,76

FONTE:

**ANEXO VIII - RREO 2º BIMESTRE 2016****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**® Instituto FAEE S/C LTDA  
Controle Interno  
Abril/2016**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS  
NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Constituição Federal, Art. nº 212 e LDB, Art nº 72

**Anexo 02 - Liquidado**

	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>	<b>Aplicação</b>
<b>1 - RECEITAS</b>			
<b>I) IMPOSTOS MUNICIPAIS</b>	<b>61.714,74</b>	<b>146.998,73</b>	<b>36.749,68</b>
ISS - Imposto Sobre Serviços	7.810,79	36.469,69	9.117,42
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	34.707,73	58.229,19	14.557,30
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	6.214,00	15.199,60	3.799,90
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	12.580,29	34.033,65	8.508,41
Multas e Juros de Mora de Impostos	0,00	0,38	0,09
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	32,19	277,12	69,28
Dívida Ativa de Impostos	369,74	2.789,10	697,28
<b>II) TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO</b>	<b>382.896,84</b>	<b>1.564.691,35</b>	<b>391.172,84</b>
Cota Parte do ICMS	359.713,88	1.479.080,98	369.770,25
Cota Parte do IPVA	18.033,99	63.648,37	15.912,09
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	5.148,97	21.962,00	5.490,50
<b>III) TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>	<b>473.142,02</b>	<b>2.049.187,96</b>	<b>512.297,00</b>
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	471.611,14	2.043.168,44	510.792,12
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	54,17	112,68	28,17
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar	1.476,71	5.906,84	1.476,71
Compensação Financeira 1º FPM	0,00	0,00	0,00
<b>IV) TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>917.753,60</b>	<b>3.760.878,04</b>	<b>940.219,52</b>
<b>V) TOTAL À SER APLICADO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>			<b>940.219,52</b>
<b>2 - FUNDEB</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
<b>VI) RECEBIMENTO DO FUNDEB</b>		<b>88.209,55</b>	<b>357.191,16</b>
Transferências de Recursos do FUNDEB		88.209,55	357.191,16
<b>VII) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB</b>		<b>-171.207,57</b>	<b>-722.775,11</b>
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR		-10,83	-22,52
Cota Parte do IPVA		-3.606,73	-12.729,45
Cota Parte do IPI Sobre Exportação		-1.029,80	-4.392,41
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96		-295,34	-1.181,36
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM		-94.322,20	-408.633,56
Cota Parte do ICMS		-71.942,67	-295.815,81
<b>VII) RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSF. DO FUNDEB (VI-VII) - PERDA</b>		<b>-82.998,02</b>	<b>-365.583,95</b>
<b>3 - DESPESAS</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
12.361 - Ensino Fundamental		187.936,01	627.415,23
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos		0,00	0,00
12.365 - Educação Infantil		21.673,14	87.117,64
<b>IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>209.609,15</b>	<b>714.532,87</b>
<b>4 - DEDUÇÕES</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
0132 - Transferências de Convênios ? União/Educação		6.622,35	32.967,97
0136 - Salário-Educação		3.316,46	18.723,52
0137 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento		0,00	0,00
0162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação		0,00	0,00
<b>X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>		<b>9.938,81</b>	<b>51.691,49</b>
<b>5 - OUTRAS DEDUÇÕES</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
Remuneração dos Depósitos Bancários Vinculados ao FUNDEB		752,51	3.028,45
<b>XI) SALDO</b>		<b>752,51</b>	<b>3.028,45</b>
<b>6 - RESUMO</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)		917.753,60	3.760.878,04
Despesas por função/subfunção(IX)		209.609,15	714.532,87
Deduções(X+XI)		10.691,32	54.719,94
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda		-82.998,02	-365.583,95
Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))		281.915,85	1.025.396,88
Mínimo a ser aplicado		229.438,41	940.219,50
Aplicado à Maior		52.477,44	85.177,38
Percentual aplicado		30,72	27,26
Superávit		5,72	2,26

União do Oeste(SC), 17 de Maio de 2016

Silvana Simonato Furlanetto  
Auditora de Controle Interno

**ANEXO XI - RREO 2º BIMESTRE 2016**

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	41.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.294,25	41.210,00
Investimentos	41.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.294,25	41.210,00
<b>TOTAL</b>	<b>41.210,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.294,25</b>	<b>41.210,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	-37.452,06	-7.294,25	-44.746,31

FONTE:

**ANEXO XII - RREO 2º BIMESTRE 2016****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**Controle Interno  
Abril/2016  
1/ 1**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSO  
EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Emenda Constitucional nº 29/2000 e ADCT, Art. nº 77

## Anexo 01 - Liquidado

	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>	<b>Aplicação</b>
<b>1 - RECEITAS</b>			
<b>I) IMPOSTOS MUNICIPAIS</b>	<b>61.714,74</b>	<b>146.998,73</b>	<b>22.049,81</b>
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	34.707,73	58.229,19	8.734,38
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	12.580,29	34.033,65	5.105,05
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	6.214,00	15.199,60	2.279,94
ISS - Imposto Sobre Serviços	7.810,79	36.469,69	5.470,45
Multas e Juros de Mora de Impostos	0,00	0,38	0,06
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	32,19	277,12	41,57
Dívida Ativa de Impostos	369,74	2.789,10	418,36
<b>II) TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO</b>	<b>382.896,84</b>	<b>1.564.691,35</b>	<b>234.703,72</b>
Cota Parte do ICMS	359.713,88	1.479.080,98	221.862,16
Cota Parte do IPVA	18.033,99	63.648,37	9.547,26
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	5.148,97	21.962,00	3.294,30
<b>III) TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>	<b>473.142,02</b>	<b>2.049.187,96</b>	<b>307.378,21</b>
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	471.611,14	2.043.168,44	306.475,28
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	54,17	112,68	16,90
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar	1.476,71	5.906,84	886,03
<b>IV - TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E</b>	<b>917.753,60</b>	<b>3.760.878,04</b>	<b>564.131,74</b>
<b>V - TOTAL À SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS</b>			<b>564.131,74</b>
<b>2 - DESPESAS</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
10.301 - Atenção Básica		238.036,49	801.795,31
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		8.280,00	8.280,00
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico		0,00	0,00
10.304 - Vigilância Sanitária		2.671,47	4.631,62
10.305 - Vigilância Epidemiológica		1.702,67	1.880,80
<b>VI - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>		<b>250.690,63</b>	<b>816.587,73</b>
<b>3 - DEDUÇÕES</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
0138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni		40.562,82	116.361,03
0338 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni		1.396,40	1.396,40
<b>VII - TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>		<b>41.959,22</b>	<b>117.757,43</b>
<b>4 - OUTRAS DEDUÇÕES</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
<b>VIII - SALDO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESUMO</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
Receita bruta de Impostos e Transferências		917.753,60	3.760.878,04
Despesas por função/subfunção		250.690,63	816.587,73
Deduções		41.959,22	117.757,43
Despesas para efeito de cálculo		208.731,41	698.830,30
Mínimo a ser aplicado		137.663,05	564.131,69
Aplicado		71.068,36	134.698,61
Percentual aplicado		22,74	18,58
Superávit		7,74	3,58

**ANEXO XIV - RREO 2º BIMESTRE 2016**

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS					
Previsão Inicial			—	13.730.000,00	
Previsão Atualizada			—	13.730.000,00	
Receitas Realizadas			1.879.760,76	3.996.699,37	
Déficit Orçamentário			—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	16.654,45	
DESPESAS					
Dotação Inicial			—	13.730.000,00	
Créditos Adicionais			—	452.871,72	
Dotação Atualizada			—	14.182.871,72	
Despesas Empenhadas			1.842.949,78	6.209.254,47	
Despesas Liquidadas			2.017.546,90	3.686.277,31	
Superávit Orçamentário			—	310.422,06	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			1.842.949,78	6.209.254,47	
Despesas Liquidadas			2.017.546,90	3.686.277,31	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida				11.541.323,49	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)			0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO			Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal			-300.000,00	-274.144,56	91,38
Resultado Primário			135.383,75	385.954,75	285,08
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar	
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	384.959,85	0,00	149.737,93	235.221,92	
EXECUTIVO	375.890,82	0,00	146.097,93	229.792,89	
LEGISLATIVO	3.640,00	0,00	3.640,00	0,00	
EXECUTIVO	5.429,03	0,00	0,00	5.429,03	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	69.372,31	7.742,89	22.987,58	38.641,84	
EXECUTIVO	69.372,31	7.742,89	22.987,58	38.641,84	
TOTAL:	454.332,16	7.742,89	172.725,51	273.863,76	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		892.725,09	25%	23,74	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		234.755,50	60%	65,17	
Liquidadas		0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito			0,00		
Despesa de Capital Líquida			209.630,52	925.115,72	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	41.210,00	

Continua 1/2



Município de UNIAO DO OESTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	695.630,30	15,00	18,50
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**TOMADA DE PREÇO 001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO:

TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2016.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia, para execução da terceira etapa da sede da Câmara de Vereadores de União do Oeste, incluindo material e mão de obra, de acordo com os projetos de engenharia. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14:00 horas do dia 06 de Junho de 2016. ABERTURA: às 14:10 horas do mesmo dia. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no setor de contabilidade, sito a Av. São Luiz, 841, Centro, União do Oeste – SC. Informações pelo telefone (0xx49) 3348-1014 ou e-mail: camarau-niaodoeste@hotmail.com.

União do Oeste - SC, 18 de Maio de 2016.

Oriberto Luiz Giachini

Presidente

## RGF 1 QUADRIMESTRE ANEXO 1

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC - PODER LEGISLATIVO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESAS COM PESSOAL			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	504.760,99	0,00	0,00
Pessoal Ativo	504.760,99	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>504.760,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>11.541.323,49</b>	<b>-</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>504.760,99</b>	<b>4,37</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>692.479,41</b>	<b>6,00</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>657.855,44</b>	<b>5,70</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>623.231,47</b>	<b>5,40</b>	
<b>FONTE:</b>			

União do Oeste, 18/05/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente da Câmara Municipal

KATIA PRISCILA ANTUNES

Contadora - CRC SC 035017/O-9

CHEILA LUCINÉIA RIBICKI

Tesoureira

RGF 1 QUADRIMESTRE ANEXO 5

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")							R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
		Restos a Pagar		Exercícios Anteriores				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
RECURSOS ORDINARIOS	67.535,19	0,00	428,18	0,00	0,00	67.107,01	25.375,40	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	67.535,19	0,00	428,18	0,00	0,00	67.107,01	25.375,40	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	67.535,19	0,00	428,18	0,00	0,00	67.107,01	25.375,40	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.  
União do Oeste, 18/05/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI Presidente da Camara Municipal	KATIA PRISCILA ANTUNES Contadora - CRC SC 035017/O-9	CHEILA LUCINÉIA RIBICKI Tesoureira
--	---	---------------------------------------

**RGF 1 QUADRIMESTRE ANEXO 6**

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	11.541.323,49	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	504.760,99	4,37
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	692.479,41	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	657.855,44	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-67.535,19	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.539.091,17	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.846.611,76	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	807.892,64	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	25.375,40	67.107,01

FONTE:

União do Oeste, 18/05/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI  
Presidente da Camara Municipal

KATIA PRISCILA ANTUNES  
Contadora - CRC SC 035017/O-9

CHEILA LUCINÉIA RIBICKI  
Tesoureira

**RREO 2 BIMESTRE ANEXO 1**

Município de União do Oeste - SC  
CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE  
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>185.594,04</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>							
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>96.587,20</b>	<b>210.969,44</b>	<b>589.030,56</b>	<b>98.331,89</b>	<b>185.594,04</b>	<b>614.405,96</b>	<b>185.165,86</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>623.000,00</b>	<b>623.000,00</b>	<b>96.587,20</b>	<b>210.969,44</b>	<b>412.030,56</b>	<b>98.331,89</b>	<b>185.594,04</b>	<b>437.405,96</b>	<b>185.165,86</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	543.000,00	543.000,00	90.185,01	166.575,14	376.424,86	90.185,01	166.575,14	376.424,86	166.575,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00	80.000,00	6.402,19	44.394,30	35.605,70	8.146,88	19.018,90	60.981,10	18.590,72
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>177.000,00</b>	<b>177.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>177.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>177.000,00</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	177.000,00	177.000,00	0,00	0,00	177.000,00	0,00	0,00	177.000,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de União do Oeste - SC  
CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	800.000,00	800.000,00	96.587,20	210.969,44	589.030,56	98.331,89	185.594,04	614.405,96	185.165,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>96.587,20</b>	<b>210.969,44</b>	<b>589.030,56</b>	<b>98.331,89</b>	<b>185.594,04</b>	<b>614.405,96</b>	<b>185.165,86</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>96.587,20</b>	<b>210.969,44</b>	<b>589.030,56</b>	<b>98.331,89</b>	<b>185.594,04</b>	<b>614.405,96</b>	<b>185.165,86</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>96.587,20</b>	<b>210.969,44</b>	<b>—</b>	<b>98.331,89</b>	<b>185.594,04</b>	<b>—</b>	<b>185.165,86</b>

FONTE:

União do Oeste, 18/05/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI Presidente da Câmara Municipal	KATIA PRISCILA ANTUNES Contadora - CRC SC 035017/O-9	CHEILA LUCINEIA RIBICKI Tessoureira
--	---	--



**RREO 2 BIMESTRE ANEXO 14**

Município de União do Oeste - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	0,00	
Receitas Realizadas		0,00	0,00	
Déficit Orçamentário		—	185.594,04	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	800.000,00	
Créditos Adicionais		—	0,00	
Dotação Atualizada		—	800.000,00	
Despesas Empenhadas		96.587,20	210.969,44	
Despesas Liquidadas		98.331,89	185.594,04	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		96.587,20	210.969,44	
Despesas Liquidadas		98.331,89	185.594,04	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-63.895,19	0,00
Resultado Primário		0,00	-185.594,04	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.640,00	0,00	3.640,00	0,00
LEGISLATIVO	3.640,00	0,00	3.640,00	0,00
TOTAL:	3.640,00	0,00	3.640,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		0,00	177.000,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de União do Oeste - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE

LRF, Art. 48 - Anexo 14		R\$ 1,00	
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

União do Oeste, 18/05/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI Presidente da Câmara Municipal	KATIA PRISCILA ANTUNES Contadora - CRC SC 035017/O-9	CHEILA LUCINÉIA RIBICKI Tesoureira
--	---	---------------------------------------

**RREO 2 BIMESTRE ANEXO 2**

Município de União do Oeste - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	800.000,00	800.000,00	96.587,20	210.969,44	589.030,56	98.331,89	185.594,04	614.405,96
Legislativa	800.000,00	800.000,00	96.587,20	210.969,44	589.030,56	98.331,89	185.594,04	614.405,96
Ação Legislativa	800.000,00	800.000,00	96.587,20	210.969,44	589.030,56	98.331,89	185.594,04	614.405,96
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	800.000,00	800.000,00	96.587,20	210.969,44	589.030,56	98.331,89	185.594,04	614.405,96

FONTE:

União do Oeste, 18/05/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI  
Presidente da Câmara Municipal

KATIA PRISCILA ANTUNES  
Contadora - CRC SC 035017/O-9

CHEILA LUCINÉIA RIBICKI  
Tesoureira

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# Urussanga

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATO Nº 20, DE 3 DE MAIO DE 2016.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, no uso de suas atribuições legais e em observância ao que dispõe o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica Municipal, c/c o inciso II, do art. 38, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 20, DE 3 DE MAIO DE 2016.

INSTITUI, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, HORÁRIO ESPECIAL DE JORNADA DE TRABALHO À SERVIDORA CRISTIANE BARICHELO CARARA, AGENTE DE PORTARIA E COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Em observância aos Atos nº 8 e 16, respectivamente, de 1º de fevereiro e de 5 de abril de 2016, fica instituído, de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2016, em caráter excepcional, horário especial de jornada de trabalho à Servidora Cristiane Barichelo Carara, Agente de Portaria e Comunicação da Câmara Municipal de Urussanga, assim disposto:

I – Às segundas, das 8h às 12h e das 13h às 17h;

II – Às terças-feiras, das 8h às 12h e das 13h às 16h;

III - Às quartas, quintas e sextas-feiras, das 8h às 13h.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2016.

Câmara Municipal de Urussanga, 3 de maio de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori  
Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos  
Vice-Presidente

Vereadora Izolete D. Vieira Gastaldon  
Primeira Secretária

Vereador Marcos Roberto Silveira  
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site [www.camaraurussanga.sc.gov.br](http://www.camaraurussanga.sc.gov.br), em 3 de maio de 2016.

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon  
Primeira Secretária

### MOÇÃO Nº 07/2016

MOÇÃO

A Câmara Municipal de Urussanga, por meio de proposição subscrita pelo Vereador Elson Roberto Ramos, e aprovada por todos os Vereadores, consignou em seus anais o envio à Associação Empresarial de Urussanga, de MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO, com o seguinte teor:

“A Câmara Municipal de Urussanga, aprovando proposição subscrita pelo Vereador Elson Roberto Ramos, e aprovada por todos os Vereadores, manifesta congratulação à Associação Empresarial de Urussanga, em razão da posse de sua nova Diretoria, no dia 2 de maio de 2016, tendo-se em vista também a relevância da entidade enquanto representante de diversos setores empresariais do Município.”

Urussanga / SC, 17 de maio de 2016.

Vereadora Vanir Z. M. Cacciatori  
Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos  
Vice-Presidente

Vereadora Izolete D. V. Gastaldon  
Primeira Secretária

Vereador Marcos R. Silveira  
Segundo Secretário

Vereadora Daniela P. Visintim

Vereador Jucemar Sangaletti

Vereador Odivaldo Bonetti

Vereador Omero De Bona

Vereador Rozemar Sebastião

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.036/2016

DECRETO N.º 036/2016, de 16 de MAIO de 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.066/2015 de 09 de dezembro de 2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
PROJETO/ATIVIDADE 1.016 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSOIS E ESTRADAS  
Modalidade 339000.00.03.00.0064 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 24.852,05

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do superávit financeiro resultado do cancelamento de restos a pagar não processados, de recursos da Fonte de Recursos 00.01.00.0064 – Transferências de Convênios – Estado-Outros, recebidos no exercício de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 16 de maio de 2016  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 16/05/2016

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N.037/2016

DECRETO N.º 037/2016, de 16 de MAIO de 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.066/2015 de 09 de dezembro de 2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
PROJETO/ATIVIDADE 2.027 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO  
Modalidade 339000.00.03.0000.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 217.302,40

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 16 de maio de 2016  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 16/05/2016

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

### PROCESSO 034/2016 TP 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2016  
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia, mediante o regime de empreitada por preço unitário, tendo como objeto o Fornecimento de material e mão de obra para a execução de Melhoria na Praça Bela Vista e espaços Públicos na Av. XV de Novembro no perímetro da cidade de Vargem Bonita – SC, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico, Plantas, Planilhas Orçamentárias e demais documentos que compõe o Projeto Executivo e de Engenharia, parte integrante deste Edital.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Valor Máximo: R\$ 40.741,16.

Recursos: Orçamento Municipal.

Entrega dos Envelopes de Documentação e Proposta: até às 14:00hrs (quatorze) horas, do dia 03 de Junho de 2016.

Sessão de Abertura e Julgamento da Licitação: Dia 03 de Junho 2016 às 14:00hrs (quatorze) horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, .... de Março de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENEHINI  
PREFEITA MUNICIPAL

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### NOTIFICAÇÃO 01.2016

#### NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 001/2016

Notifico a empresa CELIA REGINA WAMBOMMEL ME, sito a RUA 25 DE MAIOS/N, ALFREDO WAGNER/SC, CNPJ 04.195.853/0001-87, para justificar o atraso na entrega dos itens vencidos, sendo que no dia 24/02/2016 às 08h31min foi encaminhado por e-mail para celiareginasani@hotmail.comr, não obtivemos retorno, então foi reencaminhado o mesmo e-mail dia 31/03/2016 às 16h42min e até o momento não foi justificado nada com relação a entrega.

1) Considerando que na autorização nº. 144/2016 - O prazo de entrega dos produtos constantes era de 8 dias, a partir da requisição por escrito.

2) Considerando que as AF foram passadas via e-mail no dia 24/02/2016 e a mesma no dia 31/03/2016,

3) Considerando que já se passaram 40 dias da primeira autorização;

4) Considerando que hoje é dia 06/04/2016 e até o presente momento não foi entregue os itens da autorização nº. 144/2016, e a empresa não se manifestou referente aos e-mails e entrega dos itens vencidos do Pregão nº. 08/2016.

5) Vem o Notificante notificá-lo a se manifestar acerca do não cumprimento de seu prazo final, no prazo imediato, a contar do recebimento desta notificação via e-mail.

A Notificação, além das questões nela contida, serve para constituir o Notificado em mora, com relação a suas obrigações não cumpridas.

Está-se, por fim, à disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Vidal Ramos, 06 de abril de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

### NOTIFICAÇÃO 02.2016

#### NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 02/2016

Notifico a empresa CELIA REGINA WAMBOMMEL ME, sito a RUA 25 DE MAIOS/N, ALFREDO WAGNER/SC, CNPJ 04.195.853/0001-87, para justificar o atraso na entrega dos itens vencidos, sendo que no dia 24/02/2016 às 08h31min foi encaminhado por e-mail para celiareginasani@hotmail.comr, não obtivemos retorno, então foi reencaminhado o mesmo e-mail dia 31/03/2016 às 16h42min e até o momento não foi justificado nada com relação a entrega.

1) Considerando que na autorização nº. 144/2016 - O prazo de entrega dos produtos constantes era de 8 dias, a partir da requisição por escrito.

2) Considerando que as AF foram passadas via e-mail no dia 24/02/2016 e a mesma no dia 31/03/2016,

3) Considerando que já se passaram 81 dias da primeira autorização;

Considerando que hoje é dia 17/05/2016 e até o presente momento não foi entregue os itens da autorização nº. 144/2016, e a empresa após a notificação enviou um e-mail no dia 06/04/2016 às 11:26 recebemos um e-mail que dizia o seguinte: Bom dia Adriana, venho por intermédio deste e em nome da empresa me desculpar pelo atraso na entrega dos materiais esportivos, estamos totalmente empenhados em entregar o quanto antes esta mercadoria para vocês, nosso objetivo jamais foi deixar nossos consumidores insatisfeitos, isso ocorreu pelo atraso da transportadora em nos entregar os produtos nos deixando nesta "saia justa", prometo que nas próximas semanas estes materiais irão ser entregues, mais tardar

dia 18/04 data prevista pela transportadora e mais uma vez me desculpo pelo transtorno causado. att: Jonas Schutz, aguardamos mais alguns dias e nada, sendo assim enviamos mais um e-mail cobrando e nos foi respondido no dia 19/04/2016 às 08:25 dizendo o seguinte: oi bom dia, o representante me passou que chegara terça ou quarta da próxima semana devido ao feriado. Att Jaciara M da Silva, CELIA REGINA W. SANI ME, CNPJ: 04.195.853/0001-87, I.E. 255.538.146, Avenida Beira Rio, 730, Centro, Alfredo Wagner SC, 88450 000, Fone 48 3276 2159, e aguardamos mais alguns dias e nada, enviamos novamente mais um e-mail no dia 04/05/2016 às 09:01 até o dia de hoje 17/04/2016 não se manifestou referente ao e-mail e entrega dos itens vencidos do Pregão nº. 08/2016.

4) Considerando que hoje é dia 17/05/2016, a empresa terá o prazo para entregar a mercadoria até dia 18/05/2016 às 16:00 horas.

5) Vem o Notificante notificá-lo a se manifestar acerca do não cumprimento de seu prazo final, no prazo citado acima, a contar do recebimento desta notificação via e-mail.

6) O não cumprimento na entrega implicará em abertura de Processo Administrativo.

A Notificação, além das questões nela contida, serve para constituir o Notificado em mora, com relação a suas obrigações não cumpridas.

Está-se, por fim, à disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Vidal Ramos, 17 de maio de 2016

EDUARDO THECHRIN

PREGOEIRO



# Videira

## PREFEITURA

### EDITAL PRÉVIO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MELHORIA Nº. 004/2016

EDITAL PRÉVIO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MELHORIA Nº. 004/2016

O Prefeito do Município de Videira, Estado de Santa Catarina, Wilmar Carelli, atendendo disposição do CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL (Lei nº 5.172/1966) e do CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 69/85 e alterações, faz saber que será executada a obra pública de pavimentação com pedras irregulares Rua da Ricieri Saugo, parte da rua Arnaldo F. Paulmichl, parte da rua Alois Sporr no bairro Campo Experimental, parte da rua Ribeirão Preto e parte da rua Travessa Limeira, bairro Sesi.

Ficam CONVOCADOS os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra, que por ela será valorizado, para tomarem conhecimento dos requisitos legais:

#### 1 - DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art.71 – inciso I da Lei 69/85)

1.1 - O memorial descreve normas para a execução dos serviços de "pavimentação com pedras irregulares assentadas sobre uma base de pedrisco, rejuntada com pó de pedra, meio-fios de concreto pré-moldados e drenagem pluvial".

1.2 - A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo I deste Edital.

#### 2 - DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art.71 – inciso II da Lei 69/85)

2.1 - A área total das vias públicas a serem pavimentadas, objeto deste edital prévio, compreende: ITEM 1 - 1.324,65m<sup>2</sup> (Hum mil trezentos e vinte e quatro metros quadrados e sessenta e cinco centímetros quadrados) para rua Ricieri Saugo, 647,67m<sup>2</sup> (seiscentos e quarenta e sete metros quadrados e sessenta e sete centímetros quadrados) para parte da rua Arnaldo F. Paulmichl e 418,21m<sup>2</sup> (quatrocentos e dezoito metros quadrados e vinte e um centímetros quadrados) para parte da rua Alois Sporr no bairro Campo Experimental totalizando 2.457,68m<sup>2</sup> (dois mil quatrocentos e cinquenta e sete metros quadrados e sessenta e oito centímetros quadrados); e ITEM 2 - 586,52m<sup>2</sup> (quinhentos e oitenta e seis metros quadrados e cinquenta e dois centímetros quadrados) para parte da rua Ribeirão Preto e 388,15m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e oito metros quadrados e quinze centímetros quadrados) para a rua Travessa Limeira no bairro Quartel, totalizando 974,67m<sup>2</sup> (novecentos e setenta e quatro metros quadrados e sessenta e sete centímetros quadrados).

2.2 - O custo prévio da obra do ITEM 1 corresponde a R\$ 97.163,11 (noventa e sete mil, cento e sessenta e três reais e onze centavos) para a rua Ricieri Saugo, R\$ 48.905,26 (quarenta e oito mil, novecentos e cinco reais e vinte e seis centavos) para a Rua Arnaldo F. Paulmichl, R\$ 30.532,57 (trinta mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e sete centavos) para a Rua Alois Sporr, totalizando o valor de R\$ 176.600,94 (cento e setenta e seis mil, seiscentos reais e noventa e quatro centavos); e do ITEM 2 corresponde a R\$ 40.752,77 (quarenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos) para a Rua Ribeirão Preto e R\$ 28.240,24 (vinte e oito mil, duzentos e quarenta reais e vinte e

quatro centavos) para a rua Travessa Limeira, totalizando o valor de R\$ 68.993,01 (sessenta e oito mil, novecentos e noventa e três reais e um centavo) .

2.3 - Demais especificações constam no Anexo II deste Edital (orçamento prévio).

#### 3 - DA DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (art.71 – inciso III da Lei 69/85)

3.1 – O ressarcimento do valor da Contribuição de Melhoria aos cofres municipais pelos contribuintes beneficiados, terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

3.2 - A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel:

CM= Valorização resultante da obra (individual) X Participação dos proprietários  
Valorização total resultante da obra

#### 4 - DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art.71 – inciso IV da Lei 69/85)

4.1 - Os imóveis beneficiados em decorrência da execução da obra são os abrangidos diretamente, conforme os mapas constante do Anexo III, contemplando as Ruas Ricieri Saugo, parte da rua Arnaldo F. Paulmichl, parte da rua Alois Sporr, e parte das ruas Ribeirão Preto e Travessa Limeira.

#### 5 - DA DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO (art.71 – inciso V da Lei 69/85)

5.1 - O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento) dos valores constantes no orçamento prévio (Anexo II), tendo como limite máximo o custo global da obra o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

#### 6 - DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A contribuição de melhoria decorrente da obra, desde que comprovada valorização dos imóveis, será paga pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo as seguintes condições:

6.1 - Para os pagamentos em parcela única, desde que efetuado até a data do vencimento da primeira parcela, será concedido desconto de 20% (vinte por cento).

6.2 – O lançamento da Contribuição de Melhoria será efetuada por edital de Notificação nos termos do art. 78 da Lei 69/85 - Código Tributário Municipal.

#### 7 - DA IMPUGNAÇÃO:

71 – Os elementos referidos neste Edital Prévio poderão ser impugnados no prazo de 30 (dias), a contar do 1º (primeiro) dia útil à publicação oficial pelo município, mediante requerimento dirigido à Secretaria de Planejamento.

7.2 – Não serão consideradas as reclamações ou impugnações interpostas fora do prazo concedido no item retro.

#### 8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 – A proposta de pavimentação via pública objeto deste edital, somente será executada após concluído os trâmites do processo licitatório;

8.2 - Os valores para fins de lançamento de Contribuição de Melhoria serão apurados após a conclusão da obra, em conformidade com o processo licitatório, incluindo-se quando necessário os aditivos de adequação de projeto.

Videira SC, 06 de Maio de 2016.

ARNALDO POSANSKE WILMAR CARELLI  
Secretário de Planejamento Prefeito Municipal

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO  
ANEXO II – ORÇAMENTO PRÉVIO  
ANEXO III – ÁREA DE DELIMITAÇÃO  
ANEXO IV – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS

#### TERMO ADITIVO Nº 52/2016

Termo Aditivo nº 52/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 94/2014

Processo: DL nº 09/2014-PMV

Locadores: PLÍNIO SALMÓRIA e ODILON SEBASTIÃO SALMÓRIA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Locação nº 94/2014 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, e reajustar o valor mensal do aluguel previsto na Cláusula 4ª, por meio do IPC-A (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses (maio/2015 a abril/2016), no percentual de 9,2783100%.

Valor: R\$ 8.825,88.

Data: 18/05/2016.

---

### CÂMARA MUNICIPAL

---

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2016

APROVA AS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2014, DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SC).

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas anuais do exercício de 2014, da Prefeitura do Município de Videira (SC), em consonância com o Parecer Prévio nº. 00218/2015, emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, mantendo, entretanto, a recomendação apontada no relatório DMU nº. 2394/2015 do Processo nº. PCP 15/00072564.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2016

Rafael Balestrin  
Presidente

Christiane Zimmer  
Secretária

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 004/2016 FMS

Processo de Licitação 004/2016 FMS

Modalidade: Pregão 004/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, CONFORME CONVÊNIO Nº 2016TR000561, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 09h00min, do dia 31 de maio de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 18 de maio de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 080/2016

PORTARIANº 080/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JANETE KULKAMP VANDERLINDE

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 13/05/2016 a 27/05/2016, sendo que a partir desta data, se necessário, a servidora deverá ser encaminhada ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de maio de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE MAIO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº AJG 098/2016

DECRETO Nº AJG 098/2016

CREDENCIA E DESCREDENCIA MONITORAS DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

Considerando o disposto no Ofício nº 0081/2016, de 13 de maio de 2016, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam credenciadas as monitoras da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

#### NOME CPF IDENTIDADE

Mirna de Fátima Cavagnoli da Silva 774.010.699-20 1.789.496-4

Art.2º. Ficam descredenciados os seguintes monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados:

#### NOME CPF IDENTIDADE

Tatiane de Almeida de Oliveira 112.631.659-82 6.917.059

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 18 de maio de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º ADITIVO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº001/2015

Município de Xanxerê/SC

Extrato 1º Aditivo Termo de Colaboração nº 001/2015

Município de Xanxerê

Colaborador: Rede Feminina de Combate ao Câncer de Xanxerê.

Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pacientes acometidos por câncer oferecendo atividades de fisioterapia, psicoterapia individual e em grupo, ginástica e terapia ocupacional, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei nº 13.019/2014. Fica aditado o prazo de vigência do termo de colaboração de 01 de junho até 31 de dezembro de 2016.

Xanxerê-SC, 18/05/2016.

Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º ADITIVO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº002/2015

PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2015

CHAMAMENTO Nº

º 002/2015

Pelo presente termo aditivo que celebram, o MUNICÍPIO DE XANXERÊ, com sede à Rua José de Miranda Ramos, 455, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ADEMIR JOSÉ GASPARINI inscrito no CPF (MF) sob nº 386.038.889-49 e RG nº 1.015.291 SSP/SC, pela Secretária Municipal de Assistência Social Sra. LUCIANA BALBINOT CONTINI inscrita no CPF(MF) nº 844.990.529-04 e RG nº 2.424.887 SSP/SC, doravante denominado de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e de outro lado:

ASSOCIAÇÃO E PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Marechal Bormann, 351 – 1º andar, no Município de Xanxerê - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 04.940.781/0001-55 representada neste ato pelo, Sr.(a) Marisa Fatima Padilha Giroletti, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê – SC, portador do CPF nº 586.942.779-72, doravante denominado COLABORADOR, que, de comum acordo resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem embasamento legal no Termo de Colaboração nº 002/2015, Chamamento nº 002/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Fica aditado o prazo de vigência do presente termo de colaboração a partir de 01 de Junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Termo de Colaboração original firmado entre as partes em 01 de junho de 2015.

E por estarem justos e contratados assinam o presente Termo Aditivo de Convênio em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Xanxerê, em 18 de Maio de 2016.

MUNICIPIO DE XANXERÊ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS XANXERÊ
TESTEMUNHAS:	

### EXTRATO 1º ADITIVO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº003/2015

Município de Xanxerê/SC

Extrato 1º Aditivo Termo de Colaboração nº 003/2015

Município de Xanxerê

Colaborador: Fraternidade Cristã da Pessoa com Deficiência de Xanxerê – FCDX

Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiência estimulando atividades de convívio social, recreativas e de lazer, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei nº 13.019/2014. Fica aditado o prazo de vigência do termo de colaboração de 01 de junho até 31 de dezembro

de 2016.  
Xanxerê-SC, 18/05/2016.  
Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

#### **EXTRATO 1º ADITIVO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº004/2015**

Município de Xanxerê/SC  
Extrato 1º Aditivo Termo de Colaboração nº 004/2015  
Município de Xanxerê  
Colaborador: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.  
Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiência intelectual e múltipla, nas áreas de educação, saúde e assistencial, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei n.º 13.019/2014. Fica aditado o prazo de vigência do termo de colaboração de 01 de junho até 31 de dezembro de 2016.  
Xanxerê-SC, 18/05/2016.  
Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 0048/2016**

Extrato de Contrato nº 0048/2016  
Contratante: Município de Xanxerê.  
Contratado: Maqmóveis Indústria e Comércio de Moveis Ltda.  
Objeto: Aquisição de Mobiliários Escolares constituídos de conjunto aluno, mesa acessível e conjunto professor. Adesão ao Pregão Eletrônico 15/2015 – FNDE/MEC  
Valor Total: R\$ 179.557,00 Prazo: 12 meses.  
Xanxerê-SC, 13 de Maio de 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 0049/2016**

Extrato de Contrato nº 0049/2016  
Contratante: Município de Xanxerê.  
Contratado: Gazin Ind. e Com. de Moveis e Eletrodomésticos Ltda.  
Objeto: Aquisição de 12 Aparelhos de Ar Condicionado 30.000 BTUs.  
Adesão ao Pregão Eletrônico 21/2015 – FNDE/MEC  
Valor Total: R\$ 32.928,00 Prazo: 12 meses.  
Xanxerê-SC, 13 de Maio de 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

# Xavantina

## PREFEITURA

### TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 031-2016 PMXV - 01 AEON COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Claudi Babinski, e a empresa AEON COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.266.315/0001-18, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Lucas Antunes Scussiato, portador do CPF nº 060.180.249-77, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 031/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Material Genético, Nitrogênio e Materiais de uso Veterinário para Inseminação Artificial em Bovinos, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 031/2016 PMXV.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
9	150,00	PCT	11,81	Bainha, tipo francesa, descartável para uso em inseminação artificial. Pacotes com 50 unidades.
12	50,00	CX	15,11	Luva de latex para procedimento tamanhos M e G. Caixa com 100 unidades.

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 031/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 18 de maio de 2016.

AEON COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
Lucas Antunes Scussiato

CLAUDI BABINSKI,  
Prefeito Municipal em Exercício.



**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 031-2016 PMXV - 02 CLINICA VETERINÁRIA CAMPESTRE LTDA**

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Claudi Babinski, e a empresa CLINICA VETERINÁRIA CAMPESTRE LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.310.472/0001-27, nesta Ata representada pelo seu Sócio, Sr. Jean Rodrigo Furlan, portador do CPF nº 015.045.209-80, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 031/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Material Genético, Nitrogênio e Materiais de uso Veterinário para Inseminação Artificial em Bovinos, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 031/2016 PMXV.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
1	3.000,00	DS	19,80	Sêmen bovino da raça Holandesa, com prova oficial não inferior a Dezembro de 2015, com base americana (USDA, HÁ, INTERBULL) com habilidade transmissora predita (PTA) para leite igual ou superior a + 850 libras, com confiabilidade de prova de produção igual ou superior a 92%, escore de células somáticas inferior a 2,88; composto de pernas e pés superior a + 1,50; composto de úbere superior a + 1,20; vida produtiva superior a + 4,0; estatura inferior a + 0,70; ângulo de casco superior a + 1,45; profundidade de úbere superior a + 1,60 e facilidade de parto do touro de 8,0% ou menos.
4	2.000,00	DS	12,50	Sêmen bovino da raça Red Angus, com prova oficial na American Red Angus Association não inferior a janeiro de 2016, com facilidade de parto (CED – calving ease direct) igual ou superior a + 14, peso a desmama (WW-Weaning Weight) superior a + 62 libras; peso ao ano (YW-Yearling Weight) superior a + 110 Libras.
10	100,00	CX	36,00	Luva plástica descartável, com 5 dedos, para inseminação artificial com 90cm de comprimento. Caixas com 100 unidades.

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 031/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 18 de maio de 2016.

CLINICA VETERINÁRIA CAMPESTRE LTDA  
Jean Rodrigo Furlan

CLAUDI BABINSKI,  
Prefeito Municipal em Exercício.

**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 031-2016 PMXV - 03 COGENT BRASIL LTDA**  
TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Claudi Babinski, e a empresa COGENT BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.817.465/0001-89, nesta Ata representada pelo seu Representante, Sr. Antonio Magri, portador do CPF nº 024.299.179-39, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 031/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Material Genético, Nitrogênio e Materiais de uso Veterinário para Inseminação Artificial em Bovinos, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 031/2016 PMXV.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
2	2.500,00	DS	23,00	Sêmen de touro da raça Jersey com provas convertidas pelo dairy bulls para o sistema americano na base de dezembro 2015; confiabilidade para leite maior ou igual a 74; PTA leite maior ou igual a 250 libras; JTPi maior ou igual 90; PTA proteína desvio maior ou igual a 0,03%; PTA gordura desvio maior ou igual a 0,10%; PTA gordura maior ou igual a 30 lbs; ângulo de garupa maior ou igual 0,80; característica leiteira (dairy form) maior ou igual a 0,20; altura e largura de úbere posterior maior ou igual 0,10; vida produtiva maior ou igual a 2,0; ccs menor ou igual a 2,9.

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 031/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 18 de maio de 2016.

COGENT BRASIL LTDA  
Antonio Magri

CLAUDI BABINSKI,  
Prefeito Municipal em Exercício.

**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 031-2016 PMXV - 04 SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Claudi Babinski, e a empresa SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.593.476/0001-83, nesta Ata representada pelo seu Representante, Sr. Andre Kilp de Figueiredo, portador do CPF nº 040.710.299-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 031/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Material Genético, Nitrogênio e Materiais de uso Veterinário para Inseminação Artificial em Bovinos, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 031/2016 PMXV.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
3	500,00	DS	9,69	Sêmen bovino da raça Gir, que tenha o pai provado para a produção de leite.
5	500,00	DS	12,90	Sêmen bovino da raça Brahman.
6	500,00	DS	9,88	Sêmen bovino da raça Nelore.
7	1.000,00	DS	12,79	Sêmen bovino da raça Girolando, com produção da mãe superior a 10.000kg.
8	500,00	DS	22,90	Sêmen bovino da raça Pardo Suíço Leiteiro, com prova oficial não inferior a dezembro de 2015, com base americana (USDA, HÁ, INTERBULL); PTA Leite igual ou maior que 500 libras; com PTA para facilidade de parto (FPD) igual ou inferior a 6%.

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 031/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 18 de maio de 2016.

SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA  
Andre Kilp de Figueiredo

CLAUDI BABINSKI,  
Prefeito Municipal em Exercício.

**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 031-2016 PMXV - 05 NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA**

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Claudi Babinski, e a empresa NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 85.093.524/0001-27, nesta Ata representada pelo seu Representante, Sr. José Sergio Fagundes, portador do CPF nº 519.705.709-20, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 031/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Material Genético, Nitrogênio e Materiais de uso Veterinário para Inseminação Artificial em Bovinos, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 031/2016 PMXV.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
11	8.000,00	LT	2,50	Nitrogênio líquido para conservação de sêmen bovino.

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 031/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 18 de maio de 2016.

NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA José Sergio Fagundes	CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal em Exercício.
--	--

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 016/2013 PMXV E POSTERIORES ADITIVOS**  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 026/2013 PMXV E POSTERIORES ADITIVOS.

CONTRATADA: UNICASUL CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA

OBJETO: TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E TREINAMENTO NO ÂMBITO DO MOVIMENTO ECONÔMICO.

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO I, ARTIGO 79, DA LEI Nº 8.666/93.

DATA DA RESCISÃO: 18/05/2016.

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 026/2016 PMXV E POSTERIORES ADITIVOS**  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 026/2016 PMXV E POSTERIORES ADITIVOS.

CONTRATADA: MARANGONI E CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA ME.

OBJETO: TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE DOCUMENTOS E BASES LEGAIS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO I, ARTIGO 79, DA LEI Nº 8.666/93.

DATA DA RESCISÃO: 18/05/2016.

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 089/2014 PMXV E POSTERIORES ADITIVOS**  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 089/2014 PMXV E POSTERIORES ADITIVOS.

CONTRATADA: AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA ME.

OBJETO: TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE AO FUNDO E DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI FEDERAL 12.232/2010.

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO I, ARTIGO 79, DA LEI Nº 8.666/93.

DATA DA RESCISÃO: 18/05/2016.

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 42/2016

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE XAXIM – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 080/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N. 042/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório supra citado objetivando Contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria no que tange aos programas de rede SUAS, CADSUAS, SISC, capacitação de equipes da Secretaria de Assistência Social do Município de Xaxim, de acordo com o edital e seus anexos. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:15min do dia 02 de junho de 2016, procedendo à abertura às 08h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 18 de maio de 2016.  
Idacir Antônio Orso  
Prefeito

### Decreto 219

DECRETO Nº 219/2016

Altera o Art.2º do Decreto nº 102/2016 e dá outras providências.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal do Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições de seu cargo e de acordo com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e considerando erro de digitação.

DECRETA:

Art.1º Fica alterado o Artigo 2º do Decreto nº 102/2016, 04 de fevereiro de 2016, que trata sobre a lotação da servidora municipal Silvia Katia Koloske, ocupante do cargo de professora, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 2º A lotação da servidora será na EBM Santa Terezinha e EF Diadema, nos turnos Matutino e Vespertino.

...

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos do Decreto nº 102/2016.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de maio de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras  
Secretário Municipal de Administração

### EDITAL 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016  
ABRE INSCRIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE NUTRICIONISTA PARA O NASF.

O Prefeito Municipal de Xaxim – SC, no uso de suas atribuições, visando à contratação de pessoal, em número de 01, por prazo determinado para desempenhar a função de NUTRICIONISTA, junto a Secretaria Municipal de Saúde - NASF, amparado em excepcional interesse público, com fulcro no art. 37, IX, da Constituição da República, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital.



## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão composta por três servidores, designados através da Portaria nº 538/2016.

1.1.1 As reuniões e deliberações da Comissão serão objeto de registros em atas.

1.2 Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.

1.3 O edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e no DOM (Diário Oficial dos Municípios).

1.4 Os demais atos e decisões inerentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão publicados no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e em meio eletrônico, se houver.

1.5 O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise de currículos dos candidatos pela Comissão, conforme critérios definidos neste Edital.

1.6 A contratação será pelo prazo determinado, de até 06 (seis) meses, improrrogáveis, e se regerá pelo Regime Jurídico Estatutário, a contar da homologação final do Processo Seletivo Simplificado.

## 2. ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

2.1 A função temporária de que trata este Processo Seletivo Simplificado corresponde ao exercício da função de Nutricionista – 01 (uma) vaga, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos previstos na legislação vigente.

2.2 A carga horária será desenvolvida de acordo com horário definido pela autoridade competente mediante ato próprio.

2.3 Pelo efetivo exercício da função temporária será pago mensalmente o vencimento fixado em R\$2.596,21 (dois mil quinhentos e noventa e seis reais e vinte e um centavos), nele compreendendo-se além da efetiva contraprestação pelo trabalho, o descanso semanal remunerado.

2.3.1 Sobre o valor total da remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários.

2.4 Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários no Regime Jurídico, sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar do mesmo Diploma, no que couber.

## 3. INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão recebidas exclusivamente pela Comissão designada, junto à Prefeitura Municipal de Xaxim, sito à Rua Rui Barbosa, 347, Bairro Centro, no período compreendido entre às 8h às 11h e 13h30min às 16h 30min dos dias 18, 19, 20 e 23 de maio de 2016.

3.1.1 Não serão aceitas inscrições fora de prazo.

3.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.

3.3 As inscrições serão gratuitas.

## 4. CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá comparecer pessoalmente ou através de procuração ao endereço e nos horários e prazos indicados no item 3.1, apresentando os seguintes documentos:

4.1.1 Cópia autenticada de documento de identidade oficial com foto.

4.1.2 Cópia autenticada do Diploma de Nutricionista e respectiva inscrição junto ao conselho regional da profissão.

4.1.3 Currículo profissional de acordo com o modelo apresentado no Anexo I do presente edital, acompanhado de cópia autenticada que comprovam as informações contidas no currículo.

4.2 Os documentos poderão ser autenticados no ato da inscrição pelos membros da Comissão, desde que o candidato apresente para conferência os originais juntamente com a cópia.

## 5. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1 Encerrado o prazo fixado pelo item 3.1, a Comissão publicará, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e no site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) no prazo de um dia, edital contendo a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.

5.2 Os candidatos que não tiveram as suas inscrições homologadas poderão interpor recursos escritos perante a Comissão, no prazo de um dia, mediante a apresentação das razões que amparem a sua irresignação.

5.2.1 No prazo de um dia, a Comissão, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de inscrições homologadas.

5.2.3 Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo de um dia, cuja decisão deverá ser motivada.

5.2.4 A lista final de inscrições homologadas será publicada na forma do item 5.1, no prazo de um dia, após a decisão dos recursos.

## 6. FORMATAÇÃO DOS CURRÍCULOS

6.1 O currículo profissional deverá ser preenchido pelo candidato nos moldes do Anexo I do presente Edital.

6.2 Os candidatos que obtiverem a homologação da inscrição por atenderem as respectivas condições automaticamente obterão a pontuação mínima de dois pontos.

6.3 Os critérios de avaliação dos currículos totalizarão o máximo de sessenta pontos.

6.4 A escolaridade mínima exigida para o desempenho da função não será objeto de avaliação.

6.5 A classificação dos candidatos será efetuada através da pontuação, em uma escala de zero a sessenta pontos, conforme os seguintes critérios:

Critérios	Pontuação			
1. Experiência profissional na área de atuação		A comprovação deverá ser		
na iniciativa privada:		mediante	apresentação	de
até um 1 ano	5	documentos comprobatórios.		
de 1 ano e 1 dia até 3 anos	10			
de 3 anos e 1 dia até 5 anos	15			
mais de 5 anos	20			

2. Experiência profissional na área de atuação		A comprovação deverá ser		
em órgãos públicos		mediante	apresentação	de
até um 1 ano	5	documentos comprobatórios.		
de 1 ano e 1 dia até 3 anos	10			
de 3 anos e 1 dia até 5 anos	15			
mais de 5 anos	20			

3. Especializações, Mestrado e Doutorado		A comprovação deverá ser		
		mediante	apresentação	de
Pós-Graduação na área afim	10	documentos comprobatórios.		
Mestrado na área afim	15			
Doutorado na área afim	20			

Obs: Poderá ser apresentado para fins de pontuação apenas um diploma, ou seja, apenas um entre os três níveis.

7. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR 7.1 No prazo de dois dias, a Comissão deverá proceder à análise dos currículos.

7.2 Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e no site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br), abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

## 8. RECURSOS

8.1 Da classificação preliminar dos candidatos é cabível recurso endereçado à Comissão, uma única vez, no prazo comum de um dia.

8.1.1 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.

8.1.2 Será possibilitada vista dos currículos e documentos na presença da Comissão, permitindo-se anotações.

8.1.3 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados.

8.1.4 Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo de um dia, cuja

decisão deverá ser motivada.

#### 9. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

9.1 Verificando-se a ocorrência de empate em relação aos pontos recebidos por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:

9.1.1 apresentar idade mais avançada.

9.1.2 maior grau de escolaridade, partindo do nível de Graduado, Pós-Graduado, Mestrado e Doutorado.

9.1.3 tiver obtido a maior pontuação no critério de maior experiência na área de atuação em órgãos públicos.

9.2 A aplicação do critério de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

#### 10. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

10.1 Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação, no prazo de um dia.

10.2 Homologado o resultado final, será publicado edital com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

#### 11. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

11.1 Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada a contratação pelo Prefeito, será convocado o primeiro colocado, para, no prazo de 2 (dois) dias para comprovar o atendimento das seguintes condições e imediatamente assumir a vaga:

11.1.1 Ser brasileiro ou estrangeiro na forma da lei;

11.1.2 Ter idade mínima de 18 anos;

11.1.3 Apresentar atestado médico exarado pelo serviço oficial do Município, no sentido de gozar de boa saúde física e mental.

11.1.4 Ter formação, com nível superior de Nutricionista e respectivo registro junto ao conselho regional da profissão.

11.1.5 Apresentar as declarações exigidas pelo RH entre outros documento necessários.

11.2 A convocação do candidato classificado será realizada por meio de Edital publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal.

11.3 Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem classificatória crescente.

11.4 O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será por período de no máximo 06 (seis) meses. Fica facultado à Administração determinar o período de contratação, não podendo ultrapassar o prazo máximo acima indicado, considerando a necessidade do serviço e o interesse público, podendo este ser rescindido a qualquer momento.

11.5 No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.

#### 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

12.2 Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados os seus endereços.

12.3 Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.

12.4 Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão designada e pela Procuradoria Geral do Município.

Município de Xaxim – SC , 17 de maio de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Pedro Rui Rodrigues

Sub-Procurador Geral do Município

Anexo I

CURRÍCULO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

## 1. DADOS PESSOAIS

1.1 Nome completo: \_\_\_\_\_

1.2 Filiação: \_\_\_\_\_

1.3 Nacionalidade: \_\_\_\_\_

1.4 Naturalidade: \_\_\_\_\_

1.5 Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

1.6 Estado Civil: \_\_\_\_\_

## 2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1 Carteira de Identidade e órgão expedidor: \_\_\_\_\_

2.2 Cadastro de Pessoa Física – CPF: \_\_\_\_\_

2.3 Título de Eleitor \_\_\_\_\_ Zona: \_\_\_\_\_ Seção: \_\_\_\_\_

2.4 Endereço Residencial: \_\_\_\_\_

2.5 Endereço Eletrônico: \_\_\_\_\_

2.6 Telefone residencial e celular: \_\_\_\_\_

2.7 Outro endereço e telefone para contato ou recado: \_\_\_\_\_

## 3. ESCOLARIDADE

## 3.1 ENSINO SUPERIOR

Instituição de Ensino: \_\_\_\_\_

Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

## 4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empregador: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_\_ Data da conclusão: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ Serviço Público ou Privado: \_\_\_\_\_

Empregador: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_\_ Data da conclusão: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ Serviço Público ou Privado: \_\_\_\_\_

Empregador: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_\_ Data da conclusão: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ Serviço Público ou Privado: \_\_\_\_\_

Empregador: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_\_ Data da conclusão: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ Serviço Público ou Privado: \_\_\_\_\_

Empregador: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_\_ Data da conclusão: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ Serviço Público ou Privado: \_\_\_\_\_

**5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**

Local e Data.

Assinatura do Candidato

**LEI 4184**

LEI Nº 4184/2016.

“Dispõe sobre denominação de RUA SEM NOME”

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Legislativa:

Art. 1º Fica denominada “RUA VITOR JOÃO GEREMIA”, o trecho compreendido entre a estrada principal de acesso a Linha Geremia, no ponto que dá acesso da via pública até as Granjas da antiga Chapecó Alimentos.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo Municipal providenciar a colocação da placa de nomenclatura, e fornecimento da numeração das residências abrangidas por esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de maio de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Pedro Rui Rodrigues

Subprocurador Geral do Município

**LEI 4185**

LEI Nº 4185/2016.

“Dispõe sobre a abertura de crédito especial no orçamento de 2016 e dá outras providências”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 624.000,00 (Seiscentos e vinte e quatro mil reais), na seguinte programação de despesa dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0.000–Amortização da Dívida Municipal
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.6.90.00.00	01.00	470.282,96
3.2.90.00.00	01.00	153.717,04

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesa na seguinte programação de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.037 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	74.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	100.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.065 – Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário

Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	150.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	100.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário

Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	200.000,00

Art. 3º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de maio de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Pedro Rui Rodrigues

Subprocurador Geral do Município

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO 05/2016

DECRETO Nº 5/2016

Dispõe sobre o cancelamento do Concurso Público Processo Licitatório 001/2016, e dá outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o do Regimento Interno, faz saber que fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica cancelado o concurso público Processo Licitatório 001/2016, modelo Pregão Presencial, para a contratação de Servidores em caráter efetivo na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Xaxim/SC.

Parágrafo único: Tornam-se nulos todos os atos decorrentes do referido Processo Licitatório.

Art. 2º A devolução dos valores referentes às inscrições eventualmente pagas por candidatos ao referido concurso público, serão devolvidos através de depósitos bancários, mediante apresentação de comprovante de pagamento.

Parágrafo único: a comprovação do pagamento da inscrição, deverá ser apresentada diretamente na secretaria da Câmara de Vereadores ou através do e-mail camaraxaxim@desbrava.com.br.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 2016.

Gelci Guerino Della Corte	Jacir Zin
Presidente	1º Secretário



# Associações

## AMAI

### ATA CHAMADA PÚBLICA 02/2016

ATA DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às 14 horas, na sala de reuniões da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), reuniram-se os membros da Comissão nomeados para Acompanhamento dos Editais de Aquisição de Elevador e Reforma e Ampliação da Sede, nomeada pelo Presidente Senhor Ivandre Bocalon, por meio da Resolução Nº 003/2016, de 15 de janeiro de 2016, composta pelos colaboradores e servidores municipais de Prefeituras da AMAI, sendo: Alexandre Bee Longhi, Andreza Gallas, Adriano Francisco Conti e Ricardo Conte, para procederem o julgamento relativo à Tomada de Preços Nº 0002/2016, convocada pelo EDITAL Nº 006/2016, tipo menor preço global, para a Contratação de Empresa Especializada em construção civil para executar a Ampliação e Reforma da Sede Administrativa da Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai), incluindo Materiais e mão de obra, com construção de área de 183,45m², conforme Projetos, Planilha de Orçamento, Memorial Descritivo, Cronograma Físico – Financeiro, descritos nos Anexos integrantes do edital. A Comissão, após verificar a conformidade da documentação apresentada pelos licitantes com as exigências do Edital, decidiu, por unanimidade de seus membros julgar habilitadas as empresas: ENGEDIX SOLUÇÕES DE ENGENHARIA LTDA; e ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA. Após a verificação da documentação passou-se a abertura das propostas, sendo que a empresa ENGEDIX SOLUÇÕES DE ENGENHARIA LTDA, apresentou proposta de preços com o valor de R\$ 381.006,52 e a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA apresentou proposta de preços com o valor de R\$ 377.138,93. Fica declarada vencedora a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA pela proposta com menor preço. As proponentes manifestam desinteresse em protocolar recursos. Por fim, registro que a presente ATA será publicada no Diário Oficial dos Municípios e disponibilizada no sítio [www.amaisc.org.br](http://www.amaisc.org.br). Nada mais havendo a declarar, o a Comissão deu por encerrada a sessão às 14:00 horas, do dia 11 de maio de 2016, mesmo local. Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos, e eu Andreza Gallas, secretariei a sessão e lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelos demais presentes. Xanxerê, 11 de maio de 2016.

Andreza Gallas Alexandre Bee Longhi,

Adriano Francisco Conti Ricardo Conte

### TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Tomada de Preços 002/2016

Por meio do presente termo, fica adjudicado a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor cotado equivalente a um total de R\$ 377.138,93 (Trezentos e setenta e sete mil, cento e trinta e oito reais e noventa e três centavos), o objeto constante de processo de Tomada de Preços nº 002/2016, consoante ata de abertura, habilitação e julgamento.

Xanxerê, SC, 12 de maio de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal de Passos Maia

Presidente AMAI

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços 002/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de licitações, designada através da resolução 003/2016, bem como parecer favorável da Comissão, HOMOLOGO, nesta data, a referida decisão constante da ata anexa considerando vencedor da Tomada de Preços, a proponente ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor cotado equivalente a um total de R\$ 377.138,93 (Trezentos e setenta e sete mil, cento e trinta e oito reais e noventa e três centavos).

Xanxerê, SC, 12 de maio de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal de Passos Maia

Presidente AMAI

# Consórcios

## ARIS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2016

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Marcos Fernando Zanella, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 31 de maio de 2016, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 31 de maio de 2016

Horário: Início às 8h30

Local: Sede da ARIS (Rua Gal. Liberato Bittencourt, n. 1885, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Relatório de Ouvidoria;
- 2) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;
- 3) Discussão das minutas das normativas quanto aos reajustes e revisões tarifárias;
- 4) Apresentação do relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo – Auto de Infração n. 60/2015. Autuado: CASAN. Município de Painel, Relator Conselheiro Gilberto Valente Canali;
- 5) Apresentação do relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo – Auto de Infração n. 61/2015. Autuado: CASAN. Município de Painel, Relator Conselheiro Gilberto Valente Canali;
- 6) Apresentação do relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo – Auto de Infração n. 003/2016. Autuado: CASAN. Município de Cunhataí, Relator Conselheiro Willian Carlos Narzetti;
- 7) Apresentação do relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo – Auto de Infração n. 002/2016. Autuado: CASAN. Município de Cunhataí, Relator Conselheiro Willian Carlos Narzetti;
- 8) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 17 de maio de 2016.

Marcos Fernando Zanella

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

## CIMCATARINA

### RESOLUÇÃO 0019\_2016

Resolução n. 019/2016

Dispõe Sobre os Empregos Públicos Temporários para o Programa Intermunicipal de Gestão dos Recursos Hídricos – PROHIDRO e dá outras providências

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA e em conformidade com o disposto na Ata da Assembleia Geral Ordinária do CIMCATARINA de 04 de maio de 2016.

RESOLVE:

Art.1º Ficam criados os Empregos Públicos Temporários para o Programa Intermunicipal de Gestão dos Recursos Hídricos – PROHIDRO, com suas respectivas cargas horárias, salários e produtividades.

I) Sondador/Operador de Roto-Pneumática, Carga Horária 40 horas semanais, Referência Salarial mensal “70”, Produtividade Variável R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por metro perfurado.

II) Auxiliar de Sondador, Carga Horária 40 horas semanais, Referência Salarial mensal “40”, Produtividade Variável R\$ 0,90 (noventa centavos) por metro perfurado.

III) Ajudante de Sondador, Carga Horária 40 horas semanais, Referência Salarial mensal “30”, Produtividade Variável R\$ 0,70 (setenta centavos) por metro perfurado.

§ 1º Os empregos públicos desta resolução, estão sendo criados para atender as demandas do Projeto 2 do PROHIDRO “Perfuração de Poços Tubulares”.

§ 2º O valor correspondente à Referência Salarial Mensal é o estabelecido no ANEXO III - Tabela de Unidades, Estabelecidas em Referências Salariais do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio.

§ 3º A produtividade variável será paga em conformidade com a quantidade de metros efetivamente perfurados na execução dos poços tubulares. Os valores da produtividade variável serão revistos conforme o § 4º do artigo 44 do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio.

Art.2º As descrições, especificações e atribuições dos empregos públicos temporários estão previstas no anexo desta resolução.

Art.3º Além do salário e das demais vantagens previstas nesta Resolução, serão pagas aos empregados os adicionais previstos no artigo 47 do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito de Caçador

Presidente do CIMCATARINAANEXO

I) Denominação do Emprego Público Temporário: Sondador/Operador de Roto-Pneumática

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente à 4ª Série do 1º Grau)

Habilitação Profissional: Curso e ou comprovação de experiência de Sondador/Operador de Roto-Pneumática para perfuração de poço tubular profundo e carteira de Habilitação Categoria "C", "D" ou "E".

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 70 (setenta)

Descrição das Atribuições:

1 - operar um conjunto de sonda rotativa pneumática (Perfuratriz Roto-Pneumática) da marca Prominas, modelo R-1H BX com capacidade de 500 metros; com Compressor, Moto-Bomba, Munck, Grupo Gerador e ferramental;

2 - dirigir caminhão, conduzir e manobrar máquinas, acionar motor e manipular comandos conforme as necessidades do serviço;

3 - realizar carregamento e descarregamento de equipamentos e material, entre outros, para realização da perfuração de poços tubulares, de acordo com a necessidade;

4 - operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;

5 - executar todos os serviços relacionados a perfuração de poço tubular profundo;

6 - zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;

7 - efetuar pequenos reparos de emergência nas máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade;

8 - por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação dos equipamentos e das máquinas, bem como o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI, a fim de evitar possíveis acidentes;

9 - acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;

10 – coletar amostras dos poços tubulares, anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, sobre consumo de combustível, conservação e outras ocorrências;

11 - conduzir as máquinas e caminhão sob sua responsabilidade para abastecimento, controlando sempre o nível de combustível e óleo lubrificante necessário aos mesmos;

12 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

II) Denominação do Emprego Público Temporário: Auxiliar de Sondador

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente à 4ª Série do 1º Grau)

Habilitação Profissional: Curso e ou comprovação de experiência de tempo superior a 2(dois) anos como Auxiliar de Sondador para perfuração de poço tubular profundo e carteira de Habilitação Categoria "C", "D" ou "E".

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 40 (quarenta)

Descrição das Atribuições:

1 – auxiliar a operação de um conjunto de sonda rotativa pneumática (Perfuratriz Roto-Pneumática) da marca Prominas, modelo R-1H BX com capacidade de 500 metros; com Compressor, Moto-Bomba, Munck, Grupo Gerador e ferramental;

2 - dirigir caminhão, conduzir e manobrar máquinas, acionar motor e manipular comandos conforme as necessidades do serviço;

3 - realizar carregamento e descarregamento de equipamentos e material, entre outros, para realização da perfuração de poços tubulares, de acordo com a necessidade;

4 - operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;

5 – auxiliar a execução de todos os serviços relacionados a perfuração de poço tubular profundo;

6 - zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;

7 - efetuar pequenos reparos de emergência nas máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade;

8 - por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação dos equipamentos e das máquinas, bem como o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI, a fim de evitar possíveis acidentes;

9 - acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;

10 – coletar amostras dos poços tubulares, anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, sobre consumo de combustível, conservação e outras ocorrências;

11 - conduzir as máquinas e caminhão sob sua responsabilidade para abastecimento, controlando sempre o nível de combustível e óleo lubrificante necessário aos mesmos;

12 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

III) Denominação do Emprego Público Temporário: Ajudante de Sondador

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente à 4ª Série do 1º Grau)

Habilitação Profissional: Carteira de Habilitação Categoria "C", "D" ou "E".

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 30 (trinta)

Descrição das Atribuições:

- 1 - prestar ajuda para o sondador;
- 2 - dirigir caminhão, conduzir e manobrar máquinas, acionar motor e manipular comandos conforme as necessidades do serviço;
- 3 - realizar carregamento e descarregamento de equipamentos e material, entre outros, para realização da perfuração de poços tubulares, de acordo com a necessidade;
- 4 - operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;
- 5 - auxiliar a execução de todos os serviços relacionados a perfuração de poço tubular profundo;
- 6 - zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
- 7 - efetuar pequenos reparos de emergência nas máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade;
- 8 - por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação dos equipamentos e das máquinas, bem como o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI, a fim de evitar possíveis acidentes;
- 9 - acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;
- 10 - coletar amostras dos poços tubulares, anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, sobre consumo de combustível, conservação e outras ocorrências;
- 11 - conduzir as máquinas e caminhão sob sua responsabilidade para abastecimento, controlando sempre o nível de combustível e óleo lubrificante necessário aos mesmos;
- 12 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

## CIS NORDESTE

### RESOLUÇÃO Nº 09/2016

RESOLUÇÃO Nº. 09/2016

Dispõe sobre a revisão geral anual de salários dos empregados públicos do Consórcio, conforme art. 37, inciso X da Constituição Federal, c/c art. 23, inciso X, art. 41 caput e § 1º do Contrato de Consórcio Público.

O Presidente do Conselho Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, Sr. José Chaves, no uso de suas atribuições, e, em consonância com o deliberação da 1ª Assembleia Geral de Prefeitos realizada em 20/03/2016 e, considerando a necessidade de revisão geral anual de salários no âmbito do Consórcio, conforme previsão do art. 37, inciso X da Constituição Federal, c/c art. 23, inciso X, art. 41 caput e § 1º do Contrato de Consórcio Público,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a revisão geral anual dos empregados públicos do Consórcio, no percentual de 9,83% (nove vírgula oitenta e três por cento), conforme variação do INPC-IBGE no período compreendido entre Maio/2015 até Abril/2016.

Art. 2º A revisão geral se estende ao salário de todos os empregados do Consórcio, independentemente da data de admissão.

Art. 3º O Anexo II e a Tabela de Referências Salariais do Contrato de Consórcio Público ficam atualizados no mesmo percentual definido no Art. 1º desta Resolução, conforme Anexo Único a esta Resolução.

Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 01/05/2016.

Joinville, 13 de maio de 2016.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISONORDESTE/SC

ANEXO ÚNICO - TABELA DE REFERENCIAIS SALARIAIS			
		9,83%	
Referência	Salário	Percentual de aumento: INPC acumulado dos últimos 12 meses - 9,8307%	Salário a partir de 01/05/2016
1	786,52	77,32	863,84
2	825,85	81,19	907,03

3	867,14	85,25	952,39
4	910,50	89,51	1.000,00
5	956,02	93,98	1.050,00
6	1.003,82	98,68	1.102,50
7	1.054,01	103,62	1.157,62
8	1.106,71	108,80	1.215,50
9	1.162,04	114,24	1.276,28
10	1.220,15	119,95	1.340,10
11	1.275,06	125,35	1.400,40
12	1.332,43	130,99	1.463,42
13	1.392,40	136,88	1.529,28
14	1.455,05	143,04	1.598,09
15	1.520,52	149,48	1.670,00
16	1.588,96	156,21	1.745,16
17	1.660,46	163,24	1.823,70
18	1.735,18	170,58	1.905,76
19	1.813,26	178,26	1.991,52
20	1.894,85	186,28	2.081,13
21	1.970,65	193,73	2.164,38
22	2.049,48	201,48	2.250,95
23	2.131,46	209,54	2.340,99
24	2.216,71	217,92	2.434,63
25	2.305,38	226,64	2.532,02
26	2.397,60	235,70	2.633,30
27	2.493,50	245,13	2.738,63
28	2.593,24	254,93	2.848,18
29	2.696,97	265,13	2.962,11
30	2.804,85	275,74	3.080,58
31	2.903,02	285,39	3.188,41
32	3.004,62	295,38	3.300,00
33	3.109,79	305,71	3.415,51
34	3.218,63	316,41	3.535,04
35	3.331,28	327,49	3.658,77
36	3.447,88	338,95	3.786,83
37	3.568,55	350,81	3.919,36
38	3.693,45	363,09	4.056,55
39	3.822,72	375,80	4.198,52
40	3.956,52	388,95	4.345,47
41	4.075,22	400,62	4.475,84
42	4.197,48	412,64	4.610,12
43	4.323,40	425,02	4.748,42
44	4.453,09	437,77	4.890,86
45	4.586,69	450,90	5.037,59
46	4.724,29	464,43	5.188,72
47	4.866,02	478,36	5.344,38
48	5.012,00	492,71	5.504,71
49	5.162,35	507,50	5.669,85
50	5.317,23	522,72	5.839,95

51	5.450,16	535,79	5.985,95
52	5.586,41	549,18	6.135,60
53	5.726,07	562,91	6.288,99
54	5.869,22	576,99	6.446,21
55	6.015,96	591,41	6.607,37
56	6.166,36	606,20	6.772,56
57	6.320,51	621,35	6.941,86
58	6.478,53	636,89	7.115,42
59	6.640,49	652,81	7.293,30
60	6.806,51	669,13	7.475,63
61	6.942,64	682,51	7.625,15
62	7.081,49	696,16	7.777,65
63	7.223,12	710,08	7.933,20
64	7.367,58	724,28	8.091,86
65	7.514,93	738,77	8.253,70
66	7.665,23	753,55	8.418,77
67	7.818,53	768,62	8.587,15
68	7.974,91	783,99	8.758,89
69	8.134,40	799,67	8.934,07
70	8.297,09	815,66	9.112,75
71	8.463,03	831,98	9.295,01
72	8.632,29	848,61	9.480,90
73	8.804,94	865,59	9.670,53
74	8.981,04	882,90	9.863,93
75	9.160,66	900,56	10.061,22
76	9.343,87	918,57	10.262,43
77	9.530,75	936,94	10.467,69
78	9.721,36	955,68	10.677,04
79	9.915,79	974,79	10.890,58
80	10.114,11	994,29	11.108,40
81	10.265,81	1.009,20	11.275,01
82	10.419,81	1.024,34	11.444,15
83	10.576,10	1.039,71	11.615,81
84	10.734,74	1.055,30	11.790,04
85	10.895,76	1.071,13	11.966,89
86	11.059,20	1.087,20	12.146,40
87	11.225,09	1.103,50	12.328,59
88	11.393,47	1.120,06	12.513,53
89	11.564,37	1.136,86	12.701,23
90	11.737,83	1.153,91	12.891,75
91	11.913,90	1.171,22	13.085,12
92	12.092,60	1.188,79	13.281,39
93	12.274,00	1.206,62	13.480,62
94	12.458,10	1.224,72	13.682,82
95	12.644,98	1.243,09	13.888,07
96	12.834,66	1.261,74	14.096,39
97	13.027,17	1.280,66	14.307,83
98	13.222,58	1.299,87	14.522,45



99	13.420,92	1.319,37	14.740,29
100	13.555,12	1.332,56	14.887,69
101	13.690,68	1.345,89	15.036,57
102	13.827,59	1.359,35	15.186,94
103	13.965,87	1.372,94	15.338,81
104	14.105,53	1.386,67	15.492,20
105	14.246,58	1.400,54	15.647,12
106	14.389,04	1.414,54	15.803,59
107	14.532,94	1.428,69	15.961,63
108	14.678,26	1.442,98	16.121,23
109	14.825,04	1.457,41	16.282,45
110	14.973,30	1.471,98	16.445,28
111	15.123,02	1.486,70	16.609,72
112	15.274,26	1.501,57	16.775,83
113	15.427,01	1.516,58	16.943,59
114	15.581,27	1.531,75	17.113,02
115	15.737,09	1.547,07	17.284,16
116	15.894,45	1.562,54	17.456,99
117	16.053,40	1.578,16	17.631,57
118	16.213,93	1.593,94	17.807,88
119	16.376,07	1.609,88	17.985,96
120	16.539,84	1.625,98	18.165,82

**CIS/AMMVI****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA, com sede na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Distrito Industrial, em Vinhedo (SP), inscrita no CNPJ sob nº 49.475.833/0012-50, neste ato representado por Gilson Leal Barroso, inscrito no CPF nº 054.668.508-02 e RG 169.644.893, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
46	Carvedilol 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ICTUS 25MG	742.350
192	Propiltiouracil 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PROPILRACIL	139.650

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor**

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo

**CONTRATANTE.**

- 2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.
- 2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.
- 2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.
- 2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).
- 2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.
- 2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.
- 2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).
- 2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.
- 2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.
- 2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.
- 2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.
- 2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.
- 2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.
- 2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.
- 2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.
- 2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.
- 2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.
- 2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.
- 2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.
- 2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.
- 2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.
- 2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.
- 2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos**

- 3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário	Valor total
46	Carvedilol 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,124	92.051,40
192	Propiltiouracil 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,489	68.288,85

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 160.340,25 (Cento e sessenta mil, trezentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de

Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADA

Gilson Leal Barroso, CPF 054.668.508-02

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede na BR 480, nº 180, em Barão de Cotegipe (RS), CEP 99740-000, inscrito no CNPJ sob nº 02.520.829/0001-40, neste ato representado por Gleison Sachet, inscrito no CPF 650.526.920-72, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
8	Alendronato de sódio 70 mg, comprimido, blister com 4 comprimidos.	DELTA	234.255
41	Carbamazepina 400 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	21.000
107	Glibenclamida 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	GEOLAB	5.065.200
226	N-butilescopolamina (brometo) 10 mg, comprimido ou drágea, blister fracionável com lote e validade, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	UNIAO QUIMICA	1.039.500

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos sedará pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos



locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o



caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário R\$	Valor total R\$
8	Alendronato de sódio 70 mg, comprimido, blister com 4 comprimidos.	0,278	65.122,89
41	Carbamazepina 400 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,098	2.058,00
107	Glibenclamida 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,020	101.304,00
226	N-butilescolamina (brometo) 10 mg, comprimido ou drágea, blister fracionável com lote e validade, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,518	538.461,00

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 706.945,89 (Setecentos e seis mil, novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

**CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência**

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA NONA – Da Rescisão**

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades**

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária**

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais**

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário

permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADA

Gleison Sachet

CPF: 650.526.920-72

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuche e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na Rua Rubens Derks, nº 105, Loteamento, Rubens Derks- Bairro Industrial, em Erechim (RS), inscrito no CNPJ sob nº 12.889.035/0001-02, neste ato representado por seu sócio gerente Sedinei R. Stievens, inscrito no CPF 004.421.050-70, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
36	Bromoprida 4 mg/mL, frasco de 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	MARIOL	5.408
76	Diltiazem 60 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CORDIL	1.597.260
86	Divalproato de sódio 500 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	ZYDUS	19.950
181	Paracetamol, associado com codeína, 500 mg + 30 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	Geolab	1.028.160

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

- 2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.
- 2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.
- 2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.
- 2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).
- 2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.
- 2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.
- 2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).
- 2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.
- 2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.
- 2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.
- 2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.
- 2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.
- 2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.
- 2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.
- 2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.
- 2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.
- 2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.
- 2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.
- 2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.
- 2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.
- 2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.
- 2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.
- 2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

- 3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.
- 3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como



transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário R\$	Valor total R\$
36	Bromoprida 4 mg/mL, frasco de 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	0,815	4.407,52
76	Diltiazem 60 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,129	206.046,54
86	Divalproato de sódio 500 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	0,449	8.957,55
181	Paracetamol, associado com codeína, 500 mg + 30 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,297	305.363,52

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 524.775,13 (Quinhentos e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e treze centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES



3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais**

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituído proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro**

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADA

Sedinei R. Stievens

CPF: 004.421.050-70

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchie e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, com sede na Rua Norberto Otto Wild, nº 420, bairro Imigrante, em Vera Cruz (RS), CEP 96880-00, inscrito no CNPJ sob nº 07.752.236/0001-23, neste ato representado pelo seu representante legal Everton Rafael Silveira, inscrito no CPF 807.730.600-49, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
54	Clonazepam 0,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TKS/Sun	822.150

55	Clonazepan 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TKS/Sun	5.202.750
79	Dimenidrinato 50 mg + piridoxina (cloridrato) 50 mg, ampola, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	União Química	9.398
148	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou em 50 ampolas ou mais.	União Química	14.385

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

- 2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.
- 2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.
- 2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.
- 2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.
- 2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.
- 2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).
- 2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.
- 2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.
- 2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).
- 2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.
- 2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.
- 2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.
- 2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.
- 2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.
- 2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.
- 2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.
- 2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.
- 2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.
- 2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.
- 2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.
- 2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer

ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário R\$	Valor total R\$
54	Clonazepan 0,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,039	32.063,85
55	Clonazepan 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,042	218.515,50
79	Dimenidrinato 50 mg + piridoxina (cloridrato) 50 mg, ampola, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	1,280	12.029,44
148	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou em 50 ampolas ou mais.	7,400	106.449,00

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

- 6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.
- 6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.
- 6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.
- 6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 369.057,79 (Trezentos e sessenta e nove mil, cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos).
- 6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

- 7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.
- 7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).
- 7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.
- 7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:
- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
  - Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.
- 7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.
- 7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

- 8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

- 9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:
- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
  - b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
  - c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
  - d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
  - e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
  - f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
  - g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
  - h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

- 10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:
- 10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;
- 10.1.2 - Multa de:
- a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;  
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;
  - b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:
    - Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;
    - Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;
    - Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;
- 10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a graduação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.
- 10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.
- 10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.



10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADA

Everton Rafael Silveira

CPF: 807.730.600-49

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuche e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, MERCK S/A, com sede na Rua Est. dos Bandeirantes, nº 1.700, Glp 03, Armz 108-113, bairro Taquara, Rio de Janeiro (RJ), CEP 22775-111, inscrito no CNPJ sob nº 33.069.212/0012-37,

neste ato representado pelo sua representante legal BÁRBARA LUIZA DE BRITO, inscrita no CPF 096.124.927-78, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
88	Doxazosina (mesilato) 2 mg, comprimido, embalagem com máximo 600 comprimidos.	MESIDOX 2 MG	1.128.750
138	Levotiroxina 100 mcg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	EUTHYROX 100 MCG	2.431.800
139	Levotiroxina 25 mcg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	EUTHYROX 25 MCG	3.213.000
140	Levotiroxina 50 mcg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	EUTHYROX 50 MCG	3.091.200

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos sedará pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA



obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário R\$	Valor total R\$
88	Doxazosina (mesilato) 2 mg, comprimido, embalagem com máximo 600 comprimidos.	0,100	112.875,00
138	Levotiroxina 100 mcg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,088	213.998,40
139	Levotiroxina 25 mcg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,088	282.744,00

140	Levotiroxina 50 mcg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,088	272.025,60
-----	---	-------	------------

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 881.643,00 (Oitocentos e oitenta e um mil, seiscentos e quarenta e três reais).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 - No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 - A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADA

Bárbara Luiza de Brito

CPF: 096.124.927-78

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede na Rua Luiz Fagundes, nº 1486, em São José (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 94.516.671/0002-34, neste ato representado por Daiane Limberger Dias, CPF 009.539.730-26, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
32	Betametasona (acetato) 3mg/ml + Betametasona (fosfato dissódico) 3mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	UNIAO QUIMICA	18.270
70	Diazepam 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	UNIAO QUIMICA	1.947.750
78	Dimenidrinato 50 mg + piridoxina (cloridrato) 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	UNIAO QUIMCIA	390.180
130	Lactulose 667 mg/ml, xarope, frasco com 100 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATULAB	771.750
175	Omeprazol, 40 mg, pó lífilo para injetável, frasco-ampola, com diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	BLAUSIEGEL	2.121
177	Oxcarbazepina 600 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	UNIAO QUIMCIA	43.050
194	Ranitidina (cloridrato) 150 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	UNIAO QUIMCIA	1.336.650

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor**

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopeia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.



- 2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.
- 2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.
- 2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.
- 2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.
- 2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.
- 2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.
- 2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.
- 2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.
- 2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.
- 2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.
- 2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.
- 2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

- 3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.
- 3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".
- 3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.
- 3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.
- 3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.
- 3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

- 4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.
- 4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

- 5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

- 6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário R\$	Valor total R\$
32	Betametasona (acetato) 3mg/ml + Betametasona (fosfato dissódico) 3mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	4,500	82.215,00
70	Diazepan 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,028	54.537,00
78	Dimenidrinato 50 mg + piridoxina (cloridrato) 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,160	62.428,80
130	Lactulose 667 mg/ml, xarope, frasco com 100 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	0,052	40.131,00
175	Omeprazol, 40 mg, pó lífilo para injetável, frasco-ampola, com diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	4,290	9.099,09
177	Oxcarbazepina 600 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,620	26.691,00
194	Ranitidina (cloridrato) 150 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,057	76.189,05

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 351.290,94 (trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa reais e noventa e quatro centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.



**CLÁUSULA NONA – Da Rescisão**

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades**

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária**

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais**

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

#### CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi  
Presidente do CISAMVI

#### CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva  
Diretor Executivo do CISAMVI

#### CONTRATADA

Daiane Limberger Dias  
CPF: 009.539.730-26

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na Av. São Paulo, nº 881, bairro São Geraldo, em Porto Alegre (RS), inscrita no CNPJ sob nº 04.071.245/0001-60, neste ato representado por Cheyenne dos Santos Veiga, inscrito no CPF sob o nº CPF nº 028.479.930-02 e RG nº 4.103.581.676 SJS/RS, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
27	Beclometasona (dipropionato) 250 mcg/dose, spray oral, aerosol 200 doses, embalagem individual em cartucho.	Clenil Hfa 250 Mcg/Dose + Disp Oral 200	8.411
28	Beclometasona (dipropionato) 400 mcg/dose, pó para inalação, 100 doses, embalagem individual em cartucho.	Clenil 400 Mcg/Dose Po Inal C/ Disp Inal	809
29	Beclometasona (dipropionato) 50 mcg/dose, spray nasal, aerosol 200 doses, embalagem individual em cartucho.	Clenil Nasal Aquoso 50mcg/Dose +Pulsador	1.596

30	Beclometasona (dipropionato) 50 mcg/dose, spray oral, aerosol 200 doses, embalagem individual em cartucho.	Clenil Hfa 50mcg/Dose + Disp Oral 200 Do	5.691
37	Budesonida, aerossol nasal, 32 mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco 120 doses, embalagem individual em cartucho.	Noex 32 Mcg / Dose Sus Nas Neb 120 Doses	5.303
38	Budesonida, aerossol nasal, 50 mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco com 200 doses, embalagem individual em cartucho.	Noex 50mcg/Dose Susp Nasal 200doses	6.353
39	Budesonida, aerossol nasal, 64 mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco com 120 doses, embalagem individual em cartucho.	Noex 64 Mcg / Dose Sus Nas Neb 120 Doses	5.376
199	Sertralina (cloridrato) 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	Assert 50mg 30 Cp Rev (C1)	1.786.050
218	Venlafaxina (cloridrato) 150 mg, comprimido, embalagem individual ou com no máximo 600 comprimidos.	Venlaxin 150mg 28 Cap Dura Lib Prol (C1)	47.250

## CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA

obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário R\$	Valor total R\$
27	Beclometasona (dipropionato) 250 mcg/dose, spray oral, aerosol 200 doses, embalagem individual em cartucho.	41,110	345.776,21
28	Beclometasona (dipropionato) 400 mcg/dose, pó para inalação, 100 doses, embalagem individual em cartucho.	41,960	33.945,64

29	Beclometasona (dipropionato) 50 mcg/dose, spray nasal, aerosol 200 doses, embalagem individual em cartucho.	14,240	22.727,04
30	Beclometasona (dipropionato) 50 mcg/dose, spray oral, aerosol 200 doses, embalagem individual em cartucho.	25,481	145.012,37
37	Budesonida, aerossol nasal, 32 mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco 120 doses, embalagem individual em cartucho.	13,530	71.749,59
38	Budesonida, aerossol nasal, 50 mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco com 200 doses, embalagem individual em cartucho.	20,000	127.060,00
39	Budesonida, aerossol nasal, 64 mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco com 120 doses, embalagem individual em cartucho.	27,000	145.152,00
199	Sertralina (cloridrato) 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,114	203.609,70
218	Venlafaxina (cloridrato) 150 mg, comprimido, embalagem individual ou com no máximo 600 comprimidos.	1,230	58.117,50

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 1.153.150,05 (Um milhão, cento e cinquenta e três mil, cento e cinquenta reais e cinco centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão



9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário



permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADA

Cheyenne dos Santos Veiga

CPF 028.479.930-02

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, com sede na Avenida Visconde de Nova Granada, nº 1.105, Vila Grossklaus, em Leme (SP), inscrita no CNPJ sob o nº 65.817.900/0001-71, neste ato representado por Eros Carraro, inscrito no CPF sob o nº 253.912.708-80, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome Comercial	Quantidade
131	Levodopa 100 mg + Benserazida 25 mg, comprimido bissulcado, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PROLOPA BD 125MG FRS 60 CPR BIRRA-NHURADO	480.480
132	Levodopa 200 mg + Benserazida 50 mg, comprimido bissulcado, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PROLOPA 250MG FRS 30 CPR BIRRANHURADOS	202.230

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse

prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Marca ou nome Comercial	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
131	Levodopa 100 mg + Benserazida 25 mg, comprimido bissulcado, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PROLOPA BD 125MG FRS 60 CPR BIRRA-NHURADO	480.480	0,930	446.846,40
132	Levodopa 200 mg + Benserazida 50 mg, comprimido, bissulcado, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PROLOPA 250MG FRS 30 CPR BIRРАНHURADOS	202.230	1,400	283.122,00

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 729.968,40 (Setecentos e vinte nove mil e novecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

**CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência**

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA NONA – Da Rescisão**

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades**

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária**

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais**

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas,



podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADA

Eros Carraro

CPF: 253.912.708-80

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE, com sede na Rua Brescia, nº 184, em Maua, Colombo (PR), inscrita no CNPJ sob o nº 05.912.018/0001-83, neste ato representado por Ricardo Da Conceição, CPF 026.439.659, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
119	Hidrocortisona, sal succinato sódico, 500 mg, pó líofilo para injetável, frasco-ampola, com diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	ANDROCORTIL	10.500

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse

prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.



3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário R\$	Valor total R\$
119	Hidrocortisona, sal succinato sódico, 500 mg, pó líofilo para injetável, frasco-ampola, com diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	5,300	55.650,00

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 55.650,00 (Cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;

- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADA

Ricardo Da Conceição

CPF: 026.439.659

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, Estrada Boa Esperança, Nº 2320, bairro Fundo Canoas, em Rio do Sul (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representado por seu sócio Anacleto Ferrari, CPF 523.140.819-00, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
24	Atropina (sulfato) 0,25 mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	Pasmodex	2.189
45	Carvedilol 12,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	Karvil	1.149.750
47	Carvedilol 3,125 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	Karvil	384.300
48	Carvedilol 6,25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos..	Karvil	801.150
108	Glicazida 30 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	Azukon MR	295.890
110	Glicose a 50%, injetável, ampola de 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	Glicose 50 %	8.453
111	Glimepirida 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	Glimeran	295.050
142	Lidocaína (cloridrato) 2%, sem vasoconstritor, frasco ampola de 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 25 frascos.	generico	6.804
184	Permanganato de potássio 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	Permanganato de Potássio	45.465
219	Venlafaxina (cloridrato) 75 mg, comprimido, embalagem individual ou com no máximo 600 comprimidos.	Venlift OD	551.250

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento**

- 2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.
- 2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.
- 2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.
- 2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.
- 2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos sedará pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.
- 2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).
- 2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.
- 2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.
- 2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).
- 2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.
- 2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.
- 2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.
- 2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.
- 2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.
- 2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.
- 2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.
- 2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.
- 2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.
- 2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.
- 2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.
- 2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.
- 2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.
- 2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.
- 2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.
- 2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.



**CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos**

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

**CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento**

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos**

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

**CLÁUSULA SEXTA – Do Preço**

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário	Valor total
24	Atropina (sulfato) 0,25 mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	0,320	700,48
45	Carvedilol 12,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,100	114.975,00
47	Carvedilol 3,125 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,090	34.587,00
48	Carvedilol 6,25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos..	0,099	79.313,85
108	Glicazida 30 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,176	52.076,64
110	Glicose a 50%, injetável, ampola de 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	0,240	2.028,72
111	Glimepirida 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,084	24.784,20
142	Lidocaína (cloridrato) 2%, sem vasoconstritor, frasco ampola de 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 25 frascos.	1,867	12.703,07
184	Permanganato de potássio 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,045	2.045,93

219	Venlafaxina (cloridrato) 75 mg, comprimido, embalagem individual ou com no máximo 600 comprimidos.	0,360	198.450,00
-----	--	-------	------------

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 521.664,88 (Quinhentos e vinte e um mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;  
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;
- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;
- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for



estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 - No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 - A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituído proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATADA

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo CISAMVI

Anacleto Ferrari

CPF: 523.140.819-00

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede na Rodovia BR 480, nº 795, Barão de Cotegipe (RS), inscrita no CNPJ sob nº 03.652.030/0001-70, neste ato representado por seu sócio proprietário Edivar Szymanski, CPF 670.481.290-34, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
62	Clorpromazina (cloridrato) 5 mg/ml, ampola de 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	Generico	53.865
65	Complexo B (Vit.B1+B2+B6+B5+Nicotinamida-PP), comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	Complexo B	2.447.550

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor**

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos sedará pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

- 2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.
- 2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.
- 2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.
- 2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.
- 2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.
- 2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.
- 2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

- 3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.
- 3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".
- 3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.
- 3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.
- 3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.
- 3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

- 4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.
- 4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

- 5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

- 6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário	Valor total
62	Clorpromazina (cloridrato) 5 mg/ml, ampola de 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	0,798	42.984,27

65	Complexo B (Vit.B1+B2+B6+B5+Nicotinamida-PP), comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,035	85.664,25
----	--	-------	-----------

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 128.648,52 (Cento e vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;



10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 - No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 - A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo CISAMVI

CONTRATADA

Edivar Szymanski

CPF: 670.481.290-34

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, com sede na Av. Ary Miguel da Silveira, nº 391, Bairro Jd. Eldorado, Palhoça (SC), inscrito no CNPJ sob nº 05.531.725/0001-20, neste ato representada por seu diretor comercial Gilson Luis Dal Mas, inscrito no CPF 689.045.250-04, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
2	Ácido Fólico 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	HIPOLABOR	918.225
9	Alopurinol 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SANVAL	1.095.780
16	Amitriptilina (cloridrato) 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	3.323.250
35	Bromazepam 3 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	1.302.000
40	Captopril 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SANVAL	3.893.400
56	Clonazepam 2,5 mg/ml, frasco de 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos.	HIPOLABOR	23.730
80	Dimeticona 75 mg/ml, frasco de 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	HIPOLABOR	10.238
90	Enalapril (maleato) 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SANVAL	10.704.750
91	Enalapril (maleato) 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	3.748.500
102	Fenobarbital 40 mg/ml, solução oral, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	SANVAL	6.720
104	Furosemida 10 mg/ml, solução injetável, ampola de 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	TEUTO	25.116
105	Furosemida 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	HIPOLABOR	2.665.005
116	Haloperidol 5mg/ml, injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	TEUTO	5.250
133	Levodopa 250 mg + Carbidopa 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	451.710
137	Levonorgestrel + Etinilestradiol 0,15 + 0,03 mg, dragea, blister com 21 drágeas.	MABRA	1.493.415
193	Propranolol (cloridrato) 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SANVAL	2.318.400
201	Sinvastatina 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SANVAL	9.639.000
213	Tramadol 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	615.300

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor**

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos



locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o

caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário	Valor total
2	Ácido Fólico 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,032	29.383,20
9	Alopurinol 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,030	32.873,40
16	Amitriptilina (cloridrato) 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,030	99.697,50
35	Bromazepam 3 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,040	52.080,00
40	Captopril 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,013	50.614,20
56	Clonazepam 2,5 mg/ml, frasco de 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos.	1,200	28.476,00
80	Dimeticona 75 mg/ml, frasco de 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	0,590	6.040,42
90	Enalapril (maleato) 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,032	342.552,00
91	Enalapril (maleato) 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,038	142.443,00
102	Fenobarbital 40 mg/ml, solução oral, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	1,420	9.542,40
104	Furosemida 10 mg/ml, solução injetável, ampola de 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	0,390	9.795,24
105	Furosemida 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,020	53.300,10

116	Haloperidol 5mg/ml, injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	0,860	4.515,00
133	Levodopa 250 mg + Carbidopa 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,160	72.273,60
137	Levonorgestrel + Etinilestradiol 0,15 + 0,03 mg, dragea, blister com 21 drágeas.	0,019	28.374,89
193	Propranolol (cloridrato) 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,010	23.184,00
201	Sinvastatina 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,050	481.950,00
213	Tramadol 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,085	52.300,50

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 1.519.395,45 (Um milhão e quinhentos e dezenove mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 - No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 - A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
Pedro Celso Zuchi  
Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE  
Carlos Cesar da Silva  
Diretor Executivo CISAMVI

CONTRATADA  
Gilson Luis Dal Mas  
CPF: 689.045.250-04

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominados CONTRATANTE e, de outro, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na Rua Severino Augusto Pretto, 560, Bairro Santo Antônio, Encantado (RS), inscrita no CNPJ sob o nº 05.782.733/0001-49, neste ato representado por sua sócia gerente Renata Casagrande Galiotto, CPF 488.351.100-68, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
64	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g, bisnaga com 30 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	ABBOTT	18.270
171	Noretisterona 0,35 mg, blister com 35 comprimidos.	BIOLAB	321.563
208	Teofilina 100 MG comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	ABBOTT	52.500
214	Valproato de sódio 250 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	ABBOTT	885.150

### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.



- 2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.
- 2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.
- 2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.
- 2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.
- 2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.
- 2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.
- 2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.
- 2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.
- 2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.
- 2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.
- 2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.
- 2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.
- 2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.
- 2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.
- 2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

- 3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.
- 3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".
- 3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.
- 3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.
- 3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.
- 3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

- 4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.
- 4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

- 5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.



**CLÁUSULA SEXTA – Do Preço**

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário	Valor total
64	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g, bisnaga com 30 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	6,640	121.312,80
171	Noretisterona 0,35 mg, blister com 35 comprimidos.	0,150	48.234,45
208	Teofilina 100 MG comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	0,369	19.372,50
214	Valproato de sódio 250 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	0,178	157.556,70

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 346.476,45 (Trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento**

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

**CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência**

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA NONA – Da Rescisão**

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades**

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária**

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais**

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro**

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADA

Renata Casagrande Galiotto

CPF: 488.351.100-68

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na Rodovia da Uva, nº 902, Bairro Roça Grande, em Colombo (PR), inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.590/0001-60, neste ato representado pelo seu representante comercial Leandro Luís Santini, inscrito no CPF 033.092.549-09, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
15	Amiodarona (cloridrato) 200 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	AMIORON	747.075
51	Clomipramina 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	GENERICO	22.050
69	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4mg/ml, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	GENERICO	693.546
77	Dimenidrinato 30 mg + piridoxina (cloridrato) 50 mg, glicose 1000 mg e frutose 1000 mg, EV, ampola, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	DRAMIN B6 DL	4.410
121	Ibuprofeno 20 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml ou mais com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	BUPROVIL	25.725
144	Loratadina 10mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	LORITIL	757.050
206	Tansulosina (cloridrato) 0,4 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	GENERICO	14.700

### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos sedará pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos

locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o

caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário	Valor total
15	Amiodarona (cloridrato) 200 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,230	171.827,25
51	Clomipramina 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,420	9.261,00
69	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4mg/ml, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	0,008	5.548,37
77	Dimenidrinato 30 mg + piridoxina (cloridrato) 50 mg, glicose 1000 mg e frutose 1000 mg, EV, ampola, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	2,400	10.584,00
121	Ibuprofeno 20 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml ou mais com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	0,036	926,1
144	Loratadina 10mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,037	28.010,85
206	Tansulosina (cloridrato) 0,4 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	1,100	16.170,00

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 242.327,57 (Duzentos e quarenta e dois mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências,



se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS



004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais**

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituído proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro**

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo CISAMVI CONTRATADA

Leandro Luís Santini

CPF: 033.092.549-09

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., com sede na AV. Santos Dumont, nº 1335, bairro Santo Antônio, em Joinville (SC), CEP 89218-105, inscrito no CNPJ sob nº 09.944.371/0001-04, neste ato representado pelo seu representante legal José Paulo Gesser, inscrito no CPF 541.063.899-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 004/2015, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

Lote	Especificações	Marca ou nome comercial	Quantidade
53	Clomipramina 75 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	EMS	65.730
109	Glicazida 60 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SERVIER	724.290

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor**

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

- 2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.
- 2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.
- 2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.
- 2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.
- 2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).
- 2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.
- 2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.
- 2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).
- 2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.
- 2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.
- 2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.
- 2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.
- 2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.
- 2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.
- 2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.
- 2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.
- 2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.
- 2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.
- 2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.
- 2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.
- 2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.
- 2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.
- 2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.
- 2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

- 3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para

garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Lote	Especificações	Valor unitário	Valor total
53	Clomipramina 75 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	1,000	65.730,00
109	Glicazida 60 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	0,210	152.100,90

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 217.830,90 (Duzentos e dezessete mil oitocentos e trinta reais e noventa centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

**CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência**

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (06/04/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA NONA – Da Rescisão**

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades**

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária**

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais**

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário



permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 004/2015, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 18 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo CISAMVI

CONTRATADA

José Paulo Gesser

CPF: 541.063.899-91

#### **TERMO ADITIVO 01 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominado CISAMVI e, de outro, BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA, com sede na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Distrito Industrial, em Vinhedo (SP), inscrita no CNPJ sob nº 49.475.833/0012-50, neste ato representado por Gilson Leal Barroso, inscrito no CPF nº 054.668.508-02 e RG 169.644.893, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo, e

Considerando o requerimento formal da empresa vencedora do certame licitatório nº 004/2015, para o fornecimento dos medicamentos carvedilol e propiltiouracil comprimido, contratada através do Contrato Administrativo nº 008/2016, em formalizar através de Termo Aditivo, a alteração contratual, passando a execução do presente contrato para a filial de Extrema (MG);

Considerando que na época da participação do certame habilitou a sua então Filial de Vinhedo (Centro de Distribuição), ora Contratada;

Considerando que a Contratada está em processo de encerramento de sua filial de Vinhedo (SP), com o consequente impedimento de manutenção de seus dados cadastrais (CNPJ e endereço) nos Contratos com a Administração Pública;

Considerando que todas as Certidões relativas à filial de Extrema (MG) já foram emitidas e encontram-se válidas, restando comprovada a regularidade fiscal e regulatória da Contratada;

Considerando que não há alteração de empresa Contratada, na medida em que matriz e filial são estabelecidas da mesma pessoa jurídica que originariamente contratou com o CISAMVI, tendo ocorrido apenas a alteração de endereço e a consequente mudança da parte final do CNPJ;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e a vantagem para administração pública em vista da manutenção dos preços e das condições estabelecidas, permanecendo esta condição mais vantajosa à Administração;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 008/2016, fundamentando o presente Termo Aditivo nos termos do Art. 65, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e do Pregão Eletrônico nº 004/2015, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1885 Segunda-feira - 07 de Dezembro de 2015, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. A CONTRATADA passa a constar com o endereço e o CNPJ da filial de EXTREMA – MG da Empresa BIOLAB SANUS FRAMACÊUTICA LTDA, como sendo: Rodovia Fernão Dias, s/nº, KM 933, Norte, Setor Biolab, Bairro Pessegueiros, CEP 37.640-000, Extrema – MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.475.833/0016-84.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Blumenau (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADA

Gilson Leal Barroso, CPF 054.668.508-02

**TERMO ADITIVO 01 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente e pelo seu Diretor Executivo Carlos Cesar da Silva, doravante denominado CISAMVI e, de outro, BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA, com sede na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Distrito Industrial, em Vinhedo (SP), inscrita no CNPJ sob nº 49.475.833/0012-50, neste ato representado por Gilson Leal Barroso, inscrito no CPF nº 054.668.508-02 e RG 169.644.893, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo, e

Considerando o requerimento formal da empresa vencedora do certame licitatório nº 002/2015, para o fornecimento dos medicamentos ondasetrona e cilostazol comprimido, contratada através do Contrato Administrativo nº 043/2015, em formalizar através de Termo Aditivo, a alteração contratual, passando a execução do presente contrato para a filial de Extrema (MG);

Considerando que na época da participação do certame habilitou a sua então Filial de Vinhedo (Centro de Distribuição), ora Contratada;

Considerando que a Contratada está em processo de encerramento de sua filial de Vinhedo (SP), com o consequente impedimento de manutenção de seus dados cadastrais (CNPJ e endereço) nos Contratos com a Administração Pública;

Considerando que todas as Certidões relativas à filial de Extrema (MG) já foram emitidas e encontram-se válidas, restando comprovada a regularidade fiscal e regulatória da Contratada;

Considerando que não há alteração de empresa Contratada, na medida em que matriz e filial são estabelecidas da mesma pessoa jurídica que originariamente contratou com o CISAMVI, tendo ocorrido apenas a alteração de endereço e a consequente mudança da parte final do CNPJ;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e a vantagem para administração pública em vista da manutenção dos preços e das condições estabelecidas, permanecendo esta condição mais vantajosa à Administração;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 043/2015, fundamentando o presente Termo Aditivo nos termos do Art. 65, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e do Pregão Eletrônico nº 002/2015, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1799 - Quarta-feira - 05 de agosto de 2015, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO**

1.1. A CONTRATADA passa a constar com o endereço e o CNPJ da filial de EXTREMA – MG da Empresa BIOLAB SANUS FRAMACÊUTICA LTDA, como sendo: Rodovia Fernão Dias, s/nº, KM 933, Norte, Setor Biolab, Bairro Pessegueiros, CEP 37.640-000, Extrema – MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.475.833/0016-84.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.



Blumenau (SC), 04 de abril de 2016.

CONTRATANTE

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CONTRATANTE

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADA

Gilson Leal Barroso, CPF 054.668.508-02

---

## CIS/AMURES

---

### EXTRATO DE DENUNCIA DE CONVENIO DE COOPERAÇÃO

EXTRATO DE DENUNCIA DE CONVENIO DE COOPERAÇÃO

Nº Convênio: 01/2014

CONVENIENTES – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures- CIS/AMURES e Associação de Municípios da Região Serrana-AMURES

Data da Assinatura: 27 de abril de 2016

Ordenador Responsável:

EDILSON JOSÉ DE SOUZA,

Presidente do CIS/AMURES

### EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº01/2016

CONVENIENTES – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures- CIS/AMURES e Associação de Municípios da Região Serrana-AMURES

OBJETO - O presente Termo de Convênio de Cooperação tem por objeto estabelecer regime de cooperação entre os partícipes, visando a utilização pelo CIS da estrutura técnica de pessoal, quando necessário e quando o CIS não dispuser em seu quadro próprio de pessoal; de equipamentos de informática (projeto de multimídia); bem como, estrutura física (auditório para reuniões e assembleias), tudo enquanto o CIS não dispuser de condições estruturais e técnicas para efetivação de seu funcionamento como forma de garantir a execução de seus objetivos.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Cooperação vigorará a partir da data de sua assinatura até que o CIS disponha das estruturas e serviços objeto deste documento.

DATA E ASSINATURAS – Lages, 02 de maio de 2016, Pe. EDILSON JOSÉ DE SOUZA, Presidente do CIS/AMURES e ADEMAR DE BONA SARTOR, Presidente da AMURES

---

## CITMAR

---

### PORTARIA Nº 01 DE 18 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 01 DE 18 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA MEMBROS PARA INSTITUIREM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR

Roberto Carlos de Souza, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso XI c/c art. 49 do Protocolo de Intenções do CITMAR, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, e no Decreto Federal nº. 6.017/07,

CONSIDERANDO que constitui por objeto do CITMAR propor, estudar, planejar, executar, operar, avaliar, coordenar e supervisionar ações destinadas a fomentar o turismo regional, de forma a impulsionar o desenvolvimento sustentável nos Municípios que o integram,

CONSIDERANDO que de acordo com artigo 49 do Protocolo de Intenções do CITMAR, o Consórcio observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos e prestação de contas, RESOLVE:

Art. 1º - Fica, por este ato, nomeado os servidores Célio José Bernardino, Diretor Executivo, Jean Carlos Coelho, Contador, e, Vivian Mengarda Floriani, Assessora Técnica, para instituírem a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar

- CITMAR.

Art. 2º - A Comissão ora instituída terá a seguinte composição:

I – Presidente: Célio José Bernardino;

II – Membro: Jean Carlos Coelho;

III – Membro: Vivian Mengarda Floriani.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ITAJAÍ/SC, 18 DE MAIO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Presidente do CITMAR

## **PORTARIA Nº 02 DE 18 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA Nº 02 DE 18 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA MEMBROS PARA INSTITUÍREM A COMISSÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA REFERENTE AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 001 DE 2016 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR

Roberto Carlos de Souza, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso XI c/c art. 49 do Protocolo de Intenções do CITMAR, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, e no Decreto Federal nº. 6.017/07,

CONSIDERANDO que constitui por objeto do CITMAR propor, estudar, planejar, executar, operar, avaliar, coordenar e supervisionar ações destinadas a fomentar o turismo regional, de forma a impulsionar o desenvolvimento sustentável nos Municípios que o integram,

CONSIDERANDO promoveu licitação, sob modalidade de Tomada de Preços, Edital n. 001 de 2016, para a contratação de serviços de publicidade a serem prestados por agência de propaganda;

CONSIDERANDO que um dos requisitos para seleção da empresa contratada pelo certame será a avaliação de Proposta Técnica, do qual a Presidência, RESOLVE:

Art. 1º - Fica, por este ato, nomeada a equipe técnica especializada para auxiliar a Comissão de Licitação na análise das propostas técnicas do Edital de Licitação – Tomada de Preços n. 001 de 2016 do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.

Art. 2º - A Comissão ora instituída terá a seguinte composição:

I – Vivian Mengarda Floriani – Bacharela em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI; Especialização em Planejamento, Gestão e Marketing em Turismo pela UNIVALI; Mestre em Gestão da Informação pela UFSC; servidora do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR;

II – Schibian Nara Philemonn Costa – Bacharela em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda pela UNIVALI, servidora do Município de Itajaí/SC;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ITAJAÍ/SC, 18 DE MAIO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Presidente do CITMAR

---

**CODEPLAN**

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

O Presidente do CONSÓRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, Eloi José Quege, de acordo com o Estatuto Social,

CONVOCA:

Os Senhores Prefeitos Municipais a participarem da 1ª Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte programação:

DATA: 20/05/2016

Local: SEDE CODEPLAN - Rua Profª Maria do Espírito Santo - 400 - centro - Mafra

HORA: 13:30

ORDEM DO DI

- Contra Partida - CODEPLAN - R\$ 3.750,00;

- Divisão dos Bens para Implementação do SUASA;

- Assuntos Gerais.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Presidente - CODEPLAN

**EXTRATO PREGAO ELETRONICO 01/2016**

CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE-CODEPLAN

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016 - REGISTRO DE PREÇOS

O CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE-CODEPLAN, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2016 para registro de preço para eventual para aquisição de equipamentos para a estruturação do Sistema Unificado de atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA – do Território do Planalto Norte Conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA (veículos automotores, notebooks, impressoras multifuncionais, mesas para escritório e outros), que realizar-se-á nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/06. Fixa-se o dia 06/06/2016, às 14:00 horas para abertura das propostas e às 13:45 horas, como último prazo para apresentação dos envelopes de habilitação e propostas. Maiores informações e a íntegra do edital poderão ser obtidas no endereço eletrônico [www.amplanorte.org.br](http://www.amplanorte.org.br) no link licitação ou no endereço eletrônico [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br). Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (41) 3042-9909, e-mail: [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

Mafra, 16 de maio de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Presidente

---

**Consórcio CISAMA**

---

**ATA REUNIÃO CÂMARA TEMÁTICA 04/2016**

Ata da reunião da Câmara Temática de Meio Ambiente e Saneamento Básico

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, com início às quatorze horas, no auditório da Associação dos Municípios da Região Serrana – Amures, situado na Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 - Lages, realizou-se uma reunião com representantes dos município e de instituições ligadas à questão ambiental, conforme lista de presenças em anexo nos arquivos do CISAMA, com o objetivo de constituir a Câmara Temática de Saneamento e Meio Ambiente. A reunião foi presidida pelo Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, Selênio Sartori e, contou com a participação de vinte e cinco representantes. Inicialmente, inicialmente foi feita um destaque do estatuto do CISAMA sobre a competência da Câmara Temática de: i) discutir, planejar e orientar a política de atuação do consórcio no tema específico da câmara; ii) propor atividades e programas substanciados no Plano de Trabalho do CISAMA; iii) quando da aprovação de projetos fruto da articulação de políticas públicas, os mesmos devem prever: a) recursos suficientes da fonte e de contrapartida do CISAMA; b) o objeto, justificativas, metodologia, prazos, metas de execução, resultados e indicadores; c) a definição

de um coordenador(a) para o projeto e as condições para o seu trabalho; d) o estabelecimento de um contrato de programa com a participação dos municípios interessados; manifestar-se até 15 de outubro de cada ano sobre o plano de trabalho a ser aprovado pelo Conselho de Administração do Consórcio, bem como sobre as previsões orçamentárias, relativas ao tema de sua competência; manifestar-se sobre qualquer assunto de sua competência que lhe tenha sido submetido pela Presidência, ou qualquer membro da Câmara Temática e; lavrar no livro de "Atas e Pareceres da Câmara Temática" o resultado dos exames a que proceder. Após foi explicada a importância da constituição da Câmara Temática no que diz respeito ao conhecimento da realidade da região e assim, ter uma equipe que possa avaliar a prioridade de execução dos projetos submetidos ao Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico - FUNSERRA, e a forma que essa execução deve ocorrer. O FUNSERRA pode apoiar projetos através de demanda i) dirigida: por indicação do Ministério Público ou de outra entidade que destinar recursos ao fundo; ii) Induzida: através da abertura de editais pelo fundo e; iii) Espontânea: quando são submetidos projetos ao fundo através da câmara temática. Até a presente data o FUNSERRA apoia projetos de demanda dirigida quais sejam: Nascentes do Futuro (primeira edição), Plano Intermunicipal de

Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e apoio à semana do meio ambiente; todos com recursos do Ministério Público – 13ª Promotoria do Meio Ambiente. Diante da possibilidade estabelecida pelo Decreto 6514/2008, a autoridade ambiental poderá, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Pode portanto, a Polícia Militar Ambiental selecionar quais projetos atendem o referido decreto e dirigir (demanda dirigida) os recursos através do FUNSERRA para aquele(s) que julgar adequado. Nesta perspectiva o CISAMA submeteu 14 projetos, dos quais cinco foram selecionados para um possível apoio com recursos de infrações ambientais aplicadas pelo Batalhão da Polícia Militar Ambiental (BPMA) através do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico da Serra Catarinense – FUNSERRA. Os projetos são: 1) Projeto Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC): Programa Integrado Regional de Educação Ambiental Continuada relacionado com Resíduos Sólidos; 2) Projeto Universidade Federal de Santa Catarina: Projeto Desenvolvimento de Sistema de Tratamento de Águas Subterrâneas por Filtração Lenta para o Abastecimento de Localidades Rurais de Pequeno Porte; 3) Projeto AMURES: Nascentes do Futuro III; 4) Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP UNIPLAC): Educação Ambiental: novos caminhos percorridos e; 5) Projeto Município de Otacílio Costa: Equipamentos para o Centro de Educação Ambiental. Após a apresentação sobre o que envolve cada um dos projetos citados, foi dada a palavra aos representantes presentes na reunião onde, o Sr. Marcelo Mazzolli ressaltou a importância dessa Câmara Temática diversificar as áreas de apoio dos projetos, dividindo-os em linhas como por exemplo, meio ambiente, saneamento, biodiversidade, educação ambiental e, sugeriu que em uma das reuniões da câmara, seja realizada uma tempestade de ideias sobre a organização da Câmara e dos Projetos. O Sr. Aladir Melo Cardoso, secretário da agricultura de Correia Pinto, sugeriu para a Câmara Temática compor uma equipe para elaborar projetos para os municípios pois, os municípios pequenos tem

muita dificuldade devido à falta de técnicos para trabalhar na área ou então, desenvolver formas para estimular a criação de projetos. O Sr. Lotário Costa Filho de Rio Rufino, lembrou que o município havia submetido ao FUNSERRA um projeto de apoio à realização da Semana do Meio Ambiente de 2016 e, que se o mesmo não fosse aprovado, no ano de 2016 a Semana do Meio Ambiente não seria realizada. A Sra. Katynara Goedert falou que nesse ano oito municípios consorciados haviam submetidos projetos sobre a Semana do Meio Ambiente ao FunSerra, sendo eles os municípios: Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Correia Pinto, Lages, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito e Urubici. Foi informado que os recursos do FUNSERRA em 2016 somam aproximadamente R\$ 50mil, fruto de um Termo de Ajustamento de Condutas com o MP que destinou parte ao FUNSERRA. O Sr. Sérgio da Silva Andrade, do município de Otacílio Costa, sugeriu então que, para que mais Semanas do Meio Ambiente pudessem serem contempladas, o valor de apoio financeiro pudesse ser dividido entre os municípios que submeteram projeto para realização da semana do meio ambiente 2016 e que o recurso faltante fosse contrapartida dos municípios. O Sr. Selênio Sartori questionou aos componentes da Câmara Temática sobre a proposta e todos se manifestaram positivamente ao apoio desde que, a 13ª Promotoria seja consultada da destinação, devendo o CISAMA retornar sobre a possibilidade aos municípios na primeira quinzena de maio. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Katynara Goedert, Coordenadora de Programa e pelos demais participantes da reunião conforme lista de presenças em anexo. Lages, 27/04/2016.

Katynara Goedert  
Engenheira Sanitarista do CISAMA  
RG: 4.274.786  
CPF 051.815.949-30  
Rua: Joaquim Nabuco,335

## CPIMMOC

### EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 002/2016 PREGÃO PRESENCIAL 002/2016 VEÍCULOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 002/2016

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 002/2016

#### REPUBLICAÇÃO

OBJETO: VEICULOS para estruturação do SUASA nos Municípios integrantes do CPIMMOC, conforme condições, características e quantidades previstas no Edital e seus ANEXOS.

VITOR JOÃO FACCIN, Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, torna público para conhecimento dos interessados que foi promovida alteração no Edital do Processo Licitatório nº 002/2016 – Pregão Presencial nº 002/2016, nos termos abaixo:

1.0 – Alterações promovidas:

1.1– Fica alterado o Item 2.1.1 - Características mínimas do Veículo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

2.1.1 – Características mínimas do Veículo:

Item	Descrição	Quantidades
01	<p>VEÍCULO, Tipo Popular, 1.0, Zero Km, de fabricação nacional, com as seguintes CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ano/Modelo: 2016/2016;</li> <li>- Motor 1.0, Flex (etanol/gasolina);</li> <li>- Potência mínima: 72 (setenta e dois) CV;</li> <li>- Caixa de Câmbio manual;</li> <li>- Com no mínimo 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré;</li> <li>- Vidros dianteiros elétricos;</li> <li>- Limpador e Desembaçador de vidro traseiro;</li> <li>- Ar quente;</li> <li>- Ar condicionado de fábrica;</li> <li>- Direção hidráulica;</li> <li>- Sistema de Airbag duplo (motorista + passageiro);</li> <li>- Freios ABS;</li> <li>- Rodas de aço aro 13; pneus radiais sem câmara, mínimo 175x70 R13;</li> <li>- Calotas integrais;</li> <li>- Travas elétricas no clip da chave;</li> <li>- Alarme de advertência de luzes acesas, tomada de 12 volts;</li> <li>- Demais itens e acessórios normais de produção, pertinentes ao modelo ofertado, garantia de fábrica de acordo com o modelo ofertado e com o Folheto Técnico, bem como, demais equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito.</li> </ul>	13 (treze)

1.2 – Fica alterada, da mesma forma, a Descrição do ITEM 2.0 - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, do ANEXO I – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS, que passa a vigorar com a seguinte redação:

2.0 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO – QUANTIDADES ESTIMADAS – PREÇO UNITÁRIO E TOTAL:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QDE	Marca	PREÇO UNIT. MAXIMO R\$	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO R\$	PREÇO TOTAL PROPOSTO R\$
01	<p>VEÍCULO, Tipo Popular , 1.0, Zero Km, de fabricação nacional, com as seguintes CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ano/Modelo: 2016/2016;</li> <li>- Motor 1.0, Flex (etanol/gasolina);</li> <li>- Potência mínima: 72 (setenta e dois) CV;</li> <li>- Caixa de Câmbio manual;</li> <li>- Com no mínimo 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré;</li> <li>- Vidros dianteiros elétricos;</li> <li>- Limpador e Desembaçador de vidro traseiro;</li> <li>- Ar quente;</li> <li>- Ar condicionado de fábrica;</li> <li>- Direção hidráulica;</li> <li>- Sistema de Airbag duplo (motorista + passageiro);</li> <li>- Freios ABS;</li> <li>- Rodas de aço aro 13; pneus radiais sem câmara, mínimo 175x70 R13;</li> <li>- Calotas integrais;</li> <li>- Travas elétricas no clip da chave;</li> <li>- Alarme de advertência de luzes acesas, tomada de 12 volts;</li> <li>- Demais itens e acessórios normais de produção, pertinentes ao modelo ofertado, garantia de fábrica de acordo com o modelo ofertado e com o Folheto Técnico, bem como, demais equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito.</li> </ul>	Veíc.	13		34.990,00		

1.2 – Em função das alterações promovidas, fica fixada nova data para abertura, processamento e julgamento do Processo Licitatório, conforme abaixo:

1.6 – Da Entrega dos Envelopes: Os envelopes contendo a PROPOSTA e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão recebidos a partir do dia seguinte à publicação deste Edital, até o dia 02 de Junho de 2016, às 09hrs00min (nove horas), no endereço abaixo mencionado, na Sessão de Processamento do Pregão.

1.7 – Do Credenciamento: O Credenciamento dos interessados em participar da Sessão Pública de Processamento e Julgamento do Pregão terá início às 09hrs00min (nove horas) do dia 02 de Junho de 2016.

1.8 – Da Sessão Pública de Processamento e Julgamento do Pregão: A Sessão Pública de Processamento e Julgamento do Pregão será realizada no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO - CPIMMOC, prédio da AMMOC – Associação

dos Municípios do Meio Oeste Catarinense, Rua Roberto - Trompowski, nº 68, 2º andar, Centro – Joaçaba – SC, iniciando-se às 09hrs30min (nove horas e trinta minutos) do dia 02 de junho de 2016 e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos termos da Lei.

1.3 – Permanecem inalterados os demais itens e condições do Edital.

Joaçaba, 17 de Maio de 2016  
VITOR JOÃO FACCIN  
Presidente